



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

MÁRCIO BONESSO

**POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA:
CIÊNCIA E GESTÃO NA PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE
EM UBERLÂNDIA-MG**

SÃO CARLOS

2015

MÁRCIO BONESSO

POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA:
CIÊNCIA E GESTÃO NA PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE EM UBERLÂNDIA-MG

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da UFSCar, como exigência
principal para obtenção do Título de Doutor em
Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia.

Orientadora: Dra. Jacqueline Sinhoretto

SÃO CARLOS

2015

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B712p Bonesso, Márcio
Política de segurança pública : ciência e gestão na
prevenção à criminalidade em Uberlândia-MG / Márcio
Bonesso. -- São Carlos : UFSCar, 2015.
426 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2015.

1. Sociologia. 2. Sociologia da violência. 3.
Administração de conflitos. 4. Antropologia das
sensibilidades jurídicas. 5. Política de segurança
pública. I. Título.



Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Márcio Bonesso, realizada em 30/11/2015:

Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto
UFSCar

Prof. Dr. Eduardo Cerqueira Batitucci
FJP

Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior
UFPE

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran
UFSCar

Prof. Dr. Valter Roberto Silverio
UFSCar

Para Jane e Gregório.

AGRADECIMENTOS

Divido toda felicidade e os acertos desta tese com Jane Côbo e Gregório Côbo Bonesso, meus amores queridos. Também agradeço à minha família: Sérgio Luiz Bonesso, Nurimar Pereira Bonesso, Marcelo Bonesso, Mirelle Bonesso, Cineia Muniz, Ana Luiza, D. Ivanilda e para a Ana Flávia, grande colaboradora da dinâmica familiar.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos; em especial minha querida orientadora Dra. Jacqueline Sinhoretto pela incrível experiência colaborativa de trabalho. Gostaria de também agradecer a professora Dra. Maria da Glória Bonelli por ter me recebido inicialmente como minha orientadora e aos professores em que tive o prazer de assistir aulas: Dr. Gabriel de Santis Feltran, Dr. Valter Roberto Silvério, Dr. Jacob de Lima, Dra. Anete Abramowicz, Dra. Maria Aparecida de Moraes Filho e Dra. Cibele Saliba Rizek.

Os agradecimentos devem ser estendidos aos meus colegas do GEVAC – Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos pela grande experiência profissional coletiva compartilhada: Maria Carolina Schlittler, David Marques, Letícia Canonico, Yasmin Lucita, Henrique Macedo, Felipe Athayde Giane Silvestre, Giulianna Denari, Natália e Melo, Juliana Tonche, Helton Damas, Geórgia Reis, Francisco Thiago Vasconcelos e Liana de Paula. Também gostaria de agradecer a todos os funcionários do CPC's – Centro de Prevenção à Criminalidade de Uberlândia, especialmente aos amigos e amigas: Daniel Mello, Nathália Von Kruger, Natália Buiatti, Natália Galdiano, Paulo Edson, Seu Ari, Alessandro e Júnior. Algumas pessoas especiais que colaboraram diretamente com minha formação profissional nas ciências sociais também merecem agradecimentos: meus antigos orientadores queridos o sociólogo Dr. João Marcos Além e o antropólogo Dr. Luiz Henrique de Toledo. Aos amigos e amigas Juliana, Neto, Élen Ângela, Fabíola Marra e Milene Ávila. Cleusa Bernardes pela ajuda nas correções textuais. Estendo os agradecimentos aos componentes externos da banca examinadora os professores Dr. José Luiz Ratton e Eduardo Cerqueira Batitucci.

Por fim, agradeço aos professores, técnicos e alunos do IFTM campi Uberaba e Uberlândia-Centro, especialmente a colaboração direta das professoras Luíza Oliveira, Lisia Moreira Cruz (e seu esposo José Fernando Pinese Júnior), Karina Estela, Luciana Coelho Gomes, André Luis Oliveira e a bibliotecária Márcia Bellotti.

EPIGRAFE

16/05/12

O Repe do Laracaõ

Aqui no dom Almir

Entre
nos

na amizade, solidariedade
forma doce, e celebridade

→ São Francisco, e proximidade

REPE

Aqui no Laracaõ (que se paga
~~o~~ pepe)

tem muleque quase ricos
que gosta de pagar de Laracaõ
e se vem no Laracaõ pra
pagar pepe e paõ

leite e macarrão e também decoração.

Aqui no Laracaõ/tem projeto
a tarde inteira/de segunda a
sexta feira pra tirar a criança
dos paços e malocas

Agora meu vai cantar

um repe pra agitar e também pra alegria e namo da
Ulha meu irmão tá aqui pra ti falar

o canto e a dança taqui pra relatar

Tem a Isabel a nossa inspiração ela que ^{fundou} aqui o Laracaõ
Ulha minha gente nós vamos criticar o futuro dos crimes

vamos ajudar

Se você quer ajudar o nosso Laracaõ ^{de} por pelo menos 27 quilo
de feijão

Assinado: Kaulon Felipe - Márcio Boneno

Colaboradores: Matheus, Felipe e Diego



RESUMO

Como objetivo principal a pesquisa criou conexões de sentido entre teorias sociais e formas de gestão das políticas de segurança pública, tendo como *lócus* de estudo as políticas estaduais de prevenção à criminalidade em Uberlândia, no interior de Minas Gerais. Planejada em Belo Horizonte a aplicação dessas novas políticas na cidade interiorana contou com uma realidade diferente da capital mineira. Nesse contexto, como objetivo específico a pesquisa estudou a relação da história do controle social da cidade com o impacto dessas políticas estaduais de segurança. Como desdobramento analítico o trabalho fez uma revisão teórica problematizando vínculos das teorias sociais e dos programas intervencionistas internacionais, nacionais e estaduais na dinâmica municipal de Uberlândia. No que tange a articulação entre os eixos da repressão qualificada e da proteção social, o campo de estudo municipal propiciou descrever a aplicação macrossocial das políticas de segurança pública e as experiências microssociais das políticas de prevenção à criminalidade nos bairros periféricos classificados como áreas de risco. Através de uma análise comparativa a pesquisa utilizou variados recursos metodológicos para obter os resultados desejados: estatísticas criminais, documentos da CPI do Narcotráfico, manuais normativos sobre programas de segurança pública e prevenção à criminalidade, atas das reuniões de rede, teses, dissertações e artigos científicos, matrículas vintenárias; observações etnográficas sobre os mercados utilitários e antiutilitários do uso e tráfico de drogas ilícitas, sobre o fomento de redes comunitárias, de redes de arte, de redes de esporte e das oficinas dos programas de prevenção à criminalidade; e por fim, foram realizadas entrevistas com moradores e profissionais supralocais oriundos de várias localidades. Os resultados obtidos demonstraram que em Uberlândia houve em algumas periferias pobres uma primazia do eixo da repressão qualificada sobre o eixo da proteção social, com a expansão do policiamento especializado sem a inclusão compatível dos funcionários ligados aos programas preventivos. Todavia, vale ressaltar que as ações sociais desses funcionários, apesar de certos problemas estruturais, em muitos contextos microssociais também favoreceram a extensão dos serviços públicos para a população de localidades pobres. Assim, Uberlândia tornou-se um *lócus* de pesquisa multifacetado, com experiências que transitaram entre ações conservadoras e inovadoras, acionadas por vários indivíduos e instituições sociais com múltiplas motivações.

Palavras-chave: Sociologia. Sociologia da Violência e Administração de Conflitos. Antropologia das Sensibilidades Jurídicas. Política de Segurança Pública. Arte, Esporte e Prevenção à Criminalidade.

ABSTRACT

As the main objective of the research, sense connections between social theories and methods of management of public security policies were created, having as study of *locus* the state policies of crime prevention in the city of Uberlândia in Minas Gerais. The implementation of these new policies in the provincial town had a different reality from where they were planned, the capital city of Belo Horizonte. In this context, as the specific objective of the research, the relationship between the history of city social control with the impact of these state security policies were studied. As an analytical deployment, this research has a theoretical review questioning bonds of social theories and international, national and state interventional programs in the dynamic city of Uberlandia. Regarding the articulation between the axes of qualified repression and social protection, the municipal field of study propiciated the description of the macro-implementation of public security policies and micro-social experiences of prevention policies against crime in the suburbs classified as risk areas. Through a comparative analysis the research used different methodological resources to get the desired results: crime statistics, documents of the CPI Drug Trafficking, regulatory manuals on public safety programs and crime prevention, minutes of network meetings, theses, dissertations and scientific articles, land registry certificates; ethnographic observations on: the utilities and anti utilities markets in the use and trafficking of illegal drugs on the promotion of community networks, art networks, sports networks and workshops of crime prevention programs; and finally, interviews were conducted with residents and supra-local professionals from various locations. The results showed that in Uberlândia there were in some poor neighborhoods a primacy of the axis of qualified repression on the axis of social protection, with the expansion of specialized policing without including compatible employees connected to prevention programs. However, it is noteworthy that the social actions of these officials, although certain structural problems in many micro-social contexts also favored the extension of public services for the population of poor localities. Thus, Uberlandia has become a multifaceted research *locus* with experiences that moved between conservative and innovative actions, triggered by various individuals and social institutions with multiple motivations.

Key words: Sociology; Sociology of Violence and Conflict Management; Anthropology of Legal sensitivities; Public Security Policy; Art, Sport and Crime Prevention.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES – MAPAS E FIGURAS

MAPA 1	Região do Triângulo Mineiro/MG.....	31
MAPA 2	Localização Área Urbana de Uberlândia.....	58
MAPA 3	Regiões de Belo Horizonte com maior concentração de homicídios.....	196
MAPA 4	Cidade de Uberlândia: Crimes violentos, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.....	226
MAPA 5	Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos crimes violentos, em números absolutos: 1999-2010.....	227
MAPA 6	Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos roubos, em números absolutos: 1999-2010.....	228
MAPA 7	Cidade de Uberlândia: Homicídios, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.....	230
MAPA 8	Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos homicídios, em números absolutos:1999-2010.....	231
MAPA 9	Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de homicídios, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.....	232
MAPA 10	Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das apreensões de drogas para o tráfico, em números absolutos: 1999-2010.....	239
MAPA 11	Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de apreensão de drogas para tráfico, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.....	240
MAPA 12	Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das apreensões de drogas para o uso, em números absolutos: 1999-2010.....	241
MAPA 13	Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de apreensão de drogas para o uso, por mil habitantes:1999-2010.....	242
FIGURA 1	Vozes do Dom.....	314
MAPA 14	Localização Bairro Morumbi.....	394
MAPA 15	Localização Bairro Residencial Integração.....	403
MAPA 16	Localização Bairro Jardim Canaã.....	414

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Evolução do número de homicídios, da participação e da vitimização por raça/cor na população jovem. Brasil, 2002/2010.....	160
TABELA 2	Evolução do número de homicídios, da participação e da vitimização por raça/cor na população total. Brasil, 2002/2010.....	161
TABELA 3	Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes – Faixa Etária de 15 a 24 anos..	181
TABELA 4	Número Absoluto da População Encarcerada em Minas Gerais.....	221
TABELA 5	Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de homicídios: 1999-2010.	229
TABELA 6	População Carcerária da cidade de Uberlândia: 2005-2014.....	354

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIU – Associação dos Bairros Irregulares de Uberlândia

ACISO – Ação Cívico Social

AISP – Áreas Integradas de Segurança Pública

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BOPE – Batalhão de Operações Especiais

CAPS – Centro da Atenção Psicossocial

CEAPA – Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas

CEVIO – Centro de Estudos da Violência

CF – Constituição Federal

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

COMPSTAT – *Computer Statistics*

CONSEPS – Conselhos Comunitários de Segurança Pública

COPOM – Centro de Operações da Polícia Militar

CPEC – Coordenadoria de Prevenção a Criminalidade

CPC – Centro de Prevenção à Criminalidade

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CRAS – Conselho Regional de Assistência Social

CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

CUFA – Central Única de Favelas

DEM – Democratas

DEOESP – Departamento de Operações Especiais de São Paulo

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito

DTE – Divisão de Tóxicos e Entorpecentes

FAB – Forças Aéreas Brasileiras

FAMED – Faculdade de Medicina

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FHC – Fernando Henrique Cardoso

GGI – Gabinetes de Gestão Integrada da Segurança Pública

GERAES – Gestão Estratégica de Recursos e Ações

GEPAR – Grupo Especializado de Policiamento em Área de Risco

GPAAE – Grupo de Policiamento em Áreas Especiais

GT – Grupo de Trabalho

Hab. – Habitantes

ICASU – Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro

IGEO – Instituto de Geografia

IGESP – Integração da Gestão da Segurança Pública

Infopen – Sistema Integrado de Informações Penitenciárias

ISER – Instituto Superior de Estudos sobre Religião

LIC – Lei de Incentivo à Cultura do RS

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MG – Minas Gerais

NEV – Núcleo de Estudos sobre Violência

NPC – Núcleo de Prevenção à Criminalidade

Ong – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAM – Patrulha de Atendimento Multidisciplinar

PCL – Primeiro Comando Lagoinha

PCM – Primeiro Comando Morumbi

PCU – Primeiro Comando Uberlândia

PCR – Primeiro Comando Roosevelt

PCS – Primeiro Comando Saraiva

PCT – Primeiro Comando Tiberio.

PISC – Posto Integrado de Saúde Comunitária

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PM – Polícia Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMMG – Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

PNHD – Programas Nacionais de Direitos Humanos

PO – Polícia Civil

PPA – Plano Plurianual

PRESP – Programa De Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional

PRF – Polícia Rodoviária Federal

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSF – Posto Saúde da Família

PT – Partido dos Trabalhadores

ROTAM – Rotas Ostensivas Táticas Metropolitanas

RS – Rio Grande do Sul

SEDS – Secretaria de Estado e de Defesa Social

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SESI – Serviço Social da Indústria

SPEC – A Superintendência de Prevenção à Criminalidade

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública

UAGP – Unidade de Apoio Gerencial dos Projetos Estruturadores

UDR – União Democrática Ruralista

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

USP – Universidade de São Paulo

ZQC – Zonas Quentes de Criminalidades

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	CENÁRIOS URBANOS NO TRIÂNGULO MINEIRO: CIDADES, HABITAÇÕES E POPULAÇÕES.....	28
2.1	Triângulo Mineiro: os estrangeiros das Minas Gerais.....	29
2.2	Caiaponia, Sertão da Farinha Podre e Triângulo Mineiro: genocídio e etnocídio no controle social da colonização	32
2.3	Dos aldeamentos às cidades: alianças, conflitos e jocosidades entre Uberlândia, Uberaba e Araguari.....	38
2.4	Trajetórias do controle social em Uberlândia: segurança pública entre o centro e a periferia	43
3	CIÊNCIA, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: TEORIAS DE CONTROLE SOCIAL E POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA	60
3.1	Hierarquias, pessoas e indivíduos: a hipótese das teorias evolucionistas no controle social do crime contemporâneo.....	61
3.2	O Processo Civilizador: histórias medievais e modernas sobre o controle social do crime.....	68
3.3	Cidades do século XX: comportamentos desviantes e regiões morais.....	77
3.4	Estados no século XX: a violência nos governos totalitários e democráticos.....	85
3.5	As Populações Urbanas: a arte de governar os dispositivos de segurança.....	90
3.6	Histórias pós-modernas: continuísmos e dissensos entre o mal-estar civilizador e a arte de governar a segurança.....	96
3.7	O novo perfil das políticas de segurança pública no Brasil: o eixo da prevenção à criminalidade.....	108
4	TEORIAS E GESTÃO DO CONTROLE SOCIAL NO BRASIL: SEGURANÇA PÚBLICA E PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE.....	112
4.1	Os precursores das ciências sociais e o branqueamento do Brasil.....	113
4.2	A positividade do Mestiço: a democracia racial na Casa Grande & Senzala	120

4.3	Estado Moderno no Brasil: o Homem Cordial e o controle social	124
4.4	O controle social militar no Brasil: marxismo entre o crime, ciência e política.....	129
4.5	Os movimentos sociais e as teorias microsociais: sinais da redemocratização Brasileira.....	131
4.6	Os pioneiros das ciências sociais: os estudos da violência, segurança pública e dos direitos humanos no Brasil	134
4.7	Os pioneiros intervencionistas: o campo dos direitos humanos, segurança pública e prevenção à criminalidade.....	146
4.8	Novas abordagens do controle social do crime: conexões paulistas no século XX...	153
4.9	Os determinismos raciais nas teorias evolucionistas: índice-pêndulo entre incriminação e prevenção.....	160
5	A SEGURANÇA PÚBLICA EM MINAS GERAIS: DESENHOS NORMATIVOS, GESTÃO POLÍTICA E TEORIAS INTERVENCIONISTAS.....	171
5.1	Os pioneiros das ciências sociais em Minas Gerais.....	172
5.2	O desenho normativo da segurança pública em Minas Gerais: o modelo político Choque de Gestão.....	175
5.3	A gestão política dos números: os crimes violentos entre Minas Gerais e o Brasil..	180
5.4	O desenho normativo dos Programas de Prevenção à Criminalidade: entre a proteção social e a repressão qualificada.....	183
5.5	Gênese e organização comunitária: o programa Controle de Homicídios Fica Vivo.....	186
5.6	As teorias intervencionistas: leituras mineiras da escola de Chicago sobre as <i>áreas de risco</i>	191
5.7	O projeto piloto no Morro das Pedras: leituras entre a escola de Chicago e o Capital Social	196
5.8	A ampliação do Programa Fica Vivo: leituras entre a escola de Chicago e a Administração Pública.....	205
5.9	Prevenção à criminalidade e policiamento comunitário: leituras entre a escola de Chicago e a Segurança Cidadã republicana.....	212
5.10	Síntese interpretativa: oscilações entre os pensamentos e práticas sociais mineiras, brasileiras e internacionais.....	217
6	AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO INTERIOR DE MINAS GERAIS: O CASO DE UBERLÂNDIA.....	223
6.1	As políticas estaduais de segurança pública: a profusão homeopática da prevenção à criminalidade para o interior.....	224

6.2	A ecologia do crime em Uberlândia: entre a repressão qualificada e a proteção social	225
6.3	Territórios do tráfico, anéis da criminalidade, áreas de risco: os registros policiais sobre os eventos de drogas.....	238
6.4	Entre gangues e crime organizado: a teoria da desorganização social nas áreas de risco.....	246
6.5	A CPI do Narcotráfico, o tráfico internacional de drogas e a rota caipira em Minas Gerais: as acusações sociais sobre os profissionais liberais, funcionários públicos e políticos na gestão das drogas ilícitas no atacado	252
6.6	O <i>Potlatch</i> entre Serrotes e Patrões no Jambolão: os fluxos das trocas nas zonas de circularidade das drogas ilícitas no varejo.....	262
7	DO HOMEM CORDIAL AO HOMEM SOCIAL: AS REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL EM UBERLÂNDIA.....	281
7.1	A Rede Leste: as políticas estaduais de prevenção à criminalidade em Uberlândia..	282
7.2	A arte de governar os dispositivos de prevenção à criminalidade: as redes de esporte e de arte.....	306
7.3	Dança de Rua, Dança de Ong: narrativas etnográficas sobre as oficinas de dança e as redes de fomento aos jovens.....	315
7.4	Os técnicos sociais do Programa Fica Vivo: as ciências humanas e os profissionais intervencionistas.....	331
7.5	Os gestores sociais e o Centro de Prevenção à Criminalidade em Uberlândia.....	345
7.6	Incriminação social dos agentes da rede de proteção social no bairro Jardim Canaã: as alianças políticas por trás das gestões de Serviço Social.....	355
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	364
9	REFERÊNCIAS.....	370
	ANEXOS	379

ANEXO A – Santa Mônica: das <i>casas sem muros</i> para os <i>enclaves fortificados</i>	382
ANEXO B – Morumbi: das <i>casas embriões</i> para as <i>casas de muros sem tintas</i>	394
ANEXO C – Residencial Integração: virando <i>barracos de lonas</i> , construindo <i>casas irregulares</i>	403
ANEXO D – Jardim Canaã: teorias das Janelas Quebradas e as efêmeras alianças políticas.....	414

1. INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo principal estabelecer conexões de sentido entre teorias sociais e formas de gestão das políticas de segurança pública, tendo como *lócus* de estudo as políticas estaduais de prevenção à criminalidade aplicadas no interior de Minas Gerais, na cidade de Uberlândia.

No que se refere às políticas de segurança pública no Brasil, com o período de redemocratização tardio e com a permanência de instituições militares no campo do controle do crime, na década de 1980, a execução de tais políticas ocorreu no modelo denominado gerenciamento de crises (SOARES, 2006 e SAPORI, 2007). A partir da década de 1990, pode-se reconhecer uma grande contribuição de gestores oriundos das universidades, especialmente das ciências humanas, nas diversas esferas governamentais para a transformação do modelo vigente. Com um perfil intervencionista, vários deles compartilharam seu exercício profissional de pesquisadores universitários com o de gestores públicos. Nesse vínculo, o papel do gestor foi o de implantar diagnósticos amparados por teorias, além de medidas administrativas que resultassem em planos de metas, constantemente monitorados, cujo objetivo primordial seria a redução das altas taxas de crimes violentos.

A inserção desses agentes no campo da segurança pública brasileira tem criado muitos fluxos importantes, mas no geral, levaram à constituição de um campo dividido entre técnicos-pesquisadores com premissas igualitárias, militares com premissas hierárquicas e políticos fazendo uma mediação de conflitos. Alguns exemplos bem-sucedidos criaram no caso do Estado de Minas Gerais articulações mais harmônicas e propiciaram uma “subordinação” normativa das lógicas de gestão aos conhecimentos teóricos e práticos dos cientistas sociais. Apesar das especificidades, pode-se dizer que elas são resultado dos desdobramentos de um debate mais amplo realizado pelos Planos Nacionais de Segurança Pública que, como veremos, possibilitou a emergência de um modelo normativo sistêmico de políticas de segurança pública, o qual ainda incorporou um eixo específico para as políticas de prevenção à criminalidade.

Assim, no início do século XXI o novo modelo de controle social se consolida em Uberlândia e nas maiores cidades de Minas Gerais através de uma gestão política homóloga,

apesar das várias particularidades nos desenhos dos marcos lógicos, ao modelo desejado em âmbito nacional. Foi aplicado um programa sistêmico de prevenção à criminalidade cujo objetivo era o de constituir uma política estadual de segurança pública baseada nos conceitos de proteção social e repressão qualificada, garantindo à população juvenil dos bairros classificados como áreas de risco acesso às redes sociais criadas a partir das suas demandas e às oficinas de arte, esporte e de produtividade. Nesse contexto, um dos objetivos específicos da pesquisa foi confrontar os procedimentos normativos e metodológicos da Secretaria de Estado e de Defesa Social (SEDS) com as práticas sociais dos seus profissionais em Uberlândia.

Como desdobramento, a pesquisa desejou interpretar as modulações históricas do controle social da criminalidade na cidade de Uberlândia/MG, planejada no início do século XX segundo uma forma de governar que imprimiu uma orientação disciplinar e racial entre *ricos/centro* e *pobres/vilas-diásporas*. A partir da década de 1970, com a intensa expansão populacional e multifacetado fluxo migracional, os dispositivos disciplinares são rompidos, recombinações e um novo modelo de controle social começa a ser formatado nos princípios da biopolítica (FOUCAULT, 2005).

Desta problematização, algumas indagações se tornaram manifestas entre a relação do planejamento urbano da cidade e as políticas de controle social do crime: i) Quais as influências das teorias sociais e formas de gestão do controle social oriundas de outros países nessas políticas de prevenção à criminalidade? ii) Os novos modelos normativos de políticas de segurança pública conseguem romper com os velhos enfoques brasileiros que conferiam primazia à repressão da criminalidade pobre e racializada? iii) Como ocorre, em cidades de médio porte, a aplicação de um modelo de segurança pública baseado em estudos prévios sistematizados na capital?

A presente abordagem pretende realizar um tipo de interpretação que conecta questões gerenciais e teóricas da política de segurança pública estadual aos aspectos do planejamento urbano. Na cidade de Uberlândia a “cultura da invasão de terras” é amplamente apontada pela mídia e por grande parte da população como uma das principais causas da criminalidade oriunda dos setores pobres da população, devido ao agenciamento organizado por certas lideranças que supostamente criaram vários acampamentos cuja população está associada também a outros tipos de crimes como o tráfico de drogas, furtos, roubos e homicídios.

Reportagens sobre áreas de ocupação que se transformaram em bairros irregulares, tais como: *Homem é assassinado com cinco tiros no Dom Almir*, feita por Lemos (2014), demonstram a tendência de um segmento populacional em definir que todos ou grande parte dos moradores dessas áreas são marginais. Nos comentários dos leitores de um jornal local, muitos explicitam sua concepção de criminoso apegada com o aspecto territorial: “*Olha o bairro, ou melhor a favela... menos um, puxa a ficha dele que vai sair muita coisa. É claro que nenhum morador daquela favela viu nada, pois ali é pai, mãe, tio, tia, tudo de origem marginal aí já viu.*” No mesmo *post*, outro comentário muito comum, amplamente utilizado como justificativa por agentes do Estado ligados à segurança pública e à mídia: a passagem pela polícia. “*A vítima tinha passagens pela polícia, por roubo e tráfico de drogas. Então, que se lasque, não vai fazer falta! Para falar a verdade tava fazendo era hora extra já*”. Se, por um lado, a visibilidade da criminalidade pobre se tornou comum e habitual no universo midiático e cotidiano da população, por outro, é quase invisível e silencioso o entendimento histórico sobre a origem daquelas localidades e o processo de parcelamento daquelas terras antes de serem loteadas, ocupadas ou invadidas. Assim, a invisibilidade rica das apropriações ilícitas e dos loteamentos irregulares passa muito longe de investigações jurídicas ou matérias jornalísticas.

Ainda no que tange as relações entre planejamento urbano, criminalidade e políticas de segurança pública, a tese desejou interpretar em Uberlândia: i) as práticas macrossociais e as articulações entre as políticas de segurança pública, as políticas de prevenção à criminalidade e a dinâmica criminal da cidade; ii) as práticas microssociais dos encontros da Rede Leste, dosicineiros, técnicos sociais e gestores sociais dos programas de prevenção à criminalidade estadual no atual contexto da administração das políticas estaduais.

Foi estudado o programa estadual de controle de homicídios Fica Vivo, que utiliza várias oficinas de esporte e arte em suas metodologias de ação preventiva e uma metodologia de constituição de redes de proteção social, através da mobilização nas localidades classificadas como áreas de risco.

Na segunda parte da tese, *Cenários urbanos no Triângulo Mineiro: cidades, habitações e populações* o objetivo geral foi conectar relações entre a história do urbano e do controle social na região do Triângulo Mineiro. O texto descreve o histórico de como a região se tornou um entreposto comercial no Brasil, expondo o desenho inicial do controle social na região, através da organização institucional dos dispositivos de segurança criados a partir de

milícias que institucionalmente realizavam práticas legais de genocídios indígenas e quilombolas. Depois, é narrado o surgimento e as relações entre as cidades mais populosas – Uberaba, Araguari e Uberlândia, comparando certos elementos do planejamento urbano entre elas. Por fim, o foco está nas transformações nas formas de controle social e racial em Uberlândia com a expansão demográfica da cidade.

O objetivo na terceira parte do texto, *Ciência, Estado e sociedade civil: teorias de controle social e políticas de segurança pública* foi articular e problematizar algumas teorias sobre o controle social e interpretar seus impactos nas formas de gestão da segurança pública e da prevenção à criminalidade. Dentro do contexto contemporâneo atual, tais desdobramentos teóricos, sociais e intervencionistas suscitaram problemas históricos específicos referentes às ciências humanas, sociais, aos gestores da administração dos conflitos criminais e à população das cidades.

Se, no continente europeu e na América do Norte, a atual tendência das políticas punitivas está associada ao que esses pensadores e gestores chamam de pós-modernidade e conceitos correlatos¹, pode-se perguntar: como pensar a transposição desses modelos internacionais para as heterogêneas cidades do Brasil, cujos elementos da colonização patriarcal, da modernidade e da pós-modernidade possuem especificidades bem diferentes daquelas encontradas nos continentes citados e teorizados? Modelos europeus e norte-americanos de controle social se desdobraram em quais formatos nos múltiplos contextos brasileiros? Os modelos de controle social criados por instituições e profissionais brasileiros seguem modelos de teorias sociais internacionais? Existem discursos evolucionistas que influenciam o atual contexto do controle social do crime?

Como desdobramento para as próximas partes da tese, a pesquisa constituiu um panorama comparativo entre algumas abordagens teóricas, normativas e intervencionistas do campo do controle social do crime. Tal panorama internacional foi uma das bases instrumentais para se pensar as gestões da prevenção à criminalidade em níveis: i) macro – na história das teorias sociais do controle social e criminal no Brasil; ii) micro – no campo de pesquisa em Uberlândia e Minas Gerais, onde se investigará o eixo da prevenção à criminalidade incorporado no escopo das políticas de segurança pública estadual.

¹ E seus desdobramentos, tais como modernidade líquida, pós-modernismo, modernidade reflexiva, modernidade tardia, toyotismo, multiculturalismo, pós-colonialismo, neoliberalismo.

Como desdobramento dessa discussão o objetivo da quarta parte da tese *Teorias e gestão do controle social no Brasil: segurança pública e prevenção à criminalidade* foi problematizar algumas teorias sobre o controle social e seus desdobramentos intervencionistas, no campo das políticas de segurança pública e prevenção à criminalidade no Brasil. A diversidade de teorias internacionais – evolucionistas sociais, culturalista americana, weberianas, marxistas, interacionistas simbólicas, arendtianas, foucaultianas, pós-modernas, dentre outras – fizeram dessa composição conceitual uma ponte entre os precursores e os pioneiros brasileiros das ciências sociais nos estudos do crime, violência e direitos humanos. A acentuada influência dos cientistas na gestão intervencionista do controle social do crime se manifesta desde a criação das primeiras Escolas de Direito até em períodos atuais de pós-redemocratização brasileira, com a criação de programas de governo e manuais normativos de segurança pública elaborados por esses profissionais. Todavia, suas participações e exercícios de gestão colocaram tensões no campo da segurança pública, comandada e compartilhada por instituições militares, políticas e no campo científico com oposições amparadas entre as múltiplas abordagens teóricas normativas e abordagens críticas às dimensões normativas.

Na próxima parte da tese *A segurança pública em Minas Gerais: desenhos normativos, gestão política e teorias intervencionistas* o desejo da pesquisa foi realizar um panorama teórico e da gestão das políticas de segurança pública criada pela Secretária de Estado e de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS). Para isso, a pesquisa compilou as produções científicas realizadas sobre as políticas de segurança pública e de prevenção à criminalidade de Belo Horizonte e região Metropolitana. Essas pesquisas possibilitaram confrontar as práticas sociais, normativas e marcos lógicos dos programas de prevenção à criminalidade no Estado, bem como construir subsídios para interpretar as influências teóricas e de gestão nas políticas de prevenção à criminalidade na cidade de Uberlândia. As teorias sociais e os modelos de gestão foram aplicados com relativo sucesso nas cidades de Belo Horizonte e da região Metropolitana, nesse contexto, como foram replicados para as cidades interioranas? As ações criminais urbanas nessas cidades interioranas possuem um modelo ecológico parecido com o da capital? Como foi o processo de expansão das políticas de segurança pública estaduais para essas cidades interioranas?

Vale ressaltar como a leitura dos pesquisadores mineiros da capital absorveram das teorias da desorganização social modelos explicativos sobre as dinâmicas criminais das cidades mineiras. Relacionaram o problema da criminalidade urbana a certos bairros

desorganizados, cujos membros de gangues, sem um controle social adequado, realizam uma série de ações ilegais, sendo algumas violentas. Sem querer negar que essa dinâmica criminal exista, a atual pesquisa apresenta na sexta parte da tese *As políticas de segurança pública no interior: o caso de Uberlândia* fontes documentais, etnográficas, jornalísticas e entrevistas que demonstram a coexistência de outras lógicas de mercado das drogas ilícitas em Uberlândia, diferentes das apontadas pela escola de Chicago e replicadas pelas pesquisas de Belo Horizonte.

Documentos como o criado pelos parlamentares estaduais da (CPI) Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico demonstraram nas cidades interioranas de Minas Gerais a presença de profissionais liberais, de várias atividades do setor público e privado, como os grandes comerciantes do mercado das drogas ilícitas do atacado. Reportagens sobre a *rota caipira* na região do Triângulo Mineiro chancelam ainda mais as ações desses agentes, sendo que muitas acusações ainda os vinculam ao tráfico internacional de drogas. No mercado do varejo, a etnografia sobre os *Potlatchs entre patrões e serrotes* no espaço conhecido como Jambolão, situado dentro da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), também apresentou um tipo pacificado de arregimentação do mercado das drogas ilícitas no varejo. Todavia, mesmo pacificado, com o passar dos anos zonas de circularidade demonstraram como esses diferentes mercados das drogas ilícitas foram se vinculando e desvinculando.

Por consequência, em Uberlândia, ficam evidentes as limitações teóricas que amparam as classificações oficiais quanto aos usos e tráficos de drogas incidirem de maneira mais seletiva nas localidades consideradas territórios do tráfico, áreas de risco e anéis da criminalidade. Nesse sentido, a figuração das políticas de segurança pública apresentou efeitos práticos que geraram uma seletividade do controle social da população juvenil de certas periferias que acolheram policiamentos especializados. Além disso, entrevistas e relatos jornalísticos também mencionam a expansão do coletivo paulista no controle das ações ilegais das drogas nas periferias. Veremos como o conceito de gangue, muito utilizado por pesquisadores e gestores de Belo Horizonte, foi perdendo o prestígio frente à chegada e expansão do “partido” ou do “comando”.

Na última parte da pesquisa intitulada *Do Homem Cordial ao Homem Social: as redes de proteção social em Uberlândia* o estudo descreveu as ações microsociais de prevenção à criminalidade em Uberlândia. A constituição da Rede Leste – organização fomentada pelos técnicos sociais e gestores sociais do Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) de

Uberlândia de encontros mensais entre agentes locais e supralocais dos bairros classificados como áreas de risco do setor Leste de Uberlândia. Por meio dessa relação com a Rede Leste a pesquisa desejou entender como são operacionalizadas as redes artísticas, esportivas e os atendimentos psicossociais que envolvem os jovens desses bairros. Diante dos fatos históricos apresentados da Rede Leste a pesquisa se empenhou também em realizar uma abordagem microsocial relacional envolvendo os atores sociais que compõe o quadro profissional dos CPCs² de Uberlândia: oficinas, técnicos sociais e gestores sociais dos programas de prevenção à criminalidade.

Finalmente, a pesquisa descreveu o processo de incriminação de funcionários e colaboradores da Rede Oeste, rede de proteção social realizada no bairro Jardim Canaã. O fato de um jovem ter sido vítima de homicídio dentro da quadra de uma edificação abandonada, fruto da transação comercial entre uma entidade filantrópica fundada por uma família de políticos e um famoso cantor sertanejo, gerou no bairro uma mobilização para que houvesse medidas de controle social sobre o local abandonado. A mobilização efetivada por meio de uma reunião pública em frente ao local teve alguns de seus organizadores e colaboradores incriminados pela instituição filantrópica por dizeres que no julgamento da instituição causaram danos contra a sua fé e honra. Desse conflito de interesses entre diferentes agentes resultou uma inusitada descrição etnográfica que foi amplificada por outras edificações abandonadas em outras regiões periféricas da cidade. Essa narrativa incide diretamente em como as ações do próprio Estado e das agências de terceiro setor vivenciam problemas específicos referentes à prevenção da criminalidade.

Foram publicados quatro anexos na tese que são descrições etnográficas dos bairros escolhidos como *locus* da pesquisa. O Anexo A intitulado Santa Mônica: das *casas sem muros* para os *enclaves fortificados* descreve as transformações arquitetônicas sobre o bairro Santa Mônica e a Universidade Federal de Uberlândia, cujo objetivo principal foi conter os problemas da criminalidade. A narrativa também descreve o trajeto de um jovem morador do bairro que se tornou geógrafo e era frequentador assíduo do local universitário conhecido como Jambolão.

² Vale mencionar que o trabalho de campo possibilitou a entrevista dos técnicos sociais, estagiários e usuários dos demais programas situados em Uberlândia – PRESP, CEAPA e Mediação de Conflitos – entretanto, por motivos de delimitação da pesquisa esse material não foi utilizado. Além das entrevistas, participei de várias qualificações, organizações de eventos, participações de eventos empreendidos nos demais programas de prevenção à criminalidade na cidade.

O Anexo B intitulado *Morumbi: das casas embriões para as casas sem muros* e o Anexo C intitulado *Residencial Integração: virando barracos de lona, construindo casas irregulares* descrevem a formação histórica dos bairros periféricos do setor Leste da cidade, tomando como referência a história de vida de alguns moradores e suas relações com as instituições estatais, sobretudo no certame jurídico. A descrição tem como desdobramento problematizar as relações ilegais, da grilagem de terra feita por segmentos populacionais ricos como advogados, políticos e empresários do setor imobiliário, bem como os imbróglis jurídicos oriundos dos espólios das terras que supostamente eram de um camponês negro de nome João Costa Azevedo.

Como desdobramento das observações participantes sobre o processo de incriminação da rede de proteção social do bairro Jardim Canaã, foi viabilizado um estudo de caso no Anexo D intitulado *Jardim Canaã: teorias das Janelas Quebradas e as efêmeras alianças políticas* que demonstrou a situação da gestão política institucional do serviço social e sua relação com os alcances metodológicos das políticas estaduais de prevenção à criminalidade em Uberlândia. Como veremos, dessa abordagem emerge em Uberlândia uma roupagem reatualizada do “homem cordial” brasileiro, que pode ser muito bem denominado de o “homem social”.

2. CENÁRIOS URBANOS NO TRIÂNGULO MINEIRO: CIDADES, HABITAÇÕES E POPULAÇÕES

2.1 Triângulo Mineiro: os estrangeiros em Minas Gerais

Com o processo de urbanização brasileiro, as primeiras cidades do Triângulo Mineiro converteram-se em zona de fronteira entre Goiás, São Paulo e Minas Gerais. Região situada entre esses Estados foi por muito tempo um local de disputa política. Até o ano de 1748 pertencia à capitania de São Paulo; em 1749 foi acoplada à capitania de Goiás até 1816, quando se anexou definitivamente à capitania de Minas Gerais.

Dentre as contraditórias narrativas míticas³ sobre a anexação da região a Minas Gerais, destaca-se a de Dona Bêja, suposta cortesã raptada em Araxá pelo ouvidor do Império e levada para Paracatu. Apesar de a relação ter durado poucos anos, ela teria tido seu desejo concedido pelo funcionário do Estado de anexar o Triângulo a Minas Gerais.

Atualmente alguns dizeres e brincadeiras marcam a região: “o Triângulo Mineiro é a parte mais paulista de Goiás”. Esse dizer jocoso, aparentemente desprezioso desvela uma variada e contínua tensão política que inicialmente existiu entre os nativos e migrantes oriundos de outras regiões na formação das cidades. O processo de formação populacional urbano, devido às tardias migrações, vem trazendo desde então uma condição política e cultural de mineiridade marginal pela constituição específica da região, das cidades e da população em relação ao restante das Minas Gerais.

Por mais que o Triângulo Mineiro tenha um dos melhores indicadores de desenvolvimento urbano e econômico em Minas Gerais, sua situação marginal é marcada por ser uma região de entreposto, de fronteira, de características geográficas diferentes: ambiente de cerrado, com relevos mais planos, clima mais seco, pela falta das montanhas. Associada a outras marcas culturais, sobretudo a paulista, mas também outras como goiana, gaúcha, paranaense e até japonesa pela associação de grandes fazendeiros com o alto desenvolvimento tecnológico, além do acolhimento de milhares de migrantes pobres oriundos do norte de Minas e Nordeste.

³ Essa e outras narrativas míticas utilizadas neste trabalho se aproximam do conceito de Everardo Rocha (2008). Sendo verdade ou mentira, o mito enquanto narrativa é um discurso, uma fala que de alguma forma permite às sociedades espalharem sua maneira de conduzir a vida, de criar representações e organizar a vida cotidiana ou momentos extraordinários.

Também por isso o Triângulo Mineiro é terra estrangeira, muitas vezes, sujeitada a uma marca negativa que recai sobre a população da região. Ao ser evocada pelos mineiros das outras minas e gerais, por paulistas, goianos ou por pessoas “viajadas”, a região algumas vezes não é considerada “uma autêntica Minas Gerais” como são consideradas as regiões montanhosas do Sul de Minas Gerais, as cidades históricas de Ouro Preto, Tiradentes ou Mariana e a capital Belo Horizonte. Politicamente, ela é uma região diferente do restante do Estado também por ser considerada uma região com fortes ligações comerciais partilhadas com outras cidades e outros Estados.

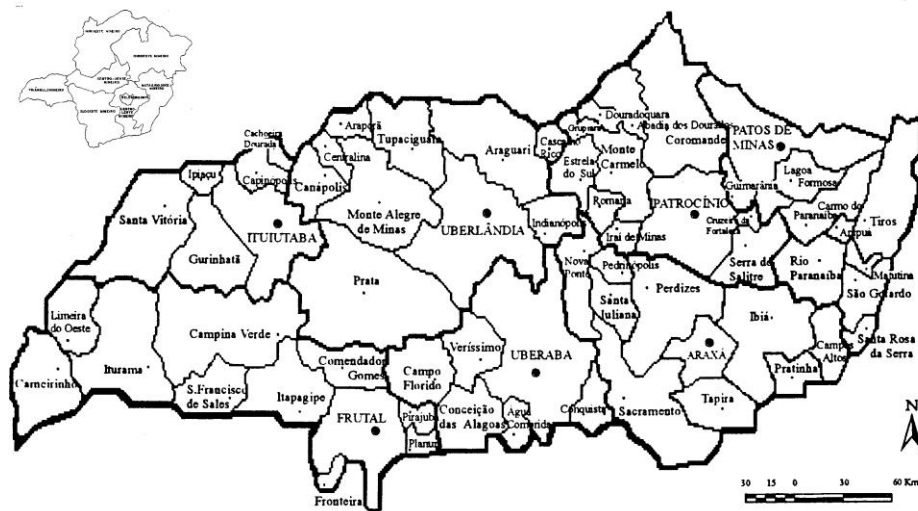
Muitos dos próprios *triangulinos* nativos e migrantes estabelecidos na região também partilham essas diferenças. Positivaram no triangulino o ideal político separatista que pairava nas prefeituras municipais e nas esferas políticas locais, seja de qualquer tendência ideológica: centro, direita ou esquerda. Ronda também em boa parte da sociedade civil, de tempos em tempos, o movimento separatista que emerge na imprensa ou nas conversas cotidianas como uma solução de justiça, principalmente quando o assunto é a arrecadação financeira tributária: evoca-se a grande parte dos impostos e do dinheiro produzidos na região supostamente escoados para outras regiões, como a pobre Vale do Jequitinhonha ou a rica capital Belo Horizonte⁴.

Mesmo com o peso do movimento separatista, não há uma negação total sobre os valores mineiros. Justamente, por estar no meio de três Estados, o Triângulo Mineiro situa-se em um espaço que engloba alguns elementos da mineiridade, como aponta um dos maiores

⁴ Até mesmo no despretenso debate sobre futebol, sendo muito mencionado em rodas de conversas como um fator a justificar a falta de identidade exclusiva do triangulino com o mineiro: o triangulino tem identificação moderada com Belo Horizonte, aqui tem gente que torce por Cruzeiro e Atlético, mas tem muito mais flamenguista, corintiano, são paulino e vascaíno.

empreendedores de Uberlândia. O empresário classifica o triangulino como um ser: “matuto igual goiano, arrojado igual paulista e pensador igual mineiro” (VILAS-BOAS, 2011, p.23).

MAPA 1 – Região do Triângulo Mineiro/MG



Fonte: (IGEO) Instituto de Geografia/UFU

Essas representações típicas das elites agrárias, empresariais e políticas se estabeleceram na região e também foram capilarizadas para outros setores da população. Pode-se afirmar que tais marcas vêm se constituindo nessa zona de fronteira espacial e simbólica, de acordo com as características do estrangeiro apontadas por Simmel:

Sua posição no grupo é determinada, essencialmente, pelo fato de ter introduzido qualidades que não se originam nem poderiam se originar no próprio grupo. A unificação de proximidade e distância envolvida em toda relação humana organiza-se, no fenômeno do estrangeiro, de um modo que pode ser reformulado de maneira mais sucinta dizendo-se que, nesta relação, a distância significa que ele que está próximo, está distante; e a condição de estrangeiro significa que ele, que também está distante, na verdade está próximo, pois ser um estrangeiro é uma relação muito positiva: é uma forma específica de inteiração. Assim, como o indigente e as variadas espécies de “inimigos internos”, o estrangeiro é um elemento do próprio grupo. São elementos que, de um lado, são imanentes e tem uma posição de membros, por outro lado estão fora dele e o confrontam. (SIMMEL, 1983, p. 1 e 2).

Essa potencialidade positiva de especificidade em relação a Minas Gerais e de proximidades com Estados diferentes criou uma espécie de consenso na formação das urbanizações das duas cidades mais populosas da região: Uberlândia e Uberaba. Paira sobre elas um espectro rural que faz pulsar um “provincianismo cosmopolita” envolvendo os valores do campo com grandes tecnologias similares aos centros urbanos brasileiros e estrangeiros. Dessa forma e nesses contextos, a menção da região também extrapola a tríade matuto-cosmopolita do *mineiro-goiano-paulista* e eleva as cidades mais populosas da região a um patamar ainda mais cosmopolita, especialmente a cidade de Uberlândia. Até mesmo a negativa de alguns projetos de reconhecimento da região como metropolitana, apresentados desde o início do século passado até os dias atuais pelos deputados da região na Assembleia Legislativa, legitimam esse desejo do devir populacional metropolitano.

É interessante como entre as populações dessas cidades, seja em parcelas de moradores ricos, seja em classes médias ou pobres, a posição local e regional está inserida em vários circuitos migracionais interestaduais, nacionais e internacionais, projetando visões de mundo e experiências distintas sobre essas aproximações, mas que de toda maneira, situa a região como importante polo. Assim, pelo alto fluxo migracional e o intenso processo de urbanização comercial, Uberlândia virou o grande centro de condensação populacional, desejando há décadas virar cidade metrópole, mas que mantém certas figurações rurais. Podendo ser entendida assim como uma cidade que sintetiza várias adjetivações: moderna, rural, violenta, barulhenta, bem planejada, coronelista, retrógrada, progressista, higienizada ou possuidora de uma cultura de “invasões” de terras.

2.2 Caiaponia, Sertão da Farinha Podre e Triângulo Mineiro: genocídio e etnocídio no controle social da colonização

O Triângulo Mineiro foi habitado por sociedades indígenas de tradição Aratu-Sapucai culminando em épocas mais recentes na ocupação dos Caiapós e, posteriormente, nas formações de quilombos e aldeias coloniais. Os primeiros colonos portugueses chegaram à região por volta do século XVIII. A sua primeira forma de ocupação colonial foi consolidada por núcleos de populações indígenas criados por colonizadores e jesuítas.

Os indícios arqueológicos dos primeiros povos horticultores e ceramistas remontam a 1.000 anos, aproximadamente, conhecidos como Tradição Aratu-Sapucaí (Barbosa; Shimz, 1998). Esses agricultores construíam aldeias na mata-galeria, nas margens dos cursos d'água, praticavam agricultura fundamentada no milho, e desconheciam a mandioca. A área de distribuição da Tradição Aratu-Sapucaí (oeste mineiro e sul goiano) correspondia quase exatamente à região dos Caiapós Meridionais. Inúmeras outras coincidências entre os achados arqueológicos e os registros históricos sobre os Caiapós levam os especialistas à suposição de que existe uma continuidade cultural entre aquela tradição e esse povo indígena do período colonial (Barbosa; Shimz, 1998). Não foram, contudo, os primeiros povoadores da região, pois uma outra cultura ainda mais antiga, a Tradição Itaparica, formada por caçadores e coletores exclusivos, antecedeu a Aratu-Sapucaí, e remontava ao final do pleistoceno (Dillehay, 2000). Nossa região em estudo, desse modo, vem sendo habitada há pelo menos 12.000 anos (LOURENÇO, 2010, p. 43 e 44).

Por esta relação entre povos indígenas e colonos portugueses, o Triângulo Mineiro foi chamado inicialmente pelos colonizadores de *Caiaponia*. Segundo Lourenço (2010), com características seminômades as populações dos Caiapós eram compostas por grupos que se juntavam no momento das plantações de milho, se dispersavam em pequenos grupos no final das plantações e se reencontravam novamente na época das colheitas. Em meio a essas etapas os nativos praticavam caças, coletas e se vinculavam em pequenas aldeias. De tempos em tempos, eram abandonadas por causa do sistema itinerante de produção agrícola.

Com as entradas e bandeiras houve as primeiras incursões coloniais no interior do Brasil. As condições interioranas, pouco exploradas face ao desenvolvimento litorâneo, e a exploração do interior das outras regiões de Minas Gerais, a partir do ciclo do ouro e diamantes, projetaram o Triângulo Mineiro como um importante ponto de passagem de viajantes, mineradores e tropeiros fazendo elo entre a parte interiorana do Sudeste e do Centro-Oeste com São Paulo e o restante do litoral brasileiro colonizado.

O caminho aberto por Bartolomeu Bueno da Silva e institucionalizado pela Coroa Portuguesa, estabelecia a *estrada de Anhanguera* como um único caminho para Goiás, incluindo pagamento de pedágios das tropas de viajantes sertanistas para o desbravador, formando assim em algumas áreas da estrada pequenos povoamentos. Esses primeiros povoamentos e arraiais criados para a exploração do ouro e diamantes, bem como o tráfego comercial na estrada de Anhanguera, sofriam violentos conflitos oriundos das incursões de ambas as populações - dos Caiapós e dos Sertanistas - impedindo em início de confronto a efetivação de habitações dos poderes imperiais e de colonos na região. Com o intuito de preservar os primeiros povoamentos, os colonos montavam policiamentos por meio de milícias para escoltar os tropeiros viajantes.

O processo histórico de constituição da estrutura econômica e política triangulina, principia-se no início do século XVII, quando essa região era apenas um ponto de passagem de mineradores e tropeiros. Entretanto, sua efetiva ocupação somente ocorreu no final do século XVIII, quando a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva cruzou as terras entre os rios Grande e Paranaíba, rumo a Goiás. A descoberta de ouro e diamantes no interior de Goiás e Mato Grosso provocou a formação de alguns arraiais nas terras do chamado *Sertão da Farinha Podre* (atual Triângulo Mineiro), em decorrência do afluxo de pessoas em direção ao Brasil Central, em busca de riquezas. Assim, desde aquele momento, essa região se constituiria em um *ponto de passagem* entre o litoral e o sertão (SOARES, 1995, p. 60 e 61)

A partir desse processo de colonização a região chamada de Caiaponia tornou-se conhecida pelos colonos como *Sertão da Farinha Podre*. Narrativas míticas demonstram como o nome da região pode ter surgido devido ao forte caráter de resistência dos indígenas Caiapós e grupos de negros quilombolas em relação às violentas expedições sertanistas realizadas pelos portugueses.

Essa região é denominada de Sertão da Farinha Podre por causa dos sacos de palha com farinhas encontrados enterrados ou pendurados nas árvores. Das histórias contadas a origem deste nome, a que mais me convence é a que afirma que quando as bandeiras se aproximavam os indígenas e quilombolas que aqui habitavam escondiam a farinha com esperança de poderem voltar alguns dias as suas aldeias. Eles se refugiavam nas matas e esperavam os bandeirantes abandonarem suas moradas após arrasá-las com saques e incêndios. Mas esta região, após a sua “descoberta” foi povoada pelos familiares dos bandeirantes. Por causa de sua localização geográfica, passou a ser um entreposto para os avanços das bandeiras. A farinha que fora escondida apodrecia com a ação do tempo, e depois encontrada pelos novos habitantes do lugar. Por causa da grande quantidade de mantimentos apodrecidos encontrados, a região da bacia do Rio Paranaíba que abrange o atual Triângulo Mineiro e parte do sul do estado de Goiás, ganhou o nome de Sertão da Farinha Podre. O Sertão da Farinha Podre era povoado pelos quilombolas saídos do Ambrósio (região de Formiga e Piuí), na metade do século XVIII. A área quilombola dessa região era denominada de Quilombo de Campo Grande, possuindo diversos núcleos, como pontos de uma rede. O Quilombo do Ambrósio foi como uma célula central de onde partiam integrantes que formavam os outros núcleos da rede (MARRA, 2005, p.3).

Além dos violentos conflitos entre nativos, negros e sertanistas, conflitos intracoloniais entre jesuítas e colonos pelo controle social dos indígenas também foram comuns na região, como em boa parte do Brasil. Esses grupos de colonos divergiam no exercício de governar tais sociedades nativas: jesuítas fazendo um trabalho de catequização enquanto que sertanistas objetivavam escravizar ou exterminar tais grupos nativos.

Pierre Clastres cria um modelo que poderá servir com um bom recurso de análise sobre essas diferentes formas de colonização do Sertão da Farinha Podre:

Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo e o etnocídio os mata em seu espírito. Em um ou em outro caso trata-se da morte, mas de uma morte diferente. Ele compartilha com o genocídio uma visão idêntica do Outro. O Outro é a diferença, claro, mas, sobretudo a má diferença. Estas duas atitudes se separaram em relação à natureza do tratamento que se deve reservar à diferença. O espírito genocidário quer pura e simplesmente negá-la. Exterminamos os outros porque são absolutamente maus. O etnocídio, por outro lado, admite a relatividade do mal na diferença. Os outros são maus, mas podemos melhorá-los, obrigando-os a transformarem-se até se tornarem possível, idênticos aos modelos em que propomos, que lhe impomos (CLASTRES, 1982, p.54).

Reproduzindo o modelo brasileiro de colonização, enquanto os sertanistas desbravavam o sertão mineiro no paradigma do genocídio, os jesuítas contrariamente desejavam promover o etnocídio do “selvagem Caiapó” oferecendo para ele o processo civilizador europeu ibérico monoteísta. Ao menos no Sertão da Farinha Podre, os primeiros venceram e o genocídio foi institucionalizado através dos *contratos de matança* conveniados entre a Corte portuguesa e milícias armadas criadas por sertanistas portugueses e nações indígenas contrárias aos Caiapós.

Segundo Pereira (2010), em 3 de setembro de 1759 aconteceria o rompimento definitivo do Rei de Portugal com o tipo de colonização realizada pelos jesuítas. Através das ordens do Marquês de Pombal, muitos foram expulsos da colônia e outros que habitavam a região foram presos e levados sob escolta para São Paulo.

Além das sociedades indígenas, os primeiros quilombos foram criados na região no século XVIII por escravos fugitivos que chegaram ao Triângulo Mineiro através da rota do rio São Francisco. Com a presença de senhores de escravo, outros quilombos ocuparam as regiões, tais como o Ambrósio, situado entre Ibiá e Araxá, Grunga em Uberaba e outro situado em Cruzeiro dos Peixotos (atual distrito de Uberlândia).

Foi somente após as expedições de desarticulação e extermínio aos Caiapós e também dos quilombolas que os povoados, aldeamentos coloniais e poderes da Coroa conseguiram se consolidar na região e se expandir para a formação de pequenas cidades. Essas expedições de extermínios, muitas vezes, eram planejadas pelos próprios governadores como narra Lourenço:

Em Carta Régia de 1749, destinada a D. Marcos Mendonça, governador da Capitania de Goiás, a Coroa portuguesa decidiu pela guerra aos caiapós, que não cessa de infestar com as mais cruéis hostilidades o caminho de São Paulo para Goiás, e até as povoações daquelas Minas. Um ano antes os caiapós haviam dizimado os garimpeiros

de um núcleo aurífero, nas cabeceiras do rio das Abelhas, no mesmo lugar onde, alguns anos depois, surgiria o arraial do Desemboque. Impunha-se uma solução militar contra os caiapós da região dos rios Paranaíba e Grande, para resguardar a segurança do tráfego da *Estrada dos Goiaes*. Para isso, o governo da capitania contratou os serviços do sertanista paulista Antônio Pires de Campos, o moço. Ainda no século XVIII era comum a contratação de paulistas pelo Estado Colonial, para a prática do sertanismo de extermínio, com o intuito de *desinfetar* os índios e quilombolas a área de fronteira (LOURENÇO, 2010, p.55).

Por outro lado, o temor à violência Caiapó também beneficiava a Coroa portuguesa no sentido de intimidar grupos e expedições alternativas de colonos que objetivavam principalmente criar rotas ilegais para comercializar ouro e diamante sem pagar os devidos impostos.

As contratações de matanças realizadas pela Coroa portuguesa com os sertanistas capitães de milícias e alguns grupos indígenas tornaram-se a estratégia institucionalizada mais comum. Antônio Pires de Campos foi um dos principais sertanistas que prestou serviços de matança para o governo imperial da época. Em 12 de outubro de 1742 foi contratado para eliminar os índios Caiapós da região. Ao assinar contrato com o governador de São Paulo, D. Luiz de Mascarenhas, ao entorno do chefe da milícia criou-se 16 núcleos de povoamentos acompanhando o trajeto da estrada Anhanguera. Somado aos dois povoamentos existentes – Santana do Rio das Velhas e Rio das Pedras – formavam os primeiros núcleos de povoamento, cujo objetivo maior era o de garantir e realizar a segurança das comitivas que circulavam pela estrada. Segundo Pereira (2010) inicialmente os aldeamentos foram povoados por índios Bororos os maiores aliados dos sertanistas portugueses nas expedições de extermínio contra os Caiapós, mas que com o passar dos tempos também foram dizimados ou “amansados”.

Mesmo com o alto grau de controle social sobre as populações marginalizadas, o desdobramento dos fluxos migracionais de fazendeiros senhores de escravos, escravos, populações quilombolas e índios para as cidades da região foram comuns. Muitos desses fluxos afrobrasileiros se tornaram habituais em vários povoados, tais como os festejos ligados aos santos de louvor negro como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia celebrados pelas Irmandades negras e ternos de congados. Essas Irmandades criaram espaços e grupos que geriam tais festejos, além de ser o ambiente para os negros instituírem formas de solidariedade, principalmente frente à morte e a doença. Essas organizações tornaram-se uma das principais referências institucionais e políticas (no sentido arendtiano) que dispunham populações pobres e negras no Triângulo Mineiro e em toda Minas Gerais. Em muitas cidades

do Triângulo Mineiro, como em Uberlândia, as irmandades ainda são responsáveis pela gestão das festas de santos negros e por uma série de ações sociais para a população devota.

Massacres feitos, povoados consolidados, devoções evocadas, o Sertão da Farinha Podre desenvolveu e expandiu seus pequenos adensamentos populacionais, cujo objetivo maior era a exploração das jazidas de ouro e diamantes. Com a rápida expansão-decadência das minas há um refluxo migracional nesses aldeamentos que, logo em seguida, consolida-se não mais pelos efeitos da mineração, mas pela produção agrícola de subsistência e criação extensiva de gado, ambas realizadas por colonos que resolveram ficar na região.

Com esse refluxo, o primeiro momento de constituição de cidades aconteceu mais tardiamente, exatamente com as migrações de boa parte de mineiros que se deslocaram internamente com a decadência das minas de ouro e diamantes, além de mineiros e agricultores de outras regiões de Goiás e Mato Grosso que migraram no final do século XVIII, com intuito de plantar e garimpar os incipientes povoados mineradores. Algumas pequenas cidades da região como Desemboque, Estrela do Sul, Grupiara, Romaria e Cascelho Rico – locais propícios para o exercício do garimpo – sofreram esse fluxo e refluxo populacional se mantendo até hoje como pequenas cidades.

Os primeiros contatos exploratórios da região datam no início do século XVII, quando jesuítas da Companhia de Jesus, buscando catequizar os numerosos índios da área, fundaram o Primeiro Núcleo da Raça Branca de Minas – A Aldeia de Sant'ana do Rio das Velhas – que não existiu por mais de 20 anos, pois esta catequese, impedindo a escravização dos índios, deu nascimento a uma ferrenha perseguição contra os jesuítas, promovida pelos brancos que queriam jugular, ao cativo, os desventurados gentios. Daí a organização de grandes Bandeiras Paulistas, marchando contra aquelas reduções que foram totalmente destruídas, entre os anos de 1628 e 1634... e o silvícola do Triângulo ficou na sua primitiva condição... foi quase um século depois, que, partindo de São Paulo, em 1722, rumo a Goiás, a expedição Bartolomeu Bueno Filho construiu a “Estrada Real”, ou “Estrada do Anhanguera”, ou “Picada do Goiás” (FREITAS e SAMPAIO, 1985, p. 22).

De forma mais ampla, nota-se em toda Minas Gerais uma figuração migracional específica em relação ao Brasil. Com as entradas e bandeiras em busca das pedras preciosas, a primeira etapa de povoamento colonial se figurou com uma população mais urbanizada, porém, devido ao alto controle social do Império, com uma escassez alimentar. A decadência das minas mudou a figuração para uma população mais ruralizada e pobre, com a passagem da exploração das pedras preciosas para o cultivo da agricultura e criação pecuária, gerando

uma população que produzia pouca riqueza, mas uma abundância de comidas. Nessa segunda etapa, tanto os embriões das primeiras cidades quanto aquelas consolidadas foram se empobrecendo, com parte das populações coloniais migrando para áreas mais ruralizadas.

Foi somente após esse processo de ruralização, somado aos resquícios urbanos da primeira etapa, que se consolidou, no início do século XX, um conjunto de cidades que objetivavam várias frentes de produção do setor primário, secundário e terciário. Dentre elas destacam-se: Uberaba, Araguari e Uberlândia (esta última chamada na época de São Pedro de Uberabinha).

Através dessa conjuntura histórica mineira, do processo de urbanização e do surgimento das cidades brasileiras, aliadas às primeiras experiências de entreposto comercial com a estrada de Anhanguera, o Triângulo Mineiro se constituiu para o Brasil como um espaço voltado à produção agropecuária e à logística do comércio, tornando-se até hoje um importante elo mediador e de escoamento das diversas produções regionais brasileiras.

2.3 Dos aldeamentos às cidades: alianças, conflitos e jocosidades entre Uberlândia, Uberaba e Araguari

Se na transição dos primeiros aldeamentos rurais para as cidades o processo de urbanização do Triângulo Mineiro começou com a passagem das pioneiras expedições bandeirantes no século XVII, essa transição para o urbano se consolidou na fase de crescente ampliação das relações mercantis, até o efetivo fortalecimento dos laços com São Paulo, por meio da inauguração da *Companhia Mogiana de Estrada de Ferro* em 1889, na cidade de Uberaba. Esta era o grande centro político, jurídico, tecnológico e religioso da região.

Em 1896 os trilhos do trem chegaram até Araguari. Ambas beneficiadas por serem *pontas de linhas*, começaram a dividir as funções produtivas da região: Uberaba focada na produção agropecuária e Araguari na comercialização e no armazenamento da produção agrícola (SOARES, 1995). Com o processo de urbanização das cidades brasileiras, houve a expansão da linha ferroviária *Estrada de Ferro Goiás* criada entre Araguari e Goiânia, aumentando ainda mais a influência da cidade na região. Essa expansão ligou o Triângulo Mineiro também com Goiás, começando a ser um importante papel de entreposto comercial, trazendo crescimento e benefícios para o início da urbanização das cidades.

Fazendo a ligação entre o Sudeste industrial e Centro-Oeste agropecuário, se especializando na produção de alimentos, sobretudo, cereais como arroz e milho, na comercialização de produtos industrializados oriundos de São Paulo que iam até Goiás e produtos agropecuários que saíam de Goiás rumo a São Paulo. Assim, o Triângulo Mineiro começa a criar os primeiros embriões de região comercial e agrícola. Neste período, a principal atividade agrícola de São Paulo era a monocultura de café e a sua produção não conseguia suprir a alimentação da crescente população, sendo necessário importar, sobretudo cereais produzidos na região, além de outros produtos oriundos do Centro-Oeste escoados pelas ferrovias. Como nesse momento São Paulo recebe mais de um milhão de imigrantes, europeus em sua grande maioria, a necessidade do consumo de mais produtos alimentícios tornou o Triângulo Mineiro uma região de fronteira altamente cambiável pela posição geográfica preenchida com o sistema ferroviário.

Uberaba, Araguari e depois Uberlândia tornaram-se as principais cidades referências das trocas não só interregionais, mas também intrarregional, abastecendo as outras cidades da região. Se nas primeiras décadas do século passado, Uberaba era o polo referência, incluindo a cidade sede do governo laico e religioso da região, com o passar dos anos Uberlândia a ultrapassa e, no final do século XX, dobra o seu contingente demográfico em relação à cidade vizinha.

Essa posição de expansão demográfica, conquistada ao longo do século XX, gerou uma competição interna entre essas cidades. As competições em alguns momentos emergem de forma jocosa⁵ e em outros de forma mais conflituosa. Nessa competição, alguns uberabenses mencionam a vantagem de viver em uma cidade que é “urbanizada e pacata”⁶,

⁵ Lembro de algumas brincadeiras muito comuns como, por exemplo, o discurso jocoso que “Uberaba é uma cidade mais evoluída, pois tem dois hipermercados Carrefour e dois aeroportos: um em Uberlândia e outro em Ribeirão Preto”. Nos últimos anos, houve a instalação na cidade desse hipermercado e do aeroporto. Por sua vez, muitos uberlandenses aproveitam esse assunto e “contam vantagem” sobre a “evolução” que Uberlândia imprimiu em face de Uberaba. Diferente das representações dos uberabenses, na perspectiva de muitos uberlandenses a competitividade jocosa com os uberabenses é dividida com as brincadeiras feitas com a população da cidade de Araguari, por sua localização geográfica ser bem mais próxima à Uberlândia do que Uberaba. Enquanto Araguari está a menos de 30 Km de Uberlândia, Uberaba situa-se a quase 100 km de distância.

⁶ Apesar desse discurso, no início do ano de 2014, uma série de ônibus queimados e ataques a policiais e base da PMMG na cidade, bem como dizeres para o fechamento de estabelecimentos comerciais em toda cidade a mando de integrantes do PCC criaram um clima de medo na cidade de Uberaba.

sempre quando distinguem características das duas cidades muitos repetem: “Uberlândia está muito violenta!”⁷.

Sendo qual forem às opiniões sérias, jocosidades, preconceitos e brincadeiras, um dos motivos mais perceptíveis para interpretar o ritmo mais lento do crescimento demográfico e urbano da cidade de Uberaba é o histórico de desenvolvimento econômico voltado para o agronegócio, sendo uma das principais cidades brasileiras e mundiais na criação de gado. Com o passar das décadas, o setor agropecuário foi se desenvolvendo em muitas frentes: cooperativas leiteiras, gado de corte e principalmente com o desenvolvimento da engenharia genética bovina. Várias fazendas possuem tecnologias de ponta na inseminação artificial de raças como Girolando, Zebu, dentre outras⁸. Assim, as dificuldades internas de expansão urbana por causa do relevo acidentado e a própria estratégia governamental de priorizar apenas o setor primário, face ao setor secundário e terciário, fazia de Uberaba uma cidade polo apenas no agronegócio e com baixo crescimento populacional.

Inicialmente, Uberlândia teve como marco inicial do seu processo de urbanização mais tardio a construção em 1912 da sede da *Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal*, criando a primeira estrada de rodagem rodoviária ligando a região a recém-construída *Ponte Afonso Pena*. Em 1909 a ponte foi criada sobre o rio Paranaíba, ligando ainda mais a região do Triângulo Mineiro aos Estados do Centro-Oeste.

Desenvolve-se uma relação complementar da rede rodoferroviária e o povoado subordinado a Uberaba que começa a se urbanizar e se constituir como cidade, entrando ainda

⁷ Outros até lamentam de forma explícita o desenvolvimento da cidade vizinha, reconhecem sua evolução, mas sempre apontam aspectos considerando a sua cidade mais desenvolvida. “Uberlândia passou Uberaba, mas a nossa medicina aqui [refere-se ao curso universitário de medicina na UFTM] e a nossa área de tecnologia de agropecuária é muito mais desenvolvida que lá”: comentário esse feito por vários moradores uberabenses (desde os mais jovens até os mais velhos). Não é à toa que para alguns uberabenses, se houver a separação do estado do Triângulo Mineiro “a capital deveria se Ituiutaba”, uma cidade campo neutro.

⁸ O Parque de Exposição da ABCZ também possui uma importância muito grande para o desenvolvimento do setor agropecuário, realizando a EXPOZEBU importante evento internacional sobre gados. Além disso, o Parque de Exposição se tornou o grande espaço da UDR – União Democrática Ruralista, associação criada pelos grandes proprietários rurais para combater principalmente o crescimento das ocupações dos movimentos sem-terra da região. Outros fatores que contribuíram decisivamente para o menor adensamento demográfico foram: a topografia da cidade cravejada em sete colinas dificultando o crescimento espacial ao longo dos anos e o foco mais exclusivista do ensino superior no setor agrário e de saúde, com a grande maioria de cursos oferecidos serem de zootecnia, alimentos, medicina veterinária, medicina, enfermagem, agronomia. Somente no final do século XX começa um planejamento realizado por algumas universidades, sobretudo pela UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, oferecendo vários cursos em outras áreas acadêmicas. Esse fator fez com que boa parte dos jovens oriundos das pequenas cidades e fazendas da região, do interior de Goiás e de São Paulo migrasse para a cidade de Uberlândia para estudar.

que morosamente no circuito, juntamente com Araguari, de entreposto e distribuição de mercadorias entre Sudeste e Centro-Oeste.

A instalação em 1912 da Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal, que se constituiu em verdadeiro elo, interligando a Mogiana e a Ponte Afonso Pena. As rodovias construídas por aquela funcionavam como afluentes das estradas de ferro, assegurando o escoamento de produtos e o transporte de passageiros intra-regionalmente entre 32 localidades e, inter-regionalmente entre 24 de Goiás e 18 do resto de Minas (FREITAS e SAMPAIO, 1985, p. 28).

Adjunto à ligação rodoferroviária, a cidade de Uberlândia, na virada do século retrasado, fez um planejamento urbano racionalizado e implementado de forma plena, propiciando a expansão demográfica. Se o Brasil formou a maioria das suas primeiras cidades no modelo português *aventureiro*, a cidade de Uberlândia, pelo menos inicialmente, fugiu da regra.

Sérgio Buarque de Holanda, ao analisar e comparar a formação das primeiras cidades brasileiras com as latinas colonizadas pelos espanhóis divide as práticas de construção desses dois colonizadores.

Em nosso próprio continente a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou na portuguesa: por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes números de povoações estáveis e bem ordenadas. Um zelo minucioso e previdente dirigiu as fundações das cidades espanholas na América. O próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste. A construção da cidade começaria sempre pela chamada praça maior. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo, impõem-lhe antes o acento voluntário da linha reta (HOLANDA, 1995, p. 96).

Em contraposição aos espanhóis, muitos aventureiros portugueses mais interessados na comercialização dos produtos nativos não se preocupavam com a organização cartesiana das suas cidades. No Triângulo Mineiro é visível como algumas dessas cidades mantiveram os aventureiros traçados sinuosos favorecendo uma diminuição dos fluxos de crescimento populacional. Fugindo desse modelo, as possibilidades de expansão populacional de Uberlândia, por ter tido um planejamento aos moldes dos ladrilhadores espanhóis, ainda beneficiado pelo plano relevo e pelo empreendedorismo liberal dos estrangeiros comerciantes

donos de imobiliárias, contribuíram de forma decisiva para o crescimento demográfico da cidade ao longo do século XX e, como veremos, para o desenvolvimento de um controle social e racial em seu planejamento urbano.

Seja apreciada pela sua população interna, seja admirada ou criticada pelos “de fora” e mesmo mensurada como cidade de médio porte pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹, Uberlândia consolida-se como um grande polo econômico e comercial da região, com um forte e arrojado centro de planejamento de distribuição de mercadorias pelo Brasil. Com a implementação dos métodos comerciais *just in time*, aliados à consolidação dos setores industriais e agropecuário, a institucionalização federal do ensino superior e de um planejado urbano especulativo imobiliário, a cidade se transformou na segunda maior do Estado, a quarta maior população interiorana do Brasil, abrigando um grande contingente de fluxos migracionais oriundos de todas as estratificações de classes sociais.

Com o rápido crescimento demográfico e absorção de uma grande população de migrantes, mudanças na arquitetura das casas e das ruas, construção de grandes obras estruturais, duplicação de rodovias, alargamento de ruas e avenidas, tráfego intenso de veículos, criação de tecnológicos dispositivos de segurança pública e privada; relativo anonimato ao transitar na rua, pontos diários de congestionamentos, tráfego de veículos tenso, vários pontos de enchente em períodos de chuva, ocupações e formação de bairros irregulares e por fim, mais recentemente, a consolidação de hábitos amparados na sensação de insegurança e no medo de sair na rua por conta das “altas” estatísticas dos crimes contra patrimônio e contra pessoa; todas essas características adentraram em Uberlândia em período recente e projetaram novos modos de planejamento urbano, seja pelos agentes da política institucional, seja pelos governos multifacetados da própria população.

⁹ Pelas fontes do IBGE de 2009, Uberlândia estava com 634.345 habitantes. Com 294.616 habitantes Uberaba situava-se como a segunda maior cidade da região e as cidades de Patos de Minas, Araguari e Ituiutaba possuíam depois das duas cidades, respectivamente, as maiores taxas demográficas. Patos de Minas com 139.841 habitantes, Araguari com 111.095 habitantes e Ituiutaba com 96.759 habitantes, são consideradas cidades pequenas que estão crescendo, se urbanizando e equipando com a descentralização de universidades e instituições públicas e privadas de educação, acolhimento de alguns setores empresarias de logística, bem como alguns benefícios federais de infraestrutura, como construção de viadutos e estradas duplicadas.

2.4 Trajetórias do controle social em Uberlândia: a segurança pública entre o centro e a periferia

Em alguns dos primeiros registros históricos sobre Uberlândia consta a família de João Pereira da Rocha, em 1818, como a primeira a tomar posse das sesmarias às margens do córrego São Pedro e, a partir daí, formar um pequeno núcleo de 20 famílias que criaram o *Arraial de Nossa Senhora do Carmo de São Sebastião da Barra e São Pedro de Uberabinha*.

Todavia, relatos controversos como o de Oscar Virgílio Pereira (2010) demonstram a entrada de outras famílias em tais glebas, antes do dito fundador:

Certamente envolvido primeiramente em se acomodar logo, trazendo mudança de longe, João Pereira da Rocha somente conseguiria sua carta de sesmaria em 29 de maio de 1821. Foi José Joaquim Carneiro quem, embora tenha chegado depois dele, recebeu a carta de Sesmaria expedida em primeiro lugar no atual Município de Uberlândia, no dia 11 de abril de 1820. Depois dessa foram expedidas as cartas de José Alves de Rezende, em 23 de fevereiro de 1821 e de Francisco Rodrigues Rebelo, em 18 de maio de 1821. Em quarto lugar é que saiu o documento de João Pereira da Rocha, em 19 de maio de 1821 e depois desses títulos de Demétrio José de Andrade, em 17 de janeiro de 1822 e de Joaquim Pereira da Rocha, em 29 de janeiro de 1822. Estas seis cartas de Sesmaria foram as únicas expedidas sobre as terras localizadas na região que viria a ser o Município de Uberlândia. Mesmo sendo enorme a área abrangida por uma sesmaria – três léguas por uma – fica certo que a ocupação do Município de Uberlândia (assim também de todo o território do qual se originou o Triângulo Mineiro) não teve origem somente em concessão de cartas de sesmaria. Como se verá a maior parte da ocupação, até 1850, teve origem em simples posses, sem título nenhum de domínio (PEREIRA, 2010, p.88).

Para um entendimento da situação antiga e atual do planejamento urbano de Uberlândia, o sistema de sesmaria foi finalizado no Brasil em 17 de junho de 1822, por D. Pedro I. Após essa época, a simples ocupação passou a ter legitimidade jurídica, o que influenciou o planejamento rural/urbano no país. Em Uberlândia, foi inicialmente através da divisão dessas sesmarias que se deu a constituição de um pequeno núcleo urbano com o bairro do Fundinho e, posteriormente, regiões no entorno das sesmarias começaram a ser ocupados, principalmente por camponeses agregados. Apesar de considerado atualmente um bairro charmoso, local que acolhe restaurantes, museus e espaços culturais, em sua época inicial, sem planejamento urbano, foi constituído de forma bem sinuosa e assimétrica. Com a venda de alqueires de terras para o Patrimônio da Capela de Nossa Senhora do Carmo de São Sebastião da Barra, a constituição de uma área urbana foi o processo seguinte para a expansão do núcleo habitacional. Como consta nas pesquisas locais, da geógrafa Beatriz Soares (1995)

e do antropólogo José Carlos Gomes Da Silva (1996), a criação dessa área urbana computava, em 1858, mais de 40 casas. Ainda foram erguidas uma capela de adobe com barro e pequenas lojas, a população era de mais ou menos 150 moradores. Se nesse espaço urbano situava-se a parte mais nobre do povoado, também há registros de uma área urbana denominada de Chapada, localidade habitada por trabalhadores mais pobres.

Com a estação da Mogiana (situada próximo ao atual Terminal Central dos ônibus circulares e o Fórum) criou-se um vazio habitacional entre as primeiras áreas povoadas no bairro Fundinho e a estação ferroviária. A transformação dessa área vazia em planejamento urbano contou com uma organização cartesiana: a implementação integral entre 1907 e 1908 do centro da cidade a partir de um projeto urbanístico realizado pelo engenheiro Mellor Ferreira Amado.

Como ressalta a geógrafa Soares (1995) cinco avenidas paralelas e oito ruas transversais projetaram a cidade em parâmetros urbanos modernos facilitados pela topografia plana. Duas avenidas foram destinadas para as casas luxuosas da cidade e nas outras os comércios. Percebe-se que o espírito capitalista ultrapassou o modelo ibérico, acoplando um modelo liberal de conduzir a cidade, potencializado pelas oportunidades da organização do comércio e da ligação rodoferroviária. Nesse desenho de planejamento urbano moderno houve também a expulsão da população de baixa renda da parte central da cidade. As casas deveriam ser constituídas por certos parâmetros e apenas as populações mais ricas conseguiam empreender. Inicia-se assim a consolidação de um controle social através de uma segregação urbana com a constituição das vilas e das primeiras regiões de diásporas. Desde o início do povoado, gestões institucionais do governo municipal foram realizadas por um grupo composto por políticos, fazendeiros, empresários e donos de imobiliárias.

A partir da instalação dessa nova estrutura urbana, os empresários locais passam a investir em imóveis comerciais nas avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto; e na construção de belas e luxuosas residências, nas avenidas Cipriano Del Fávero e João Pinheiro. Essas avenidas rapidamente receberam serviços públicos básicos, tais como: redes de distribuição de água e de coleta de esgoto sanitário, arborização, iluminação pública e calçamento, para que pudessem ser ocupadas, principalmente, por prédios comerciais e de serviços e residências de luxo. A paisagem urbana de Uberlândia modificou-se bastante, à medida que a cidade crescia, seguindo o novo caminho criado pelas avenidas, onde se instalaria posteriormente o novo núcleo central. As antigas residências ali existentes foram, pouco a pouco, desocupadas e demolidas, fazendo surgir, ao longo dos anos 40/50, casas comerciais, serviços e edifícios, que redesenharam o espaço da cidade, mas que, no entanto, expulsaram a população de renda mais baixa, alojada em partes daquela área já há algum tempo (SOARES, 1995, p. 107).

Seguindo uma tendência progressista e ordeira de governo em relação ao planejamento urbano da cidade, tal elite política imprime uma orientação amparada no controle social entre: *ricos/centro e pobres/vilas-diásporas*. Ao longo das três primeiras décadas do século XX, o centro da cidade passa a abrigar imponentes prédios, praças e mansões sob a tutela de um rígido controle populacional, cujas premissas eram a ordem, a limpeza e a beleza.

Para que essa paisagem urbana fosse mantida, políticas de higienização foram impostas aos moradores, não sendo permitido jogar lixo nas ruas, pois o serviço de limpeza era muito rigoroso; as fachadas dos prédios deveriam ser pintadas anualmente; os passeios públicos eram constantemente consertados; e as praças reformadas. Existia, ainda, um manual com normas de manutenção de limpeza da cidade, e inclusive, até os pedintes eram retirados das áreas públicas, como forma de *limpar as ruas*. Semanalmente, era feita uma verificação por equipes de fiscalização da prefeitura, tendo em vista assegurar a ordem, a limpeza e a aparência da cidade, uma vez que estas exprimiam a *saúde e o bem-estar* da população, enfim a prosperidade da cidade (SOARES, 1995, p.116).

Algumas contraposições em relação ao bairro Fundinho eram ressaltadas. Dentre elas a distinção entre a modernidade cartesiana do novo centro e a ligação urbana duvidosa do antigo centro estabelecido em uma região acidentada, brejeira e ligada diretamente com o córrego São Pedro.

Nessa orientação a região da parte baixa da estação ferroviária da Mogiana onde se situam os bairros denominados de vilas: como o Martins, Vila Carneiro, Osvaldo, Operário e Bom Jesus foram destinados aos trabalhadores braçais da ferrovia que, em sua maioria eram, segundo a narrativa de vários entrevistados, da população negra. Das antigas vilas às atuais periferias pobres permaneceu na cidade um antigo estigma que alcunha o tipo de morador desqualificado da cidade de *vileno*.

Mesmo hoje com os bairros considerados vilas se tornando bairros centrais e muitos habitados por uma população classe média, a denominação vileno ainda é muito habitual na cidade entre os jovens e adultos de todas as classes sociais, adjetivando alguns tipos de jovens pobres de periferia e, eventualmente, alguma pessoa de classe média ou alta enquadrada de forma negativa por certas ações ou portes corporais “incivilizados” realizados em público. Curioso entender como esse termo é empregado de forma muito habitual e reproduzido de geração para geração na cidade de Uberlândia, em função desse controle social do planejamento urbano.

Além das vilas, duas regiões - da diáspora negra, o atual bairro Patrimônio, e o bairro Lagoinha, colônia de moradores denominados na época de “leprosos” – se formaram em áreas urbanas separadas da cidade. Segundo alguns pesquisadores, como Clemente e Silva (2013), o bairro Patrimônio, nascido em 1883, estava situado a 2 km do núcleo urbano, separado pelo córrego São Pedro e foi uma região doada ao patrimônio de Nossa Senhora da Abadia pelo fazendeiro José Machado Rodrigues. Tais terras foram cedidas pela igreja às pessoas pobres e negras impossibilitadas de morarem no espaço urbano central.

Segundo o antropólogo Silva, o bairro Patrimônio se constituiu como uma espécie de quilombo urbano lócus das práticas sociais negras desde o final do século XIX, em razão da atração da mão de obra escrava. Em 1894, com a fundação do Matadouro Municipal, outra parcela da população negra livre migrou para a localidade a fim de trabalhar na empresa. Uma grande área pantanosa em torno do córrego São Pedro separava toda a cidade do território negro. Essa travessia possuía apenas um caminho conhecido como Ponte do Val.

Apenas uma ponte improvisada, a Ponte do Val, permitia o acesso da coletividade negra ao centro urbano e aos bairros nobres, que situavam-se na parte alta da cidade, hoje bairros Lídices e Tabajaras. Esses bairros atraíram, especialmente para os serviços domésticos, a mão-de-obra feminina do Patrimônio. A Ponte do Val frequentemente citada nos depoimentos, simbolicamente representava, a via estreita de comunicação, possível entre negros e brancos no início do século. Era na verdade uma via de mão única, pois apenas os negros se mobilizavam em direção ao centro urbano e aos bairros nobres situados na outra margem. Aspectos relacionados à topografia contribuíram para o isolamento étnico. Como o centro urbano situava-se no ponto mais elevado e separado pelo córrego São Pedro, tais fatos dificultam o acesso da coletividade negra à região central. Mas trata-se de uma questão não apenas de ordem geográfica. Fatores socioeconômicos que abaixo analisaremos explicam melhor o isolamento da população negra nesse espaço (SILVA, 1996, p.61).

Moradores mais antigos do bairro ainda lembram como eram chamados na cidade de *pés vermelhos* devido à travessia feita, em época de seca, na poeira vermelha e, em época chuvosa, na lama. Nas primeiras décadas do século XX, as atividades econômicas desenvolvidas no entorno do bairro com o Matadouro e em 1929 com a instalação da Charqueada, contaminaram o rio Uberabinha e o córrego São Pedro com dejetos de animais mortos, fato que contribuiu com a grande insalubridade da região e maior segregação socioespacial do bairro. Os trabalhos nos estabelecimentos também tinham um caráter sazonal por ocorrer apenas na época do “boi gordo”. Na década de 1950, com a instalação do

Frigorífico Omega¹⁰, potencializam-se os problemas ambientais próximo ao bairro, como aponta da Silva (1996) compilando uma reportagem de 1966 do jornal da cidade:

A iluminação pública no bairro Patrimônio é somente na rua General Osório. A escuridão é quase total. Apenas alguns quarteirões têm água. O resto é na base da cisterna. Quanto a calçamentos não há (...) O Grupo Escolar Felisberto Carrijo resolveu o problema da escola. Até ajuda na alimentação. A falta de canalização do córrego São Pedro é um drama. O bairro mais antigo da cidade merecia mais progresso... há necessidade tremenda de um telefone público. Será um melhoramento indispensável para nosso povo que se acha praticamente isolado da cidade. Pleiteamos também uma linha de ônibus (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 17/06/1966, citado por SILVA, 1996, p.47).

Ao longo de todo esse tempo, a criminalização das práticas religiosas e estéticas dos afrodescendentes também constituiu uma forma de controle social da elite branca da cidade. Os filiados à Irmandade do Rosário tiveram uma série de conflitos com o poder público e com a população branca. De acordo com os pesquisadores, reportagens e depoimentos, tais práticas além de segregadas por políticos, muitas vezes, eram coibidas de forma violenta, contando inclusive com o auxílio da repressão policial. Exemplo citado pelo antropólogo é a de um delegado perseguidor do ritual religioso classificado por ele como “farra de negros”. As práticas devocionais das Irmandades na capela situada em frente à Pr. Clarimundo Carneiro, local onde foi edificado o pomposo Palácio dos Leões, primeiro símbolo arquitetônico e político da cidade, foram deslocadas da região.

A primeira capela dedicada à devoção da comunidade negra foi fundada e construída onde hoje se instala a escola Enéas de Oliveira Guimarães. Por ordem do político Arlindo Teixeira, que residia na praça Dr. Duarte e estava incomodado com a movimentação de negros, foi construída uma nova igreja que posteriormente deu lugar a atual igreja do Rosário, na praça Rui Barbosa, em terreno doado por ele (CORREIO DO TRIÂNGULO, 14/11/1993, citado por SILVA, 1996, p.32).

Desde sua formação inicial em Uberlândia até os dias atuais, as festas do congado são práticas centrais na sociabilidade da população afrodescendente da cidade. As mudanças impostas no trajeto do cortejo, as cusparadas das famílias moradores dos “arranha-céus” – prédios situados nas ruas centrais – nos integrantes dos ternos, o interdito da festa realizada no

¹⁰Neste frigorífico trabalharam figuras importantes no cenário artístico da cidade, como o moçambiqueiro Vô Charqueada, boa parte da família e os próprios integrantes da dupla caipira Pena Branca & Xavantinho.

início do ano também são fortes indícios do rigoroso controle racial realizado contra tais manifestações ao longo do tempo. A tensão com a polícia, amenizada pelo poder da rainha do congado é traduzida em uma das letras de domínio público mais cantadas do congado - “*Tá caindo fulô*”: “Lá na rua de baixo, lá no fundo da horta, a polícia me prende, olê lê, a rainha¹¹ me solta”.

Atualmente, mesmo com algumas dessas práticas acontecendo episodicamente, como as cusparadas, a festa foi englobada no calendário religioso e político da cidade, sendo admirada e elogiada por boa parte da população branca. Todavia, novas intolerâncias também aparecem como na segunda-feira (a festa de outubro ocorre no terceiro domingo e segunda-feira do mês) quando as pessoas dos ternos são acusadas de atrapalhar o trânsito na região central e até questionadas por “não estarem trabalhando em dia útil”.

Existe ainda outra narrativa, lembrada nos dias de hoje, que exemplifica os desejos disciplinares de segregação espacial da elite política e social da cidade quanto aos dispositivos de controle racial negro: o suposto interdito da entrada de Pelé em um clube da cidade. Mesmo Pelé desmentindo isso publicamente, não deixa de reverberar e de ser evocado inúmeras vezes nas conversas da população, reforçando o discurso do ritual de separação entre negros e brancos.

Tais dispositivos de controle racial vão se habituando na vida cotidiana e essa segregação urbana se refletia até mesmo em algumas avenidas principais do centro da cidade. Segundo relatos de moradores antigos, havia uma espécie de etiqueta nos usos públicos da Av. Afonso Pena: um lado da calçada para a elite branca da cidade e o outro lado para os negros pobres. Além disso, muito se relata dos interditos da entrada da população negra nos bares do centro da cidade e no luxuoso clube que acolhia festas e eventos da população de elite.

Outro exemplo muito recorrente da segregação espacial também recai sobre o antigo cinema. Possuía uma divisão espacial que direcionava a população de negros e pobres ao lado de baixo do cinema, local denominado pela população branca como *Polerinho*, enquanto a população branca e rica situava-se na parte superior. Além da melhor visibilidade, o cinema

¹¹Nas festas de congado realizadas na cidade e em toda a região a figura da Rainha e do Rei congo representam coletivamente o maior elo entre a população negra desse mundo e a ancestralidade sagrada extramundana.

permitia o uso de tabaco apenas na parte superior do cinema, portanto, apenas a população branca possuía o direito de fumar.

Apesar do visível repúdio de grande parte da população branca e classe média ao carnaval de rua de Uberlândia, várias narrativas sobre sua história evocam que a segregação racial nos usos públicos só terminou na Av. Afonso Pena quando a Escola de Samba Tabajaras, do bairro Patrimônio, ao desfilar na avenida chamou e uniu brancos e negros para se misturarem por meio do samba e do carnaval. Essa narrativa contada por pessoas envolvidas com o carnaval da cidade sacraliza a importância do carnaval de rua como um evento público de agregação racial. Por outro lado, ainda permanece na opinião de boa parte da classe média branca a desqualificação da manifestação popular, adjetivando-a de “amadora” e, principalmente, de “vilena”.

Antes de chegar a esse momento sagrado de agregação social, o carnaval de rua organizado pela população negra, iniciado no final da década de 1920, em contraposição aos eventos carnavalescos da elite branca direcionadas para os clubes, adentra a década de 1930 como caso de polícia. Segundo pesquisas de Pedro Barbosa:

Nos anos seguintes começa-se a perseguição da polícia ao carnaval de rua. Os ânimos moralistas vêm a tona, dizendo que a cidade e a pátria tinham preocupações maiores para se ocuparem, ao invés de promover uma festa profana. A partir daí, começa a decadência do carnaval de rua. No final da década ele se esvazia, desaparece o esplendor das fantasias caras e dos corsos, a ponto do jornal “O Repórter”, de 26 de fevereiro de 1939, desconhecer o desfile sempre bem organizado dos ranchos negros e dizer que foi “chulé” e que, por outro lado, o baile do Uberlândia Clube foi delirante. A década de 40 sofreu uma carga de guerra que influenciou o carnaval e estimulou ainda mais os ânimos moralistas. Desta forma, o carnaval foi suspenso por algum tempo e permaneceu calado na mídia local. Ainda como elemento desmotivador foi baixada uma portaria policial que regulamentava o comportamento popular com determinações curiosas. Nos bailes públicos, o cidadão que portasse máscara tinha que levá-la na portaria do clube para que fosse identificado. Também era proibido o uso de serpentinas e confetes já, há muito, utilizados pelos corsos (BARBOSA, 1999, p. 70 e 71).

Dessa maneira, torna-se evidente na história de Uberlândia que parte do poder público e civil imprimiu um controle social e segregação racial no que tange elementos do planejamento urbano e das festas das populações negras. Nesse período, esses eventos afrodescendentes não foram selecionados no projeto da ordem, da limpeza e da beleza urbana da cidade.

Todavia, os relatos sobre os rígidos controles sociais das populações também respingavam nos segmentos mais ricos, como relatado na história contada por um antigo político da cidade ao jornalista Ivan Santos (2014):

Odilon Custódio Pereira, de tradicional família uberlandense, era chefe político da UDN, partido pelo qual Rondon Pacheco ingressou na política mineira. A UDN era constituída em Uberlândia por políticos do antigo Partido Cocão, todos adversários declarados do Partido Coió. Sem mencionar o nome do personagem, Odilon Custódio Pereira contou-me que, no passado, um coronel dos Coiós aliciava eleitores da zona rural de forma singular e personalizada. Quando os coiós estavam no poder, o coronel chefe-político mandava e desmandava no município. Certa vez um líder cocão, morador em uma região bastante povoada na zona rural apareceu na cidade para cumprir obrigações. O coronel chamou o delegado que o obedecia fielmente, mostrou-lhe o fazendeiro circulando na rua e ordenou: “Prenda aquele homem para averiguação e leve-o para o Distrito; mais tarde irei lá e lhe direi o que fazer”. O delegado cumpriu a ordem. À tarde, o poderoso coió foi à delegacia e viu o fazendeiro detido. Com voz impositiva indagou ao delegado: “O que faz este cidadão aqui?” Resposta do delegado: “Foi detido para averiguação, coronel”. E o chefe: “Este homem eu conheço; é um cidadão do bem e, embora seja meu adversário político eu me responsabilizo por ele por ser homem honrado e cumpridor dos seus deveres! Liberte-o imediatamente!”. O delegado fingindo-se humilhado, respondeu: “Sim, senhor!”. Em seguida chamou um soldado e mandou libertar o homem. Então o coronel chamou um criado dele e deu-lhe uma ordem enérgica: “Chame meu motorista e diga a ele para levar este homem aonde ele quiser aqui na cidade e depois na fazenda onde ele mora”. Em seguida retirou-se sem conversar com o adversário. O motorista compareceu, colocou-se à disposição do fazendeiro, deu com ele as voltas que ele quis e, em seguida, se prontificou para levá-lo até a fazenda. O fazendeiro reagiu: “Não precisa porque eu vim a cavalo e não tenho onde deixar o animal”. Então o motorista, que tinha sido orientado pelo patrão, explicou: “O coronel já mandou um cavaleiro levar seu cavalo até sua fazenda”. O fazendeiro sentiu-se prestigiado e aceitou a gentileza oferecida pelo adversário. O aliciamento político em Uberlândia, no começo do século passado, segundo Odilon Custódio Pereira, era personalizado e digno de contos da comédia humana regional (IVAN SANTOS, 2014).

Com a chegada da década de 1950, a construção de Brasília, a expansão demográfica na cidade, o processo descontrolado de loteamentos em regiões periféricas, o forte controle social sobre os espaços urbanos se amplia e o centro passa a englobar certas regiões circunvizinhas que antes eram periféricas, além do intenso crescimento vertical dos *arranha-céus*; tais como o Edifício Tubal Vilela, inaugurado em 1960, prédio de 16 andares contendo apartamentos de 1, 2 ou 3 quartos, lojas comerciais, bares e lanchonetes. O edifício foi um marco arquitetônico e histórico muito importante na verticalização de Uberlândia. Verificando o impacto da construção na mídia da época, Soares compila a seguinte reportagem:

até que finalmente a capacidade atrevida de Tubal Vilela, cansado de dividir áreas suburbanas em lotes para vender em prestações aos operários, resolveu dar aspecto de metrópole a Uberlândia, furando as nuvens razantes com um arranha-céu de dezesseis planos de moradia. Os locatários, mostrando que são gente civilizada, surpreendeu-no

com uma procura que esgotou os apartamentos. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 25/01/62:05, citado por SOARES, 1995, p.165).

Outras localidades mais periféricas, apesar de algumas poucas conquistas comerciais, não possuíam quase nenhuma estrutura, muito menos formas de controle social. Bairros como Martins, Osvaldo, Roosevelt, Operário, Tubalina e Saraiva são mencionados como localidades com falta de água, energia precária ou inexistente, problemas graves de enchentes, além de problemas com lixões em terrenos baldios. O crescimento desordenado de vários bairros longínquos, cujos vazios imobiliários favoreciam certos segmentos políticos empresariais, foi a principal tônica usada no planejamento urbano da cidade.

Em 1938, a oferta de terrenos cresceu quase 50%, uma vez que passou de 5 mil para 7,2 mil terrenos, num período em que a população quase não se altera (19.633 hab. - 1937 e 20.114 hab. - 1938). Seis anos mais tarde, entre 1945/46, o número de lotes lançados no mercado cresce de 8 mil para 12.193, quando a população aumenta, apenas 500 habitantes. O mesmo acontece em 1953/54 quando esse número passa de 14 mil para 23.600 habitantes (SOARES, 1995, p.133).

Segundo a geógrafa, nas vilas os lotes eram aprovados com todo tipo de irregularidade, tais como metragem de terreno menor, casas feitas fora do lugar e em ruas fechadas, as loteadoras não deixavam locais para espaço público e de lazer, estreitavam as ruas ao máximo para ganhar mais espaço para a venda, além de não construírem calçamentos e infraestrutura básica.

Assim, alguns empresários começam a lucrar duplamente: 1) cultivando grandes terrenos e áreas vazias à espera de uma valorização com o crescimento demográfico; 2) aumentando de forma irregular o número de lotes à venda através da diminuição para 200m², quando o mínimo exigido era de 300m².

E assim foram crescendo os subúrbios, as chamadas *vilas* de Uberlândia, com adensamento de população, moradias e problemas de falta de água, energia elétrica, áreas de lazer, escolas e calçamento. Nesses lugares, a paisagem urbana em nada lembrava a *Cidade Jardim*, cantada em verso e prosa pelos administradores públicos, pelos empresários e jornalistas. Consequentemente, a cidade foi pensada e projetada historicamente, seguindo a lógica de mercado, princípio em que a exploração da terra urbana teria que ser a mais lucrativa possível, gerando vultosos recursos aos proprietários da terra, aos incorporadores imobiliários, enfim aos gestores do espaço urbano (SOARES, 1995, p.136).

Essa figuração histórica iniciada no final do século XIX adentrou a cidade até a década de 1960, com uma separação entre a falta de controle social das vilas em relação ao rígido controle social do seu moderno, higiênico e belo hipercentro. A partir da década de 1970, com a intensa expansão populacional e multifacetado fluxo migracional, a expansão dos bairros em todos os setores fizeram os dispositivos disciplinares de separação espacial e racial – ricos/centro – pobres/periferias (vilas e diásporas) – serem rompidos.

Desde então, parte da elite deixa as mansões das avenidas do centro e se desloca para algumas regiões periféricas, para além dos córregos. Como a zona sul: área com maior agregação de bairros luxuosos, como Lídice, City Uberlândia, Jardim Karaíba, Jardim Altamira e Morada da Colina, construídos em áreas periféricas ricas e completamente estruturadas. Inicialmente, muitas casas e mansões situadas nesses bairros, ao serem construídas tiveram suas arquiteturas baseadas no modelo americano das *casas sem muros*. Esse modelo ainda foi replicado em conjuntos habitacionais menores, nos bairros de classe média como Santa Mônica, Progresso, Jardim Finotti, Vigilato Pereira e Umuarama, ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Recentemente, a região periférica do setor sul tornou-se uma das regiões mais habitadas por condomínios fechados luxuosos. Tal fato se deve, em parte, à estruturação de largas avenidas e à abertura do acesso, via ponte – entre os bairros Cidade Jardim e Jardim Karaíba – além da recente criação do novo Uberlândia *Shopping* e presença de universidades particulares. Esse setor também acolhe alguns bairros populares dentro e no envolto, tais como o São Jorge, *Shopping Park* e o próprio bairro Patrimônio.

A saber, com o crescimento da cidade, a nova centralização geográfica do bairro Patrimônio, situado no início do luxuoso setor Sul, fez da diáspora uma localidade completamente urbanizada, asfaltada e espacialmente redimensionada. Com a valorização dos clubes esportivos luxuosos próximos à Av. Rondon Pacheco, reformada a partir de uma infraestrutura hipermoderna¹², foi gerada uma forte valorização imobiliária. Antigas casas dos moradores negros constituídas no local foram derrubadas para a construção de prédios e os

¹²A reforma em tese conseguiria fazer a contenção das recorrentes enchentes (apesar do projeto urbano não ter conseguido resolver esse problema). A avenida tornou o grande elo da zona oeste, zona leste e centro da cidade, motivando uma grande valorização dos terrenos e a constituição de dezenas de prédios de classe média e classe média alta no entorno do bairro.

moradores migraram para bairros mais distantes. Por todos os lados, antigas ruas do bairro foram englobadas pelo bairro Copacabana ou pelo rico bairro Jardim Karaíba.

A mudança a partir da década de 1980 e 1990 de várias famílias negras do bairro Patrimônio para bairros mais afastados do centro, principalmente localidades como: *Shopping-Park*, Morumbi, Jardim Canaã e Mansour; novos bairros situados nas periferias mais longínquas se tornaram, portanto, agregados a um grande contingente populacional de migrantes oriundos do norte de Minas Gerais, Nordeste e de regiões camponesas próximas, reagrupando novas gerações em novas localidades de *diásporas das diásporas negras* na cidade.

Também se inicia nas periferias de vários setores da cidade a construção de chácaras e *condomínios fechados*. Tais condomínios fechados, ainda incipientes, como os famosos Mansões Aeroporto, situado no setor Leste, e o Morada do Sol, no setor Oeste – seguiram um modelo de planejamento urbano parecido com os modelos dos enclaves fortificados¹³ da capital paulista. Os loteamentos de condomínio fechado ainda são construídos intensamente, principalmente a partir da virada século XXI, quando a criminalidade na cidade começa aumentar.

Erguidos em todos os setores, sua maior concentração aconteceu em algumas áreas das regiões Sul e Leste. Predominam no setor Sul os condomínios horizontais de alto luxo, enquanto na região leste os prédios são economicamente mais acessíveis direcionados para as famílias de classe média¹⁴. Semelhante à descrição feita por Teresa Caldeira (2000) sobre a capital paulista, a elite político imobiliária de Uberlândia rompeu o planejamento disciplinar, promovendo uma aproximação entre as habitações luxuosas e as habitações populares, acarretando novas formas na gestão do controle social.

De maneira complementar, começa também a se desenvolver na cidade as noções de *periferia* e de *favelinhas* em substituição aos bairros denominados de vilas. Com o rápido crescimento demográfico e urbano, a noção de periferia adentra nas localidades e nas populações desses bairros pobres constituídos recentemente como uma espécie de categoria nativa. Com o início de algumas pequenas ocupações a noção de favelinha também foi e ainda

¹³ Sobre o conceito de enclaves fortificados, ver Caldeira (2000).

¹⁴ Sobre o assunto, ver Moura (2008).

é usada por moradores pobres; moradores próximos das localidades utilizam tal conceito como uma forma de distinção entre os bairros pobres, porém urbanizados e tais localidades precárias; quanto também pelos demais segmentos da população classe média e alta da cidade. Vale ressaltar que essa noção no diminutivo foi, e ainda é, assimilado e usado pela sua própria população para indicar que a cidade não possui favelas, apenas favelinhas.

Ao mesmo tempo, e em toda cidade, foram construídos grandes conjuntos habitacionais planejados para entregar *casas embriões* à população pobre. A partir da década de 1980, muitas dessas habitações foram e ainda são entregues de qualquer maneira, com irregularidades jurídicas acionadas principalmente por associações de moradores. Essas demandas reivindicam a infraestrutura básica não realizada pelas loteadoras, imobiliárias ou secretarias políticas.

Na década de 80, intensifica-se a construção desses conjuntos habitacionais, sendo que até 1982 foram entregues 9.950 casas nos conjuntos Luizote de Freitas, Santa Luzia, Segismundo Pereira, Liberdade, Santa Rosa, Cruzeiro do Sul, que foram implantados através de programas habitacionais financiados e administrados pelo Governo Federal. As 9.950 casas populares construídas até 1982 encontram-se, atualmente, inseridas na malha urbana edificada da cidade. Esses novos loteamentos acabaram por interligar os conjuntos habitacionais que foram construídos afastados e isolados das áreas ocupadas da cidade até então (SOARES, 1995, p.222).

Em toda a parte, mas principalmente no setor Leste, terrenos são ocupados/invadidos, coletivamente por famílias de sem tetos, outros são loteados de maneira irregular por imobiliárias fantasmas e vendidos para famílias carentes, outros são remoções governadas pelas agências políticas. Ao longo dos últimos trinta anos esse setor abrigou o conjunto de *favelas/assentamentos urbanos/bairros irregulares*: Dom Almir, Prosperidade, Joana D´arc velho, Joana D´arc novo, Celebridade e Zaire Resende. A tríade de favela/assentamento urbano/bairro irregular é utilizada para abarcar as representações feitas por agentes sociais que, de acordo com estratégias específicas, nomeiam cada localidade com uma dessas três formas.

Da mesma maneira, o termo binário *ocupação/invasão* é empregado de forma recorrente: ao longo das notícias dos jornais, dos discursos políticos, das conversas com os moradores, são palavras que vem e vão; misturam-se ou separam-se – ora como sinônimos, ora como oposições – baseadas nos princípios da cidadania, nos quais a ocupação cumpre o direito constitucional de moradia e a invasão fere os princípios legais quanto à violação de propriedade privada.

Com o passar do tempo, as arquiteturas dessas moradias na cidade mudam em nome da segurança pública e privada: as casas sem muros, tanto dos bairros ricos quanto das periferias, foram muradas e passaram a incorporar tecnologias de segurança. A expansão de Uberlândia, provocada por essa nova modulação espacial e simbólica, eclode com a crescente chegada de populações migrantes e pelos deslocamentos internos, gerando diferentes visões e criando tensões na maneira de agir e governar a cidade.

Identifica-se uma combinação dos deslocamentos internos com a intensificação de dois fluxos migracionais: 1) dos migrantes pobres sujeitados como “classes perigosas” responsáveis pela “cultura da ocupação/invasão de terra”, 2) dos migrantes profissionais liberais – pobres, ricos ou de classe média – absorvidos harmonicamente pela população local. Esse tipo de combinação acarretou transformações estruturais no relacionamento e na convivência dessa população, sobretudo, na dinâmica de ocupação espaço-temporal e, mais recentemente, questões sobre a segurança pública de patrimônio privado e de crime contra a pessoa.

Conjuntos habitacionais foram criados pelo poder público sem infraestrutura básica. Muitos foram construídos em meio às irregularidades de agências legais responsáveis pelo planejamento urbano. Nesse contexto, destacam-se grandes áreas populacionais submetidas a longos processos jurídicos como algumas microáreas do conjunto habitacional Santa Mônica II, atual bairro Morumbi, os bairros irregulares do setor Leste e microáreas do bairro Jardim Canaã. Pequenos conjuntos residenciais como o bairro Alvorada – inicialmente habitado, não apresentava os itens de infraestrutura básica determinados pelos contratos jurídicos.

É quase silencioso e ausente o discurso sobre as formas de loteamento e aquisição de certos terrenos e áreas na cidade. A não ser na referida região do setor Leste, como supostamente essa região era uma área que não entrou no parcelamento das sesmarias, teria sido ocupada/invadida por pequenos e grandes posseiros de terra. Presume-se que um vaqueiro negro de nome João Costa Azevedo teria comprado uma grande quantidade de terra na região. Essa quantidade de terra poderia abarcar não apenas os bairros irregulares atuais, mas grande parte do setor Leste da cidade. Com o passar do tempo certas matrículas sobrepostas poderiam ter sido duplicadas, diminuindo assim a dimensão da sua propriedade. Tal enigma rende um dos imbrólios jurídicos ainda hoje mais complexos do planejamento urbano de Uberlândia com várias realidades históricas que perpassam: transferências de sem-terras pelo poder público municipal; loteamentos irregulares criados por imobiliárias e

ocupações/invasões de sem-terras. Sem dúvida, esse é um enigma imobiliário que poderia desvelar várias facetas sobre as relações patrimoniais de loteamentos e das terras urbanas da cidade.

Nessa conjuntura, podemos inferir que, em Uberlândia, com o início do século XXI a relação da atual população com um espírito metropolitano reconfigurou várias formas de governos e saberes. Podemos falar de uma sociedade cuja vivência cotidiana multifacetada, cercada por dispositivos de segurança, interage em algumas circunstâncias de maneira harmônica e em outras, como nessas ocupações de áreas residenciais, de maneira mais tensa. Assim, dispositivos de segurança específicos – geridos pela segurança pública, pela própria população, preocupada em fortificar o universo privado, pelas instituições do terceiro setor, ou, até mesmo, por grupos à margem das instituições do Estado-legal – partilham exercícios de governo diferentes e conflitantes, possibilitando um jogo de pensamentos tensos sobre as práticas de segurança (e insegurança) da população central e dos bairros periféricos.

Nesse contexto, a mídia, os agrupamentos policiais, os programas da SEDS – Secretaria Estadual de Defesa Social de Minas Gerais, os estudos de searas acadêmicas, os trabalhos preventivos de Ongs, os professores/oficineiros e outros segmentos da população geram diferentes estratégias de ordenar o mundo, buscando em comum o objetivo de reduzir os “alarmantes” índices de delinquência e marginalidade na cidade.

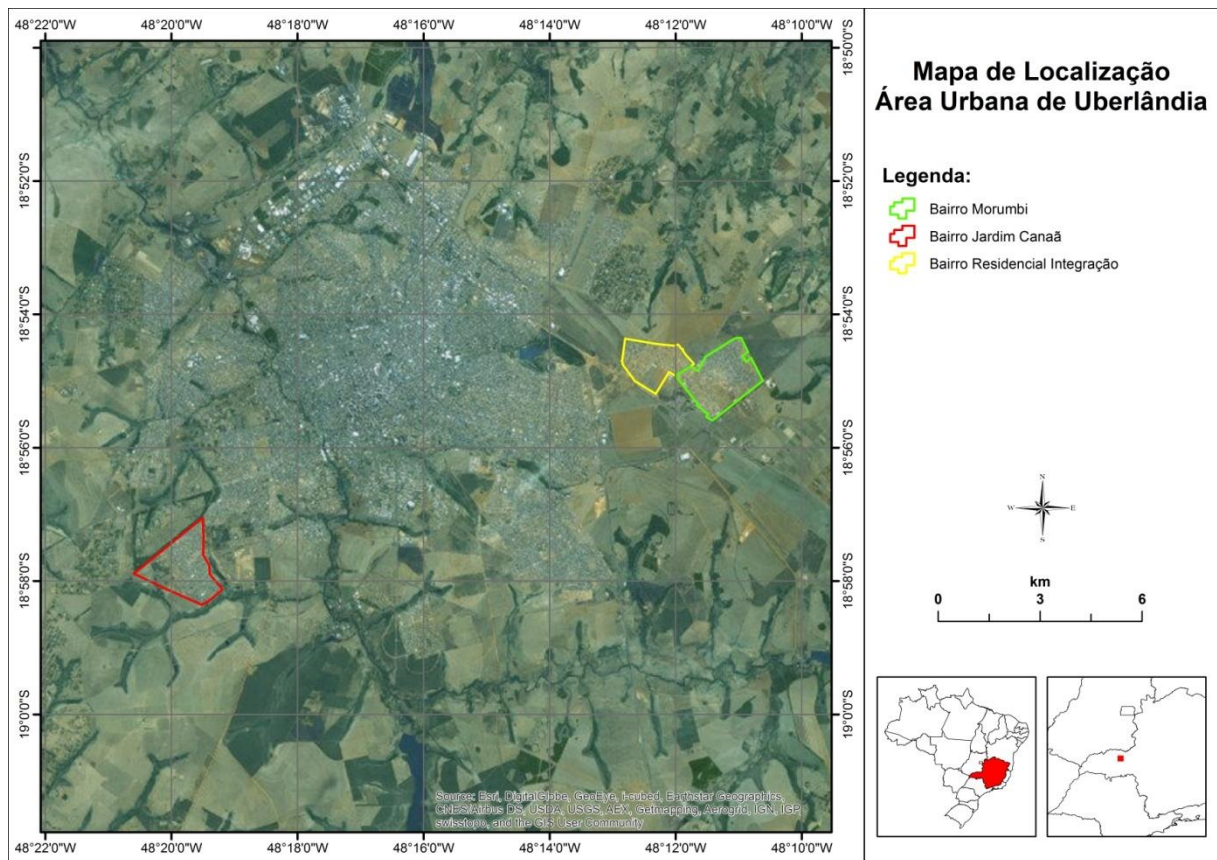
É importante considerarmos que, entre as formas de governar a cidade, não se verificaram apenas táticas repressivas das tecnologias dos dispositivos de segurança ou disciplinares de separação espacial, como no passado. Com o advento e consolidação da Universidade Federal de Uberlândia e outras universidades particulares surgiu um campo de saber técnico-científico e artístico-esportivo de estudos e gestões corporativas de controle social. Seguiu-se a atuação de grandes empresas e Ongs vinculando sua marca à responsabilidade social; a consolidação de programas e políticas públicas municipais, estaduais e federais; a diversificação de uma mídia jornalística com foco na segurança pública. Assim, as táticas de governar os “jovens vulneráveis”, os “vilenos da periferia” se desdobram também no entendimento dos dispositivos de segurança preventivos.

Mesmo não se restringindo a isso, pode-se dizer que atualmente em Uberlândia o pensamento sobre a segurança pública se modificou, recaindo de forma intensa nos chamados *territórios do tráfico/áreas de risco* e nos indicadores quantitativos e estatísticos. Por

exemplo, no hábito de procurar saber qual é o “placar da morte” do final de semana, religiosamente anunciado pelo jornalismo policial diário. Essa curiosidade, presente nos vários segmentos da população, seja rica ou pobre, se desdobra ao procurar entender melhor os resultados dos números e das taxas médias de roubos contra patrimônio nas casas e no comércio do bairro; os homicídios da semana; se os roubos, estupros e demais crimes aumentaram ou diminuíram. Assim, tornou-se habitual avaliar a violência e a criminalidade, não só pelo crescente número de especialistas e profissionais de áreas do saber técnico-científico, como também pelos segmentos comuns da população nutridos de informações diárias via jornais e redes sociais.

Portanto, houve uma nova modulação da organização territorial da população baseada nas artes de governar dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008). Assim, a questão da segurança pública torna-se um dos problemas centrais na agenda política institucional, do saber técnico-científico, artístico-esportivo e de vários segmentos da população em geral. Com as taxas de crimes violentos aumentando desde a década de 1990, nas cidades de maior porte como Belo Horizonte e Uberlândia, dentre outras mais populosas, o governo de Minas Gerais criou, no ano de 2003, um novo programa de gerenciamento das políticas de segurança pública. Em outubro de 2005, a SEDS em parceria com a Prefeitura Municipal de Uberlândia e o Instituto Elo realizaram estudos em Uberlândia e implementaram os (CPCs) - Centro de Prevenção à Criminalidade: um de base local situado no centro e outro de base territorial situado nos bairros Morumbi e bairros do entorno oriundos de ocupações de famílias de sem-teto. Foram classificados como a primeira *área de risco* da cidade. O CPC de base local contou com a implementação do Programa Controle de Homicídios Fica Vivo! e do GEPAR – Grupo Especializado em Policiamento de Área de Risco. No início do ano de 2006, o Jardim Canaã foi o segundo bairro a entrar na classificação de bairro área de risco. Depois de alguns meses, outros bairros também foram classificados. De uma total falta de infraestrutura, que incluía a falta de policiamento adequado, tais bairros passaram a ter, nesta virada do século, um planejamento científico de políticas públicas com policiamento repressivo propício aos padrões normativos das áreas de risco das grandes regiões metropolitanas. Se por um lado, temos a crescente preocupação de agentes públicos e privados com a criação de novos dispositivos de segurança eficazes, sejam eles preventivos ou repressivos, por outro lado, também temos a criação e o crescimento, em alguns bairros de Uberlândia, de dispositivos de segurança de certos grupos sociais situados à margem do poder institucional.

MAPA 2 – Localização Área Urbana de Uberlândia



Fonte: José Fernando Pinese Júnior

Em várias dessas (e outras) localidades da cidade, o comando do tráfico normatiza certos dispositivos de segurança comunitários e os desdobram em regras de interditos: principalmente o estabelecimento da proibição dos roubos e assaltos a patrimônio residencial, comercial e a transeunte “dentro da comunidade”. Em muitos bairros os considerados “ladrões de varais” que praticavam furtos e roubos nas residências e nos comércios locais foram mortos a mando ou pelas lideranças dos comércios ilícitos, com o duplo objetivo de a polícia fazer menos rondas ostensivas e também de criar condutas morais de controle social do crime sobre as populações das localidades. Nesse sentido, o relato de muitos moradores é o de “a comunidade é tranquila”, embora muitas delas sejam enquadradas pela elite da cidade como um dos locais mais mal falados pelos crimes violentos e o forte comércio distribuidor do tráfico de drogas.

Em suma, entre esses multifacetados agentes que manipulam os dispositivos de segurança presumem que os vulneráveis à morte violenta são as pessoas com ligações ao consumo e tráfico de drogas, sobretudo jovens e meninos pobres de *bombeta aba reta* que, segunda essa percepção, transitam no mundo do crime oriundos, principalmente dos bairros áreas de risco. Aliás, vários segmentos populacionais associam preventivamente o estilo de vida de jovens das periferias com a criminalidade. Esse tipo de interpretação criou um preconceito generalizado, em especial com o estilo *hip hop* de se vestir, mas principalmente em relação ao *funk* carioca.

Todavia, tal assertiva não é acionada tão diretamente assim pelas classes média e rica da cidade. Afinal, esses segmentos também se colocam como públicos vulneráveis à criminalidade violenta. Nesse caso, as vulnerabilidades se manifestam no medo de crimes contra a pessoa quando acessam os espaços públicos das ruas da cidade e no medo de crimes contra patrimônios ocorridos nos ambientes residenciais ou comerciais, tendo ainda no extremo da escala do medo violento e letal os estupros e latrocínios. Com efeito, fica visível em certos bairros classe média e de alto padrão econômico a diminuição do fluxo de moradores nos âmbitos públicos das praças e das ruas, sendo esses locais representados como espaços perigosos, sobretudo para a socialização dos jovens.

**3. CIÊNCIA, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL:
TEORIAS DE CONTROLE SOCIAL E POLÍTICAS DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

3.1 Hierarquias, pessoas e indivíduos: a hipótese das teorias evolucionistas no controle social do crime contemporâneo

Trabalhos etnográficos e etnológicos da antropologia nos apontam que ao longo da história da linhagem hominídea houve a existência de representações coletivas e práticas sociais com a capacidade de criar códigos, tanto simbólicos como materiais, que incidem sobre a conduta humana por todo o mundo. Desde a época da antropologia evolucionista, obras como *O Ramo de Ouro* (1982) de Sir James Frazer e *La Société Archaique* (1971) de Lewis Morgan foram trabalhos comparativos de referência científica para à constituição de aspectos reguladores das relações sociais entre agrupamentos humanos considerados “primitivos” ou “civilizados”.

Vale ressaltar que essas obras, apesar do forte teor evolucionista e racista da época em que foram escritas, iniciaram estudos minuciosos sobre temas importantes para a antropologia e a sociologia: totemismo, relação natureza e cultura, parentesco, materialidade e tecnologia da cultura, relação magia/religião/ciência; e demonstraram como essas convenções simbólicas constituíram normas sociais capazes de nortear e regular a vida de diversas sociedades, criando modelos distintos de controle social.

Esses trabalhos tinham como parâmetro científico de distinção uma escala unilinear da história da Humanidade, composta por modelos de contínuos sociais entre o que era convencionalizado pelos antropólogos como simples/natural/primitivo ou como complexo/cultural/civilizado. Cada pesquisa gerou resultados finais cotejados aos modelos de controle social. Interessante notar como essas pesquisas eram autolegitimadoras, revestindo os resultados com uma investidora coletiva de ciência.

Para Lewis Morgan, os aspectos da materialidade e da produção tecnológica eram os parâmetros mais importantes para a análise antropológica: a partir da produção material¹⁵ o antropólogo classifica o estágio em que a sociedade se encontra e interpreta quais aspectos normativos dos controles sociais são predominantes.

¹⁵ O modo de classificar as sociedades consideradas pré-Ocidentais foi muito utilizado no materialismo histórico a ponto de se tornar a única fonte de pesquisa no livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* de Friedrich Engels (2001).

Morgan imagina a Humanidade evoluindo em uma única linha evolutiva que pode ser dividida em estágios denominados de “selvageria”, “barbárie” e “civilização”, cada um deles dividido em inferior, médio e superior de acordo com características tecnológicas distintas, escolhidas, obviamente por Morgan. No topo do esquema evolutivo, a “civilização” superior, estava “naturalmente” a sociedade vitoriana do século XIX, monoteísta, parlamentar, monogâmica, capitalista, contratual e, claro, conhecedora e apreciadora das teorias do autor. Nos estágios mais baixos, estava a “selvageria inferior”, que era exatamente o oposto disso, caracterizando-se por “promiscuidade sexual”, “comunismo primitivo”, anarquia política e jurídica, “superstições” incoerentes etc. É evidente que nunca nenhuma evidência empírica foi encontrada da existência dessas formas desorganizadas de vida humana em sociedade (KANT DE LIMA, 2011, p.6).

O *Ramo de Ouro* de Sir James Frazer interpreta as diferentes formas do pensamento humano. Para Frazer, os estágios do pensamento humano são mensurados a partir de uma escala de controle social – Mágico, Religioso e Racional – constituidores de práticas sociais e representações simbólicas homólogas aos estágios – Selvagem, Bárbaro e Civilizado – da escala linear de Morgan. Como resultado dessa convenção, quanto mais mágico, mais próximo ao reino animalesco, promíscuo, violento e fantasioso; e quanto mais racional, mais autocontrolado, ordeiro e pacificador. Dessa forma, tais pesquisas científicas geraram resultados que se combinam nos seguintes pares de tríades: *pensamento mágico/ nível selvagem; pensamento religioso/ nível bárbaro; pensamento racional/ nível civilizado*. É certo que essas formas de saberes causaram um forte impacto nas primeiras pesquisas das ciências sociais, ganhando ampla adesão no meio acadêmico, sobre a população das cidades cosmopolitas e nas formas de controle social de instituições estatais no século XX.

É possível estabelecer uma associação entre o pensamento evolucionista dos antropólogos pioneiros e a atual interpretação da criminalidade nas cidades? Em que medida o controle social sobre o crime nas cidades possui relação causal com a ausência de tecnologia em determinado território? Em quais formas preventivas a suposta ausência de autocontrole, de bens materiais e do pensamento racionalista recai sobre certos segmentos populacionais sujeitados?

Com a consolidação dos modelos¹⁶ estruturalistas e culturalistas nas ciências sociais, as teorias evolucionistas foram perdendo o estatuto de ciência, além de perder também um relativo espaço dentro do pensamento teórico e empírico das ciências humanas. Todavia, em

¹⁶Em *Cultura e Razão Prática* (2003), Marshall Sahlins esboça um interessante debate entre os dois estruturalismos antropológicos: francês e britânico, com o estruturalismo marxista.

governos totalitários e de países considerados democráticos, é importante perceber como essas construções teóricas evolucionistas se capilarizaram nas formas dos usos e das etiquetas, dentro das instituições de controle social do crime.

Como hipótese, a pesquisa desejou entender se, na atualidade, o modelo de pensamento evolucionista tornou-se uma das principais teorias interpretativas sobre as dinâmicas de controle social da criminalidade. O objetivo é tecer uma narrativa que investigue possíveis conexões entre determinismo biológico¹⁷ e a sujeição criminal do jovem do negro; e entre o determinismo geográfico e/ou econômica da população da periferia pobre como território agenciador do tráfico e habitat de bandidos.

Se as teorias evolucionistas ganharam lastro no mundo contemporâneo atual influenciando o controle social nas cidades, as ciências sociais logo emplacaram outros olhares críticos sobre essas mesmas questões. Trabalhos como *O ensaio sobre a dádiva e Uma Categoria do Espírito Humano, a noção de pessoa, a de “eu”* do antropólogo francês Marcel Mauss (2003) demonstraram, em vários locais do mundo, como na Polinésia, Melanésia, Noroeste Americano, Ilhas Trobriand, dentre várias outras sociedades, a existência de formas de controle social com base em direitos contratuais gerados por cerimônias e

¹⁷No início do século XX, a vertente antropológica conhecida como culturalismo americano, cujo pioneiro Franz Boas apresentou a visão comparativa relativista cultural como contraposição às noções comparativas evolucionistas. Apesar das várias críticas feitas ao pensamento culturalista, principalmente pela ausência de uma interpretação que envolva as relações de poder em suas observações. Tal corrente foi muito importante nas ciências sociais para desarticular a hegemonia do pensamento evolucionista e o conceito de raça com viés biológico. Para Boas, o conceito de *determinismo biológico* visa cancelar a extensão imprópria do conceito de hereditariedade individual para o de hereditariedade racial. Nesse aspecto, ele menciona como não há capacidades inatas correlacionadas causalmente com diferenças culturais: *todas as grandes raças são tão variáveis, e as características funcionais das linhagens hereditárias que as compõe, tão diversas, que se podem encontrar linhagens familiares semelhantes em todas as raças, particularmente em todas as divisões e os tipos locais estreitamente relacionados da mesma raça. Qualquer tentativa de explicar as formas culturais numa base puramente biológica está fadada ao fracasso* (BOAS, 2007, p.60). Muitos pensadores evolucionistas tinham como parâmetro escalas evolutivas de controle social criadas a partir do ambiente físico (clima, relevo, solo, latitudes). Boas definiu tal parâmetro a partir do conceito de *determinismo geográfico*. Em exercício relativista, o autor demonstra como é comum existir uma grande diversidade cultural localizada no mesmo ambiente físico, demonstrando assim a grande limitação das condições geográficas nas práticas culturais. O conceito de *determinismo econômico* tem como objetivo demonstrar as tentativas dos antropólogos e sociólogos – como em Morgan e Engels – de interpretarem o desenvolvimento do controle social humano pela via material e tecnológica. Para Boas: *as antigas tentativas de Morgan em associar organização social e condições econômicas provaram ser falaciosas, e experiências mais recentes de interpretar as formas culturais como produtos de condições puramente econômicas têm sido igualmente malsucedidas* (BOAS, 2007, p.62). Apesar da utilização desses conceitos, a pesquisa não tem como objetivo empreender a visão relativista do culturalismo americano de Franz Boas, mas demonstrar como essas apreensões conceituais do antropólogo ainda operam no controle social e criminal da atualidade.

rituais. Os *Potlatches*, o *Kula*, o *How* são descritos como práticas sociais reguladoras de circuitos de trocas sociais entre vários povos.

Esses estudos descreveram as convenções de direitos contratuais e de sistemas de prestações econômicas das sociedades indígenas, desconstruindo as concepções hipotéticas dos antropólogos evolucionistas, que presumiam uma ausência ou simplicidade das representações e práticas sociais jurídicas, bem como uma escassez material inerente às sociedades “selvagens” e “bárbaras”.

Mauss realiza um deslocamento do foco comparativo antropológico em relação às comparações operadas pelas teorias evolucionistas, ao demonstrar como os cerimoniais e rituais jurídicos, como a dádiva, agenciam as pessoas a um *estado de dívida*. O endividamento jurídico/econômico efetuado na vida cotidiana e extraordinária desses povos é o dispositivo gerador do vínculo social. O vínculo de dívida é acionado pela posição de *status* na qual a pessoa se encontra, dentro da hierarquia estipulada pela tradição do grupo. Mauss descreve o modo como esses rituais e cerimoniais eram criados para gerar uma linguagem comum e instrumental entre povos vizinhos.

Regulamentada por formas de controle social baseadas no endividamento do ato de dar, receber e retribuir; a dádiva, ao possuir um caráter ambíguo, promove certos desafios de trocas que tendem, em alguns momentos, para dimensões caritativas de generosidade e, em outros, para as relações agonísticas do conflito. Na prática são obrigações de provocar nos outros um desafio de generosidade, declarando uma guerra com tripla obrigação, tendo como base uma relação hierárquica.

Nas sociedades ocidentais o vínculo social ocorre, em tese, pelo *estado de equivalência*, tendo como base as relações de igualdade. As trocas simétricas do “toma-lá-dá-cá” do escambo, da equivalência universal do dinheiro, das impessoalidades da economia de mercado e das normas jurídicas tornaram-se preponderantes. Nesse contexto, a liberdade do homem em constituir sua trajetória de vida não depende dos imperativos sociais, mas de suas escolhas íntimas.

No ensaio *Uma Categoria do Espírito Humano, a noção de pessoa, a de “eu”* (MAUSS, 2003), os processos de endividamento da dádiva e o estado de equivalência moderna são combinados às noções de *pessoa* e *indivíduo*. Mauss demonstra as transformações do conceito de pessoa: ao emergir entre várias sociedades antigas, entre os

gregos e os romanos, sua trajetória histórica se modificando, aos poucos, até o advento da modernidade.

A ideia de pessoa emerge como um fato social total, para além de um fato social exterior ao indivíduo, mais do que um nome ou o direito reconhecido a um personagem e mais do que uma máscara ritual: é um fato fundamental do direito, tornando-se assim, *personagem de si mesmo*. No início da história romana existiram algumas instituições sociais muito próximas às que eram encontradas em sociedades consideradas tribais, distribuindo as pessoas em clãs, linhagens, fratrias, que, ao lado de serem estruturas sociais reguladoras da vida social, cumpriam a tarefa importante de classificar os tipos de sujeitos sociais segundo suas diferenças. A noção de *persona* era uma delas: as máscaras que os indivíduos usavam por terem o nome herdado eram vinculadas às suas ações sociais. Por sua vez, as ações sociais eram dependentes das posições de *status* sobre a totalidade da estrutura social. Assim, a ideia jurídica de *pessoa*, com seus direitos individuais, é uma lenta conquista que segue a passagem do domínio político dos clãs e das fratrias para as *polis*, *locus* social propício ao exercício da cidadania.

É na cidade que pessoa torna-se, perante a sociedade civil e o Estado, o representante de suas atuações e o responsável pelos seus atos. Nesse sentido a noção de pessoa é caracterizada como um aspecto da individualidade, uma máscara que, colocada no indivíduo, transforma-o em ser social, servindo como entidade capaz de se remeter ao todo hierárquico. Este é o momento em que o homem coordena a sua própria pessoa, apesar de ainda estar submetido ao todo social. A partir do momento em que é responsabilizado pelos seus atos em relação à cidade; aliada à noção de pessoa nasce a noção de *réu*.

Com o passar do tempo acrescenta-se ao sentido jurídico da pessoa que faz parte da *polis* de que é cidadã o sentido moral e ético: sujeito de si mesmo, dos seus sentimentos, da consciência da continuidade de sua própria história de vida. Com o domínio do cristianismo sobre Roma até o surgimento das revoluções modernas, a noção de pessoa ganha ênfase sobre as noções de igualdade (todos são iguais por serem filhos de Deus). Generaliza-se a *pessoa cristã*, ao mesmo tempo humana e divina, até se desdobrar, finalmente, na ideia liberal de *indivíduo*. Com base nos princípios da igualdade e da liberdade, no cartesianismo da ciência e não mais em preceitos cristãos e nas hierarquias sociais, consolida-se a noção de indivíduo como consciência de si. Nessa construção histórica liberal o “eu” torna-se parte mais importante do que a totalidade social.

Em síntese, temos sistemas jurídicos e cerimoniais antigos como o *How*, *Kula* e o *Potlach*, criados para as pessoas inseridas nos sistemas de dádivas – vínculo de endividamento hierarquizado pela sua posição na estrutura; e os sistemas modernos de justiça criados para os indivíduos inseridos nos sistemas de equivalências – vínculo de igualdade e liberdade de posição perante a lei e em relação aos demais membros da sociedade. Há pertinência em comparar tais dinâmicas de controle social quando realizadas em sociedade modernas como a brasileira, com uma história de modernidade específica e multifacetada em relação aos padrões europeus e norte-americanos?

Alguns estudos como “*Você sabe com quem está falando?*” do antropólogo Roberto DaMatta (1997), demonstram o controle social da população brasileira e das instituições políticas brasileiras operando entre a relação dialética indivíduo/pessoa¹⁸. Em muitos casos, operam dentro do sistema jurídico, baseando-se em regras de parentesco, pessoalidades, hierarquias militares, articulados, quando convenientes ou necessários, com as categorizações modernas da burocracia, do poder judiciário, do indivíduo e da impessoalidade.

O *Você Sabe com quem está falando* refere-se como ponto de conflito um drama social de oposição entre a ética burocrática e a ética pessoal. Para DaMatta, de um lado a moral rígida e universal das leis que surgem como uma feição modernizadora e individualista, posta em práticas para submeter a todos os membros da sociedade; por outro lado, as moralidades operadas nas hierarquias impostas pelos laços de parentesco, relações sociais patriarcais ou imperativas. A sua dialética ocorre dependendo da conveniência de quem e como se operam tais noções, permitindo burlar a regra ou aplicá-la rigidamente. Dessa maneira é necessário, para se pensar as formas de controle social do crime e da violência nas cidades brasileiras, entender como as regulações hierárquicas se manifestam nas normas e nas práticas burocráticas de controle social das agências de segurança pública.

Mesmo com o avanço dos modelos igualitários no campo político brasileiro, com o final da ditadura militar culminando na Constituição de 1988, uma parte de seus preceitos, sobretudo, no que tange as áreas da defesa social e das políticas de segurança pública,

¹⁸Para interpretar o dilema brasileiro é importante mencionar como o antropólogo associa à noção de pessoa de Marcel Mauss, com os conceitos de *individualismo* e *hierarquia* do antropólogo Luis Dumont. Para uma compreensão mais detalhada dos conceitos dumontianos, ler *Homo Hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações* (1992) e *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna* (2000).

permanecem respaldadas pelas normativas do modelo hierárquico das Constituições¹⁹ de 1967 e 1969. No sistema jurídico criminal, como demonstra Kant de Lima (2011) o Brasil, ao desenvolver um sistema processual misto, promove um exercício liminar sobre o controle social da criminalidade, instrumentalizando um modelo inquisitorial/hierárquico paralelo a um modelo acusatório/igualitário:

Em geral, o *sistema acusatório* admite uma acusação a qual é investigado *publicamente*, com a participação da defesa do acusado. Afirma-se um fato com o conhecimento do acusado, e, enquanto não se prova o fato, o acusado é *presumido inocente*. O processo propõe-se a fornecer ao juiz dados que o permitem convencer-se da culpa do acusado. A preocupação é sempre com o *indivíduo* acusado. Já no *sistema inquisitorial*, de tradição romana e canônica, feita uma denúncia, até anônima, efetuam-se pesquisas sigilosas antes de qualquer acusação, não só para proteger a reputação de quem é acusado, mas *também para proteger aquele que acusa de eventuais represálias de um poderoso acusado*. À defesa do acusado este sistema contrapõe o *interrogatório* do suspeito, ao final das investigações sigilosas e preliminares, efetuadas sem o seu conhecimento; ao confronto público, os depoimentos secretos das testemunhas, preferindo-se as formas escritas às verbais. O sistema inquisitório não afirma o fato, *supõe* a sua probabilidade, *presume* um culpado e busca provas para condená-lo. O sistema procura fornecer o juiz *indícios* para que a *presunção seja transformada em realidade*. (KANT DE LIMA, 2011, p.46).

Percebe-se claramente como os operadores da segurança pública e da justiça misturam as éticas da pessoa/indivíduo na constituição da peça de inquérito policial. Nesse aspecto, o Código de Processo Penal brasileiro é gerido por medidas extrajudiciais, inquisitoriais e que, portanto, ainda não entraram no mundo do Direito. Ao se transformarem em processos penais acusatórios produzem consequências legais para os acusados e adentram o mundo do Direito, cujos princípios igualitários da presunção da inocência e do direito de defesa vigoram. Por fim, a figura do juiz, apreciador das provas dos acusados e acusadores e formador do seu livre exercício de convencimento da verdade dos fatos, expressará a sua sentença.

Ademais, Kant de Lima demonstra como as ações pessoalizadas e instrumentalizadas produzidas de forma inquisitorial/hierárquica também são dirigidas para as práticas de

¹⁹ Em *FHC, Forças Armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia 1999>2002*, Jorge Zaverucha explica: “a nova Constituição [1988] descentralizou poderes e estipulou importantes benefícios sociais similares às democracias mais avançadas. No entanto, uma parte da Constituição permaneceu praticamente idêntica à Constituição autoritária de 1967 e sua emenda de 1969. Refiro-me às cláusulas relacionadas com as forças armadas, polícias militares estaduais, sistema judiciário militar e de segurança pública em geral. As Forças Armadas brasileiras entenderam tão competentemente a importância das restrições legais que nomearam 13 oficiais superiores para fazerem lobby pelos interesses militares ante os constituintes. Este lobby era muito bem organizado chegando a levar os congressistas para visitar as instalações militares em todo o país” (ZAVERUCHA, 2005, p. 59).

prevenção à criminalidade. Agências de segurança pública e segmentos populacionais atuam sobre o comportamento presunçoso com relação a certas pessoas e grupos sociais, usando a arbitrariedade como justificativa, geralmente chancelada por gestões estatísticas, para prevenir aqueles que são considerados o *estado potencial* de quebra dos fatos jurídicos.

Como não há uma universalidade de probabilidade de se investigar ou prevenir todos os crimes, todos os locais e segmentos populacionais, selecionam-se de maneira hierarquizada certos tipos de pessoas, certos bairros e certos atos criminosos. Nesse aspecto, julga-se o grau de periculosidade de certas pessoas e grupos a partir da prevenção hierarquizada de seus comportamentos futuros, propensos a serem mais violentos, patológicos, desviantes, delinquentes ou incivilizados.

Como primeiro movimento, o controle social do crime no Brasil tem como tendência, de forma investigativa ou preventiva, selecionar e hierarquizar determinados atos criminosos, certos locais e tipos de pessoas. Quando ocorre a comprovação de atos ilícitos, as sujeições inquisitoriais e preventivas sobre a pessoa saem de cena e adentram o processo acusatório formalizado. Ocorre desta forma o segundo movimento: a pessoa se transforma em indivíduo ao ser processada.

Por meio desses dois movimentos: i) pessoa > investigativo e preventivo; ii) indivíduo > acusatório; pode-se afirmar que as teorias evolucionistas capturadas pela dialética pessoa/indivíduo, ganham mais força ao englobar em suas práticas e representações o estatuto moderno da ciência jurídica através de uma aparente impessoalidade e neutralidade nos resultados finais das operações de controle social focado no indivíduo. Dessa maneira, para se investigar a história do presente do controle social e suas implicações nas formas de criminalidade, necessita-se interpretar como *as teorias evolucionistas capturadas, flertam ou são combatidas pelos modelos teóricos da ciência moderna, pelas instituições de justiça, de segurança pública e pelos segmentos populacionais das cidades.*

3.2 O Processo Civilizador: histórias medievais e modernas sobre o controle social do crime

Do século XVI ao século XX, muitos países da Europa experimentaram processos de pacificação da vida social com acentuada redução de violência interpessoal. Como descreve Hugues Lagrange em seu livro *La Civilité a L'épreuve: crime et sentiment de insécurité* (1995)²⁰ nesse longo período histórico a redução da violência interpessoal pode ser entendida, nas condições descritas pelo sociólogo Norbert Elias, a partir do desenvolvimento do controle social realizado por um processo civilizador.

Este processo civilizador se caracteriza pela tendência à repressão das emoções e das paixões nas esferas públicas e, ao mesmo tempo, pelo crescimento de uma esfera privada cuja autonomia possibilita a realização dos desejos íntimos, criando-se assim um desenvolvimento individual de sensibilidades. Para Elias, a redução da violência interpessoal no mundo ocidental é a consequência de um processo histórico complexo e longo gerido pelo desenvolvimento das matrizes tecnológicas sobre o controle da natureza. O controle dos afetos nas relações sociais recalcadas pelos fatos sociais, é correlato ao conceito de superego e, em decorrência, correlato ao surgimento das aplicações correcionais por instituições legais estáveis, detentoras do pretensioso monopólio legítimo da violência.

Lagrange descreve como essa inspirada associação histórica entre a definição de civilização e controle social, criada por Norbert Elias, nasceu de uma fusão teórica da sociologia de Émile Durkheim com a psicanálise de Sigmund Freud, além de perfeitamente visíveis aproximações marxistas e weberianas. Vivenciando contextos históricos conturbados entre a redução das violências interpessoais e as grandes guerras mundiais, Freud e Durkheim traçam em comum a concepção de civilização como contenção dos desejos individuais, ou seja, a dominação do homem pelas leis e regras morais. A partir dessa dupla influência Norbert Elias empregou vários conceitos desses autores e como veremos a seguir também foram mobilizados como fundamento para gestões intervencionistas, sendo utilizados recorrentemente, ainda que, algumas vezes, tensionados nas discussões contemporâneas.

²⁰ Como tradução livre: *A Civilidade à prova: crime e sentimento de insegurança*.

Para além do conservadorismo positivista em classificar fatos sociais como normais ou patológicos (até então o crime era sempre visto – psicológica, biológica e sociologicamente – como patológico), Émile Durkheim interpreta como o crime pode ser considerado um fato social normal, caso esteja dentro de uma taxa considerada média.

Decorrem desse pensamento duas consequências que conceberam uma nova maneira de se pensar o crime. A primeira delas foi uma potencialização da governamentalidade científica e estatal (FOUCAULT, 2008) com a consolidação das mensurações estatísticas como definidoras do grau de normalidade ou patologia dos tipos de crime. Tal preocupação durkheimiana – da organização estatística pela ciência – se expandiu e se tornou o mote principal das análises científicas e de administração pública sobre criminalidade nas cidades do mundo moderno. Como manter um tipo de criminalidade ótimo para o funcionamento social? Qual a taxa média da criminalidade? Que tipos de crimes se mantêm em níveis normais ou patológicos? Todas essas questões²¹ ainda são almejadas pelas várias instituições e agentes sociais envolvidos com o tema – polícia, secretarias de segurança pública, pesquisadores cientistas, comunicadores de mídias sociais.

A segunda consequência, e talvez uma das mais importantes para o desenvolvimento de estudos sobre crime e bases para formulação de políticas públicas, foi o entendimento do crime como uma construção social: é a acusação social o construtor do criminoso e o início do ritual de incriminação resulta de uma compreensão contextualizada, entre os indivíduos, suas situações objetivas e o código penal circunscrito no tempo e no espaço de suas vivências. Como foi dito, circunscrever a lei ao tempo e ao espaço significa entender como uma tipificação de crime pode variar: em momentos históricos diferentes dentro de uma mesma

²¹ Como se pode prever estatisticamente que haverá esta ou aquela quantidade de roubos num momento dado, numa sociedade dada, numa cidade dada, na cidade, no campo, em determinada camada social, etc.? Em segundo lugar, há momentos, regiões, sistemas penais tais que essa taxa média vai aumentar ou diminuir? As crises, a fome, as guerras, as punições rigorosas ou, ao contrário, as punições brandas vão modificar essas proporções? Outras perguntas mais: essa criminalidade, ou seja, o roubo portanto, ou, dentro do roubo, este ou aquele tipo de roubo, quanto custa à sociedade, que prejuízos produz, que perdas, etc.? Mais outras perguntas: a repressão a esses roubos custa quanto? É mais oneroso ter uma repressão severa e rigorosa, uma repressão fraca, uma repressão de tipo exemplar e descontínua, ou ao contrário, uma repressão contínua? Qual é o custo comparado do roubo? E da sua repressão? O que é melhor, relaxar um pouco com o roubo ou relaxar um pouco com a repressão? Mais outras perguntas: se o culpado é encontrado vale a pena puni-lo? O que se deveria fazer para puni-lo e, unindo-o, reeducá-lo? Ele é efetivamente reeducável? Ele representa independente do ato que cometeu, um perigo permanente, de sorte que, reeducado ou não, reincidiria, etc.? De maneira geral, a questão que se coloca será a de saber como, no fundo, manter um tipo de criminalidade, ou seja, o roubo, dentro de limites que sejam social e economicamente aceitáveis e em torno de uma média que vai ser considerada, digamos, ótima para o funcionamento social dado. (FOUCAULT, 2008, p. 7 e 8).

sociedade; ou em um mesmo momento histórico de acordo com as legislações situadas nos espaços jurídicos locais, estaduais, nacionais e internacionais.

Evidentemente, enumerar os atos que foram em todos os tempos e em todos os lugares qualificados de crimes, para observar as características que eles apresentam. Porque se, não obstante se tenha dito, há ações que foram universalmente consideradas criminosas, essas ações constituem uma ínfima minoria e, por conseguinte, tal método só poderia nos proporcionar do fenômeno uma noção singularmente truncada, visto que só se aplicaria às exceções. Essas ações do direito repressivo provam, ao mesmo tempo, que esse caráter constante não se poderia encontrar entre as propriedades intrínsecas dos atos impostos ou proibidos pelas regras penais, já que esses atos apresentam tamanha diversidade, mas sim nas relações que mantêm com uma condição que lhes é exterior. Pensou-se encontrar tal relação numa espécie de antagonismo entre essas ações e os interesses sociais gerais, e afirmou-se que as regras penais enunciavam para cada tipo social as condições fundamentais da vida coletiva. Sua autoridade viria, por conseguinte, de sua necessidade; por outro lado, como essas necessidades variam com as sociedades, seria assim explicada a variabilidade do direito repressivo (DURKHEIM, 1999, p. 40 e 41).

Com pesquisas desse teor, parte das ciências sociais começa a caminhar para fora das interpretações etiológicas e evolucionistas sobre a criminalidade. Em a *Divisão do Trabalho Social* (1999) Émile Durkheim faz uso dos conceitos de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica para definir diferenças entre as regulamentações de controle social nas sociedades modernas e pré-modernas²².

O direito enquanto normatização pública das condutas sociais é, para ele, um dos principais indicadores do grau de coesão social e de solidariedade entre os indivíduos que compõe os dois tipos de sociedade, pois é justamente a instituição estatal reguladora do controle social. Uma das grandes diferenças evocadas em sua pesquisa está no direito penal. Com o advento da modernidade houve, ao menos em tese, uma pacificação civilizadora dos métodos punitivos modernos: nas sociedades de solidariedade mecânica o direito é constituído de maneira repressiva, por meio de suplícios e castigos violentos; enquanto nas

²² A sociedade do tipo mecânica corresponde às pré-modernas: com pequena divisão social do trabalho e um alto grau de consciência coletiva, cujo conjunto de crenças e sentimentos são comuns às médias dos membros de uma sociedade. Em termos gerais as regulamentações sociais ocorrem pela homogeneização das funções sociais exercidas pelos habitantes. Na sociedade moderna do tipo orgânica, com o alto grau das especializações no trabalho, as regulamentações sociais ocorrem pelas interdependências das consciências individuais, acentuadas pela divisão social do trabalho. A coesão social se caracteriza pela mudança nas formas de gestão do direito. Mesmo admitindo ao longo do livro que certas sanções punitivas são bem figurativas e banais – como a de tocar em um animal sagrado – o sociólogo valoriza a conservação dessas práticas punitivas com o intuito da manutenção da ordem social, (DURKHEIM, 1999).

sociedades de solidariedade orgânica o direito, em tese, é organizado com formato “humanizado” e restitutivo, gerando desde penas de reparação de danos até privação de liberdade.

Para Durkheim a importância do direito penal proporcionou a necessidade aprovada pelas populações modernas de recorrer à coerção externa. Teria nesse aspecto uma convergência com o que Sigmund Freud escreve no texto *O Mal Estar na Civilização* (1974). O controle social civilizador nasce sobre o solo da ambivalência dos atos proibidos. As regras morais – o que também se pode denominar superego – é para Freud uma conjunção, dentro do psiquismo, das representações do desejo e da recusa de satisfazê-los. Recusa cuja força do indivíduo corresponde àquele desejo dele mesmo, o chamado autocontrole, em sublimar certas ações instintivas e violentas em virtude de ações mais civilizadas, tais como a arte, a filosofia e a ciência.

Implícito nessa reflexão sobre lei, controle social e civilização, Freud incute uma visão do homem como ser potencialmente perigoso, caso não tenha seus desejos instintivos contidos. Dentro do contexto moderno, a redução da violência e do crime nas sociedades ditas civilizadas é garantida pelo recalque dos egos face aos superegos constituídos pelas regras morais. Vislumbrando esse grande empreendimento histórico coordenado pelo superego, Freud escreveu, atento também aos efeitos colaterais que geram o mal-estar da civilização moderna:

A despeito de todos os esforços, esses empenhos da civilização até hoje não conseguiram muito. Espera-se impedir os excessos mais grosseiros da violência brutal por si mesma, supondo-se o direito de usar a violência contra os criminosos; no entanto, a lei não é capaz de deitar a mão sobre as manifestações mais cautelosas e refinadas da agressividade humana. Chega à hora em que cada um de nós tem de abandonar, como sendo ilusões as esperanças que, na juventude, depositou em seus semelhantes, e aprende quanta dificuldade e sofrimento foram acrescentados à sua vida pela má vontade deles. Ao mesmo tempo, seria injusto censurar a civilização por tentar eliminar da atividade humana a luta e a competição. Elas são indubitavelmente indispensáveis. Mas oposição não é necessariamente inimizade; simplesmente, ele é mal empregada e tornada uma ocasião para a inimizade (...). Se a civilização impõe sacrifícios tão grandes, não apenas à sexualidade do homem, mas também a sua agressividade, podemos compreender melhor porque lhe é difícil ser feliz nessa civilização. Na realidade, o homem primitivo se achava em situação melhor, sem conhecer restrições de instinto. Em contrapartida, suas perspectivas de desfrutar dessa felicidade, por qualquer período de tempo, eram muito tênues. O homem civilizado trocou uma parcela das suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança (FREUD, 1974, p.134 e 136).

Mesmo descrevendo de forma minuciosa alguns efeitos colaterais geradores do mal-estar da civilização, Freud aponta como a sublimação dos instintos constituiu o caminho da conservação humana na modernidade. A necessidade das terapias da psicanálise vem nos dias atuais para apaziguar o mal-estar de se conter tantos desejos potencialmente perigosos, bem como suas técnicas também são utilizadas (ou então negadas, como veremos, por parte de psicólogos) de forma instrumental em atendimentos psicossociais, sobretudo, em jovens moradores de áreas de risco e nas gestões de políticas públicas a partir das figuras do técnico e do gestor social.

Ao elencar algumas atividades psíquicas como superiores, tais como arte, esporte, ciência e ideologias, a contenção dos desejos libidinais “mais primitivos”, como a violência, torna-se importante para renúncia dos instintos agressivos em face de “atividades criativas” e de “instintos superiores”. Assim, a civilização moderna se utilizou dessas contenções de desejos como o grande dispositivo de inibição da violência. Tais contenções foram adquiridas pela educação burguesa, responsável por inculcar nas gerações juvenis a prática do autocontrole nos indivíduos: autoavaliação do que é certo ou errado disparado pelo sentimento de culpa. A civilização moderna, portanto, consegue dominar por mecanismos de controle social, via superego, os perigosos desejos de agressividade dos indivíduos.

Articulando em suas pesquisas a sociologia durkheimiana à psicanálise freudiana, de maneira histórica, Norbert Elias descreve em *O Processo Civilizador: uma história dos costumes* (2011) como as intensas transformações humanas no que tange os hábitos considerados “naturalizados” e antes públicos como a nudez, cuspir ou escarrar no chão, urinar, arrotar, peidar, comer com as mãos em público; tornaram-se ações sociais racionalizadas e realizadas na esfera privada. Dessa forma, o conceito de civilização expressa a consciência que o ocidente tem de si, por meio da superioridade racional, fundada pelos mecanismos de controle social e autocontrole.

Apesar de descrever como essa consciência de civilização é diferente entre alemães, ingleses e franceses, Elias entende uma tendência geral no refreamento das emoções, sobretudo ao que está referenciado na animalidade humana ou no estágio medieval. Verificando essas tendências freudianas na história dos países europeus, inicialmente nas pequenas sociedades de corte, o controle social teve o objetivo de criar uma distinção aos elementos pacificadores da civilização moderna face aos violentos comportamentos considerados animalescos e bárbaros.

Com o início do recalçamento das ações sociais, as íntimas sensibilidades humanas nascem e se potencializam no mundo moderno: os sentimentos individualizados de vergonha, constrangimento, pudor e a repugnância a certas expressões corporais de si, mas, sobretudo, de outras pessoas, tornam-se hábitos culturais.

Lentamente, durante o século XVI, mais cedo aqui, mais tarde ali e em quase toda parte com numerosos reveses até bem dentro do século XVII, uma hierarquia social mais rígida começa a se firmar mais uma vez e, de elementos de origens sociais diversas, forma-se uma nova classe superior, uma nova aristocracia. Exatamente por esta razão, a questão de bom comportamento uniforme torna-se de vez cada vez mais cadente, essencialmente porque a estrutura alterada da nova classe alta expõe cada indivíduo de seus membros, em uma extensão sem precedentes, às pressões dos demais e do controle social (ELIAS, 2011, p.87).

Os comportamentos sociais mais rigorosos e alguns tratados de etiqueta como o famoso *De Civilité Morum Puerilium*²³, de *Erasmus de Rotterdam*, publicado em 1530, se disseminaram por vários países europeus operando as novas noções de civilidade. Nesta profusão, o indivíduo é sujeitado a um intenso controle social desdobrado – além da vigília externa de outras pessoas e esferas públicas correccionistas – no aumento do policiamento das próprias condutas.

O tratado de *Erasmus* assinala também, no tocante a essas áreas, um ponto na curva da civilização que representa, por um lado, uma notável elevação do patamar de vergonha em comparação com a época precedente, e, por outro, se confrontando com tempos mais recentes, uma liberdade na referência a funções naturais, uma “falta de vergonha”, que para a maioria das pessoas que adotam o padrão atual pode, a princípio, parecer incompreensível e não raro “embaraçosa”. Mas, ao mesmo tempo, é muito claro que esse tratado tem precisamente a função de cultivar sentimentos de vergonha. A referência à onipresença de anjos, usada para justificar o controle de impulsos aos quais a criança está acostumada, é bem característica. A maneira como a ansiedade é despertada nos jovens, a fim de forçá-lo reprimir o prazer, de acordo com o padrão de conduta social, muda com a passagem dos séculos (ELIAS, 2011, p.134).

Cada vez mais, os impulsos íntimos socialmente indesejáveis são reprimidos com maior rigor; o controle social exterior vai se interiorizando nos indivíduos modernos e se desdobrando no autocontrole. Se, no período aristocrático das pequenas cortes, os interditos impostos às emoções baseavam-se principalmente no respeito para com os superiores sociais,

²³Uma tradução livre: *A Civilização Moral das Crianças*.

com o surgimento das sociedades industrializadas burguesas, o autocontrole passa a vigorar com muito mais primazia. Afinal, os elementos desse autocontrole foram se interiorizando por meio dos longos processos de educação burguesa, difundidas por um conjunto de normas de etiquetas civilizadoras sensíveis, como as mencionadas por *Erasmus de Rotterdam*:

Em escala menor, observamos os mais diversos movimentos que se entrecruzam, mudanças e surtos nesta ou naquela direção. Mas se estudamos o movimento da perspectiva de grandes períodos de tempo, vemos claramente que diminuem as compulsões originadas diretamente na ameaça do uso das armas e da força física, e que as formas de dependência que levam a regulação dos efeitos, sob a forma de autocontrole aumentam. Esta mudança desponta em seu aspecto mais retilíneo se observamos os homens da classe alta do tempo – isto é, a classe composta inicialmente de guerreiros ou cavaleiros, em seguida de cortesões, e finalmente de profissionais burgueses. Se analisarmos o tecido de muitas camadas do desenvolvimento histórico, contudo, verificamos que o movimento é infinitamente mais complexo. Em todas as fases ocorrem numerosas flutuações, frequentes avanços ou recuos dos controles internos e externos (ELIAS, 2011, p.178).

Dentre essas nuances de momentos históricos – incluindo os períodos recentes – abordados pelo autor, com o advento da modernidade e das cidades ocorreram várias tentativas de estabelecer um controle social muito mais rigoroso face aos padrões vigentes.

Nos períodos medievais a tendência ao controle das agressividades ia em direção oposta. A liberação das emoções nas batalhas e nas atividades comuns da vida cotidiana: a crueldade, a alegria com a destruição do inimigo, a pilhagem, o saque, a rapinagem, o assassinato, a guerra, a caça de homens e animais eram elementos constitutivos e vitais das cortes europeias. Não havia poder social punitivo para certas ações consideradas criminosas na modernidade. O único temor, por sinal quase inevitável, era o de ser vencido em uma batalha por um adversário mais forte. A maior parte dos governantes levava a vida como chefes de bandos armados. A maioria dos guerreiros não só amava a guerra, mas se preparava em toda sua infância e juventude para isso. O prazer de torturar e de matar outras pessoas era permitido e os algozes não eram considerados bandidos como nos dias de hoje. De maneira semelhante, a vida cotidiana dos homens das primeiras cidades europeias também era violenta: o roubo, o homicídio, a luta, a inimizade tradicional entre famílias, tudo isso compunha a atmosfera urbana da emergente população burguesa.

As vinganças entre famílias, as rixas privadas, as vendetas, por conseguinte, não ocorriam apenas entre a nobreza. Nas cidades do século XV não são menos comuns as

guerras entre famílias e grupos. As pessoas humildes também – os chapeleiros, os alfaiates, os pastores – eram rapidíssimos no sacar a faca. “É bem conhecido como eram violentos os costumes no século XV, com que as brutalidades e as paixões eram acalmadas, a despeito do medo do inferno, a despeito das restrições das distinções de classe e do sentimento cavaleiroso de honra, *a despeito da bonomia e alegria das relações sociais*”. Não que as pessoas sempre andassem de cara feia, arcos retesados e postura marcial como símbolo claro e visível de sua perícia belicosa. Muito pelo contrário, em um momento estão pilheriando, no outro trocam zombarias, uma palavra leva a outra e, de repente, emergindo do riso se vêem no meio de uma rixa feroz. Grande parte do que nos parece contraditório – a intensidade da religiosidade, o grande medo do inferno, o sentimento de culpa, as penitências, as explosões desmedidas de alegria e divertimento, a súbita explosão de força incontrolável do ódio e da beligerância – tudo isso, tal como a rápida mudança de estado de ânimo, é na realidade sintoma da mesma estrutura social e de personalidade. Os instintos, as emoções, eram liberados de forma mais livre, mais direta, mais aberta, do que mais tarde (ELIAS, 2011, p. 189 e 190).

Como desdobramento dessa discussão, em *O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização* (1993), *Elias* expõe com minúcia histórica a relação entre a diminuição da violência, o aumento do controle social e a constituição do Estado moderno. Graças ao duplo monopólio iniciado nas sociedades de corte absolutista estendido e aprimorado nas cidades modernas observa-se: 1) o monopólio econômico – com a entrada do dinheiro e do poder monetário nas relações entre soberanos, senhores e súditos; 2) o monopólio da violência legítima – centrada na figura do rei. Na medida em que o poder real centralizava para si as taxas de impostos, tinha a oportunidade de aumentar seu poder bélico e contratar mais guerreiros do que seus inimigos.

Adjunto ao poder real está a ascensão da classe comercial burguesa e uma tendência à decadência e à pobreza das classes nobres. Enquanto cresciam as atividades comerciais e a circulação das moedas, a superioridade militar das milícias criadas por guerreiros nobres foi perdendo espaço para o monopólio militar real.

A situação em que todo nobre é guerreiro e todo guerreiro é nobre estava mudando. Com a emergência dos adensamentos populacionais, após os processos migracionais, muda-se o centro de gravidade nas sociedades feudais. De numerosos e pequenos senhores para poucos grandes senhores de terras, os reis figuram como detentores de grandes territórios, do monopólio da violência e da arrecadação de tributos.

Precursos desse controle monopolista da tributação e do exército existiram antes, em territórios relativamente grandes, em sociedades em que era menos avançada a divisão de funções, principalmente como resultado de conquista militar. É preciso haver uma

divisão social do trabalho muito avançada de funções antes que possa surgir uma máquina duradoura, especializado, para a administração do monopólio. E só depois que surge esse complexo aparelho é que o controle sobre o exército e a tributação assumem seu pleno caráter monopolista. Só nessa ocasião está firmemente estabelecido o controle militar e fiscal. A partir desse momento, os conflitos sociais não dizem mais respeito à eliminação do governo monopolista, mas apenas a questão de quem deve controlá-lo, em que meios seus quadros devem ser recrutados e como devem ser distribuídos os ônus e benefícios do monopólio. Apenas quando surge esse monopólio permanente da autoridade central, e o aparelho especializado para administração, é que esses domínios assumem o caráter de “Estados” (ELIAS, 1993, p. 98).

A visão da sociedade denominada moderna por Elias caracteriza-se assim pela dupla monopolização geradora de controle social e autocontroles mais rigorosos. Na maioria dos Estados modernos é vedado o livre emprego das armas de fogo, ficando restrito seu uso às agências competentes da segurança pública. Da mesma forma há deveres de pagamento de tributação de propriedades, rendas ou serviços para que as agências públicas dos Estados possam garantir a ordem social, sobretudo pelo monopólio legítimo da violência. Graças à centralização desses controles sociais, os governos estatais e a população das cidades tiveram oportunidades passíveis de planejamento político e do recrudescimento da vida pacificada.

Com o início do século XX, a multiplicação e crescimento de inúmeras cidades, o rápido adensamento populacional e a criação de vários regimes políticos pelo mundo, como veremos a seguir, proporcionaram aos pesquisadores e instituições de pesquisa aprofundar ou então a relativizar de forma crítica a tese da pacificação do processo civilizador na modernidade.

3.3 Cidades do Século XX: comportamentos desviantes e regiões morais

A escola de Chicago é uma das vertentes sociológicas pioneiras nos estudos sobre controle social do crime nas cidades americanas do século XX. Várias gerações de pesquisadores se debruçaram sobre os temas das cidades modernas, de maneira especial os temas urbanos, desviantes e marginais. Por meio de financiamentos privados, a escola converteu-se em um dos grandes empreendimentos da pesquisa sociológica no mundo. Tinha como ponto de partida uma estrutura pragmática de sugerir atuações científicas aos problemas sociais das cidades. Em outras palavras, o objetivo do conjunto de autores era um

ordenamento científico com finalidades úteis de reformas sociais e criação normativa para políticas públicas. Dirigiram-se para um planejamento urbano contraposto à forma assistencialista das instituições religiosas, vigente até então. Não seria exagero dizer que, em grande medida, as bases de ações de intervenção, planejamento urbano e controle social da segurança pública das cidades ocidentais, incluindo as brasileiras, como em Minas Gerais, são geridas ou, ao menos, influenciadas pelas metodologias dessa escola americana.

Com uma inspiração de pesquisa mutável ao longo das gerações, a escola de Chicago nasceu de uma fusão teórica eclética, com fortes influências estatísticas do sociólogo francês Émile Durkheim, da sociologia alemã de Georg Simmel; da psicologia social, da psicanálise de Sigmund Freud e da antropologia britânica de Bronislaw Malinowski. Aliás, a inspiração da escola de Chicago no método etnográfico, executado pelo antropólogo em seu clássico livro *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1979) fez dela pioneira na criação de pesquisas etnográficas sobre cidades, bem como no desenvolvimento dos métodos qualitativos nas disciplinas de antropologia e sociologia urbana.

Robert Enza Park foi um dos pesquisadores das primeiras gerações da escola; estudou filosofia, psicologia e trabalhou como jornalista. No começo do século XX, inicia suas produções acadêmicas e vai para a Alemanha ser aluno de Georg Simmel. Em 1903 retornou para os Estados Unidos e, em 1914, tornou-se docente na Universidade de Chicago. Um de seus textos mais famosos – *A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano* (1979) – criou uma espécie de manual de pesquisa pragmático sobre a cidade como um laboratório do humano.

O conceito de região moral desenvolvido pelo autor atravessou todo século passado e adentrou o século XXI, muitas vezes, reformulado por outros conceitos como: área de risco, zonas criminógenas, áreas de vulnerabilidade social; tornando-se um instrumental básico na atualidade para a análise criminológica das cidades.

A verdade parece ser que os homens são trazidos ao mundo com todas as paixões, instintos e apetites, incontrolados e indisciplinados. A civilização, no interesse do bem-estar comum, requer algumas vezes a repressão, e sempre o controle dessas posições naturais. No processo de impor sua disciplina ao indivíduo, de refazer o indivíduo de acordo com o modelo comunitário aceito, grande parte é completamente reprimida, e uma parte maior encontra uma expressão substituta nas formas socialmente valorizadas ou pelo menos inócuas. É nesse ponto que funcionam o esporte, a diversão e a arte. Permitem ao indivíduo se purgar desses impulsos selvagens e reprimidos por meio da expressão simbólica. É esta a catarse de que Aristóteles escreve em sua *Poética*, e à qual têm sido dadas significações novas e mais

positivas pelas investigações de Sigmund Freud e dos psicanalistas. (...) As causas que fazem surgir o que aqui descrevemos de “regiões morais” são devidas em parte às restrições que a vida urbana impõe; e em parte a permissibilidade que essas mesmas condições oferecem. Temos dado muita atenção até bem recentemente, às tentações da vida citadina, mas não temos dedicado a mesma consideração aos efeitos das inibições e repressões de impulsos e instintos naturais sob as condições transformadas da vida metropolitana (...). Qual a natureza das vocações ligadas à vida comum dessas regiões? Quais os tipos mentais característicos atraídos pela liberdade que oferecem? (PARK, 1979, p. 70 e 71).

Park equacionava que os comportamentos sociais dos habitantes de tais regiões morais eram contagiados e levados a praticar ações sociais desviantes da ordem comunitária ou citadina. A ideia da cidade como laboratório tinha o intuito de identificar e, se possível, transformar os efeitos indesejáveis dos comportamentos desviantes dessas regiões morais,²⁴ “purgando os impulsos selvagens” e “os substituindo pela arte, esporte e diversão”. Consolida-se nesse discurso a visão da ecologia urbana, ao condicionar o comportamento desviante como uma característica intrínseca do território incivilizado, com potência de contagiar seus habitantes. Dentro do contexto da cidade moderna algumas regiões morais são interpretadas como espaços sociais que necessitam de assistência pública intervencionista para a implementação de normativas mais civilizadas, sobretudo devido a falta de controle social da população adulta sobre a população juvenil.

A partir da década de 1960, alguns autores contemporâneos da escola de Chicago publicaram pesquisas que redimensionaram tais questões nos estudos de controle social. Os estudos de sociologia do desvio de Howard S. Becker representam uma dessas mudanças: da perspectiva mais pragmática e normativa de Robert Park para uma perspectiva das interações de poder entre diferentes agentes.

A sociologia atravessava uma de suas revoluções periódicas, em que estruturas teóricas mais antigas eram reavaliadas e criticadas. Naquele tempo, no início dos anos 1960, os sociólogos estudavam tipicamente o crime e outras formas de transgressão perguntando o que levava as pessoas a agirem daquele modo, violando normas comumente aceitas e não levando vidas “normais”, como diziam todas as nossas

²⁴ Atualmente, alguns efeitos colaterais desses entendimentos trazem consequências manifestas às populações dessas regiões, muitas vezes, estigmatizadas como lugar da moradia de bandido. Alguns segmentos populacionais, sobretudo os jovens negros moradores de bairros pobres e jovens que passam pelo sistema prisional sofrem ainda mais o preconceito. Como já descrevemos, as fusões entre os determinismos biológico e geográfico, por meio do biotipo ideal físico e simbólico de bandido, sempre incidiram sobre esse segmento populacional de maneira avassaladora. Vale mencionar, que o desdobramento desse debate da Escola de Chicago entre crime e território será realizado quando a pesquisa discutir as relações da ciência com as políticas de segurança pública em Minas Gerais.

teorias, em que haviam sido socializados, inclusive para aceitá-las como o modo segundo o qual se deveria viver. As teorias da época variavam naquilo que consideravam as principais causas desse tipo de comportamento anti-social, como consumo excessivo de álcool, crime, uso de drogas, má conduta sexual e uma longa lista de contravenções. Alguns atacavam as psiques das pessoas que se comportavam mal – suas personalidades tinham falhas que as faziam cometer essas coisas (o que quer que fossem essas coisas). Outros mais sociológicos culpavam as situações em que criavam disparidades entre os que lhe haviam ensinado a almejar a sua real possibilidade de alcançar esses prêmios. Jovens da classe trabalhadora – a quem haviam ensinado a acreditar no “sonho americano” de mobilidade social ilimitada e depois se viam refreados por empecilhos socialmente estruturados, como a falta de acesso à educação, que tornariam a mobilidade possível – poderiam então apelar para métodos desviantes de mobilidade, como o crime. Essas teorias, porém não soavam verdadeiras para sociólogos de uma nova geração, menos conformistas e mais críticos com referência às instituições sociais da época, menos dispostos a acreditar que o sistema de justiça criminal jamais cometia erros, que todos os criminosos eram pessoas más que haviam feito as coisas más de que eram acusadas, e assim por diante (BECKER, 2008, p.10).

Com o início dos movimentos sociais de contracultura nos Estados Unidos (como o movimento *beat* que se desdobraria alguns anos mais tarde no movimento *hippie*), no plano político, as críticas aos modelos correcionistas do bem-estar social passam a ser intensificadas. Os estudos de sociologia do desvio, influenciados por tais movimentos, reformularam várias formas de análise – desde o uso de conceitos até os temas das pesquisas. Assim, pesquisas sobre controle social do crime ganham novas direções como no livro *Outsiders: estudos de sociologia do desvio* (2008), cujos temas intercambiáveis levaram a compreender as incidências do controle social sobre os músicos apreciadores de *jazz* e usuários de maconha.

Ao pesquisar os usos da maconha entre os músicos de *jazz*, Becker percorre a sequência de rituais de passagem e experiências cotidianas pela qual uma pessoa se torna capaz de levar adiante o uso dessa substância ilícita, embora tenham sido elaborados dispositivos de controle social para evitar tal comportamento desviante. Aliás, esses dispositivos de controle social atuam em várias esferas da vida cotidiana. Como ato ilegal, o uso da maconha, na época da pesquisa, era passível de punições severas como o encarceramento ou até mesmo interdições, como internações compulsórias, por se entender que o usuário fosse incapaz de controlar sua própria vida.

Finalmente, desenvolveu-se um conjunto de ideias tradicionais definindo a prática como uma violação de imperativos morais, como um ato que leva à perda do autocontrole, à paralisia da vontade e, por fim, à escravidão à droga. Essas ideias que são triviais, constituem forças eficazes na prevenção do uso de maconha (BECKER, 2008, p.70).

Como pianista de *jazz*, a longa convivência com esses músicos o levou a um entendimento inusitado, até então para os pesquisadores acadêmicos do comportamento desviante. Apesar do forte controle social estatal, comunitário ou familiar e dos riscos de sanções que podem incidir nesse grupo artístico, muitos músicos de *jazz*, usuários de maconha são rotulados para uma parte do segmento populacional mais liberal (artistas, intelectuais, músicos, jovens boêmios...) como pessoas de *comportamento desviante superior simbolicamente*, pelas habilidades em produzir uma arte considerada pelos apreciadores como sofisticada. Dessa maneira, o sociólogo demonstra elementos positivos, aceitos, admirados e até invertidos de superioridade simbólica em certos comportamentos considerados desviantes.

O uso do conceito de desvio abordado na corrente interacionista de Becker interpreta-o como produto de um vínculo realizado entre o grupo social e um indivíduo que, aos olhos do grupo, transgrediu alguma norma. O desvio é tomado como uma interação entre dois pontos de vista divergentes, e não mais como a concepção na qual há algo inerentemente desviante.

Essa versão do interacionismo simbólico também incorpora em suas explicações uma noção de poder pelo entendimento do que é ou não julgado como desviante no ritual de interação. Assim, muda-se a perspectiva de entendimento: ao invés do pesquisador julgar determinada ação social como desviante, criminosa ou patológica, ele deseja entender quem a rotulou assim e, principalmente, como o julgamento desse determinado sujeito rotulado é legitimado pela coletividade como superior, inferior, desviante, criminoso, normal ou patológico.

Nessas pesquisas, alguns recursos científicos, até então tidos como discursos de verdades (absolutas): dados estatísticos e dispositivos de justiça estatal como ações policiais, julgamentos e penas – começam a ser questionados pela seguinte pergunta: por qual motivo tais discursos rotulam certos grupos sociais ou pessoas como desviantes?

Além disso, ações sociais antes inquestionáveis são questionadas pelas pesquisas: tais ações rotuladas deveriam ou não ser enquadradas como práticas sociais desviantes? Por fim, questiona-se até mesmo a noção de reforma das condutas sociais, se existe possibilidade de cálculos racionalizáveis em uma efetiva transformação e “regeneração” do comportamento da pessoa classificada como criminosa, desviante ou patológica.

Uma concepção menos simples, mas muito mais comum, de desvio o identifica como algo essencialmente patológico, revelando a presença de uma “doença”. Essa concepção repousa, obviamente, numa analogia médica. Quando está funcionando de modo eficiente, sem experimentar nenhum desconforto, o organismo humano é considerado “saudável”. Quando não funciona com eficiência, há doença. Diz-se que o órgão ou funciona em desajuste é patológico. Há, é claro, pouca discordância quanto

ao que constitui um estado saudável do organismo. Há muito menos concordância, porém, quando se usa a noção de patologia, de maneira análoga, para descrever tipos de comportamentos vistos como desviantes. Porque as pessoas não concordam quanto ao que constitui comportamento saudável. É difícil encontrar uma definição que satisfaça mesmo um grupo tão seletivo e limitado como o dos psiquiatras; é impossível encontrar uma definição que as pessoas aceitem em geral, tal como aceitam critérios de saúde para o organismo. Por vezes as pessoas concebem a analogia de maneira mais estrita, porque pensam no desvio como produto de doença mental. O comportamento de um homossexual ou de um viciado em drogas é visto como sintoma de uma doença mental, tal como a difícil cicatrização de machucados de um diabético é vista como um sintoma de sua doença (BECKER, 2008, p. 18 e 19).

Sobre esse ponto de vista o desvio não é uma qualidade do próprio comportamento do ser humano ou da região moral, mas da interação social entre as pessoas que cometem um ato e aquelas que reagem a ele. Dentro dessas interações os atos, para serem julgados, também necessitam de certas condições objetivas. Como menciona Becker, o grau em que um ato será tratado como desviante depende de quem o faz e de quem se sente prejudicado.

O problema é que sanções punitivas tendem a ser aplicadas mais a algumas regiões morais, pessoas e grupos sociais do que a outras, como demonstram alguns estudos de delinquência nos Estados Unidos, ao constatar diferenças nas ações da justiça contra jovens de classe média ou pobre, jovens negros ou brancos.

Meninos de áreas de classe média, quando detidos, não chegam tão longe no processo legal como os meninos dos bairros miseráveis. O menino de classe média tem menos probabilidade, quando apanhado pela polícia, de ser levado à delegacia, de ser atuado; e é extremamente improvável que seja condenado e sentenciado. Essa variação ocorre ainda que a infração original da norma seja a mesma nos dois casos. De maneira semelhante, a lei é diferencialmente aplicada a negros e brancos. Sabe-se muito bem que um negro que supostamente atacou uma mulher branca tem muito maior probabilidade de ser punido que um branco que comete a mesma infração; sabe-se um pouco menos que um negro que mata outro negro tem menor probabilidade de ser punido que um branco que comete homicídio. Este, claro, é um dos principais pontos de análise que Sutherland faz do crime de colarinho-branco: delitos cometidos por empresas são quase sempre processados como causa civil, mas o mesmo crime cometido por um indivíduo é usualmente tratado como delito criminal (BECKER, 2008, p. 25).

Assim, nos Estados Unidos, na década de 1960, esses trabalhos constatam que as condições objetivas – econômicas, raciais, *status* social e habitação – de controle social, muitas vezes, também operam seletivamente nos dispositivos de controle da justiça americana.

Portanto, em meio a esse conflito interpretativo, composto, de um lado, pelas prescrições morais e jurídicas que criminalizam o uso e os hábitos dos usuários de maconha e, de outro, pela veneração de um público composto por um segmento intelectual e de elite,

Howard Becker localiza nos personagens do *empreendedor moral* e do *reformador cruzado* as agências de criação e manutenção de dispositivos jurídicos de interditos do uso e do comércio da substância no país.

Os empreendedores morais são pessoas ou agências institucionais criadoras de novas regras sociais. Os reformadores sociais são as pessoas que realizam extensas cruzadas para modificar conteúdos de regras coletivas e formas de comportamento vistas como imorais e criminosas. Muitas vezes, com o intuito humanístico de acreditar que aquilo que se pensa é bom não apenas para si, mas para toda a população, muitos empreendedores morais e reformadores sociais, ao lograrem sucesso, ampliam seus empreendimentos e vão reformular outras regras sociais contribuindo assim para o processo civilizador da sociedade. Geralmente iniciam como amadores e, com o decorrer do sucesso se profissionalizam. Contraditoriamente, se alcançam o objetivo e implementam a lei desejada o seu empreendimento acaba. Assim, com a experiência adquirida e estrutura profissional montada, provavelmente integrarão novas cruzadas morais.

Howard Becker pesquisa a cruzada moral que levou ao controle social da maconha nos Estados Unidos. Em 1937 o Congresso aprovou a Lei da Tributação da Maconha destinada a reprimir o uso da droga. Contudo, uma melhor compreensão dos interditos de seu uso será situá-la no contexto mais geral da proibição do uso do álcool e das drogas opiáceas. Os usos de álcool e ópio tinham uma longa história de repressão no país. Em função dela o uso da maconha inicialmente era minimizado até mesmo pelas agências estatais. Nem a polícia dava muita importância para os seus usos públicos.

A 18ª Emenda e a Volstead Act proibiram a importação de bebidas alcoólicas para os Estados Unidos e sua fabricação dentro do país. O Harrison Act proibiu na prática o uso de drogas opiáceas para todos os fins. Exceto os medicinais (...) Uma consequência da aprovação da lei foi a criação, em 1930, da Agência Federal de Narcóticos no âmbito do Departamento do Tesouro. Os mesmos valores que levaram à proibição do uso de drogas e de álcool e drogas opiáceas foram aplicados no caso da maconha, e parece lógico que isso tenha sido feito. No entanto, o pouco que me foi contado – por pessoas que conheceram bem o período, sobre o uso da maconha no fim da década de 1920 e início da década de 1930 – me leva a crer que havia uma imposição relativamente frouxa das leis locais existentes. Essa afinal, foi a época da Lei Seca, e a polícia tinha assuntos mais importantes para tratar. Aparentemente, nem as autoridades públicas, nem os agentes da lei consideravam o uso da maconha um problema sério. Quando o notavam de alguma maneira, provavelmente o punham de lado como não se justificasse maiores tentativas de imposição. O fato de o preço da maconha ser muito mais baixo antes da aprovação de legislação federal é um indício de como as leis eram debilmente impostas. Isso sugere que havia pouco perigo em vendê-la e que a imposição das leis não era seriamente empreendida. Até o Departamento de Tesouro em seu relatório de 1931 minimizou a importância do problema (BECKER, 2008, p. 143 e 144).

Em 1932, com a cooperação de alguns funcionários da Agência de Narcóticos, a Conferência Nacional de Delegados sobre Leis Estaduais Uniformes enfatizam a necessidade de se controlar o uso e o comércio da maconha. Inicia-se o esforço instrumental da agência em restringir o uso da maconha com duas estratégias: 1) cooperar com o desenvolvimento da legislação estadual, 2) fornecer fatos jornalísticos para o problema.

Em 1936 a apresentação de um relatório da agência, bem como um trabalho de base colaborativo de cooptação de outros empreendedores morais, estimulava um passo além no desenvolvimento da legislação estadual: a intervenção federal. Em uma campanha educacional com a finalidade de descrever os perigos da droga, o número de artigos publicados em revistas populares contra a maconha atingiu um recorde²⁵. Dentre os artigos realizados por outros empreendedores, a agência nacional forneceu a maior parte dos dados, conteúdos e relatos que associavam o uso da droga com uma violação do autocontrole do indivíduo.

No ano seguinte o empreendimento chega ao congresso na forma do projeto de tributação. Ao discursar para os congressistas, o consultor da agência mencionou como os principais jornais dos Estados Unidos reconheceram a gravidade do problema e defenderam ainda o controle via legislação federal. Nesse ritual de aprovação da lei, o delegado narra que muitos crimes foram supostamente cometidos sobre o efeito da substância.

Duas objeções foram apresentadas. Uma de fabricantes de óleo de sementes de cânhamo e a outra da indústria de alimentos para aves. A primeira objeção foi rapidamente atendida e alterada. A segunda objeção foi um pouco mais complexa, mas resolvida. Os produtores dos alimentos para aves sustentaram que a inclusão das sementes nas tributações iria prejudicar um ramo da indústria. Com a ideia de esterilizar as sementes também houve um acordo com esse segmento industrial.

Eliminadas essas dificuldades, o projeto transitou facilmente. Os fumantes de maconha, impotentes, desorganizados e sem motivos publicamente legítimos para ataque, não enviaram representantes às audiências e seu ponto de vista não teve registro nos anais. Sem oposição, o projeto foi aprovado tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, no mês de julho seguinte. A iniciativa da agência

²⁵ No *The Reader's Guide to Periodical literature*, entre julho de 1937 e junho de 1939: 17 artigos foram publicados. Número muito maior que períodos anteriores e posteriores: entre janeiro de 1925 até junho de 1935, nenhum artigo foi publicado. Entre julho de 1935 a junho de 1937, quatro artigos foram publicados. Entre julho de 1939 até junho de 1941, foram quatro artigos publicados.

produziria uma nova regra, cuja imposição subsequente ajudaria a criar uma nova classe de *outsiders* – os usuários de maconha (BECKER, 2008, p. 151).

Traçando o percurso da aprovação da Lei de Tributação da Maconha, entende-se que a estrutura burocrática estatal oriunda da Lei Seca e das Drogas Opiáceas depois de montada e aprovada, se desloca para o empreendimento moral da maconha. Dessa forma, a agência ganha sobrevida em suas ações e serviços criando outros empreendimentos morais de cunho civilizador.

Dessa interpretação interacionista, a reavaliação crítica das estruturas teóricas mais antigas da própria escola de Chicago, das ciências sociais como um todo e de suas incidências na resolução de problemas sociais contribuiu para desvelar como alguns efeitos colaterais de formas de controle social em certos tipos de indivíduos, grupos e instituições sociais são impostos de maneira, muitas vezes, imperativa por essas políticas públicas. O exemplo dos usos da maconha deixa claro essas tensões, para os empreendedores morais e parte da população os usos da substância são ações sociais criminalizadas, sujeita a intervenções; e para os apreciadores de *jazz* o uso da erva pode potencializar o lado perceptivo artístico tanto na execução dos músicos, quanto na audição dos usuários apreciadores da música.

Certas práticas sociais, como o uso da maconha, consideradas ilícitas são tencionadas, consideradas negativas por propiciar no indivíduo perda do autocontrole e positivadas por propiciar uma expansão da mente para, por exemplo, produzir arte “sofisticada”. Direta ou indiretamente, as influências normativas das primeiras gerações e as influências críticas das gerações contemporâneas como a de Becker caminham atualmente em vários departamentos de pós-graduação, várias agências de segurança pública, pelas cidades do mundo, em alguns contextos misturadas e em outras separadas.

3.4 Estados no Século XX: a violência nos governos totalitários e democráticos

No século XX, a partir da consolidação do projeto civilizador narrado por *Elias*, tanto nos governos de direita, com maior ou menor grau de liberdade individual, quanto nos países de governos socialistas, vários desdobramentos teóricos foram criados e compartimentados nas ciências com a medicina, biologia, sociologia, direito, história, antropologia, psicologia, serviço social e na gestão administrativa com criação de órgãos e instituições através dos

modelos de polícia, secretarias de segurança pública, departamentos de investigações criminais dentre vários outros setores da administração pública, privada e de terceiro setor.

Como Becker aponta, algumas análises sobre as atuais conjunturas políticas começaram a despontar na ciência de forma crítica, fazendo repensar alguns passos do controle social moderno. Dentre esses pensamentos, a filósofa Hannah Arendt, nascida na Alemanha e de ascendência judaica, é uma das pensadoras contemporâneas de grande referência ao tratar o tema da violência gerida pelos Estados modernos do século XX. Vivenciando diretamente as consequências da ascensão do regime nazista com a tomada do poder por Adolf Hitler, fugiu da Alemanha para França, permanecendo por seis anos no país. Após sua prisão por ter sido classificada em uma condição biológica inferior de judia mudou-se para os Estados Unidos, vivendo seus primeiros anos como exilada política. Ao conquistar os direitos civis, lecionou na Universidade de Chicago, e em 1967 se transferiu para a *New School of Social Research* em Nova Iorque, atuando até 1975, ano de sua morte.

Em sua trajetória de pensamento político demonstrou as semelhanças totalitárias nos mecanismos de controle social entre Estados inimigos, como nazismo e comunismo. Inovou no desdobramento de suas reflexões políticas ao apontar como a fenda do controle social totalitário permaneceu aberta também nos regimes pós-totalitários considerados democráticos e modernos.

Suas obras publicadas a partir da década de 1950 abordam como a modernidade do século XX se constituiu na ausência e na desarticulação da política em termos de dimensão pública. Em seu livro *Sobre a Violência* (2011) demonstrou como a pacificação da vida cotidiana gerou um progresso tecnológico bélico dos instrumentos da violência, alcançando níveis inéditos no mundo: externamente em figurações tensas das guerras mundiais e, depois, na guerra fria; e internamente com o controle social muito mais rigoroso baseado nas epistemologias e investigações científicas de caráter evolucionista social.

A permanência da fenda totalitária acontece, sobretudo, pelos dispositivos de controle social que encolhem ou esvaziam os espaços públicos e, subjetivamente, criam barreiras para o exercício do poder político. Na elaboração de sua teoria política, a noção de poder de Hannah Arendt é positivada: consiste na dimensão humana emancipatória de uma população ao agir em concerto coletivo. Essas ações são compreendidas como instâncias públicas de

discussões, debates e argumentações entre indivíduos; desta forma, se criam condições para pensar o mundo através do bem estar comum.

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que o grupo do qual se origina o poder desde o começo (*Potestas in populo*: sem um povo ou grupo não há poder) desaparece, seu poder também se esvanece (ARENDR, 2011, p. 60 e 61).

Para Arendt, essa maneira de pensar o exercício do poder emerge na Grécia antiga na separação entre o *Oikos*, espaço privado da casa e das múltiplas privações, - e da *Ágora*, espaço público gerador da capacidade reflexiva de debater, argumentar ou discutir em torno de modelos de convivência humana. A filósofa demonstra como, na modernidade totalitária e pós-totalitária, há uma usurpação do poder da política enquanto igualdade da palavra na *Ágora*. Hannah Arendt aponta que, nos Estados modernos, a desarticulação do poder se instala na subjetividade humana a partir de dispositivos estatais de controle social, os quais isolam os indivíduos no ambiente do *Oikos*, deixando a interação política entre os homens subordinada à esfera privada. É justamente na diminuição da capacidade de gerar poder que o espaço da violência se instala.

Inserida nessa trama histórica, a noção de poder embutida no pensamento arendtiano difere-se da definição weberiana de dominação do Estado, utilizada por Norbert Elias: como o domínio do homem pelo homem, configurado no monopólio legítimo da violência. Se entre esses teóricos da política há um consenso de que a violência do Estado é manifestação legítima de poder/dominação, para Arendt poder e violência, apesar de andarem juntos, são fenômenos totalmente distintos: com a diminuição do poder político a violência aumenta.

Desse ponto de vista, argumenta como a violência nunca é legítima, ela é justificada pela sua característica instrumental. A natureza do poder é legítima na medida em que as pessoas estabeleçam suas ações para fins públicos, debatidos coletivamente, e não por fins privados e impostos. Assim, o poder é legítimo e diametralmente oposto à violência, pois não é justificável:

O poder não precisa de justificação, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; o de que ele realmente precisa é legitimidade. O tratamento corriqueiro dessas duas palavras como sinônimos não é menos enganoso ou confuso do que a equação corrente entre obediência e apoio. O poder emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto, mas sua legitimidade deriva mais do estar junto inicial do que de qualquer ação que se possa seguir. A legitimidade, quando desafiada, ampara-se a si mesma em um apelo ao passado, enquanto a justificação remete a um fim que jaz no futuro. A violência pode ser justificável, mas nunca será legítima. Sua justificação perde em plausibilidade quanto mais o fim almejado se distancia no futuro. Ninguém questiona o uso da violência em defesa própria porque o perigo é não apenas claro, mas também presente, e o fim que justifica os meios é imediato. Poder e violência embora sejam fenômenos distintos, usualmente aparecem juntos. Onde quer que estejam combinados, o poder é, como descobrimos, o fator primário e predominante (ARENDDT, 2011, p. 63).

O suposto monopólio legítimo da violência empreendido pelos Estados é uma violência instrumental utilizada para encerrar a negociação em torno do poder praticado, especialmente nos segmentos populacionais (considerados desviantes) que entram em desacordo com as regras do processo civilizador totalitário e pós-totalitário.

Para resumir: politicamente falando, é insuficiente dizer que poder e violência não são o mesmo. Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, conduz à desaparecimento do poder. Isso implica ser incorreto pensar o oposto da violência como não violência; falar de um poder não violento é de fato redundante. A violência pode destruir o poder; ela é absolutamente incapaz de criá-lo (ARENDDT, 2011, p. 73 e 74).

Diferente da visão freudiana e durkheimiana, a teoria política arendtiana descreve como o aspecto instrumental da violência dos Estados não foi criado simplesmente com o objetivo único de conter instintos agressivos, pulsões de morte ou comportamentos desviantes dos indivíduos considerados criminosos. Sua eficácia maior está na utilização racional da violência para fins políticos, geralmente reivindicatórios de minorias e párias sociais.

Os resultados das pesquisas, tanto das ciências sociais quanto das ciências naturais, tendem a fazer do comportamento violento uma reação ainda mais “natural” do que estaríamos preparados para admiti-lo em sua ausência. Da agressividade, definida como um impulso instintivo, diz-se que ela representa o mesmo papel funcional, no âmbito da natureza, que os instintos sexuais e os de nutrição do processo vital do indivíduo e da espécie. Mas diferentemente desses instintos, que, por um lado, são ativados por necessidades corporais prementes e, por outro, por estímulos externos, os instintos agressivos do reino animal parecem ser independentes de tal provocação; ao contrário a falta de provocação conduz aparentemente a frustração do instinto, ao “recalque” da agressividade, que de acordo com os psicólogos, causa o bloqueio da “energia” cuja consequente explosão será extremamente perigosa. (É como se a

sensação da fome no homem aumentasse com o decréscimo de pessoas famintas). Segundo essa interpretação, a violência sem provocação é “natural”, se ela perdeu a sua *rationale*, basicamente, a sua função na autopreservação, tornou-se “irracional”, e essa é supostamente a razão pela qual os homens podem ser mais “bestiais” do que outros animais. (Na literatura, somos constantemente lembrados do comportamento generoso dos lobos, que não matam o inimigo derrotado) (ARENDDT, 2011, p.79).

O foco de sua interpretação está em demonstrar como as bases da violência moderna foram assentadas na ação racional dos Estados, a partir do fabrico de mecanismos cada vez mais bélicos de controle social. O objetivo racional dos Estados, no que tange à segurança pública, foi demonstrar como cada vez mais a operação dos mecanismos de controle repressivo e de extermínio foram considerados as melhores táticas de garantia para a paz. Assim, nos Estados totalitários do século XX, o discurso do controle repressivo da “violência legítima do Estado”, sempre foi evocado com a finalidade da dissuasão. Dedicada a pensar a história da violência moderna, Hannah Arendt entende que as dissuasões empreendidas pelos controles estatais são contrárias ao exercício do poder político.

Como se sabe, em muitos contextos, além da impossibilidade da ação política, houve também a impossibilidade do exercício da vida, engendrada pelos governos estatais que faziam morrer, de forma massiva, certos segmentos populacionais pela sua tipificação biológica. Esses segmentos populacionais, quando não exterminados, geram os indivíduos supérfluos ou *povos párias* que não encontram um lugar de reconhecimento no mundo enquanto seres e nem podem sequer exercer a possibilidade do poder político. Assim, a pensadora explica como o mundo contemporâneo se transformou em um mundo de tempos sombrios. Parte de sua teoria faz uma inversão interpretativa crítica às dimensões normativas dos Estados belicamente mais poderosos tornaram-se as grandes instituições de manipulação da violência em todo século XX.

Em seu livro *Homens em Tempos Sombrios* (2008) ao refletir sobre a postura de vida e de arte do alemão Lessing demonstra como, no mundo contemporâneo, a prevalência do âmbito privado sobre as discussões públicas gera um isolamento tanto no âmbito das casas de famílias nucleares como em fraternidades. Em seu entendimento, a primazia dessas organizações privadas de fraternidade decompõe o caráter plural próprio do poder público.

A história conhece muitos períodos de tempos sombrios, em que o âmbito público se obscureceu e o mundo se tornou tão dúbio que as pessoas deixaram de pedir qualquer coisa à política além de que mostre a devida consideração pelos seus interesses vitais e

liberdade pessoal. Os que viveram em tempos tais, e neles se formaram, provavelmente sempre se inclinaram a desprezar o mundo e o âmbito público, a ignorá-los o máximo possível ou mesmo a ultrapassá-los e, por assim dizer, procurar por trás deles – como se o mundo fosse apenas uma fachada por trás da qual as pessoas pudessem se esconder –, chegar a entendimentos mútuos com seus companheiros humanos, sem consideração pelo mundo que se encontra entre eles (ARENDDT, 2008, p.19).

Para Arendt, a obscuridade das relações fraternais exerce certo fascínio até mesmo nos povos párias. Muitos se sentem tão envergonhados pelo mundo tal como ele é que gostariam de se refugiar nas invisibilidades de reuniões secretas ou privativas. Nessa invisibilidade os homens se refugiam, entram em contato maior com a cordialidade das relações amigáveis comprimindo cada vez mais sua participação no mundo político de forma hierarquizada.

Passadas várias décadas desde sua morte, o pensamento arendtiano sobre a política e a violência contém fundamentos críticos válidos para a atualidade, na medida em que a *rua* e os espaços públicos – como as praças, ruas, esquinas, campos de futebol, edificações abandonadas – são classificados por boa parte da população e por agências de segurança pública como espaços perigosos e vulneráveis à violência e à criminalidade, transformando-se também em locais sombrios e violentos para o convívio do exercício político. Assim, para a filósofa grande parte da violência moderna não é acionada pela falha do processo civilizador moderno em conter os impulsos agressivos, mas por ações planejadas e, muitas vezes, acionadas pelas próprias agências jurídicas estatais que preventivamente utilizam o discurso da violência legítima como justificativa de manter a ordem social. Nas cidades brasileiras de todos os portes é perceptível como os espaços públicos das ruas, praças e parques foram classificados ao longo dos últimos anos como locais perigosos e inadequados para o convívio dos jovens.

3.5 As populações urbanas: a arte de governar os dispositivos de segurança

Seguindo outra tendência crítica às dimensões normativas, em relação ao comportamento das ciências modernas bem como às formas de gestão de controle social sobre as populações mundiais, o pensador francês Michel Foucault desenvolveu uma série de estudos sobre as transformações nas formas de controle social da história moderna. Suas obras e cursos, com destaque para o livro *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões* (1987), redimensionaram a construção teórica a partir de fontes criativas e da reavaliação crítica de

matrizes estruturalistas das várias searas das ciências humanas: antropologia, sociologia, psicologia, psicanálise, história, filosofia, artes, direito, etc.

Produziu uma obra plural²⁶, na abordagem micropolítica, ao investir em uma análise de poder tomando-o como algo imanente das relações sociais e não como algo que se pode possuir a partir de condições objetivas. Uma de suas propostas de pensamento foi entender de maneira relacional como cada contexto histórico criou dispositivos normativos de controle social para excluir, segregar ou gerir tais comportamentos marginais e criminais das populações. Dessa proposta ele valoriza uma abordagem entre as instituições estatais de poder e a vida de homens infames, marginais, delinquentes e loucos.

Em *Vigiar e Punir* (1987) descreve as disciplinas das instituições modernas como um instrumento de poder que incide no registro cotidiano do conhecimento dos indivíduos por meio de seus corpos. O objetivo não é realizar a história das diversas instituições disciplinares modernas (prisão, fábrica, escola, hospital, casa...), mas localizar, em técnicas sociais, as minúcias do poder disseminado, ao mesmo tempo, de forma massificada e individualizada nos corpos dos indivíduos que vivenciam essas instituições.

No decorrer dos séculos XVII e XVIII as disciplinas se capilarizaram nos espaços sociais das arquiteturas. O panóptico foi a mais famosa delas; entretanto, é nas ações dos dispositivos arquitetônicos comuns (como, por exemplo, a simples exigência de cercas usadas nos colégios, quartéis, oficinas e fábricas) que os métodos disciplinares de maneira mais meticulosa reverberam em operações corporais que acabam banalizadas pelas pessoas, realizando a sujeição constante de suas forças e impondo uma relação de docilidade e utilitarismo dos corpos humanos.

Essa construção de Foucault sobre o controle social da população foi, ao longo das pesquisas e dos cursos no *Collège de France*, incorporando novas observações sobre as formas de vigilância. Em 1976 desenvolve o curso publicado em livro com o título de *Em Defesa da Sociedade* (2005) onde apresenta um novo modelo de análise sobre a história

²⁶ Refiro-me ao grande lastro de sua obra adentrando em vários institutos universitários: educação, psicologia, letras, sociologia, política, filosofia, história, artes, arquitetura, geografia e artes; em segmentos de instituições de 3º Setor com inspiração universitária que utilizam, sobretudo, a noção de “empoderamento da comunidade” de maneira normativa; e em segmentos de artistas com linguagens pós-modernas que utilizam a *performance* como intervenção artística na cidade. Além de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Gatarri também são pensadores franceses com forte influência e lastro pelo Brasil e parte do mundo. Suas obras são muito importantes para a luta antimanicomial. Apesar de comporem um mesmo grupo de pensadores classificados como pós-estruturalistas na atualidade, também há uma tendência em diferir, sobretudo, os pesquisadores acadêmicos entre “deleuzianos” e “foucaultianos”. Seguindo uma tendência parecida com o que aconteceu com o marxismo e a psicanálise freudiana, encontram-se subdivisões dentro das correntes desses pensadores.

moderna do controle social denominado de *biopolítica*. Para Foucault, com o advento das cidades a gestão do Estado tem como ênfase a população pela mediação estatística através de gerenciamentos de proporções entre nascimentos e óbitos, taxas de reprodução, fecundidade, patologias biológicas geridas dentro da disposição espaço-temporal da cidade. Ao invés do foco ser os corpos disciplinados, a biopolítica se preocupa com os fenômenos seriados, criações de acontecimentos aleatórios que ocorrem sobre uma população. Entretanto, esse novo cenário histórico da cidade, não exclui o modelo disciplinar que se mantém articulado com os dispositivos biopolíticos.

Foi para recuperar o detalhe que se deu uma primeira acomodação: a acomodação dos mecanismos de poder sobre o corpo individual com vigilância e treinamento – isso foi a disciplina. É claro, essa foi a acomodação mais fácil, mais cômoda de realizar. É por isso que ela se realizou mais cedo – já no século XVII, início do século XVIII – em nível local, em formas intuitivas, empíricas, fracionadas, e no âmbito limitado de instituições como a escola, o hospital, o quartel, a oficina, etc. E, depois, vocês têm em seguida, no final do século XVIII, uma segunda acomodação, sobre os fenômenos globais, sobre os fenômenos de população, com os processos biológicos, ou bio-sociológicos das massas humanas. Acomodação muito mais difícil, pois, é claro, ela implicava órgãos complexos de coordenação e de centralização. Temos, pois, duas séries: a série corpo – organismo – disciplina – instituições; e a série população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores (FOUCAULT, 2005, p. 298).

A norma seria o elo mediador entre a disciplina e a regulamentação. E no século XIX ela se consolida de forma efetiva como racismo de Estado. Segundo Foucault, no contínuo biológico da espécie humana há o corte entre quem deve morrer e quem deve viver – “fazer morrer e deixar viver” – em suma, nos espaços da cidade as populações são segmentadas de uma maneira a arrefecer um grupo em relação ao outro, estabelecendo censuras e segregações de tipos biológicos. Com isso temos a operacionalização das ciências evolucionistas em formas de controle racial biopolítico: através de procedimentos científicos com o aparecimento de raças, “a distinção de raças, a hierarquia das raças, a qualificação de raças boas e ruins, superiores e inferiores” tornou-se uma condição do Estado poder exercer o direito de matar ou fazer morrer, ou ainda, deixar morrer certos segmentos populacionais.

Na biopolítica temos a instrumentalização do direito e do campo judiciário a partir de relações raciais de poder entre certos grupos e segmentos populacionais distintos. Para o autor, esse campo deve ser examinado não sobre a lógica de uma legitimidade a ser fixada ou a obediência dos indivíduos sobre uma soberania, mas sobre a lógica dos procedimentos de sujeições que são colocados em prática, sobretudo em instituições regionais e locais operadoras das dinâmicas de controle social nas cidades.

No curso seguinte em 1978, publicado em livro com o título de *Segurança, Território e População* (2008), Foucault apresenta elementos dessa gestão denominada de governamentalidade. Com as profundas transformações no controle social da criminalidade a partir da década de 1960 e 1970 em todo o mundo, suas reflexões sobre a história do presente demonstram como a arte de governar o controle social criou uma nova linha de força no ocidente, a saber: a gestão dos dispositivos de segurança das populações.

Refletindo sobre o conceito de Foucault, o filósofo italiano Giorgio Agamben entende os dispositivos como uma estratégia que, em certo momento histórico, teve como função primordial, mesmo não intencional, responder a uma dada urgência modelada pela organização da segurança da população nas cidades. Dessa forma, o dispositivo:

É composto por um conjunto heterogêneo que implica discursos, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito, eis o elemento do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos [...]. Disse que o dispositivo tem natureza essencialmente estratégica, que se trata, como consequência, de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para orientá-las em certa direção, seja para bloqueá-las ou para fixá-las e utilizá-las. O dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder e, ao mesmo tempo, sempre ligado aos limites do saber, que derivam desse e, na mesma medida, condicionam-no. Assim, o dispositivo é: um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por ele são condicionados (FOUCAULT citado por AGAMBEN, 2009, p.28).

Na gestão dos dispositivos de segurança, o controle social é entendido por uma nova abordagem, cujas observações das múltiplas artes de governar não são baseadas apenas nas normas da estatização da sociedade e dos saberes vigentes dos governos da elite. Neste desdobramento metodológico, colocam-se as diversas perspectivas em um mesmo estatuto de discurso de verdade. Todas as formas possíveis de saberes, tanto os saberes consagrados – tais como os saberes oficiais, técnicos e científicos – quanto os saberes que estão às margens de instituições e das pessoas consagradas são entendidos como passíveis de governo:

Por esta palavra “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que chamamos de governo sobre todos os outros – soberania e disciplina – e que trouxe por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos de governo [e, por

outro lado], o desenvolvimento de uma série de saberes (FOUCAULT, 2008, p. 143 e 144).

O objetivo foi fazer uma história das tecnologias de segurança demonstrando o advento dessa nova modulação histórica. Foucault iniciou suas aulas problematizando como, nos últimos anos antes do seu curso, a relação entre o custo econômico e o custo da delinquência tornou-se umas das questões fundamentais de governo das populações nas cidades. A aplicação das leis penais, a organização das prevenções, da punição correcional são direcionadas por três táticas: 1) narrar as coisas de maneira absolutamente global, inserindo os crimes em uma série de acontecimentos prováveis e tipificados; 2) inserir em um cálculo de custos as reações do poder ante os fenômenos criminais; 3) ao invés de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, fixar uma taxa média considerada ótima, estabelecendo o limite do aceitável, além das quais os fenômenos criminais não devem ultrapassar.

Apesar da arte de governar os dispositivos de segurança também ser imanente aos corpos e espaços sociais, como são os métodos disciplinares e o poder soberano, eles operam os poderes dentro de novos modelos de gestão, chancelados pelo saber dos discursos de verdade das ciências humanas²⁷ (econômicas, jurídicas, sociais...) e biológicas.

Diferente dos modelos do poder soberano e disciplinar, as novas táticas e estratégias de controle social nas cidades criam ambiências em função de acontecimentos possíveis, remetidas em séries aleatórias de mecanismos de segurança que trabalham, criam, organizam e planejam as ações nos meios sociais antes mesmo de atingir os indivíduos. Se a soberania é exercida no território e a disciplina nos corpos dóceis, os dispositivos de segurança incidem sobre a gestão da população; sem perder de vista que nessas variadas práticas de governo atuais, os mecanismos jurídico-legais do poder soberano e os métodos disciplinares se retroalimentam combinados com os dispositivos de segurança.

²⁷ Ao procurar responder a essas questões, descreve como a gestão da arte de governar aparece de maneira incipiente ainda no século XVI: com a preocupação de como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos aceitar ser governado, como fazer para ser o melhor governador possível. Se Maquiavel finda um marco histórico em demonstrar a descontinuidade entre o poder de governar do soberano em face de quaisquer outras formas de poder dos súditos, a partir desse contexto histórico começa a se construir toda uma tradição filosófica ao apontar para a continuidade, imanência e multiplicidade de formas micro e macrosociais de governo. Alguns pensadores europeus criam variados modelos de governo, como o de *François La Mothe Le Vayer*, desenhado para ser apreendido em tríade: o governo de si que pertence à moral, o governo da família que pertence à economia e o governo do estado que pertence à política. Dessa tríade, a preocupação com a economia é ao longo do tempo a mais essencial.

A disciplina tem essencialmente por função impedir todo tipo de detalhe enquanto que os dispositivos de segurança têm como princípio apoiar-se neles. O aparecimento dos detalhes no controle social do crime como uma distribuição de casos de uma determinada população circunscrita no tempo e no espaço terá como base a identificação de curvas de normalidade funcionando uma em relação às outras. No campo da segurança pública de fato temos a identificação de um conjunto de variáveis, como, por exemplo, a tipificação: crimes contra pessoa, crimes contra patrimônio, crimes contra os costumes e crimes contra as incolumidades públicas. Esse conjunto de variáveis ainda se mostra desmembrado e detalhado. Dentre os crimes contra pessoa temos o homicídio, desmembrado entre o homicídio doloso quando se tem a intenção de matar; e homicídio culposo sem intenção de provocar a morte. Desse atual movimento histórico de a população aparecer como um conjunto de dados, a finalidade das técnicas de governo é o campo da intervenção no interior do qual se pode notar o universal desejado, produzindo regularidades até nas formas de comportamento convencionadas como criminosas.

Assim, a gestão do controle social da população, nas cidades modernas, ganha uma nova modulação histórica potencializada na década de 1960. Com traços embrionários no século XVI por parte de pensadores como François La Mothe Le Vayer, passando por um modelo sociológico sofisticado que ganha um estatuto científico com Emile Durkheim, e um estatuto intervencionista acadêmico com a escola de Chicago no início do século XX. Temos, na história política do mundo, a partir da década de 1960, mudanças mais efetivas na gestão das artes de governar o controle social do crime, mutações que agora passam a reverberar de forma crítica não apenas nas linhas de pensamento científico, mas também nas formas de gestão pública, incluindo a crítica de políticas públicas através de movimentos antimanicomiais e antipsiquiátricos até críticas aos modelos de segurança pública correcionalistas oriundos dos programas de proteção social do Estado de bem-estar (GARLAND, 2008).

Ademais, o campo das ciências sociais ofereceu um conjunto de teorias sobre o controle social que transitam entre aspectos normativos e críticos às dimensões intervencionistas. Como veremos a seguir, esses importantes estudos realizados entre o século XIX até a década de 1970 do século XX influenciaram novos trabalhos focados no controle social da criminalidade, no campo do direito criminal e nas políticas de segurança pública.

3.6 Histórias pós-modernas: continuísmos e dissensos entre o mal-estar civilizador e a arte de governar a segurança

A década de 1960 é um marco de transformação na maneira de governar as populações, desencadeando uma série de alterações no mundo. Nas ciências humanas essas alterações ganharam várias nomenclaturas e viraram novos conceitos e teorias: pós-modernidade, modernidade líquida, pós-modernismo, modernidade reflexiva, modernidade tardia, toyotismo, multiculturalismo, pós-colonialismo, neoliberalismo. Todos enfatizando certos aspectos relacionados às transformações mais amplas das atividades humanas.

Apesar da diversidade das teorias, conceitos e formas de gestão pública, algumas tendências mais gerais perpassam por essas nomenclaturas: a primeira delas foi demonstrar o cansaço e envelhecimento do projeto civilizador moderno posto em prática pelos modelos políticos do Estado de bem-estar social e na ciência pelos modelos estruturalistas.

Ao mesmo tempo, algumas pesquisas criam sínteses entre teorias estruturalistas e pós-estruturalistas. Uma delas, com bastante influência nas ciências humanas – psicologia, sociologia, história, educação, geografia, etc. – é a do sociólogo Zygmunt Bauman. Em *O Mal Estar da Pós-Modernidade* (1998) enfatiza a maior liberdade dos indivíduos como uma das principais chaves de ruptura com a modernidade. Se em Freud os mal-estares da modernidade provinham do autocontrole gerido pelo indivíduo por meio de um excesso de segurança e falta de liberdade, os mal-estares dos indivíduos pós-modernos desejam uma maior liberdade de prazer individual em face da segurança.

Dessa ordem que era o orgulho da modernidade e a pedra angular de todas as suas outras realizações (quer ser apresentado sob a mesma rubrica de ordem, quer se escondendo sob os codinomes de beleza e rubrica da ordem, quer se escondendo sob os codinomes de beleza e limpeza), Freud falou em termos de “compulsão”, “regulação”, “supressão” ou “renúncia forçada”. Esses mal-estares que eram a marca registrada da modernidade resultaram do “excesso de ordem” e sua inseparável companheira – a escassez de liberdade. A segurança ante a tripla ameaça escondida no frágil corpo, o indômito mundo e os agressivos vizinhos chamados para o sacrifício da liberdade: primeiramente, e antes de tudo, a liberdade do indivíduo para a procura do prazer. Dentro da estrutura de uma civilização concentrada na segurança, mais liberdade significa menos mal-estar. Dentro da estrutura de uma civilização que escolheu limitar a liberdade em nome da segurança, mais ordem significa mais mal-estar. Nossa hora, contudo, é a da desregulamentação (BAUMAN, 1998, p. 8 e 9).

Desse mal-estar pós-moderno surgiu a desregulamentação generalizada das antigas redes de segurança aumentando o sentimento popular da insegurança. Bauman menciona como esse novo espírito hedonista do indivíduo pós-moderno conjugado ao enfraquecimento dos dispositivos de seguridade desorganizou os modelos políticos do Estado de bem-estar social. Assim, com o advento do Estado neoliberal as tendências européias e norte-americanas de gestão estatal são convertidas em modelos mais punitivos de controle social da criminalidade.

Nesse novo modelo de controle social, os mesmos setores populacionais pobres são submetidos às vigilâncias sociais, mais disciplinares e cada vez mais rigorosas, criadas a partir da sofisticação de instrumentos e técnicas de gerenciamento dessas pessoas. Outra diferença do novo modelo está na forma de a população equacionar os riscos da segurança pública pela constituição de uma segurança privada. Assim, temos em muitos países um atual paradoxo: o aumento do Estado punitivo com o encarceramento massivo e uma tendência da população gerir de forma privada a sua segurança.

Ao definir o aumento da criminalidade como uma característica intrínseca da sociedade de consumidores, o tipo de indivíduo pós-moderno (consumista e hedonista) cria um profundo hiato entre os desejosos que podem e os que não podem satisfazer os seus desejos de adquirir bens. Segundo Bauman, se produz de forma inevitável *as classes de criminosos*: os pobres privados dos meios legais de acesso aos bens de consumo tendem, segundo o autor, a lançar mão do comércio de drogas e de ataques a bens particulares. Fornecem assim as provas estatísticas quanto ao estrito vínculo entre os moradores dos guetos e das periferias com o ser criminoso, sutilmente usado como apoio à incriminação da pobreza.

A sedução do mercado é, simultaneamente, a grande igualadora e a grande divisora. Os impulsos sedutores, para serem eficazes, devem ser transmitidos em todas as direções e dirigidos indiscriminadamente a todos àqueles que os ouvirão. No entanto, existem mais daqueles que podem ouvi-los do que daqueles que podem reagir do modo como a mensagem sedutora tinha em mira fazer aparecer. Os que não podem agir em conformidade com os desejos induzidos dessa forma são diariamente regalados com o deslumbrante espetáculo dos que podem fazê-lo. O consumo abundante, é-lhes dito e mostrado, é a marca do sucesso e a estrada que conduz diretamente ao aplauso público e à fama (BAUMAN, 1998, p.5).

Esse ponto de vista acarreta uma perigosa associação causal entre o aumento da criminalidade e a falta de poder de consumo das populações pobres, podendo reproduzir e

ênfatar a noção mais habitual de que a criminalidade seja oriunda exclusivamente da pobreza e associar os consumos e os comércios ilícitos, como da droga, apenas com hábitos das classes pobres. Mesmo deslizando nessa visão causal conservadora, Bauman menciona um dado importante sobre a atualidade: o processo de incriminação das populações pobres parece emergir como um dos principais substitutos dos dispositivos do Estado de bem-estar. Com o neoliberalismo, os problemas sociais da pobreza são remodelados mais como questão de lei e de ordem; se não enquadrados nesse esquema disciplinar, a resolução dos problemas da população pobre ocorre a partir do encarceramento massivo.

A mudança é mais acentuada nos Estados Unidos, onde a população carcerária triplicou entre 1980 e 1993, alcançando em junho de 1994 o total de 1.012.851 (o crescimento médio foi mais de 65.000 por ano), onde a parcela mais pobre e negra da “classe baixa” constitui aproximadamente a metade dos sentenciados a um ano e mais de prisão, e onde o aumento sistemático de gastos com a polícia e as prisões segue de mãos dadas com os cortes sistemáticos de fundos e auxílios assistenciais. Alguns observadores aventam que o encarceramento maciço, os arripantes relatos das filas que se encompridam no corredor da morte e a deteriorização sistemática e deliberada das condições das prisões (a progressiva e amplamente apregoada desumanização dos prisioneiros) são empregados como o principal meio de “aterrorizar” a classe baixa, agora apresentada à opinião pública – meramente, simplesmente e sem qualquer ambiguidade – como o inimigo número um sorvedouro dos recursos públicos (embora igualmente se possa imaginar outra função: a de dissuasão da possível rebelião dos prósperos contra as tensões endêmicas à vida do consumidor; os horrores da alternativa à vida do “consumidor livre” tornam aprazíveis e suportáveis mesmo as mais exasperantes pressões em que é essa vida é notória). A Europa, até então, permanece muito atrás dos Estados Unidos, mas uma tendência semelhante, se bem que em escala muito mais diminuída, está ali em evidência. Segundo estatísticas apresentadas pelo Conselho da Europa, entre 1983 e 1992 a população carcerária cresceu mais de 50% na Grécia, Espanha, Portugal e Países Baixos, e entre 20 e 50% na França, Suíça, Irlanda e Suécia. Em toda a parte a tendência era para cima (BAUMAN, 1998, p. 78 e 79).

Para Bauman, policiar e incriminar as populações pobres com operações policiais, agrupamentos especializados ou de elite, expedições militares, processos de pacificação tornou-se uma das principais tarefas do controle social estatal nas cidades de médio e grande porte dos países europeus mencionados. Como resultado desse processo estrutural verifica-se, no novo modelo de gestão do controle social da segurança das populações, a tendência e a ênfase na criminalização da pobreza que tem a tarefa de manter acuados os pobres globais habitantes das classificadas áreas de vulnerabilidade social.

Dentro dessas conexões mais amplas entre política de Estado, economia e controle social da criminalidade, as pesquisas do sociólogo Loïc Wacquant também apontam uma

correlação direta entre a emergência dos governos neoliberais e a ampliação de um Estado denominado por ele de *Estado Penitência*. Em sua argumentação, a substituição do modelo de controle do crime do Estado de bem-estar social a partir das décadas de 1960 e 1970 gerou, por um lado, um modelo de controle estatal mais punitivo sobre a população pobre, e por outro, um modelo de Estado mínimo e mais austero nas redes de proteção e assistência social.

Esse modelo punitivo se efetiva na década de 1970 e 1980 com ênfase nos governos britânicos de Margareth Thatcher e americano de Ronald Reagan. Nas duas administrações de Reagan os recursos para o desenvolvimento urbano sofreram um corte de 68% e fundos destinados a programas habitacionais federais de 70%. Essa rede estatal de difusão punitiva foi se consolidando globalmente na década de 1990, mais exatamente nas políticas públicas desenvolvidas em Manhattan.

É o *Manhattan Institute* que, depois de ter lançado *Charles Murray*, guru da administração *Reagan* em matéria de *welfare*, popularizou o discurso e os dispositivos visando reprimir os “distúrbios” provocados por aqueles que *Alexis Tocqueville* já chamava “a derradeira populaça de nossas grandes cidades”. Em 1984, o organismo criado por *Anthony Fischer* (o mentor de *Margareth Thatcher*) e *William Casey* (que ouço depois se tornará diretor da CIA) para aplicar os princípios da economia de mercado aos problemas sociais põe em circulação *Losing Ground*, obra de *Murray* que servirá de “bíblia” para a cruzada contra o Estado-providência de *Ronald Reagan*. Segundo esse livro, oportunamente publicado para dar um aval pseudo-erudito à enérgica política de desengajamento social implementada pelo governo republicano (com o assentimento do Congresso de maioria democrata), a excessiva generosidade das políticas de ajuda aos mais pobres seria responsável pela escalada da pobreza nos Estados Unidos: ela recompensa a inatividade e induz a degenerescência moral das classes populares, sobretudo essas uniões “ilegítimas” que são a causa última de todos os males das sociedades modernas – entre os quais a “violência urbana” (WACQUANT, 2001, p.22).

Fruto de uma cruzada moral liderada pelo prefeito Rudolph Giuliani de *Nova York*, o famoso programa “tolerância zero” rapidamente consolidou redes de difusão atravessando o Atlântico aportando em Londres, Frankfurt, Nápoles; e, mais tarde, conquistando ainda várias cidades metropolitanas e de médio porte em todos os continentes.

No momento em que o programa se tornou conhecido por todo mundo, *Charles Murray* e *William Bratton* tornam-se “consultores internacionais”, prestando consultorias em agências de segurança pública de várias cidades do mundo. Dessas consultorias nascem cursos e as emergentes profissões derivadas da segurança pública provocando, segundo as pesquisas, um *alinhamento planetário* das políticas públicas estatais. Nos dias atuais, apesar

da difusão de cursos e profissões derivadas da consultoria em segurança pública, manter a afirmação do alinhamento das gestões de administração pública a partir da globalização das matrizes teóricas da tolerância zero seria sem dúvida um exagero. Passadas duas décadas, certamente o programa não teve tanto lastro como aponta o sociólogo.

De qualquer maneira, algumas estratégias administrativas foram disseminadas em várias agências de segurança pública pelo mundo e pelo Brasil: uma das principais foi quanto à reorganização governamental da esfera da segurança pública, tomando como modelo “a gestão administrativa de resultados”. Na gestão de William Bratton em *Nova York* foram aumentados em 10 vezes os efetivos e equipamentos de brigadas, restituíram-se as responsabilidades operacionais aos comissários de bairro com obrigação quantitativa de resultados e programou-se na polícia um sistema estatístico de radar informatizado – *Compstat*.

Para lutar passo a passo contra todos os pequenos distúrbios cotidianos que eles provocam na rua – tráfico, jogo, ameaças, sujeira, embriaguez, vagabundagem -, a polícia de Nova York utiliza um sistema estatístico informatizado (COMPSTAT, abreviação de *computer statistics*) que permite a cada comissário e a cada patrulha distribuir suas atividades em função de uma informação precisa, constantemente atualizada, e geograficamente localizada, sobre os incidentes e as queixas em seu setor. Semanalmente, os comissários de bairro se reúnem no QG da polícia nova-iorquina para uma sessão ritual de avaliação coletiva dos resultados do seu setor, causando vergonha àqueles que não exibem a queda imediata dos índices de criminalidade. Mas a verdadeira inovação de William Bratton não se deve a estratégia policial que escolheu, no caso uma variante da “política intensiva” que tem como alvo grupos em vez de delinquentes isolados, multiplica as armas e dispositivos especializados e se apóia no uso sistemático da informática em tempo real, em oposição à “polícia comunitária” e à “polícia para solução do problema”. Ela consiste em atropelar e subverter a burocracia esclerosada e covarde da qual herda, por meio de sua aplicação, “teorias” da administração sobre a “*re-engineering*” da empresa (associadas aos nomes de Michael Hammer e James Champy) e da “gestão por objetivo” (WACQUANT, 2001, p.27).

Da mesma forma que menciona Bauman, essas novas tendências de gestão de segurança pública tiveram outra consequência muito visível no rigor penal de pequenos delitos como o tráfico de drogas no varejo: o encarceramento massivo que também se disseminou em vários países do mundo, incluindo alguns Estados brasileiros. Segundo a pesquisa, esse assombroso crescimento do número de encarcerados é resultado de três quartos de pequenos delitos ligados ao consumo ou pequeno comércio das drogas.

Como resultado dessas políticas houve também um crescimento excessivo dos recursos ao setor penitenciário em relação à totalidade da administração pública. Entre 1979 e 1989 o orçamento penitenciário aumentou 95%, enquanto o orçamento dos liceus diminuiu 2% e da assistência social diminuiu 41%. Entre 1988 e 1998, o Estado de *Nova York* aumentou seus gastos carcerários em 76% e cortou os fundos do ensino universitário em 29%.

Outro reflexo desse novo modelo de política pública austera e repressiva ocorre nos bairros pobres das grandes metrópoles e cidades de médio porte. Em *As Duas Faces do Gueto* (2008) o estudo é direcionado às *cités* francesas e aos guetos negros norte-americanos. Desejando entender as diferenças e semelhanças entre os bairros pobres desses países, ao problematizar a noção de gueto como um dispositivo de segmentação e controle etnorracial, Wacquant entende como a exótica referência ao gueto negro norte-americano nas *cités* francesas pode apagar as diferenças históricas entre os padrões de desigualdade e marginalidade entre os dois países.

Apesar de alguns padrões estéticos norte-americanos terem aportado na França, as *cités* abarcam uma diversidade de populações de migrantes, não sendo conjuntos habitacionais baseados em linhagens de escravidão como nos Estados Unidos. Nas cidades americanas componentes do cinturão industrial como *Nova York, Chicago, Detroit, Filadélfia, Pittsburgh, Baltimore e Cleveland*, nas primeiras décadas do século XX, as grandes migrações de negros dos Estados do Sul criaram guetos topograficamente separados por restrições étnicas e raciais, muitas delas impostas pela intermediação do Estado. Além dessas segregações baseadas na cor de pele, as segregações étnicas de imigrantes oriundos de toda parte do mundo também compuseram, como um principal marco de governo, o planejamento urbano no novo mundo.

Em meados do século XX, para o autor, com o crescimento do fordismo, os guetos negros tinham a função de suprir as indústrias com mão de obra barata. Metade da população acima de 18 anos tinha emprego. A partir da década de 1980 ocorre uma rejeição geral dos seus moradores na inserção do mercado formal industrial. Três a cada quatro adultos estavam desempregados. Nessa situação dramática de crescente uniformidade não ocupacional da população, ocorre a demonização do subproletário urbano negro, denominado no debate público de *underclass*. Suas duas imagens mais comuns são as gangues juvenis violentas e as mães solteiras adolescentes. Nesse contexto de trabalho informal ligado à economia da droga e à criminalidade violenta nos Estados Unidos, a pesquisa de Wacquant aponta para uma

reavaliação do processo civilizatório descrito por Nobeit Elias, constatando o processo de *despacificação da vida cotidiana*.

Sobre esse aspecto a rede de proteção social nas *cités* francesas ainda é bem mais eficaz. Apesar das diferenças na atitude do Estado e de seus serviços em relação às medidas mais austeras dos Estados Unidos, houve ao longo da história francesa uma crescente diminuição nos gastos públicos das redes de proteção social e uma maior repressão policial. Fatos esses geram, desde 1980, em várias *cités* francesas, violentos levantes juvenis contra tais políticas repressivas.

Dessa nova interação contemporânea no início da década de 1970 algumas tendências mais gerais também podem correlacionar as *cités* e os guetos. A mudança estrutural no mundo do trabalho criada pela informalização da economia e o recrudescimento dos crimes violentos são fatores decisivos para o processo de despacificação do cotidiano dessas áreas pobres. Segundo a pesquisa, muitos dos crimes estão ligados às lutas internas entre gangues e à exploração da economia ilegal do tráfico de drogas. Em algumas cidades norte-americanas o comércio de cocaína tornou-se o primeiro e único empregador do segmento juvenil. Em decorrência disso, as relações das instituições penitenciárias com os guetos tornaram-se complementares, sendo o encarceramento uma espécie de extensão das áreas segregadas. Muitas vezes, esse ciclo encerra-se com a morte violenta, geralmente de um jovem negro.

Apesar de a pesquisa apontar e articular dados que corroboram a visão punitiva dos Estados, sobretudo o norte-americano, nas áreas periféricas, percebe como o autor também utiliza uma dramatização excessiva em torno dos guetos americanos e *cités* francesas ao afirmar que as atividades juvenis giram exclusivamente em torno da violência e dos comércios ilícitos da cocaína. Ao expor tais afirmações nesse formato exclusivista, a pesquisa também incorpora a existência de uma centralidade do mundo do crime nessas áreas.

Em outros termos, as pesquisas do sociólogo David Garland apontam para diferentes transformações históricas e culturais no controle social da criminalidade. Ao comparar os governos norte-americano e britânico interpreta como o discurso previdenciário penal do modelo de bem-estar social, a partir da década de 1970, foi deslocado para o tratamento mais reacionário dos efeitos do crime, centrado nas vítimas e nos custos em administrar os cidadãos amedrontados.

Esses efeitos suscitaram profundas transformações culturais no campo do controle do crime. Todavia, até se chegar ao atual modelo punitivo, muitos experimentos científicos e de gestões estatais foram realizados, Garland destaca no final do século XIX os variados modelos de previdenciário penal vigorando de forma consistente na Grã-Bretanha e Estados Unidos, oriundos das embrionárias políticas de bem-estar social:

Com raízes na década de noventa do século XIX e vigorosamente desenvolvido nos anos 1950 e 1960, o previdenciário penal era, nos anos 1970, a política estabelecida tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos. Seu axioma básico – medidas penais devem, sempre que possível, se materializar mais em intervenções reabilitadoras do que na punição retributiva – proporcionou o aperfeiçoamento de uma nova rede de princípios e práticas inter-relacionadas. Estes incluíam a edição de leis que permitiam a condenação a penas indeterminadas, vinculada à liberdade antecipada e à liberdade vigiada; varas de crianças e adolescentes informadas pela filosofia do bem estar infantil; o uso da investigação social e de relatórios psiquiátricos, a individualização do tratamento, baseado na avaliação e classificação de especialistas; pesquisa criminológica focada em questões de fundos etiológicos e na afetividade do tratamento; trabalho social com os condenados e suas famílias; e regimes de custódia que ressaltavam o aspecto ressocializador do encarceramento e, após a soltura, a importância do amparo no processo de reintegração. Princípios penais-previdenciários tendiam a trabalhar contra o uso do encarceramento, considerando que a prisão era amplamente vista como contraproducente, do ponto de vista da reforma do indivíduo (GARLAND, 2008, p.104).

Com o otimismo do século XX advindo dos dois milagres econômicos pós-guerras mundiais esse axioma básico se desdobrou em outros dois: 1) a crença que a prosperidade econômica reduziria a criminalidade; 2) o Estado como instituição responsável pelos criminosos. Garland destaca no previdenciário penal a criminologia correcionalista, consolidada em meados do século XX, como uma das correntes, consideradas pelos gestores estatais, mais adequadas ao modelo da justiça criminal de bem-estar social.

A medida que o previdenciário penal se desenvolveu nos anos do pós-guerra e a linguagem correcionalista se tornou hegemônica, expressões explícitas de punitivismo se fizeram cada vez mais escassas. Sentimentos e depoimentos que um dia foram rotineiramente invocados pelas comissões de crimes graves agora passaram a ser objeto de censura. O apelo apaixonado pela condenação implacável do crime; o desejo de ver os criminosos sofrerem as vítimas vingadas, a franca preocupação de deixar registrada a revolta pública; o clamor articulado de que a justiça poderia ser feita, de que a autoridade deveria ser reforçada e de que a punição deveria ser ministrada como um fim em si mesmo – todas essas manifestações da justiça punitiva tradicional vieram a ser referidas como suspeitas prejudiciais a uma penologia racional. Ao longo do tempo, o tom apaixonado e moralista das demandas por punição, que sempre integraram a reação da sociedade com o crime, tornou-se de certa forma tabu no discurso das elites governamentais e políticas. Tanto assim que os críticos que desejavam externar uma posição “antimoderna” eram cada vez mais obrigados a fazê-

lo utilizando o vocabulário do próprio modernismo. A palavra punição saiu do vocabulário oficial da política criminal moderna, assim como as manifestações de revolta apaixonada que ela tradicionalmente engendrava (GARLAND, 2008, p.113).

Em meio a essa diversidade interpretativa, a criação de agências governamentais específicas de rede de proteção social continuavam a focar muito mais a punição reativa e o alto grau de controle sobre os atos criminosos. Como consequência, Garland chama a atenção para a frustração manifestada pelos segmentos progressistas dos profissionais da justiça criminal em não efetivar na prática e por completo o “ideal da reabilitação”.

Apesar dessa frustração, muitos atos criminosos frequentes e considerados mais sérios eram interpretados pelo segmento reacionário dos profissionais da justiça criminal na chave etiológica - como disposições subjacentes próprias de certos indivíduos. Em termos de pesquisa científica o enfoque correcionalista impregnado dos valores positivistas, muitas vezes, dividia os tipos de ações criminosas em normais e patológicas. Em muitos casos, os patológicos eram os tipos de criminosos que mereceriam uma dedicação especial das pesquisas e agências institucionais.

As teorias desenvolvidas sob este enfoque mudaram, pouco a pouco, com o passar do tempo, a despeito de as estruturas básicas do discurso correcionalista terem permanecido intactas. A criminologia no início do século XX era fortemente baseada na medicina psiquiátrica e na psicologia do indivíduo, e centrava-se nos traços característicos das personalidades de delinquentes individuais, assim revelados pelo estudo de prisioneiros e de internos dos reformatórios. Nos anos vinte e trinta do século XX, acadêmicos começaram a pensar a criminalidade como um efeito multifariamente condicionado da privação social. Eles descobriram que os indivíduos possuidores dos traços mais negativos da personalidade e de antecedentes criminais eram aqueles que comumente haviam passado por múltiplas formas de privação, incluída a ausência de educação familiar e a pobreza. Nos anos cinquenta e sessenta do século XX, quando a pobreza e as taxas de abandono infantil aparentemente declinaram, na conjuntura de maior segurança e prosperidade do pós-guerra na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, esta tese da privação foi trabalhada na forma de “privação relativa” ou de “anomia” (GARLAND, 2008, p.116 e 117).

Embora o foco do controle do crime tenha recaído de forma intensa na direção punitiva, bélica e até etiológica, é inegável como alguns modelos de criminologias previdenciárias penais serviram como fonte, institucionalização e ampliação de práticas de direitos humanos. Nesse contexto muitas instituições estatais também ampliaram os direitos

civis de grupos considerados desviantes e criminosos tais como negros, gays, mulheres, prisioneiros, loucos, etc.

Em razão das ampliações de direitos econômicos e sociais, os anos entre 1950 até 1973 foram chamados de anos dourados: o crescimento da massa de trabalhadores formais, a criação do mito do pleno emprego, o funcionamento da rede de segurança previdenciária, a disseminação do consumismo, a prosperidade da classe média, a revolução tecnológica dos dispositivos eletrônicos portáteis (rádios, aparelhos de som, televisores, computadores), a diversificação de bens de consumo, a popularização do automóvel, os novos padrões de habitação, o ingresso maciço das mulheres no mundo do trabalho e o declínio do tamanho médio da família modificaram os hábitos de vários segmentos populacionais nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha.

Na metade da década de 1970, ao mesmo tempo em que cresceram as formas e intervenções governamentais previdenciárias penais, o apoio a esse modelo intervencionista começa a ruir em razão das pressões feitas por uma série de críticas guiadas ao excessivo e ineficaz controle social.

Surgiu, a partir da década de 1970, inúmeras publicações de especialistas, partidos, movimentos sociais, intelectuais e imprensa. Segundo Garland, o primeiro e mais radical dessas publicações foi o relatório do Partido Trabalhista do *American Friends Service Committee* – intitulado *Struggle for Justice*. Nesse documento o paradigma vigente da justiça criminal foi considerado um instrumento para reprimir certos grupos sociais com determinados padrões culturais, a saber, negros, pobres, jovens e minorias culturais.

Dessa maneira, os primeiros grandes ataques contra o modelo previdenciário penal foram oriundos *de dentro* do quadro da social democracia, das esquerdas democráticas e dos pensadores sociais pós-estruturalistas. Como citado, as novas pesquisas sociológicas do desvio empreendidas na década de 1960, na escola de Chicago, o nascimento do pós-estruturalismo foucaultiano, o crítico modelo filosófico arendtiano, as várias publicações de jornalistas e movimentos sociais criou uma inusitada e influente aliança de forças contra o modelo de controle social previdenciário penal. Com efeito, o final da década de 1970 marcou o advento de um novo e contestado campo do controle e da justiça criminal. Uma nova ordem social denominada de pós-modernidade foi aderindo às transformações econômicas, sociais, culturais e políticas, resumido nos seguintes termos:

(i) A dinâmica da produção capitalista e as trocas mercantis e os correspondentes avanços em tecnologia, transporte e comunicações; (ii) a reestruturação da família e do lar; (iii) mudanças na ecologia social das cidades e dos subúrbios; (iv) a ascensão dos *mass media* eletrônicos; e (v) a democratização da vida social e cultural. Estas grandes forças de mudança histórica transformaram a textura do mundo desenvolvido na segunda metade do século XX – até o ponto das economias de mercados globais e do sistema de Estado-nação, até as profundezas da vida diária e das dinâmicas psicológicas das famílias e dos indivíduos. Enquanto a silhueta da modernidade capitalista e democrática ainda marca nossa existência social, a segunda metade do século XX foi vincada por mudanças profundas no modo em que a vida é vivida – mudanças que tem tido implicações importantes para questões relacionadas ao crime e ao seu controle. A discussão de qualquer uma dessas tendências de mudança social entrelaçadas leva à discussão das demais. (GARLAND, 2008, p. 185.)

Assim, a crítica oriunda de dentro do modelo previdenciário tanto de instituições de esquerda, quanto amparados em princípios de políticas de bem-estar, “toma um tiro no pé” com a crescente adesão de uma leitura conservadora e reacionária sobre as táticas de tratamento do crime. Houve o advento de governos conservadores já mencionados no final da década de 1970 e início da década de 1980 e com eles uma gestão mais punitiva.

Com a crise do Estado de bem-estar social os anos dourados ruíram e novas transformações desencadearam em políticas econômicas mais austeras denominadas de neoliberais. Como mencionado por Wacquant e Bauman desenvolveram-se nos Estados Unidos durante os governos de Reagan e Bush, na Grã-Bretanha durante o governo de Margareth Thatcher, continuando em formatos diferentes nas décadas seguintes, nos governos de Bill Clinton e George Bush, nos Estados Unidos e de John Major e Tony Blair, na Grã-Bretanha. Como vimos, esses governos foram marcados por reformas macroestruturais no mundo do trabalho e no controle social da criminalidade.

O problema do crime tal como é entendido e administrado não passou mais pela pretensa capacidade soberana de o Estado governar um território em face da competição de inimigos internos e externos; muito menos no mito soberano do controle moderno sobre o crime baseado na guerra contra o crime a partir da ascensão econômica. Esse desejo de um único poder soberano estatal garantir e governar toda a vida social, intensificado em meados do século XIX com a criação de fortes aparatos policiais, se modificou profundamente.

Mesmo com o crescente aparato policial, o desejo das agências responsáveis pela segurança pública dos Estados - de acabar com a criminalidade de forma plena - também foi substituída pela gestão da normalidade das taxas de criminalidade. Ao invés de erradicar,

corroborar as altas taxas de criminalidade confirma a limitada capacidade da justiça criminal em prover a segurança pública. Aliás, essa limitação inclui mudanças de parâmetro da nova governamentalidade com altas taxas de crime sendo recalculadas e se transformando em fato social normal.

Há na atualidade uma preocupação em conectar essa nova gestão de resultados com a (co)responsabilidade pela prevenção do crime por agências, organizações e indivíduos que estejam fora do poder público. Nessa parceria entre público e privado, as estratégias preventivas estão assentadas na gestão administrativa com o terceiro setor e no atual distanciamento dos governos estatais em gerir o controle social preventivo da criminalidade, ainda que as estratégias punitivas sejam dirigidas por uma dinâmica política estatal obscura e penalógica.

Além disso, dessas parcerias surgem novos especialistas e profissionais que têm como função coordenar o trabalho de interagências, desenvolvendo assim um novo campo profissional assentado em especialidades definidas pelo seu ponto intersticial e suas habilidades interdisciplinares. Dentre esses intercâmbios de mudanças institucionais, profissionais e estruturais, o livro de Garland *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea* (2008) demonstra a atenção para as transformações na dimensão cultural da criminalidade contemporânea e da avaliação que se faz dela.

Uma das principais mudanças culturais está nas ações classificadas como criminosas denominadas de *criminologia do eu*: sua premissa básica é avaliar o crime na vida cotidiana como um fenômeno natural e normal, tornando-o assim um risco a ser calculado, ou um acidente a ser evitado.

Se, para certos tipos de ações e pessoas, certos tipos de atos que podem ser incriminados estão na condição de normalidade, por outro lado, outra interpretação muito comum e que vai em direção contrária é a denominada *criminologia do outro*: a premissa é avaliar certos tipos de crimes e de territórios onde populações inteiras ou frações delas são incriminadas, em muitos casos de forma preventiva, como perigosos membros de distintos grupos raciais e sociais. Em outras palavras, os infratores são classificados como uma espécie diferente de humanos, indivíduos ameaçadores, criminosos e violentos.

Com esse arcabouço de ideias, as políticas de controle do crime podem invocar imagens do “criminoso”, retratado (ele mais do que ela) como profundamente anti-social. Criminosos individuais são vistos como “criminosos de carreira”, “viciados em drogas”, vilões e “desordeiros” com poucas virtudes e diminuto valor social. Alguns - particularmente “pedófilos”, “predadores sexuais” ou “superpredadores” juvenis - são evocados de maneira que mal são humanas, suas condutas são essencializadas como “más” ou “perversas” e fora da possibilidade de compreensão humana. Comunidades inteiras são anatematizadas por discursos sobre uma “subclasse” indesejada, enredada em cultura e modo de vida estranhos e ameaçadores. Explicações biológicas e genéticas para o crime e para a violência sempre fizeram parte do repertório criminológico, mesmo no contexto do previdenciarismo penal, mas nos anos 1980 e 1990 elas se tornaram mais proeminentes no discurso público e em setores da academia - o exemplo mais eloquente é o *best seller* de Wilson e Herrnstein, intitulado *Crime and Human, Nature* (GARLAND, 2008, p. 286).

Apesar de essas duas avaliações interpretativas serem diametralmente opostas, elas se encaixam em um novo modelo cultural binário de interpretação da criminalidade contemporânea, segundo o pesquisador. De um lado, a criminologia do eu entende certas ações criminosas como ações normais, geralmente fruto de ações cotidianas malsucedidas realizadas entre as populações, sobretudo de classe média e alta. De outro lado, a criminologia do outro interpreta certas ações sociais realizadas pelas populações pobres e racializadas como monstruosas e biologicamente irreparáveis. Para boa parte da população e agentes da segurança pública, aos sujeitos desses últimos tipos de crime não se pode ter compaixão nenhuma, muito menos gastar recursos públicos para a ressocialização provavelmente inútil.

3.7 O novo perfil das políticas de segurança pública: o eixo da prevenção à criminalidade

Com a chegada da década de 1980, as estratégias governamentais de responsabilização das agências privadas e do terceiro setor recriaram processos de reforma política na segurança pública. Diferente da tese wacquaniana do alinhamento político mundial pela gestão tolerância zero, nessa relação entre o controle social do crime e o novo contexto cultural e político, dispositivos de segurança mais efetivos foram implantados, testados e monitorados. A partir das novas parcerias nas ações governamentais, a consolidação de um eixo para a prevenção social à criminalidade colaborou para o redimensionamento da gestão do Estado no campo da segurança pública, acrescentando um eixo considerado mais humanizado, empregando nesses empreendimentos morais vários profissionais oriundos das ciências humanas, educação física e artes.

Nessa figuração, o exercício de governo do Estado deixa de monopolizar o controle social do crime e passa a arremeter os governos privados e de terceiro setor, pulverizando as responsabilidades das ações governamentais também para esses agentes sociais.

Redistribuir a tarefa de controlar o crime, atribuir responsabilidades a outros, multiplicar o número de autoridades efetivas, formar alianças, arranjar as coisas de modo que as iniciativas de controlar o crime sigam os comportamentos criminógenos – estes são os novos objetivos institucionais radicais. O Estado de justiça criminal está, pelo menos nesta área, repartindo seu estilo “soberano” de governar, através de ordens verticais, e desenvolvendo uma forma de comandar próxima daquela descrita por *Michel Foucault* como “governamentalidade” – uma modalidade que envolve a participação de outros, incentivos e a criação de novas maneiras de cooperação. Como o Estado leva a cabo esta nova missão de provocar a ação dos outros? Como o Estado pode ter êxito em “estimular novas formas de comportamento”, em “deter hábitos estabelecidos” e em arranjar “a correta distribuição das coisas”? (GARLAND, 2008, p. 270 e 271).

Segundo Garland, os primeiros passos para o desenvolvimento dessas novas estratégias foi identificar indivíduos e instituições com potenciais para o exercício de determinados governos, cujo objetivo é a redução social das oportunidades para as atividades criminosas. Os governos britânicos e norte-americanos criaram e estabeleceram vínculos com várias organizações não-governamentais, executoras de projetos de prevenção à criminalidade, segurança comunitária, com estratégias de ações estruturais unindo programas de interações locais. Com isso, o controle do crime ganhou um caráter disperso e pluralista, cuja função do Estado é multiplicar e apoiar as iniciativas privadas mais capilarizadas como ações políticas de professores, moradores, lojistas, funcionários de transporte, artistas, lideranças comunitárias criando uma rede de ações formais e informais, buscando assim, negociar a partilha das ações que compete a cada parte das agências envolvidas na rede constituída.

Ao contrário de pensar que essas ações estatais são formas neoliberais de privatização, terceirização do controle social do crime ou redução dos gastos públicos, essa estratégia de governo “é uma nova concepção de exercício de poder no campo do controle do crime, uma nova forma de ‘governar à distância’ que introduz princípios e técnicas de governo que, a esta altura já estão bem sedimentadas em outras áreas da política econômica e social” (GARLAND, 2008, p. 273).

Em síntese, vimos como a constituição de uma teoria do controle social, sobretudo com a articulação dos trabalhos dos primeiros antropólogos como James Frazer, Henry Morgan e Edward Tylor, contribuiu para o desenvolvimento de uma visão da diversidade cultural por meio de recortes raciais definidos através de classificações deterministas geográficas, biológicas e econômicas. Ao constituir uma escala unilinear de desenvolvimento humano, essas pesquisas serviram como justificativa para a cruzada moral colonial europeia genocida e também como base para outras pesquisas científicas iniciarem teorias e resultados de pesquisas sobre o controle social do crime. Afinal, pesquisadores como Lombroso e Ferri ao concluíram que certos grupos sociais são potencialmente mais criminosos por possuírem certos traços biológicos consolidaram uma tradição científica, mesmo que refutada pelo culturalismo americano, capilarizada entre os segmentos populacionais e as ações de governamentalidade em vários Estados e cidades modernas, operando ainda na atualidade em várias instituições privadas, estatais e do terceiro setor.

Outro conjunto de teorias sobre os estudos do controle social e do crime fugiram dessa dimensão etiológica. Apesar de conterem certas influências teóricas evolucionistas, como vimos, essas pesquisas iniciada por Emile Durkheim, Sigmund Freud, expandida pelos trabalhos de Norbert Elias e escola de Chicago, possibilitaram inúmeros experimentos científicos que também foram utilizados na gestão de políticas de segurança pública. Como vimos, apesar da diversidade interpretativa, uma perspectiva comum entre esses autores foi a de entender os comportamentos desviantes e as ações violentas como atos de perda do autocontrole do indivíduo, através de ações sociais disjuntivas as leis vigentes. Interessante notar como para esses autores a prevenção do autocontrole está associado ao contexto microssocial, sobretudo na oferta de recursos educativos e produtivos como práticas sociais que envolvem arte, esporte, filosofia e educação técnica; e ao contexto macrossocial na gestão do controle social científico identificando índices, taxas e locais considerados mais prováveis e regulares de indivíduos incorrerem em atos criminosos dentro do contexto urbano. Apesar de nem todos esses autores proporem ações intervencionistas durante suas atividades profissionais, essas teorias tiveram a eficácia de constituir dados subjetivos (como a terapia) e objetivos (como os dados estatísticos) para o fomento de políticas públicas e ações governamentais de profissionais liberais das ciências humanas.

Sob outro ângulo sociológico, cada um de sua maneira, pesquisadores como Hanna Arendt, Howard Becker e Michel Foucault desenvolveram pesquisas sólidas sobre o controle

social tendo em comum, olhares que descentraram os aspectos normativos dos conceitos de violência, crime, desvio e outras categorias correlatas. Suas pesquisas foram responsáveis em demonstrar como as práticas sociais referentes a esses conceitos não foi gerada única e exclusivamente pela perda do autocontrole individual. Em muitos contextos totalitários e democráticos o resultado de um processo “legítimo” das ações sociais utilizando-se dos recursos jurídicos e bélicos dos Estados, a partir de ações sociais de certos agentes públicos responsáveis pelo controle social, em nome da garantia de direitos universais e interesses públicos, aniquilaram de forma implacável muitos segmentos populacionais simplesmente por conterem marcadores de diferenças religiosos, raciais, gêneros, migracionais, etc. Em muitos casos, vários grupos étnicos foram acusados e condenados, individual ou coletivamente, sendo subjugados a atos de violência e de dispositivos de acusação/condenação social que, muitas vezes, de forma arbitrária e racista fazem parte da gestão cotidiana das populações nas cidades.

Por fim, vimos como Bauman, Wacquant e Garland desenvolveram importantes pesquisas no campo do controle social, tendo como ponto comum nas suas abordagens: um exercício de mediação teórica entre questões que envolvem a perspectiva clássica e contemporânea do autocontrole individual e a perspectiva pós-estruturalista de crítica às estruturas científicas e normativas da gestão da segurança pública. Essas questões foram articuladas com as especificidades históricas neoliberais de novos modelos de gestão do controle social do crime nas cidades que acabaram, como vimos, resultando em conclusões que aproximaram os autores referidos em certos pontos e se distanciaram em outros. Por um lado, Wacquant e Bauman visualizam um processo de globalização da tolerância zero que está resultando no encarceramento massivo e na gestão punitiva do controle social das populações pobres. Por outro lado, sem negar o processo de encarceramento massivo e gestão punitiva das populações pobres, as conclusões de Garland demonstram um campo de estratégias e ações mais complexas, cuja cultura do controle envolve uma dimensão repressiva que é muito bem articulada com discursos preventivos e de mediações de conflitos.

Diante desse contexto histórico e político de gestão do controle social, essas teorias internacionais irão impactar de maneira decisiva as histórias das teorias e das formas de gestão do controle social da criminalidade no Brasil. As aproximações e distanciamentos desses modelos europeus e norte-americanos seguiram como base para multifacetados *scripts* acadêmicos e intervencionistas.

**4. TEORIAS E GESTÃO DO CONTROLE SOCIAL NO
BRASIL: SEGURANÇA PÚBLICA E PREVENÇÃO À
CRIMINALIDADE**

4.1 Os precursores das ciências sociais e o branqueamento do Brasil

No Brasil, os precursores das ciências sociais iniciaram abordagens científicas tendo como base as teorias do evolucionismo social. Em termos gerais, as classificações analisavam a população que habitava o país pelo uso de escalas históricas unilineares e evolutivas, transitórias entre o polo inferior – a vida selvagem das culturas indígenas e africanas; e o polo superior ou mais evoluído – a vida moderna do homem cientista. Em consonância com países europeus e norte-americanos, as teorias evolucionistas brasileiras constituíram modelos civilizatórios intervencionistas na gestão das políticas públicas impactando a gestão das populações das grandes cidades e de pequenos povoados.

Muitas práticas trabalhistas, políticas institucionais e até mesmo representações religiosas, artísticas ou hábitos cotidianos eram preventivamente criminalizados. Passíveis de controle social diferenciado, segregador e violento, ou ainda suscetíveis aos processos de incriminação social conforme nos relatam alguns historiadores e cientistas sociais. Antes mesmo dos precursores das ciências sociais brasileiras iniciarem suas incursões científicas, folclóricas e literárias pelo país, a legislação penal brasileira já acolhia práticas e representações sociais racializadas, como comenta a antropóloga Alba Zaluar:

Na Constituição liberal de 1824, os direitos civis foram conferidos a todos os habitantes, inclusive os negros libertos e a mestiços, mas os escravos só poderiam fazer queixas ou petições por meio de seus senhores ou de outros homens livres. Isso se repetiu no código penal liberal de 1830. Seus únicos direitos, que correspondiam aos deveres de o senhor alimentá-lo, eram a preservação e o sustento de seu próprio corpo. Somente quando feria esses direitos o senhor estaria cometendo crime. Mas importante avanço nessas leis foi reconhecer o direito de o escravo formar seu próprio pecúlio. Com isso, muitos pagaram sua liberdade ou alforria, que foi muito mais comum e facilitada no Brasil do que nos Estados Unidos. Mesmo tendo interesse em preservar a vida daqueles que eram sua propriedade, muitos senhores levaram seus escravos à morte por excesso de trabalho e de castigos. Como o trabalho dos escravos era forçado e eles ficavam expostos à tirania do senhor, os africanos que aqui chegavam revoltavam-se com essa perda de liberdade. Durante a escravidão muitas violências foram praticadas contra eles, ao que alguns também responderam violentamente. A lei era injusta e provocava revolta. Senhores de engenho faziam o regimento interno que deveriam valer dentro de sua propriedade. Um desses estipulava: *O castigo que se fizer ao escravo, não há de ser com pau nem tirar-lhe com pedras nem tijolos, e quando o merecer, o mandará botar sobre um carro, e dar-se-lhe-á com um açoite o seu castigo, e depois de bem açoitado, o mandará picar com uma navalha ou faca que corte bem e dar-lhe-á sal, sumo de limão, e urina e o meterá alguns dias na corrente...* (ZALUAR, 1996, p. 55).

Se tomarmos como referência os pressupostos dos precursores teóricos brasileiros, veremos como a abordagem evolucionista, cuja base se assenta no *processo de branqueamento* do Estado brasileiro, ganhou bastante força nos meios científicos e políticos da época colonial até o início do regime federalista. Em outras palavras, os primeiros pensadores sociais almejavam, com táticas diversificadas, um mesmo projeto político para a população brasileira: evoluir para o modelo civilizador da figura do homem branco europeu e norte-americano. Percebe-se assim, apesar da homologia as teorias raciais dos antropólogos internacionais pioneiros, a especificidade da história brasileira criava nuances sobre a forma como ocorreria o branqueamento do Estado-nação.

Nas práticas regionais e locais da colonização portuguesa no Brasil, entre seus personagens iniciais estão os *sesmeiros* – portugueses colonos proprietários de terras obtidas por concessões do Rei de Portugal. Para tal empreendimento os sesmeiros constituíram formas de controle social por meio de milícias locais, grupos que garantiam a sobrevivência das famílias dos colonos, bem como para a manutenção da ordem privada e de todos os agregados da propriedade.

O desejo de se tornar nobre e conquistar uma patente oficial do Rei de Portugal, com legitimidade para usar símbolos como a espada e o cavalo, advinham dos mesmos hábitos que a nobreza europeia desempenhava no velho mundo, em períodos feudais; fazia do senhor de engenho uma figura muito temida e, ao mesmo tempo, visada por ataques internos, de escravos e agregados, ou externos, de índios ou outros colonos.

As violências corporais dos sesmeiros também eram direcionadas para homens brancos livres e todos os agregados transgressores das ordens estipuladas por eles. Além dos açoites, a pena de morte foi instituída em todo o período colonial. Com a progressiva subdivisão das grandes sesmarias em fazendas, com a expansão da colonização de povoamento para o sertão brasileiro, a figura do fazendeiro, bem como seus agregados mais próximos, marcou no Brasil uma ordem patriarcal e jurídica regionalizada, permeada por interditos, conflitos e mortes violentas entre famílias desafetas.

O isolamento das fazendas face aos poderes legais desde a época da Colônia até as primeiras décadas da República trazia uma grande escassez de autoridades policiais e juízes nessas localidades; quando chegavam, não conseguiam imprimir a vontade da lei, caso esta fosse contrária à visão do fazendeiro coronel.

Nos contextos da abolição da escravatura em 1888, da Proclamação da República em 1889 e do surgimento de cidades mais populosas como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, os meios para se atingir os ideais de branqueamento variaram entre o pensamento dos precursores das ciências sociais: pode-se dizer que cada autor pinçava, de maneira positiva, características românticas da pureza de certos nativos indígenas, ou das populações de origem africana, ou ainda de imigrantes rurais, negatizando de forma racial o restante. Desde então, a construção de uma identidade nacional seria resultado de um projeto apenas para um devir, pela constituição de mecanismos de controle social, visando garantir ao futuro da população possibilidades de ascensão nacional graças ao processo de branqueamento do mestiço.

A mestiçagem brasileira nunca foi um fenômeno homogêneo. Os defensores do mestiço como símbolo nacional tiveram que escolher, entre as várias mestiçagens ocorridas no Brasil, aquelas que melhor se enquadravam em seus projetos de criação de uma identidade nacional. Euclides da Cunha, por exemplo, nunca escondeu sua preferência pelos sertanejos caboclos do interior contra os mulatos do litoral – o que é uma apologia do rural contra o urbano (o rural também era considerado mais autêntico pelos românticos e pós-românticos). Afonso Celso em seu livro *Porque me ufano de meu país* (que virou uma espécie de cartilha escolar), de 1900, não cita os mulatos entre os mestiços brasileiros. Porém, durante as primeiras décadas do século XX, os mulatos e o urbano passam a ocupar, cada vez mais, o centro das atenções nos debates sobre as raízes da identidade brasileira (...). Mesmo os pioneiros dos estudos afro-brasileiros não escondiam seus preconceitos racistas. Nina Rodrigues dizia que “a raça negra no Brasil há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo”. Segundo Oliveira Vianna, o negro nunca poderia absorver a cultura ariana, poderia quando muito imitá-la. E Arthur Ramos apesar de ter afirmado que o negro não é uma raça inferior, dizia, citando a mentalidade pré-lógica de Lévy-Bruhl, que a cultura negra era atrasada (VIANNA, 2002, p.70 e 71).

Desses pensamentos surgiram dispositivos jurídicos, agindo de modo seletivo sobre certos grupos sociais através de determinismos estéticos. Os *capoeiras* foram, durante o Império, grupos que serviam como milícias armadas até de figuras reais, como a Princesa Isabel, escoltada pela Guarda Negra. Todavia, no início das cidades brasileiras, os líderes republicanos criminalizaram suas práticas de maneira implacável. Muitos dos jovens *capoeiras* negros eram presos e, sem julgamento, levados para os presídios, sendo muito comum a remoção para o presídio da ilha de Fernando de Noronha.

Não surpreende que o primeiro chefe de polícia republicano – Sampaio Ferraz – tivesse preocupação especial com os capoeiras e promettesse livrar a cidade daquela “malta perigosa” e desordeira. Ele fazia parte do grupo denominado jacobinos, feroz defensor de uma nova moral republicana. Queriam criar uma outra sociedade no Brasil, baseada no trabalho regular, na ordem, no progresso e na cultura europeia (ZALUAR, 1996, p.86).

Em cidades como Salvador e Rio de Janeiro, a figura do sambista e as famosas festas das tias baianas, da mesma forma do *capoeira*, adentraram o período republicano criminalizadas e subordinadas a severos mecanismos de controle social por parte dos funcionários do Estado, como a polícia. Donga, um dos sambistas pioneiros, famoso autor do considerado primeiro samba gravado *Pelo Telefone*, menciona essa relação tensa entre os momentos de lazer e a polícia:

A situação vexatória dos que vinham sofrendo a pressão bárbara e irregular, na sua própria residência em festas íntimas, quando eram cercados pela polícia de então e intimados a ir ao distrito dar explicações por estar dançando o samba, este que toda gente admira e dança. Em certos casos permanecem no distrito. Na festa da Penha, os pandeiros eram arrebatados pela polícia... quando por falta de sorte dos sambistas, não estava de serviço na Penha o piquete da cavalaria do 1º ou 9º regimentos que sempre nos protegeu (DONGA citado por ZALUAR, 1996, p.88).

Dessa maneira as práticas artísticas, religiosas e estéticas, vivenciadas em momentos festivos e de lazer, eram criminalizadas e combatidas pela polícia por não serem consideradas condizentes com o processo civilizatório branco e trabalhista posto em prática no Brasil. A própria canção tinha como enredo principal uma narrativa poética que descreveria as situações invertidas e ilícitas das ações de funcionários do Estado, como o personagem principal da música, *Pelo Telefone*: “o chefe da polícia pelo telefone manda me avisar que na Carioca tem uma roleta para se jogar”.

O contexto republicano inicial foi marcado pela institucionalização das primeiras escolas de direito, cujas bases teóricas e ideológicas almejavam formar um campo jurídico e político propriamente brasileiro. Todavia, no livro *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil 1870-1930* (2002), Lilia Mortiz Schwarcz descreve como a inauguração da Faculdade de Direito em Olinda, no ano de 1828, transferida para Recife em 1854, levou os bacharéis em direito a uma formação teórica baseada nas teorias do evolucionismo social.

A antropóloga descreve o quadro teórico da *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife* que circulou pela primeira vez em 1891:

Tratava-se de, já nos momentos de fundação, afirmar uma especificidade, garantir uma modernidade a partir do apego a certos autores e modelos. Não é por mera coincidência que o primeiro artigo da revista propõe “um quadro evolutivo para o direito”, não só estabelecendo “a realidade da evolução única e inquebrantável”, como enumerando alguns autores que serão presença cativa durante os trinta primeiros anos da revista: Haeckel, Darwin, Le Bom, Lombroso e Ferri. Diferente do que ocorre com os demais periódicos, nesse caso é possível perceber uma aceitação mais imediata das noções de evolucionismo e em especial dos estudos que veem na raça um elemento

fundamental de análise. Dentre os autores citados chamam a atenção dois deles, conhecidos pelos estudos nas áreas de criminologia. Com efeito, o destaque dado a Lombroso e Ferri atesta a relevância que esses teóricos terão na revista. Nesses artigos, que em sua maioria analisavam os avanços da “escola italiana”, entendia-se o crime a partir da análise “do indivíduo, de seu tipo físico e da raça a que pertence” (SCHWARCZ, 2004, p. 155 e 156).

As influências das teorias europeias evolucionistas resultaram na reelaboração das atividades políticas, sobretudo, na condução de modelos jurídicos de controle social criminal e jurídicos como tônica principal na formatação de modelos do direito criminal brasileiro. Filiada a uma antropologia criminal, os professores e alunos de direito focavam seus esforços na figura do criminoso, entendido por três aspectos distintos: os sociais, os antropológicos e os físicos. O tipo físico do criminoso, por exemplo, era minuciosamente delimitado, de forma objetiva, por meio de uma escala linear. Em resumo:

“Elementos anatomicos” (assimetria cranial e facial, região occipital predominante sobre a frontal, fortes arcadas superciliares e mandíbulas além do prognatismo); “elementos fisiológicos” (insensibilidade, invulnerabilidade, mancinição e ambidestria); “elementos psicológicos” (tato embotado, olfato e paladar obtusos, visão e audição ora fracas ora fortes, falta de atividade e de inibição); e “elementos sociológicos” (existência de tatuagens pelo corpo) (SCHWARCZ, 2004, p. 166).

Laurindo Leão, um dos professores de direito criminal da época, fazendo uso dessas teorias, organiza uma lista de ilustres pessoas que transitavam entre a degeneração, a loucura e a criminalidade. São considerados semi-loucos: Julio Cesar, Napoleão, Flaubert, Richelieu, Dostoiéwsky, Byron, Pascal, Mozart e Wagner. Loucos por completo: Comte, Newton, Molière. Maníacos perseguidos: Rousseau, Haller. Maníacos de grandeza: Voltaire, Chateaubriand, Zola, Chopin e Pasteur... A lista segue com pensadores, artistas, políticos e cientistas europeus.

Dessas teorias aplicadas ao direito penal, um dos fatores principais seria a criminalidade ser reconhecida diretamente em certos fenótipos individuais e, ao mesmo tempo, de maneira coletiva como característica física de certo povo/raça. O mesmo professor conclui que a nação mestiça brasileira até o momento era uma nação invadida por criminosos, sendo uma fusão composta de elementos étnicos inferiores de sub-raças comprovadoras do estado de delinquência do povo mestiço.

Com a construção desses indicadores, as previsibilidades sobre o tipo físico dos criminosos criam dados e teorias que permitem avaliar a realidade social de forma objetiva. Dessas escalas objetivas percebe-se como a constituição do campo do direito criminal no

Brasil estava inteiramente vinculado às teorias científicas da antropologia. Em Recife, as ciências jurídicas se constituíram em regime de cooperação com a antropologia evolucionista.

Importante ressaltar que esse perfil intelectual foi hegemônico na cidade até o final da década de 1920. Nesse período, lentamente, os efeitos negativos do mestiço nas teorias evolucionistas foram se acomodando e abrindo espaço para as práticas das “boas mestiçagens”. Alguns modelos evolucionistas como a noção de degenerescência das fusões mestiças começavam a receber críticas. A partir da década de 1930 novos modelos teóricos surgiram com o intuito de combater os modelos raciais. O livro *Casa Grande & Senzala* aparece com esse perfil teórico inovador: influenciado pelo culturalismo norte-americano, tornou-se naquele momento histórico do país uma obra contrária aos modelos teóricos raciais.

A Escola de Direito de São Paulo surgiu em 1828. Como em Olinda, suas instalações iniciais foram precárias. O antigo convento de São Francisco, que abrigava religiosos, teve seu espaço compartilhado com os estudantes e professores da escola. Conflitos iniciais por espaço com os franciscanos eram explícitos.

Como em Recife, também foi a principal produtora de profissionais para as burocracias do Estado. Para Sergio Adorno, a constituição de um ecletismo profissional na mesma instituição: “a militância política, o jornalismo, a literatura, a advocacia e, sobretudo, a ação no interior dos gabinetes” (ADORNO citado por SCHWARCZ, 2004, p. 174).

Lília Schwarcz descreve como, na Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, o modelo evolucionista estava presente no conjunto dos artigos em formato diferente da Revista de Recife.

O direito aparece sujeito às determinações evolutivas e sua meta consiste, sobretudo em ajudar a “descobrir as leis que presidem a evolução da humanidade” (RFDSP, 1896:37). É Pedro Lessa quem em 1896 define a importância da história do direito como “uma forma de desvendar a acção benéfica e incessante desse poderoso factor de civilização que acompanha sempre o homem em sua marcha progressiva para o ideal de perfectibilidade” (RFDSP, 1896:37). O direito é, portanto, “produto” de uma determinada evolução, mas também “produtor” de progresso e civilização (SCHWARCZ, 2004, p. 177).

Atuando entre as práticas jurídicas e políticas, os profissionais do direito de São Paulo naturalmente chamaram para si a responsabilidade, com uma autocaracterização tendo como base a “superioridade inata paulista”. O suposto papel hegemônico de São Paulo conduziria todo o país para o progresso nacional e a Academia Paulista era o grande modelo de gestão jurídico-política. Se no período monárquico esses profissionais estavam afastados das esferas

de decisões políticas, com o período republicano a Escola de Direito de São Paulo arregimentou vários profissionais condizentes com a ideologia do jogo político da época.

Diferente da Escola de Direito do Recife, em São Paulo havia um relativo repúdio às teorias deterministas raciais. Seus profissionais eram ligados ao liberalismo político e tratavam com temor as explicações exclusivamente raciais. Entretanto, conceitos correlatos e a crença na antropologia física recombinaavam esses preceitos evolucionistas aos princípios liberais. Dessa maneira, a crítica ao determinismo racial não implicava descartar as teorias evolucionistas.

Na Escola de Direito de São Paulo também se confirma a hipótese de narrativas evolucionistas brasileiras capturando elementos teóricos do liberalismo político, modelo teórico combinado às explicações raciais da antropologia física.

Apesar das diferenças teóricas e competições, as duas primeiras escolas de direito manifestavam semelhanças: i) alçar a figura profissional do jurista como o principal condutor da nação; ii) restrições em formulações legais à entrada de imigrantes asiáticos, africanos e europeus com processos criminais.

A Sociedade Central de Imigração (1883-91), por exemplo, com larga influência dos políticos paulistas, em vários momentos destacou o caráter atrofiado, corrupto, bastardo, depravado e em uma palavra detestável da raça chinesa. Nessa época, o Decreto 528, de 28 de junho de 1890, abria o Brasil para todas as pessoas válidas e capazes para o trabalho, desde que não estivessem sob processo criminal em seus países de origem, “com exceção dos africanos e asiáticos” (Decretos do Governo Provisório, 6º fasc., Rio de Janeiro, 1890). Na Câmara esse tipo de debate era frequente, estando sujeito a constantes idas e vindas: enquanto o senador Monteiro Barros, em 1892, proibia a absorção de africanos, nesse mesmo ano um projeto de livre entrada de imigrantes era aprovado, para ser sancionado por Floriano Peixoto em 5 de outubro de 1892 (Lei 97) (SCHWARCZ, 2004, p. 184).

Os interditos às pessoas com processos criminais, asiáticos e africanos podem ser caracterizados como um dos primeiros projetos de prevenção à criminalidade no Brasil. Como aditivo, vale lembrar que nessa época também são consolidados os primeiros projetos de lei de retorno à África, reenviando parte da população negra indesejada. Em suma, houve na formação intelectual e política brasileira uma situação homóloga ao contexto internacional. A especificidade da composição do país também se desdobrou em políticas evolucionistas, operando de forma sistemática garantias seletivas de direitos sociais, políticos e civis para os imigrantes brancos e realizando cortes raciais entre os segmentos populacionais afrodescendentes, asiáticos e “europeus incivilizados”, além dos extermínios indígenas autorizados legalmente pelas contratações de matança.

4.2 A positividade do mestiço: a democracia racial na Casa Grande & Senzala

Em 1933 com o lançamento da famosa obra *Casa Grande & Senzala* (1997), de Gilberto Freyre²⁸, a negatividade do mestiço brasileiro marcada pela miscigenação cultural se positiva. De forma lenta e incompleta, a visão sobre o mestiço começa a se transformar. As multifacetadas interpretações evolucionistas se renderam à origem da “fábula das três raças”, conforme descrito por DaMatta (1997b) ou ao “mito das três raças”, de acordo com Ortiz (1985). Alguns traços das culturas afrodescendentes são exaltados a ponto de se tornarem símbolos da nação brasileira, caso de manifestações antes criminalizadas, como o congado, a capoeira, o samba e o carnaval.

Entretanto, em meio à exaltação institucional do Estado Novo, algumas medidas de controle do governo regulamentavam expressões artísticas como a poesia e a música, censurando as obras não vinculadas à ideologia trabalhista. Se por um lado a figura do mestiço era exaltada, este deveria estar acompanhado de sua carteira de trabalho; caso contrário a repressão, baseada no modelo de controle social trabalhista, prevaleceria sobre as formas de lazer e arte da população negra e pobre.

Do ponto de vista teórico e acadêmico, a obra de Gilberto Freyre favorece uma nova forma de pensamento sobre a sociedade brasileira, positivando muitas manifestações culturais antes vistas como atrasadas ou criminosas. *Casa Grande & Senzala* (1997) traz um novo modo de fazer ciências sociais, ao tornar possíveis discussões teóricas que almejavam superar o evolucionismo social, até então paradigma hegemônico entre os precursores das ciências sociais brasileiras. Embasado por conceitos relativistas como o de *aculturação* – relações de trocas harmônicas entre diferentes grupos sociais que habitam um mesmo ambiente – imprime nas ciências sociais um estatuto de igualdade social entre os diversos povos que habitavam o país. Superando o conceito de raça pelo de cultura, cria uma antropologia política que interpreta as diferenças pelas novas premissas científicas do relativismo cultural – não há superioridade cognitiva entre culturas ou indivíduos diferentes; a novidade desse modelo teórico foi apresentar elementos demonstrando como todas as pessoas e grupos sociais

²⁸ Freyre foi orientado pelo antropólogo Franz Boas, um dos pensadores do culturalismo norte-americano, paradigma cuja vertente principal foi desconstruir a noção evolucionista de raça e empregar o desenvolvimento das premissas do relativismo cultural.

possuem as mesmas capacidades e as mesmas condições cognitivas para pensar, representar e praticar quaisquer tipos de ações sociais.

Assim, a noção científica sobre o controle social da criminalidade no Brasil avaliada sobre as mensurações dos determinismos geográficos, começam a sofrer um revés, ao menos no campo das ciências sociais:

O determinismo geográfico considera que as diferenças de ambiente físico condicionam a diversidade cultural (...). Estas teorias, que foram desenvolvidas principalmente por geógrafos no final do século XIX e no início do século XX, ganharam uma grande popularidade. Exemplo significativo desse tipo de pensamento pode ser encontrado em *Huntington*, em seu livro *Civilization and Climate* (1915), no qual formula uma relação entre a latitude e os centros de civilização, considerando o clima um fator importante no progresso. A partir de 1920, antropólogos como Boas, Wissler, Kroeber, entre outros, refutaram esse tipo de determinismo e demonstraram que existe uma limitação na influência geográfica sobre os fatores culturais. E mais: que é possível e comum existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico (LARAIA, 2009, p.21).

Da mesma forma ocorreu com os determinismos biológicos, seria possível antever tipos de indivíduos que se voltariam para a criminalidade ou para atos violentos?

São velhas e persistentes as teorias que atribuem capacidades específicas inatas a “raças” ou a outros grupos humanos. Muita gente ainda acredita que os nórdicos são mais inteligentes do que os negros, que os alemães tem mais habilidade para a mecânica, que os judeus são avaros e negociantes; que os norte-americanos são empreendedores e interesseiros; que os portugueses são muito trabalhadores e pouco inteligentes; que os japoneses são trabalhadores, traiçoeiros e cruéis; que os ciganos são nômades por instinto, e, finalmente, que os brasileiros herdaram a preguiça dos negros, a imprevidência dos índios e a luxúria dos portugueses (LARAIA, 2009, p.17).

Influenciados por esses novos referenciais teóricos do culturalismo americano de Franz Boas, orientador de Gilberto Freyre, muitos cientistas sociais se convenceram da não correlação entre a distribuição das características genéticas para se determinar comportamentos culturais, criminais ou não-criminais. Qualquer ser humano pode ser educado em qualquer ambiente cultural²⁹. Relacionado a essa causalidade espúria entre

²⁹Se pegarmos uma criança belga recém-nascida e levá-la para morar com uma família chinesa, ela terá uma socialização baseada em padrões culturais chineses. Se hipoteticamente não retornar à Bélgica e permanecer na China, a criança se tornará um adulto plenamente chinês e terá como estilo de vida o leque de opções, escolhas e

caracteres genéticos e comportamento desviante/patologia social. Outro aspecto muito importante para desconsiderarmos os determinismos biológicos e geográficos é entendermos o crime como uma construção social³⁰.

Com o passar dos anos a influência do culturalismo americano no Brasil é interpretado como teoria da *democracia racial*. Críticas demonstraram algumas fragilidades dessa abordagem relativista liberal. Nesse mesmo momento, na Europa e nos Estados Unidos, as teorias culturalistas americanas começavam a sofrer as primeiras críticas, muitas vezes, originárias de uma sociologia da cultura marxista, em especial de vertentes adornianas e gramscianas e de vertentes de pensamento pós-modernas. Referiam-se de maneira crítica às observações científicas que não interpretaram os conflitos e relações de poder entre interações sociais diferentes.

No Brasil, escolas de pensamento sociológico como a da Universidade de São Paulo (USP), por meio de estudos como *O Negro no Mundo dos Brancos* (2007) de Florestan Fernandes, formularam críticas ao pensamento freyriano e ao modo de pensar a formação da sociedade brasileira por meio desta abordagem relativista liberal. A tese de a miscigenação representar relações de trocas “harmônicas” entre diferentes culturas através do conceito de aculturação passa a ser repensada e debatida no âmbito acadêmico.

A interpretação sociológica eclética e desenhada entre concepções marxistas, weberianas e estruturalistas de Florestan Fernandes descrevem como a inclusão dos negros e mestiços nas grandes famílias coloniais constituíram uma grande distorção sobre noções de igualdade, visto que sua possibilidade de mobilidade social só era operada mediante a necessidade da composição dos estratos sociais dominantes, quando estes se viram forçados a adquirir certas elasticidades nos mercados. Dessa forma, conclui o pensador: a miscigenação no Brasil contribuiu muito mais para aumentar as populações escravizadas e diferenciá-las como estratos sociais dependentes do que fomentar de maneira efetiva dispositivos de igualdade racial.

sujeições baseadas na cultura chinesa (hábitos religiosos, linguísticos, alimentares, ideológicos, esportivos...) (LARAIA, 2009).

³⁰ Como foi dito anteriormente, as pesquisas de Durkheim (1999) demonstram como a construção do ato criminal resulta de uma compreensão contextualizada, entre os indivíduos, suas situações objetivas e o código penal circunscrito no tempo e no espaço de suas vivências.

Por isso, à miscigenação corresponderam mecanismos mais ou menos eficazes de absorção do mestiço. O essencial, no funcionamento desses mecanismos, não eram nem a ascensão social de certa porção de negros e de mulatos nem a igualdade racial. Mas, ao contrário, a hegemonia da “raça dominante” – ou seja, a eficácia das técnicas de dominação racial que mantinham o equilíbrio das relações raciais e asseguravam a continuidade da ordem escravista. Os casos que afetavam as grandes famílias não constituíam problemas. Não só eram pouco numerosos: as famílias possuíam recursos suficientes, para educar os mestiços à imagem da figura do senhor. Por conseguinte, eles eram socializados para serem e agirem como “brancos”, o que eles eram de fato, social, jurídica e politicamente falando (FERNANDES, 2007, p.44).

Fernandes descreve como, após a abolição da escravatura e a ascensão do regime republicano e moderno, criou-se no Brasil uma espécie de miragem política com uma pretensa universalização do trabalho livre, onde todas as pessoas de diferentes descendências poderiam conquistar seus postos de trabalho. Apesar da conquista da liberdade, a universalização do trabalho livre não favoreceu a igualdade de condições e na história do Brasil as populações negras e mestiças que não conseguiram mecanismos efetivos e objetivos de oportunidades de empregos, como os demais emigrantes. O resultado disso foi o pequeno número de segmentos populacionais negros que se integraram ao regime moderno brasileiro.

O “negro” teve oportunidade de ser livre; se não conseguiu igualar-se ao “branco”, o problema era dele – não do “branco”. Sob a égide da ideia de democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com o setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição. Ao mesmo tempo assim que surgiram condições para que o *protesto negro* eclodisse (logo depois da primeira grande guerra e, em particular, no fim da década de 1920) tais manifestações foram proscritas como se constituíssem um “perigo para a sociedade”. Em consequência, as primeiras manifestações espontâneas dos “negros” na luta por certas condições de igualdade racial em bases coletivas eclodiram no vazio, não sensibilizaram o “branco” e não chegaram a dinamizar nenhum mecanismo eficiente (ou tendência atenuada que fosse) de democratização racial da renda, do prestígio social e do poder (FERNANDES, 2007, p.47).

Além do mais, se reivindicações por direitos sociais viessem de maneira pública e coletiva, mecanismos de controle social reprenderiam e criminalizariam tais reivindicações. Mesmo após os regimes autoritários de 1945, houve uma ineficiência dos mecanismos de controle estatal em universalizar e criar condições de igualdade para que o segmento da população mestiça e negra pudesse gerir mobilidade social.

Com o mito da democracia racial pode-se dizer que a construção histórica do controle social brasileiro, a partir da década de 1930, operou uma narrativa evolucionista muito sofisticada apagando os vestígios raciais do evolucionismo científico, oferecendo versões

teóricas modernas com o desenvolvimento do conceito de cultura. Em suma, a noção freiryniana de democracia racial foi apropriada de maneira evolutiva e serviu como um discurso coerente para se ocultar as dívidas históricas sobre as pessoas negras, indígenas, explicitando apenas o lado moderno da liberdade e da equivalência. Os ideais democráticos da igualdade social nas oportunidades em se buscar um conforto material e simbólico são evocados sem levar em conta o aspecto pessoal e hierárquico do processo histórico de branqueamento, em privilegiar as normas tradicionais patriarcais transpostas, sobretudo no campo educacional, econômico e judiciário brasileiro, cujos segmentos populacionais de homens brancos emigrantes europeus obtiveram vários privilégios personalistas em face de grupos étnicos indígenas e africanos.

4.3 Estado Moderno no Brasil: o Homem Cordial no controle social

Na década de 1930, outros modelos teóricos sobre o controle social brasileiro também eram desenhados pelos cientistas sociais. Pensadores políticos como Oliveira Viana influenciados pela forma de pensamento da Escola de Direito de São Paulo escrevem sobre as instituições políticas brasileiras. Como descrito, o pensamento autoritário e evolucionista eram combinados aos princípios universais da liberdade e igualdade social no Estado de Direito. A sua formulação sobre a categoria *povo-massa* (homens do campo, negros, mestiços e mulheres) cujo “processo civilizador mal resolvido”, deixa evidente de como ele descredenciava segmentos populacionais de uma educação efetiva. Por isso, para ele, direitos políticos como o sufrágio eleitoral não resolveriam os problemas sociais da democracia brasileira. Faltavam para o povo-massa os valores civilizados da educação liberal “baseada” no modelo europeu.

Por outro lado, sua análise incute uma noção crítica, ao interpretar no contexto brasileiro o fato de grupos dominantes locais empregarem a autoridade policial e judiciária sobre a tutela dos interesses pessoais, garantindo assim uma impunidade, além de utilizar tais dispositivos para garantir seu poder perante o povo-massa.

Nada dentro do nosso meio social, nem dentro do nosso meio histórico, nos pode levar – racionalmente e em sã consciência – a convicção de que o *direito a polícia própria* e o *direito à justiça própria*, da parte dos municípios ou da parte dos Estados, sejam garantias das liberdades civis do povo-massa, ou que estas liberdades estejam mais seguras e garantidas por esta forma do que se estivessem confiadas à autoridade central. Tal convicção revelaria um desconhecimento absoluto do nosso meio e da

nossa própria experiência histórica. Porque o nosso meio e a nossa experiência nos ensinam é que estas liberdades correm sempre o perigo do sacrifício quando *garantidas por autoridades locais*. Estas – por defeito da sua formação social – são sempre animadas do faccionismo de clã a que pertencem e são, pessoalmente, inclinadas a se utilizarem do poder conferido para vinditas ou perseguições dos adversários. Presa a confiança dos clãs locais – a *autoridade policial* é sempre obrigatoriamente o delegado “nosso”, posta sob dependência deles – a autoridade judiciária, por sua vez, tenderá sempre a ser, noventa vezes sobre cem, o juiz “nosso” (VIANA, 1999, p.156).

Um dos principais problemas do pacto federativo republicano era a formação coronelista brasileira, com poderes locais extremos. Apesar das tendências centralizadoras e repressivas da esfera federal ser ocultadas pela relação de amizade e profissional entre o intelectual e o presidente Getúlio Vargas, do seu pensamento sociológico surgiram críticas importantes para se compreender a constituição personalista do Estado moderno brasileiro: instituições jurídicas e polícias serviam para incriminar e descriminar segmentos populacionais sem seguir as normativas especificadas dos estatutos burocráticos a partir dos interesses pessoais dos coronéis.

No Brasil, desde a Escola de Direito paulista, o liberalismo conservador essa composição teórica de Oliveira Viana com influência mista – liberal e evolucionista – se tornou usual nas análises sociais de vários segmentos dos agentes da segurança pública, da grande mídia brasileira ou da população em geral.

Outras teorias sociais de influência weberiana respiraram ares menos evolucionistas – como a construída no capítulo do *Homem Cordial*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado no livro *Raízes do Brasil* (1998). Holanda demonstra como a constituição do Estado moderno brasileiro, influenciado pela tradição patriarcalista da colonização adentrou as administrações públicas gerando uma forma de controle social baseada em valores personalistas. Não apenas nos poderes locais dos povoados rurais, como citou Oliveira Vianna, mas nos variados escalões de funcionários públicos sejam nas longínquas áreas rurais ou nas cidades mais populosas e racionalizadas seus profissionais apresentavam certa incompreensão quanto aos domínios do público e do privado.

Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que merecem os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático (HOLANDA, 1998, p.146).

Dessa análise advém uma compreensão crítica e negativa sobre a formação do Estado brasileiro e a formulação dos seus dispositivos de controle social, subordinados por uma pessoalidade nas relações burocráticas: na utilização de bens públicos para finalidades privadas e nas relações personalistas das instituições estatais, gerando ações sociais corruptas, sequer criminalizadas pelas instituições fiscalizadoras.

Adjuntas às formas técnicas dos crimes de corrupção estatal e no mercado privado, ações violentas também são acionadas por parte das instituições que arregimentam os dispositivos de controle social estatal. Apesar da cordialidade, com finalidades de interesse privado, o homem burocrata brasileiro que exercia nas cidades ou nos povoados rurais a dominação legal cordial, quando contrariado, utilizava de forma habitual repressões violentas contra seus dissensos, seja por meio de milícias privadas, seja instrumentalizando os poderes de polícia ou do judiciário.

Em suma, a obra *Raízes do Brasil* nos ensina como as medidas de controle social do Estado são regidas, muitas vezes, transgredindo as normas dos estatutos da dominação legal burocrática, gerando uma ausência de incriminação nas relações ilegais e ilícitas constituídas pelos agentes públicos e privados. Temos assim a formulação de um primeiro esquema teórico sobre a impunidade da corrupção no Estado brasileiro, graças aos hábitos de instrumentalizar a violência do Estado, se apropriar de bens públicos para fins privados, à ausência ou ao descumprimento de normativas burocráticas e pela falta de dispositivos que fiscalizem as ações públicas, sobretudo dos altos escalões dos governos e de setores empresariais.

Todavia, mesmo com o deslocamento da análise que demonstra que o problema do Estado brasileiro não era o mestiço/negro, mas a operacionalidade personalista do Estado governado pelo homem branco, o período de democratização e de políticas consideradas progressistas como a “50 anos em 5” de Juscelino Kubstichek, confirmavam a discrepância da situação da população negra em relação às demais populações de imigrantes europeus no Brasil.

Florestan Fernandes, ao analisar dados raciais de 1950, demonstrou como as variações regionais entre Estados como São Paulo e Bahia eram ínfimas, ainda que exista uma ideia de melhora de condições raciais entre negros e mulatos (termo utilizado pelo autor) no Estado paulista, por ser mais desenvolvido em sua economia. A distribuição desigual de

oportunidades para a mobilidade social entre as populações brancas e as populações negras e pardas foi englobada pelo discurso da igualdade de condições da democracia racial.

De fato, existem diferenças relativas consideráveis entre a estrutura ocupacional dos Estados da Bahia e de São Paulo quanto à cor. Mas a realidade racial profunda não é tão diferente quanto se poderia pensar à primeira vista. Os índices de participação do negro e do mulato na estrutura ocupacional adquirem outra significação quando se atenta para o fato de que, na Bahia, eles constituem 70% da população. Não obstante, absorvem em conjunto 77% das posições de empregados e apenas 48% das posições de empregadores. Pelo que pode inferir dos dados sobre a distribuição destas últimas posições, nem sempre elas se situam nas esferas mais vantajosas dos serviços e atividades econômicas. Ao mesmo tempo, o estoque branco, que entra com quase 30% da população global, absorve apenas 23% das posições de empregados e 52% das posições de empregadores. (...) São Paulo ilustra a alternativa da região meridional, que discrepa fortemente dos índices nacionais. Os negros e os mulatos tendem a concentrar-se nas posições menos vantajosas na estrutura socioeconômica e entram em cotas ultra-ínfimas (bem abaixo dos índices através dos quais concorrem para constituir a população global). Os brancos, que concorrem com 86% da população, fornecem 84% dos empregados e 92% dos empregadores. Doutro lado, o negro e o mulato, que em conjuntos formam 11% da população, concorrem com 15% dos empregados e apenas 2,5% dos empregadores. Trata-se de uma situação que evidencia, muito mais claramente que a da Bahia, em que sentido a concentração social da renda, dos prestígio social e do poder é, concomitantemente, uma concentração racial de privilégios econômicos, sociais e culturais (FERNANDES, 2007, p. 70 e 71).

Apesar da diversificada entrada das teorias antropológicas e sociológicas modernas que combatiam as formas de pensamento evolucionistas, os reflexos autoritários com heranças evolucionistas realizavam manobras políticas, muitas vezes legalistas, nas formas de governar o Brasil. Raymundo Faoro analisa como essas manobras legalistas situadas nas Constituições Federais, em especial a de 1967, não alcançaram a dimensão de legitimidade pela sociedade civil.

A Constituição de 1967 foi, nos últimos anos, a mais abrangente das revisões do estatuto fundamental do país. Condicionada às suas origens não quebrou o esqueleto autoritário do regime, não obstante tê-lo ornamentado com a homenagem verbal dos direitos e garantias fundamentais das cartas constitucionais anteriores, acrescida do luxo da consagração, no papel, de novas liberdades. Sem conseguir entrar no território da legitimidade – o que significaria uma ruptura e uma contradição –, instituiu a instabilidade adiada, aberta, com reconhecimento implícito, a todas as infiltrações e erratas que mantivessem a eficiência minoritária, de modo substancialmente organizado. O que se pretendeu foi sair do governo da mera força dita revolucionária, apoiada na repressão e na mistificação, para alcançar um regime quase legítimo, capaz de se impor por meio de um núcleo autoritário com o auxílio sempre passivo, da maioria parlamentar. Essa combinação seria possível enquanto as urnas, direta ou indiretamente cativas, constituíssem a base de manobra. Note-se que os “aperfeiçoamentos” de tal equação deram-se sempre em consequência da insubordinação do eleitor e da debilidade dos partidos de sustentação. Lembre-se o Ato Institucional número 5, deflagrado diante a rebeldia da Câmara de Deputados, em consequência de um episódio aparentemente irrelevante, mas significativo como enfraquecimento de um elo básico da estrutura de poder. Igualmente, as emendas outorgadas números 7 e 8, de 13 e 14 de abril de 1977 – o chamado “pacote de abril”, editado sobre a emenda constitucional número 1, também outorgada, de 17 de outubro

de 1969 –, pretenderam evitar os efeitos das eleições no ano seguinte, que se anunciavam sombrias para o oficialismo, escaldado com a ameaçada ocorrida em 1974. O Ato Constitucional de número 5, amarrada à ilharga da Carta de 1967, quis esfriar pelo medo, provocado pela suspensão de garantias constitucionais básicas, todas as possibilidades de mobilização popular (FAORO, 2007, p.236).

Em primeiro lugar, Faoro descreve nessa passagem as semelhanças entre a Constituição de 1967 e a forma teórica do pensamento híbrido (liberal conservador) de Oliveira Viana e da Escola de Direito de São Paulo, cuja crença no estado democrático de direito não necessitaria da chancela soberana do povo, visto que era povo-massa (segmentos populacionais que não se enquadravam no processo civilizador brasileiro). Em segundo lugar, sua análise parte de uma perspectiva de desconstrução normativa ao demonstrar os usos do sistema judiciário e dos preceitos constituintes para finalidades que não foram legitimadas nem por parte da sociedade civil, nem por parte das esferas políticas institucionais, como a Câmara dos Deputados. Como desdobramento analítico, pode-se pensar que em muitos casos no campo jurídico e do controle social brasileiro as relações legalistas constituintes não necessitaram de combinações com relações ilegalistas, para se tornarem condutas ilegítimas.

Ademais, com a introdução de fundamentos weberianos nas análises sociológicas das teorias políticas brasileiras, com início na década de 1930, entre pesquisadores como Sérgio Buarque de Holanda, Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro e Simon Schwartzman – pode-se compreender como as atmosferas teóricas sobre o controle social brasileiro se circunscrevem entre: i) teorias racistas associando a criminalidade com a pobreza ou a falta de branqueamento das populações subalternas; ii) liberalismo conservador combinações dos modelos teóricos evolucionistas com o modelo da democracia racial e/ou do liberalismo político; iii) relativismo liberal teorias que imprimiram uma visão positiva do mestiço e crítica ao modelo evolucionista da época; iv) modelos weberianos associados ao processo da impessoalidade burocrática, cujo foco da abordagem está em explicitar a falta de incriminação na corrupção dos agentes e instituições sociais que utilizam bens públicos e privados de forma ilegal, bem como a instrumentalização da violência provocada de forma seletiva pelo Estado.

Para as duas últimas interpretações, exalta-se um olhar crítico sobre as instituições públicas brasileiras, elas não estavam se efetivando e a culpa disso não era do negro pobre ou do mestiço (analfabeto) sem racionalidade, como presumem os modelos teóricos evolucionistas, mas dos próprios donos do poder, descumpridores dos atos normativos das burocracias estatais e de mercado.

Com as reverberações políticas da guerra fria na América do Sul e no Brasil, tanto as discussões weberianas sobre as ações corruptas dos agentes públicos e privados, quanto as

discussões sobre a criminalização de segmentos populacionais mascarada em democracia racial (ênfaticada pelo próprio Florestan Fernandes, ao pensar as relações de classes conjugadas a outras questões, como as raciais) foram perdendo forças ou sendo englobadas, como veremos, pela polaridade entre as tendências marxistas e anticomunistas que passaram a ordenar de maneira mais efetiva as discussões das ciências sociais e da política brasileira com o golpe de 1964. Nesse novo panorama brasileiro alguns aspectos teóricos evolucionistas continuaram instalados de forma sutil e legal na história da Constituição de 1967. Perante esses acontecimentos, parte da militância de esquerda que via como saída a luta armada violenta e o aniquilamento do inimigo também compartilhavam desses preceitos. Assim, as ações sociais praticadas por ambos os segmentos, de esquerda pró-luta armada e pelo regime militar justificavam suas ações violentas e ilegais como legítimas.

4.4 O controle social militar no Brasil: marxismo entre o crime, ciência e política

Com a intervenção militar na década de 1960, temos no país grande parte das instituições públicas – dos poderes judiciário, executivo e legislativo – voltadas para incriminar tendências contrárias às suas ações políticas. Dispositivos jurídicos autoritários, como os Atos Institucionais, ao longo das gestões militares, potencializaram as medidas rígidas de controle social incriminando os militantes de esquerda e todos os críticos às formas autoritárias do regime político. De modo geral, o foco da criminalização preventiva impressa pelas instituições estatais esteve dividido entre dois grupos diferentes: militantes socialistas/comunistas, por um lado, e negros e pobres, por outro.

Como se sabe, antes mesmo desse período da história brasileira, as teorias marxistas adentraram múltiplas searas das ciências humanas e direcionam grande parte de seus adeptos para ações políticas contrárias ao golpe militar. Frentes armadas e pacíficas compuseram o panorama dos intelectuais que gostariam de intervir no modelo político autoritário.

Em meio à pesquisa universitária, alguns trabalhos de vertentes marxistas, muitas vezes, combinadas ao funcionalismo antropológico produziram bons resultados de pesquisa sobre o controle social da cidade e das periferias na década de 1970. Trabalhos como *A Caminho da Cidade*, de Eunice Durhan (1973); *A Política dos Outros* (1984), de Teresa Caldeira; *A Espoliação Urbana* (1979), de Lúcio Kowarick inauguraram uma vertente de estudos de antropologia e sociologia urbana brasileira que tangenciaria, pelas bordas, questões sobre o controle social do crime.

Todavia, esses estudos não objetivavam analisar as primeiras inflexões sobre as condições de paz das cidades metropolitanas brasileira. Como comenta Sérgio Adorno e César Barreira, é no período da ditadura militar que o recrudescimento da violência urbana começa a se visibilizar:

Já no final dos anos de 1960, o cenário de paz e tranquilidade reinante começa a sofrer as suas primeiras inflexões, com o surgimento, nas grandes cidades de esquadrões da morte – dos quais participavam, sobretudo policiais civis –, disputando controle dos negócios ilícitos (jogos, prostituição, tráfico de drogas) com os delinquentes. Datam dessa época as primeiras denúncias do então promotor de justiça do Estado de São Paulo, Dr. Hélio Bicudo, que posteriormente foram publicadas. No Rio de Janeiro, à mesma época, reportagem do jornal *O Pasquim* retratavam fenômenos idênticos, porém com características locais, que resultou na famosa escuderia do *Le Coq*, responsável por inúmeras mortes por suspeitos de crime, na verdade concorrentes e desafetos nos negócios ilícitos. Pouco a pouco, o crime e a violência foram tomando conta das metrópoles brasileiras, suscitando polarizando debate a respeito de suas causas sociais e dos remédios para enfrentá-lo (ADORNO e BARREIRA, 2010, p.306).

As periferias das cidades tornaram-se um *lócus* de estudo e pesquisa social. Dentre os temas, os estudos mais comuns eram sobre migrantes; tinham como argumento corroborar a existência da intensa pobreza urbana, conectada a um mercado informal decorrente das migrações rurais. Esses trabalhos tecem um panorama do mundo urbano, descrevendo como o migrante manifestava uma preocupação maior com a família e com a ascensão social. Os pesquisadores não estão preocupados com a política institucional da ditadura, muito menos com a formação de sindicatos ou de ações políticas de esquerda, como desejavam os intelectuais da época. Apesar de linhas de pesquisas detalhadas a respeito dos moradores, das suas visões sobre sociedade, espaços urbanos e a vida cotidiana, esses estudos destacavam os moradores das periferias e favelas como sujeitos deslocados da estrutura social brasileira e despolitizados. Por conseguinte, as condições de criminalidade geradas pela pobreza só poderiam ser resolvidas com mudanças estruturais que levariam à superação do capital e a tomada de consciência política.

Uma ampla reverberação dessas conclusões em boa parte das formulações teóricas e de políticas de segurança pública oriundas dos pensamentos de esquerda não criaram uma preocupação política institucional direcionada para problemas específicos de segurança pública (SOARES, 2006). O pensamento dos intelectuais de esquerda estava direcionado para por em prática melhorias estruturais que superassem o capitalismo ou as taxas de pobreza. Na

prática, no período de redemocratização, governos de esquerda formularam políticas redistributivas e intervencionistas para amenizar os malefícios da pobreza. No plano das políticas públicas, o tema da criminalidade sempre foi interpretado como um problema estrutural, que seria resolvido em decorrência da melhoria de indicadores de pobreza, como falta de habitação, educação, saúde e trabalho formal. Entretanto, devido aos traumas ocorridos entre as instituições autoritárias e os intelectuais de esquerda, durante a ditadura militar, com a permanência dessas instituições no período de redemocratização no campo da defesa social, ocultaram-se tomadas de decisão para as questões específicas sobre o controle social da segurança pública. Mantida a estrutura militar e hierárquica na gestão da política de segurança pública brasileira, o tema era gerido através de um gerenciamento de crises. Apenas ações políticas emergenciais eram tomadas, geralmente para conter crises agudas como rebeliões em presídios, grandes crimes realizados sobre populações ricas ou chacinas em favelas que repercutiram na grande mídia.

Com os sinais de redemocratização no Brasil, não só os pensadores e gestores públicos de esquerda, como também aqueles de centro e direita, acreditavam que a superação da criminalidade seria um problema estrutural a ser resolvido apenas em um devir democrático, cuja solução seria garantida com a chegada de direitos sociais aos segmentos subalternos da população. Dessa maneira, a agenda internacional da gestão da segurança pública ainda não tinha sido, de maneira efetiva, assimilada pelas instituições políticas brasileiras.

4.5 Os movimentos sociais e as teorias microsociais: os sinais da redemocratização brasileira

Ainda assim, parte dessa agenda internacional, gerou nova frente de pesquisas na década de 1970. Tendências teóricas diferentes começavam a influenciar nas ciências sociais, para além do marxismo, outros estudos sobre o controle social da criminalidade. O antropólogo Gilberto Velho, com base nas pesquisas urbanas da escola de Chicago, lança a coletânea de artigos intitulada *Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social* (1977). Sua maior influência veio da geração dos interacionistas simbólicos, como a obra *Outsiders* de Howard Becker.

O “desviante”, dentro da minha perspectiva, é um indivíduo que não está fora de sua cultura mas que faz uma “leitura” divergente. Ele poderá estar sozinho (um desviante secreto?) ou fazer parte de uma minoria organizada. Ele não será sempre desviante. Existem áreas de comportamento em que agirá como qualquer cidadão “normal”. Mas em outras áreas divergirá com o seu comportamento, dos valores dominantes (BECKER, 1997, p. 27 e 28).

A aproximação com o interacionismo simbólico dentro das pesquisas de antropologia urbana dessa vertente carioca promoveu estudos microssociais, potencializando novas abordagens teóricas. Nesses estudos, as noções de desvio e anomia não eram interpretadas como características intrínsecas ilícitas de certos indivíduos ou grupos sociais, acusados de causar patologias sociais, mas como um processo relacional entre visões de acusadores e acusados. Dessa maneira, diferente da vertente culturalista freyreana, ou da anomia mertoniana, Gilberto Velho interpreta o desvio e a anomia social pela perspectiva de uma visão interacionista que incorpora relações de poder entre os agentes sociais em disputa na questão.

Ao estudar dois prédios considerados desviantes no famoso bairro carioca de Copacabana, o antropólogo explica as diferentes perspectivas e modulações nos processos de estigmatização e incriminação dos seus moradores. Com a desvalorização imobiliária dos prédios, moradores migrantes mais pobres passaram a morar neles. Para muitos migrantes, a possibilidade de morar em Copacabana é uma forma de *status* tão importante que supera qualquer estigma pelo prédio ser mal afamado. Todavia, entre os vizinhos dos dois prédios eram explícitas as nomeações acusadoras e estigmatizadas, tais como “pessoas porcas”, “sem educação”, “gente da favela”, promovendo um processo de distinção, cujo maior temor e medo é que eles e seus familiares fossem confundidos com tais moradores. Essa confusão, na maioria das vezes era temida por razões práticas, como as frequentes batidas policiais na microárea em função dos problemas dos dois prédios.

Na perspectiva dos moradores desses prédios, alguns eram considerados moradores de família; esses atribuem os problemas residenciais a dois grupos desviantes de moradores: as prostitutas e os homossexuais. Apesar de essas acusações tomarem uma proporção grande entre os moradores de família, pelas observações e entrevistas, o pesquisador constatou poucos casos de conflitos entre esses grupos rotulados. As principais causas de conflito foram incidentes entre vizinhos, maridos e mulheres, discussões e brigas corporais sobre o horário e o volume de aparelhos eletrônicos, como rádio e televisão.

Alguns casos registrados, envolvendo as pessoas acusadas de desviantes, tinham como padrão a iniciativa de algum morador “normal” repreendendo o desviante ou insultando-o, pura e simplesmente. Um dos casos mais sérios envolveu uma senhora de meia idade que, ao viajar no elevador como uma das mulheres acusadas de prostituição, não se conteve e ofendeu-a em altos brados, censurando seu modo de vestir que “provocava os homens”. Em outra situação, os vizinhos do apartamento que seria habitado por prostitutas, não se contiveram ao ouvir música mais alta e chamaram a polícia, informando a realização de uma “bacanal” que os impedia de dormir. Ao chegar à polícia, verificou-se estar havendo uma festa de aniversário, sem presenças masculinas (VELHO, 1997, p.120 e 121).

Além de trazer um novo olhar teórico e metodológico aos estudos do comportamento desviante e do controle social nas cidades brasileiras, essas pesquisas microssociais incorporaram nas pesquisas sociais novos grupos considerados marginais – gays, prostitutas, umbandistas, alunos excepcionais, famílias judias, doentes mentais, surfistas, maconheiros.

De certa maneira, essa abordagem, diferente da que era até então focada nos aspectos estruturais da pobreza, ganha maior força. O foco das pesquisas estava ainda mais em captar as ações prepositivas dos agentes pobres das periferias, tais como estudos de festas religiosas, de movimentos associativos, de movimentos sociais diversos, do que nas “ações mais problemáticas” como a violência e a criminalidade das periferias. Estudos ligados *aos novos movimentos sociais* desenvolvidos através de questões temáticas – gênero, faixa-etária (estudos sobre juventude e idosos), raça, meio ambiente – passaram a ser cada vez mais realizados de forma transversal às questões de classe.

O avanço dessas novas temáticas, com o advento das abordagens microssociais do interacionismo simbólico, as teorias pós-estruturalistas como a de Foucault, teorias de marxistas heterodoxos como Antonio Gramsci e Thompson, incluindo até teorias de autores críticos ao marxismo como Cornelius Castoriadis, influenciam os estudos científicos brasileiros e as tomadas de decisões políticas no período oitocentista de redemocratização.

Se nos estudos iniciais de antropologia e sociologia urbana, sob a ótica do pensamento marxista/estruturalista, os pobres moradores das periferias eram personagens considerados despolitizados, esses novos personagens entram em cena (SADER, 1981). Suas ações políticas protagonizam muitos trabalhos de cientistas sociais que também visionavam incorporar novas alternativas intervencionistas à relação sociedade civil, Estado e mercado.

Como fruto do desdobramento dessas novas tendências, consolida-se um diversificado campo de pesquisas dentro das ciências humanas e sociais no Brasil e na gestão social.

Com a consolidação do regime democrático, sob o impulso do movimento de *Diretas Já*, uma nova maneira de se pensar as regulamentações e controles sociais demandadas na década de 1970 foram instituídas e, a cada ano, muitas foram expandidas. Dentre as principais estão as relações entre sociedade civil, Estado, mercado e o emergente terceiro setor. Independente da ideologia política de direita, centro e esquerda (talvez com exceção de minoritários partidos de esquerda) o surgimento e massificação das Ongs tornou-se um dispositivo de governo cada vez mais utilizado pela sociedade civil, por instituições estatais e pelo mercado.

Começa assim na ciência e na gestão pública a se consolidar e sistematizar uma dupla governamentalidade, com uma base de dados estatísticos e observações etnográficas sobre algumas dimensões da criminalidade urbana, sobretudo da criminalidade pobre. Além disso, há uma nova celebração nessas medidas intervencionistas, mediante os novos movimentos sociais brasileiros; a fusão dessas novas combinações de teorias críticas com teorias administrativas e de gestão empresarial, sendo criados novos movimentos profissionais interdisciplinares de gestores sociais, técnicos sociais e oficinairos (GARLAND, 2007).

Nesse contexto, estudos sobre violência, polícia, tráfico de drogas, criminalidade e controle social aparecem de maneira mais direta nas delimitações dos objetos das pesquisas sociais. Apesar dos limitados vínculos entre teorias sociais e gestão do controle social até esse momento histórico, essas fusões trouxeram de início uma riqueza de abordagens e pesquisas, as quais culminaram em estratégias de ações pragmáticas pioneiras nas políticas de segurança pública brasileira.

4.6 Os pioneiros das ciências sociais: os estudos da violência, segurança pública e dos direitos humanos no Brasil

No período de transição entre governos autoritários e democráticos, surgiram articulações entre o campo das pesquisas de pós-graduação e a elaboração de planos políticos sobre os direitos humanos, segurança pública e prevenção à criminalidade. Das abordagens existentes vieram novas combinações teóricas, fontes de pesquisas empíricas e proposições

intervencionistas para a gestão das políticas públicas. A criação e a consolidação de vínculos institucionais, ainda que frágeis, entre secretarias de segurança pública, instituições policiais e universidades colocaram o tema do controle social da criminalidade em outro patamar de tratamento, diferente do processo de gerenciamento de crises em vigor nas instituições políticas.

O livro intitulado *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil* (2011) foi organizado pelos sociólogos Renato Sérgio de Lima e José Luiz Ratton, através do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). A obra é formada por um conjunto de entrevistas com os pesquisadores considerados pioneiros no campo da violência urbana, criminalidade e direitos humanos no Brasil. Demonstra as mais variadas trajetórias de pesquisa e de consolidação dessas temáticas, nas disciplinas de graduação e pós-graduação das ciências sociais e nas ações intervencionistas.

Alba Zaluar, Antônio Luiz Paixão, César Barreira, Claudio Beato, Edmundo Campos Coelho, Gláucio Soares, José Vicente Tavares dos Santos, Julita Lemgruber, Luciano de Oliveira, Luiz Antonio Machado da Silva, Luiz Eduardo Soares, Maria Stela Grossi Porto, Michel Misse, Paulo Sérgio Pinheiro, Roberto Kant de Lima e Sérgio Adorno são os cientistas sociais que compõem o quadro dos pioneiros nesses estudos.

Alguns desses cientistas, além de outros nomes que foram surgindo com o desdobramento dos trabalhos, se tornaram importantes figuras no campo das pesquisas universitárias e da gestão de políticas públicas em diversas esferas institucionais. Desses vínculos institucionais entre cientistas, agências de justiça e políticos, muitos fluxos importantes foram celebrados no Brasil, aderindo a uma estratégia intelectual de ligar questões teóricas a questões administrativas. Todavia polêmicas relações ocasionaram um verdadeiro campo minado de atuação entre esses agentes sociais, principalmente tendo como referência a gestão das instituições policiais.

Um dos pontos principais desse conflito é o tratamento prático e tático dado à conexão causal entre o período de redemocratização e o aumento da violência. Tratada pelos pesquisadores como um paradoxo, como descreve a pesquisadora Angelina Peralva, em seu livro *Violência e Democracia* (2000), com o advento da década de 1980 houve, com a redemocratização brasileira, um crescimento nos números de crimes. Apesar dos multifacetados motivos, a pesquisadora aponta dois aspectos que lhe parecem mais

importantes para o debate da ineficácia da segurança pública na (re)democracia brasileira: o continuísmo autoritário de gestão hierárquica e a relação causal entre crime e pobreza.

A continuidade autoritária permaneceu de forma consistente no campo do controle social criminal e da segurança pública. Peralva aponta como a gestão das polícias baseadas no modelo militar herdado do regime autoritário constituiu um obstáculo intransponível para uma reforma na gestão da segurança brasileira. O corporativismo, a corrupção e a desorganização das duas instituições policiais de segurança pública foram consequência do imbricamento entre o antigo regime autoritário e o novo regime democrático, coexistindo em um momento histórico de transição muito difícil. Afinal, o regime autoritário supunha um modelo disciplinar de hierarquia, diferente do modelo de democracia e de direitos humanos, empreendido pelos intelectuais. Essa conjectura histórica autoritária do país se acoplou harmonicamente às tendências de gestão de políticas punitivas internacionais, iniciadas nos governos neoliberais ingleses e norte-americanos.

Outro fator de extrema importância para a remodelação da gestão da segurança pública no Brasil era a relação causal entre crime e pobreza. Para a pesquisadora, as experiências criminais são muito complexas para que fossem reduzidas à tese da revolta dos pobres ou das demandas por suas privações relativas ao consumo. De fato, apesar de uma afirmativa bastante óbvia, muitos estudos e políticas públicas ainda restringem sua obtenção de dados a esses fatos sociais. A conexão de sentido entre pobreza e crime é mais explorada quando remetida à juventude pobre. Todavia, o aumento da violência urbana e da criminalidade constitui um evento muito complexo, no qual pobres e ricos encontram-se envolvidos.

Um dos trabalhos de desconstrução dos estereótipos entre crime e pobreza foi o de Michel Misse, publicado no livro *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo* (2011). Embora apresentassem enfoques variados, os trabalhos setentistas e oitentistas das ciências sociais brasileiras reproduziam certa associação direta entre crime e pobreza. Reforçada pelas ideologias liberais, positivistas ou socialistas, esses trabalhos apontavam como as causas dos crimes eram justificadas pelo trabalho precário ou a falta dele.

Há três tipos principais de crítica na nossa literatura dos anos 80: o primeiro, que eu chamaria de bretchiano, ou estrutural, põe a pobreza como uma mediação entre as causas da pobreza e o crime, uma mediação que perde assim, de *per se*, qualquer poder explicativo, pois a associação passa a ser entre as “margens do rio que aprisionam suas águas” (a estrutura social que produz a exploração, a pobreza e a revolta) e suas

“águas revoltas” (entre as quais o crime). A pobreza, por si mesma, não explicaria coisa alguma. O segundo tipo de crítica, que chamarei de “relativista”, procura mostrar que a criminalidade se espalha igualmente por todas as classes, sendo apenas mais perseguida nas classes subalternas que nas dominantes, e que os “pobres mais honestos” se distinguem a si mesmos dos “vagabundos bandidos”, tanto quanto um empresário sério e consciencioso” se distingue dos estelionatários e corruptos. O terceiro tipo de crítica, de base estatística, procura mostrar o caráter espúrio da correlação entre crime e pobreza pelo cruzamento de dados e a crítica de sua produção. Curiosamente concordo com todas elas, e mesmo a defendi em diferentes ocasiões, mas não me parece que encerram o assunto (MISSE, 2011, p.10 e 11).

A essa questão pode-se acrescentar, mesmo com a diversidade de pesquisas e estratégias de gestão intervencionista (de natureza estatística, etnográfica e estatal), uma potencialidade de olhares e medidas sobre os tipos de crime ocorridos nas periferias ou favelas das grandes capitais. Grande parte dos trabalhos estava focado apenas na criminalidade pobre: formulações de organogramas dos chefes de tráfico do morro; números estatísticos de homicídios de bairros pobres; número de prisões de pequenos traficantes de varejo; relacionamento entre tráfico, comunidade (sobretudo de jovens) e polícia, nas periferias e favelas das metrópoles brasileiras. Apesar da grande qualidade e da necessidade desses trabalhos para o entendimento da vida urbana brasileira, poucos discutiram organogramas e formações de redes ilegais do tráfico de drogas no atacado, crimes de corrupção estatal, crimes empresariais como fiscais, de colarinho branco ou de corrupção política, obtenção ou implementação de loteamentos irregulares, etc. Toda essa construção de trabalhos científicos, de ações de gestão das polícias militares e civis, seguiu a trajetória histórica brasileira de chancelar o foco na criminalidade pobre com recortes raciais.

De certa forma, o quadro teórico weberiano do homem cordial, traçado na década de 1930, apesar de usado por alguns desses pesquisadores, ficou desprestigiado em relação à delimitação de objetos de pesquisa que estudassem a criminalidade rica da política e dos setores de mercado. Essa seletividade penal da criminalidade pobre percorreu de maneira mais intensa os fluxos processuais das instituições jurídicas e das instituições policiais. Foi absorvida por programas televisivos, radiofônicos e nos jornais impressos, tornando-se um dos principais filões do mercado de audiência.

Essa correlação nos trabalhos de pesquisa, nas mídias e no imaginário da população ganhou mais força com os estudos sobre o “crime organizado”. Tal tendência histórica contribuiu de forma decisiva para que, ao longo do período de redemocratização brasileira, as figuras nomeadas como bandidos e traficantes representassem categorias de segmentos

populacionais das periferias e favelas pobres, negros juvenis. Enquanto isso, as ações sociais ilícitas e ilegais das esferas políticas e empresariais, além da dificuldade do processo de incriminação, quando acusadas e sentenciadas ficavam mais na sanção da contravenção ou do desvio administrativo de conduta.

O conceito de *sujeição criminal* (MISSE, 2008) demonstra em certa medida alguns efeitos colaterais dessas conexões causais, tão comuns e consensuais entre acadêmicos, policiais, mídias sociais e população em geral:

Através do qual são selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um tipo social cujo caráter é socialmente considerado “propenso a cometer um crime” (Misse, 2008:22). Quando a transgressão, cuja criminalização é socialmente justificável, desliza para a subjetividade do transgressor e para a sua individualidade, reificando-se socialmente como caráter ou enquadrando-o num tipo social negativo, constitui-se o que propomos chamar de *sujeição criminal*. Essa noção parece-me tanto mais interessante quanto maior for a capacidade do poder de definição de antecipar (ou prever) a adequação da incriminação a um indivíduo e de construí-lo como pertencente a um tipo social. Amplia-se a sujeição criminal como uma *potencialidade* de todos os indivíduos que possuam atributos próximos ou afins ao tipo social acusado (MISSE, 2008, p.23).

As hierarquias nas sujeições criminais de certos tipos de pessoas começam e terminam quando atravessam a desconfiança pública se efetivando na construção social do crime no Brasil a partir da acusação social formalizada por algum dispositivo jurídico. Nesse caso, ocorrerá uma interação simbólica sobre a conduta desviante, ilícita ou criminosa de acusação social, acionada pelo acusador, e que será defendida pelo acusado.

Dentro desse importante debate teórico, político e de formação de opinião pública nota-se, na construção social do crime, a aproximação de uma nova influência interacionista simbólica e foucaultiana nos estudos do crime e da violência brasileira, ao deslocar a relação de causalidade entre crime e pobreza “para dentro dos dispositivos que detêm o poder de produzir a verdade criminal e de discipliná-la, o que significa dizer que os velhos enfoques (inclusive da própria ciência social) tornam-se problemáticos porque envolvidos no próprio objeto” (MISSE, 2011, p.7).

Essa combinação teórica cria uma interpretação crítica sobre os usos e etiquetas dos aspectos normativos a construção social do crime no Brasil e resgata a velha preocupação weberiana (criada pelos teóricos políticos da década de 1930 e deixada para trás) cuja

proposição era observar o ocultamento de processos de incriminação nas relações patrimonialistas ilegais entre agentes públicos e privados.

Contíguo a Michel Misse, Luiz Antonio Machado da Silva é um dos antropólogos pioneiros, exercendo sua carreira ao pesquisar a marginalidade carioca. Trabalhou e foi influenciado por autores brasileiros e norte-americanos tais como: Otávio Velho, Roberto Cardoso de Oliveira, Anthony Leeds, Irvin Louis Horowitz. Sua pesquisa sobre o botequim tornou-se famosa. Os seus estudos sobre o jogo do bicho e os seus modelos comparativos com a organização do tráfico de drogas que o situaram como um dos grandes pesquisadores no estudo sobre violência urbana.

Machado cria um interessante modelo comparativo correlacionando o jogo do bicho com o modelo de máfia, cuja ideologia interna de convivência baseia-se na honra pessoal e no princípio de lealdade familiar. Com isso, as formas de violência pelo braço armado dessa organização são restritas às circunstâncias de crise. A gestão desse jogo ilegal evoluiu na década de 1980 para o oligopólio de Castor de Andrade, tornando a violência do braço armado ainda mais secundária devido ao apaziguamento das disputas dos pontos. Na década seguinte, com a morte do bicheiro e parte do investimento do jogo de bicho se deslocando para o tráfico internacional de cocaína, as lógicas da organização do jogo e do tráfico de drogas passaram a se entrecruzar.

No geral, o tráfico de drogas não é regido pelo modelo de máfia, mas pelo modelo da sociabilidade violenta. O tráfico de drogas no Rio de Janeiro não se organiza em torno da honra e da lealdade, com previsão de punição quando as normas estabelecidas são desviadas ou rompidas; pelo princípio que articula a relação entre diferentes comandos, que é sempre a distribuição contingente e variável da força do próprio autor e de seu grupo, confrontada com a resistência de outros atores inimigos. Em tempos atuais, Machado descreve como, nas organizações criminosas das milícias, as regras são moralmente reguladas ao modelo da máfia.

O modelo da sociabilidade violenta do tráfico de drogas foi pesquisado de forma mais detalhada nas etnografias realizadas por Alba Zaluar, inicialmente na Cidade de Deus. Interessada nas questões relacionadas à pobreza, tais como as organizações populares, associações vicinais e manifestações da cultura popular, realizou seus estudos antropológicos percebendo como a fundação de um bloco de carnaval, por parte da população, foi criado para lidar com a tristeza e os traumas decorrentes da primeira guerra entre os traficantes cariocas.

Originária de um departamento misto de antropologia social e sociologia em Manchester trabalhou e estudou em São Paulo, tendo contato com professores e colegas da antropologia brasileira: Ruth Cardoso, Eunice Durhan, Teresa Caldeira, José Miguel Cantor Magnani, Maria Lúcia Montes, e de outras áreas, como Paulo Sergio Pinheiro. Zaluar também relata sua interlocução efetiva com Antonio Luis Paixão, em conversas semanais, por telefone. Nessas conversas realizavam o cruzamento de informações entre questões urbanas e questões criminais.

Um dos pontos de referência dos seus trabalhos de violência urbana no Rio de Janeiro foi o desenvolvimento da noção de *etos guerreiro*, inspirada pela teoria de Norbert Elias:

um sociólogo europeu que pensou sobre a violência interna aos países e a tragédia das guerras externas, entre as nações no continente europeu, elaborando uma teoria sobre o processo civilizador em processos históricos de longa duração interpretados pelos conceitos de *etos guerreiro* e *etos civilizado*. O primeiro modo de agir seria exclusivo às guerras em que seres humanos matam-se entre si por considerarem rivais como inimigos, agredindo-os com variáveis graus de ferocidade e crueldade. Não se refere, portanto, à capacidade de luta e ao empenho conseguir alcançar um objetivo pessoal ou coletivo, mas ao modo como essa luta é empreendida pela violência física de uma das partes. (...) No seu primeiro livro sobre o processo civilizatório, escrito em 1939 na língua alemã, esse autor registra o investimento (e prazer) que os guerreiros medievais punham nas atividades destrutivas da guerra, cantando as delícias de matar os inimigos e vencê-los com a completa eliminação deles. Não havia limites na época medieval e em alguns séculos seguintes para a liberdade de agredir outro ser humano no contexto do duelo ou da guerra, como existe hoje a partir da criação de um Tribunal Internacional de crimes de guerra, assim como da Organização das Nações Unidas (ZALUAR, 2014, p.35 e 36).

Para a autora, foi na segunda metade do século XX, final da década de 1960, com a ascensão da ditadura militar, que houve um retrocesso ainda mais forte nos códigos coletivos de conduta e nos controles individuais da população brasileira. A militarização das funções administrativas das agências da polícia consolidou um tipo de relação violenta instrumentalizada pelas instâncias estatais. Nas duas décadas seguintes, com a consolidação do Comando Vermelho, a Falange do Jacaré (que se transformou em 3º Comando), o desenvolvimento do tráfico de cocaína e de armas, o Rio de Janeiro se tornou *locus propício* do *etos guerreiro*. Sua arregimentação mais violenta ocorreu nas agências policiais do Estado, nos morros e favelas cariocas. Nestes últimos, os *habitus juvenis* da hipermasculinidade prevaleceram, fortalecidos pelas “guerras do tráfico”.

Outro cientista social que colabora de forma efetiva com as pesquisas sobre criminalidade, violência e direitos humanos é Sergio Adorno. Iniciou seus trabalhos pesquisando egressos do sistema prisional, com Lucio Kowarick, ainda na graduação em ciências sociais na USP. Deu continuidade aos estudos sobre marginalidade urbana com

Maria Celia Paoli. Na pós-graduação propôs estudar a formação dos políticos profissionais do século XIX. Sua pergunta de pesquisa: como o Estado brasileiro poderia ser autoritário se os políticos profissionais que estavam à frente da condução da política e dos negócios públicos eram liberais? Ao estudar biografias de profissionais políticos da época como Joaquim Nabuco e Ruy Barbosa, Sergio Adorno se deparou com os bacharéis em direito sendo os principais profissionais da política brasileira. Com efeito, como demonstramos, esse liberalismo político caminhava de mãos dadas com a antropologia física, desenhando de forma autoritária e conservadora as leis brasileiras. O pesquisador perseguia uma articulação de temas mais amplos como política, poder, liberalismo e democracia, assim como o funcionamento da justiça e o papel dos juristas na política brasileira e em seu próprio exercício profissional:

“Foram nesses temas que eu, de alguma maneira, me centrei e continuo centrado. Porque, na verdade, os temas da política, da violência e dos direitos humanos me permitem pensar qual sociedade é esta e, particularmente, quais são os limites e os impasses à consolidação da democracia em uma sociedade cuja transição parece não ter terminado, ou pelo menos aparenta ser interminável. Claro, empiricamente os temas da violência e do crime têm me ajudado de alguma maneira a visualizar com maior clareza esses impasses do direito e da justiça, e, sobretudo, os desafios da democracia, mas não sou, por exemplo, um estudioso de crime, um criminologista propriamente dito. Até estudei criminologia em função da minha experiência como técnico do Instituto de Medicina Social e Criminologia entre 1975 e 1978. Acabei mesmo dando curso sobre história da criminologia, partindo da criminologia clássica até a mais recente. Mas meu foco de fato não é este. É, justamente, como por meio do crime e da violência que procuro entender o modo como a sociedade controla a ordem social e implementa a aplicação das leis. De alguma maneira, essa perspectiva também permite você compreender a sociedade democrática no Brasil em seu funcionamento e movimento a partir de alguns dos seus fragmentos, o crime e a violência” (entrevista de SERGIO ADORNO em LIMA e RATTON, 2011, p.80).

Sergio Adorno descreve como a sociologia da violência trabalha com tendências ecléticas. Do ponto de vista das influências teóricas internacionais nesse campo de estudo, o marxismo foi uma grande influência na década de 1970, até a chegada de *Vigiar e Punir* de Michel Foucault e, depois, a conexão de novos pesquisadores brasileiros com outros autores como Nobeit Elias e Pierre Bourdieu. Sua agenda de pesquisa concentra os conteúdos em três eixos de pensamento: 1) teorias sociais que tem como referência o monopólio estatal; 2) a contraposição feita entre poder e violência por Hannah Arendt; 3) teorias que interpretam a violência como linguagem.

Compartilhou com Cesar Barreira a autoria de *A Violência na Sociedade Brasileira* (2010), recente balanço bibliográfico sobre o tema, no Brasil. Se até o início da década de 1990 havia centenas de publicações catalogadas, os números de pesquisadores, grupos de

pesquisas, linhas de pós-graduação, orientações cresceram significativamente nas décadas seguintes. Os dois pesquisadores apontam, conforme demonstram as tendências mais recentes de investigação, a manutenção dos recortes temáticos antigos.

Adorno e Barreira destacam a constituição de uma nova rede de relações sociais, cujo ponto de articulação está nas periferias da metrópole brasileira, e que estabelece novos vínculos de crimes, informalidades e ilegalismos, ocorrendo uma intensa deslegitimação dos mecanismos oficiais de resolução de conflitos. Com a expansão do crime organizado, muitas regiões metropolitanas do país alteraram o perfil da delinquência urbana, institucionalizando mecanismos não oficiais de resolução de conflitos. Trabalhos dessa vertente revisitam a “clássica” relação entre os temas crime/violência e pobreza/periferia. Nesse contexto, a constituição de redes informais de serviços públicos também são etnografadas com o intuito de perceber as relações de vínculo entre essas agências, as agências criminais e as agências do Estado.

Dessa apropriação da violência pela vida cotidiana da população pobre das periferias, destacam-se os estudos sobre homicídio, que tiveram maior ênfase e foram produzidos sobre diversas vertentes de pensamento. Os controles repressivos da ordem pública, realizados pelas agências do Estado, são apontados pelas pesquisas como o outro braço desse processo violento no Brasil.

O crescimento da criminalidade despertou a necessidade de novas intervenções sociais; táticas de governo fundamentadas em ações neoliberais punitivas, como o encarceramento massivo e a letalidade policial; outras priorizam compreender as gestões de bem-estar social e os programas de garantia dos direitos humanos. As proposições de tais modelos intervencionistas geraram uma maior polarização entre os agentes envolvidos no campo – pesquisadores, gestores, políticos e militares. Entre os pesquisadores, a tendência de políticas de prevenção, focadas em determinados segmentos populacionais como mulheres, jovens, crianças, adultos, negros e homossexuais é cada vez maior.

Para os autores, os estudos sobre polícia também se tornaram mais frequentes. As críticas contra as ações policiais permanecem agudas: a questão da persistência da força do uso letal, o crescimento da letalidade policial, as novas formas de ilegalismos e de extorsão praticadas pelas milícias, estudos sobre as tropas de elite militares, a seletividade racial nas abordagens e o encarceramento dos segmentos populacionais negros das periferias. Essas pesquisas chancelam como as teorias evolucionistas brasileiras ainda conduz a gestão do controle do crime de forma racial. Por outro lado, estudos também demonstram a

reorganização da gestão da polícia que favorecem uma articulação entre o eixo da repressão qualificada e da proteção social. Outras delimitações e recortes estudam as condições, quase sempre precárias, dos trabalhos policiais e de suas proposições políticas nas organizações sindicais. O tema da punição também é pesquisado em múltiplas vertentes. Grupos de pesquisa desenvolveram trabalhos sobre os tribunais de justiça penal e as relações entre acusados e acusadores. Como desdobramento das temáticas pioneiras no campo da sociologia da violência brasileira, os estudos sobre encarceramento e prisões também são retomados com novos recortes.

Maior *déficit* na produção e delimitação dos estudos sobre violência e justiça criminal está no velho problema weberiano da criação de instrumentos e dados sociológicos que permitam conhecer o envolvimento dos ilegalismos e crimes de grupos profissionais das classes médias e altas. Apesar de alguns estudos com fontes inovadoras para a constituição de dados sociológicos, como os documentos da CPI do Narcotráfico, os dois pesquisadores analisam que em termos quantitativos e qualitativos, os trabalhos nas ciências sociais ainda priorizam os estudos sobre a criminalidade pobre.

Sérgio Adorno compartilhou com Paulo Sergio Pinheiro a fundação do Núcleo de Estudos sobre Violência (NEV) um dos grupos pioneiros e mais sólidos na produção de pesquisas das ciências sociais brasileiras sobre temas referentes à violência, criminalidade, direitos humanos e justiça. Na atualidade, divide com José Vicente de Tavares dos Santos o maior número de orientações sobre a temática, nos programas de pós-graduação em sociologia no Brasil.

José Vicente de Tavares dos Santos iniciou seus estudos sobre violência entre os sociólogos “agraristas”: pesquisadores que estudaram os conflitos de terra nas regiões rurais do Brasil. Diferente da visão vigente da violência urbana das metrópoles, esse pesquisador cita José de Souza Martins, Maria Grossi Porto, Wilson Barp e Maria Sylvia de Carvalho Franco como os precursores da temática. O autor identifica, com raras exceções, estudos científicos relacionados à antropologia criminal positivista como o principal mote teórico da pesquisa sobre crimes e violência no Brasil.

Quando quisemos construir o objeto de pesquisa “violência”, tivemos que estudar o saber sobre o crime, e aqui há outro tipo de contaminação: o positivismo que marcava a criminologia ensinada no Brasil, que é diferente de outros países. Tanto que o livro do Lombroso, *O homem criminal*, foi traduzido e novamente publicado pela Universidade Estácio de Sá, em 1983, com prefácio do reitor elogiando a obra, falando em “Lombroso ressuscitado”. Nesse contexto, fomos estudar a criminologia; e descobrimos, como já havíamos estudado os interacionistas simbólicos, que era fácil

compreender a Teoria da Rotulação. Por outro lado, havia a produção dos italianos, o [Alessandro] Baratta e o [Massimo] Pavarini, e o [Juan] Pegoraro na Argentina, que faziam a crítica da criminologia positiva, construindo a criminologia crítica. Depois encontramos os ingleses, Reiner, Young e outros (entrevista de JOSÉ VICENTE DE TAVARES DOS SANTOS em LIMA e RATTON, 2014, p.178).

Ao viajar pela América Latina, confirma a sua convicção de que os estudos sobre violência no Brasil também foram constituídos a partir de uma sociologia política, composta por pensadores como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Maria Sylvia de Carvalho Franco. Para o autor, faltou entre as vertentes dos pioneiros pesquisadores da violência urbana criar esse *link* com a violência rural.

Nos anos de 1990, o autor cita vários intelectuais e o NEV como um grupo que pautava muitas questões importantes sobre o tema da violência e criminalidade. Entretanto, no geral, para o pesquisador com o passar dos anos, as agendas científicas foram se espalhando, sendo substituídas por certas *gestões das emoções*, com a criação de leis realizadas no afã da revolta social, produzidas pela aparição frequente de certos crimes nas mídias, resultantes de “comoções nacionais”.

O papel da universidade e das pesquisas sociológicas seria justamente a de converter as formas emotivas em objetos de política, no sentido de colaborar com a transformação da *polis*. A falta de produção de dados públicos, a necessidade de se produzir esses dados e, muitas vezes, a necessidade de romper com os segredos de justiça – em formas de classificação que possam ser discutidas pelos vários especialistas dos setores da segurança pública – são desafios que necessitam de complexos enfrentamentos técnicos. No que tange a sociologia da violência, o desafio ainda é maior pela necessidade de transformar questões privadas (violência doméstica contra mulheres, crianças, idosos) em questões públicas.

Para além das universidades, o autor também avalia a entrada de novos agentes sociais – empresas privadas, públicas e órgãos do terceiro setor – contribuindo para o desenvolvimento do conceito de responsabilidade social, para a prevenção da criminalidade nas “comunidades carentes”. A contribuição social desses agentes passa a ter um sentido estratégico para o controle social do crime. Tavares dos Santos realizou uma pesquisa sociológica no Rio Grande do Sul para conhecer o perfil, os valores e as experiências dos industriais em relação à responsabilidade social:

No que se refere a benefícios oferecidos aos funcionários, as modalidades mais frequentes são alimentação, seguida por Planos de Saúde, Transporte e Educação. Quanto aos programas desenvolvidos junto à comunidade, a participação mais

frequente refere-se, em ordem decrescente, a doações a entidades filantrópicas ou assistenciais, governos municipais, investimentos em segurança pública, esporte e recreação e cursos de informática. Registram-se as seguintes atitudes perante o Estado: por um lado, crítica a sua ineficácia e o desenvolvimento de atividades supletivas; por outro, recursos às leis de incentivo fiscal para certas atividades, principalmente culturais, derivados da Lei Rouanet, LIC – Lei de Incentivo à Cultura do RS, e para as contribuições sociais como o Fundo da Infância e da Adolescência. A maioria, entretanto, sugere que a adoção de incentivos fiscais pode constituir a política mais eficaz para estimular formas de contribuição social, tendência mais forte entre as pequenas e médias empresas. Alguns requisitos para a contribuição social são enfaticamente mencionados: a transparência das agências públicas; a competição no mercado de mão de obra, no sentido de aperfeiçoar os recursos humanos existentes na empresa, em um ambiente de competição por trabalhadores qualificados. A contribuição social, em termos de “trabalho voluntário”, começa a ser exercida (SANTOS, 2011, p. 426).

Com a saída do Estado das atividades de bem-estar social e com a “terceirização” das políticas públicas, empresas privadas, públicas e agentes do terceiro setor começam a constituir uma nova planificação dos movimentos sociais, a partir da década de 1990. Nesse novo modelo de planificação social a contribuição das empresas, as novas tecnologias em projetos culturais e sociais, as propostas de planejamento estratégicos situacionais, as experiências de orçamento participativo e a responsabilidade social adquirem funções públicas de prevenção da criminalidade.

Assim esses projetos sociais de prevenção da criminalidade seriam novas modalidades de governo, definidos como um processo de ação social cujo objetivo é intervir para a mudança de normas, relações, processos e instituições sociais dos grupos considerados vulneráveis. Nesse aspecto, para o pesquisador, a governamentalidade de dispositivos de segurança supõe um conjunto complexo de preocupações com:

As novas necessidades materiais: geração de empregos ou de oportunidades de renda, erradicação da fome; acesso aos serviços de saúde; ampliação das formas de habitação; As necessidades da sociedade do conhecimento: universalização da educação fundamental e média; ampliação da forma profissional; democratização do acesso ao ensino universitário, habilitação em informática em todas as faixa-etárias. As necessidades sociais: superar fragmentação social e individualismo exacerbado mediante a potencialização das relações de sociabilidade, reconstruindo ou fortalecendo os laços sociais dilacerados pela crise das instituições socializadoras (família, escola, agências estatais, meios de comunicação). As necessidades simbólicas: desenvolver ações para construir a autoestima e a carência de reconhecimento dos grupos sociais; fomentar as artes e as diferentes formas de cultura, multiplicar a construção de valores orientadores da ação social (SANTOS, 2014, p. 427 e 428).

Delimita as experiências de tecnologias de poder voltadas para a responsabilidade social, para a constituição de plataformas e projetos sociais. Influenciado por Boaventura de Souza Santos, pensa o atual momento de mundialização social marcado pelos contextos de pós-modernidade emancipatória. Em suma, José Vicente de Tavares Franco considera a pesquisa sociológica fundamental para a constituição de normativas e intervencionismos, resultando em bons programas de prevenção das criminalidades, voltados para a criação de uma economia tecnológica do poder que visa emancipar seus atores sociais com o apoio a projetos culturais e sociais.

Com base nesse conjunto de pesquisas e programas intervencionistas apresentados até aqui, é necessário avaliar a constituição do contexto político brasileiro da década de 1990 e início do século XXI. Emergiu uma consubstanciação de formas de gestão pública: recortes autoritários, com a permanência dos militares; recortes de bem-estar social, com o advento de programas focados nos direitos humanos; e recortes neoliberais cujo foco punitivo estava combinado com modelos internacionais de gestão administrativa bélica, descritos por Wacquant, Bauman e Garland.

4.7 Os pioneiros intervencionistas: o campo dos direitos humanos, segurança pública e prevenção à criminalidade

Os exercícios profissionais dos pioneiros intervencionistas nas ciências sociais foram construídos em várias frentes das instituições públicas, privadas ou de terceiro setor. Os cientistas sociais pioneiros no período de transição democrática oitocentista efetivaram empreendimentos morais, qualificando o campo dos direitos humanos no país. Ao se transformarem em assessores, gestores e técnicos sociais, colaboraram com a elaboração de importantes programas, políticas públicas e documentos que prescreveram a expansão democrática mediante a ampliação dos direitos sociais, civis e políticos no Brasil. Por outro lado, vale relatar a frustração vivida por vários deles, ao iniciarem certas ações de gestão, interrompidas pelas intercorrências políticas.

Muitos pioneiros intervencionistas realizaram atividades híbridas com o exercício profissional de pesquisador e professor universitário. Paulo Sergio Pinheiro foi um desses profissionais híbridos, ao trabalhar como professor de ciência política da USP, colaborando com a fundação do NEV; ao se tornar assessor especial do governador Franco Montoro e, posteriormente, de reitores da universidade. Foi também um dos criadores dos Programas

Nacionais de Direitos Humanos (PNHD) I, II e III. Contrariando alguns sociólogos que se tornaram políticos de carreira, Pinheiro interpreta o cientista social como um intelectual que deve exercer cargos técnicos.

Em sua trajetória de pesquisa foi orientado por Nicos Poulantzas; teve contatos, em 1975, com Michel Foucault e também com Michel Wieviorka, no *Centre d'Analyse et Intervention Sociologiques*. No Brasil, o autor cita os trabalhos de Rosa Maria Fischer e Maria Vitória Benevides como os estudos pioneiros no tema dos direitos humanos.

Luciano de Oliveira foi outro profissional oriundo do bacharelado em direito, que seguiu o caminho das ciências sociais de forma híbrida. Formado no período de repressão da ditadura, fazia parte da turma dos comunistas da cidade. Nessa época, seu conhecimento sociológico era mais restrito ao pensamento marxista e socialista. Com o desejo de ser professor na Universidade Federal do Recife, fez pós-graduação e foi se especializar na área de sociologia jurídica se aproximando de professores como Claudio Souto, Joaquim Falcão e Boaventura de Sousa Santos.

Muito ligado a Joaquim Falcão, coordenou por alguns anos o Grupo de Trabalho (GT) – Direito e Sociedade na Anpocs, substituindo-o. Em 1982 foi convidado para trabalhar na Fundação Joaquim Nabuco como gestor no Ministério da Justiça. Retornou aos estudos de doutorado em Paris com Claudio Lefort e foi lecionar, na universidade, disciplinas de sociologia jurídica.

Julita Lemgruber foi uma das primeiras cientistas sociais a pesquisar a criminalidade no Brasil ao estudar, sobre a orientação de Gilberto Velho, as penitenciárias cariocas. Ela descreve as relações com outros sociólogos como Sergio Adorno, Antônio Luiz Paixão e Edmundo Campos Coelho, pesquisadores com temas referentes aos sistemas penitenciários.

Diferente dos colegas de profissão, Julita Lemgruber não permaneceu na carreira acadêmica, ingressando na administração pública. Em 1982 foi Diretora do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola (PDT). Outro trabalho na gestão pública foi a organização da conferência internacional sobre penas alternativas, em 1994. No ano seguinte integrou o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Em 1999 trabalhou na Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública, na gestão de Luiz Eduardo Soares.

Tomando como exemplo esses profissionais, nas décadas de 1970 e de 1980, os primeiros estudos e atuações intervencionistas dos pioneiros das ciências sociais apontam o tema das prisões e, em seguida, as ações políticas de reforma social em várias frentes dos

direitos humanos. Na década seguinte, influenciados pela Constituição de 1988, se efetivaram as primeiras ações intervencionistas sistêmicas no campo da segurança pública e da prevenção à criminalidade. Dentre os intelectuais pesquisadores, um dos mais atuantes nas gestões públicas da prevenção social do crime foi o antropólogo/cientista político Luiz Eduardo Soares. Ao longo dos últimos 30 anos, publicou vários livros e artigos sobre a temática, além de ocupar cargos importantes na gestão de políticas de segurança pública³¹.

Em um de seus manuais intervencionistas intitulado *Segurança Pública tem Saída* (2006), as pesquisas das ciências sociais aplicadas às gestões administrativas constituíram um primeiro plano prático realizado com base nas pesquisas dos Centros de Estudos sobre Violência Urbana do Instituto Superior de Estudos sobre Religião (ISER).

A síntese desse plano e as principais propostas no âmbito federal do Congresso Nacional foram as seguintes:

1) Desconstitucionalização da obrigatoriedade de cada Estado ter duas polícias, constituídas da fratura do ciclo incompleto do trabalho policial. A desconstitucionalização também afeta a União e as duas Polícias Federais, permitindo a introdução de alterações no modelo vigente. Seria transferida aos Estados a autoridade para legislar sobre qualquer modelo mais condizente com a dinâmica criminal, de acordo com as especificidades das cidades e regiões³².

³¹ Soares foi Coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania do Estado do RJ entre 1999/março 2000 no governo estadual do Rio de Janeiro de Antony Garotinho; Secretário Nacional de Segurança Pública no primeiro mandato do governo federal de Lula em 2003; colaborador do governo municipal de Porto Alegre, de março a dezembro de 2001, como consultor responsável pela formulação de uma política municipal de segurança; Secretário Municipal de Valorização da Vida e Prevenção da Violência de Nova Iguaçu (RJ) entre 2007 e 2009. Também foi colaborador dos filmes *Tropa de Elite 1 e 2*; e autor de livros acadêmicos/ficcionais como *Segurança tem Saída* (2006), *Cabeça de Porco* (2005) criado em parceria com os *happers* MV Bill e Celso Atayde e *Elite da Tropa 1* (2006) e *Elite da Tropa 2* (2010), criado em parceria com Rodrigo Pimentel ex-comandante do (Bope) Batalhão de Operações Especiais e comentarista de segurança pública da Rede Globo. Essas obras antropológicas/ficcionais criadas para atingir um público mais amplo, favoreceram a compreensão histórica e a transmissão linguística, sobretudo, dos percalços das desastrosas relações entre população pobre e Estado que assolam a cidade do Rio de Janeiro.

³² Seguem-se apenas alguns exemplos de opções em um repertório vastíssimo: (a) a manutenção do atual modelo (Polícia Militar e Polícia Civil); (b) unificação das atuais polícias, criando uma grande polícia estadual de ciclo completo – isto é, uma só polícia realizaria o trabalho de duas polícias que hoje existem, seja o patrulhamento ostensivo, uniformizado, preventivo, seja a investigação e a repressão; (c) criação de polícias municipais de ciclo completo, nos municípios com mais de um determinado número de habitantes (por exemplo, 500 mil). Os demais ficariam sob a responsabilidade de uma polícia estadual unificada, de ciclo completo; (d) criação de uma polícia metropolitana de ciclo completo, responsável pela região metropolitana da capital. Os demais ficariam sob a responsabilidade de uma polícia estadual unificada, isto é, de ciclo completo; (e) criação de polícias municipais de ciclo completo, responsáveis apenas pelos delitos de pequeno potencial ofensivo, previstos na Lei 9.099, os quais são processados nos Juizados especiais. Os crimes graves e violentos ficariam sob responsabilidade de uma polícia estadual unificada, de ciclo completo. O crime organizado ficaria sob responsabilidade da Polícia Federal (SOARES, 2006, p.151).

2) Introduzir na Constituição Federal a normatização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). O objetivo do sistema é criar uma metapolítica de segurança pública, respeitando as especificidades dos Estados que queiram implementar quaisquer modelos de polícia e, ao mesmo tempo, criar marcos regulatórios e procedimentos executivos como diagnósticos, avaliações e cumprimento de metas que possam gerir informações nacionais integradas e coesas.

As polícias deveriam organizar a coleta e o processamento dos dados, unificando os códigos de classificação e gerando plataformas informatizadas nacionais. Todos os profissionais das polícias cumpririam um processo de formação e treinamento em um ciclo básico composto por um currículo comum, no qual constem noções básicas de sociologia, psicologia, mediação de conflitos, direitos humanos, criminologia, artes marciais, educação física, usos comedidos da força e da arma de fogo e primeiros socorros. Todas as polícias militares mantidas pelos Estados seriam desvinculadas do Exército. Assim, as polícias militares estaduais ficariam subordinadas aos governadores e não mais ao Comando de Operações Terrestres do Exército. As polícias deveriam apresentar avaliações trimestrais credenciadas por selos de qualidade, recebidos de instituições universitárias públicas. As instituições de gestões periciais ou ciência forense e as Ouvidorias deveriam tornar-se instituições autônomas com um corpo funcional próprio, que não deveria fazer parte da carreira policial. Seriam criados Gabinetes de Gestão Integrada da Segurança Pública, do qual participariam agentes das várias esferas policiais e administrativas.

3) A Defensoria Pública teria os mesmos estatutos e condições materiais do Ministério Público.

4) Promulgação de uma lei para definir responsabilidades dos Estados nas fiscalizações e sanções, garantindo o cumprimento das obrigações legais do sistema penitenciário e sócio-educativo.

5) Modificação das políticas antidrogas, apoiando projetos para a legalização das drogas e a criação de políticas para a redução de danos.

As principais propostas em âmbitos estaduais são:

Adoção de políticas preventivas em larga escala, direcionadas aos jovens, criando redes de proteção social executadas de maneira interdisciplinar, favorecendo o exercício de projetos e oficinas artísticas, esportivas e produtivas. Acompanhamento da polícia sobre esses processos interceptando as dinâmicas locais que causam problemas. Reforma radical das instituições de segurança e entidades socioeducativas. Aplicação de ações emergenciais para

controlar as principais dinâmicas do crime. Reformas políticas como a reforma bienal de eleições, dispositivo que entra em choque com a maturação de várias políticas públicas.

Ferramentas de gestão como o Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública, envolvendo todas as instituições das áreas (estaduais, federais e, inclusive, municipais) com propostas de trabalho de estreita relação e respeito à autonomia de cada iniciativa. A criação de um mapeamento pela divisão das cidades em Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), apoiada em uma estrutura de gestão com diagnósticos diários e monitoramentos sistemáticos de geoprocessamento. Consórcios de estratégia local com as políticas preventivas de violência e criminalidade que pactuam ações coletivas de instituições públicas, privadas, de terceiro setor e da sociedade civil.

Em 1999 Soares encontrou a primeira oportunidade de por seu plano em prática, ao ser incorporado na plataforma do candidato a governador Anthony Garotinho, então prefeito de Campo dos Goitacazes, uma figura política pouco conhecida na capital e que, por meio de alianças bem sucedidas como essa, com os gestores acadêmicos do campo da segurança pública, foi ganhador das eleições para governador. Nessa aliança, o professor foi designado para o posto de subsecretário de Segurança Pública. Foram 500 dias no *front* da segurança pública do Rio de Janeiro, relatados com detalhes na “obra de exílio” *Meu Casaco de General* (2000), até ser demitido pelo governador, no decorrer de uma entrevista ao vivo a um telejornal. Pouco tempo após esse considerado *fracasso consagrador* houve a oportunidade de assumir a função de Secretário Nacional de Segurança Pública (2003).

Para ele o primeiro governo Lula³³ (PT), iniciado em 2003, foi na história da política de segurança pública o momento de maior esperança para uma reforma efetiva de preposição intervencionista acadêmica/administrativa, desdobrada em uma gestão sistêmica. O candidato do PT incorporou o plano ao seu programa de governo. Eleito, Lula nomeou no início de seu mandato Luis Eduardo Soares como Secretário Nacional de Segurança Pública, com o objetivo principal de aplicar o plano. Ao longo do trabalho, o governo foi dando sinais de indisposição para levar a integralidade dos compromissos assumidos no programa de governo. Esses compromissos foram sistematizados em 6 ações práticas:

³³ No início de 2002, o pré-candidato à presidência da república, acompanhado dos gestores coordenadores do plano Antonio Carlos Biscaia, Benedito Mariano, Luiz Eduardo Soares e Roberto Aguiar, presenciou a apresentação do Plano Nacional de Segurança Pública, no Congresso Nacional. O plano, recebido com respeito até entre políticos opositoristas, tinha um direcionamento técnico, sem jargões ideológicos, buscando efetivar uma política de segurança pública sistêmica que não fosse de governo, mas de Estado.

1. Construir um consenso com os governadores em torno do próprio Plano, de suas virtudes, sua conveniência, sua oportunidade, sua viabilidade, demonstrando os benefícios que proporcionaria para o conjunto do país e para cada estado, em particular, se fossem feitos os esforços necessários, em moldes cooperativos, suprapartidários, republicanos, para que se superassem as resistências corporativas, as limitações materiais, as dificuldades operacionais e de gestão, e se implementassem as medidas propostas. Modular em sua estrutura, o Plano deveria ser implantado etapa por etapa, o que implicaria – era a prospecção otimista que fazíamos – afirmação progressiva da tendência a que se ampliassem as bases de apoio ao próprio plano, gradualmente, nas polícias e na sociedade.
2. Os pontos fundamentais do acordo a celebrar seriam a normatização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a desconstitucionalização das polícias.
3. Aos governos estaduais e federal caberia instalar Gabinetes de Gestão Integrada da Segurança Pública (GGI), um em cada estado, que funcionaria como braço operacional do SUSP e começaria a trabalhar com base no entendimento político, antes mesmo da normatização que o institucionalizaria. O GGI seria um fórum executivo que reuniria as polícias, de todas as instâncias, e, mediante convite, as demais instituições da Justiça criminal. As decisões seriam tomadas apenas por consenso, para que se eliminasse o principal óbice para a cooperação interinstitucional: a disputa pelo comando. Como se constatou haver ampla agenda consensual, para ações práticas, na área da Segurança Pública, não se temeu a paralisação pelo veto. Observe-se que os GGI começaram a operar, imediatamente, e, nos raros Estados em que, nos anos seguintes, não foram esvaziados pelo boicote político, renderam frutos e demonstraram-se formatos promissores.
4. Cumpriria ao governo federal, por sua vez, não contingenciar os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, em 2003; e aumentá-lo, consideravelmente, nos anos subsequentes – razão pela qual foi iniciada negociação com o Banco Mundial e o BID, visando um aporte a juros subsidiados de US\$ 3,5 bilhões, por sete anos. O Fundo Nacional de Segurança seria aceito pelos credores como a contrapartida do governo federal.
5. Também competiria ao governo federal enviar ao Congresso Nacional a emenda constitucional da desconstitucionalização das polícias e, como matéria infraconstitucional, a normatização do Sistema Único de Segurança Pública.
6. Uma vez endossados os termos do acordo com os 27 governadores, o presidente os convocaria para a celebração solene do Pacto pela Paz, reiterando, politicamente, o compromisso comum com a implantação do Plano Nacional de Segurança Pública. (SOARES, 2007, p. 87 e 88).

Em sua conclusão não houve a possibilidade do passo número 6 e, por conseguinte, dos passos 4 e 5. Apesar da difícil negociação com os governadores, a adesão foi realizada, mas Lula, de forma surpreendente, não confirmou o Governo Federal na celebração do Pacto pela Paz. Soares relata pela sua experiência prática sua hipótese pelo motivo do “núcleo duro do governo” ter rejeitado a proposta: o risco político do protagonismo do presidente nas reformas da segurança pública em face da opinião pública. Pensando no período eleitoral que viria em dois anos, o grande medo em assumir os riscos políticos dos problemas cotidianos de homicídios, assaltos, roubos, sequestros, crimes organizados noticiados pelas mídias brasileiras poderiam atribuir diretamente e diariamente tais práticas negativas da violência e criminalidade urbana aos fracassos das reformas empreendidas sobre a chancela do Governo Federal.

Outro fator de grande obstáculo nesse tipo de aplicação de política pública eram os resultados de ter como metas um planejamento de eficácia de longo prazo. Do ponto de vista pragmático e do cálculo utilitário partidário, essas reformas poderiam comprometer os resultados eleitorais futuros. O recuo foi inevitável e, com o tempo, o Plano Nacional de Segurança Pública foi se deslocando da primazia da agenda do Ministério da Justiça, sendo substituído pelas ações da Polícia Federal, midiaticamente mais eficazes. Desse refluxo nas ações políticas, restaram os esforços da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) no sentido de qualificar os policiais.

Blindado pelo “núcleo duro” do segundo escalão do governo, a saída do pesquisador da pasta não demorou muito. Um dos episódios marcantes do desgaste entre o seu vínculo com políticos do “núcleo duro” do governo ocorreu quando foi procurado por policiais da Polícia Rodoviária Federal (PRF) do Rio de Janeiro. Trouxeram denúncias graves sobre o então superintendente do Estado. Informações fortes envolvendo crimes de receptação de carga roubada, adulteração de combustível e contrabando estavam bem documentadas e bem descritas. Soares se reuniu com o diretor geral da PRF e, por meio de uma conversa tensa, conseguiu a exoneração do superintendente³⁴.

Pouco divulgadas em pesquisas das ciências sociais, tais descrições etnográficas relatadas por Soares visibilizam redes criminais compostas por vários funcionários públicos do alto escalão de governos demonstrando como tipos de criminalidade como roubos, adulterações de combustíveis e contrabandos não estão restritos à criminalidade pobre.

³⁴ No dia seguinte à exoneração, as ligações impertinentes do superintendente exonerado para o Secretário de Segurança foram atribuídas à revolta natural por ter perdido o cargo e ao medo das investigações futuras que viriam via Polícia Federal. No mesmo dia o departamento de inteligência da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro recebeu comunicado urgente sobre um atentado contra o Secretário. À noite, um Passat branco com quatro homens dentro realiza uma manobra brusca perto do segundo carro da segurança do Secretário. Alguns dias após, o prédio de seus pais foi alvejado com vários tiros pela madrugada. Mensagens indicando quem seria nomeado superintendente começaram a chegar dos dispositivos do ex-superintendente. Alguns dias após esses episódios, foi confirmado no Diário Oficial o nome indicado pelo funcionário corrupto. Ao se reunir com o Ministro, a resposta foi que era impossível impedir a nomeação, pois José Dirceu e Roberto Jefferson já tinham acordado aquela superintendência. *“Moral da história: O ex-superintendente exonerado por minha pressão foi preso pela Polícia Federal um ano depois desse episódio. As acusações se confirmaram. Ele havia sido indicado pelo deputado Jefferson, assim como seu sucessor o seria. Era pessoa do grupo político do deputado, no Estado do Rio, assim como seu sucessor. Isso, entretanto, não significa que o deputado soubesse de suas práticas criminosas ou que tenha sido seu cúmplice. Também pouco significa que o sucessor fosse capaz dos mesmos procedimentos. Os ministros envolvidos no episódio evidentemente não aceitaram nenhuma cumplicidade com tais práticas (SOARES, 2006, p. 31 e 32)”*.

4.8 Novas abordagens sobre o controle social do crime: conexões paulistas no século XXI

Tomando como referência principal as experiências pós-estruturalistas, interacionistas e arendtianas, novas pesquisas também abordaram as relações entre pobreza, criminalidade e Estado. Alguns desses autores, como Feltran (2011), Hirata (2010), Marques (2009) e Biondi (2010) realizaram inovadores estudos etnográficos sobre as relações entre coletivos criminais como o Primeiro Comando Paulista (PCC) e o Estado.

Pesquisas com forte inspiração faucaultiana como a de Daniel Hirata (2010) confrontam a “experiência biopolítica” das margens do Estado com experiências etnográficas de estudos sobre regiões periféricas pobres com ilegalismos, grupos que promovem justiça extralegal e mercados ilícitos se relacionando com funcionários do Estado, interpretando uma rede de relações ilícitas por meio da reconstituição de locais como as biroscas que abrangem jogos de bicho, motoboys ilegais, crime organizado, máquinas caça níqueis, mercadorias de carregamentos interceptados e pontos clandestinos de peruas inter bairros.

Em certa medida, tais trabalhos trazem como perspectiva crítica questionar as abordagens normativas dadas como corretas ou naturalizadas entre teorias sociais e gestões administrativas. Todavia, as observações etnográficas dessa nova vertente crítica trouxeram novidades analíticas em não tomar como veridicação as metodologias normativas *per si* das gestões de administração do controle social estatal.

Por conseguinte, trabalhos com deslocamentos das análises estatísticas como o de Gabriel Feltran (2010), mapeando as transformações das periferias paulistas entre 2005 e 2009, modulam ainda para outro lado os dispositivos de controle social das populações. Argumenta como nas periferias paulistas os dispositivos de regulação interna do “mundo do crime” seriam um dos fatores explicativos centrais do controle social da queda das taxas de homicídio em São Paulo, reivindicada publicamente por governos e polícias. Tal conexão polêmica, geradora de um curto-circuito normativo, demonstrou amparada nos estudos etnográficos, a existência de um grupo de dispositivos garantidores de acesso à justiça material e espiritual das populações dessas localidades à margem do Estado.

Assim, para além do Estado e da justiça legal, um morador das periferias de São Paulo tende hoje a identificar como instâncias de autoridade capazes de fazer justiça: (i) integrantes do “crime” e, sobretudo, do PCC, progressivamente legitimados como

zeladores da “lei” (também chamada de “ética”, ou “proceder”), amparada em costumes que regem a conduta dos “bandidos” onde quer que eles morem, ou por habitantes das favelas nas quais eles são considerados como autoridades; (ii) os meios de comunicação de massa, particularmente a televisão (desde os programas populares e policiais até os telejornais, nos quais se pode publicizar os dramas e injustiças vividos e, daí, tentar obter alguma reparação); e, finalmente, pairando sobre todas elas, (iii) a autoridade divina, força suprema que ofertaria a redenção aos injustiçados após a vida, para os católicos, e a prosperidade ainda sobre a terra, para os neopentecostais (...). A existência desse repertório de instâncias garantidoras de justiça, ao contrário do que se poderia supor, não é lida por esses sujeitos como uma negação da relevância do Estado de direito, ou da legalidade oficial. Os moradores das periferias são talvez o grupo social mais interessado em utilizar a lei oficial para fazer garantir seus direitos formais, sempre ameaçados. A busca repertoriada da justiça, nesse contexto, é muito mais uma decisão instrumental, amparada na experiência cotidiana, do que um princípio normativo idealizado. Como é muito difícil – por vezes impossível – obter usufruto concreto da totalidade dos direitos pelo recurso às instâncias legais e à justiça do Estado, apela-se a outras instâncias ordenadoras que passam a ser percebidas, então, como complementares àquelas estatais que funcionam (FELTRAN, 2010, p.59 e 60).

Nomeando o conceito de “mundo do crime” entre aspas, como categoria nativa, imprimindo a ele um estatuto de dispositivo de mediação de conflitos em determinadas demandas das populações das periferias pobres, o autor descreve o *debate* como uma forma de instituir, na última década, uma normatização específica sobre os desvios de conduta nas periferias e penitenciárias paulistas segundo o proceder do PCC.

Para efeitos de descrição e categorização, certamente um tanto arbitrária, creio ser possível elaborar a complexidade desse dispositivo cotidiano em três níveis distintos: (i) há debates que deliberam sobre “pequenas causas”, ou desvios de muito pouca gravidade, que podem ser resolvidas por uma “ideia” trocada de modo rápido, por indivíduos da localidade em que o desvio ocorreu; (ii) há casos de gravidade moderada, que têm de ser arbitrados pela consulta a outros “irmãos”, mais “considerados” no “crime”, e as consultas por telefone celular se encarregam disso; e (iii) há, finalmente, casos de vida ou morte, que só se definem após “debates” bastante mais complexos que os primeiros, em que diversos indivíduos que ocupam posições relacionais conhecidas como “torres”, produzam uma sentença consensual (FELTRAN, 2010, p.63).

Para Feltran, quando simples moradores ou jovens das favelas englobados pelo “mundo do crime” dizem que não se pode mais matar é que tal decisão, antes tomada de forma individualizada, necessita agora ser tomada coletivamente, adjunto aos “irmãos” do “Comando” ou do “Partido”. A letalidade penal é interdita para sentenças de pequenas divididas de 5 ou 10 reais e, por conseguinte, toda rede de vingança letal potencialmente desdobrada pela morte em função da dívida irrisória. Apesar da letalidade penal ser uma normativa de justiça incluída no estatuto do “Comando”, os jargões “a paz na quebrada” ou “a

paz entre os ladrões” significou um proceder em que tal dispositivo letal é utilizado apenas nos julgamentos mais graves.

Desses efeitos nasce a concepção quase generalizada da população dessas áreas pobres sobre a diminuição dos índices de homicídios, não em função das instituições estatais, mas em função dessas novas razões práticas do PCC. Feltran, citando uma entrevista realizada com o *happer* Mano Brown em 2009, sintetiza nas palavras do cantor a clara normatização dessas práticas sociais na vida cotidiana da população pobre e predominante negra da periferia paulista:

O extermínio de jovens nas periferias... [pausa]. Eu sou paulista, certo? O conhecimento que eu tenho, profundo, é sobre São Paulo. E em São Paulo hoje existe um movimento diferente. Esse extermínio foi ‘temporariamente’ bloqueado. Por leis que não são do governo. São de um ‘outro’ governo. E em outros estados eu temo que a solução seja essa também. O governo não conseguiu fazer uma ação concreta para o problema da segurança. E o crime organizado conseguiu”. [O repórter não entende do que Brown falava, e prossegue assim:] “ - Na sua opinião, Brown, o que mudou nesses últimos oito anos? (referindo-se, no contexto, ao Governo Lula)”. A resposta é inesperada para ele: “o surgimento do PCC” (FELTRAN citando entrevista com MANO BROWN, 2010, p.70).

Dessas normatizações de controle social, criados por agentes de exceções instituídos de uma “justiça do crime”, o autor conclui a expansão delas são legitimadas por grande parte dos moradores dessas áreas, na medida em que as instâncias de justiça oficial são avaliadas como um dispositivo de encarceramento massivo dos habitantes.

Embora a contribuição crítica dessas pesquisas tenha ganhado notoriedade pela sua inovadora argumentação. Desdobra-se dessas pesquisas o efeito colateral de reiterar, mesmo que entre aspas, uma primazia da associação do mundo do crime com a pobreza, reavivando assim, dentro da história brasileira das ciências sociais, as delimitações dos objetos de pesquisas realizados desde os precursores evolucionistas até os pioneiros desses estudos, cuja lógica era associar e generalizar o tema da criminalidade com as populações das periferias ou favelas. Se os trabalhos vinculam as relações ilegais, de mercadorias ilícitas e o tráfico de drogas entre agentes do Estado e população da periferia, ela se dá em geral entre população pobre e *peixes miúdos* (WHITE, 2005) do Estado como os praças da Polícia Militar, investigadores da Polícia Civil ou fiscais municipais.

Assim, falta para as pesquisas brasileiras uma sistematização maior em relação aos *peixes graúdos* (WHITE, 2005). Dessa maneira, noções como “mundo do crime”, tráfico de drogas, mercados lícitos e ilícitos, legalismos e ilegalismos continuam visibilizando mais a relação do Estado com a criminalidade pobre da periferia chegando de maneira muito frágil na cadeia produtiva das classes médias e altas. Por conseguinte, por mais que esse não seja o objetivo, muito menos a delimitação do objeto desses pesquisadores mencionados, esses estudos podem reproduzir subliminarmente as mesmas associações da primazia da investigação da criminalidade pobre das periferias, face aos outros diversos tipos de ações sociais de populações ricas e de classe média que não são enquadradas em processos de incriminação social, muito menos nas interpretações de redes de mercados ilícitos e ilegais do coletivo paulista.

Ainda que poucas, algumas pesquisas começaram a discutir questões da criminalidade, violência urbana e segurança pública em formatos mais amplos. Em *Economia da Droga, Instituições e Política no Brasil: a CPI do Narcotráfico* realizado pelas pesquisadoras Angelina Peralva, Jacqueline Sinhoretto e Fernanda de Almeida Gallo, publicado no livro *Ilegalismos, Cidades e Política* (2012), usando como fonte de pesquisa o relatório da *Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico*, documento popularmente chamado CPI do narcotráfico, publicado em 2000, as pesquisadoras deslocaram sua ênfase na criminalidade pobre.

A pesquisa se iniciou com a constituição de um banco de dados da seguinte questão: tendo como fonte o documento da CPI do Narcotráfico quais os tipos de indivíduos estão envolvidos no comércio das drogas no Brasil?

Dentre mais de 3000 pessoas foram citadas. Desse número, mais de 1800 pessoas foram acusadas de envolvimento em algum nível do mercado da droga. Dentre essas pessoas, 40% realizam exercícios profissionais em órgãos estatais, sobretudo nas polícias. A diversidade de ocupações civis associadas ao mercado da droga no varejo também é um dado revelador: empresários, fazendeiros, profissionais liberais, ocupações ligadas à aviação e membros de associações civis.

Desse grande número de pessoas e casos por todas as unidades federativas, foram escolhidos cinco casos para a interpretação da pesquisa: São Paulo, Rio de Janeiro, Acre,

Alagoas e o caso da Forças Aéreas Brasileiras (FAB), permitindo uma avaliação sobre 849 pessoas, das quais 744 são acusados de algum envolvimento com o tráfico de drogas.

A tipificação dos cinco casos da participação de agentes estatais corresponde à metade dos indivíduos investigados e citados. Todavia, comparando os casos, constata-se que essa média não corrobora as médias específicas dos casos. Dentro dessa categorização de agentes estatais há uma vasta heterogeneidade de profissionais e particularismos históricos, estaduais e regionais. No caso do Acre esses profissionais correspondiam as policiais de todos os níveis de corporações, incluindo a posição de chefia da Secretaria de Segurança Pública e políticos eleitos do governo do Estado e do Legislativo Federal. Em Alagoas, a participação numérica dos agentes do Estado também foi grande, destacando-se os cargos de deputados e assessores, secretarias e prefeitos, juízes e oficiais de justiça, sendo um pequeno número o de policiais. No caso paulista o maior número proporcional de profissionais do mercado formal (27%) e de posições do mundo do crime (15%) comparados aos agentes do Estado (36%) demonstra um menor posicionamento de gestores dos órgãos de segurança pública. O Rio de Janeiro se aproxima mais de São Paulo, com uma maior autonomia relativa do mercado da droga em relação às posições políticas estratégicas no Estado, quando a nomeação recaia em agentes de investigação da Polícia Civil. E o caso da FAB, apesar dos números absolutos serem pequenos, foi composto por uma rede de oficiais.

Os dados construídos são reveladores: demonstram que em 47% das atividades relacionadas à proteção social dos negócios, 33,5% estão relacionados às atividades comerciais e 12% com a gestão dos recursos financeiros. Mais uma vez, essa média global é diferente das médias de cada um dos cinco casos. No eixo da proteção social da economia, o Acre possui 63,7% de indivíduos nessas posições. Alagoas 51,8%. São Paulo 33,2%. Rio de Janeiro 32,8 e FAB, 11,5%. Nas atividades do comércio de drogas o Acre possui 25,7% dos indivíduos nessas posições. Alagoas apenas 14,5%. São Paulo 38,1%. Rio de Janeiro 46,9% e FAB 76,9%.

Esses números demonstram diferenças significativas entre os casos, sendo Acre e Alagoas os Estados com uma maior mobilização da proteção, enquanto em São Paulo os indivíduos aparecem desempenhando “atividades centrais, de distribuição no atacado, serviços judiciais (especialmente importantes em portos, aeroportos e estradas), recursos financeiros e lavagem de dinheiro” (PERALVA, SINHORETTO E GALO, 2012, p.220). Esse

perfil paulista demonstra a conexão com as operações do mercado das drogas internacionais. No Rio de Janeiro as duas atividades são mais distribuídas.

Algumas conexões internacionais e interestaduais investigaram três líderes que estabeleciam relações mercadológicas entre um ex-deputado do Acre, um empresário de São Paulo e outro empresário de Alagoas, diretor de campanha de um ex-presidente da República. Dessa conexão, as drogas oriundas da Bolívia e da Colômbia entravam no Brasil pela organização acreana arregimentada pela gestão de policiais, distribuídas, via aérea ou terrestre, misturadas a carregamentos de carne, couro ou madeiras.

Como desdobramento do caso descobriu-se uma fazenda no município de Nova Olinda, MA, sobre cuidados do empresário alagoano que receitava parte das drogas enviadas pelo deputado acreano. Tal região era a maior área de roubo de carregamentos de cargas do Nordeste. As drogas estocadas no local seriam acomodadas nas carretas e transportadas para São Paulo, enquanto que as carretas vazias seriam encaminhadas para troca por drogas no Paraguai.

Dessa forma, Alagoas se beneficiava via contato de políticos e empresários facilitadores das lavagens de dinheiro, o Acre pela proximidade com os países produtores e São Paulo para o cenário do tráfico internacional e para um grande mercado consumidor. Seu mercado consumidor, não apenas concentrado na capital, tem uma forte difusão pelo interior do Estado paulista graças à existência da *rota caipira*.

Já se falava na existência de uma rota caipira, no interior do conforme dados da Polícia Militar divulgados na mídia impressa da região. Tal rota participaria desde os anos 90, de uma série de conexões ligadas à importação e distribuição da droga no país e ligação com o tráfico internacional. A droga originária dos países produtores seria geralmente desembarcada no oeste do Estado, na região de Presidente Prudente e, daí, seguiria para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, passando por Campinas, Ribeirão Preto e Atibaia. É importante frisar que existe uma sinergia entre a droga transportada via aérea e terrestre, pois quando as aeronaves se aproximam da capital paulista, que tem o espaço aéreo controlado pela Aeronáutica, o transporte preferido passa a ser o terrestre. Comumente, na região de Presidente Prudente, Marília e São José do Rio Preto, regiões consideradas centro produtores do agronegócio, a droga é arremessada nas plantações de cana, milho ou laranja, recolhida e, posteriormente, transportada até as grandes cidades. A presença de empresários na articulação do roubo de cargas no estado de São Paulo parece marcante para o desenvolvimento de uma rota auxiliar à *rota caipira* que seguiria de Campinas a Ribeirão Preto com a finalidade da distribuição da droga pelo interior paulista, notabilizado por grande dinamismo econômico nos anos 90. Roubo e revenda de cargas e distribuição de drogas estariam ligados via lavagem de dinheiro, configurando uma troca de serviços e acordos financeiros entre os empresários paulista e alagoano (PERALVA, SINHORETTO, GALO, 2012, p. 222).

Os resultados obtidos entre as conexões como Acre, São Paulo e Alagoas demonstram como não há, no Brasil, um padrão comum de relação entre a economia das drogas e suas conexões com os mercados formais, informais e ilegais; agentes estatais, do setor privado e do terceiro setor. Abre-se nessa perspectiva novos olhares sobre os *mundos do crime* demonstrando como eles estão arregimentados para além das periferias.

Nesse novo contexto de pesquisas desenvolvidas com a ampliação dos cursos de pós-graduação e pesquisas na área das ciências humanas, bem como de ações e experiências pragmáticas no campo da segurança pública, sobretudo, com o início dos anos 2000, pode-se afirmar que houve uma intersecção interpretativa nas ciências sociais entre abordagens normativas e críticas as aplicações intervencionistas, embora ocorram imensas variações entre teorias, delimitações de pesquisa, fontes, etc. dentro de tais abordagens.

Se por um lado, as pesquisas e gestões acadêmicas normativas creem na diminuição da violência e da criminalidade, pelo exercício das estratégias intervencionistas de aplicação de gestões de políticas de segurança pública para a mudança dos comportamentos criminais, sobretudo, dos jovens pobres; por outro lado, grande parte dessas interpretações críticas focam as pesquisas normativas e medidas intervencionistas de controle social na chave *da gestão da pobreza* constituída por empreendimentos morais caros e, muitas vezes, ineficazes para a realidade da população pobre. Nega-se assim, em muitos casos, nessas últimas abordagens a eficácia de toda sorte nas formulações de rede de proteção social, criadas por políticas públicas ou de terceiro setor. Em muitos estudos, tais dispositivos nem são mencionados como dispositivos de justiça preventiva nas periferias.

Dessa forma, a ciências sociais e demais searas de estudos sobre criminalidade, controle social criminal, violência urbana, política de segurança pública, “mundo do crime” e demais temas correlatos seguem na atualidade um percurso muito fecundo e fraturado por essa série de perspectivas. Modelos intervencionistas, gestões de políticas sistêmicas, perspectivas teóricas weberianas, teorias evolucionistas capturando teorias da democracia racial/liberalismo, ações políticas e de pesquisas com orientações marxistas e antinormativas – todas elas operando ao mesmo tempo empreendimentos morais: i) dentro da governabilidade da ciência, produzindo grupos de pesquisas de várias naturezas teóricas sobre os temas; ii) dentro da governabilidade intervencionista com recursos públicos e privados para a gestão da população “vulnerável” à criminalidade pobre.

4.9 Os determinismos raciais nas teorias evolucionistas: índice-pêndulo entre incriminação e prevenção

Não obstante, apesar dos avanços positivos das aplicações normativas de algumas políticas de segurança pública e de prevenção à criminalidade. Pode-se concluir que até o momento os resultados dessas novas gestões do controle da segurança pública não foram eficientes para todos os segmentos da população urbana. Alguns problemas estruturais e históricos permanecem de forma potencializada, a saber, o da violência racial e da criminalização preventiva de movimentos estéticos oriundos dos estilos de vida da periferia.

Se tomarmos os casos de letalidade violenta da população brasileira, avaliando os números sobre homicídios, publicados no *Mapa da Violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil* (2012), o grupo social mais vitimizado é o jovem negro morador da periferia pobre.

TABELA 1 – Evolução do número de homicídios, da participação e da vitimização por raça/cor na população jovem. Brasil, 2002/2010.

Ano	Branca	Preta	Parda	Negra*	Ama- rela	Indí- gena	Total	Participação (%)		Vitimi- zação(%)
								Branca	Negra	
2002	9.701	2.429	13.654	16.083	43	32	25.859	37,5	62,2	65,8
2003	9.721	2.791	14.079	16.870	90	31	26.712	36,4	63,2	73,5
2004	8.587	2.492	14.166	16.658	61	31	25.337	33,9	65,7	94,0
2005	7.717	2.261	14.567	16.828	32	48	24.625	31,3	68,3	118,1
2006	7.607	2.285	15.149	17.434	38	44	25.123	30,3	69,4	129,2
2007	6.928	2.300	15.263	17.563	12	70	24.573	28,2	71,5	153,5
2008	6.964	2.269	16.743	19.012	22	72	26.070	26,7	72,9	173,0
2009	6.997	2.177	17.078	19.255	17	51	26.320	26,6	73,2	175,2
2010	6.503	2.233	17.607	19.840	27	50	26.420	24,6	75,1	205,1
Total	70.725	21.237	138.306	159.543	342	429	231.039	30,6	69,1	125,6
Δ%	-33,0	-8,1	29,0	23,4	37,2	56,3	2,2			

Fonte: WAISELFISZ, 2012, p.10. Mapa da Violência.

Conforme a tabela 1, se compararmos o registro de homicídios da população jovem brasileira de 2002 a 2010, veremos que houve uma redução expressiva de letalidade entre os jovens brancos – de 9.701 para 6.503 mortos. No mesmo período, houve um aumento significativo entre vítimas jovens negros – saltando de um número já bem elevado: 16.083 no

ano de 2002, para 19.840 registros de jovens negros mortos em 2010. Coincidentemente houve, em participações percentuais, um aumento de 12,9% dos homicídios em que jovens negros foram vítimas e uma diminuição dos mesmos 12,9% dos homicídios em que jovens brancos foram vítimas.

Se classificarmos a população brasileira na sua totalidade de faixas etárias e dividirmos a parcela de brancos e negros, a tendência ao aumento de homicídios entre vítimas negras e diminuição de homicídios entre vítimas brancas também permanece, mas com um fluxo menos intenso se comparado aos homicídios da faixa etária juvenil.

TABELA 2 – Evolução do número de homicídios, da participação e da vitimização por raça/cor na população total. Brasil, 2002/2010.

Ano	Branca	Preta	Parda	Negra*	Ama- rela	Indí- gena	Total	Participação (%)		Diferença (%)
								Branca	Negra	
2002	18.867	4.099	22.853	26.952	103	75	45.997	41,0	58,6	42,9
2003	18.846	4.657	23.674	28.331	178	78	47.433	39,7	59,7	50,3
2004	17.142	4.153	23.549	27.702	139	71	45.054	38,0	61,5	61,6
2005	15.710	3.806	24.648	28.454	81	93	44.338	35,4	64,2	81,1
2006	15.753	3.949	25.976	29.925	91	125	45.894	34,3	65,2	90,0
2007	14.308	3.921	26.272	30.193	45	144	44.690	32,0	67,6	111,0
2008	14.650	3.881	28.468	32.349	74	153	47.226	31,0	68,5	120,8
2009	14.851	3.875	29.658	33.533	60	135	48.579	30,6	69,0	125,8
2010	14.047	4.071	30.912	34.983	62	111	49.203	28,5	71,1	149,0
Total	144.174	36.412	236.010	272.422	833	985	418.414	34,5	65,1	89,0
Δ%	25,5	-0,7	35,3	29,8	-39,8	48,0	7,0			

Fonte: WAISELFISZ, 2012, p.10. Mapa da Violência.

De acordo com a tabela 2, no ano de 2002 foram registrados 18.867 homicídios entre a totalidade etária da população branca. Em 2010, esse número diminuiu para 14.047. Entre a população negra a situação é bem diferente, como nos mostram os registros: no ano 2002, o número de vítimas negras mortas por homicídio registradas era de exorbitantes 26.952; no ano de 2010, o número de registros de homicídios de toda população negra brasileira aumentou para 34.983 mortos. Em termos percentuais, entre 2002 e 2010, houve uma diminuição de 6,5% da totalidade da população branca morta por meio de homicídio. No mesmo período, houve um aumento de 12,5% dos homicídios com vítimas sendo negros.

Pode-se apontar dentro desses registros estatísticos um aumento progressivo e significativo dos homicídios tendo como vítimas a população negra, sobretudo a população negra juvenil. Seguindo a tendência diametralmente oposta, temos uma diminuição também significativa e progressiva dos homicídios da população branca brasileira e, principalmente, uma diminuição muito significativa dos homicídios juvenis da população branca.

Postos esses números, no debate sobre segurança pública segmentos populacionais evocam conexões de sentido entre a questão criminal e a racial amparadas por discursos evolucionistas, compostos pela coexistência de elementos teóricos evolucionistas, liberais e democráticos. Em síntese, justifica-se que a maioria dos negros – habitantes das regiões mais pobres, não teriam conseguido aproveitar as condições de igualdade e liberdade da democracia brasileira para galgar um bom posto no mercado de trabalho. Assim, a condição de desigualdade social é posta no tom da democracia racial: todos os segmentos populacionais possuem as mesmas condições no país, mas os negros não sabendo aproveitar as oportunidades igualitárias acabariam migrando para atos criminais.

Em outros casos, a noção do Brasil como povo miscigenado desqualifica as diferenças entre brancos e negros. Nesse pensamento, o país é interpretado como um território de mestiços; por conveniência, não se deve apontar desigualdades sociais com base nas diferenças raciais como entre brancos e negros, pois supostamente elas não existem. A reportagem *Taxas de negros mortos pela polícia de SP é 3 vezes a de brancos, diz estudo*; (G1, 2015) apresenta uma pesquisa³⁵ cujos dados publicados demonstram que a taxa da população negra morta pela polícia paulista é três vezes maior do que a população branca.

Na plataforma de opinião dos leitores, muitos se manifestaram contrários à pesquisa por não acreditarem na diferença racial entre os brasileiros. Um leitor se expressa com o seguinte comentário:

Muito se fala em raça nesse país, mas quem realmente pode se considerar negro nos dias atuais??? Porque, senão me engano, a media de pessoas que se acham negras é bem maior que a metade! **E infelizmente, por questões financeiras, familiares, muitos estão no crime =/ E como o amigo já disse abaixo, que raça mata mais policiais?** Eu sou branco, mas tenho raízes negras, logo eu seria um mestiço, então

³⁵Pesquisa realizada pelo (GEVAC) Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da UFSCar, coordenada pela professora Jacqueline Sinhoretto.

também sou negro! Difícil definir etnicamente apenas pela cor, concordam? (G1, 2015)

Interessante perceber em meio ao discurso do mestiço brasileiro as distinções raciais são marcadas. O “amigo” a qual o leitor comentarista se refere, fez as seguintes indagações: “*E quem mata policiais? Será que são 3x mais negros também?*”. Os discursos negam as diferenças raciais em função da miscigenação, mas em algumas inquirições nas entre linhas reiteram-nos manipulando sutilmente.

Outros comentários mais ácidos desejam justificar a maior letalidade policial da população negra. Na primeira justificativa, o leitor comenta como os negros possuem grandes vantagens em relação aos brancos (supostamente por causa das cotas), mas a falta de vontade de estudar e trabalhar, por consequência, leva-nos a praticarem mais “coisas erradas” em relação aos brancos. Na segunda justificativa, cria-se uma correlação direta de causa e efeito entre a população negra e a criminalidade.

Hehehehe só faltava essa mesmo. Agora além de todas as vantagens que os negros têm. Eles vão dar uma [de] vítima para ver se consegue mais algumas facilidades. Estuda[r] e trabalhar num querem não, neh? Se a polícia mata menos branco do que negro[s] é porque tem mais negro[s] fazendo coisa[s] errada[s].

Matéria racista!!! Sou absolutamente contra o racismo, mas se a estatística diz que matam mais negros, é porque, mais negros cometeram crimes!!! Se os japoneses cometerem mais crimes, também serão os que mais vão morrer!!! (G1, 2015).

A letalidade policial é positivada, devem-se fazer morrer os criminosos negros. Outras justificativas usadas por leitores comentaristas fazem o cruzamento clássico das teorias evolucionistas entre determinismo geográfico e econômico. Ao descrever o maior grau de conduta criminal da população negra “das comunidades de baixa renda”, a probabilidade de a polícia fazer morrer “os criminosos” também é maior:

Pra mim isso é pura estatística e não tem nada a ver com preconceito, apesar de eu achar uma pesquisa deste gênero totalmente desnecessária. Há uma quantidade muito maior de negros na classe social de baixa renda; herança de um país que tem em suas raízes de sua história a escravidão de negros por europeus brancos. **Há um índice muito maior de criminalidade entre comunidades de baixa renda se comparada à classe alta**, o que justifica este resultado.

Sem querer ser racista, de verdade, tenho parentes negros e amo eles. **Mas se fizerem um estudo apurando a cor da pele dos envolvidos em crime, verão que a maioria**

é negra, não é porque são piores ou mais violentos, simplesmente porque por consequência do preconceito, as periferias possuem muito mais moradores negros e pardos, e centros ricos muito mais brancos, logo, **a maioria dos bandidos (que roubam a mão armada) é de cor negra ou parda** (G1, 2015).

Ainda hoje, classificações como anel da criminalidade, área de risco, zonas criminógenas são muito comuns nas instituições de segurança pública. Por mais que alguns desses dispositivos sejam eficientes no registro dos dados, essa forma de classificação espacial pode trazer danos irreparáveis aos seus habitantes. Tais danos influenciam desde a normatização de ações truculentas e criminosas por parte de policiais, até o estigma da vida cotidiana na cidade, ao anunciar o nome do bairro onde mora para se candidatar a uma vaga de emprego, por exemplo.

Nesse contexto, os dispositivos repressivos de policiamento baseados nesses mapas criminológicos, podem criar um círculo vicioso para as localidades enquadradas como criminosas: ao deslocar um maior contingente de policiamento – composto por guarnições constituídas de tecnológicos aparatos repressivos – é evidente que a probabilidade da polícia apreender mercadorias ilegais ou reprimir atos ilícitos torna-se muito mais comum e frequente do que nos bairros de classe média e classe alta, em que quase não há abordagens e quando essas ocorrem, são realizadas a partir de um *modus operandi* mais polido.

Nas cidades brasileiras, pode-se constatar que tais territórios de moradias mencionados – periferias, favelas, aglomerados, áreas de ocupações – possuem um histórico de transição da total falta de policiamento para um policiamento repressivo, realizados em alguns Estados por tropas de elite ou policiamentos especializados. Em muitos desses territórios a constituição de entidades do terceiro setor também tem como objetivo reduzir a criminalidade e a violência local.

Nesse ponto, formas expressivas culturais e artísticas ficam em uma linha tênue entre ser dispositivo de prevenção e expressões criminais. Nas últimas décadas, os determinismos estéticos classificados sobre a população negra, ao mesmo tempo, associam-nos à criminalidade violenta urbana e, como novidade, aos dispositivos de prevenção à criminalidade. Nesse aspecto, as formas expressivas de arte urbana servem como um *índice-pêndulo* de mensuração entre criminalidade e prevenção à criminalidade. São classificadas, movimentadas, interconectadas ou segregadas a partir de interpretações baseadas em valores morais.

O conceito de índice-pêndulo é construído aqui para se pensar as múltiplas subjetivações e combinações intersubjetivas entre as formas de arte urbana: 1) como um índice de relações entre valores de qualquer medida, indicando o grau de grandeza ou de insignificância da expressividade artística; 2) como um pêndulo em torno de um eixo, realizando frequentes oscilações em várias órbitas. As possibilidades de se combinar os movimentos das expressões de arte urbana no índice-pêndulo são praticamente inesgotáveis: cada artista ou grupo artístico carrega movimentações específicas, com suas particularidades históricas correndo por muitos lados.

Vimos como a capoeira, o congado, o samba e o carnaval são manifestações artísticas que oscilaram ao longo da história brasileira nesse índice-pêndulo. Sendo criminalizadas, ganhando *status* de símbolo da identidade nacional, de patrimônio imaterial da humanidade e mais, recentemente, servindo como expressividade artística com objetivo de tirar os jovens da criminalidade. Outras manifestações como o *rap* ainda oscilam para ambos os lados. É visto, por segmentos de grupos sociais, como o movimento social de maior salvação juvenil ao mundo do crime, mas grande parte da população brasileira ainda o associa com a criminalidade urbana.

Outras oscilações mais recentes no índice-pêndulo foram visibilizadas pela alcunha *rolezinhos*. Eventos criados por produtores culturais ou movimentos sociais de jovens das periferias em todo Brasil. Nos anos de 2013 e 2014 o processo de judicialização dos rolezinhos foi mostrado nas mídias sociais como ponto de pauta quase cotidiana. Muitos debates, qualificações legais e pesquisas demonstraram as multifacetadas opiniões dos brasileiros sobre a questão. Elas estavam divididas de maneira assimétrica entre as pessoas que concordavam e aquelas que discordavam da proibição judicial dos rolezinhos nos Shoppings.

Em pesquisa³⁶ realizada pelo *DataFolha* (2015), 80% dos entrevistados defendem as proibições dos rolezinhos nos Shoppings por meio da Justiça, pelo motivo desses encontros provocarem medo nos frequentadores. Para 18% esses estabelecimentos estão errados em

³⁶A pesquisa do Datafolha é um levantamento por amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados. O universo da pesquisa é composto pela população **com 16 anos ou mais** da cidade de São Paulo. Nesse levantamento realizado **no dia 21 de janeiro de 2014**, foram realizadas **799 entrevistas** com margem de erro máxima **4 pontos percentuais** para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%. Isto significa que se fossem realizados 100 levantamentos com a mesma metodologia, em 95 os resultados estariam dentro da margem de erro prevista.

proceder a medidas judiciais para proibir os rolezinhos, pelo motivo dessa ação³⁷ criar interditos aos direitos de jovens da periferia se divertir. 2% que não têm opinião sobre a questão.

Quando um rolezinho marcado previamente for proibido pela Justiça, 91% dos entrevistados avaliam que os jovens devem aceitar essa decisão e cancelar o evento. Apenas 7% defendem “a resistência” dos jovens na ida ao rolezinho proibido. 2% não opinaram. 73% dos paulistanos avaliam que os shoppings não têm o direito de escolher quem frequenta seus espaços. Um quarto dos entrevistados avalia ser direito das administrações dos shoppings escolherem seus clientes. 2%, não souberam responder.

A pesquisa questionou se haveria preconceito da administração dos shoppings à entrada de jovens para a realização dos rolezinhos. Para 72% dos paulistanos entrevistados não acreditam em preconceito de cor de pele na atitude dos shoppings. Novamente, um quarto³⁸ dos entrevistados acredita que eles agem com preconceito. 3% não souberam responder.

Quando a questão é sobre preconceito ao local de moradia dos participantes dos encontros, os percentuais sobem de modo significativo. 34% dos entrevistados acreditam que as administrações dos shoppings agem com preconceito em relação a jovens de periferia. 63% analisam que não há preconceito dessa natureza. Uma fatia de 3% não opinou sobre esse assunto. Por fim, 73% dos entrevistados³⁹ avaliam de maneira positiva a repressão da Polícia Militar aos rolezinhos nos Shoppings. 24% avalia de forma negativa a ações policiais sobre os rolezinhos. 3% não responderam.

Dentro dessas observações referentes aos marcadores de diferenças sociais e raciais, o grau de generalização recai na parcela da população residente dos espaços urbanos pobres, enquadradas com frequência pelas instituições de segurança pública e pela população da classe média e da elite como localidades com potencial para o crime. Pode-se constatar um número expressivo de entrevistados 25% crédulos com a ação judicial preconceituosa pela a maioria dos jovens participantes supostamente serem negros. Esses números são ainda mais

³⁷ Também neste caso o índice dos que possuem ensino superior e avaliam que os shoppings estão errados ao proibir os eventos cresce para (27%).

³⁸ Entre aqueles que se declaram da cor preta (14% dos entrevistados), fica acima da média o índice dos que acreditam que há preconceito.

³⁹ Entre os moradores da região Leste da cidade, o índice dos que acreditam que a Polícia Militar deveria agir para reprimir os rolezinhos fica acima da média (81%).

altos 34% dos entrevistados acreditam que essas ações jurídicas são amparadas por preconceitos em relação ao local de moradia dos participantes dos encontros. Somada a essas opiniões, 80% dos entrevistados desejam a proibição dos rolezinhos e 73% dos entrevistados desejam a repressão policial sobre os jovens participantes. Esses números elevados demonstram um conservadorismo preventivo em face dos cerimoniais juvenis. Podem-se constatar ainda hoje que tais determinismos estéticos, biológicos, econômicos e geográficos combinados moldam em certos aspectos boa parte da opinião pública brasileira e, como vimos, medidas judiciais.

Tais determinismos são amplamente publicados nos comentários dos leitores em matérias jornalísticas das mídias sociais da internet. Muitos deles ainda são construídos sendo respaldados por leis e artigos da Constituição Federal, como no comentário abaixo:

“Assim, quando os jovens se aglomeram e promovem atos como o tal "rolezinho" em um espaço privado, mesmo aberto ao público, além de violarem o direito de ir e vir de funcionários e clientes, incorrem em uma série de crimes tipificados no Código Penal, tais como formação de quadrilha, dano ao patrimônio, desacato, furto, constrangimentos, fora o fato de esse "movimento" ter ido contra uma decisão judicial. Nesses casos, a polícia, como preconiza o art. 144 da CF, é obrigada a agir em prol da ordem pública e garantir os direitos das outras pessoas. Chamar um ato, a meu ver, criminoso como "manifestação da juventude" é uma grande piada” (CARTA CAPITAL, 2015).

A narrativa do comentador ao generalizar que as aglomerações dos rolezinhos incorrem em atos tipificados no Código Penal tais como “formação de quadrilha, dano ao patrimônio, desacato, furto, constrangimentos”. Evoca-se um retorno explícito da criminalização preventiva de certos grupos sociais com preferências estéticas a certos movimentos raciais. Nesse caso a teoria evolucionista pode ser percebida também no plano do determinismo estético com o processo de *criminação* (MISSE, 2008, p.14) do evento rolezinho.

Não foi apenas a opinião da população comum, a criminalização dos rolezinhos galgou rapidamente as instâncias institucionais mais conservadoras, nas várias fileiras dos serviços judiciários, legislativos, policiais, empresariais e midiáticos. Na reportagem intitulada: *Shoppings de São Paulo conseguem liminar na justiça para impedir o rolezinho* (CARTA CAPITAL, 2015) relata que três *Shoppings* da capital e um em São José dos Campos conseguiram uma liminar na justiça para proibir o encontro dos jovens. Dois *Shoppings* de

Campinas tiveram seus pedidos negados. Mesmo assim, em um dos estabelecimentos com liminar judicial houve conflitos violentos. Alguns jovens entraram no *Shopping* e começaram a andar em grupos cantando *funk*. Na abordagem, policiais aplicaram golpes de cassetetes neles retirando-os do local. Os conflitos mais violentos ocorreram na porta do estabelecimento e na estação de metro próxima. Polícias Militares usaram bombas e balas de borracha para dispersar os participantes do evento.

Dos confrontos violentos entre a Polícia Militar e participantes juvenis, outros leitores expressam nas redes sociais discursos evolucionistas: “*é só prestarmos atenção no biotipo e vestimenta destes pseudos jovens estudantes e entenderemos tudo!!!!*”. Outro leitor manifesta as entre linhas do comentário anterior: “*Você deveria ter mais coragem e ser explícito no que realmente quis falar. "Pretos com roupas baratas"*”. Na sequência do *post*, outro comentarista mais indignado reclama da associação racial do primeiro comentarista: “*"Biotipo"? O que o "biotipo" deles permite entender? O que o "biotipo" define sobre as pessoas? Mais um comentário racista permitido pelo jornal*” (DATAFOLHA, 2015). Torna-se explícita a associação criminal preventiva com os fatores biológicos das populações afrodescentes. As histórias cruzadas entre determinismo estético e biológico se repetem.

Apesar dos rolezinhos, no campo estético brasileiro o processo de criminalização de maior ocorrência é do *funk* carioca. Na atualidade seus bailes são preventivamente proibidos em algumas cidades⁴⁰. Todavia, tais críticas extrapolam o plano estético da criminalidade migrando para classificações intolerantes: como as construções poéticas dos (Mc's) Mestre de Cerimônias – com frequência associadas às expressividades de um “lixo cultural” decorrente da falta de educação e civilidade de seus escritores.

Outros tipos de expressões artísticas e estilos de vida de jovens que cultivam a arte urbana negra ou, simplesmente, usam vestimentas alusivas às culturas afrodescentes também são interpretados como práticas de elementos jovens criminosos. Vestimentas e

⁴⁰Em São Paulo, no início de 2013, foi aprovado pelo poder Legislativo uma lei que proibia os bailes em espaços públicos como ruas e praças. Tal projeto foi vetado pelo prefeito alegando que o *funk* é um movimento estético e legítimo da cultura urbana paulista. Vale ressaltar a proibição dos bailes nas localidades cariocas ocupadas pelas UPP's, projetos de lei tramitando para interditar tais práticas de lazer em várias cidades metropolitanas e o extermínio de *Dj's* e *Mc's* na baixada santista. Desde abril de 2010 até 2012, foram mais de cinco artistas executados e pelo menos três ameaçados de morte. *Dj Felipe*, *Mc Felipe Boladão*, *Mc Duda do Marapé* e, em data mais recente *Mc Careca* e *Mc Primo* foram assassinados com o mesmo *modus operandi*: receberam ameaças de morte e, em seguida, foram mortos a tiros por pessoas encapuzadas. Moradores da comunidade, familiares e artistas do meio acusam a polícia paulista pelos homicídios. Um policial militar está preso, suspeito do crime.

elementos corporais relacionados às expressões do *rap*, *reggae*, dança de rua e *hip hop*, como: bonés de aba reta, pulseiras, colares de correntes grossas, gorros coloridos, cabelos *rastafári*, jaquetas largas, tênis do tipo jogador de basquete americano apresentam uma característica em comum. São jovens estereotipados como figuras “vulneráveis ao mundo do crime”. Assim, o *funk*, o *rap* e outros estilos juvenis afrodescendentes são manifestações artísticas dos *tipos sociais* acusados de pertencer ao mundo do crime. Embora os usos do *funk* e do *rap* sejam expressividades artísticas que podem ser vivenciadas, consumidas e patrocinadas por agrupamentos ilícitos, isso não justifica a classificação *apriorística* de artistas ou de pessoas que produzem, escutam ou dançam tais modalidades artísticas como parte de grupos criminosos.

As oscilações nas formas de expressividade artística afrobrasileira entre as agências de segurança pública são notáveis. Além dos policiais, instituições e profissionais do direito; alguns profissionais sociais do terceiro setor – gestores, técnicos, oficinairos – realizam outras separações valorativas. Apesar das variações, pode-se apontar a significativa classificação de artistas-educadores sobre a arte do *rap* como um dispositivo de prevenção ao crime e a arte do *funk* como uma manifestação alienada ou do mundo do crime. Curioso notar após as polêmicas dos rolezinhos modificações nesse binarismo. No meio desses profissionais ocorreu a “politização” do *funk* enquanto movimento juvenil.

José Vicente de Tavares Santos comenta sobre esse fenômeno recente dos projetos sociais como novas modalidades de governos definidos em processo de intervenção social de combate à criminalidade. Define-os como uma nova planificação dos movimentos sociais que surgiu na década de 1990 com objetivo de criar as necessidades simbólicas de construção da autoestima e de reconhecimento dos grupos sociais excluídos/vulneráveis através do fomento das artes e das variadas formas de cultura. Diante da história do presente deseja-se interpretar as oscilações nas formas expressivas das artes enquadrando-as ora como manifestações e eventos criminais, ora como modelos de políticas de prevenção à criminalidade.

Desse modo, entre as trajetórias das teorias sociais e das gestões de segurança pública modernas, a pesquisa seguirá problematizando a implementação das políticas de segurança pública no Estado de Minas Gerais, tomando como lócus de pesquisa as políticas de prevenção à criminalidade na cidade de Uberlândia, situada na região do Triângulo Mineiro.

As experiências consideradas bem sucedidas do Estado de Minas Gerais foram e ainda são uma das mais mencionadas como aplicações de políticas de segurança pública no Brasil. Desde 2003, com uma consistência de gestão ao longo de três mandatos sucessivos do PSDB, o governo mineiro aplicou um novo modelo de gerenciamento técnico dentro das estruturas governamentais, dando destaque para as políticas de segurança pública, cujos objetivos de atuação da gestão estavam na concepção sistêmica de um plano de segurança pública com um eixo na prevenção da criminalidade.

Dessas experiências destaca-se o Programa Fica Vivo. Programa de prevenção à criminalidade que utiliza oficinas de arte e esporte como uma forma de dispositivo de segurança. Esse programa foi premiado internacionalmente pela eficácia na redução de homicídios em áreas de risco.

**5. A SEGURANÇA PÚBLICA EM MINAS GERAIS:
DESENHOS NORMATIVOS, TEORIAS
INTERVENCIONISTAS E GESTÃO POLÍTICA**

5.1 Os pioneiros das Ciências Sociais em Minas Gerais

Se, na década de 1970, os temas da violência e criminalidade tiveram início entre os pioneiros das ciências sociais com os estudos das prisões, na década de 1980 houve uma mudança nesse panorama. Os estudos de Luiz Antonio Paixão inauguraram uma nova abordagem na pesquisa sociológica brasileira: a polícia. Ele incorpora em tais estudos a análise da sociologia das organizações, cujos objetivos gerais são identificar as estruturas formais na coordenação das atividades profissionais dos indivíduos. Essas atividades são previamente elaboradas por estatutos amparados na dominação legal; são estruturas organizacionais que também se correlacionam ao meio ambiente, às tecnologias disponíveis e aos segmentos populacionais.

Ao investir na sociologia das organizações policiais, a pesquisa explica como o modelo burocrático gera disjunções entre atividades normativas e práticas. Sua investigação na Polícia Civil (PC) mineira identifica, dentro da instituição, com níveis hierárquicos distintos, uma “subordinação personalizada” que permeia as posições sociais dos cargos profissionais. Para Paixão (1982), na prática, a autoridade centralizada do delegado e a execução do exercício profissional, junto à população, pelos níveis mais baixos de hierarquia, criam modelos discricionários de policiamento; suas ações se deslocam da estrutura formal para a realidade de senso comum do trabalho policial. Ao analisar a organização social da cadeia burocrática vigente na instituição mineira, ele demonstra como existe uma relação “quase militar” entre os ocupantes das estruturas hierárquicas. Delegados montam microgrupos com outros profissionais (investigadores, escrivães, inspetores) e desejam assumir cargos de indicação nas cúpulas do Conselho Superior da Polícia Civil. As chances dessas melhorias na carreira configuram, para o pesquisador, uma imagem quase feudal da organização burocrática, cuja hierarquia é definida como “pirâmides paralelas”, lideradas por delegados e seu *staff*, que barganham e procuram competir por cargos nos conselhos superiores.

Quando essas posições no alto escalão estão definidas, nos distritos policiais os delegados “linha de frente” estão pouco interessados pela política da organização de cúpula. Nesse contexto as atividades policiais são focadas na relação com a população e em especial com a “clientela marginal”, com base nos inquéritos criados.

Paixão descreve, de maneira semelhante a Kant de Lima, a forma como nos inquiridos mineiros também há disjunção entre a formalização burocrática e a atividade prática. Os policiais mencionam a necessidade dos dispositivos de “prisão correcional”, que servem como uma medida de legitimação dos casos de detenção dos suspeitos, assim manipulados inicialmente na informalidade. Anteriores às formulações dos inquiridos, tipificações sobre a composição social da clientela marginal, fontes competentes de informação e modos de processamento de suspeitos constituem a cultura da organização e a socialização profissional mais efetiva da investigação da polícia civil. Essas tipificações são de natureza subjetiva e prática. Aliás, é no estágio prático que o policial aprende que nada que ele aprendeu na Academia será utilizado nas ruas ou no funcionamento burocrático cotidiano.

Em primeiro lugar, as tipificações sobre a pessoa do “vagabundo” permitem fazer a distinção entre os indivíduos das classes trabalhadoras e as pessoas das classes perigosas. Paixão descreve como a seletividade da justiça também gera discricionariedades distintas com relação à população pobre. Em segundo lugar, a triagem nas classes perigosas cria distinções internas, através de outras estratificações sociais: os “vagabundos” de crimes leves e os de crimes pesados. São atribuídos procedimentos diferentes para cada um desses tipos. Com essas tipificações, a organização policial opera selecionando uma clientela e rompendo com a universalidade da justiça.

Vivemos como na decadência do Império Romano. *“Os piores crimes são feitos por filhos de papai, porque nestes a gente não pode por a mão, eles têm toda a cobertura de políticos, magnatas e da própria polícia, no caso que tem gente grande envolvida, você começa a mexer mais tem que parar quando chega neles, senão vai para a Corregedoria e lá eles falam que a gente está caluniando, prensando”*; *“se você estiver bem vestido, com todos os dentes, limpinhos, você é ouvido, mas muito raramente preso”*. Não é apenas a legislação (ou a ação do judiciário) que cria obstáculos para o poder de polícia – este se torna mais rarefeito ao atingir grupos mais centrais na sociedade que, por um lado, beneficiam-se da ação policial quando ela se volta para o controle das “classes perigosas”, mas por outro lado, rejeitam ideologicamente a organização e impedem a busca universalista da justiça pelo uso do poder para a defesa dos seus desviantes (PAIXÃO, 1982, p. 81 e 82).

Nesse contexto, o policial situa a sua autoimagem como a de um guerreiro incompreendido pela população, visto que sua discricionariedade atua nas classes perigosas. Considerado “o lixeiro da sociedade” absorve a percepção da marginalidade social e política da organização. Essa marginalidade é usada como explicação de um desempenho pouco eficiente e estimula o isolamento da organização em relação ao Estado e à população. De

qualquer maneira, marginalidade e isolamento não afetam o grau de poder do policial sobre sua clientela: “defendido por uma estrutura formal que legitima este poder e acreditando realizar a justiça na prática, “fora dos formalismos”, isolar-se da sociedade significa afastar da organização possíveis formas societárias de controle” (PAIXÃO, 1982, p.83). A personificação social processada na cultura da organização burocrática da Polícia Civil mineira demonstra, conforme a pesquisa, a conexão de sentido entre a teoria evolucionista do controle do crime brasileiro com a noção de pessoa travestida na noção de indivíduo, a qual opera nas diversas fileiras do Estado.

Além de estudar a cultura organizacional da polícia mineira, o sociólogo Antonio Luiz Paixão projetou as ciências sociais como um importante dispositivo para a formulação de políticas de segurança pública em Minas Gerais. Seu exercício profissional foi influenciado por uma perspectiva híbrida, ao realizar pesquisas sociológicas e estratégias intervencionistas.

Por acreditar que a polícia era muito importante, o Paixão se juntou ao coronel *Klinger*, da PMMG, que também acreditava que a polícia tinha que mudar. Era um momento em que a sociedade brasileira estava em processo de democratização e as polícias precisavam se adaptar aos novos tempos. Das conversas do Paixão e do *Klinger* com os parceiros da Fundação João Pinheiro, surgiu a ideia que a polícia deveria ser formada fora das academias de polícia. A Fundação João Pinheiro passou a organizar os cursos da PMMG por volta de 1987, 1988. Há um artigo importante, que conta um pouco dessa história – e que é um dos mais bem sucedidos processos de reforma das polícias na América Latina – e aponta para o fato de que não se reforça a polícia do dia para a noite. Você vê que essa coisa começou em 1987/1988 e somente quinze anos depois é que você começou a colher os frutos. É interessante perceber que fui aluno de Paixão e o Coronel Severo, um dos principais artífices da transformação da PMM em MG, era ajudante de ordens do coronel *Klinger* e fez parte da primeira geração de oficiais que foi formada fora das academias. Isto tem um impacto enorme do ponto de vista da reforma das polícias; para mim é uma lição de como mudar as polícias. Você não faz isso por decreto, este tipo de mudança tem que ser feito por dentro (entrevista de CLAUDIO BEATO em LIMA e RATTON, 2014, p.288).

Para Claudio Beato, essa postura normativa e aplicada da sociologia mineira, iniciada por Paixão na década de 1980, refletiu nas gestões futuras das políticas de segurança pública estaduais. Oriundo da segunda geração dos pioneiros das ciências sociais, o sociólogo destaca no legado de Paixão a importância do trabalho em equipe no funcionamento do laboratório das ciências sociais. No Brasil, geralmente, esses laboratórios são produzidos de forma solitária e feitos de maneira artesanal. Os novos tempos exigem novas estratégias e novos profissionais, além de uma colaboração interdisciplinar e tecnológica intensa. Esse foi um dos grandes legados para a constituição do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança

Pública (CRISP): colaborou com a formatação de uma política de segurança pública sistêmica em quatro eixos, desenvolvida na capital Belo Horizonte, depois replicada para a região metropolitana e cidades interioranas.

5.2 O desenho normativo da segurança pública em Minas Gerais: o modelo político Choque de Gestão

Mesmo com os avanços pioneiros empreendidos entre as agências militares, científicas e políticas, no período da redemocratização brasileira, as políticas de segurança pública em Minas Gerais seguiam um tipo de gestão muito comum entre os entes federativos brasileiros: a gestão do gerenciamento de crises (Sapori, 2007). Após eleições diretas dos governos sucessores de 1982: Tancredo Neves/ Helio Garcia 1983/1986 (PMDB); Newton Cardoso 1987/1990 (PMDB), Helio Garcia 1991/1994 (PRN), Eduardo Azeredo 1995/1998 (PSDB), e Itamar Franco 1990/2002 (PMDB), essas políticas públicas não obedeciam nenhum diagnóstico e planejamento prévio sobre a criminalidade.

Para conter as taxas de crimes violentos que aumentavam desde a década de 1990, o governo de Minas Gerais criou no ano de 2003 um novo programa de gerenciamento das políticas de segurança pública. Esse modelo foi elaborado dentro do plano de governo mais amplo denominado *Choque de Gestão* do recém-eleito governador Aécio Neves (PSDB) cujo objetivo principal de todos os setores do governo estadual era diminuir os gastos públicos para se atingir a meta do “déficit zero” e elaborar 31 projetos estruturadores de planejamento estratégico através de um novo modelo para o Estado: o da gestão pública de resultados.

Esse modelo de administração estatal foi desdobramento da política aplicada inicialmente no governo federal de Itamar Franco (PMDB) em 1994, culminando na estratégia governamental da *Gestão para Resultados* criada por Fernando Henrique Cardoso (PSDB) em 1995.

Em uma perspectiva mais ampla, é possível afirmar que, a partir de 1994, a vigência do Plano Real proporcionou ao cenário brasileiro a recuperação da estabilidade da moeda e o início de um processo de ajuste fiscal. Nesse período, ganhou força um processo de valorização da gestão pública, emergindo um movimento que preconizava um choque gerencial na administração pública brasileira, um novo modelo, amplamente conhecido como *Gestão para Resultados*. Em setembro de 1995 é

publicado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, cuja finalidade era a reestruturação das organizações, enfatizando a gestão como um instrumento indispensável para a consolidação e estabilização econômicas, além de assegurar o crescimento sustentado da economia. No mesmo sentido, o Decreto N°. 2.829 de outubro de 1998 estabeleceu o suporte legal para a reestruturação no sistema de planejamento, orçamento e gestão pública no âmbito federal. Foi possível a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Lei Complementar N°. 200) que permitia o planejamento de médio prazo e a adoção do Plano Plurianual (PPA) (2000-2003) como um projeto de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, instrumento de gestão para a racionalização e melhoria da qualidade dos gastos, orientando a administração pública para resultados (SANTOS, 2012, p.43).

Inspirado nesse modelo de planejamento, o governo estadual criou um conjunto de projetos estruturantes submetidos à Gestão Estratégica de Recursos e Ações (GERAES). Cada projeto possuía um diretor executivo encarregado pelas ações práticas e cumprimentos das metas. A Secretária de Estado de Planejamento faz o monitoramento das execuções através da Unidade de Apoio Gerencial dos Projetos Estruturadores (UAGP).

Segundo o sociólogo e ex-Secretario Adjunto de Segurança Pública de Minas Gerais, Luís Flávio Sapori:

O constante percurso no ciclo planejamento/elaboração/avaliação seguia procedimentos previamente definidos pela UAGP, cabendo destacar também o gerenciamento de dificuldades e riscos para a implementação das ações definidas. Em sessões mensais de acompanhamento com as equipes de cada projeto, tarefas diversas eram realizadas: obtenção de dados sobre o andamento do projeto, verificação do desempenho do projeto, identificação das dificuldades e riscos, consolidação de solicitações orçamentárias e eventual revisão do planejamento. Essas informações passam a compor o relatório de situação (*status report*), transformando-se na principal ferramenta gerencial dos coordenadores dos projetos. O gerenciamento intensivo dos projetos estruturadores teve como resultado imediato a potencialização do desempenho orçamentário. Assim em 2004, 86% do crédito autorizado tiveram despesa empenhada, e em 2005 o índice de execução saltou para 94% (SAPORI, 2007, p.141).

A exceção aos cortes de gastos estava na segurança pública, foi a única secretaria com planejamento inicial de investimento. Se comparada com as gestões dos outros governadores houve um crescimento expressivo nos investimentos das políticas de segurança pública. No livro *Aécio Neves: de facto e de jure* (2005), a autora Ana Vasco descreve a estratégica política do governador no campo da segurança pública.

A insegurança já havia tomado conta da população de Minas Gerais quando Aécio Neves assumiu o governo, em janeiro de 2003. Em todo o Estado, os índices de

criminalidade eram altíssimos, as taxas de homicídio alarmantes e o sistema prisional era completamente deficiente. Com falta de vagas em penitenciárias, cerca de 80% dos detentos cumpriam pena em cadeias públicas ou distritos policiais. Essa lotação afetava muito as atividades policiais no Estado, impedindo a implementação de programas eficazes de combate ao crime e à violência. Observando esse cenário e ouvindo a opinião de sua equipe, o governador tomou uma decisão: apesar de todas as áreas de seu governo sofrerem cortes orçamentários para ajuste das contas do Estado, as ações de segurança pública não seriam prejudicadas. Ao contrário o governo buscava novos investimentos para pôr em prática um plano de ação, com 18 projetos, que visava reduzir a criminalidade em Minas, fazer a população participar do trabalho de prevenção e modernizar as instituições e a gestão na área de segurança pública (VASCO, 2005, p. 178 e 179).

Entre 1996 a 1998, no governo de Eduardo Azeredo (PSDB) os investimentos estaduais eram de 29 milhões, caindo no governo seguinte de Itamar Franco (PMDB) para R\$ 1,3 milhão. Aécio Neves (PSDB) investe de 2003 até 2005, anualmente, R\$ 69 milhões. Na interpretação de Sapori essas cifras corroboram como o problema da violência se protagonizou na agenda política. Se comparado a outros estados da região Sudeste como São Paulo e Rio de Janeiro, foi incorporado tardiamente em Minas Gerais, somente na virada do século XXI, mais precisamente, nas eleições estaduais de 2002.

No conjunto dos projetos estruturadores um se destinava a segurança pública, denominado “Redução da criminalidade em Minas Gerais”. Para sua execução foi instituída pela Lei Delegada número 56 de 29 de janeiro de 2003, a criação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS); a partir da fusão de duas secretarias: a Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos e a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Em 2003, com a criação da SEDS, houve uma subordinação operacional das polícias ao secretário de segurança pública, visto que a autonomia institucional e organizacional das hierarquias internas foi mantida fora dos poderes executivos da secretaria. O mesmo acontece com o Corpo de Bombeiros e a Defensoria Pública. Apenas no Sistema Socioeducativo a subordinação foi completa e a SEDS passou a exercer o poder em toda a organização burocrática. Até 2002 as polícias militar e civil não se subordinavam de forma operacional a nenhuma secretaria, mantendo seus vínculos diretamente com o governador.

Nesse novo desenho institucional também foi criado um Colegiado de Integração: órgão composto pelos chefes das administrações públicas de segurança e presidida pelo secretário. Com reuniões semanais o colegiado tem o objetivo de formalizar por meio de decisões coletivas as prioridades e diretrizes estaduais. Através desses novos

empreendimentos morais do governo estadual a segurança pública se destacou como um dos projetos estruturantes que mais se adequou às avaliações da UAGP

Para conter o crescimento da criminalidade o programa de gerenciamento da SEDS foi planejado sobre quatro eixos estruturais de atuação. O primeiro foi o eixo com mais investimento viabilizando a ampliação do sistema prisional. Seguindo a tendência brasileira, em Minas Gerais também há superlotação do sistema prisional e alto índice de encarceramento de indivíduos em distritos policiais sob a custódia da Polícia Civil. Com isso, o principal objetivo desse eixo de ação foi reduzir o déficit de vagas, transferir as custódias dos presos para a Subsecretaria de Administração Penitenciária, implementar e profissionalizar a guarda penitenciária com abertura de concursos e cursos de capacitação.

O segundo eixo consiste nas ações de integração das organizações policiais e valorização da atividade policial. As ações práticas mais significativas foram a criação do Sistema Integrado de Defesa Social com as áreas integradas de segurança pública, sistematização das estatísticas criminais e sua divulgação pública, criação de cursos de capacitação e seminários para a promoção das polícias comunitárias e dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEPS).

O terceiro foi a profissionalização e ampliação do sistema de atendimento ao adolescente. Nesse a política de segurança do Estado elenca como foco especial da sua ação estratégica contra a criminalidade o jovem. Para isso, delineou a construção de novos centros socioeducativos, a ampliação dos dispositivos de gestão compartilhada com a sociedade civil, a profissionalização do sistema de atendimento das medidas de internação, bem como a profissionalização dos agentes e equipe técnica que trabalha com os usuários.

E o último eixo é a implantação das políticas de prevenção à criminalidade. Internamente, entre as nove pastas que compunham o início da SEDS uma superintendência era destinada de maneira exclusiva para a prevenção social da criminalidade. A Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPEC) tem por finalidade “elaborar e coordenar planos, projetos e programas de prevenção integrados à criminalidade nos níveis social e situacional mediante a construção de novas relações entre a sociedade civil e os órgãos componentes do sistema de defesa social”, de acordo com o decreto, número 43.295 de 29 de abril de 2003 (LEITE, 2009). Atualmente, a superintendência se transformou em Coordenadoria de Prevenção a Criminalidade (CPEC).

O objetivo principal da CPEC é o de fomentar e gerenciar um conjunto de programas de prevenção à criminalidade que compõe a rede de proteção social do Estado mineiro. Tal rede de proteção social foi dirigida para pessoas e localidades consideradas mais vulneráveis ao processo de criminalização. Outro fator de destaque nesse novo empreendimento moral da SEDS foi a criação de um corpo técnico de graduados em Administração Pública, ciências humanas ligados, sobretudo, ao CRISP e à Fundação João Pinheiro (FJP). Em dois anos de funcionamento o quadro de técnicos sociais graduados em Psicologia, Serviço Social, Direito e Ciências Sociais já era de aproximadamente 120 funcionários. Essa ligação da gestão política da segurança pública e professores universitários também foi utilizada como uma estratégia na implementação dos programas e organização dos núcleos da criminalidade, utilizados para a criação dos diagnósticos sobre a criminalidade nas cidades de todo Estado.

Quando o plano da prevenção à criminalidade foi posto em prática, a CPEC (na época chamada de SEPC) era formada por 4 diretorias e uma assessoria. A assessoria é composta por um grupo de profissionais que monitoram, sistematizam e fomentam as políticas de prevenção à criminalidade, a gestão do termo de parceria com o Instituto Elo e a coordenação das parcerias de cogestão com os municípios. Cada diretoria é responsável pelo exercício profissional da equipe composta por gestores sociais, técnicos sociais, oficinairos e funcionários de escritório que trabalham nos CPCs.

A *Diretoria de Implantação e Gestão de Núcleos* ficou responsável pelos convênios com as prefeituras, as implementações dos CPCs nas cidades, bem como sistematizações, ações e monitoramentos da política de prevenção em cada cidade. A *Diretoria de Reintegração Social* monitora os técnicos sociais dos programas CEAPA e PRESF. A *Diretoria de Articulação Comunitária* responsável pelo monitoramento dos técnicos sociais do programa Mediação de Conflitos. É a diretoria que monitora as ações da gestora social cargo que coordena os CPCs. A *Diretoria de Promoção Social da Juventude* monitora os técnicos sociais do programa Fica Vivo realiza os estudos técnicos nas cidades e implementa e fomenta as ações institucionais de Intervenção Estratégica nas localidades consideradas áreas de risco.

Nesse plano institucional Minas Gerais desempenhou uma nova atuação prática de prevenção tendo como base um plano sistêmico desenhado por quatro programas que em tese atuam em nichos populacionais e áreas urbanas específicas e complementares. Esse caráter sistêmico também recai na formação da equipe profissional de gestores e técnicos sociais:

equipe profissional composta pela multidisciplinaridade de formações nas ciências humanas: Direito, Psicologia, Serviço Social e Ciências Sociais.

5.3 A gestão política dos números: os crimes violentos entre Minas Gerais e o Brasil

Se na década de 1980 os dados estatísticos indicam o Estado mineiro com padrões considerados razoáveis de criminalidade, na década de 1990 o seu crescimento atingiu índices preocupantes para o governo e as populações da capital, região metropolitana e cidades mais populosas do interior. Como em vários Estados do Brasil, houve em Minas Gerais aumento substancial nas taxas de crimes violentos. Na virada do século esses indicadores cresceram ainda mais causando um maior sentimento de insegurança pública cuja sensação se apresentava nos moldes das grandes metrópoles brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro. Com os números crescentes no considerado pacato Estado mineiro o medo da violência urbana entrava de vez na preocupação diária das famílias mineiras das maiores cidades.

Segundo interpretações de especialistas fomentadores da política, nesse contexto histórico, se comparar os índices de homicídios de algumas unidades federativas e regiões brasileiras, verifica-se em Minas Gerais, entre 1993 a 2002, um aumento de 198% nas taxas de homicídios entre jovens da faixa etária de 15 a 24 anos.

TABELA 3 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes – Faixa Etária de 15 a 24 anos

UF/Regiões	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Aumento %
ES	64,6	61,5	71	69,4	82,9	97,7	92,3	83,9	86,3	103,7	60
MG	10,3	10,3	11	10,4	11,2	13,2	14,9	21,8	24,2	30,7	198
SP	56,6	63,8	65,9	67,3	69,2	78	87,2	89,6	85,6	81	43
RJ	73,2	88,4	120	119	115	107	105	107	103	118	61,2
Sudeste	48,2	54,7	62,4	61,3	63,7	68	72,3	75,5	73,4	76,3	58
Nordeste	25,9	26,3	25,7	28,3	32,4	35,5	75,5	35,1	39,6	39,9	54
Norte	24,8	29	26,8	26,3	29,2	34,1	27,5	32,7	32,8	36,6	47
Sul	19,2	20,4	22,9	22,4	24,6	23,8	25,1	26,9	30,3	35,3	84
Centro-oeste	31,7	31,3	36,6	39,3	37,1	40,9	41,3	49	49,5	50,9	60

Fonte: (WAISELFISZ, 2004)

Apesar do Rio de Janeiro e do Espírito Santo possuírem as maiores taxas de homicídios juvenis, Minas Gerais teve o maior crescimento percentual nos dez anos mensurados, praticamente triplicando o número de óbitos juvenis. Como se interpreta na tabela acima, seu percentual de crescimento é bem maior do que em todas as regiões do país.

Entre os anos de 1986 e 2004 ocorreu um aumento significativo nas taxas de crimes violentos, saindo de 100 crimes violentos por 100 mil habitantes em 1986, para mais de 540 crimes violentos por cada 100 mil habitantes em 2004. Apesar dos roubos ao patrimônio e a mão armada representarem as maiores taxas desse perfil de crime, os homicídios consumados também cresceram, sobretudo, a partir de 1999. Se nesse ano os homicídios atingiram quase 10 pessoas por 100 mil habitantes, em 2004 subiram para um número superior a 22 pessoas executadas por cada 100 mil habitantes. Assim, nesse período de seis anos o número de homicídios no Estado mais do que dobrou.

O aumento na incidência de homicídios foi particularmente intenso na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A cidade de Belo Horizonte, por exemplo, saltou de uma taxa pouco superior de 20 homicídios por 100 mil habitantes em 1996 para a taxa de 64 homicídios por 100 mil habitantes em 2004, representando um crescimento real de 200%. Nesse período, a capital de Minas Gerais saiu de uma posição confortável no cenário nacional – era a sexta capital menos violenta do Brasil – para o incômodo lugar de quarta capital mais violenta em 2004 (SAPORI, 2007, p.131).

Entre a totalidade da população mineira o cenário juvenil traz internamente diferenças e mortes desiguais. Trabalhos como o de Soares, Batitucci e Ribeiro (2007) demonstram como os jovens negros são as principais vítimas das ações de letalidade violenta, sobretudo, por armas de fogo. As taxas masculinas de vitimização por homicídios demonstram que não apenas na faixa-etária juvenil, mas em todos os segmentos populacionais entre 20 e 49 anos o crescimento da vitimização por homicídios da população negra foi bem maior em relação à população branca.

Nesse período, Minas Gerais estava inserida no paradoxal contexto brasileiro da violência urbana atingir mais intensamente os grandes centros urbanos: capitais e regiões metropolitanas; mas, ao mesmo tempo, também se replicar de maneira acelerada nas cidades mais populosas do interior.

Segundo as fontes dos gestores do programa (SAPORI, 2007; OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2009; LEITE, 2009) esses dados começaram a ser revertidos em 2004. Nesse ano os crimes violentos começam a decrescer para 542 ocorrências por 100 mil habitantes. Em 2006 diminuíram para 472 crimes violentos por 100 mil habitantes. Nessa ocasião, também houve uma diminuição das incidências de homicídios.

Com essa reversão dos números de crimes violentos, uma série de publicações científicas realizadas pelo CRISP – teses, dissertações, monografias, artigos, manuais – foram escritas no sentido de corroborar a eficácia das políticas de segurança pública e, sobretudo, dos programas de prevenção à criminalidade. Muitos trabalhos resultaram da constante avaliação e monitoramento das dinâmicas cotidianas dos CPCs.

A partir dessa estruturação burocrática e de gestão administrativa calcada no discurso metodológico da prevenção social à criminalidade desenhada pela combinação da proteção social e a repressão qualificada (SOARES, 2006), a justiça criminal de Minas Gerais teve como meta principal reduzir as ascendentes taxas de criminalidade na capital, cidades que compõe a região metropolitana e demais cidades populosas interioranas.

A política de prevenção teve uma repercussão internacional, incluindo a adesão de intelectuais e gestores da área ao elogio dos resultados iniciais dos programas de segurança pública do Estado. O *Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo* - um dos programas dessa rede de proteção social - tornou-se conhecido e premiado por ter alcançado a meta de reduzir em até 50% os homicídios entre jovens, em localidades onde foi implantado. O reconhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), premiações do Banco Mundial também colocaram a atuação da SEDS, da CPEC e do Programa Fica Vivo na linha de frente das propagandas do governo estadual nas diversas mídias sociais.

5.4 O desenho normativo dos Programas de Prevenção à Criminalidade: entre a proteção social e a repressão qualificada

Ao longo do século XX, intervencionismos na área da prevenção à criminalidade foram criados seguindo um modelo oriundo do campo da epidemiologia, nas quais as iniciativas incidem em um escala com três grandezas. Chamadas de ações primárias, secundárias e terciárias – nomenclatura que para alguns gestores e técnicos sociais, como veremos, caiu em desuso – cada uma dessas grandezas pretendem gerir de maneira complementar iniciativas sobre nichos de segmentos populacionais distintos.

As ações governamentais de Prevenção Social à Criminalidade em Minas Gerais foram inspiradas nesse modelo epidemiológico e implementadas por meio de quatro programas: Mediação de Conflitos, Controle de Homicídios Fica Vivo, Central de Acompanhamento de Penas e Medidas (CEAPA) Alternativas e Programa de Ressocialização do Egresso do Sistema Prisional (PRESF). Para a execução dos trabalhos os Núcleos de Prevenção a Criminalidade (NPCs), mais recentemente renomeados para Centro de Prevenção a Criminalidade (CPCs) são os equipamentos de bases locais e territoriais que servem para a logística das ações dos programas, nesses espaços arrolam as práticas das equipes técnicas dos programas de prevenção à criminalidade.

Classificados de forma sistêmica os programas estão divididos conforme segue. O Programa Mediação de Conflitos e o Programa Fica Vivo são programas primários, alojados nos CPCs que trabalham com a população classificada de área de risco. Os dois programas

possuem um alto vínculo sendo que o Programa Fica Vivo atua na faixa etária juvenil e o Programa Mediação de Conflitos com toda a faixa etária populacional desses territórios.

O CEAPA é o programa de caráter secundário por atender pessoas que prestam medidas de penas alternativas ou pecuniárias. O PRESP é o programa de caráter terciário cujo objetivo é atender pessoas egressas do sistema prisional, familiares e agregados. Geralmente, o CEAPA e o PRESP ficam alojados nos CPCs de base municipal, mas também realizam ações nos CPCs locais.

Com o objetivo de envolver e relacionar o governo do Estado com as prefeituras locais, nos termos de parceria estas são as responsáveis por subsidiar as condições estruturais dos CPCs, enquanto que o governo estadual fica responsável pelo desenvolvimento da política de segurança, das diretrizes metodológicas por subsidiar a equipe técnica.

Alguns convênios com organizações não governamentais foram celebrados pela secretaria. Dentre eles, destaca-se o convênio com o Instituto Elo, instituição do terceiro setor que realiza a gestão dos programas de prevenção à criminalidade. Toda a parte executiva desses programas: como a contratação de gestores, técnicos sociais, administrativos, oficinairos, incluindo as celebrações dos convênios locais com as prefeituras, foram terceirizadas para a instituição.

Os gestores sociais são os responsáveis pelo funcionamento do CPCs municipais e locais, bem como os fomentadores das redes sociais em toda a cidade e nas localidades consideradas áreas de risco. Os técnicos sociais são os funcionários responsáveis pela sistematização, ação e monitoramento da metodologia de cada programa. Os oficinairos são os agentes que realizam atividades com jovens de 14 a 25 anos, essas atividades são artísticas, esportivas e de qualificação profissional.

Adjunto ao aspecto sistêmico das políticas sociais focadas na proteção social da prevenção à criminalidade, a aplicação de ações de intervenção estratégica visava constituir governos de repressão qualificada. Segundo Beato e Peixoto (2005), além de ser muito recente a discussão acerca de modelos de prevenção à criminalidade, na prática há uma oscilação entre dois polos antagônicos:

Programas e políticas são concebidos num movimento pendular que ora oscila na direção das reformas sociais de grande escala, ora pende para o uso intensivo de estratégias policiais, repressivas e punitivas. Posto dessa maneira, a contradição entre eles se torna visível não obstante engenhosas retóricas que visam a compatibilizá-los. Políticas repressivas supõem estratégias e programas centrados nas organizações do sistema de justiça criminal, em especial a polícia, que visam a incrementar sua eficiência embora não se saiba muito bem como avaliá-la. Políticas sociais, por sua vez, tem que encarar com clareza a tensão que se coloca entre objetivos que precisam ser universalmente postos, e a necessidade de ações focalizadas a partir de incidência de criminalidade. Contudo, a tensão expressa nessa oposição não tem produzido bons resultados, indicando claramente deficiências de ordem cognitiva que orientam as premissas subjacentes a essas abordagens (BEATO e PEIXOTO, 2005, p.170).

Uma articulação da rede de proteção social com a repressão qualificada da PMMG foi constituída com o modelo do Grupo Especializado de Policiamento em Área de Risco (GEPAR). Inspirado no Grupo de Policiamento de Áreas Especiais do Rio de Janeiro (GPAE), criado no ano 2000 o agrupamento mineiro tem como objetivo principal articular estratégias de polícia comunitária, repressão policial e prevenção da criminalidade em favelas e bairros denominados de área de risco, sendo assim, um tipo de policiamento incorporado no planejamento sistêmico de políticas sociais preventivas.

O GEPAR⁴¹ é um tipo de policiamento denominado de pró-ativo, suas ações de prevenção e repressão são pautadas em análises estatísticas da criminalidade da área em que atuam através de trocas de informações constantemente atualizadas com as seções da inteligência policial. Realizam-se estudos técnicos em segurança pública cujo objetivo é qualificar ações repressivas para potencializar a prevenção. Esses estudos são destinados aos Grupos de Intervenção Estratégica compostos por juízes criminais, promotores criminais, gestores sociais dos CPCs, delegados, policiais militares que se reúnem frequentemente para discutir assuntos de segurança pública na cidade.

Simultaneamente os CPCs de bases municipais e locais são implementados nas cidades. Um dos objetivos principais das equipes dos CPCs locais é constituir as redes sociais

⁴¹ Em termos estruturais o agrupamento é distribuído geralmente em três guarnições com circulação diuturna, composta por três policiais que atuam por turno de oito horas. Essas guarnições estão subordinadas ao comando de um tenente. Os policiais são equipados com colete à prova de bala, pistolas, rádios transmissores, algemas, bastões tipo tonfa e utilizam viatura Troller e caminhonetes, permitindo cobrir áreas territoriais que não eram policiadas devido às dificuldades geográficas. A arregimentação dos policiais ocorre de forma voluntária, eles se candidatam a fazer parte do agrupamento. Fazem várias disciplinas (mobilização social, prevenção e controle de drogas, direitos humanos, policiamento comunitário) que totalizam 40 horas de curso, sendo necessário que tenham no mínimo um ano de experiência em atividades ostensivas.

de acessos a serviços básicos para os usuários dos programas. Essas redes são múltiplas, no caso dos programas secundários e terciários são constituídas abrangendo toda a cidade. Com os CPCs de base local os programas primários são focados nas populações das localidades denominadas de áreas de risco. Dentre os vários objetivos da constituição dessas redes está a articulação complementar para os usuários acessarem, por meio de encaminhamentos, outros tipos de serviços públicos: jurídicos, educacionais, de saúde, artísticos, etc. Assim, dessa articulação de paradigmas diferentes no que tange o pensamento social da prevenção à criminalidade o governo mineiro criou um grande desafio em tentar mobilizar essas instituições com filosofias bem distintas.

5.5 Gênese e organização comunitária: o programa Controle de Homicídios Fica Vivo

Entre os anos de 2002 e 2003, ocorreram várias reuniões com secretários municipais de prefeituras, associações de moradores, gestores da Polícia Civil e Militar, pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais. Dessas reuniões surgiram duas propostas que nortearam as políticas de prevenção social: a mobilização comunitária através da constituição da rede de proteção social e uma nova configuração de repressão policial qualificada.

Por essas razões, o Programa Fica Vivo foi planejado com o objetivo de reduzir o número de homicídios nas áreas de risco das cidades mineiras mais populosas. Ele foi implementado em 2002, através de um projeto piloto que ocorreu no aglomerado do Morro das Pedras, região metropolitana de Belo Horizonte, quando ainda se chamava Programa de Controle de Homicídios. Em 2003 foi institucionalizado pela Secretária Estadual de Defesa Social de Minas Gerais em outros aglomerados da capital e região metropolitana.

O sucesso do programa, com redução de aproximadamente 47% dos homicídios nos primeiros seis meses de implementação do programa estimulou sua institucionalização. Atualmente, o projeto está sob o comando do governo de Minas Gerais, após ser incluído no Plano Emergencial de Segurança Pública e institucionalização pelo Decreto n. 43.334, de 20 de maio de 2003 (Diário de Executivo, Legislativo e Judiciário, 2003:pp.2-3) e está sendo implementado em 17 comunidades (BEATO, 2008, p.80).

Inicialmente, com uma nomenclatura que pudesse gerar estigmas para seus usuários, houve por parte dos moradores do aglomerado Morro das Pedras a sugestão do programa se chamar apenas Fica Vivo. O projeto iniciou sobre a alcunha de Programa Controle de Homicídios e apesar do objetivo geral do projeto ser o de diminuir os homicídios nas áreas de risco, tal nomenclatura trouxe no início de sua história essas variações, por causa da sua substancial expressividade interpretada por parte da população local.

Outros estudos, como o *Fica Vivo! Proteção, mobilização e intervenção* (2009) de Igor Adolfo Assaf Mendes corrobora a eficácia do programa no aglomerado Morro das Pedras. Dados do CRISP de 2005 sobre a percepção dos moradores quanto à eficiência do programa no aglomerado demonstram que mais de 55% dos moradores da localidade acreditam que o programa funciona muito, 18,70% que responderam que o programa funciona, quase 13% que funciona razoavelmente contra outros 13% que funciona pouco.

Como descreve Beato, os objetivos geral e específicos do programa são:

O principal objetivo do Fica Vivo é a redução do número de homicídios. Dentre os objetivos específicos destacam-se: 1) fortalecer a mobilização da comunidade, “empoderando-a” para a resolução de problemas de segurança pública; 2) articular agências públicas e organizações não-governamentais que operam no plano local, otimizando a oferta de serviços de saúde, educação, assistência social e segurança pública, criando uma rede de proteção social e potencializando, assim, a intervenção estatal; 3) oferecer oportunidades no campo da educação, cultura, lazer e profissionalização para a população-alvo do programa; 4) estabelecer ambiente de debate em torno dos problemas de segurança; 5) reduzir o medo; 6) melhorar o policiamento na comunidade. Para realizar esses objetivos definiu-se a seguinte organização: 1) criação de um grupo de gestão de intervenção estratégica do programa voltado para as iniciativas no campo da justiça criminal (prisão de homicidas, policiamento velado, policiamento comunitário, etc.); 2) criação de um grupo de mobilização comunitária voltado para a gestão das ações de mobilização da comunidade e suporte social; 3) criação de um fórum da comunidade (BEATO, 2008, p.80).

Para desenvolver tal empreendimento uma equipe é formada, geralmente, por um gestor social, dois técnicos sociais, dois estagiários e 20 a 25icineiros, além dos auxiliares administrativos. Em suma, a metodologia do programa é posta em prática a partir de dois eixos de atuação:

a) A *Intervenção Estratégica*, instância de diálogo entre instituições do sistema de justiça, favorecendo a repressão qualificada como ação de prevenção através de um controle especializado sobre os jovens usuários moradores das áreas de risco. São funções do grupo:

promover ações de repressão qualificada, por meio de levantamento da inteligência policial e *modus operandi* de alvos envolvidos com a dinâmica criminal, realizar levantamento das gangues através de organogramas e identificar as demandas das instituições de justiça criminal fomentando encaminhamento de usuários em uma rede de co-responsabilização. Tais práticas também são executadas por meio de reuniões de planejamento entre os agentes da justiça criminal das cidades com os gestores e técnicos sociais do programa.

b) A *Proteção Social* visa o trabalho de atendimento psicossocial aos jovens da localidade, o suporte para a realização das oficinas, os projetos institucionais e a constituição de redes comunitárias que garantam o acesso aos direitos sociais. Os atendimentos psicossociais são realizados pelos técnicos sociais aos jovens que, por algum motivo pessoal, queiram compartilhar seus problemas. Como a demanda é realizada pelos jovens com motivações distintas, não há uma padronização nessas formas de atendimento, podendo ser realizada no CPCs, no local da oficina ou na rua.

Alguns projetos institucionais do programa são planejados anualmente, dentre eles, destaca-se: Olimpíadas Fica Vivo, Exposição de Grafite, Formação de Multiplicadores, Seminários de Oficineiros e Seminário de Articulação Proteção Social e Intervenção Estratégica. Adjuntos aos projetos institucionais, cada CPC pode desenvolver projetos locais. Esses projetos locais são divididos em projetos temáticos e projetos de oficinas. Os projetos temáticos têm como referência a equipe de técnicos sociais e nos projetos de oficinas a referência são os oficineiros.

As formações das redes de prevenção à criminalidade também são constituídas através de vínculos de referências públicas institucionais e não-institucionais tais como entidades de defesa social, justiça, educação, saúde e desenvolvimento social, como por exemplo, os centros de saúde, ONGs educacionais e as escolas existentes na comunidade.

Segundo Mendes, o Programa Fica Vivo é formado por:

técnicos sociais das áreas de direito, psicologia, sociologia, assistência social e afins, cada núcleo oferece um conjunto de atendimentos psicossociais e terapêuticos. Dentre as responsabilidades das equipes técnicas em cada localidade destaca-se: elaborar estudo socioeconômico da comunidade, realizar os atendimentos e fazer encaminhamentos necessários, identificar emergências, divulgar os programas na comunidade, mapear a rede local, aplicar sistematicamente a metodologia dos programas em que atuam, organizar e participar das ações locais, elaborar relatórios de atendimentos e ações empreendidas” (MENDES, 2009, p. 217 e 218).

Os técnicos sociais monitorados pelo gestor social local e supervisores da Diretoria de Promoção Social da Juventude são os responsáveis pela aplicação da metodologia do programa nas localidades. Suas atribuições são multifacetadas tais como organizar, atender e fazer encaminhamentos específicos em programas da rede municipal, participar das ações do município relacionadas à segurança pública, fomentar as ações locais temáticas relacionadas ao tema e as redes comunitárias, participar da elaboração e execução do Plano Local de Prevenção, elaborar relatórios de atendimento e de ações, supervisionar os estagiários de sua área de atuação, realizar visitas domiciliares, elaborar e acompanhar projetos temáticos e ainda, supervisionar as oficinas.

Os estagiários possuem atribuições de suporte aos técnicos sociais e oficinairos, realizam atendimentos supervisionados pelos técnicos sociais, contribui com a articulação da rede, participa das atividades desenvolvidas pelo CPCs e elabora relatórios de atendimento relativos aos usuários.

Conjugado aos técnicos sociais e estagiários, os oficinairos são os profissionais do projeto que entram diretamente em contato com os adolescentes beneficiários. Essas oficinas seguem as demandas que são propostas dentro das comunidades escolhidas, grande parte desses oficinairos são moradores da localidade. Eles também possuem um conjunto de atribuições, como criação de vínculo entre os jovens e o programa, acesso aos espaços de debate e de mediações de conflitos com os jovens, ampliação dos horizontes dos jovens aos elementos artísticos, culturais, esportivos e profissionalizantes, realização de encontros que coadunam com o objetivo do programa, elaboração mensal de relatórios e listas de presença dos jovens atendidos nas oficinas.

Destaca-se que o atendimento realizado pelos oficinairos diferencia-se daquele realizado pelos técnicos, tendo em vista estar mediado por um ofício e por um saber que lhes é próprio. Cada Núcleo [atualmente CPC] realiza em média 25 oficinas de forma contínua, com participação de 20 a 25 jovens. A carga horária mensal de um oficinairo é de 28 horas, divididas em 20 horas de oficinas e 08 horas de reuniões coletivas e/ou individuais com os técnicos do Programa. As 20 horas de oficinas devem ser preferencialmente divididas em 05 horas de oficina por semana, divididas pelo menos em 02 encontros semanais. Os oficinairos são remunerados pelos trabalhos. As oficinas são orientadas pela articulação entre a dinâmica criminal, a demanda do jovem, os aspectos sócio-culturais e a avaliação/seleção do oficinairo. Sabe-se que nem sempre a demanda do jovem chega ao Programa de maneira organizada. Por isso, em alguns momentos, as oficinas são implantadas com a intenção de se estabelecer um vínculo com os jovens, mesmo que neste contato eles manifestem o desejo por outras modalidades, que serão desenvolvidas a partir dessas

interações e, sempre que possível de acordo com o interesse dos mesmos (LEITE, 2009, p. 87).

Em contato mais frequente com os jovens da localidade, o oficinairo é um agente mediador do programa mais capilarizado nos meios juvenis e no cotidiano do bairro, sendo sua participação estratégica para o desenvolvimento da metodologia não apenas da proteção social como também da intervenção estratégica do programa.

Em síntese, conforme o manual normativo de Leite (2009), no início de sua implementação, o Programa Fica Vivo e demais atividades dos outros programas da CEPEC relacionados a ele, seguia as seguintes fases no início de sua gestão:

- a) Elaboração de relatório de dados sobre criminalidade no Estado de Minas Gerais;
- b) Definição pelo colegiado de Defesa Social da área/município de implementação da política de prevenção à criminalidade;
- c) Formação, pela Polícia Militar, do Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco – GEPAR.
- d) Estudos técnicos da área de implantação;
- e) Implantação do Núcleo de Prevenção à Criminalidade de base local;
- f) Levantamento do patrimônio sócio-cultural da área de implantação;
- g) Apresentação do Programa para a comunidade local;
- h) Seleção de projetos para oficinas;
- i) Divulgação das oficinas;
- j) Realização das oficinas;
- k) Capacitação permanente dos oficinairos;
- l) Início dos atendimentos psicossociais, acolhimentos e encaminhamentos;
- m) Elaboração de projetos locais pelos técnicos com a comunidade;
- n) Avaliação e monitoramento do programa e acompanhamento das equipes técnicas: monitoramento dos números de homicídios das áreas onde o programa atua; acompanhamento das metas compactuadas, acompanhamento e supervisão metodológica do trabalho desenvolvido pelas equipes técnicas, através de visitas, reuniões, capacitações e relatórios (LEITE, 2009, p. 95 e 96).

Nesse contexto de implantação, o novo desenho burocrático da segurança pública estadual mineira, apesar das especificidades apresentadas, seguia algumas diretrizes mais amplas do contexto político brasileiro, discutidas pelo grupo de intelectuais e políticos que desenvolveram ao longo dos governos federais de FHC e Lula ações de gestão no campo da

segurança pública. Em suma, se no campo político partidário as relações de oposição entre governos do PT e PSDB não criaram relações práticas efetivas entre tais governos quando ocupavam entes federativos distintos no que tange as políticas de segurança pública de muitos Estados, como, por exemplo, o Estado de São Paulo; no caso de Minas Gerais houve um *vínculo técnico* entre o governo estadual e governo federal, gerando recursos significativos para a replicação do programa para outras localidades de Belo Horizonte, Região Metropolitana e cidades do interior.

Todavia, como veremos em relatos adiante, em alguns momentos o vínculo técnico entre governo municipal (PT) e governo estadual (PSDB) não ocorreu de maneira tão amistosa prejudicando algumas ações. De toda maneira, acredita-se que nessa figuração específica do Estado mineiro as posturas republicanas dos gestores/acadêmicos que circulavam nos vários entes federativos objetivando as questões técnicas do campo propiciaram a efetivação dessas políticas. Muitos deles mesmo trabalhando para partidos diferentes possuíam relações profissionais e até afetivas pela carreira comum possibilitando que o projeto sistêmico fosse colocado em prática. Por fim, é importante mencionar como esse vínculo técnico possibilitou um dos primeiros replicamentos consistentes de política de prevenção à criminalidade no Brasil com sua difusão para várias localidades denominadas de *áreas de risco*.

5.6 As teorias intervencionistas: leituras mineiras da escola de Chicago sobre as *áreas de risco*

Na metodologia gerencial da segurança pública mineira os diagnósticos possuem como parâmetro classificar certos aglomerados, periferias e favelas com altos índices de crimes violentos como áreas de risco:

Estudos de segurança pública no mundo inteiro demonstram que **o crime se distribui espacialmente de forma muito desigual**. Sabe-se que determinados lugares vivenciam de forma mais concentrada situações de violência e, principalmente, **as periferias mais pobres são marcadas por maior concentração de processos de criminalização**. Por isso é fundamental, quando da implantação de estratégias de prevenção, conhecer a distribuição espacial das violências e criminalidades, a partir de geoprocessamento e georeferenciamento de informações, que possam orientar estratégias locais de acordo com a realidade sócio-espacial (LEITE, 2009, p. 34).

Nessa perspectiva a relação entre criminalidade e distribuição sócio-espacial da população é interpretada como um dos principais problemas sociais da criminalidade na cidade. Neves descreve em seu artigo *Manual prático da morte: a dimensão da letalidade juvenil (2009)* como a corrente teórica da ecologia do crime pode oferecer um conjunto de explicações para esses fatores ambientais. Discussões sobre criminalidade e cidade oriunda da escola de Chicago seguiu, na década de 1940, um caminho conceitual com destaque para a teoria da desorganização social:

Os estudos que culminam na construção da teoria da desorganização social têm origem, como vimos na Escola de Chicago, com os pesquisadores Clifford Shaw e Henry McKay. Esses autores realizam um amplo estudo na cidade de Chicago com o intuito de averiguar as possíveis causas das altas taxas de violência e criminalidade naquela localidade. A partir da pesquisa realizada, concluem que **a criminalidade violenta incide com maior frequência nos bairros pobres e deteriorados de Chicago**. A partir dessas tendências, os autores associaram o surgimento desses fenômenos à desorganização social e à dificuldade que essas comunidades apresentaram em conceber valores comuns e laços sociais. Esses elementos dificultariam o controle efetivo do comportamento dos membros das comunidades. Além disso, na pesquisa, também foi possível averiguar que as comunidades com alta incidência de criminalidade, além de serem marcadas pela pobreza e deterioração, eram compostas por um conjunto significativo de minorias étnicas que assim que possível se mudariam para localidades com melhores condições de vida. Pobreza, degradação, alta rotatividade residencial e heterogeneidade étnica, são para esses autores, que compunham um quadro que impossibilitava o estabelecimento de valores e concepções de vida comuns. Em decorrência disso, para eles, nesses locais, os mecanismos de controle social eram frágeis, o que não oferecia muitos obstáculos para o surgimento de altas taxas de criminalidade (NEVES, 2009, p. 185).

Segundo essa perspectiva, ao invés de priorizar a associação direta entre pobreza e criminalidade, tal argumento faz uma conexão causal entre crimes e localidades pobres desestruturadas. Em Belo Horizonte, devido a um gerenciamento armado de disputa pelo comércio das drogas ilícitas por gangues, o consumo do *crack* e com mecanismos frágeis de controle social sobre os jovens, os crimes violentos, sobretudo, os homicídios ocorrem com maior probabilidade nessas localidades. Dessa forma, o crime e a pobreza apresentam causalidades quando há problemas de coesão social no território por falta de um controle social em moldes parecidos com o que ocorria nas cidades norte-americanas. Com a falta de controle social, as gangues acabam possuindo grande liberdade para ações ilícitas.

Para Beato e Peixoto (2005) a explicação ecológica do crime oriunda da escola de Chicago passa por dois eixos sociológicos: 1) as teorias da desordem física; 2) as teorias de

desordem social. A primeira faz a conexão de crimes às características físicas das localidades, como prédios degradados, lotes vagos, tais ações criminosas geradoras da desordem física são denominadas como problemas das “janelas quebradas”. Com o passar do tempo sem medidas de controle social e com a desordem instalada as pessoas podem cometer crimes mais sérios (Beato e Peixoto, 2005:168). A segunda teoria está calculada na capacidade da população em supervisionar os seus membros, sendo esse controle exercido através de interações sociais exercidos por organizações sociais formais como comitês, clubes, instituições religiosas, Ongs, etc.

A análise ecológica da distribuição dos delitos criminais em centros urbanos conduz-nos a algumas questões de natureza teórica e de natureza prática. Em termos práticos, a questão é: por que alguns bairros e localidades de uma cidade tem altas taxas de criminalidade? Teoricamente, a literatura que lida com a hipótese da desagregação social debita essa maior incidência às características socioeconômicas das comunidades, cidades, bairros e vizinhanças (Shaw & McKay, 1942; Parker e Burgess, 1924; Burisk, 1986). Na realidade esse mecanismo de causação não se dá de forma direta, mas como resultado do fato de áreas com maior privação relativa e absoluta provocarem incrementos de mobilidade e heterogeneidade populacional, conduzindo assim a um enfraquecimento dos laços tradicionais de controle social e, conseqüentemente, a um maior número de crimes. Contudo, evidências empíricas mostram que existem lugares em uma cidade que apresentam alta incidência de delitos cuja explicação não se dá apenas pelas características de suas populações. Existe algo a mais que se relaciona às características ambientais que podem estar favorecendo essa incidência de atividades criminosas (Stark, 1987). Uma abordagem sociológica deverá conter esses traços de lugares e grupos, em vez de focar apenas nas características dos indivíduos ou grupos, ao invés de focar apenas ou nas características de grupos sociais ou nas características dos indivíduos (BEATO e PEIXOTO, 2005, p.169).

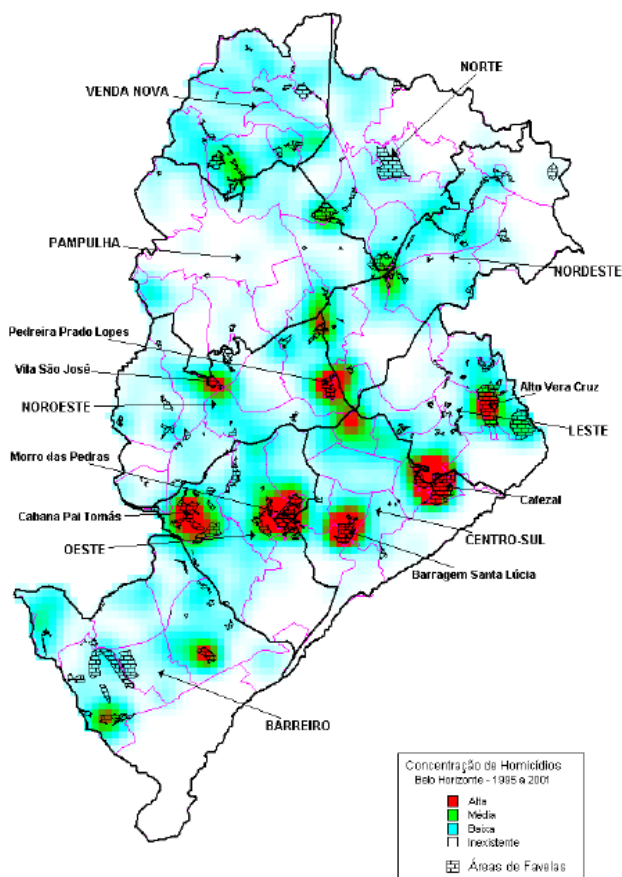
Estudos de Claudio Beato e Peixoto (2005 e 2008) demonstram como o crescimento dos homicídios na capital mineira não ocorreu de maneira homogênea. Se os números absolutos de homicídio da cidade cresceram em mais de 100%, esse crescimento concentrou-se apenas em seis áreas de aglomerados urbanos, sugerindo assim, segundo o pesquisador, um efeito de “implosão” espacial de mortes violentas em Belo Horizonte.

Gráfico referente às taxas de homicídios no Morro das Pedras, nos aglomerados da cidade e nos bairros durante o ano de 2000 a 2005 permite visualizar o impacto do Programa Fica Vivo. É importante ressaltar que o programa foi implantado a partir do mês de agosto de 2002 no aglomerado Morro das Pedras, com o objetivo de reduzir os elevados índices de homicídios nesta área. No que diz respeito às taxas de homicídio nesse local, no período de agosto a dezembro de 2002 (41,91 por 100 mil pessoas) verifica-se uma redução de 25% com relação à taxa de homicídio no mesmo período do ano de 2001 (55,88 por 100 mil pessoas). Ainda é interessante observar o quanto este programa foi impactante na redução das mortes se analisarmos os valores da taxa

de homicídios nos dois períodos do ano de 2003, momento em que o programa fica sem uma coordenação ou mesmo sem a continuidade das atividades desenvolvidas a partir da sua implementação. Nesse caso, há um crescimento gradativo das taxas, passando para 48,90 por 100 mil pessoas nos meses de janeiro a julho de 2003 e alcançando a cifra de 55,88 por 100 mil pessoas nos meses de agosto a dezembro desse mesmo ano (BEATO e SILVEIRA, 2008, p.84).

Através dos números apresentados o sociólogo corrobora a eficácia do programa. Com apenas seis meses de sua instalação o número de homicídios foi reduzido em 25%. No período de 2003, elencado pelo autor como período de abandono do programa, os números de homicídios foram aumentando até atingir, no segundo semestre, o exato crescimento de 25%. Beato ainda menciona que se compararmos a área de extensão de 300 metros no entorno do aglomerado os resultados são ainda mais expressivos chegando, no período de agosto a dezembro de 2002, a uma diminuição de 50% nos homicídios.

MAPA 3 – Regiões de Belo Horizonte com maior concentração de homicídios



(Fonte: COPOM, 2002 citado por SILVEIRA, 2008, p.128)

Portanto, para os pesquisadores e gestores das políticas de segurança pública mineira o contexto de implosão espacial violento em alguns aglomerados da cidade de Belo Horizonte possuem correlatos com o que pesquisadores da criminologia americana da escola de Chicago escreveram sobre a sua cidade. Assim, as relações causais entre crime e pobreza são cimentadas através da desorganização social de certos territórios, geralmente aglomerados identificados como áreas de risco. As políticas de prevenção à criminalidade visam atuar nessas áreas de risco criando uma repressão qualificada com policiamentos especiais para retirar os marginais de circulação e gerando um empoderamento para a população desses aglomerados desorganizados criarem redes de proteção social.

5.7 O Projeto Morro das Pedras: leituras entre a escola de Chicago e o Capital Social

Uma das características do campo da segurança pública em Minas Gerais é a atuação de cientistas sociais intervencionistas. Vimos como a articulação entre os pioneiros nesses estudos, as instituições de ensino superior e as agências de defesa social possibilitaram que modelos teóricos da sociologia fossem colocados em prática sob a orientação desses gestores e sob a tutela das instituições políticas. Com esse vínculo, o processo de expansão das pesquisas nas áreas dos direitos humanos, segurança pública e prevenção à violência se institucionalizaram em algumas fileiras da graduação e programas de pós-graduação.

Em 2003 a pesquisadora e gestora pública Flávia Lana Leite escreveu uma das primeiras avaliações acadêmicas sobre o Programa Fica Vivo, no aglomerado Morro das Pedras. Defendeu uma monografia em Administração Pública na Fundação João Pinheiro, cujo objetivo foi verificar se o programa gerou *capital social* para a comunidade – termo apontado como um ativo para os indivíduos organizados em coletivo na busca da solução de problemas sociais. Inspirada em cientistas políticos de abordagens culturalistas como Robert Putnam e James Coleman, a pesquisadora descreveu três elementos: confiança, cooperação e solidariedade, como fatores principais no estabelecimento de redes de proteção social nas comunidades consideradas áreas de risco. Assim, o estudo visa aferir o grau de eficácia coletiva nas formas de associativismo e engajamento cívico, na relação entre as instituições de governo e a população local.

Para ela, o estabelecimento de cooperação entre os moradores e as instituições públicas permite que eles trabalhem juntos para a *regeneração social* da região. A mobilidade social da vizinhança – a saída das pessoas de bem e a chegada de famílias mais descompromissadas com o coletivo – gera uma espiral de degradação social que necessita ser contida por normas públicas de controle social. Com essa espiral negativa instalada, certas comunidades tornam seus habitantes incapazes de agir sem o apoio da estrutura formal para mudar a situação. Essa parceria permite que as relações sejam revertidas pelas redes que fomentam o capital social. Redes de cooperação entre instituições governamentais e a população criam normas que servem para manter o equilíbrio, o desenvolvimento comunitário e, principalmente, uma nova modalidade de coordenação e planejamento das políticas públicas. Na medida em que os modelos políticos se mostraram insuficientes – tanto os

neoliberais, tendo em vista a ineficácia do mercado em regular os problemas sociais, quanto o de Estado de bem-estar social em centralizar o poder ao ser o provedor direto das ações políticas – o novo papel das instâncias governamentais, segundo a autora, é o de coordenar e fiscalizar os serviços prestados para a sociedade civil.

Assim, citando as dinâmicas criminais e as interpretações estatísticas⁴² sobre os homicídios em Belo Horizonte, a autora relaciona as teorias sobre capital social com as teorias da desorganização social. As relações causais entre desorganização social do território e a falta de controle social sobre a população juvenil, culminando nas gangues que agenciam o tráfico de drogas, são as principais causas destacadas da criminalidade violenta na capital mineira.

Fazendo uma analogia a criminalidade, percebemos que os crimes não estão associados apenas à questão financeira, o qual é comprovado o fato de que não são apenas pessoas pobres que agem contra a lei. Entretanto, não poderemos esquecer que os crimes, em geral, são mais frequentes em áreas degradadas, cuja população passa por vários tipos de dificuldades (LEITE, 2003, p.119).

Com a implantação do programa houve, em seis meses de projeto, uma eficácia coletiva na aplicação das políticas de controle de homicídios do Fica Vivo, com a redução do número de homicídios em 47%. Atuando de maneira preventiva e cirúrgica ao retirar os “bandidos” de circulação, o sucesso do projeto-piloto ao atingir um capital social positivo ocorreu pelas seguintes ações: estruturação de grupos de trabalho, em que instituições públicas e privadas, Ongs e população local agem de forma integrada; intervenção social, cadastro e monitoramento do conflito entre gangues; oferta de serviços sociais e de oportunidades de educação e emprego; promoção de mudanças organizacionais nas agências encarregadas de lidar com o problema; operações policiais com mandados de busca e apreensão mais amplos; implementação de um novo policiamento sem rivalidades com a população local; constituição de uma rede de proteção social responsável pela mobilização e realização do Fórum da Comunidade.

⁴² A autora também usa os mesmos dados sobre os homicídios na capital mineira utilizados nos trabalhos citados (BEATO e PEIXOTO, 2005) anteriormente. Os homicídios ocorrerem de forma mais efetiva em seis dos 81 aglomerados corroborando o diagnóstico espacial da ecologia do crime.

Para Flavia Leite no que se refere aos jovens, principais autores e vítimas dos homicídios, foram traçados três objetivos gerais: 1) promoção de arte, cultura e lazer; 2) inclusão no mercado de trabalho; 3) espaço para discutir questões referentes a cidadania, buscando demonstrar os perigos e desvantagens em participar de uma gangue. As práticas sociais também foram divididas em três fases: 1) oferecimento de oficinas abertas; 2) oficinas dirigidas para 30 jovens escolhidos; 3) seleção de jovens para 30 bolsas comunitárias.

Para Leite, mesmo com alguns reflexos, como o problema das chuvas e a saída de “pessoas chaves” de dentro das instituições políticas municipais, foram expressivos os resultados obtidos na redução dos homicídios e nos benefícios advindos da constituição da rede de proteção social. O fator positivo apontado por várias lideranças comunitárias, segundo a pesquisadora, foi a capacidade que o programa demonstrou ao colocar a discussão do problema dos homicídios na “ordem do dia”, e o estabelecimento de relações mais estáveis entre os agentes da rede, baseadas na confiança, no reconhecimento dos interesses comuns e no reforço de normas de controle social. Assim, com base nesses relatos, a autora avalia que o programa geriu condições positivas quanto aos elementos de confiança, cooperação e solidariedade do capital social no aglomerado.

Em 2007, Andréia Maria Silveira publica a tese intitulada *Prevenindo Homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte* – produzida no Programa de Pós-graduação de Sociologia e Política da UFMG. A pesquisa também compartilha os pressupostos teóricos da desorganização social no aglomerado, ao diagnosticar a falta de controle social sobre os jovens que aderem às gangues envolvidas em tráfico de drogas e porte de armas como causas principais do homicídio⁴³.

Adjunto ao problema estatístico da territorialização do crime nas cidades, sua revisão bibliográfica demonstra como o tema das gangues⁴⁴ vem sendo utilizado com grande

⁴³ A pesquisadora apresenta, de início, as dificuldades na coleta de dados em pesquisas sobre homicídios no Brasil. As informações estatísticas sobre o assunto, muitas vezes, são imprecisas e divergentes nas fontes das instituições policiais e de saúde pública.

⁴⁴ Também sob influência de vários autores da escola de Chicago, a autora apresenta as seguintes demonstrações teóricas sobre as *gangues*: i) grupos de jovens percebidos como agregados distintos causadores de comportamento desviante, emergentes de áreas pobres e socialmente desorganizadas; ii) grupos de jovens envolvidos em algum tipo de atividade ilegal, geralmente de natureza violenta; iii) produto das classes baixas, com valores e metas diferentes das classes médias, cuja afirmação da hipermasculinidade prevalece em áreas de domicílios femininos, aumentando a probabilidade de crimes violentos; iv) incapacidade dos adultos em supervisionar os jovens.

frequência na literatura acadêmica brasileira para designar grupos de jovens auto-organizados que cometem algum tipo de infração à lei. A correlação entre crimes de tráfico de drogas e violência, homicídios, gangues e a teoria da desorganização social do território são as conexões de sentido apresentadas pela pesquisa e corroboradas pelos dados estatísticos de Belo Horizonte. Em suma, houve como princípio analítico, na aplicação da teoria da desorganização social a rejeição teórica às explicações sobre os efeitos criminosos a partir dos indivíduos, deslocando a causa para uma teoria focada nos problemas sociais de coletividade e situacionais de território.

Silveira destaca como, nos últimos anos, algumas políticas de prevenção à criminalidade foram modelos bem-sucedidos de intervenção social nesses territórios caracterizados como áreas de risco criminal. No Brasil⁴⁵, em 2003, a Política Nacional de Segurança Pública ampliou a possibilidade de financiamento de ações práticas de prevenção ao crime. Em 2005, houve a apresentação de 168 práticas de prevenção à criminalidade. Apesar desses números e de bons projetos, poucos modelos foram replicados em larga escala. Dentre os projetos internacionais, ela destaca alguns programas norte americanos e latinos⁴⁶.

⁴⁵ Nas cidades brasileiras, Silveira destaca o programa municipal de redução de homicídios em Diadema/SP. Um conjunto de medidas de natureza preventiva conseguiu reduzir o número de homicídios em 74%. Em 2001 é implementado o Plano de Segurança Pública. Entre as ações sociais empreendidas pelo município, a pesquisadora destaca a Lei de Fechamento dos Bares, cujas normas restringem o funcionamento dos estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas entre 23 e 06 horas todos os dias. Tal normativa foi criada a partir da constatação de que 60% dos homicídios ocorridos no ano de 2001 foram executados entre esses horários, nos entornos de locais que vendiam bebidas alcoólicas para consumo imediato. Também foram aplicados o Programa de Mediação de Conflitos e o Centro Integrado de Videomonitoramento. Outras ações práticas foram a Campanha do Desarmamento Infantil e o Programa Anjos do Quarteirão. No primeiro programa as crianças trocam armas de brinquedo por revistas infantis e, no segundo, guardas civis municipais circulam a pé pelos bairros da cidade, com o objetivo de fortalecer suas relações com a população e melhorar a vigilância nos estabelecimentos comerciais. Em 2004, Serra/ES apresentava a incrível taxa de 120,9 homicídios por 100.000. Em 2005 foi criado o Fórum Serra Cidade da Paz. Das iniciativas pensadas surgiram 120 medidas para redução da violência. Estavam divididas em três eixos: mobilização social, impunidade e defesa social. Para 2008, foi estipulada pelo fórum a redução dos homicídios para 28 casos por 100.000 habitantes.

⁴⁶ O programa *The Boston Gun Project's – Operation Ceasefire*. Criado em 1995, a iniciativa combateu os homicídios entre jovens em bairros violentos de Boston. A articulação entre agências públicas e da sociedade civil criou ações de proteção social para combater o tráfico de armas, prender homicidas, combater as ações das gangues e reduzir o medo nesses bairros. O programa obteve redução acentuada dos crimes de homicídios nessas localidades. Bem sucedido, se replicou para outros municípios, em programas como o *Reducing Gun Violence – Community Problem Solving in Atlanta* e o *Reducing Gun Violence – Operation Ceasefire in Los Angeles*. Essas iniciativas se tornaram fonte de inspiração para a implantação do Programa Fica Vivo. Programas de prevenção à criminalidade também foram aplicados com eficácia coletiva em algumas cidades da América Latina. Na década de 1990, destaca-se o DESEPAZ – *Programa de Desarrollo, Seguridad y Paz*, implementado na cidade de Cali/Colômbia. Entre 1983 e 1993 houve um aumento de 366% nos homicídios. Outro programa colombiano mencionado por Silveira foi *Cultura Ciudadã*, também se destacou no combate aos homicídios. Aplicado pela Prefeitura de Bogotá, entre 1995 e 1997, os resultados geraram uma queda da taxa de homicídios de 72 para 51 por 100.000 habitantes. O programa criou uma circular mensal com informações sobre as atividades criminosas;

Dessas experiências apresentadas na pesquisa, destaca-se a fusão de *iniciativas inovadoras* – tais como a articulação entre instituições governamentais e sociedade civil, as campanhas de desarmamento infantil, policiamento comunitário e oficinas artísticas/esportivas, com *iniciativas conservadoras* – tais como a volta da lei seca e a lei de fechamento de bares em períodos noturnos para determinadas localidades. Apesar das ambiguidades, várias características desses programas foram reelaboradas para a formatação dos programas de prevenção à criminalidade em Minas Gerais.

Seguindo com uma descrição etnográfica, a tese traz como ineditismo a apresentação de algumas tensões e conflitos na implantação do programa mineiro no aglomerado. Nas primeiras reuniões realizadas com lideranças da comunidade houve um planejamento de intervenção estratégica com objetivo de implementar uma rede de proteção social. Em uma dessas reuniões foi apresentado pela Polícia Militar um documento intitulado “*Comunicado - Grupo Controle de Homicídios*”:

“ Considerando os últimos acontecimentos neste aglomerado, necessário se faz que a comunidade e o órgãos públicos e privados digam BASTA À VIOLÊNCIA”.

Por isso a comunidade organizada e os órgãos públicos estão implementando, a partir de agora, no Morro das Pedras, o Programa Controle de Homicídios.

Assim, não serão tolerados, dentre outros, os seguintes delitos:

- 1- Homicídios;
- 2- Porte de arma e disparo de arma de fogo;
- 3- Qualquer forma de constrangimento, ameaça e intimidação à comunidade local;
- 4- Uso e venda de drogas;

Se ocorrer qualquer desses crimes, haverá, em resposta:

- 1- Ocupação irrestrita do aglomerado pela Polícia Militar;
- 2- Investigação e execução de mandados de prisão;
- 3- Buscas em residências, com mandado judicial.

As ações básicas serão:

- 1- Apoios sociais diversos (incluindo encaminhamento para emprego pela Prefeitura e empresas);
- 2- Aumento do apoio em saúde e às escolas.

A presença da Polícia Militar é para garantir segurança à população ordeira” (PMMG citado por SILVEIRA, 2007, p.136).

A proposta da Polícia Militar era distribuir o comunicado no aglomerado. Os moradores da localidade rejeitaram a proposta. Não apenas a população, mas todo o grupo participante interpretava os termos do comunicado como intimidatórios. A nomenclatura

aplicou políticas de lei seca após 1 hora da manhã; programou campanhas de desarmamento voluntário; aumentou do número de Centros de Acolhida de Violência Familiar; capacitou a polícia e sensibilizou a população quanto às regras de convivência com a realização dos Dias da Cidadania ou da Comunidade.

grupo controle de homicídios também foi contestada. Afinal, como vincular jovens a um programa como essa alcunha?

Na primeira fase de implementação do programa, a pesquisa etnográfica apresenta como outras tensões continuaram entre os agentes envolvidos no fomento da política. Durante os primeiros contatos entre instituições governamentais e sociedade civil foram apresentadas fotos dos homicidas e líderes de gangues. Muitas fotos causaram mal estar na comunidade, pois pessoas consideradas “marginais” pelas agências de defesa social e justiça tinham familiares e amigos entre o público local participante das reuniões. Silveira cita a abordagem de uma professora a um oficial da Polícia Militar, dizendo que o cidadão considerado homicida tinha boa índole, mostrando redações escritas por ele quando era aluno da escola.

O procedimento não voltou a ser repetido, mas sinalizou as dificuldades que seriam enfrentadas na relação com a comunidade, pois dividir o mundo entre os bons e os maus é um expediente fácil apenas nas séries de TV. A rede de relações que se conforma na vida real de comunidades pobres, excluídas do *mainstream* da sociedade forja relações de solidariedade na privação e na humilhação. Inúmeras vezes ouvi de pessoas da comunidade falas que eram de recriminação, mas também de pena e às vezes reconhecimento dos marginais locais. A que melhor expressa estes sentimentos é a fala da filha de um importante líder comunitário, e atualmente uma liderança emergente na comunidade, a respeito de um conhecido infrator local “*Como eu poderia denunciar? É como se fosse meu irmão. Nós crescemos juntos*”. Esta convivência cotidiana entre o mundo legal, e ilegal dá origem a sentimentos ambíguos, medo, sofrimento psíquico e dificuldades muitas vezes, quase que insuperáveis de dar uma certa coerência ao relato da vida cotidiana. A convivência cotidiana com a hipocrisia, gera desconfiança e desconforto enormes. Relações “estranhas” entre políticos e traficantes, passeios da classe média (advogados, empresários, estudantes universitários, promotores de justiça etc) à favela para buscar drogas fazem parte da encenação de hipocrisia denunciada por lideranças e policiais, pois os mesmos atores que clamam pelo combate ao tráfico e o fim da violência, ou que deveriam zelar pelo cumprimento da lei são as pessoas que financiam o negócio que gera a violência local (SILVEIRA, 2011, p.175 e 176).

Diferente dos usos teóricos da ecologia do crime, em muitos casos citados pela pesquisadora, o grau de desorganização social da comunidade é relativizado pela população local, no que se refere ao perfil de indivíduos considerados membros de gangues criminosas. Como mencionado, pela falta de atividades lúdicas⁴⁷ oferecidas, alguns traficantes, em certos

⁴⁷ Outra iniciativa frustrada do programa foi a tentativa de constituição dos esquadrões de proteção compostos por ex-membros de gangues. Sobre a influência do programa de Boston, ex-membros de gangue objetivam estabelecer interlocuções com atuais jovens desviantes. Todavia, essa iniciativa nunca ocorreu na prática. Para a autora a falta de quadros voluntários, de estratégias claras para constituir estes esquadrões e o problema da falta de profissionais preparados para fazer este tipo de ação social foram as principais características de refluxo das ações. Portanto, nessa primeira fase do programa dificuldades de ordem estrutural e administrativa foram apresentadas pelas agências que fomentavam a rede de proteção social no aglomerado.

momentos históricos, chegaram a criar torneios esportivos com o intuito de fortalecer as coesões sociais das relações de solidariedade na comunidade.

De forma geral, a pesquisadora avalia a aplicação do programa de maneira positiva⁴⁸, apesar das tensões e do medo entre os moradores da localidade, de serem vistos pelos traficantes como um potencial “X9” (delator), visto que muitos policiais eram participantes e organizadores dos encontros. No que se refere aos grupos focais realizados entre lideranças locais e técnicos sociais, foram explicitados na pesquisa o poder simbólico dos técnicos sociais face aos moradores. A visibilidade exclusiva perante as mídias e certas intransigências nas tomadas de decisão foram situações mencionadas de forma recorrente por parte dos líderes locais em relação aos funcionários dos programas preventivos.

Observações sobre o exercício profissional do oficinairo demonstram, pela primeira vez, as fragilidades do trabalho realizado por esses profissionais em vários aspectos, sobretudo no grau de exigência dos técnicos sociais para que cumpram, para além das suas atividades práticas, um trabalho de tutoria dos jovens e de observação das dinâmicas de risco ou criminais, que possam desencadear desavenças entre ou dentro as gangues juvenis.

O perfil dos oficinairos também é muito heterogêneo. Muitos vestiram a camisa do educador social, valorizam profundamente as capacitações que receberam, reconhecendo que as mesmas foram fundamentais para o aperfeiçoamento do trabalho. Estes identificam na oferta de capacitações reconhecimento da importância do papel dos oficinairos enquanto profissionais, e se posicionam enquanto militantes do programa. Este grupo constitui uma minoria, segundo os próprios oficinairos. Outros admitiram ver a atividade apenas como uma fonte de renda. Irritam-se com as cobranças dos técnicos do Núcleo de uma postura mais militante, confessam se impacientar com as reuniões de oficinairos e com as reuniões do Fórum da Comunidade, onde sugerem, se sentem “meio intimidados” a estarem presentes. Alguns relataram que apesar das capacitações, apresentam dificuldades de lidar com adolescentes, de garantir disciplinas nas oficinas e de se motivar para identificar jovens em situação de risco, para os quais deveriam dedicar mais atenção, abordar as respectivas famílias e eventualmente encaminhar para o Núcleo. Queixam-se ainda da baixa remuneração, de falta de material para as oficinas (que deve ser custeado com a remuneração do oficinairo) e do que consideram privilegiamento de algumas oficinas e de certos oficinairos, contemplados com mais trabalho e mais reconhecimento pelos técnicos do Núcleo de Prevenção. Além disto, a SEDS estabelece um contrato de trabalho precário com os oficinairos, o que dos priva de direitos trabalhistas

⁴⁸ Na segunda fase de aplicação o programa se institucionalizou e algumas melhorias foram efetivadas. A primeira delas refere-se aos convênios celebrados pelos governos federais e estaduais. Mesmo sendo partidos opositores a gestão focada no aspecto técnico possibilitou um bom trânsito do programa estadual no governo federal. Assim, o Ministério da Justiça por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública aprovou o projeto de expansão do Fica Vivo e destinou 5 milhões de reais para o programa ser implementado e replicado em outras localidades. A percepção dos moradores do aglomerado sobre o programa Fica Vivo foi interpretada através de um *survey* aplicado a 129 entrevistados. 65% sabiam que o programa existia; 21,9% não sabiam; e 15,6% afirmaram que o programa não existia na comunidade.

garantidos a trabalhadores com carteira assinada e cobertos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Dentre os próprios técnicos do programa a questão dos oficinairos é polêmica. Existe a expectativa que eles sejam não apenas professores de uma arte ou ofício, mas um tutor ou mentor para os jovens, provendo orientação, afeto e identificando situações de risco que possam exigir encaminhamento para outros programas ou projetos, mediando conflito dentro e fora das oficinas etc. Esta expectativa tem lógica e lastro literário. Algumas das experiências mais bem avaliadas de prevenção à violência e criminalidade voltadas para jovens nos Estados Unidos são de projetos de tutores ou mentores, sejam membros da comunidade voluntários ou técnicos profissionalizados como assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, enfermeiros, etc (SILVEIRA, 2011, p. 203).

Problemas como a precarização do trabalho, a criação de expectativas para além do seu exercício profissional, privilégios de certas oficinas e oficinairos, sentimentos de obrigatoriedade na participação em reuniões, expectativa de delações por parte da Polícia Militar – e outros problemas citados – caracterizam como as trocas de experiências dos oficinairos, técnicos sociais, população local e funcionários da Polícia Militar foram tensionadas no aglomerado.

Sobre a articulação das redes de proteção social com a repressão qualificada, apesar da situação de melhora com a institucionalização do GEPAR, a Polícia Militar era mal vista pela população local. Mesmo com a melhora, a autora descreve como a implementação do GEPAR gerou problemas com a população. Um dos tenentes do grupamento começou a desenvolver ações sociais no aglomerado, a partir do oferecimento de um *mexidão* para a população local. O veículo *Troller* do grupamento carregava balas/doces para distribuírem às crianças. No período de Natal também promoviam campanhas de arrecadação de presentes para doarem às crianças do bairro.

O grupo [GEPAR] organizava as crianças para participarem do projeto do 22º Batalhão, chamado Bom de Escola, Bom de Bola. Este projeto previa treinamento e participação em torneios de futebol, e levava os meninos para passear no Clube dos Oficiais. Nesta época o tenente líder do GEPAR tornou-se uma pessoa popular, freqüentava os Fóruns da Comunidade, era visto por todos os lugares, ocupou algum lugar na mídia, chegou a ser premiado por sua atuação no Policiamento Comunitário no Aglomerado e constituiu informante chave de uma tese de mestrado defendida por uma aluna da Universidade do Texas que comparava o policiamento comunitário em Belo Horizonte e nos Estados Unidos. Mas a lua de mel durou pouco. Lideranças comunitárias passaram a queixar-se da presença do tenente, e seus liderados, em reuniões do Fórum da Comunidade do Fica Vivo, o que inibia a participação de membros da comunidade, tendo sido particularmente constrangedora uma reunião na qual munido de máquina digital, o tenente começou a fotografar os presentes. Posteriormente, o grupamento foi acusado de pressionar moradores, particularmente jovens a denunciarem pessoas envolvidas e fornecer informações. O chefe do grupamento foi também acusado de ter vida dupla. Fora do horário de expediente do

GEPAR o oficial estaria envolvido em ações violentas, quando retornaria ao aglomerado e intimidaria moradores supostamente envolvidos em atividades criminosas ou protegendo criminosos. O oficial foi acusado de espancamento, invasão de domicílios e esteve entre os suspeitos da morte de um líder comunitário da região. Acusações estas, cuja veracidade não foi comprovada. De qualquer forma, os boatos e uma denúncia formal contra o militar, que foi parar na mídia, resultaram na troca de comando do GEPAR e na modificação de sua forma de atuação. (SILVEIRA, 2011, p. 214).

Para Silveira, tais medidas populistas também culminaram em ilegalidades, como a abordagem recorrente e violenta dos policiais aos jovens da localidade. Algumas abordagens ocorreram dentro dos espaços das oficinas ou entre jovens com camisetas do programa, fatos que indignaram também os técnicos sociais do programa. Assim, se houve uma eficácia coletiva incidindo nos reduzidos números de homicídio, na dimensão microsocial os abismos de linguagens e ideologias entre técnicos sociais e a polícia criaram conflitos que impactaram o vínculo entre o eixo da proteção social e da repressão qualificada da política de segurança pública.

Sobre a aplicabilidade das concepções da teoria da desorganização social, os relatos da pesquisadora constatarem que a gestão do tráfico de drogas não está circunscrita aos membros das gangues juvenis. Há relações promíscuas legais e ilegais entre políticos do legislativo municipal, lideranças comunitárias e alguns parentes de lideranças do tráfico de drogas dos aglomerados. Se a teoria da desorganização social identifica a gestão juvenil do tráfico como o problema da desorganização comunitária em Chicago, percebe-se, pela etnografia, como a composição da gestão do tráfico no aglomerado também envolve múltiplos agentes estatais, configurando-se mais no modelo das grandes cidades brasileiras.

Esses relatos, explicitando as tensões e ilegalidades nas ações de vários funcionários de instituições públicas, demonstram como a etnografia da autora também captou algumas disjunções normativas da aplicação do programa. Contudo, confrontando os significativos números de redução dos homicídios na localidade com as descrições etnográficas da delicada e controversa intervenção estratégica que ocorreu no aglomerado, a autora constata dois grandes problemas na implantação do programa: as formas de atuação da Polícia Militar e alguns processos de impunidade. Todavia, apesar dessas dificuldades ela interpreta a aplicação do programa no aglomerado com grande valia. A injeção de novos agentes ligados aos direitos humanos, às artes, a formação profissional e cidadã movimentou as relações de sociabilidades, diminuindo os tiroteios e ocupando espaços públicos para finalidades lúdicas que antes eram ocupados exclusivamente pelos membros de gangues. Nesse aspecto apontar

as dificuldades e tensões não significa desqualificar as iniciativas do programa nessas localidades.

5.8 A ampliação do Programa Fica Vivo: leituras entre a escola de Chicago e a Administração Pública

Em 2008, Ana Carolina Utsch Corrêa, outra pesquisadora que participava da diretoria do programa, escreveu uma interessante monografia intitulada *os Desafios e Revisões do Programa Fica Vivo à Luz dos seus anos de existência*. O objetivo da autora foi reavaliar a metodologia do programa em sua implantação e execução, nos seis primeiros anos de iniciativa. Partindo das explicações de como ele é constituído pelos eixos da intervenção estratégica e proteção social, a pesquisa apresenta duas divergências entre os aspectos práticos e normativos: i) divergências nas visões dos técnicos sociais e dos agentes do GEPAR; ii) divergências entre a filosofia do grupamento policial e suas práticas sociais.

Diferente dos trabalhos anteriores, Corrêa problematiza o impacto causado pelo programa, cujos marcos teóricos são amparados por modelos sociológicos construídos e referendados mediante pesquisas em cidades norte-americanas. Assim, apresenta um trabalho que também visa repensar os alcances e aplicabilidades de teorias oriundas da criminologia americana⁴⁹ ao contexto mineiro.

⁴⁹Sua leitura sobre a escola de Chicago parte das teorias sobre controle social, criadas por Travis Hirschi. Em 1969, publica uma pesquisa de influência durkheimiana demonstrando como as ações delinquentes ocorrem quando os laços do indivíduo com a sociedade estão fragilizados. Uma segunda dimensão apresentada pela autora é da teoria da desorganização social, amparada inicialmente pelos pesquisadores Clifford Shaw e Henry McKay, que a construíram em 1942. A novidade em relação ao que já foi visto é a apresentação das relações causais entre a alta taxa de criminalidade de determinados bairros e as dificuldades dos moradores dessas localidades em compartilharem valores comuns e controlarem as atividades dos jovens. Três fatores geram a desorganização social: i) a alta rotatividade residencial em certos territórios; ii) alta heterogeneidade étnica, iii) pobreza. Para Corrêa, tais características das teorias da desorganização social foram revistas por Robert Bursik e Harold Grasmick em 1993. Esses autores criaram três novas características para a teoria de Shaw e McKay. A teoria da eficácia coletiva elaborada por Robert Sampson e Byron Groves em 1989 também serviu para complementar a teoria de Shaw e McKay. Dois fatores são mencionados: i) desorganização das famílias, diminuindo o controle dos pais sobre filhos e assim, facilitando a quebra de regras; ii) rápido e desordenado processo de urbanização, que impossibilita a formação de comunidade coesa capaz de compartilhar valores comuns. Ainda visando complementar teoria de Shaw e McKay, pesquisadores como Sampson, Raundenbush e Earls propõem, em 1997, um elo sistêmico entre instituições sociais formais (associações, igrejas, órgãos públicos etc.) e informais (família, amizade). Para a autora, outra teoria que influenciou o programa Fica Vivo foi a da Associação Diferencial criada por Donald Sutherland em 1939. Nessa teoria, a associação de um jovem com um grupo desviante cria uma possibilidade de aprendizagem de comportamentos (efeito direto) e de valores delinquentes (efeito indireto). Segundo Corrêa, o comportamento delinquente ocorre pelo baixo controle social sobre o comportamento juvenil, devido a locais menos vigiados, espaços que se caracterizam pela sujeira, destruição e pelos grupos de jovens que atuam com extrema liberdade. O excesso de oportunidades para violar a lei foi considerado o principal fator do aprendizado ao comportamento delinquente. Esse aprendizado varia de acordo com a frequência, duração e prioridade dadas às justificações para se romper com a lei.

Além dessas revisões teóricas, a pesquisadora teve como intuito aproximar os modelos teóricos das ciências sociais com as práticas da administração pública, buscando reavaliar o programa a partir de três reflexões⁵⁰ com aportes teóricos de gestão pública.

Em relação às reflexões sobre os modelos de administração pública, a autora relata certos impasses nas práticas sociais do Fica Vivo. A falta de articulação do programa com secretarias importantes como a Secretaria Estadual de Educação inviabilizou a articulação entre programas como o Fica Vivo, Comunidade Ativa e Escola Viva. As relações com as secretarias da saúde e da comunicação também foram menos enfatizadas nas reuniões de técnicos. No geral, a relação com as instituições de saúde se restringe ao encaminhamento de jovens para tratamento de consumo de drogas. O programa ainda necessita retomar o contato com as instituições comunicacionais. Há diretrizes e protocolos pouco claros a serem seguidos para vincular as instituições.

Para Corrêa, o objetivo de descentralização do programa necessita do estabelecimento das seguintes bases: i) os técnicos sociais devem ter clareza sobre o tipo de exercício profissional que estão oferecendo; ii) as instituições do poder público devem estar conectadas para que a comunidade possa resolver seus problemas sociais; iii) as demandas locais devem encontrar respaldo nas hierarquias das instituições públicas; iv) garantir à comunidade um aprendizado de mobilização, possibilitando aos seus moradores reivindicarem serviços públicos de qualidade.

De uma forma geral a pesquisadora avalia que o programa ainda precisa cuidar dessas bases. As diretrizes de atuação dos técnicos sociais ainda não são claras. A desvinculação entre técnicos sociais e policiais do GEPAR constitui uma desarticulação mais ampla entre os

⁵⁰ A primeira teoria é denominada intersecretorialidade e descentralização: programas geridos com o objetivo de articular várias secretarias para o controle social juvenil. As iniciativas são postas em prática nas pontas, com um gerenciamento da vida cotidiana desses jovens e dos demais segmentos populacionais vulneráveis, pelo uso de ações integradoras das burocracias. O segundo é o exercício chamado *street-level bureaucrats* ou funcionários do nível da rua. Os técnicos sociais são *street-level bureaucrats* ou funcionários do nível da rua, exercem sua profissão atuando na ponta do programa, diretamente com os jovens. Ao mesmo tempo há vantagens e dificuldades nesse exercício profissional. Esses funcionários têm muita liberdade de ação. No corpo de iniciativas como o Fica Vivo, em que não há um formato de atendimento padronizado, essas diretrizes podem deixar suas ações práticas à mercê daquilo que os técnicos sociais julgarem correto fazer. A terceira característica é sobre o marco lógico do programa. Modelo de desenho, monitoramento e avaliação de políticas sociais, o marco lógico visa criar um modelo causal e um conjunto de hipóteses que orientam a intervenção estratégica da política pública. Nesse sentido o marco lógico deve definir: i) o problema: saber em que se quer intervir e realizar diagnóstico sobre quadro anterior à atuação da política pública; ii) o público-alvo: identificando os principais alvos e causadores dos problemas; iii) hierarquia de objetivos: cada um traz uma hipótese que deve ser monitorada e avaliada, traçando metas de indicadores de resultados.

eixos da proteção social e da repressão qualificada. E, por fim, parcerias que viabilizem as demandas da ponta também necessitam ser retomadas.

Na opinião da pesquisadora, com o projeto-piloto no Morro das Pedras a proposta de tornar o programa intersetorial gerou bons resultados quando a gestão estava com o CRISP. Todavia, quando o programa se tornou política estadual, a estrutura burocrática não conseguiu sustentar o desenho iniciado com o projeto-piloto.

O trabalho intersetorial é muito novo e é difícil quebrar a resistência das secretarias para atuar em conjunto, tal qual é difícil articular diferentes governos – estadual e municipais – em torno de um mesmo projeto quando há divergências partidárias. Desse modo, em meados de 2006 o Fica Vivo deixou de ter apoio da saúde e da educação na Coordenação Geral, o que tornou o Fórum Comunitário e os grupos temáticos uma reunião sobre diversos temas que já não encontrariam nas instituições algum respaldo (CORRÊA, 2008, p. 36).

No que concerne às oposições partidárias na formação do pacto federativo brasileiro em Minas Gerais, houve nos anos de implantação do programa um vínculo técnico entre o governo estadual dirigido pelo PSDB e o governo federal dirigido pelo PT; esse vínculo foi viabilizado pelos convênios que liberaram recursos expressivos para a replicação dos programas em outras cidades. Por outro lado, os relatos da pesquisa mencionam de forma mais minuciosa como problemas partidários entre o governo municipal do PT e o governo estadual do PSDB criaram certos obstáculos efetivos para os trabalhos intersetoriais nas instituições municipais, como escolas e postos de saúde, e estaduais, ligadas a SEDS dentro da capital mineira.

Percebo pelos relatos dos entrevistados e pela prática dos técnicos que o esforço por articulação ficou concentrado na Intervenção Estratégica. Este eixo inclusive assumiu as últimas reuniões da Coordenação Geral, juntamente com o secretário e seu adjunto, segundo a equipe do programa à época. Por ser uma Secretaria que reuniu as antigas Secretarias de Segurança e de Justiça, o eixo de apoio do Fica Vivo mais claro neste locus é a Intervenção Estratégica. Já a Proteção Social foi quem mais sofreu com a falta de intersetorialidade. Provavelmente, ao migrar de projeto piloto para política de governo, a atenção aos órgãos de proteção social se perdeu em detrimento da mudança na polícia – o GEPAR é inaugurado – e, assim, o foco estava na Intervenção Estratégica. Na Proteção Social, as oficinas se tornaram a face mais clara do programa, além dos grupos temáticos que, naquele momento inicial, pareciam acreditar que se sustentariam somente pela articulação na ponta, desvinculada do topo (CORRÊA, 2008, p. 38 e 39).

A Prefeitura Municipal e outras secretarias de Estado foram convidadas a participar do programa. Todavia, não houve um *sponsor* – profissional responsável pela articulação. Além disso, em meados de 2006 o programa deixou de ter apoio das instituições de saúde e de

educação na Coordenação Geral, o que tornou o Fórum Comunitário e os grupos temáticos sem respaldo institucional.

Para a pesquisadora, o eixo da proteção social foi o que mais sofreu com o fim da intersectorialidade. A execução das ações dos profissionais da ponta do projeto, que atuam na base local, muitas vezes, não contava mais com o respaldo das articulações oriundas dos topos das secretarias estaduais e municipais. A formação e o encaminhamento da rede necessitavam de ações capilarizadas e, dessa forma, a adesão institucional, principalmente pelas oposições partidárias, tornou-se mais difícil de ser efetivada. Por sua vez, institucionalização do GEPAR e o Ministério Público assumindo a articulação como *sponsor* (considerado forte na mobilização e articulação política) não desfizeram a intersectorialidade no eixo da intervenção estratégica da repressão qualificada.

Corrêa conclui que o Programa Fica Vivo deve assim fortalecer o eixo da proteção social e reavaliar a sua articulação com o eixo da repressão qualificada. Em 2008 os jornais da capital mineira noticiaram algumas mortes em áreas do programa. Segundo sua pesquisa, os agentes da proteção social alertaram aos agentes da intervenção estratégica, mas nenhuma medida foi tomada e os homicídios foram consumados. O ponto crítico que dificulta a integração dos dois eixos reside nas diferentes concepções filosóficas sobre a conduta correta para o controle de criminalidade:

Não se sabe se este foi o caso deste relato acima, mas a Diretoria assume que a corrupção policial, a baixa confiança dos policiais numa política de prevenção, o baixo valor concedido internamente aos policiais que são do GEPAR e não “fortes” como da ROTAM, a idéia de que a prisão é um fim em si mesmo, são pontos que dificultam uma real integração entre PS e IE. Para a comunidade a idéia transmitida é que há duas propostas contraditórias na política de segurança pública: o Fica Vivo e os policiais. Esse quadro se reflete na ponta, pois internamente há um preconceito da polícia de que os técnicos do Fica Vivo são defensores de bandidos, assim como técnicos acreditam que toda ação de polícia é abusiva (CORRÊA, 2008, p.42).

Outro ponto que a pesquisa destacou foi a necessidade de expansão do programa para diferentes localidades, sem o uso de critérios transparentes, o aumento da meta do número de jovens por oficinas e também por atendimento psicossocial mensal. Segundo o estudo, são ações de modelo de gestão que criam um abismo entre as pretensões dos gestores do Estado e os objetivos dos técnicos sociais e oficinairos que trabalham na ponta do programa, criam uma falta de diretrizes claras e o duplo exercício profissional – de ensinar técnicas esportivas/artísticas/produtivistas e mediar conflitos juvenis – que pode gerar uma situação de risco mais aguda para o oficinairo.

Em visitas ao NPC de base local mais próximo ao centro da capital, a observação da pesquisadora comprova como os problemas de ordem física da ecologia urbana também não foram solucionados. Nessas comunidades existem muitos locais sujos, com becos ou pedaços pouco iluminados, prédios abandonados com vários lotes vagos e com mato alto. O controle social sobre a dimensão física dos aglomerados também não acontece nos CPCs das periferias da capital, onde há algumas avenidas centrais bem pavimentadas, mas nas ruas do entorno quase não há iluminação noturna ou pavimentação.

Com o monitoramento passando do CRISP para a Superintendência de Prevenção à Criminalidade, houve uma importante mudança no perfil gerencial dos gestores do programa. Segundo dados da pesquisa, psicólogos substituíram cientistas sociais nos postos de gestão. Tal substituição criou uma abertura maior para os atendimentos individuais ou psicossociais entre os técnicos sociais e jovens vulneráveis.

Por fim, no campo das teorias da administração pública, a falta de metas, produtos e serviços desenhados impediram que, na prática, o Programa Fica Vivo se interconectasse de forma efetiva com a Gestão Estratégica de Recursos e Ações (GERAES). Segundo a pesquisa, embora mostre alguns avanços, o programa ainda sofre falhas que afetam sua institucionalização, principalmente no que tange os executores da política que não discutem a qualidade das metas nem sua articulação intersetorial.

Em 2013, Ângela Maria Dias Nogueira Souza dissertou sobre o programa em sua pesquisa de mestrado realizada na área da Prevenção de Saúde e Prevenção à Violência da UFMG. Sob o título *Entrelaçamento de Saberes: as alternativas construídas pelos jovens participantes do Programa Fica Vivo*, o objetivo geral da pesquisa foi interpretar as relações dos jovens do programa Fica Vivo com a criminalidade. A pesquisa desejou capturar os movimentos juvenis no envolvimento com atividades criminosas e verificar se eles constroem saídas para o comportamento desviante.

Apesar dos novos usos teóricos⁵¹, a explicação histórica do programa foi relatada quase nos mesmos moldes⁵² dos trabalhos anteriores. Algumas exceções são os relatos

⁵¹ Em relação aos outros trabalhos citados, uma das novidades está na abordagem teórica de outros autores como Loic Wacquant, Zygmunt Bauman e de Bernard Charlot. A autora sugere uma leitura positiva do público a ser pesquisado, a fim de compreender como esses jovens envolvidos na criminalidade constroem sua socialização. Assim, em vez de estudar pelo foco da vitimização, a pesquisa pretende interpretar os jovens pelo âmbito das ações de direitos sociais. Esses autores foram enunciados ao longo da introdução, entretanto não houve um desenvolvimento mais sistemático durante a pesquisa.

históricos sobre a criação da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos e a Secretaria Adjunta de Direitos Humanos. Em 2001 a secretaria criou um fórum interinstitucional intitulado: Direitos Humanos e Segurança Pública. O fórum produziu encaminhamentos visando ampliar as conexões entre dois campos, os profissionais e operadores da segurança pública e os militantes de direitos humanos. Esses encaminhamentos culminaram no projeto-piloto, em seguida, na institucionalização e replique dos programas de prevenção à criminalidade. Em 2004 os resultados foram colhidos e o programa institucionalizou suas atividades apoiado nas bases locais das seguintes localidades de Belo Horizonte: Cabana do Pai Tomás, Morro das Pedras, Pedreira Prado Lopes, Ribeiro de Abreu e Taquaril.

Uma dissonância em relação aos aspectos metodológicos do programa, quando aplicado na prática, foram os usos da nomenclatura *gangue*, conforme observa a autora. Tal alcunha, carregada de sentido negativo, passou a ser uma nomeação secundária ou substituída por grupos de jovens envolvidos com a criminalidade. Diferente dos demais trabalhos, a pesquisa enfatiza alguns aspectos das oficinas justificando as dimensões normativas das funções do oficineiro. O primeiro deles é a justificativa quanto ao seu trabalho flexível. Como mediadores do programa e moradores da comunidade, a autora acredita que os oficineiros não devem ter um exercício de trabalho burocratizado, mas devem ser responsabilizados para contribuir na execução das políticas públicas. Nesse sentido, a oficina é um espaço liminar entre a dinâmica criminal e a ordem social, sendo a figura do oficineiro um elo entre a burocracia da segurança pública e o comunitário informal.

A função do oficineiro não é transmitir um ofício desconectado da realidade dos jovens, levando um conhecimento pronto e acabado, muito menos transformar o espaço da oficina em lazer ou treino de um ofício. Seu trabalho deve ser pautado por uma socialização que se preocupa com a realidade dos jovens. É sobre a realidade na qual os jovens se encontram que os profissionais do programa estão preocupados. Porém, não para saber de seus crimes e suas aventuras que este envolvimento propicia, mas para construir com eles outras formas de vida. Por isso, não há uma classificação dos jovens, no sentido de distinguir quem são as vítimas, os infratores, os bons, os maldosos, os que merecem ou não viver. As ações visam transformar informação em conhecimento com a finalidade de compreender seus atos, dentro do contexto no qual eles estão inseridos, para ajudá-los a construir ferramentas que poderão ser utilizadas nas situações que vivenciam no cotidiano (SOUZA, 2013, p.60).

⁵² Esse argumento não deseja de forma alguma desqualificar o trabalho da autora. O objetivo é apenas não repetir o que já foi mencionado em trabalhos anteriores.

Percebe-se, assim, como a pesquisa de Ângela Souza apresenta uma adesão quase integral às dimensões normativas do programa Fica Vivo. Para ela, o atendimento psicossocial foi uma das mudanças metodológicas mais substanciais ocorridas entre a implantação do projeto-piloto e a institucionalização do programa. Buscar acolher o jovem na sua singularidade, entender seu estilo de vida caso esteja no contexto de criminalidade e realizar uma leitura qualificada, visando aos poucos criar interferências mediante aos atendimentos são características que, segundo a pesquisa, podem conduzir o jovem para ações mais prepositivas nos espaços públicos⁵³.

Conforme a opinião de Ângela Souza, a trajetória política do Fica Vivo entrelaçava saberes com a chegada de cada ator social, modificando algo na política. O primeiro deles foi o convênio entre Secretaria Adjunta de Direitos Humanos e CRISP para se pensar o aumento da criminalidade em Minas Gerais. O segundo foi a parceria estabelecida entre o CRISP e algumas instituições, com a intenção de formar um grupo de trabalho envolvendo profissionais de diversos ofícios e saberes. O terceiro foi a interferência da comunidade na execução do projeto-piloto. Algumas propostas sofreram refluxos, outras foram remanejadas e, ainda, outras propostas foram reivindicadas pelos moradores. A quarta foi a institucionalização do programa, pela formatação do eixo de prevenção à criminalidade englobada na grande estrutura burocrática da SEDS.

Apesar da adesão e da abordagem mais normativa da pesquisa ao desenho da política de segurança pública, Ângela Souza também demonstra certas tensões entre as ações juvenis no aglomerado e o exercício profissional dos agentes do eixo de proteção social. A falta de acolhimento e o olhar preconceituoso dos profissionais face aos jovens são características ressaltadas pela pesquisa e que devem ser repensadas.

⁵³ Frentes de trabalho – como, por exemplo, a dos *Jovens Multiplicadores* – visam incentivar esse segmento da população a ocupar os espaços públicos. Por meio da oficina, o jovem se destaca pela habilidade do ofício ou pela afinidade em colaborar com as atividades envolvendo temas da violência e criminalidade. Dessa forma, o programa também objetiva identificar potenciais lideranças e oficinairos. Atividades coletivas envolvendo oficinas de vários aglomerados como a Olimpíada Fica Vivo também se tornou referência de projeto institucional. As equipes técnicas do programa, oficinairos e jovens participantes das oficinas de esportes, criam expectativas coletivas para as práticas sociais dos jogos. Essas situações extraordinárias podem gerar vínculos mais coesos entre seus participantes.

Este olhar preconceituoso dos profissionais sobre estes jovens é um ponto que fragiliza a rede de proteção social, mostrando que os direitos destes indivíduos não são garantidos. Quando estes jovens forem, de fato, acolhidos nas políticas básicas de educação, lazer, esporte, saúde, trabalho e renda, eles terão a chance de serem sujeitos sociais. A vida dos jovens não pode ser garantida apenas para manutenção de seu ser biológico, ou seja, é direito desses sujeitos a garantia de sua vida social. Este pressuposto depende não somente do desejo destes indivíduos, mas também das oportunidades que o contexto lhe oferece (SOUZA, 2013, p.69).

Segundo a pesquisadora, mesmo o programa trabalhando com a proposta de criar possibilidades materiais e simbólicas para os jovens, devido à articulação entre eixos da proteção social e intervenção estratégica, muitos profissionais de instituições parceiras ligadas ao segundo eixo, como vimos nos trabalhos anteriores, não pensam da mesma maneira. Até mesmo alguns profissionais da rede de proteção social necessitam observar os jovens envolvidos com a criminalidade como sujeitos de direitos. Assim, a autora interpreta os resultados do Fica Vivo com êxito, tanto os números de homicídios reduzidos quanto à participação social do Estado nas localidades classificadas como áreas de risco, ao gerar mobilização social.

5.9 Prevenção à criminalidade e policiamento comunitário: leituras entre a escola de Chicago e a Segurança Cidadã Republicana

Outras pesquisas focando o eixo da prevenção à criminalidade pela constituição normativa do policiamento comunitário também foram realizadas nos últimos anos em Minas Gerais. Em 2011, uma delas foi defendida. Intitulada *Depois do 13º Tiro: segurança cidadã, democracia e os impasses do policiamento comunitário no Brasil* de Letícia Godinho de Souza, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG. Partindo de uma discussão teórica minuciosa sobre a criminologia americana e europeia, a autora dedica sua pesquisa à interpretação das tensões entre os modelos políticos, de justiça criminal e de prevenção à criminalidade. Em sentido amplo, esses modelos políticos oscilam entre iniciativas políticas do bem-estar social que teriam como base normatizar a criminalidade como um problema da injustiça da estrutura social; ou o modelo neoliberal também chamado de situacional, cujo foco da ressocialização é deslocado para o da gestão de situações que podem ser prevenidas.

Na década de 1970, com os modelos de justiça criminal de *welfare state* entrando em crise, novas demandas são exigidas nas execuções de serviços policiais e das justiças criminais, com cobrança de resultados e gerenciamentos mais rápidos e eficazes. Algumas críticas feitas aos aspectos protecionistas das políticas de bem-estar social ganham força e *Blume the victims* ou “culpabilização da vítima” foi um modelo alternativo que ganhou adesão com a entrada do modelo neoliberal e se desdobrou na ampla noção *underclass* (WACQUANT, 2008), criada pela classe média denominando segmentos populacionais pobres dependentes das políticas sociais do Estado. O modelo desenvolvimental do *welfare state* penal, cujo tratamento correccional tinha como objetivo tornar possível uma futura reinserção social, portanto, um modelo de prevenção includente, começa a perder terreno para o modelo situacional excludente. O foco das agências de segurança e de justiça se desloca das características culpáveis das condutas individuais dos infratores para situações potencialmente propícias de comportamento criminoso. Assim, o modelo situacional ganha espaço com a ideologia neoliberal e a prevenção à criminalidade passa a ser focada no comportamento criminoso produto de um cálculo utilitário.

A pesquisadora demonstra como as análises sociológicas da escola de Chicago se tornaram estratégias de gestão comunitária para as políticas públicas situacionais. Inspirados em estudos como Shaw e McKay, Park e Burgess, tais modelos de programas retornaram em 1980; as discussões de William Wilson e Robert Sampson, desdobradas em formulações de políticas públicas se tornaram sucesso como, por exemplo, a Teoria das Janelas Quebradas de James Wilson e George Kelling. Essas teorias e modelos de gestão estavam amparadas em respostas comunitárias, baseadas em renovações físicas das instituições e na regeneração cultural dos valores comunitários. Com a incorporação dessas novas práticas normativas, baseadas em valores conservadores, tais abordagens comunitárias estavam associadas aos racionalismos excludentes das políticas penais neoliberais. Segundo Oscar Newman, uma série de programas comunitários de viés conservador, tais como Neighbourhood Watches, Arquitetura Para a Prevenção ao Crime e a Teoria das Janelas Quebradas nutriram os modelos conservadores comunitários, principalmente enfatizando aspectos da autoridade moral e tradicional da comunidade. Esses valores comunitários estariam ameaçados, sobretudo por jovens *outsiders* que poderiam colocar em risco a sociabilidade do local por meio de “espirais de desordem e criminalidade”.

Mesmo com a tendência situacional ocupando o espaço dos modelos de bem-estar penal, Letícia Godinho Souza descreve como a noção de “prevenção comunitária”, na atualidade, está multifacetada por uma falta de normalização, pela existência de várias estratégias novas de polícia coexistindo com os modelos “tradicionais” consolidados. Nessas novas estratégias comunitárias, são oferecidas estratégias pontuais de programas preventivos inclusivos.

A autora aponta a categoria segurança cidadã como um modelo propositivo de prevenção à criminalidade. Associada aos princípios *republicanos* incluiria como estratégia o debate político pela via dos processos de empoderamento comunitário. Diferente dos pressupostos normativos e dos usos da teoria da desorganização social, na comunidade republicana os cidadãos compartilham o espaço público tornando-se um grupo político, no qual se encontram ligados por preocupações que surgem no enfrentamento dos problemas sociais. Para isso, a autora lista alguns argumentos dos pesquisadores Braitwaite e Petit: i) indivíduos devem ser protegidos da ausência de um poder arbitrário oriundo da juventude delinquente; ii) justiça criminal deveria ser estruturada e preparada para garantir a liberdade dos indivíduos; iii) empoderamento da comunidade.

Aplicados no contexto político atual norte-americano, europeu e também brasileiro, a autora acredita que os modelos implantados tais como o *policciamento de janelas quebradas*, cujo foco está nas intervenções nos ambientes urbanos; *policciamento tolerância zero*, todos os comportamentos desordeiros são tratados como ofensas sérias; *policciamento orientado por área de risco (hotspots)*, cujas estratégias são utilizações de tecnologias de georeferenciamento para mapear tipos de crimes em localidades com altos índices criminais – são estratégias pouco republicanas. Estariam mais próximos dos modelos situacionais aplicados pelas políticas neoliberais.

Em estudo de caso sobre a implantação do policiamento comunitário em Belo Horizonte, Leticia Godinho de Souza interpreta as instruções regulamentadoras e normativas do GEPAR dentro de um desenho ambíguo que oscila entre o modelo desenvolvimental e o situacional: por um lado, tem como objetivo combater as zonas quentes e, por outro, operacionalizar o policiamento comunitário. Na prática policial do grupamento, as resistências e limitações de ordem organizacional ao policiamento comunitário criam barreiras ainda maiores para o tipo de exercício republicano proposto. 80% dos policiais

entrevistados do grupamento gostam da parte da repressão qualificada e apenas 40% aprovam do policiamento comunitário.

As normativas policiais, em Minas Gerais, subordinam as instruções do policiamento comunitário ao programa de Policiamentos de Resultados institucionalizados desde 2002. Para a pesquisadora, tais normativas contidas na diretriz de número 1/2002 do Comando Geral da Polícia Militar também estão ligadas às diretrizes das teses situacionais.

Analisando-se o volume da produção normativa, poder-se-ia concluir, a princípio, que teria havido a incorporação da “filosofia” de policiamento comunitário no interior da missão, planos estratégicos, diretrizes e instruções normalizadoras de programas e estratégias específicas da PMMG, pelo menos desde de 1993. Vimos, contudo, que o policiamento comunitário esteve, nesses documentos, associado a outras estratégias de policiamento que não podem ser reconhecidas como afins àquele, contendo, inclusive, elementos a ele contraditórios. Nesse sentido, o policiamento comunitário parece incorporar cada vez mais ao longo do tempo um sentido de estratégia de ação específica, deixando de lado a possibilidade de se tornar paradigma ou modelo de policiamento aplicado a toda a organização (SOUZA, 2011, p.203).

Um dos pontos estratégicos e inovadores da política de segurança pública, no que tange o eixo da prevenção à criminalidade, é o modelo sistêmico de articular política de repressão qualificada e redes de proteção social, pelo aproveitamento das bases locais dos CPCs e dos programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos. Todavia, a partir de 2005, foram criadas normativas que desvincularam essas ações articuladas.

A Instrução 002 / 2005 – do Comando Geral da PMMG regulamentou e ampliou o âmbito de atuação do GEPAR, para além da atividade de “suporte” aos núcleos do Fica Vivo! A diretriz entendeu ser esta uma nova forma de policiamento no interior dos aglomerados urbanos mais violentos – e não necessariamente naqueles onde havia sido instalado ou haveria previsão de instalação de um Núcleo de Prevenção do Fica Vivo, mas em qualquer outro “aglomerado” indicado pela organização policial. Esse é um dos indicadores de que os programas GEPAR e Fica Vivo! se tornaram independentes um do outro, diversamente da previsão original. A norma em questão previu ainda a realização de policiamento ostensivo a ser executado diuturnamente e de forma fixa – aqui, entendido como sinônimo de emprego exclusivo e não como um policiamento feito a partir de um posto fixo, como é comum nos programas de policiamento comunitário. As diversas diretrizes anteriores referidas ao policiamento comunitário chegaram a prever a instalação de posto fixo para coordenar as atividades de patrulhamento a partir da base local; mas isso nunca foi feito. Segundo depoimentos dos membros da corporação – oficiais – essa decisão tem a ver com a forma como o “modelo” de policiamento comunitário se desenvolveu e se adequou às especificidades de Belo Horizonte e Minas Gerais (SOUZA, 2011, p.198).

Orientando suas atividades rotineiras para certos tipos de crimes, tais como o tráfico e uso de drogas, homicídios, posse de armas de fogo, prisão de criminosos, segundo Souza, os policiais dão um foco bem menor às atividades de policiamento comunitário. O desejo de

67% dos policiais desse grupamento, direcionado em atuar na Rotas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM), é um bom termômetro para demonstrar o quanto o policiamento tem como foco o modelo repressivo.

Em 2011 foi criada a Instrução 3.03.11/2011 do Comando Geral da PMMG, que regula a “implantação de redes de vizinhos protegidos / redes de proteção nas comunidades do Estado de Minas Gerais”. Segundo Letícia Godinho de Souza, essa instrução visa normatizar iniciativas implementadas desde 2003, no município de Belo Horizonte. A tese apresenta os seguintes pontos da instrução:

- a) trocar a oportunidade dada pela vítima por cuidados e ações proativas, com medidas de *autoproteção*, visando dificultar a atuação do criminoso;
- b) a comunidade envolvida *acionar e informar a Polícia* problemas afetos à segurança pública antes que o crime aconteça. Por exemplo, *pessoas suspeitas, veículos parados com pessoas observando residências, barulhos em casas onde se sabe que os moradores estão ausentes e outras*;
- c) *criar dificultadores para coibir a ação criminosa*, tendo por objetivo melhorar a proteção pessoal e patrimonial e, conseqüentemente, o aumento da segurança e garantia da paz social (Fonte: PMMG citado por SOUZA, 2011, p. 13).

Nesse cenário as ações republicanas do empoderamento e envolvimento da população no policiamento comunitário, em Minas Gerais, não são colocadas nas atividades de rua. Para a autora, as referências teóricas incorporadas nos documentos são multifacetadas. Realiza diagnóstico das causas criminais com base em argumentos amparados na “teoria da desorganização comunitária”. Como intervenção estratégica propõe uma perspectiva de defesa comunitária, tendo como recurso os vizinhos funcionarem como “câmeras vivas”. E ainda como atividades práticas com foco no policiamento de resultados em certos tipos de crimes, na redução das oportunidades criminais e na repressão qualificada. Sobre essa perspectiva, conclui-se que as instruções normativas de policiamento comunitário em Minas Gerais possuem regulamentações pouco comunitárias em relação aos modelos normativos de polícia comunitária em outros países.

Assim, os dados apresentados em Leticia Godinho de Souza (2011) e também em Andrea Silveira (2011) sobre a polícia comunitária se assemelham, em certos pontos, aos resultados de pesquisa de Paixão sobre a Polícia Civil da década de 1980. Os contrastes entre os aspectos normativos e a organização burocrática criam disjunções nos exercícios profissionais, principalmente entre os burocratas de rua. Várias narrativas nessas pesquisas demonstram a primazia do perfil militarizado face ao eixo de proteção social nas atuações preventivas comunitárias.

5.10 Síntese interpretativa: oscilações entre os pensamentos e as práticas mineiras, brasileiras e internacionais

Dos resultados dessas pesquisas apresentadas conclui-se que o modo como os marcos lógicos da política de segurança pública e dos programas de prevenção à criminalidade em Minas Gerais foram constituídos por multifacetadas experiências históricas, cuja gênese está nas influências dos pioneiros das ciências sociais que datam a década de 1980. De lá para cá, o acúmulo das experiências estaduais, nacionais e internacionais, o fomento por meio da gestão administrativa científica de instituições de pesquisa e de defesa social propiciaram iniciativas sociais importantes para o campo da segurança pública mineira. Em síntese interpretativa é observado como a sistematização dessas políticas é resultado de uma espécie de *fusion* teórico entre categorias sociológicas e da administração pública, em decorrência da:

- i) influência do pioneiro da sociologia mineira Antônio Luiz Paixão no modo de fazer ciência e intervenções públicas;
- ii) influência das propostas cariocas do ISER de criar uma articulação dialética entre eixo da proteção social e da repressão qualificada, com modelos de policiamento comunitário correlatos, como a influência do GEPAR/MG pelo GPAE/RJ, e modelos sistêmicos de políticas de prevenção à criminalidade;
- iii) criação de um modelo de diagnóstico, gestão intervencionista e científica nos moldes da ecologia do crime da escola de Chicago, amparado, sobretudo, pelos debates em torno da teoria da desorganização social, classificando espaços vulneráveis de criminalidade como áreas de risco;
- iv) criação de um modelo sistêmico de prevenção à criminalidade, amparado nas noções de epidemiologia do campo da saúde pública;
- v) influência nas investigações de teorias de administração pública e ciências políticas com objetivo de avaliar, criar diagnósticos e estratégias de planejamento/execução/monitoramento nas ações de gestão;
- vi) influência de programas de prevenção à criminalidade internacionais e nacionais cujas estratégias oscilam entre medidas de repressão qualificada e proteção social;
- vii) estratégias metodológicas de enquadrar os aspectos normativos do programa dentro de um modelo de gestão política que oscila entre práticas de governos de *welfare state* e neoliberais.

Algumas ponderações devem ser realizadas ao estabelecer o contraste entre a forte influência da criminologia norte-americana no modelo de gestão de segurança pública em Minas Gerais, comparadas aos aspectos teóricos da história do controle social internacional. A primeira delas é a sua investigação sociológica dentro dos parâmetros normativos e intervencionistas, cujas referências não dialogam muito com pesquisas na linha do interacionismo simbólico de Howard Becker iniciadas na própria escola de Chicago, nem com outros pesquisadores consagrados como: Hannah Arendt, Michel Foucault, Zygmunt Bauman, Loic Wacquant e David Garland. Esses pesquisadores são pouco mencionados até mesmo nas pesquisas posteriores (apresentadas aqui) à implementação dos programas preventivos. Assim, desse contexto mineiro, resulta mais uma aproximação da vertente de pesquisa das primeiras gerações da escola de Chicago combinadas aos aspectos intervencionistas e de avaliação de gestão da administração pública.

O segundo contraste também tem como desdobramento a “leitura mineira” sobre os “ombros dos nativos” (GEERTZ, 2008) – sociólogos da escola de Chicago, como os pesquisadores Shaw e McKay. Refere-se ao entrelace teórico criado entre crimes violentos, tráfico, uso de drogas e membros das gangues. A maioria das pesquisas mineiras aponta como nas cidades, sob esse ponto de vista, a criminalidade é reproduzida pelos jovens moradores de áreas de pobres oriundos desses grupos juvenis⁵⁴.

No que se refere aos estudos sobre a criminalidade no âmbito das periferias pobres, do sistema prisional e do mercado das drogas no varejo, uma vasta literatura brasileira (MISSE, 2008; KANT DE LIMA e MISSE, 2011; PERALVA, 2000; BARCELLOS, 2010; FELTRAN 2009; SOARES, 2000; SINHORETTO, 2015) demonstra na história do Brasil funcionários do Estado compactuando com os mercados ilícitos das periferias. Nesse contínuo histórico brasileiro que antecede o período republicano e chega até os dias atuais, o controle social sobre a criminalidade pobre é acionado seletivamente no país, sendo operado por concepções raciais e de classe, muitas vezes, travestidas por ações burocráticas impessoais, favorecendo a continuidade de uma interpretação velada em teorias evolucionistas. Nesse aspecto, a associação teórica mineira entre membros de gangues, territórios pobres, tráfico de drogas e

⁵⁴ Algumas obras, tais como *Sociedade de Esquina* (2005) de Willian Foote-Whyte realiza uma pesquisa ímpar na tradição da escola de Chicago demonstrando como as relações ilegais no tráfico de bebidas, jogos proibidos, dentre outras contravenções possuíam uma rede social ampla de agentes sociais, classificados entre os *peixes graúdos* e *peixes miúdos*. Em relação aos *peixes graúdos* em relatos o autor demonstra que a área circunscrita na qual atuam ultrapassam as periferias pobres de *Boston*.

violência pode criar uma seletividade interpretativa, cujas afirmações, sem dúvida existem na realidade, mas não devem ser tomadas como as principais causas da violência e da criminalidade urbana.

Parte dessa literatura brasileira sobre justiça criminal, como vimos em Peralva, Sinhoretto e Galo (2012), apresentou inúmeras tramas sociais no uso e tráfico de drogas, cujos mercados ilícitos não circundam apenas em locais pobres e entre seus moradores jovens, vinculam mercados legais e ilegais, demonstrando como a gestão e o mercado do tráfico de drogas não seguem um padrão comum que possa associá-los única e exclusivamente aos partícipes das gangues ou regiões periféricas. O mercado das drogas no atacado possui conexões com vários mercados formais, informais, legais e ilegais; funcionários estatais e vários empresários do setor privado, extrapolando assim nas cidades a gestão juvenil do mercado nas periferias pobres.

Em suma, verifica-se entre os quadros teóricos que estudam o controle social do crime um contraste de percepções entre trabalhos sobre Minas Gerais, amparados nas teorias do controle social e da desorganização social da escola de Chicago e mais distantes aos trabalhos realizados em outras regiões do Brasil, cujas bases teóricas se assentam em pensamentos críticos de outras bases internacionais como descritas acima. Essas aproximações teóricas com as ciências sociais brasileiras ocorrem mais a partir da dimensão intervencionista proposta pelo ISER e pesquisadores cariocas como Luiz Eduardo Soares que visionavam a implementação de um amplo programa de reforma das bases das políticas de segurança pública. Nesse aspecto, o desenho normativo da dialética entre repressão qualificada e proteção social, o policiamento do GEPAR, os programas sistêmicos de prevenção à criminalidade são características da influência das ações políticas realizadas pelos acadêmicos cariocas em certas administrações públicas.

Apesar disso, vimos que em Minas Gerais, as pesquisas de Andrea Silveira (2011) e Letícia Godinho de Souza (2011) demonstraram como esses problemas de ilegalidade reverberaram em várias ações de prevenção à criminalidade dos funcionários públicos nos aglomerados. Andrea Silveira apresentou dados e relatos etnográficos sobre o envolvimento desses funcionários públicos com as atividades ilegais e com pessoas identificadas como traficantes. Indiretamente, essas descrições refutam a premissa das leituras mineiras da teoria da desorganização social que correlaciona de maneira exclusiva a gestão do mercado de

drogas ilegais aos membros das gangues juvenis e seus territórios pobres sem controle social da população mais velha sobre os mais jovens.

Para além da relação com os mercados ilegais de drogas ilícitas, os resultados das pesquisas mineiras sobre os programas de prevenção à criminalidade, sobretudo, a pesquisa de Letícia Godinho de Souza (2011), também demonstram como muitos aspectos normativos que regem as instruções do policiamento comunitário colocam-nos subordinados aos aspectos normativos da política de policiamento de resultados, cuja ideologia focada no eixo repressivo é contrastante ao modelo de policiamento comunitário. Além disso, como descrito na tese algumas representações e práticas sociais nas ações desses policiais nos aglomerados não condizem com as normativas das instruções do policiamento comunitário e da articulação com as redes de proteção social, prevalecendo, em muitos casos, o formato ilegal da repressão tradicional autoritária e truculenta.

Esses tipos de ações de policiamento comunitário de resultados e dos programas primários de prevenção foram criados em áreas que passaram a ter um intenso controle institucional de combate ao uso e tráfico de drogas. Ao pensar os espaços urbanos das cidades em sua totalidade, se as estatísticas comprovaram como os homicídios ocorreram mais em certos territórios, elas efetivamente não podem comprovar como o uso e o tráfico de drogas ocorrem de forma exclusiva ou mais intensamente nessas mesmas localidades, visto que os usos e os mercados das drogas ilícitas são difusos por todos os territórios de uma cidade, incluindo populações das classes média e alta. No caso do uso e tráfico de drogas os registros estatísticos, sobretudo das instituições policiais, criam uma ilusão na relação causal entre números de registros e territórios, visto que, com policiamentos especializados focando ações de abordagem de pessoas suspeitas em consumir e vender tais produtos, a probabilidade dos jovens desses territórios serem abordados e detidos é muito maior do que dos jovens que moram em outras localidades sem esse tipo de policiamento e de abordagem.

Conclui-se que nesse novo modelo de gestão da segurança pública e de prevenção à criminalidade foi gerado um crescimento histórico acelerado e massivo no encarceramento da população mineira. Segundo Brasil (2015):

Durante o período de 2005 a 2012, ocorreu crescimento da população prisional em todas as unidades da Federação, ainda que em 2012 a região Sudeste fosse a responsável pelo maior número de presos. O percentual de crescimento da população encarcerada brasileira foi de 74% e 13 estados tiveram crescimento acima desta marca, com destaque para o estado de Minas Gerais, onde o percentual de crescimento

foi de 624%. Já o Rio Grande do Sul apresentou o menor percentual de crescimento da população prisional do país (BRASIL, 2015, p.34).

TABELA 4 – Número Absoluto da População Encarcerada em Minas Gerais

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
MG	6.289	15.739	21.553	31.096	35.121	37.315	41.569	45.540

Fonte: (BRASIL, 2015)

Como demonstra o quadro acima, em oito anos, o encarceramento da população aumentou de 6.289 para 45.540 em números absolutos. Em 2012 Minas Gerais tornou-se a segunda Unidade Federativa em números absolutos de encarceramento. Dentro dessa série histórica também é uma das Unidades Federativas com maior número percentual de presos provisórios – pessoas privadas de liberdade que ainda não foram julgadas. 58,1% do total dos 45.540 encarcerados estão sobre a custódia da justiça sem ainda serem julgados. Em números absolutos há 26.458 presos provisórios em face de 19.082 presos condenados pela justiça criminal. Ainda no ano de 2012, do total de 45.540 encarcerados, 25.397 indivíduos estão dentro da faixa etária juvenil de 18 a 29 anos e 20.070 indivíduos na faixa etária acima de 29 anos.

Com efeito, os apontamentos de Leticia Godinho de Souza sobre a constituição das políticas comunitárias de prevenção à criminalidade em Minas Gerais focadas no policiamento do GEPAR coadunam com esses dados apresentados acima e com as conclusões de David Garland sobre as proposições conservadoras que operam na atualidade na chave da “Criminologia do Outro” (2008). Dessa forma, a pesquisa demonstra as dimensões normativas e práticas do tratamento do criminoso como ênfase no inimigo, assim: “o problema é atribuído ao insidioso, imoral, de delinquentes perigosos, que pertencem tipicamente a grupos raciais e culturais que guardam pouca semelhança conosco (GARLAND, 2008, p. 285)”.

Adjunto a esses apontamentos, é inegável como as pesquisas de Flavia Leite, Andrea Silveira e Ana Carolina Corrêa demonstram o grande esforço de vários setores e instituições públicas, privadas e do terceiro setor em pensar, implementar e realizar a gestão de um conjunto de programas preventivos que visam estender redes de serviços públicos às

populações dessas regiões periféricas. Pode-se dizer que acompanhado do discurso da criminologia do outro, o monitoramento dos programas de prevenção à criminalidade, sobretudo a faixa-etária juvenil acrescentou também o discurso da Criminologia da Vida Cotidiana, através de um conjunto de teorias “que incluem a teoria da atividade rotineira, o crime como oportunidade, a análise do estilo de vida, a prevenção do crime como oportunidade, a análise do estilo de vida, a prevenção do crime situacional e algumas versões da teoria da escolha racional” (GARLAND, 2008, p. 274). Nesse aspecto, em relação à implementação desse eixo da prevenção à criminalidade, se por um lado, é inegável como a dialética da Criminologia da Vida Cotidiana e do Outro se articulam como demonstraram as pesquisas; por outro lado, as preocupações dos oficineiros, técnicos e gestores sociais dos programas preventivos visam extrapolar as suas dimensões normativas e, em alguns casos, atividades de bem-estar social são propiciadas aos jovens dessas localidades demonstrando assim que elementos republicanos e correcionalistas de *welfare state*, também estão acoplados entre os esforços do exercício desses profissionais.

Esses fatos revelam que o Estado de Minas Gerais caminha de forma acelerada para uma política repressiva de encarceramento massivo, sendo o segundo no ranking brasileiro em números absolutos. Por outro, os gestores dos programas – com resultados estatísticos positivos como a diminuição de certas taxas de criminalidade violenta, como os homicídios – tiveram o grande desafio de replicar os novos empreendimentos morais no campo da segurança pública e ampliar esses programas de proteção social para as maiores cidades interioranas.

**6. AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO INTERIOR
DE MINAS GERAIS: O CASO DE UBERLÂNDIA/MG**

6.1 As políticas estaduais de segurança pública: a profusão homeopática da prevenção à criminalidade para o interior

Com uma avaliação inicial positiva, os programas de prevenção à criminalidade em Minas Gerais se ampliaram, ganhando lenta profusão nas cidades do interior do Estado. Em 2008, a SEDS contava com 21 núcleos de base local, sendo nove em Belo Horizonte, sete na Região Metropolitana e apenas cinco nas demais cidades do interior – Montes Claros, Governador Valadares, Ipatinga, Uberlândia e Uberaba.

Cabe ressaltar, por outro lado, que a implementação da política estadual de segurança pública concentrou-se em boa medida nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Houve uma nítida focalização dos investimentos e projetos nessa região do estado, principalmente no eixo da integração das organizações policiais e da prevenção social da criminalidade (SAPORI, 2007, p.153).

A concentração na capital e região metropolitana e a implementação homeopática nas cidades interioranas de outras regiões fizeram das políticas de segurança pública ações governamentais assimétricas entre as cidades mais populosas do Estado. Se a metodologia dos diagnósticos da prevenção à criminalidade concebida pela SEDS tem como modelo Belo Horizonte, cuja população em muitas localidades pobres vive em aglomerados com altos índices de adensamento populacional, também veremos como as iniciativas governamentais se adaptaram a outros modelos de cidade.

Na plana cidade de Uberlândia as características geográficas, de planejamento urbano, constituição e ocupação populacional, a partir de longos espaçamentos territoriais, foram diferentes daquelas verificadas na capital mineira. Os bairros classificados como áreas de risco na cidade do interior são localidades que abrigam conjuntos habitacionais, ocupações e invasões, sendo regiões que ainda possuem grandes áreas vazias, terrenos baldios, áreas sitiadas e pequenas fazendas; os bairros são planos, possuem acessos fáceis e possibilidade da livre circulação de automóveis e pessoas nas ruas.

Com esse modelo urbano e geográfico, a cidade não configurou nenhuma região de aglomerados, situados principalmente em morros ou localidades com muitas barreiras naturais que impeçam o fluxo de transeuntes e o deslocamento de veículos, como em Belo Horizonte. Na capital, por exemplo, houve a necessidade de veículos especiais em certos aglomerados,

para o patrulhamento. Apesar desses bairros pobres de Uberlândia ainda não possuírem infraestrutura básica adequada todos são populosos: alguns com mais de 20 mil habitantes e com boa estruturação primária – água, luz, esgoto e asfalto – mas com poucos ou inexistentes equipamentos públicos de lazer.

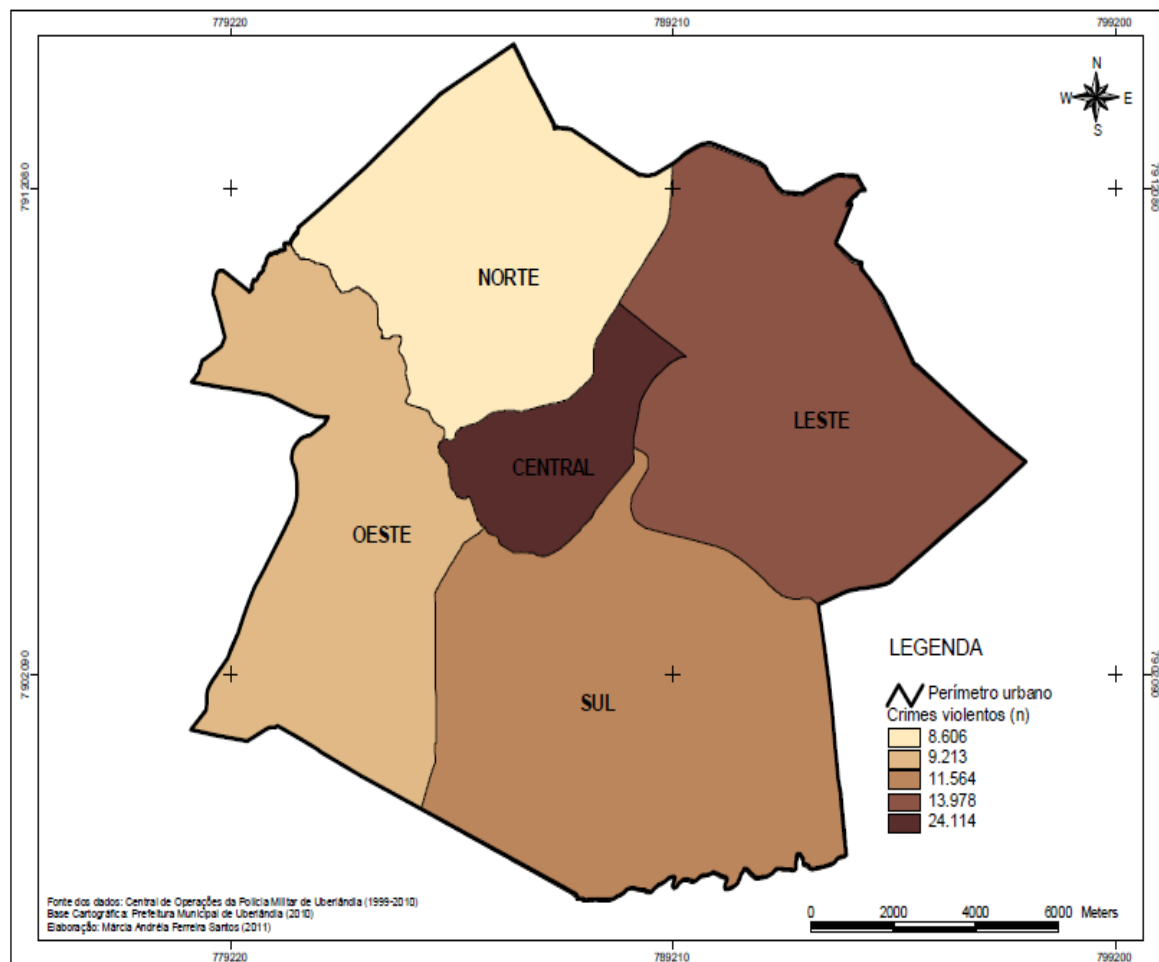
Como veremos a seguir, em Uberlândia, a distribuição espacial da criminalidade, envolvendo os crimes violentos, o tráfico e o uso de drogas, apresentou-se mais dispersa do que na capital mineira. Se tomarmos diferentes modalidades desses tipos de crimes, as variações regionais e de bairros são bem mais marcantes na cidade interiorana.

6.2 A ecologia do crime em Uberlândia: entre a repressão qualificada e a proteção social

A tese intitulada *Criminalidade Violenta e Contradições SocioEspaciais na Cidade de Uberlândia*, realizada por Márcia Andréia Ferreira Santos, no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia em 2012, empreendeu uma análise ecológica sobre a criminalidade na cidade entre os períodos de 1999 e 2010. A tese sistematizou⁵⁵ de forma minuciosa as séries históricas do conjunto dos tipos de crimes violentos (roubo, estupro e homicídios) e crimes de uso ou tráfico de drogas. Entre esses anos, os crimes violentos na região central tiveram mais de 24 mil ocorrências, seguida do setor sul com quase 14 mil ocorrências, leste com mais de 12 mil, oeste com mais de 9 mil e norte com mais de 8 mil.

⁵⁵ Apesar do estudo sistemático feito pela autora, a pesquisa não utilizou o padrão recorrente de taxas de homicídios por 100 mil habitantes.

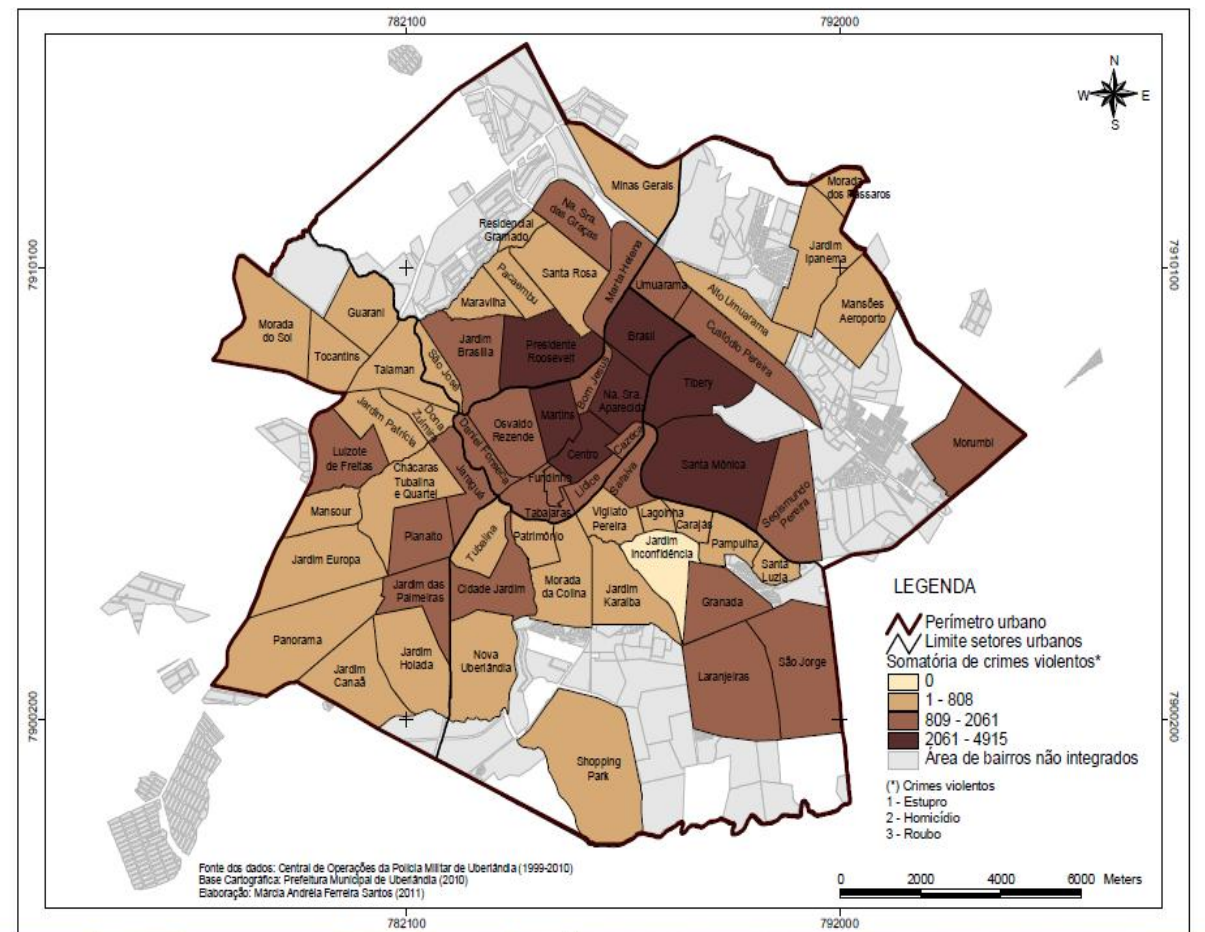
MAPA 4 – Cidade de Uberlândia: Crimes violentos, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010



Fonte: (SANTOS, 2012, p.225).

De acordo com o mapa, se desmembrarmos os dados absolutos dos três tipos de crimes violentos, esses dados gerais correspondem de maneira expressiva ao tipo roubo, face aos tipos de homicídio e estupro, cujos registros de ocorrências são bem inferiores. Em termos de registros absolutos nesses 11 anos, dos 67.475 crimes violentos registrados, houve um total de 66.219 ocorrências de roubos, face aos 838 registros de homicídios e 418 registros de estupros.

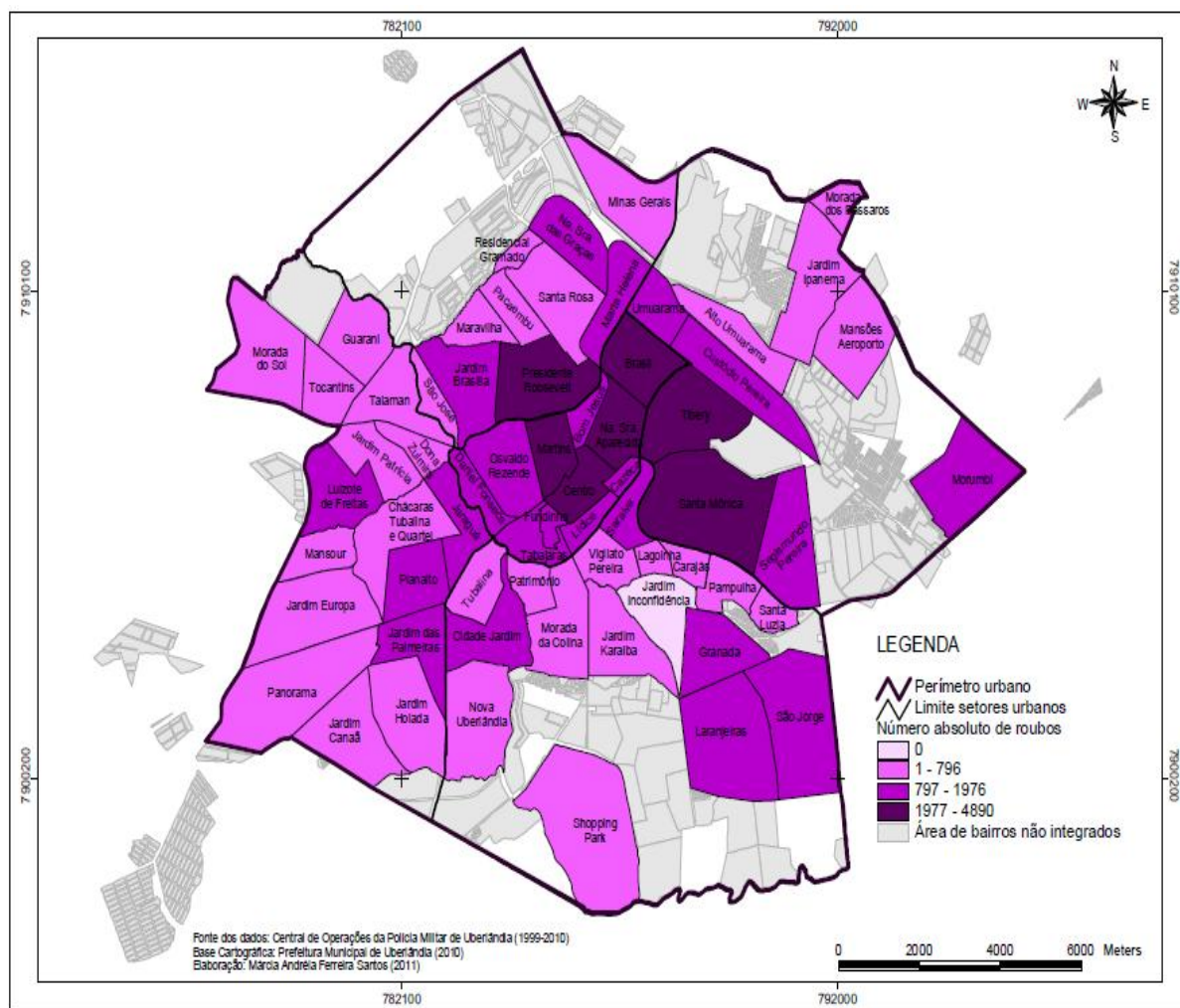
MAPA 5 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos crimes violentos, em números absolutos: 1999-2010.



Fonte: (SANTOS, 2012, p.223).

Em Uberlândia, os roubos concentram-se nas regiões centrais e comerciais. De acordo com os registros da pesquisadora, o maior número de roubos contabilizados está no centro, seguido de bairros comerciais localizados no seu entorno, com grande fluxo de transeuntes e veículos como os bairros Martins, Santa Mônica, Tibery, Presidente Roosevelt, Brasil e Nossa Senhora da Aparecida. Importante ressaltar que as periferias consideradas perigosas, mesmo com um alto número populacional, possuem números absolutos baixos no que tange os registros policiais de roubos.

MAPA 6 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos roubos, em números absolutos: 1999-2010.



Fonte: (SANTOS, 2012, p. 240).

Segundo os dados apresentados entre 1999 até 2010, em termos absolutos as ocorrências de homicídios nas regiões e bairros da cidade são diferentes se comparados com os roubos. As regiões Oeste e Leste são os setores com maiores números de homicídios, 263 no setor Oeste e 222 no setor Leste. Outro contraste se apresenta na região central, com maior número de crimes violentos e menor número de homicídios.

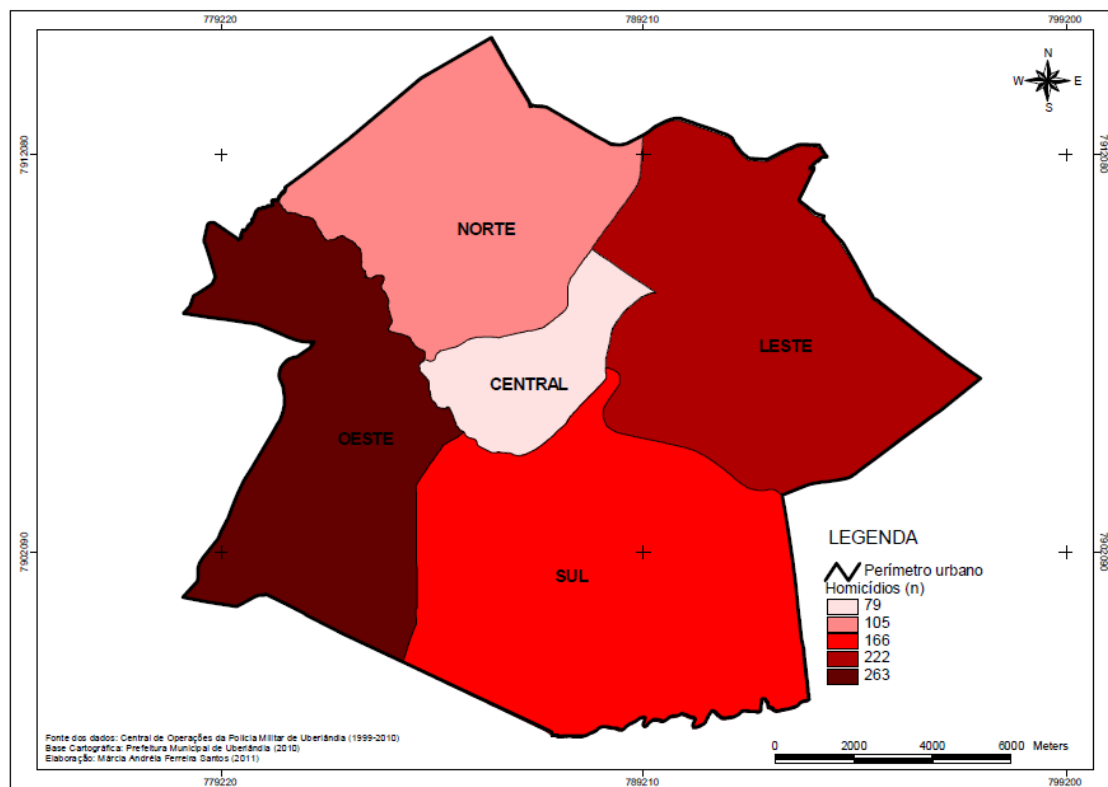
TABELA 5 – Cidade de Uberlândia: Taxa e número absoluto de homicídios: 1999-2010.

	Bairros	População ¹ (2006)	Homicídios	
			(n)	(Taxa por mil hab.)
Integrados	Alto Umarama	5.434	0	0,00
	Bom Jesus	5.659	3	0,53
	Brasil	14.722	10	0,68
	Carajás	2.096	0	0,00
	Cazeca	3.486	3	0,86
	Centro	8.222	8	0,97
	Chácaras Tubalina e Quartel	4.745	11	2,32
	Cidade Jardim	6.067	2	0,33
	Custodio Pereira	10.665	23	2,16
	Daniel Fonseca	5.493	10	1,82
	Dona Zulmira	3.585	22	6,14
	Fundinho	3.203	1	0,31
	Granada	8713	10	1,15
	Guarani	10.626	12	1,13
	Jaraguá	9.662	11	1,14
	Jardim Brasília	14.851	27	1,82
	Jardim Canaã	11.054	30	2,71
	Jardim das Palmeiras	13.514	17	1,26
	Jardim Europa	294	1	3,40
	Jardim Holanda	1.578	3	1,90
	Jardim Inconfidência	917	0	0,00
	Jardim Ipanema	7.190	11	1,53
	Jardim Karibia	2.127	0	0,00
	Jardim Patricia	6.397	6	0,94
	Lagoinha	4.939	19	3,85
	Laranjeiras	16.986	14	0,82
	Lidice	5.399	1	0,19
	Luizote de Freitas	21.736	29	1,33
	Mansões Aeroporto	1.413	2	1,42
	Mansour	8.742	14	1,60
	Maravilha	4.937	6	1,22
	Marta Helena	11.215	19	1,69
	Martins	10.816	15	1,39
	Minas Gerais	6.294	6	0,95
	Morada da Colina	1.957	10	5,11
	Morada do Sol	462	0	0,00
	Morada dos Pássaros	916	0	0,00
	Morumbi	16.161	55	3,40
	Nossa Senhora Aparecida	14.350	10	0,70
	Nossa Senhora das Graças	6.742	7	1,04
	Nova Uberlândia	594	1	1,68
	Oswaldo Rezende	23.292	15	0,64
	Pacaembu	10.510	6	0,57
	Pampulha	4332	3	0,69
	Panorama	398	3	7,54
	Patrimônio	3.806	0	0,00
	Planalto	17.545	26	1,48
	Presidente Roosevelt	24.135	18	0,75
	Residencial Gramado	2.782	0	0,00
	Santa Luzia	4.504	6	1,33
Santa Monica	32.491	15	0,46	
Santa Rosa	19.260	16	0,83	
São Jorge	24.948	62	2,49	
São José	501	0	0,00	
Saravia	9.702	8	0,82	
Segismundo Pereira	18.645	14	0,75	
Shopping Park	1.595	10	6,27	
Taboaras	7.347	3	0,41	
Talaman	8.397	15	1,79	
Tibery	21.726	38	1,75	
Tocantins	14.095	40	2,84	
Tubalina	9.913	18	1,82	
Umarama	3.505	13	3,71	
Vigilato Pereira	5.108	3	0,59	
Não Integrados	Aclimação	...	9	...
	Avorada	...	6	...
	Dom Almir	...	13	...
	Joana Darc	...	13	...
	Morada Nova	...	23	...
	Prosperidade	...	4	...
	São Francisco	...	6	...
Vila Mariciza	...	0	...	
Total		682.488	838	...

Fonte: COPOM (1999-2010) citado por (SANTOS, 2012, p. 233).

Notas: (...) Não se dispõe de dados; (..) Não se aplica o dado numérico; (1) População do meio do período analisado.

MAPA 7 – Cidade de Uberlândia: Homicídios, por setor urbano, em números absolutos: 1999-2010.



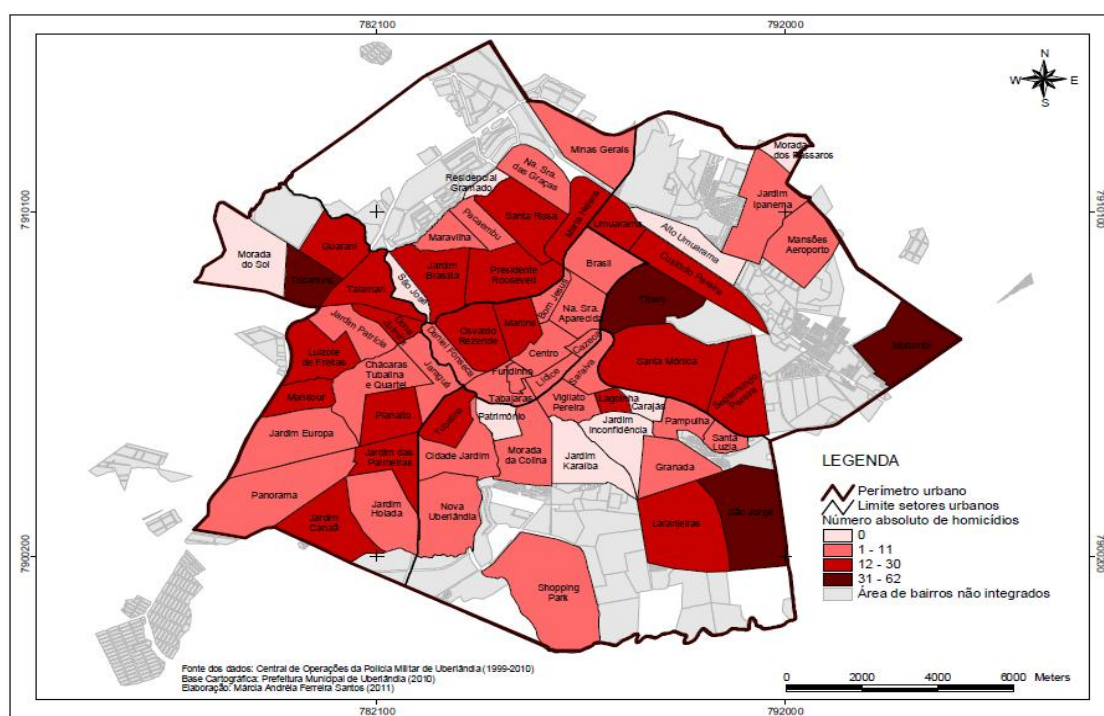
Fonte: (SANTOS, 2012, p.232).

As diferenças entre bairros na cidade, nos registros dos tipos de crimes violentos, demonstraram no mapa que os crimes de homicídio ocorreram mais em localidades com poucos roubos. A única correspondência encontrada foi o bairro Tibery, com um alto número de roubos e também de homicídios, apesar da taxa de homicídio ser mediana, de 1,79/1000hab.

Com a virada do século XXI, alguns bairros da cidade começaram a acolher normativas de grupos que comercializavam drogas ilícitas, dentre outros usos e etiquetas de como proceder “na comunidade”. O principal interdito de conduta era o roubo. De fato, esses interditos em certos bairros contribuíram para os atos ilícitos de roubo se concentrarem nas regiões e bairros mais centrais, com alto fluxo comercial e populacional. Em números absolutos, os homicídios registrados na faixa entre 31 até 62 vítimas ocorreram em quatro

bairros: Tocantins, Morumbi, São Jorge e Tibery. Vale lembrar que esses bairros estão entre os mais populosos da cidade. Os quatro bairros (São Jorge – 62 homicídios, Morumbi – 55 homicídios, Tocantins – 40 homicídios e Tibery – 38 homicídios), com os maiores números absolutos, não correspondem aos quatro bairros com maiores taxas de homicídios considerando mil habitantes (Panorama, Shopping Park, Dona Zulmira e Morada da Colina).

MAPA 8 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos homicídios, em números absolutos: 1999-2010.



Fonte: (SANTOS, 2012, p.234).

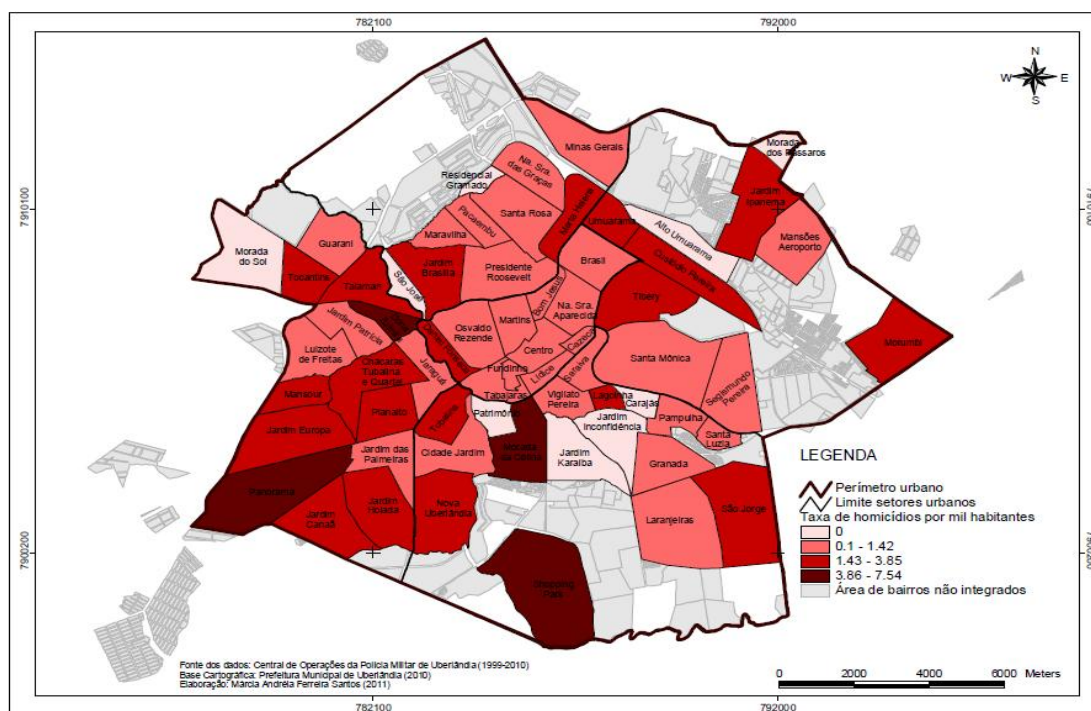
Em termos populacionais, os bairros com maiores números absolutos de homicídios tem uma média de quase 20 mil habitantes. Os quatro bairros seguintes, com maiores números absolutos (Jardim Canaã – 30 homicídios, Luizote de Freitas – 29 homicídios, Jardim Brasília – 27 homicídios e Planalto – 26 homicídios) também são populosos, com uma média de mais de 16 mil habitantes. Todavia, dentre esses oito bairros com maiores números absolutos de homicídios, as taxas de homicídios por mil habitantes, na maioria, estão abaixo da média⁵⁶ de

⁵⁶Média da taxa de homicídios dos oito bairros com maiores números absolutos em Uberlândia.

2,03/1000hab. O bairro Morumbi é a maior taxa, de 3,40; na sequência o bairro Tocantins 2,84; São Jorge 2,49; Jardim Canaã; Tibery 1,79; Planalto 1,48; Luizote de Freitas 1,33; e Jardim Brasília 1,14. Se comparados aos bairros com maiores taxas, esses possuem porcentagens baixas.

Dos 839 homicídios, 761 casos (90,7%) ocorreram nos bairros integrados, sendo o São Jorge o que apresentou os maiores valores, com 62 registros. Na sequência vieram os bairros Morumbi, com 55 casos, Tocantins com 40 e Tibery com 38. As taxas mais elevadas foram registradas no Panorama (7,54/1000 hab.), Shopping Park (6,27/1000 hab.), Dona Zulmira (6,14/1000 hab.) e Morada da Colina (5,11/1000 hab.). Nos bairros não integrados foram verificados 74 casos de homicídios (9,3%), com destaque no Morada Nova (SANTOS, 2012, p.232).

MAPA 9 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de homicídios, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.



Fonte: (SANTOS, 2012, p.235).

Nesse aspecto, a análise estatística sobre a criminalidade em Uberlândia deve conter uma importante ressalva: a correspondência entre os maiores valores nas taxas de homicídios por mil habitantes com o baixo número populacional da maioria desses bairros. Como o Chácara Panorama que, com apenas 398 habitantes e 3 homicídios, obteve a maior taxa de

7,54/1000hab. O *Shopping Park*, com 10 homicídios e uma população de 1535 pessoas teve sua taxa de 6,27/1000hab. O bairro Dona Zulmira teve 22 homicídios em uma população mais expressiva de 3585, obtendo uma taxa de 6,14/1000hab. O quarto bairro é o luxuoso Morada da Colina, situado no setor sul, ocorreram 10 homicídios em uma população de 1957 pessoas, sendo a taxa de homicídios de 5,11/1000hab.

Se tomarmos as oito maiores taxas de homicídios por mil habitantes, o bairro Lagoinha, com uma taxa de 3,85/1000hab computados pelos 19 homicídios ocorridos em uma população de 4939 pessoas, aparece em quinto lugar e também foge à regra por ter um adensamento populacional um pouco maior, como o bairro Dona Zulmira. Na sequência, o bairro Umuarama traz a especificidade de acolher o Hospital da Universidade Federal de Uberlândia; dessa maneira várias ocorrências são registradas no hospital, não correspondendo assim com a dinâmica criminal dos moradores do bairro. Ele obteve a taxa de 3,71/1000hab, houve 13 registros de homicídios e a população do bairro era de 2505.

Por fim, os bairros Jardim Europa e Morumbi obtiveram 3,40/1000hab. No Jardim Europa ocorreu apenas 1 homicídio sobre a população de apenas 294 pessoas. E fugindo ao padrão, o bairro Morumbi, com a população de 16161 habitantes, foi o único dentre os oito bairros com altas taxas de homicídios com uma população acima de cinco mil habitantes.

Se em Belo Horizonte houve aumento e concentração de homicídios em seis aglomerados que também registravam um alto número de roubos, os homicídios em Uberlândia foram pulverizados para vários bairros. Desse modo, a correlação causal entre territórios pobres desorganizados e tipos de crimes, oriunda das construções das pesquisas da criminologia norte-americana, inculuiu conexões correlatas entre a dinâmica criminal apresentada nos resultados das pesquisas da escola de Chicago e em Belo Horizonte. Todavia, essas configurações espaciais da criminalidade, observadas pelos pesquisadores da capital, não encontram a mesma incidência em Uberlândia. Na cidade interiorana não houve uma preponderância da “implosão espacial” (BEATO, 2008) dos crimes violentos ou homicídios nas classificadas áreas de risco, como na capital.

Apesar dessa dispersão espacial, vimos como o bairro Morumbi foi o bairro com maior taxa 3,40/1000hab dentre os bairros populosos que obtiveram os maiores números absolutos de homicídios na cidade em período de 12 anos. Se somado aos números absolutos de homicídios nos bairros irregulares (Dom Almir, Prosperidade, Joana Darc, São Francisco e

Alvorada) do seu entorno, mais 42 homicídios ocorreram nessas periferias do setor Leste entre 1999 e 2010, somados aos 55 que ocorreram no bairro, totalizando 97 homicídios. Como a maioria era de bairros irregulares, não há dados sobre a população, impossibilitando o cálculo das taxas de homicídio para essas localidades.

De toda maneira, com esse conjunto de dados a SEDS definiu a região do bairro Morumbi e bairros irregulares do entorno como a primeira *área de risco* da cidade de Uberlândia. Durante o período de formação, esses bairros acolheram várias instituições supralocais do terceiro setor e de lideranças de moradores que também desejavam criar suas Ongs para colaborar com o bem-estar social das comunidades carentes, em sua maioria oriunda de ocupações/invasões.

Em outubro de 2005 a SEDS, em parceria com a Prefeitura Municipal de Uberlândia e o Instituto Elo, efetuou estudos na cidade com objetivo de implantar os CPCs: um de base local situado no centro, e outro de base territorial nos bairros mencionados do setor leste. O CPC de base local recebeu ainda o Programa Controle de Homicídios Fica Vivo e o GEPAR. Após dois meses, o bairro Jardim Canaã foi o segundo bairro classificado como área de risco na cidade. Com a efetivação apenas do GEPAR no bairro, parte da população e dos próprios policiais do grupamento que ali atuavam se mobilizaram para pleitear um CPC e as oficinas do Programa Fica Vivo na localidade.

Enquanto isso, no outro lado da cidade, na região do Canaã começava a aparecer [mais homicídios]. E começa a aparecer só agora na propaganda da Prefeitura que vai ter um Fica Vivo lá. A sensação que me dá é que está vindo tardiamente. Ainda é legal de ir pra lá? Sim. Mas como um programa de prevenção eu acho que poderia ter ido antes. Mas tem toda uma questão de recursos, de política envolvida que eu não saberia te falar. Mas os oficineiros já vinham apontando para isso que havia uma ligação dos meninos do Morumbi com os meninos do Canaã, se falava disso. O próprio GEPAR do Canaã, lá já tinha um GEPAR há muito tempo, tinha um comandante lá, mas não me lembro o nome dele. E ele chegou a apresentar para a gente, ele chegou lá na equipe técnica, não agendou nada, e falou para a gente: “Eu queria saber como eu faço para comunicar com o pessoal de BH, através de vocês”. Eu fiquei surpresa né, ele veio lá do Canaã para falar com a gente. Ah, eu sou comandante do GEPAR de lá, e a gente precisa do Fica Vivo lá. Isso, acho que foi em 2008 que ele teve essa conversa com a gente, a gente ainda estava na sede antiga da Calixto Milken. E ele levou um calhamaço de coisas que ele juntou sabe, tipo querendo comprovar, dados que comprovassem que o Canaã merecia ter uma equipe do Fica Vivo. “A gente precisa da base social lá, que não tem. Tem uma Ong ou outra, mas não tem uma coisa organizada”. E ele já tinha participado de capacitações em BH e veio falando muito bem de lá, que tinha uma orientação metodológica e a distância e ele queria

implementar isso lá e só agora que está chegando, por isso eu acho um pouco tardio em relação ao tempo que o pessoal de lá vinha apontando isso, né.⁵⁷

Na cidade de Uberlândia, a classificação das áreas de risco foi se expandindo até atingir as quatro regiões periféricas da cidade. Classificadas inicialmente em certos bairros, se expandiram para outras localidades e bairros circunvizinhos. Com exceção do setor Leste, que acolheu um Centro de Prevenção à Criminalidade, todos os bairros foram policiados pelo GEPAR, mas não desenvolveram o eixo das redes de proteção e prevenção social.

Você tem a companhia e ela tem a responsabilidade territorial. Dentro dessa responsabilidade territorial a gente tem os pontos que a gente chama de Zonas Quentes de Criminalidades (ZQC), que você tem uma incidência maior de certos tipos de crimes. No caso do Fica Vivo ele é implantado onde você tem uma incidência maior de homicídios, de criminalidade contra a vida, por isso o foco foi lá no Morumbi e Dom Almir área de atuação. No entanto a gente tem o GEPAR também no Canaã, a gente tem o GEPAR também na parte do Campo Alegre, Lagoinha e São Jorge, e tem também num pedaço mais restrito do Marta Helena. Você precisaria do Fica Vivo para complementar a atividade do GEPAR, o Fica Vivo ofereceria uma opção para que o adolescente não entrasse na criminalidade. O Estado oferece uma opção para ele não ser alvo da criminalidade. O GEPAR de lá [Morumbi] pode se dizer que é o mais beneficiado, pois consegue fazer um serviço mais completo em virtude disso aí.⁵⁸

Apesar de o tenente mencionar três regiões da cidade com atuação do GEPAR, na reportagem de Larissa Santos (2012) “*Uberlândia não sofrerá cortes no GEPAR*” o coronel comandante da 9ª Região Polícia Militar (RPM) afirmou, na época da notícia, que em Uberlândia os trabalhos funcionavam normalmente e que nenhum corte foi anunciado. Segundo o comandante, um estudo apontou que seriam necessárias seis equipes do agrupamento policial para suprir a demanda na cidade. “*Os agrupamentos atuam nas áreas dos bairros São Jorge, Morumbi, Dom Almir, Tocantins e Jardim Brasília*”, complementa o comandante subtraindo, talvez por esquecimento, o policiamento do agrupamento no Jardim Canaã.

Nesse cenário teórico e de gestão do governo estadual, na longínqua cidade interiorana houve uma primazia, por parte das instituições do governo estadual, na repressão qualificada

⁵⁷ Entrevista feita com Ana Elisa, técnica social do Programa Fica Vivo! realizada no dia 12 de setembro de 2013.

⁵⁸ Entrevista feita com o Tenente da PMMG, ex-comandante do GEPAR, no dia 9 de outubro de 2013.

em relação à proteção social. Na prática, a implantação das novas medidas de segurança pública levou para os bairros periféricos pobres de Uberlândia o policiamento, desvinculado da metodologia preventiva proposta de constituir uma relação dialética com as redes protetivas. Sem os CPCs, os programas primários e as redes de proteção social, a repressão qualificada também fica parcialmente fraturada pela ausência das equipes sociais e da constituição das redes de proteção social, realizadas pela gestão e técnicos sociais dos programas primários de prevenção. Pode-se dizer assim que a repressão praticada é uma repressão meio-qualificada.

De 2005 até 2014, Uberlândia contava apenas com o CPC do bairro Morumbi como base local efetivada na cidade. Somente em 2015 o bairro Jardim Canaã recebeu a segunda base territorial na cidade. Se tomarmos a experiência inicial do CPC local no bairro Morumbi, dentre as dificuldades mais explicitadas em conversas com gestores e técnicos sociais ao trabalho do Programa Fica Vivo, uma muito mencionada foi a sua execução sem a constituição do Programa Mediação de Conflitos, implementado apenas em outubro de 2012. Durante as entrevistas alguns técnicos sociais mencionaram como a falta dos profissionais do programa Mediação de Conflitos reverberava na atuação dos profissionais do programa Fica Vivo.

É uma equipe pequena só eu e ele, agora funcionaria melhor e aí quando você for em Uberaba vai ver isso, por causa do Mediação de Conflitos. Todas essas demandas que chegam você pode dividir entre quatro pessoas, porque você teria mais dois técnicos atuando na Mediação de Conflitos. E aí necessariamente um do direito, até para poder fazer essa mediação de conflito do micro: “Ah, minha galinha voou para a casa do vizinho, eu quero pegar ela de volta”. Aí tem um advogado para resolver, a questão da separação, divórcio... A gente acaba ligando para uma colega nossa que é advogada do PRESP para ela estar assessorando a gente, porque não temos essa bagagem, sabe. E mesmo assim não nos compete. Você começa a ocupar outras lacunas e acaba prejudicando que uma política pública possa ocupar de fato atribuições de sua competência⁵⁹.

Como os programas de prevenção estão ligados de maneira sistêmica, e os dois programas ainda mais pelas características de prevenção primária, a execução das várias tarefas cotidianas, principalmente dos técnicos sociais, poderiam ser divididas; como o programa Fica Vivo trabalha com a faixa-etária juvenil, o programa Mediação de Conflitos

⁵⁹ Entrevista realizada no dia 28 de dezembro de 2012.

trabalha com o público-alvo complementar: a família desses jovens. Assim, com a chegada dessa nova equipe, ações de rede são realizadas em conjunto, articulando o jovem à família.

Então a política de prevenção à criminalidade não é formada apenas pelo Fica Vivo, tem o Presp, o Ceapa e o Mediação de Conflitos. O Mediação de Conflitos também é de base territorial, lá em Uberaba você encontra o Mediação de Conflitos, aqui a gente tem essa carência. Por uma questão política, acreditava-se que o PISC na época realizava o serviço que o Mediação faz. Depois o PISC vira CRAS e perde esse caráter de mediação. O Mediação de Conflitos vai atender a faixa-etária que o Fica Vivo não atende, são os pais. Que o nosso público é circunscrito, ele é bem circunscrito é território e idade, né. Então, você tem de doze a vinte quatro anos em uma determinada região, acima disso a gente pode acolher, mas não é o nosso foco. O pai de um menino está com problemas com vizinhos, ele pode até vir, mas nós vamos encaminhar para o CRAS⁶⁰.

Com um quadro de profissionais qualificados entre os técnicos sociais e gestores sociais, alguns com conhecimentos e experiências de trabalho no campo artístico, incluindo oficinairos com amplas experiências e qualificações (de trabalhos internacionais, mestrado, curadores, integrantes de companhias...), o CPC de base local do Morumbi, apesar de algumas dificuldades, conseguiu ao longo do tempo fomentar uma série de eventos e ações de prevenção à criminalidade e oficinas voltadas para as esferas produtiva, lúdica, artística e esportiva; além de criar a *Rede Leste* que, apesar de alguns recuos e refluxos ao longo de sua história, constitui uma importante rede de Ong's que reúne, discute e fomenta uma série de ações políticas e culturais nas localidades do setor.

Importante ressaltar a constituição mais recente de uma rede de proteção social no bairro Jardim Canaã: a *Rede Oeste*, implantada antes mesmo dos programas de prevenção à criminalidade aportarem com uma base territorial no bairro. Como veremos, se a Rede Leste foi constituída de forma majoritária por instituições supralocais, a Rede Oeste iniciou seus trabalhos com a participação mais intensa da população local.

⁶⁰ Entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2012.

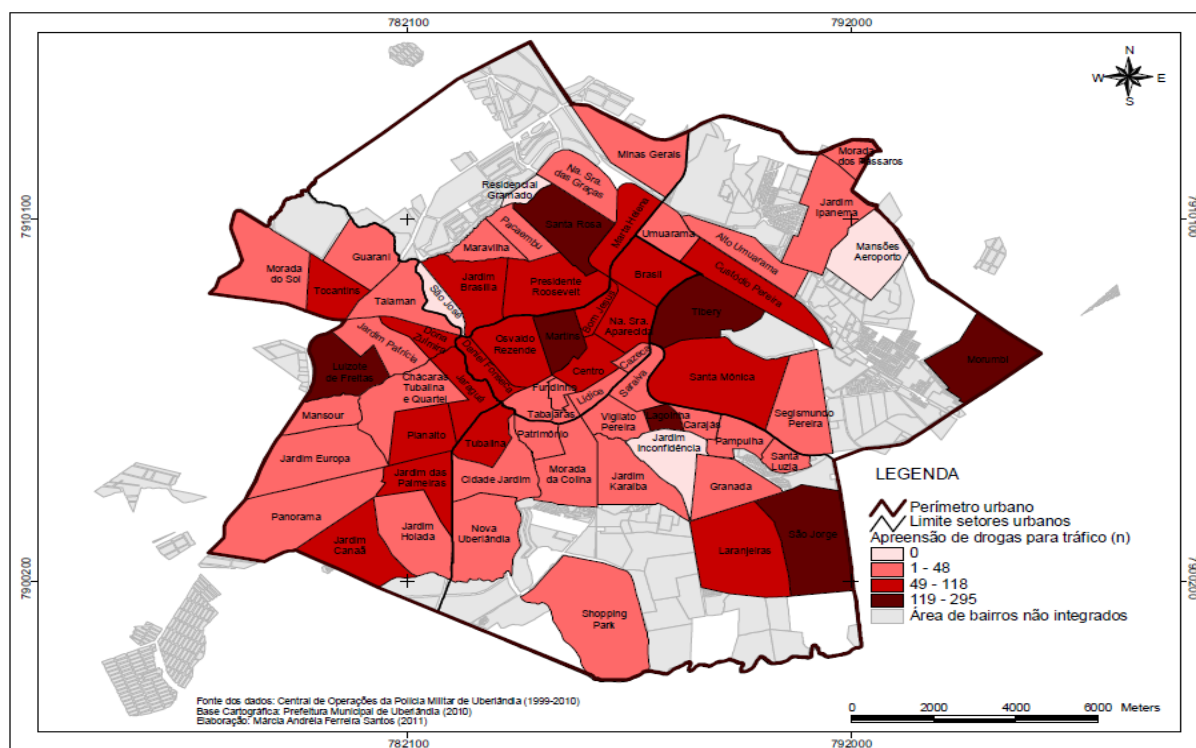
6.3 Territórios do tráfico, anéis da criminalidade, áreas de risco: os registros policiais sobre os eventos de drogas

Com a virada do século XXI, Uberlândia segue uma relativa tendência das grandes capitais da região Sudeste, onde o comércio militarizado de drogas ilícitas no varejo se concentrava nas favelas, periferias e aglomerados. A correspondência entre os maiores registros de homicídios e apreensão de drogas para o tráfico demonstra uma tendência nas estatísticas da polícia dos comércios ilícitos, em certos bairros pobres, ocorrerem de forma mais violenta do que em outros bairros pobres e comerciais.

Dos seis bairros com maior número de apreensão de drogas para o tráfico no mapa, quatro correspondem aos bairros com maiores números absolutos de homicídios e apenas um com o número absoluto de roubos. Entretanto, se expandirmos a análise para os bairros que estão na faixa vermelha do mapa, isto é que obtiveram entre 49 e 118 ocorrências de apreensão de drogas, verifica-se um maior grau de correspondência entre os bairros periféricos que obtiveram um maior número de homicídios e bairros comerciais que obtiveram um maior número de roubos.

Em suma, percebe-se que o escopo do uso e do tráfico de drogas na cidade é muito amplo, englobando de forma mais intensa os bairros periféricos com alto número de homicídios e, de forma um pouco menos intensa, outros bairros periféricos e bairros comerciais com alta incidência de roubos.

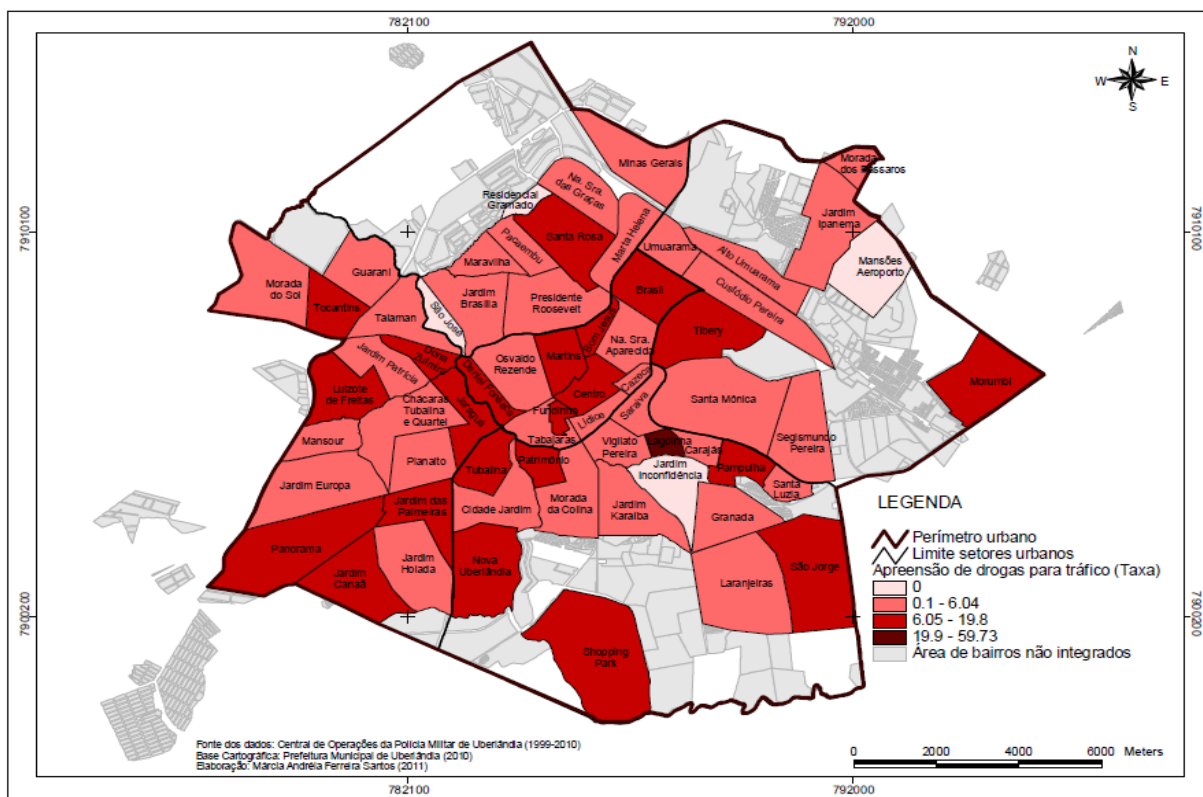
MAPA 10 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das apreensões de drogas para o tráfico, em números absolutos: 1999-2010.



Fonte: (SANTOS, 2012, p.251).

Observando a relação entre taxas populacionais de apreensão de drogas por tráfico, por bairros, percebe-se como a dispersão dos registros policiais sobre o tráfico de drogas na cidade é ainda maior em relação aos números absolutos. Com exceção do bairro Lagoinha, com 19.9/1000 hab. A taxa média está dispersa em 22 bairros, muitos deles centrais e comerciais, com taxas entre 6.05/1000hab. e 19.8/1000hab. Importante ressaltar como os dados absolutos e as taxas populacionais dos bairros demonstram a difusão do consumo e do comércio desses bens ilícitos, em bairros periféricos e centrais, populares e classe média.

MAPA 11 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de apreensão de drogas para tráfico, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.

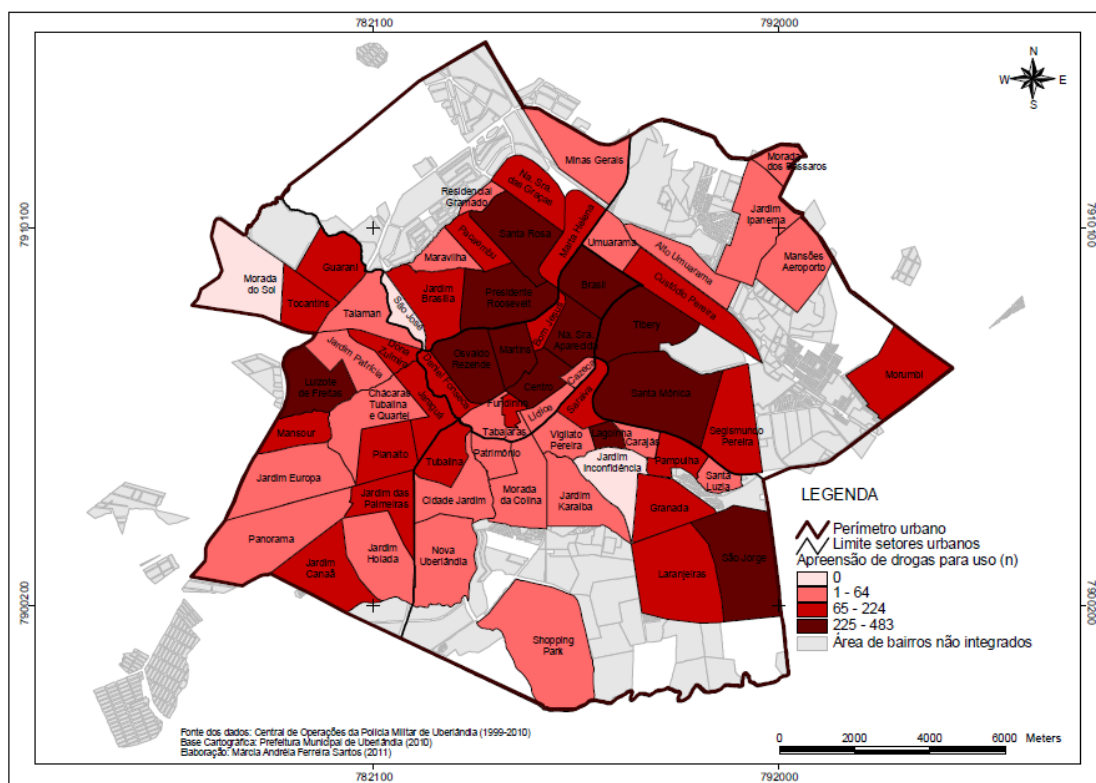


Fonte: (SANTOS, 2012, p.254).

Os registros policiais de apreensões por uso de drogas, em números absolutos, se concentram em bairros mais centrais, com exceção dos bairros Luizote de Freitas e São Jorge, situados na periferia da cidade. Doze bairros possuem entre 225 até 483 indivíduos apreendidos por uso de drogas ilícitas.

Esses registros absolutos e por taxas populacionais também podem inferir uma diferença na discricionariedade das instituições estatais envolvidas com a justiça criminal, ao interpretar as populações usuárias oriundas da classe média e as populações oriundas do território do tráfico como comerciantes dos bens ilícitos.

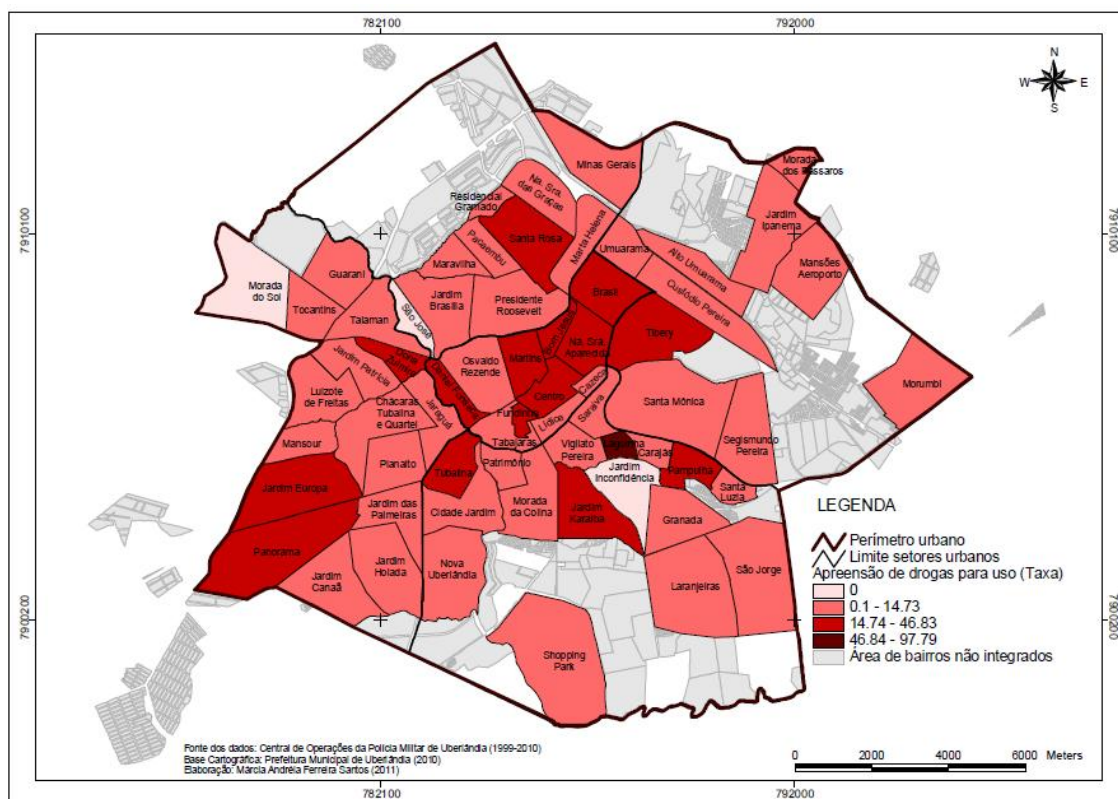
MAPA 12 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das apreensões de drogas para o uso, em números absolutos: 1999-2010.



Fonte: (SANTOS, 2012, p.253).

O registro do uso de drogas ilícitas também se dispersa. Apenas o bairro Lagoinha possui a elevada taxa de 97.79 apreensões por 1000 habitantes. Quinze bairros estão dentro da segunda hierarquia da escala que compreende entre 14.74 até 46.83 por 1000 hab. Desses bairros, apenas quatro têm as maiores taxas de apreensões de uso de drogas entre 31.52 até 46,83 por 1000 habitantes. Assim, os mapas dos crimes violentos e do uso e tráfico de drogas demonstram como os registros desses tipos de crimes também estão espalhados por várias regiões e bairros da cidade.

MAPA 13 – Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de apreensão de drogas para o uso, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.



Fonte: (SANTOS, 2012, p.254).

Mesmo com essa dispersão territorial, os números computados na estatística de registros da PM sobre os usos e tráfico de drogas cristalizam no imaginário da população, dos jornalistas e de pesquisadores o predomínio de certos bairros periféricos pobres como mais perigosos e vulneráveis para os crimes. Tais classificações cancelam como certos bairros de Uberlândia são interpretados como mais violentos por serem considerados *territórios do tráfico*.

A criminalidade violenta geral, em Uberlândia, vem apresentando crescimento negativo desde 2005, apesar de os crimes, como os homicídios, estarem em ascensão. Isso se deve à relação direta deste crime com o tráfico e uso de drogas, uma vez que a maioria dos casos de assassinatos verificados no período de 1999 a 2010 incidiu nos espaços caracterizados como “territórios do tráfico” (SANTOS, 2012, p.170).

Apesar de certos aspectos da relação causal entre mercado das drogas ilícitas e homicídios serem claras, os números demonstram como os registros de uso e tráfico de drogas

são bem variáveis entre os bairros e não podem ser restringidos a esses locais e suas populações. Algumas matérias publicadas nos jornais da cidade corroboram a tese da preponderância dos uso e tráfico de drogas ocorrerem em certos bairros periféricos pobres. A reportagem intitulada *Consumo de Drogas: seis bairros formam o anel do crime*, publicada pelo jornal Correio de Uberlândia (MOTA, 2015), apresenta relatos comparativos das classificações da PM.

Analisando de maneira mais ampla a conjuntura do uso e tráfico de drogas na cidade esta matéria apresenta uma análise da Polícia Civil que reforça o discurso e o ponto de vista das classificações territoriais da criminalidade amparadas na teoria da desorganização social: “os bairros Morumbi, Dom Almir, São Jorge, Canaã, Esperança e Lagoinha formam o que a Polícia Civil de Uberlândia chama de ‘anel do crime’ por causa do **alto índice de tráfico e consumo de drogas registrados** nessas comunidades”.

A reportagem ainda relata como a prisão dos dois chefes do tráfico de drogas no bairro Morumbi, supostamente levou a esposa de um deles a agenciar o mercado ilícito na localidade. De acordo com o delegado entrevistado, a mulher suspeita já foi acautelada, entretanto ações judiciais a liberaram. Mesmo assim, o delegado afirmou que os dias em liberdade da acusada “estão contados”. Para a jornalista, outros chefões do tráfico de drogas dessas localidades que compõem o anel do crime também estão impunes pelo sistema de justiça criminal. Essas disjunções burocráticas entre o trabalho do delegado e o da justiça são explicitadas pelas palavras da jornalista que chancela o ponto de vista do profissional da polícia quanto à impunidade e morosidade do sistema judiciário.

Outro bairro de Uberlândia onde o suposto chefe do tráfico está fora das grades é o Dom Almir. Nesta comunidade, quem dita as regras no comércio de drogas é A, conhecido como Poney, que está em liberdade depois de passar uma temporada preso. Em 2008, Poney foi apontado pela Polícia Civil como mandante e autor dos assassinatos dos menores A. B. de O., 14 anos, e W. R. da S., 16 anos, ocorridas nos dias 23 e 26 de outubro daquele ano, respectivamente. Ambos tinham envolvimento com drogas. A, conhecido como Bigode, foi encontrado às margens da estrada do Pau Furado, no bairro Morumbi. Ele foi assassinado a tiros e facadas e torturado antes de morrer. Por sua vez, W, apelidado de Capão, foi achado boiando no rio Araguari, na mesma estrada, com uma faca atravessada no pescoço (MOTA, 2015).

Por outro lado, o advogado de defesa dos quatro acusados pelo delegado respondeu ao jornalista que a Polícia Civil criou uma lenda sobre o suposto casal de traficantes do bairro Morumbi. O advogado ainda relatou a acusação ao suposto chefe do tráfico no bairro Dom

Almir. Segundo o profissional, os policiais realizaram atividades ilegais ao forjarem as provas dos crimes de homicídios contra o seu cliente.

Nos outros bairros mencionados como aqueles que compõem o anel do crime a reportagem relata uma diversidade de configurações nas ações da Polícia Civil e dos supostos chefes do tráfico. Alguns comandam tais localidades dos presídios situados em cidades longínquas. Outros bairros estão sem chefes devido às “baixas do tráfico” em confronto com a polícia. Em outras localidades não há centralizações de chefes nos mercados dos ilícitos, sendo vendidos por vários comerciantes do varejo.

No bairro São Jorge, a Polícia Civil identificou como chefe do tráfico local C.A.V., conhecido como B., que cumpre pena na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem. Como isso acontece ninguém sabe explicar. Já no bairro Canaã, o comando está, aparentemente, sem líder desde a morte do traficante R. Z., apelidado de “Porquinho”, que foi morto em outubro do ano passado, no distrito Cruzeiro dos Peixotos, durante troca de tiros com investigadores da Polícia Civil. No bairro Esperança, a polícia informa haver vários pequenos comerciantes de drogas. No entanto, a Polícia Militar, que tem uma base comunitária no local, indica H.F.C., o Mel, como sendo o líder do tráfico na região. Por outro lado, no Lagoinha, segundo o delegado Eduardo Leal, a polícia tenta identificar o chefe-geral das “bocas de fumo”. *“É um lugar difícil, onde tem crianças servindo como aviõezinhos e informantes. São muitos pontos de venda e consumo de crack. Estamos colocando toda nossa estrutura de investigação para fechar o cerco ao local”*, afirmou. Nas ocorrências de homicídios no bairro Lagoinha em que as vítimas tinham envolvimento com o tráfico, testemunhas dizem que o crime aconteceu por ordem do traficante conhecido como M.G. (MOTA, 2015).

Contestando as nomeações de alguns dos chefes do tráfico mencionados, um leitor comentou no espaço virtual do jornal o seu minucioso ponto de vista sobre o que foi escrito na reportagem no que tange a dinâmica criminal de alguns desses bairros:

Olha, primeiro erro, o chefe do tráfico do Morumbi é C.E “Neri” e não “Neto”. Segundo erro. C. A. o “Pietro” do São Jorge é natural de Ribeirão Preto, e esteve há poucos meses em uma penitenciária federal, no Rio Grande do Norte, atualmente está também em Francisco Sá junto com C.E., e não na penitenciária Nelson Hungria, como falado aí na reportagem. Já no Lagoinha, todos (comunidade, polícia, civil e militar, judiciário) sabem o nome do chefe do tráfico, sabe onde ele mora, vê ele e os filhos traficantes andando de carrões, *Jetski* nas represas da cidade, e na reportagem diz que ainda não se sabe o nome do chefe, como pode isso? Sabe-se que as mortes são de autoria de um tal de M. G., mas esse aí é pequeno na escala de chefia, vamos fechar o cerco na cel. Antonio Alves Pereira no Lagoinha gente....não culpo as polícias não, trabalham muito, mas sempre frustram quando veem os caras de volta nas ruas, os caras são pegos com quilos e quilos de drogas e saem como usuários, se não tiverem apoio lá de cima, o Lagoinha, Morumbi, Dom Almir, Esperança continuará assim, por muitas gerações. Pensem comigo, o cara nunca trabalhou, mas tem *Hornet*, *Falcon*, *Vectra*, *Astra*, *Jetski* e continua sem trabalhar, como explicar

isso? E pra receita, não dá nada? E quando o trabalhador honesto declara um imposto de renda que deixa dúvida, dá o maior problema... tá aí o desabafo (MOTA, 2015).

Para o leitor anônimo, em alguns desses bairros todos sabem (policiais e agentes da justiça) quem são os traficantes chefes. Ele também discorda de algumas nomeações relatadas na reportagem ao descreverem certos peixes miúdos da hierarquia do tráfico de drogas como peixes graúdos. O relato detalha que em alguns bairros, por exemplo, os peixes graúdos possuem vários tipos de veículos caros, ostentando passeios pelas represas da cidade e mesmo assim estão impunes. Ele ainda descreve como alguns desses traficantes presos com grandes quantidades de drogas ilícitas são beneficiados pela discricionariedade e enquadrados perante a lei como usuários. Nessa narrativa as disjunções burocráticas operando entre a impunidade e os usos da lei são ampliadas também para as atividades policiais. Apesar de eximir os policiais da culpa, apontando-a para a impunidade decorrente do sistema de justiça criminal, o leitor desabafa e crê que os problemas da impunidade estão mais na inoperância do sistema em não prender os membros graúdos da hierarquia do tráfico.

Mesmo expondo algumas contradições em relação ao que foi publicado na matéria, é perceptível como todos os agentes envolvidos na reportagem – repórter, delegado, leitor indignado – coadunam com o mesmo pensamento: os problemas criminais desses bairros também passam pela relativa ineficiência do sistema de justiça penal.

Para além dessa demanda mais ampla da justiça criminal, as ações das polícias ao combinar a classificação de anel da criminalidade da Polícia Civil com a classificação de área de risco da PM criam relações complementares entre essas representações estatísticas das agências de segurança pública mineira, amparadas na ecologia do crime: *o conjunto de bairros que compõem às áreas de risco faz parte do anel da criminalidade*. Assim, se em Chicago e Belo Horizonte a relação entre território e crime criam conexões de sentido explicativas, com características urbanas diferentes; em Uberlândia tal interpretação sobre os números oficiais registrados pelas agências da segurança pública pode inculcar sobre as mensurações estatísticas elementos regionais do determinismo geográfico – teorias que descrevem como certas localidades são consideradas regiões perigosas habitadas por criminosos.

Classificando tais bairros das periferias pobres como territórios do tráfico, áreas de risco ou anel da criminalidade, os dispositivos preventivos e repressivos de policiamento,

baseados nesses mapas criminológicos, podem criar um ciclo vicioso para as localidades enquadradas, potencializando os registros criminais a partir da implantação do policiamento especializado como o GEPAR. Com sua missão focada no combate do uso, tráfico de drogas e homicídios, através de protocolos de policiamento de resultados, a probabilidade de esses registros ocorrerem nesses locais torna-se muito maior. No que se refere ao consumo e comércio de drogas, os registros dessas estatísticas na prática podem gerar uma interpretação menos focada nas apreensões de drogas sobre outros bairros, sobretudo de classe média e alta, além de instituições públicas e privadas – como escolas, universidades, bares, boates, festas em repúblicas, eventos em praças públicas. Deve-se ressaltar como a crítica não recai sobre a utilização da estatística⁶¹, mas de como ela é interpretada.

Apesar dos números demonstrarem uma dispersão criminal na cidade, as classificações potencializam certos bairros como mais criminosos colaborando com o crescimento dos estigmas dessas localidades.

6.4 Entre gangues e crime organizado: a teoria da desorganização social nas áreas de risco

Conforme a teoria da desorganização social, em cidades como Chicago algumas localidades pobres eram consideradas mais violentas e com maiores taxas de criminalidade. Esse nexos causal, segundo os pesquisadores, foi efetivado pela falta de controle social da população mais velha sobre a população juvenil. Divididos em gangues, esses jovens associados adentram o mercado das drogas ilícitas consumindo e/ou comercializando. A disputa territorial pelos pontos de venda dentro das localidades, e ainda a dívida pelo consumo, colocam seus integrantes em condições agudas de vulnerabilidade, de violência e letalidade.

No Brasil, com a herança da ditadura militar, as periferias das grandes metrópoles tiveram o mesmo problema com as mortes violentas, oriundas das disputas militarizadas pelos pontos de venda ou dos consumidores endividados ou pelos esquadrões da morte. Entretanto,

⁶¹No caso de Uberlândia deve ser ressaltado o excelente trabalho de Márcia Andréia Ferreira Santos publicado em 2012, *Criminalidade Violenta e Contradições SocioEspaciais na Cidade de Uberlândia*.

pode-se dizer que, no contexto nacional, instituições públicas ligadas à justiça criminal, ao colocar o ônus da violência urbana nas costas dos membros das gangues, não levam em conta muitas pesquisas sociológicas e reportagens que apontam o braço armado do Estado, principalmente, e outros braços da política institucional como instituições que contribuíram de maneira expressiva como (co)participes para a letalidade da população pobre e para a circulação desses produtos ilícitos nas cidades.

Uma série de ações ilegais tiveram impacto na construção da figuração atual, tais como: o envolvimento de profissionais liberais e políticos nos mercados ilegais do atacado, os esquadrões da morte, os arregos colhidos no mercado de drogas ilícitas ou, ainda, mais recentemente, com o agenciamento das milícias urbanas em vários ramos de atividades básicas e ilegais, oferecidas nessas localidades pobres.

Foi acompanhado, na parte anterior da tese, como a teoria da desorganização social encontrou plausibilidade entre os sociólogos mineiros. Percebeu-se que a adesão à teoria se intensificou na medida em que as observações de pesquisa em Belo Horizonte corroboravam a dinâmica criminal empiricamente verificada em Chicago. As observações quantitativas e qualitativas sobre os homicídios entre as gangues juvenis, nos aglomerados classificados como áreas de risco, ocasionavam um aumento significativo do número de homicídios entre os jovens na capital mineira em certos territórios bem delimitados.

Contudo, as recentes pesquisas sobre o policiamento comunitário e os programas de prevenção à criminalidade nos bairros de Belo Horizonte apresentaram resultados etnográficos que demonstram como a gestão do mercado ilícito das drogas pode contar com a colaboração, parceria e (co)gestão de diversos agentes públicos em, vários momentos, da cadeia produtiva.

Assim, se é confirmado o argumento que as gangues de jovens estão se organizando de forma similar nos territórios periféricos das cidades interioranas brasileiras, arregimentando o mercado ilícito das drogas no varejo, uma diferença substancial está no monopólio do seu poder sobre esse mercado – que deve ser relativizado ou compartilhado com agentes públicos e empresários, além de outras estratificações populacionais que direta ou indiretamente se vinculam nos fluxos desses mercados.

Essas questões observadas no contexto das cidades interioranas mineiras e, em especial, Uberlândia, possibilitam compreender de maneira relacional como ocorre a

acomodação dos diferentes mercados das drogas ilícitas nessas cidades. Se o mercado juvenil das drogas no varejo, nas periferias, foi se configurando dessa maneira violenta, cabe relacioná-lo com outros tipos de mercado das drogas ilícitas? Existe apenas esse tipo de mercado violento no que tange o mercado das drogas ilícitas? Existe apenas esse mercado de drogas em cidades interioranas?

Em Uberlândia, cuja estatística aponta em primeiro lugar o decréscimo nos crimes violentos a partir de 2005, veremos como os homicídios aumentaram e continuaram configurando na cidade uma sensação de insegurança. Em suma, boa parte da população das localidades pobres e os próprios analistas de segurança pública chancelados pelas estatísticas presumem que os vulneráveis à morte violenta são as pessoas com ligações ao consumo e tráfico de drogas, sobretudo jovens-meninos que transitam no mundo das gangues e do crime. Ao mesmo tempo em que são os segmentos vulneráveis, estes jovens são os supostos agentes das milícias que fazem a segurança paralela nas localidades, contra as investidas da polícia nas biqueiras, a implementação do comércio concorrente e, também, controlando os “atos imorais” ocorridos dentro das localidades.

Em várias dessas (e outras) localidades da cidade, o comando do tráfico normatiza certos dispositivos de segurança comunitária que se desdobram em regras de interditos: por exemplo, o estabelecimento da proibição de estupros, roubos, assaltos a patrimônio residencial, comercial e a transeunte dentro da “comunidade”. Nesse sentido, o relato de muitos moradores é o da “comunidade tranquila”.

De uma forma geral, se essa é a análise dos especialistas e de parte da população da periferia sobre o jovem vulnerável à morte ou à detenção, ela não é acionada diretamente pela população das classes média e rica da cidade. Afinal, esses segmentos também se colocam como públicos vulneráveis à violência e à criminalidade dos bandidos. Modos diferentes de vulnerabilidades sociais se manifestam e, neste caso, são operadas a partir do medo de crimes contra a pessoa, quando acessam os espaços públicos das ruas da cidade, e no medo de crimes contra o patrimônio, ocorridos nos ambientes residenciais ou comerciais.

Nos últimos anos, outra especificidade de Uberlândia em sua dinâmica criminal, em relação à capital mineira e aos estudos da criminologia americana, é a relativa proximidade da cidade interiorana com o estado de São Paulo. Essa relação retira a primazia das gangues como norteadora quase que exclusiva das ações de crimes violentos e como a grande

arregimentadora do uso e tráfico de drogas nas periferias da cidade. O assunto que já não é mais tabu em rodas de conversas, mas ainda assim aparece como um espectro que ronda a segurança pública da cidade: é a hipótese da entrada do Primeiro Comando da Capital (PCC) em algumas periferias, presídios e penitenciárias da cidade.

Na mídia televisiva também houve polêmica, por meio de debates calorosos em telejornais, como que ocorreu no dia 2 de setembro de 2011, no MGTV 1ª Edição, telejornal local da TV Globo. Um analista de segurança, ao afirmar a presença do PCC na cidade, foi apontado na réplica do comandante da Polícia Militar, que também participava do debate, pela falta de profissionalismo e imaturidade ao se falar de PCC em Uberlândia.

Assim, nessa disputa pública de verdades⁶² diferentes, existência e inexistência do comando paulista na cidade, vários relatos de moradores das periferias, técnicos sociais de segurança pública e ex-detentos engrossam as suposições do analista em segurança sobre a atuação do comando paulista em Uberlândia. Nos últimos anos, a mídia impressa⁶³ e até o blog do GEPAR⁶⁴ relataram prisões de criminosos com suposto envolvimento ou portando estatuto do comando paulista.

Adicionado a esses vários relatos, um passeio pelos bairros de Uberlândia, veremos como alguns muros pichados com siglas como: PCL – Primeiro Comando Lagoinha, PCS – Primeiro Comando Saraiva, PCR – Primeiro Comando Roosevelt, PCT – Primeiro Comando Tibery, PCM – Primeiro Comando Morumbi e PCU – Primeiro Comando Uberlândia. Tais nomenclaturas sugerem uma articulação territorializada local do comércio e serviço de bens

⁶² Em palestra proferida no ano de 2012 no Núcleo de Prevenção à Criminalidade da SEDS em Uberlândia, um ex-detento que se tornou evangélico em depoimento público afirmou que era do PCC, antes da conversão. Durante seu relato, ele menciona um rapaz que chegou no sistema prisional falando que era do PCC. Ao verificar com os “irmãos” constatou que o rapaz “só estava botando banca”. Alguns relatos como esse, são mencionados ao longo da trajetória de pesquisa, pessoas que acreditam na entrada do PCC em Uberlândia, mas afirmam “que tem muito moleque e bandidinho falando que é do PCC, mas não é porra nenhuma”.

⁶³ O jornal Correio de Uberlândia publicou nesses últimos anos algumas matérias de supostos envolvimento de criminosos com o PCC na cidade, incluindo um *tag* com a busca da sigla. Dentre elas, a matéria do dia 21/03/2011, intitulada: “Suposto integrante do PCC é Preso”, - relata através do boletim de ocorrência da polícia a prisão de uma quadrilha de integrantes do grupo. Segundo o jornal: “Somente o jovem de 21 anos foi detido por posse ilegal da arma encontrada. Os aparelhos que estava no imóvel foram apreendidos. No boletim de ocorrência, os policiais também relataram que tanto o preso quanto as demais pessoas são integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa do estado de São Paulo”.

⁶⁴ Segundo o blog do GEPAR, há relatos postados no dia 5 de março de 2012, de um suposto criminoso abordado pela guarnição da GEPAR que tinha como plano jogar celulares, colocados dentro de meias, para dentro do Presídio Dr. Jacy de Assis. Durante o relato no blog da guarnição foi encontrado em seus pertences um estatuto do PCC.

ilícitos que corroboram as falas de técnicos sociais, professores e moradores. Com exceção da última – PCU – que sugere um comando unificado e específico para a cidade de Uberlândia. Também é fácil localizar em vários muros de distintos bairros da cidade, a investidura da sigla do PCC.

Mesmo que as pichações sejam sinais adscritivos de tais agrupamentos supostamente juvenis, conjectura-se que esses distintos dispositivos de segurança, às margens dos poderes consagrados, ainda muito recentes, estão se acomodando na cidade. Não há dados precisos para entender as relações de alianças (harmônicas e/ou conflitivas) entre essas formas de normatização na cidade, apesar de algumas inferências feitas e alguns indícios aditados e narrados, pela expansão territorial do coletivo paulista sobre os traficantes tradicionais, como relatos de supostos traficantes que nasceram nos bairros e não podem mais comercializar na localidade sem a permissão prévia.

Logo, essas novas configurações das ações criminosas nas periferias não estão mais restritas à noção clássica de que as mortes ocorreriam pelas disputas por território entre membros de gangues, devido à falta de controle social dos adultos. Por mais que essas mortes ainda aconteçam na cidade, os indícios da entrada e das ações do coletivo paulista no agenciamento do mercado das drogas ilícitas, na criação e na execução das regras de interdito em certas localidades traz um elemento novo e importante, para além da categoria gangue, como outra matriz de novas performances da criminalidade urbana. Diferente do que pensam alguns especialistas de vertente freudiana, muitas dessas mortes não ocorrem pela perda do autocontrole, mas de forma planejada e com uma metodologia definida: não são motivadas pelo efeito das drogas, mas pela dívida efetuada e não cumprida.

Do ponto de vista de uma entrevistada⁶⁵, todo bairro de Uberlândia, pode até ser novo, tem uma organização de pessoas que vendem drogas ilícitas. Atualmente, essa organização está se interconectando por meio da organização do PCC.

⁶⁵Entrevista realizada em 10 de outubro de 2010, pela colega Élen Angela Silva. A entrevistada mora em um bairro de periferia, trabalhadora de carteira assinada de um grande *Call Center* que emprega milhares de mão de obra por um ou dois salários mínimos trabalhando como telefonista. Aproveita e leva pequenas quantidades de maconha para vender no serviço para os amigos. É casada com um rapaz que trabalha no serviço de limpeza terceirizada e também faz algumas vendas de substâncias ilícitas no bairro. Segunda a entrevistada, os pais dela se conheceram em Formiga e se mudaram Monte Carmelo, cidade situada próxima a Uberlândia e somente depois se mudou para efetivamente para a cidade. Tem 3 irmãs por parte de pai, a mais nova mora em outra cidade com a mãe, e um irmão por parte de pai que ela não conhece. Ela relata que na véspera do seu aniversário de 12 anos os pais dela se separam e essa situação a deixou revoltada. Disse também que nesse período sofreu

Não adianta, pode ter um bairro novo que vai ter gente lá vendendo, porque o comando do tráfico é assim. O PCC tá comandando agora a região A, que é essa região aqui. Ele tá comandando tudo, essa região inteirinha já é do PCC. Aí eles põem as pessoas vendendo drogas. Então o pessoal vende e uma certa porcentagem fica para eles, então, por exemplo, ele vende uma dola de cinco reais, uma parte fica pro PCC. Então, você negocia 250 gramas ou um quilo, então como é uma quantidade maior você vai comprar por mais barato. É igual quando você compra no atacado por supermercado mesmo, uma quantidade maior o valor fica menor, então se você comprar 100 gramas, você vai pagar proporcional. Quanto mais quantidade, mais barato fica. Então é mais vantagem você comprar em peso do que comprar em dola. Então, meu marido compra ela em peso. A droga eu não sei, mas o comando do PCC daqui parte de Ribeirão Preto e chega até o chefe, dentro de Uberlândia tem um que faz a divisão, ele tem o chefe de cada bairro, o chefe da biqueira. Aí vai partindo o maioral manda nos outros que manda nos outros, que pode depois colocar outras pessoas para vender para eles, mesmo que essas pessoas não façam parte do PCC. Eu não posso citar o nome mas atualmente o chefe do PCC aqui está preso. É o chefe da região leste de Uberlândia, eu não sei falar de outras regiões, mas da região leste eu conheço bastante o comando. De dentro da cadeia ele tem celular, a esposa dele aqui de fora faz todo o comando, ela tem acesso a todos os vendedores. É igual ao comércio mesmo, ela tem caderno de anotações. O tráfico do PCC não é de maconha. O PCC mexe fundamentalmente com o *crack* e a cocaína, porque ela chega para todos os fornecedores como pasta base. E a partir da base ela é picada e feita o *crack* ou é misturada ao éter ao [ácido] bórico e é feito a cocaína. Quando eu vendia era dessa forma que funcionava, mas quando eu vendia não tinha ainda o comando do PCC. Ele não tinha dominado o bairro *Álvaro Cruz ainda. Aí tem as divisões, lá no Álvaro Cruz, por exemplo, da praça pra baixo tem o vendedor tal, da praça pra cima tem outro vendedor. Então se um vendedor invadir a posse de terra de outro vendedor, isso aí vai dar briga, da morte, sabe! Então, tem todo aquele respeito⁶⁶.

muito com a separação, pois o pai dela perseguia muito a sua mãe. Teve que morar um tempo com a avó ainda em Monte Carmelo, sofria muito. Até que começou a gostar de namorar mulher, fato que não agradava muito a sua mãe que fez ela se mudar para Uberlândia. “*Aí quando mudei para Uberlândia conheci um garoto e ele não valia nada. Comecei a ficar com ele e isso acabou comigo. Aí acabou, aí eu comecei a beijar todos os meninos, aí eu desandei. Conheci o pai da minha filha com doze anos, com treze anos eu perdi a virgindade com ele. Ele era um cara legal, trabalhador e tudo, mas aí não deu certo. Aí eu casei com um traficante. E não foi fácil, ele me abandonou, tinha nove meses que nós estávamos juntos e ele me abandonou. E eu sofri horrores, mais ele me traía, depois fiquei sabendo que ele me traía. Eu tinha treze anos e ele tinha dezoito, daí ele voltou para a cidade dele no norte de Minas e eu nunca mais fiquei sabendo dele. Nessa época eu morava em Araguari, então eu voltei para Uberlândia, porque eu queria casar com meu ex namorado, pai da minha filha, porque ele era trabalhador e eu queria uma vida certa. Aí fiquei com ele seis anos, mas numa época de cinco anos e meio ele começou a regressar. Ele ficou com uma instabilidade financeira muito grande então isso estresse na cabeça dele, ele começou a me agredir e tal. Larguei dele e conheci meu atual marido que é usuário, que não tem o mesmo dinheiro que eu tinha antes”.* Ela conta que entre a separação e o novo casamento, teve que traficar por um tempo para sustentar a sua filha. Conheceu seu atual marido dentro de uma biqueira – boca de fumo que incorpora a venda de objetos materiais (como tênis, roupas, bicicletas, eletroeletrônicos...) que os usuários levam para trocar por drogas. Ela narra que ele tinha acabado de sair do *crack*. É usuário de maconha. Na época que traficava conta que a relação de compra e venda é igual a um mercado. Ela comprava de quem vendia pelo menor preço a mesma qualidade do produto. Esse aspecto é muito importante de ser compreendido, existe as várias qualidades de maconha. “*Da Skank, droga considerada de melhor qualidade e potência e a Folha de Chuchu considerada de pior qualidade, pois não faz a cabeça*”, isto é, não faz efeito”. A jovem comenta que a qualidade influencia na relação compra e venda, grande parte dos usuários presa por um bom produto, “não fumam folha de chuchu”. Geralmente, os usuários preferem por um tipo fumo mais novo que não chega a ser o *Skank*, está no intermediário das qualidades e potências.

⁶⁶ Entrevista realizada em 10 de outubro de 2010.

No atual contexto de Uberlândia, como nas demais cidades interioranas que acolheram os programas de prevenção à criminalidade, a correlação criada pelos especialistas e pela população – de que o mercado das drogas ocorre de forma mais intensa e quase que exclusiva nas áreas de risco, pela mediação dos jovens membros de gangues ou quadrilhas – também é fraturada pelos indícios da (co)gestão de agentes públicos e empresários na movimentação desse mercado. No ano 2000, ao publicar e ressaltar os resultados do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito ficou demonstrado que o agenciamento do tráfico de drogas nessas cidades de Minas Gerais, e em várias outras cidades interioranas com populações menores, muitas vezes, ocorreram por meio de outros agenciamentos que não a do pequeno traficante da periferia, suposto membro da gangue.

Como veremos a seguir, o relatório apresentou acusações, sindicâncias administrativas e condenações sobre pessoas que exercem cargos públicos de dentro e de fora do campo da segurança pública. Assim, essas informações demonstram como o mercado das drogas ilícitas não opera com primazia entre a população juvenil pobre, oriunda de territórios desorganizados socialmente.

6.5 A CPI do Narcotráfico, o tráfico internacional de drogas e a Rota Caipira em Minas Gerais: as acusações sociais sobre os profissionais liberais, funcionários públicos e políticos

No relatório conclusivo da CPI do narcotráfico em Minas Gerais foram apresentados sete casos investigados: i) o caso Fernando Beiramar: a crônica de uma fuga anunciada; ii) investigando o narcotráfico em Governador Valadares: a droga no saco de pão; iii) investigando em Montes Claros: os caminhos das drogas; iv) Ipaba e Governador Valadares: o sistema penitenciário mais uma vez; v) a droga no Triângulo Mineiro; vi) o caso de Contagem: as drogas no supermercado; vii) a Divisão de Tóxicos e Entorpecentes e as tentativas de cercear os trabalhos da CPI.

No primeiro caso, os parlamentares investigaram como um traficante carioca, reconhecido como um dos criminosos mais procurados do Brasil, teria sua fuga facilitada por policiais civis em Minas Gerais. Houve a responsabilização de um policial civil. Entretanto, depoimentos prestados nas reuniões com parlamentares da CPI

mencionavam irregularidades e regalias concedidas ao traficante no presídio, tais como: utilização de aparelho celular, recebimento de visitas fora dos horários estipulados e a entrada do instrumento que facilitou sua fuga. Para os parlamentares as explicações dos policiais civis foram inconsistentes sugerindo a participação de outros profissionais da instituição na facilitação das fugas e das regalias.

Em seu depoimento, o representante do Ministério Público apontou diversos privilégios irregulares concedidos a traficantes presos na Dutra Ladeira. São suas palavras textuais: “na Secretaria da Segurança, os casos que envolvem o DEOESP, o DETRAN e a Dutra Ladeira, você não tem como investigar. A Corregedoria de Polícia é muito séria, mas não consegue investigar a estrutura superior da sua própria instituição. É o caso da Dutra Ladeira. Todas as investigações de fuga contra a Dutra Ladeira findaram no fracasso. Em todas as investigações que esbarraram em órgãos de cúpula da Polícia Civil, não conseguimos chegar a um bom termo. Por quê? Porque envolvem a própria estrutura superior”. O Dr. informou, ainda, que, nos meses que antecederam o término de sua atuação na Vara de Execuções em Belo Horizonte, realizou uma pesquisa, segundo a qual 22% dos presos da Dutra Ladeira eram traficantes. Referindo-se ao Anexo III da Dutra Ladeira, o Dr disse que “colheu os piores traficantes do Estado, que, se forem procurados às 19 horas, estarão tomando cerveja no Mercado Distrital, nas proximidades da Superintendência Administrativa”. Uma prova cabal dessas afirmações foi a fuga do traficante Flávio de Souza, que cumpria pena naquela casa de detenção, fuga que a CPI investigou. O criminoso tinha privilégios incompatíveis com sua periculosidade, concedidos ao arrepio da autoridade judiciária. Um deles era ser atendido como cliente particular de uma dentista, fora dos limites da unidade prisional em que se encontrava. A profissional, para agravar o quadro, é servidora da Polícia Civil, na qualidade de escritã, e presta serviços odontológicos dentro da Dutra Ladeira. Seu assistente no consultório particular é um ex-detento de nome Ronaldo Pereira (Relatório da CPI/MG, 2000, p. 46 e 47).

Nesses relatos ainda houve acusações sobre a “banda podre” dos policiais que favorecem a fuga de traficantes dos presídios mineiros. Como a de um traficante preso em Ipaba e levado para Belo Horizonte, a pedido de um delegado que realizaria diligências com o cidadão. Passados alguns dias foi resgatado pelos comparsas dentro da unidade policial. “O fato despertou suspeitas, porque, segundo se veio a saber, nenhuma diligência teria sido realizada para apurar tráfico, enquanto o preso ficara à disposição da autoridade”⁶⁷. A investigação dos parlamentares ainda concluiu que não havia motivos para a realização das diligências e para o deslocamento do traficante.

O caso intitulado *Ipaba e Governador Valadares: o sistema penitenciário mais uma vez* relata denúncias de facilitação de fugas na penitenciária da pequena cidade interiorana.

⁶⁷Relatório CPI/MG, 2000. p.48.

Entre agosto de 1999 e janeiro de 2000 foram 14 fugas. Entre um dos fuggitivos estava um comparsa do referido traficante carioca. Anos antes, tal traficante teria sido resgatado de uma prisão na cidade de Passos. Nessa fuga dois policiais militares foram mortos. A CPI constatou a participação de dois diretores da penitenciária na viabilização de benefícios aos detidos. Até serviço de pedreiro alguns detentos fizeram na residência da diretora acusada. A direção ainda dava benefícios próprios, sem o aval de um juiz, para as progressões ao regime semiaberto. Quatro diretores citados foram afastados das suas funções no presídio.

Alguns desses hábitos ilegais também foram encontrados na penitenciária de Governador Valadares. Entre janeiro até junho de 2000, foram 29 fugas do regime semiaberto, 9 fugas em regime fechado e 45 fugas em saídas temporárias. Houve um total de 83 fugas no período de seis meses. Outros depoimentos relatam que as drogas entravam no presídio dentro dos veículos oficiais, sob a tutela de um agente penitenciário.

Outro caso investigado foi na cidade de Governador Valadares. Intitulada *Investigando o narcotráfico em Governador Valadares: a droga no saco de pão* trouxe duas novidades nos relatos dos investigadores da comissão. A primeira é o modo como as drogas entravam no presídio, segundo os depoimentos, diariamente às seis e meia da manhã, nos sacos de pão. A segunda e mais notória foram as condenações de uma delegada e de um carcereiro, pelo envolvimento com o mercado ilícito. Segundo o relatório, pela primeira vez no Brasil a investigação de uma CPI leva à condenação de policiais. A pena foi de 12 anos de detenção.

Além de um “verdadeiro mar de lamas” que envolvia alguns policiais civis e outros traficantes notórios de outras unidades federativas do Brasil, o envolvimento de empresários de veículos, fazendeiros, funcionários prestadores de serviços do Detran e até deputado federal corroboram como o mercado das drogas ilícitas se conecta com outros mercados legais e burocracias públicas servindo até como amparo para a lavagem de dinheiro.

Nesse relato, o depoimento de um senhor ligava uma empresa de carretas do grupo do deputado federal ao registro de veículos em nome de “laranjas”. Um lavador de carros tinha 35 carretas em seu nome e ganhava 100 reais por assinatura. Um condenado por tráfico de drogas, irmão do gerente de uma das lojas de veículos possuía 50 carretas em seu nome. O depoimento de um despachante autorizado pelo Detran também levava à suspeita de pessoas

ligadas as empresas do deputado federal mencionado. Apesar das acusações, o deputado não se tornou réu.

Outra instituição estatal mencionada como cerceadora dos trabalhos da CPI mineira sobre o tráfico de drogas foi a Divisão de Tóxicos e Entorpecentes (DTE) da Polícia Civil.

Além disso, eram informadas à CPI situações em que presos e pessoas investigadas por uso e tráfico de entorpecentes eram achacadas por policiais, carros apreendidos eram ilegalmente utilizados nessa unidade policial e um parente do titular dessa Divisão estaria explorando os serviços de cantina de forma irregular, até mesmo usando um veículo apreendido de traficantes. Tais denúncias foram feitas por jornalistas, parentes de presos que não gozavam dos privilégios citados e de policiais civis, de diversas unidades. A diversidade de fontes dava maior credibilidade às informações (Relatório da CPI/MG, 2000, p.70 e 71).

Para o relator da CPI, com as investigações, foi se tornando pública a inércia do titular da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Quem estava no cargo era outro deputado federal. Apesar de o delegado da divisão ter sido afastado, dias depois se descobriu o livre acesso do profissional ao interior da divisão e da Secretaria de Segurança Pública. Dessa descoberta, os parlamentares da comissão solicitaram ao governador a substituição do Secretário e, desses conflitos, os parlamentares prepararam um dossiê para o governador, vinculando o Secretário de Segurança Pública a outros ilícitos e ingerências na instituição da Polícia Civil. Um desses foi a tentativa frustrada, por parte do deputado/secretário, de convencer a comissão a não aprofundar as investigações sobre a delegada condenada.

O relatório da CPI ainda menciona que, por meio de setores da imprensa, foi “declarada guerra” aos seus membros parlamentares. De um lado, delegados em apoio ao secretário e, de outro, parlamentares da comissão, sendo que ameaças públicas dos primeiros face aos segundos foram registradas pelos seus membros. Um dos relatos sobre essa “guerra” foi um flagrante de uso de cocaína preparado para o deputado relator membro da comissão. Com a minuciosa apuração dos fatos, com exames toxicológicos e também com o depoimento dos preparadores do flagrante, inocentando o membro da comissão dos crimes imputados, os conflitos resultantes da apuração dos fatos criminosos, envolvendo políticos eleitos nos poderes legislativo e executivo, empresários e fazendeiros nos mercados das drogas ilícitas, foram visibilizados de forma sistemática.

Os relatos breves sobre o *Caso de Contagem: as drogas no supermercado* indicam a prisão de três pessoas em um hipermercado da cidade, sendo uma delas um capitão da PM e as outras um casal. Não há descrições sobre a identidade profissional do casal. Foi apreendido 700 kg de cocaína dentro do estabelecimento comercial.

No caso intitulado *Investigando Montes Claros: os caminhos da droga*, nomes da alta sociedade foram citados como partícipes desses mercados ilegais. Dentre os principais estão um deputado estadual e o seu irmão, um empresário de rede de automóveis na capital carioca e em Montes Claros. O inquérito preparado por um delegado foi levado a juízo e encaminhado para o Ministério Público. Houve o arquivamento do processo por falta de materialidade nas provas. Entre os acusadores está a de um senhor, supostamente um pastor evangélico, cuja identidade não foi revelada. Ele afirmou ter visto os irmãos com o traficante Fernando Beiramar em um parque de exposições na cidade. Ainda segundo esse senhor, o traficante carioca havia colaborado com a campanha eleitoral do deputado.

Entre o mercado aparentemente legal de carros e o esquema ilícito das drogas, descreveu como os carros eram “lavados” e abastecidos com as cargas das drogas. Os veículos saíam carregados de drogas do Rio de Janeiro para Montes Claros, Fortaleza, Recife e não voltavam mais. Eram reemplacados nessas cidades. Com base nessas acusações, os parlamentares da CPI apuraram a inexplicável e rápida evolução do patrimônio do empresário entre os anos de 1982 e 1987. De funcionário de uma revenda de automóveis, em seis anos se tornou empresário e proprietário de fazendas e haras, espaços frequentados por pessoas famosas, e de concessionárias em bairros chiques do Rio de Janeiro. Um dos haras contaria com forte esquema de segurança, incluindo uso de escopetas pelos seguranças. A CPI ouviu pessoas que trabalharam no local e relataram a entrada de carretas fechadas. Alguns depoentes mencionaram que carregaram cargas cuja natureza não era revelada. Houve relatos da proibição desses trabalhadores de acessar certos locais da fazenda.

As investigações descobriram ainda duas empresas financeiras que faziam várias mediações e pagamentos para as empresas de automóveis da família acusada. Um dos ex-sócios de uma dessas empresas confirmou, em depoimento à CPI, sua desconfiança dos movimentos internacionais de altos volumes de dinheiro das empresas, e seu nome também teria sido usado como “laranja”. Nessas empresas, outros irmãos do deputado e empresário faziam as movimentações financeiras. Vários outros relatos, como o homicídio do gerente de uma das empresas de veículos da família e a tentativa do deputado em procrastinar os

trabalhos dos parlamentares, demonstram as dificuldades nas ações da comissão quando há envolvimento de parlamentares.

Consta ainda nesta parte do relatório da CPI mineira, o depoimento do delegado da regional da cidade, relatando como a mudança de governador, na época, ocasionou a modificação do *staff* do Secretário de Estado da Segurança Pública. Com essas modificações o pai dos dois acusados foi até Belo Horizonte conversar com o novo Secretário. Ele levou para a reunião o editor do jornal da cidade que, por sinal, faz parte do patrimônio empresarial da sua família. A partir dessa reunião é vinculada a seguinte reportagem no jornal: “[Secretário] Fulano de Tal promete limpar a Polícia Civil de Montes Claros”. Com a nova gestão da Secretaria e da Polícia Civil, todos os delegados e membros das suas equipes, acusadores do esquema, foram transferidos de cidade. É notória a fratura entre policiais acusados e acusadores na regional da instituição policial da cidade. Segundo o depoimento de um delegado transferido na CPI:

Recordo-me de que, em um fim de semana, eu era o Delegado de plantão, e os Detetives A, B e C, hoje doutor, teriam relatado que iriam fazer o levantamento de um serviço envolvendo traficantes que iriam fazer a entrega de uma mercadoria na cidade. A mercadoria seria droga. Determinei que eles fizessem a “campana” para pegar essas pessoas, e qual não foi minha surpresa: recebi um telefonema do então Chefe, Dr. D, chamando minha atenção e perguntando me por que eu havia feito aquilo. Respondi-lhe que havia determinado aos Detetives um levantamento do tráfico de drogas na cidade. Ele disse-me que teria mandado a Polícia Militar prender os Detetives, porque eles estavam mexendo com pessoas que não tinham nada a ver com o fato (Relatório da CPI/MG, 2000, p.55).

Para além do afastamento dos delegados condutores dos inquéritos, não há menção no relatório sobre quais foram os efeitos jurídicos dessas acusações sociais sobre os acusados.

Nas cidades da região do Triângulo do Mineiro a comissão investigou várias denúncias, com *scripts* semelhantes aos relatados até o momento. A acusação também incidiu sobre políticos, policiais, delegados, empresários e traficantes. Na ocasião das reuniões nas cidades de Uberaba e Uberlândia, o vereador de uma pequena cidade da região acusou o prefeito de ter envolvimento com o tráfico de drogas. A delegada de outra cidade com pequena população também foi acusada de tráfico de drogas por dois indivíduos, cujas identidades não foram relatadas. Dois delegados de Uberaba foram intimados a explicar a fuga de um detento, uma soltura por engano.

Em outras duas pequenas cidades (uma com 50 mil habitantes e outra com 6 mil habitantes) do pontal do Triângulo Mineiro, um detetive da Polícia Civil foi acusado de conluio com um suposto grande traficante internacional da região. Estima-se que 150 kg de cocaína chegavam semanalmente ao aeroporto da cidade de menor população, arregimentada pelo empresário, e estaria acobertada pelo detetive e escoltada por policiais civis. Com a quebra do sigilo bancário do servidor da polícia, verificou-se que possuía depósitos incompatíveis com o seu salário. Desse caso, a comissão conseguiu a condenação do detetive envolvido com o empresário e de um cabo da Polícia Militar. Os depoimentos de dois pequenos traficantes fundamentaram o pedido de prisão do empresário/traficante. Na cidade de Uberlândia, um informante da Polícia Civil acusou policiais da cidade, em especial um inspetor da mesma polícia, de inúmeras atividades ligadas ao tráfico de drogas e a outros crimes correlatos. Segundo a descrição da comissão, o acusador foi levado a uma delegacia por volta das 4 horas da manhã. Após esse fato, ele desmentiu as acusações na comissão da CPI e foi, adjunto a presença do referido inspetor e de outro delegado acusado, à Secretaria de Segurança Pública em Belo Horizonte desmentir a acusação.

Alegando em entrevista que fez a acusação em troca de dinheiro oferecido pelo jornalista que publicou a matéria sobre o inspetor, momentos depois, em reunião fechada com os membros da comissão parlamentar, o policial, mais uma vez, ratificou todas as denúncias anteriores prestadas ao jornal da capital mineira. Dentre elas, estão: i) o inspetor está ligado a criminosos, dando proteção em troca de vantagem financeira; ii) entre os protegidos do policial, encontra-se um receptor de cargas roubadas; iii) que o patrimônio do policial e de seus familiares é, muitas vezes, superior à capacidade financeira deles; iv) outros policiais civis fazem escolta de carga de cocaína para um traficante; v) participação dos policiais militares em ilegalidades.

No documento ainda consta o depoimento de um preso acusando o inspetor, outros policiais e um advogado de extorquir um veículo popular de sua propriedade. A esposa de um traficante também acusou o mesmo inspetor de extorquir frequentemente seu marido. O referido inspetor responde a algumas sindicâncias e, mesmo não sendo condenado, o delegado geral responsável pelas diligências o desqualificou, inculcando uma qualidade ao investigador de “elemento pernicioso e criminoso”.

Importante correlacionar o fato de que um desses servidores da segurança pública, acusado, tentou pleitear uma vaga no legislativo municipal da cidade. Em uma das eleições

conseguiu expressiva votação individual, mas não se elegeu devido ao coeficiente eleitoral maior de alguns candidatos concorrentes. Tinha forte influência em certas periferias consideradas perigosas da cidade. A relação íntima com a associação de moradores propiciou um *marketing* político expressivo nos muros dos bairros, pintados com o nome e número do candidato.

Em outra pequena cidade próxima a Uberlândia, a acusação dos crimes de tráfico de drogas também incide sobre policiais civis. As ameaças dirigidas a outros policiais, civis e militares, são constantes na cidade e feitas publicamente. Com essas denúncias, um delegado e dois policiais civis foram afastados do cargo pela ação da CPI e seus nomes foram investigados. Tais fatos revelam o dilema dentro das instituições públicas, na medida em que alguns acusadores desejosos com fim da “banda podre” acusam as supostas condutas ilegais de colegas de instituição e profissão. Se políticos, empresários, policiais são os principais tipos de profissionais acusados, é interessante notar como, nesse contexto, também são os principais acusadores.

No total dos trabalhos em Minas Gerais foram afastados das funções públicas pela ação da CPI: um ex-Diretor de Segurança de uma Penitenciária; uma ex-Diretora de uma Penitenciária; um Inspetor da Polícia Civil; um ex-Diretor Financeiro de uma Penitenciária; um ex-Diretor-Geral de uma Penitenciária; um ex-Agente Penitenciário; um Delegado; um Carcereiro de uma Cadeia Pública. Ainda pelos trabalhos da CPI foram colocados à disposição da justiça dois supostos traficantes e foram abertas sindicâncias para apurar as acusações contra um Sargento da PM; um Inspetor de Segurança; um Delegado de Polícia; um Carcereiro de uma Cadeia Pública. Houve a condenação de uma Delegada; dois Detetives; um Capitão da PM; um Cabo da PM. Por fim, as ações da comissão indiciaram 15 indivíduos, cujas identidades e exercícios profissionais não foram revelados.

Desses relatos interpreta-se outro aspecto importante sobre os dados do documento da CPI, a saber: os efeitos do processo de acusação não atingiram os políticos acusados. Apesar das inúmeras acusações que incidem sobre deputados, secretários e prefeitos (e indiretamente sobre governadores) nenhum desses profissionais dos setores públicos sofreu algum tipo de investigação jurídica como ocorreu com os servidores de carreira da segurança pública.

Assim, os números de processos em curso por causa das ações dos parlamentares da CPI, nas maiores cidades do interior mineiro e também em algumas com populações menores, confirmam que o mercado das drogas ilícitas incute trajetos que estão entre a economia das

drogas e suas conexões com os mercados formais, informais e ilegais; os agentes estatais, do setor privado e do terceiro setor; os fluxos no atacado e no varejo e as trocas utilitárias e antiutilitárias.

Em suma, o relatório como fonte de pesquisa corrobora o diagnóstico de que os mercados das drogas não estão restritos aos jovens traficantes ou integrantes das gangues, situados em áreas de risco pobres. Se tais localidades possuem moradores que integram tal mercado, o mercado das drogas no atacado está vinculado, muitas vezes, a outro perfil populacional de profissionais liberais, arregimentado por servidores públicos de alto escalão, políticos dos vários entes de governo, grandes empresários acobertados por comércios lícitos como o de veículos e/ou fazendeiros. Nesse caso, a segurança dos produtos ilícitos e as utilizações de meios violentos são práticas muito mencionadas pelos acusadores dos fatos narrados. Com esses resultados, pode-se concluir que os impactos das teorias criminológicas que vinculam a criminalidade com ênfase na pobreza e nas periferias desorganizadas necessitam ser repensados para o caso brasileiro e das cidades interioranas mineiras. Nesse contexto, as agendas das políticas de prevenção à criminalidade, cuja finalidade é o combate ao uso e tráfico de drogas, também deve ser reavaliada na medida em que, como vimos, na parte que descreve o policiamento do GEPAR, seu foco se restringe ao combate localizado.

Em relação às cidades da região do Triângulo Mineiro, é necessário acrescentar algumas especificidades em relação aos fluxos de mercado do atacado e do varejo conhecidos como *rota caipira*. Pela forte difusão no interior do estado paulista da existência da *rota caipira*, esse novo *modus operandi* de distribuição aérea da droga também se deslocou para as cidades da região, não apenas para abastecer o mercado interno do Triângulo Mineiro, mas como entreposto para cidades e unidades federativas mais distantes. A utilização das rotas em aviões de pequeno porte e das fazendas como áreas para o pouso e descarregamento das drogas ilícitas tornaram-se hábitos comuns de pequenos e grandes carregamentos. Em alguns casos, como mencionado no relatório da CPI, até mesmo aeroportos de pequenas cidades eram utilizados para esse fim e o carregamento escoltado por policiais civis.

Os registros da mídia nas operações da Polícia Federal (PF) demonstram a ação do tráfico internacional de drogas na região. De acordo com a reportagem de Diogo Machado (2015), intitulada *Operação desarticula quadrilha de tráfico internacional de drogas*:

A Polícia e a Justiça Federal (PF) de Uberlândia desarticularam uma quadrilha suspeita de tráfico internacional de drogas, nesta quinta-feira (25), durante a Operação Navajo. Quatorze pessoas foram presas durante o cumprimento de 26 mandados de busca, apreensão e prisão. Outras seis, que compõem a quadrilha, estavam presas e uma morreu em uma troca de tiros em março de 2013. Vinte e cinco imóveis, entre casas e apartamentos, e 25 carros supostamente adquiridos com dinheiro da venda de drogas foram sequestrados judicialmente ou apreendidos. A quadrilha teria movimentado mais de 30 toneladas de cocaína em dez anos de atuação somente no Triângulo Mineiro. Em Uberlândia, quatro suspeitos foram presos. Todos os envolvidos ficarão no presídio Jacy de Assis. O grupo trazia a droga da Bolívia e Paraguai para o Brasil em aviões que pousavam em pistas clandestinas em fazendas da região de Uberlândia. “Depois tinha o trabalho de ‘formiguinha’ para distribuir essa droga aos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo”, afirmou o delegado-chefe da PF em Uberlândia.

Outras apreensões de cocaína dessa quadrilha na região

21 de junho de 2014 – 360 kg – Santa Helena de Goiás (GO)
 9 de janeiro de 2014 – 500 kg – Iraí de Minas (MG)
 12 de março de 2013 – 542 kg – Indianópolis (MG)
 9 de março de 2013 – 447 kg – Indianópolis (MG)
 26 de fevereiro de 2013 – 115 kg – Campo Florido (MG)
 1º de dezembro de 2012 – 230 kg – Uberaba (MG)
 1º de julho de 2012 – 250 kg – Prata (MG)

Bens apreendidos ou sequestrados judicialmente durante a operação

Quatro fazendas valor estimado entre R\$ 1 mi e R\$ 6mi
 25 imóveis (casas, aptos) – estimados em R\$ 10 mi
 25 carros – em média R\$ 1,4 milhão
 1 jetsky – R\$ 33 mil
 1 lancha – R\$ 300 mil
 Dois aviões equivalentes a R\$ 700 e R\$ 850 mil
 US\$ 200 mil (cerca de R\$ 500 mil) e R\$ 400 mil em espécie

Fonte: (MACHADO, 2015).

Dentre várias reportagens publicadas sobre o tráfico internacional de drogas, tais como: *MPF denuncia 27 por tráfico internacional de drogas; três são mineiros de Uberlândia* (EM.COM.BR, 2015) e *Quadrilha de tráfico comandada por policial civil aposentado é condenada pela Justiça Federal* (EM.COM.BR, 2015b) veiculadas respectivamente em 8 de janeiro de 2015 e 12 de dezembro de 2014, confirmam a diversidade dos fluxos no mercado ilegal das drogas na região. Nas duas cidades com maior população, as acusações e condenações vão desde pessoas ligadas aos comandos paulistas do PCC até ex-profissionais da segurança pública da Polícia Civil, fazendeiros e empresários; considerados chefes de quadrilhas.

Apesar de nesse jogo meio velado se ocultar o consumo e, principalmente, o tráfico de drogas no varejo em bairros e instituições de classe média e alta, notícias diárias na imprensa

e redes sociais sobre um local conhecido como *Jambolão* – espaço de convivência situado na Universidade Federal de Uberlândia – visibilizaram como o problema do tráfico de drogas no varejo e da violência, nos últimos anos, também está dentro dos espaços de classe média e alta. Tal visibilidade ocasionou medidas preventivas e repressivas dentro do campus por parte da vigilância terceirizada, do Ministério Público Federal e também da PM.

Alguns eventos com ampla divulgação nos jornais (como o cativo de um rapaz no Jambolão por dívida de drogas, levando à prisão dos suspeitos; a repressão mais frequente da Polícia Militar sobre os usuários e demais pessoas que utilizam o espaço de convivência; até os relatos de antigos alunos que usufruíam do espaço de convivência e mencionam que na atualidade há um intenso uso de *crack*) dividiram a opinião pública sobre quais ações preventivas e ou repressivas deveriam ser tomadas dentro da instituição.

Antes desses eventos relatados, no espaço sempre houve a constituição de hábitos ilegais de consumo de cigarros de maconha. Apresentados a seguir de forma minuciosa dentro de uma perspectiva etnográfica mais ampla, pela análise desses hábitos pode-se constatar outra situação pouco mencionada na literatura criminológica: o interesse pelo consumo e o mercado das drogas ilegais no varejo, oriundo de pessoas das classes médias. Nesse contexto, em Uberlândia, a relação entre os mercados do atacado e os mercados do varejo não estão restritos aos vínculos dos empresários do tráfico internacional com as agências do mercado ilegal, situadas na periferia pobre. O mercado das drogas ilícitas também envolve complexas redes antiutilitárias, sem a presença do traficante e da violência.

6.6 O *Potlatch* entre Serrotes e Patrões no Jambolão: os fluxos das trocas nas zonas de circularidade das drogas ilícitas no varejo

Antes da profusão da Universidade Federal de Uberlândia para outras pequenas cidades da região, os *campi* na cidade foram construídos em três locais diferentes. Um no bairro Santa Mônica, outro no Umuarama e um menor na região central, no bairro Aparecida. O espaço de convivência conhecido como Jambolão está situado no *campus* Santa Mônica⁶⁸.

⁶⁸ No ANEXO A da tese será apresentada uma etnografia sobre a constituição urbana do bairro Santa Mônica e da importância da Universidade Federal de Uberlândia para o desenvolvimento populacional do setor leste da cidade.

Nos anos iniciais da universidade, os cursos oferecidos no *campus* Santa Mônica foram separados espacialmente entre os cursos de ciências humanas (artes visuais, artes cênicas, arquitetura, *design*, música, letras, ciências sociais, geografia, história, filosofia e pedagogia) que foram alojados na “parte de cima”, enquanto que os cursos de exatas, como as engenharias; e outros cursos ligados às ciências sociais aplicadas, como economia, ciências contábeis e administração foram acolhidos na parte central e “de baixo” do *campus*. Com o passar do tempo, a expansão dos cursos e das edificações prediais essa divisão espacial foi se desfazendo.

O Jambolão é um espaço situado na “parte de cima” da universidade, entre os blocos dos cursos de ciências humanas. Esse nome foi alcunhado por causa das árvores de jambolão plantadas entre os blocos. Debaxo dessas árvores foram construídas mesas e cadeiras de concreto com o objetivo de favorecer a sociabilidade dos estudantes e funcionários, sobretudo como um local de encontro entre as aulas e os serviços. Todavia, seus usos e etiquetas são bem variados e sua delimitação espacial também não é precisa. A área de maior concentração está entre o bloco H (ciências sociais, geografia e história), bloco I (artes visuais, arquitetura e *desing*) e 3M (música, artes cênicas e dança). Logo abaixo, encontra-se outra área de jambolão, situada entre o restaurante universitário, uma pequena quadra de futebol mal conservada, o bloco F (filosofia e letras) e o bloco G (pedagogia e letras). Havia um campo de futebol *society* um pouco mais afastado, também considerado, em certas circunstâncias, um espaço jambolão.

Em maio e junho de 2014 uma série de reportagens foi realizada sobre o consumo e o comércio de drogas ilícitas no local. Na reportagem, do dia 4 de junho, intitulada *Tráfico e Uso de Drogas ocorrem livremente nos campi da UFU em Uberlândia* o repórter inicia a matéria descrevendo o espaço:

Sexta-feira, dia 23 de maio, 18h40. As áreas de convivência entre os blocos 1H, 1W e 1I (o conhecido “Jambolão”) do *campus* Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) está repleta de adolescentes e jovens. Alguns não parecem ser estudantes da universidade. No ambiente, um cheiro forte. Um rapaz, aparentemente menor de idade, está sozinho em uma das mesas. Duas ou três vezes, algumas pessoas se aproximam. Eles conversam pouco, trocam algo. O que é dinheiro parece ser entregue ao menos. Em retribuição, ele passa para essas pessoas um objeto semelhante a um cigarro (MACHADO, 2015b)

Mesmo que a descrição do jornalista seja dramática, induzindo sobre uma possível relação de tráfico de drogas envolvendo um suposto menor de idade, ela deixa transparecer em seu conteúdo o aspecto utilitário da troca na relação comercial ilícita: dinheiro, pouca conversa, posição solitária do suposto traficante menor na mesa. A repercussão da reportagem gerou 95 comentários de opinião publicados por leitores, um dos maiores índices na história do jornal. A longa reportagem ainda contou com a posição institucional de funcionários do Ministério Público, Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e representantes legais da universidade. Ao final da matéria, o jornalista registrou o seguinte balanço sobre seu trabalho de campo:

Apuração feita pela reportagem do CORREIO

- Dia 20 de maio
Campus Santa Mônica: durante o período da tarde, a reportagem do CORREIO presenciou a entrega de um pacote com algo dentro e três comercializações do material envolvendo pessoas diferentes e um mesmo suspeito, aparentemente menor de idade.
- Dia 22 de maio
Campus Santa Mônica: durante o período da tarde, pessoas, possivelmente menores de idade, usam as dependências da universidade para o consumo de drogas, usando cachimbos e narguiles improvisados
- Dia 23 de maio
Campus Umuarama: por volta das 13h, a reportagem flagra o uso de entorpecentes, aparentemente maconha, em um dos estacionamentos da instituição em frente à biblioteca

– No dia 23 de maio, no campus Santa Mônica, à noite, a reportagem acompanha de perto a compra de um cigarro de maconha feita por uma outra pessoa:

Comprador: O que você tem aí?

Traficante: Tem “1 pra 1”, “2 pra 1”, “3 pra 1” e banana

Comprador: Tenho vinte (R\$ 20). O que dá?

Traficante: Toma um “2 pra 1”. Essa é da colombiana!

Depois da venda, o suspeito e o comprador seguem para lados opostos dentro do campus Santa Mônica.
- 27 de maio
Campus Santa Mônica: mais jovens são vistos no ambiente de convivência atrás do bloco 1H. Eles usam cachimbos para fazer o uso de maconha.

Fonte: (MACHADO, 2015b)

Toda repercussão dessa reportagem de tom policialesco e de outras que saíram em dias subsequentes foi motivada por um fato ocorrido em dias anteriores: a prisão de alguns jovens

traficantes que mantinham em cárcere “privado” um suposto consumidor endividado, conforme descreve a reportagem vinculada no dia 20 de maio de 2014, intitulada *Suspeitos de tráfico são presos por agredir e manter usuário refém na UFU*.

Três jovens, sendo um deles menor de 16 anos, foram detidos em Uberlândia nesta segunda-feira, 20 de maio, suspeitos de sequestrar e agredir um usuário de drogas, de 18 anos, e exigir pagamento de R\$ 600 por uma dívida com o tráfico. A mãe da vítima foi quem acionou os militares indicando que o filho havia sido sequestrado. O jovem disse à nossa reportagem que em data anterior a PM pegou drogas dos suspeitos num ponto já conhecido como biqueira, no momento em que ele estava comprando maconha. “*Eu fui lá uma vez e teve polícia lá e pegaram as drogas deles. Eles falaram que eu tinha que pagar as drogas que eles perderam, que dava R\$ 580. Depois falaram que eu devia pagar R\$ 600*”. Ainda segundo a vítima, ela apanhou durante horas. Os suspeitos o fizeram ligar para a mãe pedindo o dinheiro do resgate. A Polícia armou um encontro com um dos suspeitos para entregar o dinheiro na Avenida Rondon Pacheco. Pego em flagrante, o jovem levou os militares até uma área de livre circulação dentro do campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A equipe da análise criminal do campus foi acionada e viu o momento em que a vítima era agredida por alguns indivíduos. A vítima foi tirada do poder dos supostos traficantes. Foram presos A, de 21 anos, e B, de 25 (VILELA, 2015).

Por coincidência, nesse mesmo dia, ocorreu um evento sobre segurança no *campus* promovido por discentes de um programa de pós-graduação. Dividido em dois momentos, o primeiro foi o “sarau de varal” que ocorreu no espaço de convivência do Jambolão, e o segundo uma mesa redonda que foi realizada no anfiteatro, composta por um técnico social do Fica Vivo, um oficineiro do mesmo programa oriundo de Belo Horizonte, que também é produtor do sarau e um artista-educador de Uberlândia com vertente no *hip hop* e ligado à gestão da Central Única de Favelas (CUFA) na cidade. As ameaças e agressões foram presenciadas durante a primeira parte do evento pelos participantes, alguns técnicos sociais até tentaram mediar os conflitos, cujos desfechos foram as ações repressivas com a prisão dos supostos traficantes.

Importante mencionar como esse fato na universidade está inserido em um contexto mais amplo que é a reconfiguração populacional do bairro Santa Mônica. Se entre 1999 e 2010, consta nos mapas criminológicos registros de um pequeno índice de homicídios, nos últimos anos, o bairro teve registros de homicídios vinculados a acertos e disputas por territórios de vendas. No dia 24 de março de 2014 foi preso um suspeito de chefiar a *parte baixa* do tráfico. Com 21 anos, o traficante desafeto e homicida, segundo o delegado que

investigava o caso, matou cinco pessoas e atentou contra a vida de outras três. Ele tinha a ajuda do irmão e da esposa. Esses crimes ocorreram nos anos de 2012 e 2013.

Em 10 de julho outro jovem é assassinado no bairro. Estava em uma sorveteria quando três pessoas chegaram ao local, de carro; um deles desceu do veículo e disparou vários tiros contra o jovem. Em 9 de novembro outro jovem de 18 anos foi executado no bairro, enquanto almoçava na garagem de sua casa. O indivíduo que entrou na casa e disparou contra o jovem foi preso no mês seguinte; segundo o mesmo delegado que investigou os homicídios anteriores, a execução estava relacionada às ações com o objetivo de controlar a *parte baixa* do tráfico no bairro.

Tais relatos sobre a dinâmica criminal do bairro, considerado o “novo centro” da cidade, comprovam como nos últimos anos houve um processo expansivo dos mercados violentos da droga em bairros centrais e de classe média. Assim, pode-se constatar uma expansão de *zonas de circularidade* mais acentuada no bairro e na instituição pública federal entre a *dimensão utilitária do mercado de drogas*, com a disputa violenta pelo comércio ou pelas sanções aos endividados; em contraposição, uma permanência de um *mercado ilegal antiutilitário* (MAUSS, 2003) das drogas ilícitas, realizado, sobretudo, por jovens universitários moradores de repúblicas e artistas frequentadores do espaço jambolão.

No espaço de convivência do Jambolão, desde a década de 1990, há relatos de o local servir como um espaço público de uso de drogas⁶⁹. Mesmo sendo uma prática habitual, vale mencionar que a maioria das pessoas que utilizavam a área de convivência não eram usuárias de drogas. Dessa forma, a repercussão sobre o uso de substâncias ilegais no espaço, muitas vezes, foi normatizada por alunos não usuários, professores, seguranças públicos, funcionários terceirizados e demais autoridades que possuíam conhecimento sobre os hábitos ilegais, mas mantinham boa convivência com os alunos usuários.

Apesar disso, surgiam tensões e reclamações de alguns alunos e professores nos espaços das mesas quanto ao cheiro de maconha, ao som alto das músicas tocadas, ou das conversas barulhentas. Tais conflitos sempre foram respeitados e amenizados a ponto de os

⁶⁹ A descrição etnográfica apresentada está amparada pela intensa convivência do pesquisador no local. Entrou no curso de ciências sociais na Universidade Federal de Uberlândia em 1997. No ano de 2003 tornou-se professor substituto da instituição, trabalhando até 2004. Nesse ano, com bolsas de estudos, voltou a estudar fazendo disciplinas isoladas no Programa de Pós-Graduação em Geografia e no Departamento de Ciências Sociais.

usuários das mesinhas do Jambolão se deslocarem para outros espaços onde não atrapalhariam as aulas.

Em alguns contextos, sobretudo quando a universidade estava em férias, as tensões com os seguranças da universidade eram mais agudas. Em certos momentos faziam diligências a ponto de “pegar um flagrante” e anotar o nome dos alunos, quando estavam agrupados em números pequenos, de duas ou três pessoas. Há relatos de apenas uma briga entre um aluno e seguranças que o repreenderam ao pular⁷⁰ o portão da universidade na madrugada. Os conflitos dos seguranças eram mais agudos quando os usuários das mesinhas não eram estudantes da universidade, mas jovens oriundos das partes pobres do entorno. A repressão a esses jovens era sistemática e sem diálogos. Em alguns casos a PM era acionada para conduzi-los até a delegacia.

Era perceptível, dentre os usuários de substâncias ilícitas do espaço, como a maconha era o insumo mais utilizado, adjunto ao cigarro industrial e, de maneira menos intensa, à bebida alcoólica. Nos períodos noturnos e festivos, muitos shows e eventos eram realizados no espaço, como o famoso *Sexta Vinho*. Era nesses eventos que a ingestão de bebidas alcoólicas se tornava mais frequente. O uso da maconha era realizado de forma menos intensa nos eventos noturnos e mais constantes nos dias ordinários durante e entre os momentos de aula. Os diferentes horários de aulas entre os cursos – matutinos, integrais ou noturnos – faziam do espaço um local de alta frequência de jovens estudantes que fumavam esses cigarros. Apesar de a maioria dos alunos que conviviam no local ser das ciências humanas, muitos alunos de outras áreas do conhecimento “subiam” para o espaço de convivência. Alunos de outros *campi* faziam disciplinas, sobretudo de licenciatura, no *campus* Santa Mônica, para se socializarem no local. Alguns mencionavam a necessidade de levar esse movimento do espaço de convivência aos outros *campi* devido aos eventos culturais, artísticos e políticos realizados no espaço.

Por mais que imperem os estigmas sobre o uso e o tráfico de drogas, em função das notícias apresentadas que relatam a violência e o tráfico utilitário que ainda acontecem no local, o espaço foi muito importante enquanto convivência transdisciplinar dos alunos e da população de Uberlândia, visto que algumas pessoas não estudantes da universidade, tais

⁷⁰ Esse era um hábito muito comum que acontecia por dois motivos: i) em certas festas os portões secundários eram fechados e para os alunos não darem um grande volta a pé eles pulavam os muros; ii) sair da república de uma microárea para chegar em outra microárea os alunos atalhavam por dentro da universidade.

como artistas e produtores culturais frequentavam-no interagindo com os alunos. Dessas interações, importantes parcerias e diversos tipos de produções foram efetivados.

Essas realizações culturais iam desde produções políticas, como montar acampamentos de comando de greves que ocorreram nas instituições federais públicas; passando por produções artísticas de grupos musicais, teatrais, performances e danças; até se tornar um espaço próprio de referência na cidade quanto à produção cultural de eventos como festas, congressos, festivais, seminários, encontros em várias áreas.

Algumas produções esporádicas ainda hoje são realizadas no Jambolão. Na virada do século XXI, o local tinha uma agenda intensa de eventos, em alguns meses era quase diária a programação cultural. Muitas dessas produções ganharam contornos administrativos tornando-se eventos culturais empresariais. Festivais de música, iniciados dentro dos movimentos culturais, se tornaram grandes eventos para a cidade e região. Alguns se vincularam a circuitos nacionais e internacionais de produções alternativas que visa abranger um público massivo. Outros, com grande relevância regional, incluem o deslocamento de público de outras cidades. Diversos artistas, produtores e grupos que frequentaram ou se formaram nesse espaço rodam o Brasil, alguns conseguiram se profissionalizar no mundo artístico circulando em vários países.

Em meio aos alunos que frequentavam o espaço para estudar nos blocos, ou simplesmente ficar curtindo o local, é perceptível como a relação de consumo de substâncias como a maconha não possuía essa característica utilitarista “do toma lá dá cá”, da pouca conversa, do dinheiro na mão, da figura do traficante, como foi relatada nas reportagens anteriores. Entre esse período de vivência descrito, a violência quase nunca existiu nas relações ilícitas entre usuários de drogas no local. Isso não significa que essas relações eram apenas harmônicas. Vários conflitos eram estabelecidos em um contexto homólogo aos *Potlatches*⁷¹.

Os mais frequentes dentre todos eram relacionados às pessoas consideradas *serrotes* – aquelas pessoas que “nunca colocam nem um cigarro fino para a galera”. Em outras palavras, os *serrotes* são considerados pessoas que frequentam o espaço, participam dos grupos reunidos nas mesas, mas nunca colocam um cigarro de maconha para ser fumado

⁷¹ Sobre o assunto ler a parte dois da tese. O antropólogo Marcel Mauss discute a relação entre a teoria da dádiva, a noção de pessoa e os rituais dos *Potlatch*.

publicamente. É comum essas pessoas também terem como hábito “*serrar*” cigarros industriais.

Nesse sentido, o trânsito entre as mesinhas de Jambolão, outros locais mais ermos da universidade e o acesso a algumas repúblicas que ficam nas ruas do entorno da universidade executam uma estratégia bem planejada por parte dos grupos de jovens, ao criar barreiras a certos colegas ou grupos indesejáveis ao consumo público. Os deslocamentos propiciam certos interditos, principalmente quando saem do espaço da universidade e adentram as repúblicas. Ao se deslocarem para a república de alguém, os *serrotes* indesejáveis não aparecem.

Um dos ápices de conflito entre os usuários no Jambolão é a reclamação pública perante a roda, de que a pessoa *serrote* sempre fuma, mas nunca coloca um cigarro dela. Elas se tornam mais agudas ainda, quando a pessoa mencionada é acusada em meio ao público de ser vista “fumando um” sozinha ou com outras pessoas em alguma “quebrada” da universidade.

A *roda* formada ao entorno das mesinhas é a posição social distribuída espacialmente entre as pessoas que irão fumar o cigarro. São perceptíveis certas relações de poder em suas práticas sociais. A horizontalidade da roda esconde certa hierarquia entre os usuários. Nesses casos, muitas vezes, as rodas se tornam *retas*. A mais explícita é o cigarro passar no sentido contrário ao do usuário indesejado, eles saem do meio vão para uma ponta e voltam para o meio – onde seu proprietário e seus colegas mais próximos estão situados – e só depois de o cigarro ser passado duas vezes é que serão oferecidos para a pessoa ou as pessoas indesejadas.

Independente de existir ou não pessoas indesejadas nas rodas, é muito comum o dono de o cigarro acender (ou ser o segundo a fumar caso ele/a não tenha destreza manual de enrolar o fumo no papel, afinal “quem enrola acende”) e passar para seus amigos mais próximos. Os colegas de outros cursos ou os conhecidos fumam depois, permanecendo nas posições mais distantes da roda. Esse é um acordo tácito e compreendido por quase todos os frequentadores.

Um interdito de impossibilitar que uma pessoa fume só ocorre de forma plena quando os usuários possuem uma *ponta* – pequena parte final do cigarro. Nesse caso o cigarro não terá tamanho para chegar até os *serrotes*. Quando o proprietário do cigarro é um homem, é muito comum ele também passar em primeiro lugar o cigarro para as garotas.

Apesar desses conflitos, na maioria dos casos existem os *serrotes desejados*. Esses retribuem com certas ações que os vinculam de forma mais harmônica com os *patrões* – termo utilizado para designar aquelas pessoas que irão oferecer um cigarro publicamente; e com o restante da turma que frequenta o espaço. Os serrotes desejados são pessoas amigas mais íntimas dos patrões. É raro oferecerem cigarros publicamente, mas, por outro lado, retribuem certas práticas sociais pelo que se considera uma “energia boa” altruísta. Essas retribuições são muitas e perpassam tanto por dádivas materiais ou simbólicas. Esse serrote não coloca um cigarro de maconha, mas pode “abastecer o patrão” e toda turma que está na mesa com o cigarro industrial, em geral fumado após o cigarro de *cannabis*. Pode ser ainda o colega que possui um automóvel e leva a turma para os locais necessários, sem cobrar o valor da gasolina ou cobrando apenas o valor do deslocamento⁷². Pode ser ainda um músico que fica na roda passando seus conhecimentos enquanto cigarros rodam as mãos das pessoas. Ou ainda pessoas que se esforçam em colaborar com o bem-estar coletivo, por exemplo, carregando instrumentos musicais a pé das repúblicas para universidade: “para o movimento da mesinha virar uma festa”.

A partir dessas descrições etnográficas, podem-se estabelecer interpretações sobre como um mercado onde os fluxos das atividades ilegais como o consumo de drogas são envolvidos por outros fluxos de troca de drogas legais (como os cigarros e as bebidas), vínculos artísticos ou esforços coletivos. Dessa forma as relações de troca, amparadas em vínculos de endividamento, são diferentes das relações utilitárias que envolvem as lesões corporais e os homicídios motivados pelos acertos de contas ou pela disputa de pontos no mercado utilitário da droga. Nesse último caso, a lesão corporal ou a morte violenta servem como condições de equivalência, que visam encerrar os endividamentos (e servir de exemplo para que outras pessoas cumpram seu endividamento) entre o traficante armado e o viciado endividado ou o traficante que está disputando o ponto com outro traficante inimigo.

A partir dessa diferença, presume-se que a figura do patrão nunca é associada à figura do traficante utilitário. Na maioria dos casos, os patrões são alunos de classe média, universitários ou artistas que garantem para si mais contatos e maior capacidade em arregimentar as *barcas* – movimento de compra e partilha coletiva das drogas ilícitas. Em

⁷²Importante ressaltar nesse contexto, como em muitos casos um estudante pode ter acesso a um carro, mas em muitos casos não possuem dinheiro para abastecê-lo com combustível. A “vaquinha” para o combustível torna-se assim muito comum e importante para um grupo de estudantes por vários motivos.

todo o percurso etnográfico houve apenas dois alunos que em certos momentos se autodenominavam traficantes. Mesmo assim, apesar de vários usuários não utilizarem os seus serviços por que eles “vendiam apenas cigarros picados” nunca houve conflitos. Nunca estipularam exclusividade ou monopólio do comércio. Com frequência esses supostos traficantes também eram patrões das rodas, adjunto a outras pessoas que possuíam fumo por outros *canais* – termo muito utilizado para dizer quem sabe onde comprar as substâncias ilegais. Assim, nesse período, nunca se ouviu um relato de conflito violento em função dos mercados antiutilitários dos ilícitos das drogas, apesar das tensões simbólicas e das relações de poder descritas em torno dos *potlachs* das “mesinhas de jambolão”.

Percebe-se, por vários segmentos classe média da cidade, tais como as repúblicas, bares, praças centrais que acolhem shows públicos, parques, que esta prática de ocultar a figura do traficante se tornou habitual entre os usuários universitários e artistas. Diferente dessa classificação, os patrões são personagens apenas nas rodas, não carregam essa investida corporal em outros momentos. Pode-se dizer que a expressão é quase fenomenológica: “quem é o patrão hoje?” se restringe em saber que tem um cigarro a oferecer. Como há um enorme rodízio de pessoas que colocam cigarros na roda, o patrão é a pessoa comum, o amigo ou o colega que em certo dia colocou um cigarro para a turma fumar e no dia seguinte será recompensado ao fumar do cigarro de uma ou mais daquelas pessoas que fumaram o cigarro que ele colocou. Apesar desse rodízio, existem pessoas consideradas mais patrões do que outras, por colocarem cigarros de forma mais recorrente nas rodas.

Existe ainda outra modalidade de patrão. São *os patrões das barcas*. Era muito comum cada pessoa estocar em média 50 gramas de fumo, apesar de algumas estocarem maiores e outras menores quantidades. Tal quantidade referida é considerada ideal para o estoque, muitos usuários consideram que uma quantidade maior propicia um envelhecimento do fumo. Dessa maneira, as barcas são feitas com certa frequência na medida em que esse estoque, apesar de variável (de pessoa para pessoa ou de turma para turma), dura uma média de 15 dias até 1 mês. Na maioria dos casos, as barcas eram de 50 gramas a um quilo, sendo muito comum a barca de 250 gramas e a barca de meio quilo. Nota-se que o patrão agenciador da barca, em muitos casos, recolhe o dinheiro de um número variável de pessoas dependendo da quantidade. A configuração da barca pode ser de várias maneiras: i) o patrão compra a barca toda e depois revende em quantidades menores; ii) o patrão compra a barca toda e combina com dois ou três amigos uma suposta quantidade a ser dividida. Esses dois ou três amigos

serão os patrões de outros interessados em pedaços menores da partilha do fumo. Dependendo da quantidade e da configuração esse desdobramento pode ser feito várias vezes; iii) o patrão arrecada o dinheiro de certas pessoas com antecedência, para poder ter dinheiro e efetuar o pagamento da barca no momento que adquire o produto; iv) o patrão recolhe o dinheiro de todas as pessoas que participam da barca.

Os lucros dos patrões são bem variados nesse mercado. Em muitos casos, apenas livram o seu pagamento da quantidade adquirida da barca. Em outros, retiram um lucro maior e em outros não ganham nada, apenas efetuam a mediação. Nesse período de observação foi difícil identificar qual das três configurações foi a mais comum. É certo que os patrões que realizam barcas com mais frequências, também não são considerados traficantes. Assim, com mínimas ressalvas, percebe-se como a categoria traficante utilizada para classificar os mercadores das drogas ilícitas das periferias é invisível na composição social dos mercados antiutilitários da classe média.

Muitas pessoas com expectativas e desejos diferentes são os patrões de uma barca. Como é criado um mercado em rede, uma barca pode conter inúmeros patrões responsáveis pelas mais variadas quantidades. Varia desde a pessoa que negocia a totalidade da barca até uma pessoa que pegou apenas 10 reais e dividiu a metade com um colega ou a namorada. Por mais que alguns tenham pequenos lucros, esses mercados dos patrões não possuem um vínculo utilitário do “toma lá dá cá”, amparado por dispositivos violentos incutido na figura do traficante.

Em alguns casos é interessante notar nesse mercado até mesmo certas contrariedades para se vender o produto ilegal. Quando uma pessoa conhecida aborda outra e pergunta a ela se tem algum cigarro a oferecer, em muitos casos, ela responde que não, mesmo tendo pouca quantidade. Agora se um amigo, que sempre “fortalece” para ela, pergunta se essa pessoa tem “um a mais” para ele fumar depois, o usuário detentor de uma pequena porção tem certa obrigatoriedade de oferecer de graça ou vender a preços módicos ao menos um “fino” para o colega. Assim, nesse mercado, em muitos contextos, vender como uma doação só é vantagem na medida em que poderá ser retribuído em um momento futuro, ou por outros fins não utilitários, como o vínculo de amizade, por exemplo.

Outro aspecto importante é mencionar como esse mercado antiutilitário das drogas ilícitas é composto por pessoas que não consomem drogas. Era comum às rodas nas mesas

serem vivenciadas por um público misturado de pessoas fumantes da *cannabis* e pessoas não usuárias. Apesar do visível preconceito e desconforto de certas pessoas que não concordavam muito com o uso público do cigarro ilícito, muito estudantes que não possuíam esses hábitos, se socializavam de forma tranquila e harmônica nesses espaços de convivência.

Apesar de alguns usos coletivos de chás – como o de beladona e de cogumelo – o consumo de outras substâncias ilícitas diferentes da *cannabis* no Jambolão eram diminutos. A cocaína possui um espaço liminar nesse contexto. Apesar de constar certos consumos restritos do uso dessa substância no local, não eram habituais pelos seguintes motivos: i) substância mais cara; ii) preconceito relativo dos usuários de maconha ao usuário de cocaína; iii) manuseio em locais abertos com vento propicia uma inviabilidade para a preparação e consumo.

Por ser uma substância mais cara, os usos da cocaína ocorrem por meio de grupos menores de pessoas, em períodos noturnos e nas repúblicas. Mesmo dentro de uma festa ou uma reunião composta por usuários de maconha, pequenos grupos faziam uso dessas substâncias, mantendo-se em muitos momentos separados dos demais participantes da festa. Grande parte dos usuários de cocaína prefere fumar maconha no final da *onda* (efeito corporal da substância) estimulante para conseguirem dormir. Assim, nos finais das festas, os usuários das diferentes substâncias se misturam com mais frequência para fumarem os últimos cigarros tidos como relaxantes.

Os quartos são ambientes privados nas festas realizadas nas repúblicas, mas em alguns deles, quando há um consumidor dessa substância, ele se torna o espaço para o uso público seletivo de pessoas que “fizeram uma vaquinha” ou “a barca” e adquiriram o produto. A combinação da cocaína com a ingestão de bebidas alcoólicas é muito comum. Muitas pessoas utilizam dessa substância apenas para “tirar o bode” da bebedeira, ficar mais acordadas, poder consumir mais bebidas e continuar participando da festa. Muitos fumadores de *cannabis* se tornam usuários homeopáticos ou esporádicos da cocaína, mas, de uma forma geral, boa parte de usuários de maconha não usam cocaína.

No geral, os conflitos amparados pelas formas do uso da cocaína é o que gera mais problemas entre usuários e não usuários. Em alguns casos os *usuários homeopáticos*, isto é, aqueles que cheiram de vez em quando em pequena quantidade, cujo objetivo é se estimular para ficar acordado, lamentam os amigos que *hibernaram no pó* – passam dias e noites

seguidos usando a substância. São considerados viciados aqueles usuários que passam a hibernar no pó com mais frequência. Muitos começam a ser vistos como *noiados*, ao utilizarem tal substância com muita regularidade. Interessante notar que até mesmo aqueles que fazem uso recreativo da droga lamentam a trajetória dos amigos que utilizam com regularidade.

A *barca do pó* sempre foi mais complexa de ser compreendida. Muitas variações para a obtenção do produto: i) bocas de fumo no bairro que também vendiam cocaína; ii) deslocamento para bares do centro da cidade; iii) disque *deliverys*; iv) realização dos *corres* antes das confraternizações coletivas, v) frequentadores de festas e eventos em bares que agenciavam o produto no varejo. A energia coletiva entre os usuários de cocaína, muitas vezes, é de grande tensão, nos momentos do uso. Em muitos casos a pessoa que controla as *dolas* – saquinhos contendo de uma a dezenas de gramas – é vigiada para que não saia do raio de visão daqueles que irão compartilhar o uso.

O relato de um ex-estudante e morador de uma famosa república sintetiza bem o universo social da universidade e do bairro nesse jogo de interações simbólicas caritativas e agonísticas, relativas aos usos e redes de troca dessas substâncias. O entrevistado descreve suas primeiras experiências com o uso de drogas legais e ilegais; quando morava em São José do Rio Preto na casa dos seus pais já tinha uma vida social e boêmia, tendo experimentado várias drogas. Com treze anos começou a beber episodicamente, apenas nos finais de semana. Com dezesseis anos, época do colegial (designa-se ensino médio) começou a “*pitar uns bronws*” (fumar cigarros de maconha) depois da aula. Ao ser perguntado sobre o que teria levado a consumir substâncias ilícitas, ele responde:

Sempre foi uma experiência estética, meio mística mesmo né! Nessa época eu estava mergulhado nos livros do *Castanheda*, pesquisando as experiências dos Ocidentais com as drogas alucinógenas, ouvia muito *rock n roll* também que carrega esse universo. Então foi isso, aí vim para cá [para Uberlândia] em 1997 e o que mudou foi isso. Aqui tinha autonomia de administrar minha vida, longe dos pais tinha um espírito juvenil, quase adolescente, momento de autoafirmação, daí você vai para um contexto propício para isso, que já tem uma cultura estabelecida para isso. As mesinhas da UFU, você já cai mergulhado num universo constituído, compartilhado por muita gente. O universo *psicodelon* [risos]. A universidade é uma espécie de ilha, acaba que minha vida social e de todo universitário que mora lá perto que veio de outra cidade tem assim, uma espécie de criar um certo gueto, certos grupos consolidados de amizade. Tem uma certa convivência com o bairro também, principalmente no bar, mas a convivência com o pessoal do bairro se dá de uma forma um pouco diferente. Ser de fora, da mesma idade, classe média, classe social e uma cultura mais ou menos parecida, os mesmos gostos musicais, daí não tem jeito você

acaba convivendo é com essas pessoas mesmo, com o pessoal da universidade. Só que aí, tem essa questão da necessidade de você comprar os baseado, né. Ou de “basé”, a gente também chamava de “tininim”, a gente chamava de vários nomes. E aí essa necessidade de entrar em contato com os fornecedores dessa substância que é ilícita força um tipo de relação com o bairro e com algumas pessoas do bairro. Porque aquele bairro ali [referindo-se ao Jardim Finotti] o que era interessante era isso. Acho que até a pouco tempo atrás era um bairro de chacinhas mais humildes, casas mais simples com quintal grande. Tipo aquelas chacinhas que o pessoal tem de chão batido que criava porco, galinha. Aí, a universidade criou uma infraestrutura, esse negócio da urbanização. O poder público começa a aparelhar aquele local de aparelhos públicos para atrair a classe média. Então tem esse esquema o pessoal mais antigo vai vendendo as casinhas com a valorização dos terrenos e vão sobrando algumas, aí vai chegando uma nova leva de pessoas para morar ali e também os estudantes de outras cidades, mais imigrantes provisórios. Daí tem um monte de jovens também que nasceram no bairro, que era da mesma faixa etária nossa, mas dava para ver pela roupa que eles eram diferentes, de outra classe social. Não tiveram como a gente curso de inglês, curso de computação, não estudou em escola particular, então a grande maioria deles estão vendendo a força que não é muito qualificada e ganham pouco dinheiro. Aí, a presença de um monte de universitário que curte o esquema [refere-se ao consumo de drogas] e eles também curtem, também gostam de pitar um *Brown*, tomar uma cerveja. Então dá dinheiro, o cara curti, ganha mais do que se tivesse trabalhando em outra coisa, então compensa eles correrem o risco de vender. Então, com o tempo, na época em que mudei para cá não era muito, mas com o tempo começou a rolar um consumo de *crack*. Para mim, rola uma percepção muito grande de mudança quando esses caras começam a consumir o *crack*. O *crack* é foda, uma droga altamente viciante, ela altera a personalidade da pessoa de uma forma muito rápida, é físico, você sente na presença da pessoa, pelo jeito dela se equilibrar pelo corpo, pelo olho tremendo, pelo tipo de olhar. Aí essa relação com a turma, com esse pessoal de classe média que vem mudar pra cá, ela muda um pouco⁷³.

Percebe-se, a narrativa do ex-estudante, que havia uma diferença identitária entre o estudante universitário e o jovem nativo do bairro. A diferença passava inclusive por aspectos corporais, além de outros como de classe, migracional e oportunidades de conhecimentos. Mesmo mencionando como a relação entre os jovens universitários e oriundos do bairro, em alguns momentos era vinculada a necessidade de comprar drogas, ele descreve como alguns desses jovens frequentavam as suas repúblicas, seja em dia de festa, seja em dias cotidianos. Mesmo com as diferenças culturais, havia um vínculo de troca e até de amizade entre as turmas diferentes que começou a ser desfeita, segundo ele, com o consumo de uma nova droga, com maior potência orgânica, viciante ao extremo e que modifica a pessoa de modo muito rápido: o *crack*.

Interessante notar algumas características mencionadas como “a maneira diferente do olhar”, “os olhos avermelhados” que em certos aspectos são atribuídas pelas “pessoas caretas”

⁷³Entrevista realizada no dia 04/06/2012 com Geógrafo, ex-estudante da Universidade, frequentador do Jambolão e morador de uma das repúblicas alternativas mais badaladas da cidade.

aos maconheiros, agora se tornaram mais potencializadas e servem como um aspecto de distinção entre o usuário da maconha e o usuário de *crack*.

Essa narrativa traz outra questão muito instigante sobre microáreas do bairro Santa Mônica. Elas são, ao mesmo tempo, localidades que compartilham vínculos entre os mercados utilitários e antiutilitários das drogas no varejo. Com o passar dos anos o que define a distinção não é mais o espaço geográfico – do bairro ser mais longe do centro – mas o tipo de construção da casa, os hábitos corporais, as possibilidades de acesso à educação (superior, de cursinhos de inglês, informática...) e os assuntos mais intelectualizados. Se há quarenta anos a periferia era longe, com o rápido processo de urbanização a periferia está no centro, convivendo lado a lado com a classe média que migra para lá e compartilha o mesmo espaço. Portanto, essas microáreas do bairro, ao final do século XX, criaram múltiplas classificações que estão num contínuo entre periferia e área nobre, dependendo dos sinais diacríticos de quem fala e, sobretudo, qual grupo social está se falando.

Os conflitos mais intensos que ocorriam em certas ruas do entorno da universidade entre *usuários de pedra* e estudantes, em alguns momentos tornaram-se mais frequentes. Tais conflitos foram por pouco tempo relativamente amenizados, depois que um desses usuários de pedra assassinou um estudante, que voltava de um *show* a pé. O estudante foi esfaqueado depois de ter reagido a um assalto.

Em certos momentos as situações se tornaram incontroláveis, a ponto de uma das repúblicas ter seus membros ameaçados por um usuário de *crack*. Retomando a narrativa do ex-estudante, ele menciona as mudanças de relacionamento entre os membros da república e os jovens do bairro:

Aí, esse pessoal que começou a fumar *crack* começou a fazer extorsão e pequenos furtos em volta da universidade, não só com quem desconhece, mas também com o pessoal que eles têm uma certa cumplicidade. Mas se o cara chega, por exemplo, e quer extorquir um senhor mais velho que trabalha no banco. O cara já pega o telefone e liga para a polícia na hora, já roda o cara. Então é um tipo de cara que eles [os viciados em *crack*] não mexe, só se o pessoal viajar e eles entrarem para roubar a casa deles, mas assim de extorquir eles, chegar na casa do cara, abordar ele na rua ou tentar vender coisa roubada. Isso não acontece muito com essa classe média não tem relação, não tem conversa. A minha cerca elétrica tá aqui no meu muro para proteger minha casa e eu não faço questão de me relacionar com essas pessoas. Então, o pessoal vai para outro público né, fazer assalto, extorsão que éramos a gente estudantes. E o cara [o viciado] fica suicida mesmo, quando eles estão em certo grau assim, eles não têm nenhum raciocínio de questão de sobrevivência, é a síndrome do super-homem mesmo, o cara acha que é imortal. Pra você ter ideia, você mora numa república com cinco homens e o cara pula lá, se você quiser você acaba [no sentido de bater] com

ele, dava porrada de mais; ou então chamava a polícia. Se isso resolvesse, mas a polícia vai lá dar umas porradas nele, mas devolve ele no outro dia, na porta da sua casa. Então, assim é complexo o jogo. Isso também não acontecia, se não tivesse uma cumplicidade com a população antiga do bairro, esses caras todo mundo sabe que ele é traficante, todo mundo sabe que eles fazem assalto, todo mundo que eles aprontam muitas coisas, mas rola uma cumplicidade porque a relação é muito tênue né, porque se ele não tiver encontrando alguém de fora, ele pode roubar a mãe, o pai, o vizinho antigo, mas antes de chegar nesse grau de vício, tem uma cumplicidade muito grande, sei lá, você conhece o pai da pessoa, você se lembra dele criança, pensa que um dia ele vai se consertar. Tem gente que se beneficia disso também, às vezes compra um aparelho eletrônico mais barato, um tênis (...). No começo é assim, tem aquela coisa do bar, a gente vai pro buteco, toma umas [cervejas] conversa com os tiozinhos do bairro, aí essa galera vai também vê o seu olho vermelho e fala pra você: então você fuma um [cigarro de maconha] você acaba negando, mas aí vai para casa no final da tarde queima um [cigarro de maconha] ele sente o cheiro e bate lá, então é quase uma relação forçada mesmo, é difícil de controlar. Hoje depois de mais velho, você vê o tanto que era mirim [pessoa imatura]. Então quando ele tem *brown* ele vai lá te oferecer. Mas o problema antes quase não existia, os caras iam lá oferecia maconha, às vezes, quando encontrava no bar pedia uma cerveja ou para encher o copo, mas depois do *crack*, isso tudo mudou. Uma vez, por exemplo, o Léo⁷⁴ bateu lá em casa de madrugada, o Jales abriu aí ele já entrou rápido pegou uma faca na cozinha e ficou sentado lá. Perguntou: e essa televisão aí. Os caras já estavam numa onda dessa. Do lado da minha casa, tinha uma outra casa abandonada e os caras iam lá pitar pedra [fumar *crack*] e aí tinha uma cachorra grandona na minha casa e ela latia muito quando eles estavam lá. Eles ficavam putos [com muita raiva] porque ela denunciava que eles estavam ali e o bairro inteiro ficava sabendo. Um dia um dos caras deu uma pedrada no cachorro. Aí você pensa em chamar a polícia. Mas se você chama a polícia, ela vai lá dá umas porradas no cara e ele volta porque ele mora ali, na frente da sua casa. Você vai arriscar. Porque nesse caso o troco é inevitável. Aí você tem que administrar isso aí, você não pode horrorizar com o cara porque ele pode levar as últimas consequências. Se for para ir para um enfrentamento físico, a coisa nunca vai acabar ali. Não adianta você dar um coro [bater] no cara, porque no outro dia ele vai voltar lá mais armado. O negócio é tão forte que já teve uma vez que eu subi em cima do muro para conversar com um cara com um facão na mão, querendo rachar a cabeça dele no meio. Sabe uma coisa que não tem nada haver comigo, mas não tinha solução. Tinha um amigo meu que era PM que disse assim: essas coisas tem resolução, só que você nunca mais vai ver ele, entendeu! Tem duas soluções uma é dar um coro nele, mas isso não resolve porra nenhuma e a outra é apagar [matar] o cara. Você quer apagar o cara? Você vai matar alguém? (...) Teve dois momentos que eu vivenciei que era mais pesado. Primeiro quando eu morei na primeira casa. Tinham dois irmãos, os caras eram grandes, eram nervosos, corajosos e suicidas que eram o Leozinho e o Marcel. Eles acabaram matando minha cachorra. E eles fugiram do controle até para os moradores antigos e os dois acabaram presos. Um deles matou um estudante com facadas. Na época do CarnaTriângulo o moleque tava voltando com a namorada a pé e tal e ele deu uma facada no cara. E o Marcel sequestrou um casal de estudante, aí a polícia chegou lá e prendeu ele. Mas é aquele negócio, o cara tinha um amigo ou um parente que tinha influência, aí a mãe participa da igreja e o pastor pega ele de tutela, um negócio assim, tem um esquema lá que diminui a pena ou que a instituição se responsabiliza por você. Cinco meses, seis meses depois já estavam os dois lá de novo na rua, e esses aí eram nervosos. Mas o mais foda dessas experiências era com um outro caboclo que era mais difícil de lidar, que ele é irmão de um amigo nosso que era guitarrista. Então ele ia lá em casa ensaiar e ele tinha um irmão mais novo que foi lá uma vez e acabou fumando com a gente. E aquilo ali criou um vínculo, a gente nunca teve amizade com ele, mas aquilo ali abriu um canal. Ai outro dia ele vai lá, é irmão do Jorge, aí você tá ouvindo um som convida ele, fuma um. Mas num determinado momento, houve uma transformação radical ele começou a pitar pedra, daí você vê

⁷⁴Todos os nomes da narrativa são fictícios.

uma transformação radical, o cara vai emagrecendo, a pele vai perdendo elasticidade, o olha fica tremendo muito e tem essa coisa de começar a procurar para pedir dinheiro, e aí que fica complicada a coisa. O cara fica suicida, fica com uma necessidade tão grande de conseguir a substância que ele faz qualquer coisa. Primeiro a gente recebia visitas quinzenais, depois semanais, dava pra sentir o processo na medida que o cara ia mergulhando no *crack* a frequência de vezes que ele ia lá em casa aumentava e a diversidade de coisas que ele fazia para conseguir dinheiro: me arruma dois contos [dois reais] para eu pegar ônibus. Começa a fazer uns furtos dessa molecada nova que não são tão conhecidos deles. Então chega na sua casa, começa a querer que você compre um tênis que ele roubou; uma calça, um computador um celular. Aí a relação fica cada vez mais complicada, não mecho com essas coisas né, não compro coisas roubadas e eu falava isso para ele. Na verdade eu tive que começar a dar sermões, jogar um xadrez. Aí depois o negócio se tornou diário, ia lá as duas horas da manhã, as três horas batia no portão. O negócio se tornou diário, você vai chamar a polícia? O outro dia ele vai estar lá. Então você vai jogar o xadrez, fala pro cara que aquilo que ele ta usando [*crack*] o pessoal chama de veneno de rato. Jogava uns papos desse, mas aí ele falava: se você me arrumar um dinheiro aí eu vou pra casa do meu tio em Uberaba, lá tem uma clínica. E às vezes o cara quase tentava, você via que às vezes ele queria sair do vício, mas não sei acho que o vício é muito forte né, não sei falar sobre isso [longa pausa]. Mas é isso, as vezes a gente não abria, mas a casa era frágil, então ele pulava o muro e o negócio começou a ficar cada vez mais difícil, a ponto da gente pensar em matar ele. Sabe essas coisas que nunca passaram pela sua cabeça, mas o cara todo dia começa a pular e entrar na sua casa de madrugada, a gente tendo que trabalhar, às vezes com uma amiga lá, às vezes com a namorada. Então a gente chegou em uma conclusão ou um de nós iria morrer ou então a gente iria matar ele⁷⁵.

Para o ex-aluno entrevistado, a solução foi mudar a república para as proximidades de outro *campus*. Mudou-se para uma casa mais protegida, de muros mais altos e bem longe dos problemas que os afligiam, principalmente pela madrugada. Todos eles comentam que saíram do “inferno para o paraíso”, mesmo tendo que pegar dois ônibus e demorarem de uma hora e meia a duas horas para deslocarem-se para o *campus* Santa Mônica. Trajeto que faziam caminhando em menos de cinco minutos e sem nenhum custo de passagens de ônibus. Com a mudança, as reuniões musicais, o livre acesso às ruas e as festas retornaram a movimentar o ambiente dos integrantes da república.

Por motivos como esse, o usuário de *crack* era amplamente discriminado e segregado. Apesar disso, três irmãos usuários que moravam com sua mãe, mas ficavam a maior parte do tempo na rua bebendo em carochas de pinga e fumando, eram benquistos por muitos estudantes da universidade. No meio universitário poucos estudantes faziam uso público dessa substância.

⁷⁵ Entrevista realizada dia 04/06/2012 com o geógrafo frequentador do Jambolão.

Dessa forma, em algumas microáreas próximas à universidade houve uma *zona de circularidade* vinculando os mercados utilitários e antiutilitários das drogas ilícitas, tencionando as relações entre os diferentes segmentos de usuários. Assim, pelos relatos das reportagens iniciais, denunciando os usos e tráficos utilitários e violentos no conhecido jambolão e no bairro e, ainda, tomando como marco a mudança da república em 2003, compreende-se nesse ínterim histórico a expansão do mercado utilitário violento englobando, em certos momentos, os locais frequentados pelos usuários dos mercados antiutilitários.

Em suma, a descrição etnográfica do *potlatch* entre *patrões* e *serrotes* no espaço do Jambolão e nas repúblicas do bairro Santa Mônica demonstram como o consumo e o comércio das substâncias ilícitas no varejo não se restringem aos bairros considerados territórios do tráfico, áreas de risco ou anéis da criminalidade, aos jovens supostos membros de gangues e às relações violentas dos mercados utilitários do atacado e do varejo. A etnografia também demonstra zonas de circularidade entre os mercados denominados utilitário e antiutilitário das drogas ilícitas, aumentando o espectro territorial relacionado ao mercado utilitário ao atingir locais considerados de classe média, tais como a UFU e o bairro Santa Mônica.

Em relação às conexões de sentido entre aspectos territoriais, o uso e o tráfico de drogas, realizadas com base nas leituras dos pesquisadores mineiros sobre a teoria da desorganização social, os seus limites também são visibilizados com as informações obtidas no relatório da CPI do Narcotráfico e com as reportagens sobre o tráfico internacional de drogas. Nesse documento e nas reportagens, como vimos, consta como o mercado do atacado em várias cidades interioranas mineiras não é restrito aos territórios do tráfico e aos membros juvenis das gangues. Nesse contexto, as acusações do mercado no atacado envolverem diversos profissionais liberais de vários setores das fileiras do Estado e dos mercados privados é um fato que não pode ser omitido ou tratado como residual. Em relação a Uberlândia e à região do Triângulo Mineiro, consta ainda como as fazendas do entorno e das pequenas cidades vizinhas compõe o tráfico aéreo da rota caipira. Percebe-se ainda, com a provável expansão do coletivo paulista gerou na cidade, certo desuso da alcunha *gangue*, sendo que a nova figuração do crime envolve relações de aliança entre antigos moradores do bairro e supostos bandidos, oriundos do Estado de São Paulo.

Nesse cenário, a lenta profusão dos programas estaduais de prevenção à criminalidade para as cidades do interior de Minas Gerais dificultou ainda mais a ação dos seus profissionais

e a consolidação de uma estrutura burocrática, se comparada às regiões de Belo Horizonte e Metropolitana. Quando aplicadas nas maiores cidades do interior mineiro, as estratégias da segurança pública acarretaram uma primazia da repressão qualificada em face da pretensa relação dialética com o eixo da proteção social.

Diferente do modelo da implosão espacial da capital mineira, verificou-se junto aos dados estatísticos uma configuração social dispersa da ecologia dos crimes de homicídios, demais crimes violentos e registros de drogas. Os diferentes resultados apresentados sob o amparo das teorias ecológicas do crime, entre a figuração urbana da criminalidade em Uberlândia e Belo Horizonte, não vislumbram refutar suas premissas teóricas tão importantes para a expansão das pesquisas sobre criminologia em várias cidades do mundo, especialmente Belo Horizonte. Nesse aspecto, os limites teóricos da desorganização social demonstram como em Uberlândia, para além das áreas de risco e anéis da criminalidade, outras variáveis substanciais que envolvem o mercado ilícito das drogas, no atacado e no varejo, composto por segmentos populacionais de todas as classes sociais, demonstram uma necessidade de uma compreensão mais ampla da dinâmica criminal que envolve as relações ilegais, de violência, os usos e tráficos de drogas e o controle social do crime na cidade.

Por fim, vale ressaltar que, com o passar dos anos, a constituição de um campo do terceiro setor e de empresas culturais, que desenvolvem projetos e oficinas nas periferias classificadas como áreas de risco, com crianças e adolescentes vulneráveis à criminalidade, foi arregimentado ou criado por muitos desses ex-alunos que conviviam no Jambolão. Por ironia do destino, esses profissionais das artes e das ciências humanas hoje trabalham como gestores, técnicos sociais e oficinairos, cujos objetivos consistem na execução de políticas de prevenção à criminalidade, com ênfase no combate aos homicídios e tráfico de drogas.

**7. DO HOMEM CORDIAL AO HOMEM SOCIAL:
AS REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL EM UBERLÂNDIA**

7.1 A Rede Leste: as políticas estaduais de prevenção à criminalidade em Uberlândia

Entre as artes de governar a segurança pública em Uberlândia, apesar de uma primazia das estratégias e táticas repressivas entre os dispositivos de segurança oficiais, muitas iniciativas e medidas de proteção social foram fomentadas por instituições públicas, privadas e do terceiro setor. Formados ou atuantes nos ambientes universitários e centrais da cidade temos uma espécie de figuração liminar dos agentes das artes, dos esportes e das ciências humanas. As vivências em espaços de uso e comércio antiutilitário das drogas ilícitas facilita a entrada e convivência de alguns desses profissionais com os jovens das periferias identificados como vulneráveis à violência urbana. Esses profissionais, ao se tornarem elos mediadores entre a estrutura gerencial dos projetos sociais e desses jovens, encontram uma oportunidade de realizar um exercício alternativo aos padrões vigentes do exercício comum de suas profissões (como o de dar aulas ou de “trabalhar em Ongs que se parecem mais com empresas”).

No início do século XXI uma série de empresas privadas, de Ongs, grupos artísticos e produtores culturais fomentados por editais públicos e prestações de serviços privados criaram na cidade um embrionário campo de trabalho voltado para o controle social preventivo dos jovens das periferias e dos distritos rurais. A nova figuração das políticas federais, estaduais e municipais de incentivo à cultura, a abertura e consolidação de ações amparadas pela Universidade Federal de Uberlândia ao oferecer várias graduações e pós-graduações nas áreas das ciências humanas e artes, a popularização dos cursos de gestão administrativa voltados para os serviços do terceiro setor consolidou na cidade as figuras profissionais⁷⁶ dos produtores culturais, gestores sociais e técnicos sociais; e semiprofissionais dos oficineiros.

Uma dessas iniciativas fomentada pela SEDS foi a implantação do CPC de Uberlândia e do programa Fica Vivo no setor Leste da cidade. Ao longo dos últimos trinta anos, esse setor abrigou o conjunto de *favelas/assentamentos urbanos/bairros irregulares*⁷⁷: Dom Almir,

⁷⁶Essa afirmação necessita de uma relativização. É uma tendência geral, entretanto alguns projetos ou instituições podem pagar muito pouco para o gestor e técnico social prestador de serviço. Do mesmo modo que alguns projetos e instituições podem remunerar o oficineiro de forma profissional.

⁷⁷ Como descrito na primeira parte da tese a tríade *favela/assentamento urbano/bairro irregular* é utilizada para abarcar as representações feitas por agentes sociais que, de acordo com estratégias específicas, nomeiam cada localidade com uma dessas três formas. Sobre uma descrição etnográfica dos bairros ver ANEXO C da tese.

Prosperidade, Joana D'arc velho, Joana D'arc novo, Celebridade e Assentamento Zaire Resende; os bairros Morumbi e Alvorada. Apesar de não atuarem diretamente⁷⁸ no CPC de base local, situado no centro da cidade, os programas PRESP e CEAPA também atendem moradores dessas localidades.

Com a mobilização social dos gestores do CPC de Uberlândia e dos técnicos sociais do Fica Vivo, fomentou na região a *Rede Leste* – reunião de pessoas e instituições que promovem as políticas sociais nos bairros classificados como áreas de risco. A partir da sua consolidação a Rede Leste teve a participação de vários agentes sociais, principalmente funcionários de Ongs situadas nas localidades que compunham as áreas de risco. Os registros documentais e etnográficos demonstram uma primazia das chamadas instituições supralocais⁷⁹ e da participação de diminutas lideranças locais nas reuniões da rede. Como veremos, em certos momentos históricos alguns eventos ocorridos no bairro promoveram o esvaziamento desses agentes locais que inicialmente participavam das reuniões da rede.

Quatro fontes de pesquisa compõem os relatos sociológicos sobre a constituição da Rede Leste em Uberlândia: i) relatos em atas de reuniões e de fóruns comunitários; ii) observação participante das reuniões; iii) entrevistas com participantes e ex-participantes; iv) trabalho⁸⁰ como oficinairo/professor de música.

Em primeiro lugar, essas fontes de pesquisa demonstram como o vínculo dos gestores sociais e técnicos sociais dos programas estaduais de prevenção à criminalidade com a Rede Leste sempre foi o de liderança. Isso fica visível desde a ata da primeira reunião da rede que data o dia 7 de setembro de 2006. Programada para as quinze horas, o gestor social do CPC de

⁷⁸ Vale ressaltar que durante o trabalho de campo a equipe do PRESP fez, por certo tempo, o atendimento dos usuários do programa em alguns dias do mês no CPC de base local. Para os técnicos sociais dos dois programas e também do Mediação de Conflitos esses atendimentos qualificavam bastante o entendimento dos técnicos e o cruzamento de informações sobre a história das famílias consideradas vulneráveis.

⁷⁹ Estas instituições podem ser de duas formas: 1) as que têm sua esfera decisória fora da localidade, mas possuem moradores locais entre seus membros e 2) aquelas que não possuem nenhum enraizamento local, mas influenciam em decisões políticas no bairro. São as instituições públicas, polícias, igrejas, ONGs, partidos políticos, meios de comunicação, escolas; relacionam-se nos bairros periféricos de várias maneiras, atribuindo diversos sentidos aos seus moradores, de acordo com estratégias diferenciadas. Sobre o assunto ler: Alvito (2001).

⁸⁰ Vale mencionar a minha trajetória profissional de cientista social em alguns momentos foi compartilhada com a de músico. Na música trabalhei como professor/oficineiro. Também atuei na área de gestão social em algumas Ongs da cidade e em projetos de lei de incentivo municipal e estadual. Sobre a pesquisa de campo de doutorado foi realizado com os alunos da oficina de dança de rua Casa do Caminho (vinculado ao programa Fica Vivo) durante um semestre, aulas de música.

Uberlândia conduziu as atividades fazendo inicialmente informes gerais. Dentre os informes destaca como um dos objetivos principais da rede naquele momento inicial era: “*buscar uma solução definitiva para os problemas fundiários da região*”.

O problema da regulamentação fundiária nessas localidades se tornou um dos imbróglis jurídicos mais complexos e confusos do setor político e imobiliário da cidade. Índícios jurídicos supõem como essas terras parceladas e loteadas ao longo da história dos processos de urbanização da cidade foram incorporadas de forma legal e ilegal por multifacetados segmentos populacionais – desde políticos e empresários vinculados aos mercados do setor imobiliário até o agenciamento de movimentos sociais ligados às questões das lutas pelos direitos das moradias urbanas.

Algumas dessas áreas estão situadas em terras com vários espólios jurídicos, loteadas por imobiliárias irregulares de propriedade de empresários e advogados que iniciaram os processos contratuais de compra e venda com moradores, mas abandonaram tais transações, deixando os habitantes sem escrituras e sem infraestrutura básica. Com isso houve também uma série de processos jurídicos sobre os loteamentos abertos e dívidas referentes aos pagamentos de serviços públicos.

As ilegalidades nessas localidades são muito visibilizadas pela imprensa local quando são descobertas ações irregulares das lideranças pobres dos sem-teto ou por apreensões de drogas nas localidades. A grande maioria das notícias referente aos assentamentos é sobre uso e tráfico de pequenas quantidades de drogas ilícitas. Vieram, poucas vezes, a público reportagens falando da “grilagem de terra” efetivada pela elite política-imobiliária, como no dia 24/12/2013, véspera de Natal. Na *Carta Aberta da Diocese*, escrita pelo bispo diocesano Dom Paulo Francisco Machado. Inspirado nos princípios da Teologia da Libertação, o religioso explicita ao público o assunto tabu na cidade: a figura do “sem-terra rico”.

Com este espírito de solidariedade e de bem comum, **a Diocese de Uberlândia, se dirige ao povo e às autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário, em vista da urgente necessidade de moradia, que aflige milhares de famílias em Uberlândia.** Mesmo reconhecendo que o programa de moradia popular, Minha Casa, Minha Vida, é uma importante resposta ao déficit habitacional, temos que reconhecer a sua incapacidade em resolver a demanda. Considerando que:

- a Doutrina Social da Igreja afirma: “sobre toda propriedade privada pesa uma hipoteca social”;
- **as muitas áreas no município de Uberlândia se encontram com registros duvidosos ou sobrepostos;**

- a existência de 42.666 inscritos em programa habitacional (Secretaria Municipal de Habitação de Uberlândia – 08/08/2013) e que existem cerca de 12 mil famílias (Comissão Pastoral da Terra) vivendo em 20 acampamentos de sem-teto no município de Uberlândia;
- o fato de que os despejos deixam famílias desalojadas e em situação de vulnerabilidade e não resolvem o problema habitacional;
- o direito à moradia, consolidado no artigo 6º da Constituição Brasileira, tendo como núcleo básico o direito de viver com segurança, paz e dignidade, podendo, somente com a observância destes três elementos, considerar-se plenamente satisfeito;
- as áreas ocupadas ficam discriminadas em relação aos serviços públicos, ferindo a dignidade humana e a cidadania das famílias sem teto.

Clamamos:

- **Pelo reconhecimento dos sem-teto como titulares do direito à moradia, não podendo ser discriminados em razão da origem social, posição econômica, origem étnica, sexo, raça ou cor, devendo ser reconhecidos seus direitos às políticas públicas, bem como aos serviços públicos em seus acampamentos.**
- **Pela regulamentação das atividades do setor privado, bem como a instituição dos instrumentos jurídicos e urbanísticos de regularização fundiária para reconhecer os direitos à moradia das populações que vivem nos assentamentos informais, através da instituição de leis sobre política urbana e habitacional.**
- Pela desapropriação ou negociação de áreas, por necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, para assentamento de famílias sem teto.
- Pelo direito à participação das famílias mais vulneráveis na definição de qualquer projeto estratégico para a cidade, em especial, no território que ocupam.
- Pelo entendimento de que os despejos forçados e demolições de domicílio como medida punitiva contrariam as normas nacionais (Constituição Federal, Estatuto da Cidade) e internacionais de que o Brasil é signatário (Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos, Convenção de Genebra de 1949, Protocolos de 1977).

Neste Natal, lembremo-nos de Maria e José, sem teto, na noite fria de Belém. Não tinham onde ficar e tiveram que ocupar um local para que Jesus pudesse nascer, com um mínimo de abrigo. Que o espírito do presépio nos leve à solidariedade e à ações concretas, pelo direito à moradia de nossos irmãos e irmãs sem teto (MACHADO, D.P.F. 2013).

Como versa o bispo, o cenário social tão comum nas grandes cidades brasileiras dos ilegalismos no planejamento urbano e nas divisões dos loteamentos também possui vestígios nessa região de Uberlândia. Complementando o pensamento do bispo, o advogado Igino Marcos da Mata Oliveira de uma instituição católica descreveu em um artigo intitulado *Uberlândia de costas para a Justiça* (2011), estudos históricos amparados em matrículas de imóveis, sobre os imbróglis jurídicos da região. Ele relata:

Em razão da advocacia social praticada em nome da Pastoral da Terra da Diocese de Uberlândia, acabou-se por conhecer, quando da defesa dos “sem-teto” da região do Dom Almir, São Francisco, Joana D’arc, Zaire Resende, Celebridade e Prosperidade diversas pessoas com suas histórias. Uma das histórias mais contadas por alguns “sem tetos” refere-se a **terras** de um senhor já falecido chamado “**João da Costa Azevedo**” e de um outro senhor conhecido como “**João Costa Silva**”, que teriam servido apenas para enriquecer pessoas ilustres da cidade, visto que os verdadeiros herdeiros de um grande volume de terras, que conforme se verá, que incluía, além dos bairros dos sem tetos citados acima, partes dos bairros Santa Mônica, Morumbi, Segismundo Pereira, Parque do Sabiá e outros (OLIVEIRA, 2011, p. 3).

Para o advogado, no início do processo de urbanização da cidade toda essa área citada estava fora das divisões de cartas de sesmarias. Com a aquisição legal ou ilegal de sítios e fazendas no entorno da cidade, havia indícios de grande parte das terras do setor Leste ser de um camponês negro, que mais tarde com o processo de urbanização da cidade foram apropriadas por governos estaduais e empresários locais. Assim, esses fatos demonstram a necessidade de se realizar um estudo profundo sobre os legalismos e ilegalismos na formação fundiária dessa região. As irregularidades sobre o planejamento urbano do setor não se encerra nessas áreas. O próprio conjunto habitacional Santa Mônica II, renomeado como bairro Morumbi, foi *legalmente implementado de forma irregular*. Tal episódio gerou a constituição de uma inédita CPI na Câmara Municipal de Uberlândia.

De certo modo, os primeiros documentos sobre esta história só chegaram a nossas mãos por conta da CPI⁸¹ do Bairro Morumbi (bairro com terras griladas a partir de uma permuta entre a Imobiliária A e o ex-Prefeito B), ocorrida na Câmara Municipal de Uberlândia, que fora provocada por um relatório produzido por nosso escritório de advocacia e pela Pastoral da Terra no ano de 2002. Portanto, desde 2002, **tantos os relatos orais quanto os documentos que nos chegaram já nos dava a impressão que valia a pena “investigar” o que vinha sendo dito sobre “supostos” herdeiros de uma grande fortuna, e que teriam sido “enganados” pela elite de Uberlândia**. Após vários anos de pesquisa, que ainda é apenas uma parte do que se pode descobrir, já podemos afirmar que realmente existem na região matrículas sobrepostas, inventários recheados de fraudes, certidões da mesma matrícula com conteúdos diferentes por conta de fraudes cartorárias, disputas judiciais que já duram há décadas e mais de 5.000 (cinco mil) famílias esperando a solução para conseguirem legalizar suas moradias. Como se verá mais abaixo, grande parte desta herança já está “legalizada” em nome de terceiros (muitos destes, pessoas ilustres de nossa cidade,

⁸¹Esta CPI teve como objeto irregularidades da aprovação do Loteamento Santa Mônica II (Atual Bairro Morumbi). A CPI concluiu que houve práticas ilegais na aprovação do loteamento. Estas irregularidades são a causa das constantes inundações que ocorrem no bairro em todo período chuvoso, visto que não foram cumpridas as obrigações do loteador, como por exemplo, a construção de escoamento de água pluvial.

como o Sr. B, C, Imobiliária A e D). O que sobrou para possível partilha dos herdeiros da família Costa está sobreposto com outras matrículas de imóveis de terceiros, e localizam-se, exatamente, nos bairros irregulares de Uberlândia, que foram frutos de ocupações urbanas, ou seja: São Francisco, Dom Almir, Joana D'arc, Celebridade e Prosperidade. Com exceção dos bairros Prosperidade e Dom Almir, que, respectivamente, foram frutos de um loteamento irregular promovido por advogados dos inventariantes do “**João da Costa Azevedo**” que faleceu sem deixar bens⁸² e o outro que foi fruto de iniciativa do Prefeito Virgílio Galassi, que transferiu “sem tetos” do bairro Seringueira para esta região, todos os outros tiveram origem em “invasões urbanas”. Esses bairros irregulares, certamente, por serem partes de terras de um inventário não resolvido até hoje, motivou de modo decisivo as “invasões” urbanas nesta região de Uberlândia, pois, como muitos sem tetos (pobres e sem condições de pagar aluguel) sabiam dos “rolos” e injustiças ocorridas com as terras dos herdeiros “Costas”, optaram por seguir lideranças locais que ocuparam essas terras de difícil identificação dos proprietários. Por isso, afirma-se que a história da família “Costa” ainda não acabou, não só por conta dos inventários que ainda correm na comarca de Uberlândia, mas, principalmente porque 5.000 (cinco mil) famílias moram em terrenos ilegais e sem infra-estrutura básica necessária (OLIVEIRA, 2011, p. 13).

Apesar de todo esse levantamento jurídico ter sido realizado desde 2002, por meio de estudos históricos das matrículas de imóveis, algumas, como menciona o bispo, supostamente sobrepostas para favorecer políticos e empresários, não houve uma sistematização de investigação para se averiguar as ações ilícitas. Assim, esses problemas que podem ser de ordem criminal não foram colocados na agenda dos programas de prevenção à criminalidade, mesmo quando reivindicadas pelas lideranças locais.

Realizado no dia 6 de dezembro de 2006, participantes do primeiro Fórum Comunitário Fica Vivo colocaram em pauta de reivindicação a questão fundiária como um dos maiores problemas diretamente vinculado à questão da criminalidade na região. Uma tentativa de agenda foi constituída por parte dos moradores em busca da regularização dos bairros ilegais. Um dos líderes relatou na ata do fórum comunitário que:

convocou uma reunião, com as lideranças comunitárias, para discutir as questões fundiárias, porém somente duas pessoas compareceram. E **ao entrar em contato com o Ministério Público, para que o promotor participasse dessa ação, este afirmou que para isso a comunidade deveria se mobilizar antes.** No entanto, o líder colocou que esta mobilização comunitária só será possível após as eleições, devido aos vários interesses políticos existentes na região. (ATA REDE LESTE, 2006)

⁸²Vide doação realizada registrada na transcrição 26.016, vide também Certidão de Óbito de João da Costa Azevedo, registrada no Cartório de Registro Civil de Uberlândia, às flos. 24v, livro C-38, onde está dito que este não deixou bens a ser inventariado.

Neste primeiro evento do programa Fica Vivo, a relação entre a questão fundiária e criminalidade também foi exposta por uma das líderes de um dos bairros assentados, na quadra da Escola Municipal Hilda Leão Carneiro. Muitos moradores mencionam que a regularização fundiária traria uma infraestrutura aos bairros como asfaltamento, iluminação adequada, drenagem pluvial em certos locais que inundam e criação de diversos aparelhos públicos:

Ao iniciar sua fala a líder relatou alguns episódios de violência que ocorreram nos bairros nos últimos dias, leu alguns versos de sua própria autoria e se disponibilizou a auxiliar a redução da criminalidade na região. Porém **afirmou para que haja essa redução será necessário que haja a legalização dos assentamentos, uma vez, que foi apontado no curso de Gestores que a questão fundiária está diretamente relacionada à criminalidade** (ATA REDE LESTE, 2006).

Essas reivindicações por parte das lideranças locais demonstram o desejo de ações prepositivas e a criação de uma agenda que resolvesse os problemas judiciais das localidades irregulares. Assim, para esses moradores representantes da população local uma especificidade da prevenção à criminalidade no setor deveria ser resolvida com a ágil regularização fundiária no certame jurídico que traria, assim, condições básicas de moradia e infraestrutura para a localidade. Nesse panorama é percebido como a mobilização social de parte dos moradores em levar o problema para a promotoria pública não foi o suficiente e o promotor solicitou uma mobilização ainda maior por parte da população.

Durante o período da pesquisa, entendeu-se que as ações tomadas pelos gestores sociais das políticas de segurança pública no que tange a relação histórica entre planejamento urbano e criminalidade foram expostas apenas nesse contexto inicial da Rede Leste e através das lideranças locais. Silenciosa e seletivamente, o tema da regulamentação fundiária foi retirado da agenda da rede e a sua conexão de sentido com a prevenção à criminalidade ficou subsumida às agendas vinculadas aos controles sociais sobre jovens, tendo como meta que não adentrem as gangues ou aos usos e tráficos de drogas.

Se tomarmos como referência comparativa os relatos do bispo, do advogado da Pastoral da Terra e as demandas expostas pelas lideranças locais nas reuniões da rede e dos fóruns, veremos que tais vínculos estão cada vez mais reforçados pela fratura entre a situação de extrema visibilidade e sujeição criminal da pobreza (MISSE, 2008) e o estado de

invisibilidade da riqueza ilegal, pelo ocultamento ou pelos silenciosos processos de incriminação social das populações ricas envolvidas na suposta grilagem de terras. Talvez, por não fazer parte das agendas e dos padrões de foco das instituições de prevenção à criminalidade essa especificidade causal entre questão fundiária e criminalidade nunca foi tratada por elas como uma questão relevante para o campo da segurança pública e da prevenção à criminalidade na cidade. Nem mesmo quando surgem como uma demanda oriunda da população local parceira da Rede Leste. Mais uma vez, autores brasileiros que utilizaram da perspectiva weberiana nos ensina como as medidas de controle social do Estado são regidas, muitas vezes, transgredindo as normas dos estatutos da dominação legal burocrática, gerando uma ausência de incriminação nas relações ilegais e ilícitas constituídas pelos agentes públicos e privados das elites.

Outro aspecto relevante que consta nesses primeiros documentos da Rede Leste são os conflitos de interesses sobre quem deveria ser o responsável pela implementação do programa Mediação de Conflitos na cidade. Se a política estadual de prevenção à criminalidade foi concebida dentro de um parâmetro sistêmico da prevenção primária, secundária e terciária, como vimos, sua replicação em Uberlândia foi constituída sem este referido programa. Sobre esse assunto, na ata da primeira reunião da Rede Leste consta a seguinte informação:

O **gestor social** afirma que já tentou a implantação do programa “Mediação de Conflitos”, mas **acredita que essa solicitação deve partir da comunidade junto à prefeitura**. No entanto, o **tenente e J. [psicólogo do CRAS e oficinairo]**⁸³ **acham que essa ação deve mesmo partir do Gestor do Núcleo**, e o nome dele é mantido como responsável, porém o prazo é prorrogado para setembro [de 2006] (ATA REDE LESTE, 2006).

Assim, o gestor social responsável pelo eixo da proteção social dos programas estaduais na cidade relatou uma necessidade de mobilização comunitária junto à prefeitura para a implantação do programa de prevenção à criminalidade. Mesmo sendo um dos principais beneficiários com a vinda do programa para o núcleo de base local ele *“acreditava que essa solicitação deve partir da comunidade junto à prefeitura”*. Por outro lado, o tenente ligado ao GEPAR – representante do eixo da repressão qualificada – acreditava que o gestor

⁸³ Segundo o relato do psicólogo na ata: “o psicólogo deu continuidade a sua fala relatando as ações referentes ao objetivo de estudar o impacto das questões fundiárias no problema da violência”.

do CPC de Uberlândia é quem deveria ser o responsável para dar andamento a essa demanda colocada como uma questão a ser resolvida até o final do ano de 2006. Ao final desse debate de inversão da ordem uma assistente social ligada à prefeitura faz a seguinte afirmação:

Ainda em relação a questão fundiária a assistente social V. afirmou que representantes da Prefeitura Municipal de Uberlândia disseram em uma reunião que alguns assentamentos da região serão legalizados e que também será construído uma creche, um poliesportivo e um centro de formação (ATA REDE LESTE, 2006).

As reflexões de David Garland (2008) sobre o papel atual das agências de governo e em especial dos operadores da justiça no que toca ações de prevenção à criminalidade, demonstram um novo desenho institucional no exercício do poder no campo do controle do crime se configurando por meio de “governar à distância”. Introduzindo princípios e técnicas de governo que estão bem consolidados em outras áreas da política, a requerida demanda do programa Mediação de Conflitos foi um bom exemplo prático dessa forma de gestão. Mesmo fazendo parte do escopo sistêmico dos programas de prevenção, por algum motivo, a equipe técnica naquele momento achou conveniente que a “comunidade” fosse o requerente oficial do programa na cidade.

Como mencionado em entrevista com o técnico social do programa Fica Vivo, na parte anterior da tese, a implementação de um programa municipal similar condicionou as políticas estaduais de prevenção uma restrição inicial à aplicação do programa Mediação de Conflitos. Por fim, o programa municipal foi desfeito e essa demanda pela complementaridade dos programas estaduais, que na prática cotidiana nunca ocorreu, só foi suprida com a implementação do programa Mediação de Conflitos no final de 2012.

No mesmo caminho oculto (afinal a questão não foi levada para frente) do programa preventivo Mediação de Conflitos, a questão da regularização fundiária também não proporcionou um interesse prático nas fileiras da gestão social do CPC de Uberlândia e da promotoria pública em resolver esses problemas sociais e jurídicos. Passados 13 anos dessa reunião, a afirmativa da assistente social de que a prefeitura iria regularizar alguns assentamentos ainda não se confirmou. Mesmo com a ascensão nas eleições municipais de 2014 de um vereador ligado à associação de bairros irregulares, do poder executivo ter sido ocupado por um prefeito teoricamente aberto e com amplo apoio dos segmentos populacionais dos movimentos de sem-teto e da Pastoral Católica, a tese acima apresentada

pelo advogado da instituição católica até o momento não surtiu nenhum efeito prático e público para que houvesse, ao menos, um estudo mais detalhado realizado pela assessoria jurídica de secretarias municipais como de Planejamento Urbano ou Habitação sobre as ações irregulares na região. Vale ressaltar que tal questão fundiária envolvendo a figura de João Costa Azevedo, um camponês negro, como sendo o suposto proprietário de grande parte das terras do setor Leste também é uma questão desconhecida por grande parte dos movimentos negros da cidade.

Nas reuniões subsequentes vários assuntos foram tratados, dentre os quais se destacam multifacetadas representações simbólicas e práticas sociais que visam iniciativas de prevenção à criminalidade. No dia 10 de fevereiro de 2009, às 14 horas teve início o encontro da Rede Leste na Associação dos Moradores do bairro Alvorada. Nesse encontro o debate sobre o funcionamento das *lans houses* próximas das escolas foi um dos principais assuntos de prevenção à criminalidade da reunião. Seus participantes descreveram os problemas causados por esses estabelecimentos nas vidas dos jovens. Muitos associaram os estabelecimentos aos locais de práticas criminosas:

Falam das *lans houses* e da proximidade delas das escolas, da circulação dos jovens, das brigas que normalmente tem ocorridos nesses locais. K [técnico social do Fica Vivo] informa que na capital (BH) as “*lans houses*” ficam a pelo menos trezentos metros das escolas para dificultar o acesso direto dos jovens antes e depois das aulas. I (pedagoga) fala que deveria haver um limite de idade para os jovens acessarem as “*lans*”. Falam do problema da pedofilia, das fotos de crianças que circulam na internet e dos pais que nem sempre percebem a realidade dos filhos (ATA REDE LESTE, 2009).

Na reunião seguinte, dia 10 de março de 2009, também realizada na Associação de Moradores do bairro Alvorada, o assunto sobre as regulamentações, proibições das *lans houses* continuou na roda de conversa e ganhou uma tonalidade diferente. J um oficinairo de multimídia diz que a relação entre jovens e *lans houses* não deve ser interpretada como um evento de criminalização social⁸⁴. Para ele muitos participantes do encontro estavam fazendo uma associação mecânica entre *internet* e criminalidade. Segundo o professor, essa relação deveria ser interpretada pelo prisma contrário: a *internet* como um dispositivo que pode colaborar com a prevenção à criminalidade.

⁸⁴ Termo utilizado para compreender “a *criminalização* de um evento, pelas sucessivas interpretações que encaixam um curso de ação local e singular na classificação criminalizadora” (MISSE, 2008, p.14).

Comenta que as *lans houses* colaboram com a ampliação da visão de mundo dos jovens e que ajudam a prevenir a criminalidade. J se diz defensor do *Orkut* e de outros *sites* de relacionamento pelo número grande de pessoas que podem se comunicar simultaneamente. O pastor comenta que podem conseguir proibir o acesso ao *Orkut* dentro da instituição, mas não na rua. O Pastor disse que é preciso gerar consciência. O grupo discutiu a diferença entre proibição e uso consciente da *internet*. Comenta que músicos eram vistos como marginais, hoje tem que fazer com que os jovens possam se profissionalizar e usar o talento dele de modo consciente. O Pastor fala que os jovens estão assistindo. Que ele tomou atitude na sua casa que modificou a relação dele com os filhos, como colocar o computador na sala para socializar o uso deste aparelho com a família. J sugere o investimento em oficinas de comunicação para que os jovens possam divulgar o que eles tem de positivo (ATA REDE LESTE, 2009).

Diferente do pacto de consentimento da reunião de fevereiro, cuja opinião consensual e mais conservadora dos participantes era da associação das *lans houses* com aspectos criminais relacionados às brigas e pornografias, com a participação de um oficinairo especialista em multimídia um efervescente debate foi realizado e estabelecido um dilema entre ações que deveriam ir para o caminho da proibição ou do uso consciente das redes sociais. Imputou-se à rede um segundo dilema: a *internet* e as redes sociais como dispositivo de criminalização social juvenil ou como dispositivo de prevenção à criminalidade. Deve-se lembrar de que esse período foi o início da incorporação das redes sociais como hábitos dos jovens das periferias na cidade.

Nessa reunião, outros assuntos relacionados às políticas de prevenção à criminalidade foram colocados pelo público. Um deles foi a fala da técnica social do programa Fica Vivo descrevendo as dificuldades do programa naquele momento. Apontou a *ausência da sede no bairro local* como a maior dificuldade no momento. Por fim, a técnica social comentou ainda o homicídio do presidente da Associação do bairro Morumbi, pessoa atuante nas reuniões da rede.

A fala do programa Fica Vivo e das dificuldades que o programa enfrenta com a ausência da sede e solicita aos demais que falem cada qual de como foi o último mês na região. Fala da morte do Sr. F, presidente do bairro, digo, da Associação dos Moradores do bairro Morumbi. Diz não compreender a razão deste homicídio e que se preocupa com o futuro dos jovens, do futuro do nosso país (ATA REDE LESTE, 2009).

Nas atas da reunião da Rede Leste, o problema da ausência da sede do programa Fica Vivo foi relatado no dia 10 de março de 2009. No dia 9 de setembro, a mesma técnica social comunicou a volta da sede do programa para o bairro.

A explica sobre a volta da sede do Fica Vivo para o bairro Morumbi, afirma que o programa sempre esteve aqui, com suas oficinas, porém sem a sede local. Disponibilizou o programa em também receber a comunidade. I representante do bairro Morumbi disse que pensava que o programa tivesse saído do bairro, A esclareceu que não (ATA REDE LESTE, 2009).

No mês de outubro 2009, finalmente houve o retorno do CPC de base local para o bairro Morumbi. Esse retorno foi muito comemorado pelos funcionários do programa e por parte da população que o aprecia. A reunião do dia 14 do mesmo mês foi realizada na nova sede. Em seu início a gestora social e um dos participantes comentam a importância do programa Fica Vivo para o bairro.

A gestora F inicia a reunião esclarecendo o retorno da sede local do programa Fica Vivo para o local que atende o Morumbi, falou desse retorno como recomeço contando com a rede parceira. Sr. Edson fala da dificuldade vivenciada pela população quando o Fica Vivo não estava no local, além disso, sugere que seja colocado uma placa nomeando o local que é esclarecido por F [gestora] e D [técnica social] que o mesmo já está planejado para ser realizado pela oficina de grafite (ATA REDE LESTE, 2009).

Funcionários do programa dizem que a sede anterior foi interditada por problemas de insalubridade que envolveu uma combinação de grandes infiltrações com um intenso fluxo de pombos no local. Situado em uma área mais central do bairro, com maior circulação de pessoas e mais próxima de outros aparelhos públicos, a visibilidade da primeira sede é comentada como um fator positivo em relação à atual situada na “parte dos fundos” do bairro. Apesar da boa estrutura física da nova sede, a dificuldade de deslocamento para o local, sobretudo das pessoas situadas nos bairros irregulares, seria um ponto negativo destacado por alguns moradores e profissionais do CPC de base local.

Sobre o homicídio do presidente da Associação de Moradores do bairro Morumbi, alguns técnicos sociais e gestores de Ongs que trabalham e moram no bairro comentaram “o

receio” da participação dos agentes locais nas reuniões da rede depois desse evento. Segundo uma moradora e proprietária de uma Ong local:

Esse trem lá [reunião da rede leste] conversa “muita coisa”, tem polícia lá no meio e era à noite e eu tinha que ir embora. O último convite que eu recebi era à noite. Eu não vou porque eu tenho medo, eu me quero viva, eu não me quero morta. Eu vi muito isso acontecer em Goiás. Presidente do sindicato, com jovens e estudantes, essas coisas acontecerem⁸⁵.

A ligação do processo de esvaziamento das lideranças locais e dos moradores no geral também é relatada pelos técnicos sociais do programa Fica Vivo. Em entrevista realizada dia 28 de dezembro de 2011 com dois técnicos, eles relataram as ambivalentes relações entre a rede, a polícia e a população local.

TS1: O GEPAR no micro é um parceirão e ao mesmo tempo não. Pra gente que estamos no eixo da proteção social ele é muito mais um parceiro macro do que micro. A nossa relação com o GEPAR aqui na comunidade é super restrita, super delicada. Até mesmo porque em 2009, super-recente, se for pensar houve o assassinato do presidente de bairro que falou publicamente: “Nós estamos aqui, a associação do bairro está com a população para lutar contra o crime”. Depois dessa fala ele foi assassinado. A rede depois disso esvazia-se, principalmente das pessoas que são da região e da comunidade. A supervisora da escola começa a ficar com medo e fala que o conteúdo da rede assusta um pouco ela. E os outros que não falarem nada e deixaram de participar.

TS2: Por isso que é delicado essa relação das políticas do eixo de proteção social com esse lado que é a repressão qualificada. Que a gente está no meio da comunidade. Mas existe na metodologia coisas que vão minimizando. Por exemplo, você não vê a polícia aqui, parar para tomar cafezinho, como faz na padaria, com aquele vínculo de proteção, não tem esse relacionamento. A gente marca reunião fora da comunidade, pra não dar essa brecha. Eu não sei se a comunidade tem essa dimensão do Fica Vivo barra polícia. Eu acho que algumas pessoas um pouco mais esclarecidas, as vezes, perguntam: “Vocês tem relação com a polícia?” Não, a gente tem vínculo por que estamos dentro da SEDS, mas ambos fazem trabalhos distintos um de proteção social, outro de repressão qualificada. E de fato não tem isso, eu chegar no tenente e falar olha esse, aquele e aquele outro meninos vocês podem prender. Não tem isso. A gente conversa sobre homicídios que aconteceram, sobre aspectos criminais da região, nós estamos percebendo uma movimentação ali, cabe uma oficina ali? É muito mais um trabalho estratégico de como podemos prevenir do que um trabalho de delação⁸⁶.

⁸⁵Entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2012.

⁸⁶Entrevista realizada em 28 de dezembro de 2011 com dois técnicos sociais do Fica Vivo.

O controle social praticado por supostos traficantes do bairro sobre a população local, ainda foi mencionada na reunião da rede realizada em março de 2009. Um oficinairo atuante no bairro fez o seguinte relato:

fala ainda que para trabalhar precisou que alguém intercedesse por ele para pedir permissão para os traficantes para desenvolver o projeto Afroudi na Ong T. Critica essa situação no bairro, fala que na mente de alguns jovens a polícia faz coisas ruins e que a comunidade descrimina a polícia (ATA REDE LESTE, 2009).

Em todos os encontros de 2009 foi constatada uma participação efetiva da polícia, sobretudo do grupamento do GEPAR. A primeira ausência dos policiais foi no mês de setembro. Nessa ausência, uma moradora que trabalha em um dos bairros do setor debateu com a técnica social do programa Fica Vivo a relação de vínculo do programa com a polícia e o impacto disso entre os jovens do bairro:

I [moradora do bairro] fala da associação do programa Fica Vivo com a polícia de que muitos jovens não realizam a oficina porque pensam que o programa é da polícia. A [técnica social do programa Fica Vivo] relata sobre a visita de alguns jovens que perguntavam o que era necessário para estar nas oficinas, e foi respondido que nada, que basta eles irem até as oficinas. I da comunidade relata sobre criança que foi agredida pela polícia e que conversou com o garoto, mas vê que às vezes eles não tem para onde ir. **A diz contar com a rede parceira para destituir a questão do programa [Fica Vivo] e polícia,** para que todos entendam o que acontece na instituição (ATA REDE LESTE, 2009).

Nesse contexto, como uma forma de resguardo, os dizeres em grifo da técnica social buscam separar as estratégias metodológicas da articulação dialética entre o eixo da proteção social e da repressão qualificada. As denúncias de violência policial contra as crianças do bairro também demonstram o quão complexo e ambíguo é a participação dos policiais nas reuniões. Assim, quando participam realizam suas funções normativas de polícia comunitária ou de policiamento de proximidade, quando não participam o espaço se torna oportuno para relatos como o mencionado pela moradora.

Sobre o processo de “esvaziamento” da rede depois desses eventos relatados (sobretudo o homicídio do presidente da associação de bairros), a reunião em setembro de 2009 contou com a participação de um gestor do programa estadual de prevenção à criminalidade de Belo Horizonte que fez o seguinte pronunciamento sobre o assunto:

F [gestor da SEDS] fala que às vezes projetamos e mostramos algo já prontos, mas que é necessário ir até a comunidade, e que ao ouvir a ata passada verifica que, as vezes, as reuniões da rede tornam-se queixosas e que é necessário saber utilizar essa rede porque ela já está consolidada (ATA REDE LESTE, 2009).

Argumento contrário a esse foi colocado na reunião de rede do mês anterior, em agosto, pela gestora social do CPC de Uberlândia. Por causa do baixo fluxo de participantes, as reuniões já estavam acontecendo de forma esvaziada e para ela havia ainda a necessidade de consolidar entre os agentes do setor Leste a prática de se reunirem na Rede Leste:

G coloca que o programa Fica Vivo fez o chamado para o encontro da rede, porém a rede ainda está se constituindo e ela observa que em cada reunião surgem atores diferentes, o que indica que ela ainda não está consolidada. Mas para assumir uma ação enquanto rede precisamos pensar bem, antes mesmo de dividir tarefas. É preciso cuidar dessa imagem da rede, “que rede é essa?” “que projeto é esses?” Coloca que é preciso ter cautela (ATA REDE LESTE, 2009).

Consolidada ou não, se inicialmente, nos anos de 2006 e 2007 houve uma participação mais intensa de agentes supralocais e uma participação diminuta dos agentes líderes locais; no ano de 2009, a participação diminuta também incidiu nos agentes supralocais.

Em outubro e novembro de 2009, os encontros da rede seguiam um protocolo inicial das técnicas sociais apresentarem o programa Fica Vivo. Depois, a gestora social do CPC de Uberlândia descrevia a relação do programa com os programas PRESP e CEAPA. A questão da baixa participação na Rede Leste volta, mais uma vez, a ser mencionada por uma das técnicas sociais do programa.

D diz que essa é a importância da rede, essa troca de informações, de tudo o que acontece na região. Fala ainda de uma proposta recebida pelo programa CEAPA sobre como fazer as reuniões da rede acontecerem e ficarem mais funcionais. D se compromete a ler essa proposta na última reunião do ano, se for possível. (...) É [assistente social] diz que sua equipe também está neste momento de se atualizar sobre a rede (ATA REDE LESTE, 2009).

Outra observação incide nos fluxos dos locais das reuniões. Nos últimos meses de 2009 houve a retomada nas reuniões da rede de alguns gestores de Ongs locais e de associações, como a do bairro Alvorada, considerado menos violento e menos associado às

facções criminosas. Relatos na ata da reunião de outubro descrevem a aproximação institucional do presidente da associação do bairro com o programa Fica Vivo. Vínculo esse importante para a viabilização do pagamento da bolsa dos oficineiros.

Sr. E irá a Belo Horizonte dia dezessete de novembro a convite do programa Fica Vivo para a capacitação de associação de moradores. A [técnica social] esclarece que a associação do Alvorada é responsável, em Uberlândia, pelo pagamento de bolsas utilizadas pelos oficineiros do programa Fica Vivo e por isso irá participar dessa capacitação que envolverá outras entidades do estado (ATA REDE LESTE, 2009).

Outro ponto de pauta debatido entre o presidente da associação, a gestora social, a técnica social e o tenente do GEPAR foi sobre o funcionamento das oficinas do programa Fica Vivo no bairro. A gestora explicou que naquele momento o programa Fica Vivo tinha 26 oficinas na região e, além delas, os técnicos sociais faziam atendimentos psicossociais com os jovens, cujo objetivo era promover reflexões sobre assuntos que são levados por eles.

F a gestora social do NPC de Uberlândia ressalta a questão da reflexão e não necessariamente profissionalização [dos jovens] e fala do recebimento, na nova sede, dos oficineiros e jovens da entrega de camisetas e se aproximarem do espaço e da equipe, além da maior divulgação do programa e suas oficinas e abrangência do programa, fala também que as oficinas devem estar em locais para acesso aos jovens. Sr. E [presidente da associação] pergunta se a equipe também visita e dialoga com as oficinas ou se tem só oficina? F esclarece que agora isso está ocorrendo, apesar de não ser ainda como o ideal por causa do carro que está com os pneus carecas, mas que há o acompanhamento dos oficineiros a partir e com embasamento da metodologia do programa. Fala também da interligação que há com Belo Horizonte porque a metodologia e a diretoria está lá. Sr. E fala da importância da capacitação que eles e os oficineiros participarão em BH que é ressaltado pelo Tenente A e reforçado por D [técnica social do programa Fica Vivo]. Tenente A pergunta se o oficineiro passa por alguma capacitação antes ou já atuando na oficina. D diz que desde que está no programa não teve, mas sabe que o oficineiro é escolhido a partir do projeto que entrega que seja de preferência, morador da região, mas acredita que não teve essa capacitação (ATA REDE LESTE, 2009).

Diante dos problemas apresentados com a logística interna dos CPCs e no encontro da Rede Leste: automóvel com os pneus carecas, a interdição da sede, o esvaziamento da rede, a falta de capacitação dos oficineiros e tenentes, a pesquisa interpreta como a reunião estava com um clima propositivo pelo retorno da sede ao bairro e pelas projeções de curto prazo das capacitações dos profissionais envolvidos com os programas de prevenção na capital. Apesar

das grandes dificuldades apresentadas, o empenho dos agentes envolvidos com a dinâmica do programa e da rede fica constatado nos registros das atas.

Ao final do encontro de outubro, seguindo esse clima propositivo, a gestora social e a técnica social anunciam uma pretensão das famosas Olimpíadas Fica Vivo acontecerem em Uberlândia. Como relatado anteriormente, as Olimpíadas Fica Vivo é um grande evento na capital mineira. Existe um ciclo de preparação anual de vários jovens, oficinairos, técnicos sociais e gestores sociais dos programas na cidade e Região Metropolitana para o evento. Segundo alguns oficinairos da área do esporte, como seu Ari, uma das frustrações dos jovens e da equipe de esporte do programa Fica Vivo são as dificuldades estruturais devido à longa distância para os jovens de Uberlândia poderem participar do evento.

Para nós aqui [em Uberlândia] perde muita coisa por causa da distância. Quem está em Belo Horizonte tem o direito de usar o SESI. Eles fazem campeonato direto. O investimento para lá é outro, quando ele chega aqui ele chega mais defasado. E quando chega e, às vezes, tem uma coisa programada para acontecer, aí na última hora aquilo não acontece. Quando eles vão fazer o campeonato do Fica Vivo todos de lá são beneficiados, como é que eles vão tirar a gente de Uberlândia para ir para lá. A gente chegou em algumas reuniões lá que estava em plena olimpíada. E a gente não participa por causa da distância e aquelas que estão próximos participam de todas (ATA REDE LESTE, 2009).

A falta de comunicação regional também impossibilita as trocas esportivas entre o Núcleo de Prevenção à Criminalidade de Uberlândia e da cidade vizinha de Uberaba. Sem a possibilidade de se deslocarem até a longínqua capital mineira, os desejos em realizar um campeonato de futebol entre os jovens das cidades vizinhas sempre são mencionados nas conversas com os oficinairos do futebol. Um dos motivos dessa falta de integração entre os núcleos de Uberaba e Uberlândia está na supervisão ser realizada por equipes diferentes da SEDS situada em Belo Horizonte.

A última reunião do ano marcada para dezembro foi redirecionada para fevereiro de 2010. As reuniões que ocorreram no primeiro semestre de 2010 seguiram alguns protocolos dos encontros anteriores. A técnica social do programa Fica Vivo inicia a reunião falando sobre a função do programa no bairro que é o de promover o fomento de redes de proteção social para os jovens.

Uma mudança em relação ao ano anterior foi um número maior de reuniões ocorrendo nas instituições municipais do bairro Morumbi. Se até o ano anterior havia esvaziamento dessas instituições, principalmente de saúde pública e assistência social, nas reuniões de 2010 elas começam a desenvolver certos vínculos transitórios com os agentes participantes da Rede Leste.

Após a explicação sobre o Fica Vivo, alguns técnicos sociais municipais relataram o novo funcionamento burocrático da Secretaria de Desenvolvimento Social com a criação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Esses centros são englobados por um programa mais amplo denominado de Bem Social. Após a breve explicação de um projeto piloto sobre redução de danos para dependentes químicos, que iria ocorrer em vários locais da cidade, incluindo o bairro Morumbi e Joana D'arc, a reunião foi encerrada.

No mês de março, a reunião ocorreu na sede do Bem Social Casa da Família do bairro Morumbi. Como de protocolo, a técnica social do programa Fica Vivo explica o funcionamento do projeto no bairro. A gestora social descreve a relação do programa com outros programas de prevenção com egressos e pré-egressos do sistema prisional. Após a explicação dos profissionais do CPC de Uberlândia, as agentes do serviço social das instituições municipais descrevem o funcionamento das suas respectivas instituições. Durante a explicação, uma técnica social do programa Fica Vivo perguntou se ela sabia que os números de assistentes sociais do programa tinham diminuído de 10 técnicos para apenas 3. A assistente social explicou como esses profissionais foram dispensados com a virada do ano. Diante do contexto de austeridade no campo do social na cidade, a gestora social do CPC de Uberlândia mencionou que algumas medidas deveriam ser tomadas *“para que esse espaço se torne mais interessante”*. Essa reunião contou com 11 pessoas.

Nessa reunião ainda foi explicado a formação da rede de cadastro único⁸⁷, segundo a assistente social, a falta do cadastro era uma demanda de milhares de famílias na cidade. As agentes pedem para que a rede encaminhe para o Bem Estar Social Casa da Família, famílias que ainda não foram cadastradas e atendidas. Logo após, as agentes do Posto de Saúde da Família (PSF) explicam o funcionamento da instituição municipal de saúde na cidade e no bairro.

⁸⁷ É um instrumento que identifica e caracteriza as famílias/pessoas de baixa renda para acesso a serviços, programas e projetos municipais, estaduais e ou do governo federal.

O desejo dos agentes da Rede Leste em possibilitar o acesso dos jovens e de toda a população aos serviços de saúde pública, justiça, educação, assistência social é mencionada com bastante satisfação, sobretudo por técnicos sociais do Fica Vivo. Apesar de todas as dificuldades, possibilitar que o jovem possa, de acordo com sua demanda individual, acessar outros serviços públicos que garantam uma vida cotidiana longe de ações criminais sempre foi mencionado como uma iniciativa muito satisfatória exercida pelos funcionários dos programas de prevenção à criminalidade.

No mês de abril de 2010, o encontro aconteceu na sede do PSF do bairro Morumbi. No início da reunião houve vários informes sobre os eventos que os integrantes da rede promoviam nos bairros: eleição para presidente do bairro Morumbi; reunião pública com a defensoria pública; a Ação Cívica Social do GEPAR em parcerias com as instituições da rede como associações de moradores, Ong Ação Moradia, Programa Fica Vivo; Centro Comunitário Itinerante no bairro Joana D'arc; projeto Estação Cultural realizado pelo Programa Fica Vivo no bairro Dom Almir; organização de um curso de capacitação profissional no bairro Alvorada junto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Essa agenda com vários eventos e cursos também demonstraram um esforço dos agentes supralocais em promoverem ações sociais públicas com objetivos políticos, jurídicos, de policiamento de proximidade, artísticos, culturais e profissionalizantes. Agrega a esses objetivos, profissionais de outros setores como, economia solidária, saúde pública, educação, meio ambiente, assistência social que através dos *stands* montados nos eventos e dos projetos de oficinas desenvolvidos durante o ano, aumenta o número de serviços sociais para a população do setor leste. Alguns gestores que trabalham na cidade entendem que existe um desequilíbrio de oferecimento de serviços sociais em Uberlândia, para certos setores como a região leste.

Nos meses subsequentes os encontros da rede foram focados na divulgação de trabalhos sobre a redução de danos nos usos de drogas lícitas e ilícitas. A articuladora da saúde mental do setor descreve o funcionamento do projeto *Consultório de Rua*.

E [articuladora da saúde mental] fala da dificuldade da equipe de saúde em participar das reuniões do Encontro da Rede Leste, pois a demanda é grande nas unidades de saúde. Ela fala sobre o projeto Consultório de Rua. A equipe é composta por agentes redutores de danos que serão contato com os jovens da região atendida. Haverá um carro com horários variados de acordo com a demanda. Sr. R [presidente de uma

associação de bairro] questiona esses horários de funcionamento do projeto Consultório de Rua. C [assistente social do posto de saúde] pensa na possibilidade de realizar uma oficina do Fica Vivo dentro de uma unidade de saúde. Ela fala que os adolescentes não frequentam as unidades de saúde e que podemos pensar em estratégias para estes jovens chegarem nesses espaços. A [técnica social do Fica Vivo] comenta que essa é a estratégia do Fica Vivo, atrair os jovens com algo que interesse a eles. F [gestora social do NPC Uberlândia] sugere uma visita dos jovens às unidades, A cita o interesse deles em visitar, conhecer a UAI⁸⁸/Morumbi, falado na última reunião dos jovens (...). E fala sobre o projeto Consultório de Rua, da seleção da equipe e que o carro que será utilizado já tem circulado pela região do Dom Almir e Joana D'arc e chamado a atenção dos jovens, que entram no carro, conhecem, já dialogam um pouco com a equipe. A proposta são duas oficinas, a princípio de capoeira e percussão, para pode atrair os jovens, especialmente os que são usuários de álcool e outras drogas. E percebe que os jovens não ficam muito expostos. Que estão num grupo usando drogas, e quando há uma aproximação o grupo se desfaz. Fala que o projeto acontece em 14 cidades brasileiras e Uberlândia é a única que não é capital. O projeto funciona na lógica da redução de danos, que é a pessoa que leva a informação sobre como esses jovens podem ser auxiliados ou informados sobre o uso de álcool e outras drogas (ATA REDE LESTE, 2010).

Essa articulação da Rede Leste com as instituições de saúde pública local debatendo ações de redução de danos para usuários de drogas lícitas e ilícitas demonstra uma preocupação dos fomentadores dos encontros em colocar na pauta de discussão estratégias de prevenção a tipos de crimes relacionados às drogas. Assim, por mais que seja questionável o tipo de abordagem realizada ao usuário e a sua eficácia (afinal com a chegada da equipe aos grupos de usuários esses desfazem os grupos) entende-se o desejo desses profissionais em, ao menos, deslocar a questão do uso das drogas de um problema policial e de justiça criminal para um problema de saúde pública. Outro fator de suma importância nesse vínculo é a constituição no fomento da rede social para os jovens que utilizam as oficinas do programa em acessar com mais informação as redes de saúde pública.

Em alguns relatos, como o registrado na reunião de agosto:

Ratificando, a próxima reunião será realizada na Ação Moradia, no dia 08/09 às 14 horas com o tema: “Funcionamento da Rede”. D [assistente social da saúde pública] faz a seguinte diferenciação: pessoas que apresentam crises (com drogas, por exemplo) são encaminhadas ao (CAPS)⁸⁹; e os que estão relativamente preservados vão ao (PSF)⁹⁰. L (técnica social do CEAPA) sugere falar especificamente na próxima reunião da diferenciação PSF e CAPS (ATA REDE LESTE, 2010).

⁸⁸As (UAIs) Unidades de Atendimento Integrado são postos de atendimento na área da saúde pública.

⁸⁹ Centro de Atendimento Psicossocial.

⁹⁰ Posto Saúde da Família.

As divisões burocráticas constituídas nos atendimentos aos usuários de drogas pelas instituições de saúde pública municipal chegam de forma confusa até mesmo para os técnicos sociais de outras instituições que direta ou indiretamente trabalham com esse público alvo visando encaminhá-los. Na reunião de Outubro, disjunções burocráticas entre programas municipais e estaduais são colocadas na pauta da reunião. Os conflitos entre instituições diferentes demonstraram algumas tendências de ramificações da Rede Leste.

A [técnica social do Fica Vivo] pontuou que seria atribuição do CRAS fomentar a rede [Leste], como já existe uma rede estabelecida algum técnico poderia participar já que faz parte da metodologia do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) o fomento da rede. F [gestora social do NPC Uberlândia] pontuou a desnecessidade de duas reuniões, mas de fortalecer uma, por isso a importância dos profissionais do Morumbi estarem presente na rede local (ATA REDE LESTE, 2010) .

Tal cobrança da técnica social do Fica Vivo, motivada pelo caráter sistêmico e normativo do CRAS em compor um espaço que deveria ser ocupado pelo programa Mediação de Conflitos, além de não ter dado certo, provocou outra disjunção entre instituições municipais de assistência social e as instituições estaduais de prevenção à criminalidade: a constituição de uma duplicação, mesmo que efêmera, da Rede Leste. Ao longo do tempo, com a desarticulação das instituições municipais de saúde pública e assistência social com os encontros da Rede Leste esses problemas foram encerrados.

Na reunião de novembro o assunto mais enfático no que tange o tema da prevenção à criminalidade foi a Patrulha de Atendimento Multidisciplinar (PAM), projeto com abordagens domiciliares em situação de violência conjugal e intrafamiliar. Na explicação do tenente e soldados presentes no encontro o PAM foi idealizado em 2003 com o interesse da Ong SOS Mulher Família de Uberlândia em realizar parcerias com a PM. A abordagem interdisciplinar e interinstitucional do projeto tem sua metodologia focada na mediação de conflitos intrafamiliares. Os profissionais envolvidos são policiais, advogados, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e historiadores. A base filosófica da equipe é o modelo normativo do policiamento comunitário pertinentes aos direitos humanos, ao fomento da articulação de redes sociais territoriais e ao princípio que a violência doméstica é também um problema de saúde pública.

No último mês de 2010, a reunião teve a participação de poucos profissionais de outras Ongs e demais instituições supralocais. A maioria dos participantes eram profissionais do próprio CPC de Uberlândia. Nessa reunião, houve a apresentação de um novo programa estadual denominado de *Se Liga*.

A coordenadora regional do programa Se Liga esclarece que se trata de um programa estadual que acompanha os adolescentes em desligamento do Sistema Sócio-Educativo de Privação e Restrição de Liberdade. Apontou ainda a dificuldade em conseguir espaço para o funcionamento do programa. S aponta a importância da articulação na rede de atendimento quanto a encaminhamentos aos parceiros, conforme a demanda das famílias. D técnico social do Fica Vivo reforça que esta integração pode ocorrer também através da divulgação entre a rede parceira das ações implementadas por cada instituição (ATA REDE LESTE, 2010).

Ao longo dos relatos nos livros de ata no ano de 2011 constata-se uma série de demandas de instituições e setores – jurídico, assistência social, saúde pública, educação, segurança pública – que vem e vão ao encontro da Rede Leste, mantendo sempre os técnicos sociais do programa Fica Vivo como os principais fomentadores das ações. Uma das iniciativas de destaque nesse ano foi o fomento do Fórum Comunitário do Fica Vivo. Com o corte de verbas para a realização do evento, a exemplo do CPC de Governador Valadares, os participantes do encontro motivados pela gestora social do CPC de Uberlândia, decidiram na reunião realizá-lo mesmo assim.

F [gestora social do CPC de Uberlândia] contou sobre o corte dentro da SEDS que incidiu nos programas e no CPC. Ela comentou que havia estrutura mínima para a realização do Fórum, mas não há mais esse recurso. F justifica que outras localidades realizam Fórum sem recursos. Em seguida traz o interesse dos oficinairos em participar da construção do Fórum. Contudo para contemplar os demais atores da comunidade que não tem disponibilidade em horário comercial. O horário seria terça às 18hs (ATA REDE LESTE, 2011) .

Mesmo não havendo registro da realização do fórum nas atas seguintes, exemplos como desses eventos mencionados demonstram a entrada de novos agentes sociais – empresas privadas, públicas e órgãos do terceiro setor – fomentando iniciativas de responsabilidade social e de prevenção da criminalidade que tem como sentido estratégico efetivar práticas preventivas do controle social do crime. Como apontou Tavares dos Santos (2011), nesse novo modelo de nova planificação social a contribuição das empresas, as novas tecnologias em projetos culturais e sociais, as propostas de planejamento estratégicos situacionais, demonstram como as experiências da Rede Leste criaram um espaço de *ágora* política

bastante fecundo e multifacetado de iniciativas públicas e privadas. Os conflitos explicitados sempre de maneira republicana comprovam como o espaço social foi ocupado, às vezes, de maneira mais intensa, às vezes, de maneira menos intensa, por essas agências e instituições supralocais que visam empoderar a população juvenil da comunidade.

Por outro lado, o fluxo dos agentes locais envolvidos em instituições do terceiro setor apesar de não ter desaparecido, foi se tornando cada vez mais reduzido nos encontros da rede. Ao longo de algumas reuniões, como a realizada em agosto de 2011 é registrado no livro de ata: *“foram realizadas reuniões com o GEPAR e comunidade até quando houve uma operação da polícia. E essas reuniões esvaziaram desde então.”* Dessa forma, com os problemas da morte do presidente da associação de moradores de um bairro, das operações policiais “fechando” o bairro por vários dias, segundo alguns moradores revistando todas as pessoas (incluindo crianças) que entravam e saíam do bairro; do desinteresse pelos assuntos de pauta colocados pelas instituições fomentadoras da rede; do espaço do encontro contar com a presença das polícias; das várias atribuições cotidianas desses profissionais locais nas instituições: todas essas ações práticas promoveram e ainda promovem um grande desafio para o retorno desses agentes locais aos espaços dos encontros da Rede Leste.

Apesar dos fluxos e refluxos da presença da polícia nos encontros da rede, os discursos normativos das condutas dos profissionais sempre demonstraram um entendimento dos preceitos da rede de proteção social. Incluindo o fomento de eventos culturais como a Ação Cívico Social (ACISO) e de patrulhamentos alternativos criados em Uberlândia. Se comparar os relatos da ata com a descrição de alguns pesquisadores de Belo Horizonte verificam-se como os procedimentos desses profissionais na rede são mais adequados aos preceitos dos direitos humanos, a ponto de criarem um patrulhamento multidisciplinar⁹¹ inédito e constarem como agentes ativos para a ampliação dos programas de prevenção à criminalidade na cidade.

Assim, o encontro da Rede Leste fomentado por projetos sociais de várias áreas compõe multifacetados dispositivos preventivos de criminalidade. São novas ações de governamentalidade, cujos objetivos intervencionistas visam garantir aos grupos juvenis considerados mais vulneráveis as violências urbanas acessos às instituições públicas. Como menciona Tavares dos Santos, são traçadas tecnologias de poder voltadas para ações

⁹¹Vale ressaltar que esse convênio entre a ONG SOS Mulher e a PMMG foi encerrado em 2015.

emancipatórias, para a constituição de plataformas e projetos de responsabilidade social. A noção de empoderamento da comunidade, muito utilizada em estudos dessa natureza, também é um dos discursos recorrentes dos agentes da rede local. Todavia, as práticas sociais dos encontros da Rede Leste demonstram participações mais intensas, apesar de rotativas, dos agentes supralocais, diminutas das lideranças locais e quase inexistentes dos moradores locais com as iniciativas que envolvem ações de empoderamento da comunidade. Nesse aspecto, o empoderamento da comunidade por meio da Rede Leste pode ser considerado um *empoderamento passivo* que ocorre em função das tomadas de decisões dos projetos e iniciativas oferecidos nos bairros não passarem por um ambiente de decisões que conte com a presença de moradores locais. Essas decisões são definidas por agentes supralocais ligados as instituições públicas, privadas ou do terceiro setor que atuam no bairro, mas que possuem gerência fora das localidades.

Ainda nesse contexto dos encontros da Rede Leste, em 2011, verificaram-se mudanças significativas nos fluxos dos participantes. A saída gradativa (mas não total) das instituições públicas municipais de saúde pública, assistência social e a entrada de alguns agentes supralocais e locais que trabalham em instituições de arte e educação demonstram o caráter dinâmico desses encontros. Dessa nova dinâmica aparecerão alguns relatos “bons para se pensar” a relação entre gestores e técnicos sociais – agentes fomentadores da rede e dos programas (públicos, privados e de terceiro setor) – e os oficinairos – agentes que estão diretamente envolvidos com o público jovem considerado vulnerável.

Dessa relação, os usos da arte e do esporte no atual contexto de criminalidade e na gestão das políticas de segurança pública como linguagens que englobam discursos conflitantes, que oscilam entre a narrativa de dispositivos preventivos de criminalidade e de apologia à criminalidade, aparecem como marcador de identidade muito importante para se definir quem são os tipos de jovens sujeitados à criminalidade. Quais são os papéis atribuídos para as oficinas de arte e esporte no programa? Qual é a função do exercício do oficinairo na comunidade? Se historicamente, temos no Brasil uma sujeição criminal de certos tipos sociais, frequentadores de eventos artísticos e de lazer – a capoeira, o samba, o movimento *hip hop*, o *rap*, a dança de rua e, mais recentemente, o *funk* carioca – como essas manifestações são utilizadas pelas ações governamentais e não-governamentais como dispositivos preventivos da segurança em Uberlândia? Diante do atual contexto da cidade, serão

observadas algumas ações e dinâmicas do programa estadual de controle de homicídios Fica Vivo que utiliza várias oficinas de arte e esporte em suas metodologias de ação preventiva.

7.2 A arte de governar os dispositivos de prevenção à criminalidade: as redes de arte e esporte

Dessa atual conjuntura administrativa dos projetos culturais nas periferias de Uberlândia resulta na prática um *primeiro entrave linguístico* estabelecido entre o exercício profissional dosicineiros artistas/esportistas e a gestão dos projetos culturais quase sempre arregimentados por gestores e técnicos sociais sendo a maioria deles psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, bacharéis em direito, cientistas sociais ou administradores de empresa, sem formação ou relativo conhecimento de linguagem da área artística/esportiva.

As instituições, ao contratarem profissionais da área (quando não voluntários de outras áreas) para as oficinas de arte e esporte não conseguem criar *narrativas públicas de performances*⁹² ou mesmo oferecer trabalhos com infraestrutura adequada, muitas vezes, pela falta de planejamentos específicos dos gestores e técnicos sociais sobre os ofícios desenvolvidos pelosicineiros. Importante considerar que por terem formações profissionais diferentes, gestores e técnicos sociais não são os responsáveis pela falta de conhecimento da linguagem dosicineiros⁹³. São os desenhos institucionais dessas políticas é que criam *curtos circuitos entre as linguagens teóricas/administrativas/pedagógicas x artísticas/esportivas*.

A participação dos artistas e esportistas no contato com os jovens das chamadas áreas de risco é por eles considerada como *a ponta do projeto*. Em outras palavras, o projeto

⁹²As Narrativas Públicas de Performances consistem no professor/oficineiro criar um núcleo de práticas pedagógicas com os jovens que possibilitem circularem em espaços públicos da cidade para assistirem e participarem de apresentações artísticas, torneios e campeonatos esportivos.

⁹³ Um exemplo que ilustra bem esse fato se refere à produção do Sarau Arte e Liberdade, produzido pelo CPC de Uberlândia. Convidado para integrar a produção do evento solicitei no dia da reunião que fizéssemos uma planilha das atrações do evento para criarmos o *rider técnico* (mapa de palco). Como não havia nenhum profissional das artes na reunião tal solicitação criou grande confusão até mesmo pela gestora pública municipal encarregada de gerenciar uma casa do poder público que oferece cursos artísticos. Depois da reunião, em vários encontros com a gestora social do CPC de Uberlândia, o clima de jocosidade sobre essa expressão rendeu várias brincadeiras.

geralmente passa por uma pré-produção, aprovação, captação de recursos, readequação orçamentária, novo plano de trabalho, execução de logística e, por fim, execução de oficinas e apresentação pública dos resultados. A execução artística/esportiva, geralmente, é a ponta do projeto, por ser a parte mais “apertada” no sentido temporal e, principalmente, econômico.

No caso das leis estaduais de incentivo à cultura, muitos deles são produzidos no formato *projeto guarda-chuva*, isto é, produções de projetos grandes e com valores considerados altos (como 150.000 até 300.000 reais), agregando várias ações culturais que, muitas vezes, são executadas *a toque de caixa*. Na gíria do meio artístico essa expressão significa que o projeto cultural deve ser terminado rapidamente, isso acontece por vários motivos atribuídos: falta de planejamento na criação da planilha de execução do projeto, “correria” por causa dos prazos das prestações de contas, atraso do projeto ocorrido pela falta de captação de recursos ou pela difícil gestão de captação, falta de conhecimento dos procedimentos técnicos das artes que estão gerindo. Nesse gerenciamento de crises, muitos projetos considerados alternativos e preventivos à criminalidade têm orçamentos subtraídos de suas pontas: seja pelos gastos imprevistos, seja pelo grande e qualificado exército de reserva artístico na cidade, seja por uma grande atração nacional que geralmente é convidada para terminar o evento, ou pelo amálgama de tudo isso. Dessa forma, como apareceu nas reuniões da Rede Leste, o corte nos gastos de eventos como fóruns do programa Fica Vivo, shows e eventos artísticos/esportivos se tornou uma realidade que também afetou suas iniciativas em Uberlândia. Esses problemas também foram relatados por alguns técnicos sociais do programa:

Esse ano [2011] foi atípico que tivemos um período de cortes de orçamento e que abalou total. Então nem pode abrir mais oficinas. Algumas ações que eram reconhecidas não puderam ser executadas como os torneios esportivos e as mostras culturais. São ações que o programa oferece recursos para que elas aconteçam. Não vem de recursos para oficineiros. É algo que eles injetam. Assim, como também em Belo Horizonte as Olimpíadas e a Mostra de Grafite. As nossas capacitações técnicas que são fundamentais pra essa política que é uma política qualificada. E que a gente tem que ter esse *feedback* o tempo todo de discutir, de atualizar e discutir a prática do dia a dia, porque é cheio de elementos que estamos trazendo na entrevista para você dos acontecimentos do dia a dia. Na convivência com os conflitos, até onde eu posso ir até onde eu não posso⁹⁴.

⁹⁴ Entrevista realizada no dia 2 de março de 2013, com o técnico social do programa Fica Vivo.

Tais relatos, inseridos num contexto mais amplo e comum na cidade, demonstram como o exercício profissional da arte/esporte, com exceções, ainda necessita de uma maior valorização profissional. Sendo pequenos ou grandes projetos, o que se constata no pagamento do oficinairo é a precariedade do seu trabalho, geralmente recebendo muito pouco e realizado sem nenhum direito trabalhista. Nessa disputa pelos poucos recursos dos dois campos, a dinâmica apresentada na cidade para os jovens na periferia é ainda pior, pois a dimensão denominada de empoderamento da comunidade também fica mais restrita à condição de empoderamento passivo ao passo que esses jovens apenas possuem a opção de fazer aulas ou oficinas, se tornando, no máximo, multiplicadores.

Embora o recurso da gestão administrativa não se estenda aos moradores, algumas Ongs, iniciativas públicas e privadas colocam em seus planejamentos executivos a arte/esporte como pauta, e disso decorrem resultados muito expressivos dessas oficinas. Também é inegável o bom e estruturado trabalho de vários grupos e profissionais da arte e esporte nessas localidades mesmo dentro desse gerenciamento de crises.

Outro fator muito interessante em algumas localidades é a produção artística e esportiva transcender as formas de financiamentos, sejam elas quais forem (nacionais, locais, politizados, alternativos, capitalistas...). Muitos bairros pobres constituídos nas periferias de Uberlândia desenvolvem formas de expressividades artísticas como: *rap*, *funk* carioca, *axé music*, sertanejo, o pagode, dança de rua de maneira totalmente alheia às produções supralocais.

Em algumas narrativas públicas de performance como a dança de rua e o *rap*, ao longo das últimas décadas, foram ganhando espaço dentro de instituições sociais, principalmente as educacionais como centros de formação e Ongs. Entretanto, outros estilos de arte como o *funk* carioca (e em alguns espaços educacionais o próprio *rap*) são expressões artísticas repudiadas por boa parte dos artistas-educadores e produtores culturais ligados à periferia “pela associação e apologia a estilos de vida relacionados com a criminalidade”.

É cada vez mais visível que as Ongs oriundos de instituições supralocais estão priorizando o modelo disciplinar escolar e o ensino profissionalizante, colocando assim em suas narrativas e práticas sociais a arte e o esporte de forma ainda mais secundária. Em alguns casos, verifica-se também que as oficinas de arte, quando solicitadas, devem atender a uma necessidade produtivista, como por exemplo, de fazer peças de artesanato para vender e

complementar a renda familiar. Ademais, tais práticas produtivistas, muitas delas são motivadoras, estimulantes ou de extrema importância para a formação profissional de jovens e adultos interessados em aprender; esses tipos de ações estão se tornando uma das principais tendências na constituição de uma agenda para a chamada “população juvenil vulnerável” em relação aos vínculos contidos nas relações que envolvem a arte e o esporte. Sem também desejar levar essas duas manifestações para a dimensão salvacionista, o que se quer dizer aqui, é uma tendência a privação do acesso às linguagens, descredenciando o experimento e o exercício da omnilateralidade humana.

Em 2011, houve a reconfiguração da Rede Leste a partir da constituição de fomento voltado para a produção de eventos artístico-culturais coletivos com objetivo de demonstrar os projetos sociais dos bairros, bem como trazer grupos importantes do cenário nacional para se apresentarem na localidade. Nesse momento, tal reconfiguração levou os assuntos do encontro para uma discussão voltada para a organização dos eventos de arte-educação. Alguns deles, por exemplo, realizados por gestores que são artistas, possuem uma estrutura impecável de produção técnica, enquanto outros realizados, muitas vezes, por técnicos sociais que não conhecem muito bem a linguagem da arte, possuem uma organização técnica mais precária e pouco preocupada com a qualidade dos equipamentos que serão utilizados pelos artistas e/ou palestrantes.

Em alguns desses eventos, certas decisões unilaterais nos “planejamentos coletivos” demonstram conflitos e limites dos usos públicos ou privados da Rede Leste. Um deles evoca um projeto de uma das Ongs atuantes da rede que aprovou pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura a produção de espetáculos nas localidades do setor. Inicialmente, cogitou-se um debate público sobre qual local seria mais adequado para a realização desses eventos. Boa parte dos agentes opinou pela importância de eventos dessa natureza ocorrerem nas ruas dos bairros. Todavia, em reuniões subsequentes os gestores da Ong justificaram sua decisão em tornar o espaço da empresa que representa “um espaço público” para a população local. Pautados no discurso do empoderamento do espaço para a comunidade, os gestores definiram manter o evento dentro da empresa onde situa a sede a Ong.

Alguns conflitos a respeito das ações pedagógicas internas dos eventos também demonstram certas tensões entre instituições que compartilham as práticas da arte-educação com jovens e crianças. Em uma dessas ocasiões festivas percebe-se a frustração de um grupo de jovens frequentadores de uma oficina de violão de um programa de prevenção à

criminalidade. Despreparados no momento em que tinha sido estipulado para se apresentarem, foram impedidos de tocar em momento posterior, sobre a justificativa que poderiam atrapalhar a atração principal do evento. Tal conflito foi debatido como ponto de pauta na reunião seguinte da rede. Foi colocado pelos técnicos sociais do programa como uma ação inadequada aos desejos coletivos dos jovens, de seus familiares (pela expectativa negativa dos jovens, amigos e familiares terem ido assistir ao evento), bem como dos gestores e técnicos sociais da instituição envolvida, visto que a missão da instituição não era a de levar performances profissionais para o evento, mas apenas mostrar os resultados das oficinas. Assim, outros entraves linguísticos são configurados dentro do campo da arte, através das tensões entre os diferentes focos das instituições.

Ao longo da história da Rede Leste uma série de eventos artísticos foram organizados em ambientes públicos e privados pelos agentes que integram direta ou indiretamente os encontros. Todavia, a falta de um planejamento de médio e longo prazo de eventos que consolidem narrativas públicas das performances artísticas que envolvem a população local juvenil do bairro transformaram esses eventos em ações episódicas e fragmentadas. Apesar dos eventos realizados pelas Ongs serem positivos no sentido de levar multifacetadas linguagens artísticas ligadas à cultura popular e educação ambiental para a população, a dissonância mais aguda que se verifica é que a linguagem juvenil local afinada com os movimentos de *hip hop* não conseguiu estabelecer um diálogo expressivo dentro do circuito de programação desses eventos supralocais, tornando-se pouco atraente à participação dos jovens.

Nesse aspecto, nota-se uma diferença fundamental entre os calendários de eventos das produções artísticas e das produções esportivas locais. A primeira delas é que as produções artísticas são arregimentadas diretamente pelos agentes supralocais que integram os encontros da Rede Leste. Enquanto que as oficinas esportivas de futebol (mas também de outras modalidades como a capoeira, judô, artes marciais mistas e o karatê) realizadas poricineiros do programa Fica Vivo, oficineiros e professores de educação física de outras instituições, inseridos em importantes e bem estruturados circuitos de eventos esportivos locais e municipais. Alguns moradores do bairro como Seu Ari e Seu Damasceno trabalham oficinas de futebol com jovens mesmo antes do surgimento do programa Fica Vivo. Os dois se tornaram oficineiros desde a implementação do programa na cidade. Seu Ari que permanece

até hoje vinculado, comenta sua entrada no Fica Vivo, os subsídios oferecidos pela SEDS e o seu ponto de vista sobre a eficácia da iniciativa na prevenção à criminalidade juvenil.

Eu tinha uma escolinha de futebol quando eu vim para cá, para poder trabalhar com os meninos, para tirar da rua. Tinha um campo de terra ali. Então todo dia de tarde eu ia lá, no campo para colocar os meninos para jogar bola. E de dia de domingo eu vinha aqui das 7 da manhã e saía às 10 horas da noite. Tinha um campinho logo ali em baixo, mas aí eles invadiram lá e acabaram com o campo. Aí começou o programa aí começou um outro tipo de atividade, já não era mais campo era quadra.

M: Você fazia sem remuneração nenhuma?

Nada, nada. Mas aqui [no programa Fica Vivo] eu não tenho remuneração nenhuma. Eles te mandam uma bolsa, você entendeu? Que acaba ficando tudo dentro do programa. Você tem que comprar material, você tem que comprar lanche. Hoje eu tenho 160 jovens, você entendeu. Não tem nenhuma oficina com esse número de jovens. Então desde que começou, há seis anos atrás é esse valor. Então você comprava uma bola por 20 hoje ela é 140. Vinte reais dava para você dar lanche para 50 meninos. Aí você tem que dançar conforme a música.

M: Você acha que efetivamente dá para fazer isso? O programa dá para tirar a meninada da criminalidade?

Olha falo com toda a sinceridade. Alguns, quando quer, sai. A gente sai conversando com um com outro, vai fazendo aquele meio de campo. Aí ele está na minha oficina e eu consigo indicar ele para ir na outra oficina. Aí eu vou ocupando o tempo dele, aí eu vou tirar ele. Porque aí ele não tem tempo livre. Mas se ele for trabalhar só comigo no futebol duas horas, você entendeu. E as outras dez horas do dia? O que é que ele faz? Eu não tenho como abraçar ele o dia inteiro⁹⁵.

Perguntado sobre a entrada de times do Fica Vivo em redes de campeonato, seu Ari tece dois comentários importantes para o debate. No primeiro, se refere à falta de uma agenda direta do programa em fomentar a oficina para criar times que disputem campeonatos:

O programa não visa isso. A gente interage assim, vou lá no Alvorada, pego os meninos daqui para jogar lá. Só para a gente fazer o movimento. Mas o programa não visa, você ter que por no campeonato, você entendeu. Você ter que por o menino para amanhã ele se tornar um jogador de futebol. Nada disso, o negócio é você estar ali com eles naquele momento, para poder tirar ele da rua⁹⁶.

⁹⁵ Entrevista com oficinairo seu Ari, no dia 12 de novembro de 2012.

⁹⁶ Entrevista com oficinairo seu Ari, no dia 12 de novembro de 2012.

No segundo comentário, o oficinairo declara os problemas jurídicos e financeiros em administrar um time mal sucedido quando vinculado à liga amadora de futebol da cidade.

Teve um ano que eu trabalhei com a maioria dos meninos aqui. Só que o que aconteceu, chegou no final do ano eu levei prejuízo. A turma daqui não tem aquela responsabilidade. Aí faltou no jogo. Eu tive que pagar multa, eu tive que pagar cesta básica. Agora eu queria montar um time de juvenil só com os meninos da base do Fica Vivo, mas eu fico pensando lá e cá, você entendeu. No começo vai tudo bem, mas está entrando na primeira vez, aí começa a perder, perder, perder, aí perde a motivação. Aí vai eu ser punido de novo. Porque a Liga [de futebol] tem isso, se você faltar você é punido. Você pega uma multa de mil real, você pega uma multa de dez cestas básicas. Para você ver a última vez que fui punido eles iam me dar uma multa de dez mil reais. Falei para ele: “moço bate o documento aí, que eu assino e passo o time para você”⁹⁷.

Apesar das ressalvas colocadas pelo oficinairo quanto aos campeonatos das ligas amadoras e a missão do programa, seus alunos acessam vários circuitos de campeonatos na região Leste e, às vezes, em outras regiões da cidade. Outros oficinairos, como Alexsandro, ligado à Central Única de Favela (CUFA) de Uberlândia passaram a fomentar importantes circuitos de torneios masculinos, femininos no bairro e na cidade de Uberlândia. Em parceria com o programa Fica Vivo ele treina na praça pública o time feminino de futebol *Divas do Dom Almir*. Além de ser organizador de campeonatos, ele participa de vários torneios municipais e estaduais durante o ano na condição de técnico das “divas”. Vale ressaltar as suas produções de campeonatos masculinos e femininos, em parceria com os canais abertos, gerou uma grande visibilidade para os jovens de toda a cidade e seus talentos esportivos. É importante considerar que esses torneios locais projetaram muitos jovens para o competitivo futebol amador da cidade.

Com uma organização profissional⁹⁸ os campeonatos de futebol amador pagam “bichos” variáveis aos seus jogadores de acordo com contratos previamente estipulados, sendo inclusive uma fonte de renda complementar e, para alguns, a principal. Sem dúvida, uma das metas desses jovens ao iniciar os treinamentos em oficinas de futebol como a do Fica Vivo é chegar ao badalado futebol amador da cidade ou, porventura, em algum time de futebol profissional.

⁹⁷Entrevista com oficinairo seu Ari, no dia 12 de novembro de 2012.

⁹⁸ Segundo alguns oficinairos o futebol amador de Uberlândia, não tem nada de amador. Em alguns anos, certos times possuem uma receita mensal maior do que a do próprio time profissional de Uberlândia.

Os trabalhos desses oficinairos do futebol movimentam os maiores fluxos de jovens para o programa Fica Vivo na cidade. Os estímulos às competições oficiais, aos jogos em campeonatos geralmente realizados aos domingos de manhã e a necessidade de uma boa forma física, são iniciativas que não retiram a vontade e a possibilidade dos jovens em experimentarem ou realizarem práticas ilegais. Todavia, criam importantes circuitos de torneios nas quais muitos jovens executam planejamentos de cuidados de si. Assim, dessas experiências de eventos e oficinas criadas no envolvimento do futebol infanto-juvenil são realizadas práticas sociais consolidadas no calendário de lazer dos jovens, possibilitando um planejamento reflexivo por parte desses ao decidirem se irá entrar ou não em algum time durante a temporada. Apesar das experiências malsucedidas, como a relatada pelo oficinairo, entrar em algum time significa criar, na maioria das vezes, um vínculo individual e coletivo de treinos físicos e movimentos disciplinares como acordar cedo aos domingos, dormir cedo aos sábados, diminuir as baladas, beber pouca bebida alcoólica, “dar um tempo no cigarro”, etc.

Por outro lado, as linguagens artísticas assimiladas pela população juvenil, sobretudo, a do movimento *hip hop* ainda não conseguiram emplacar e consolidar um circuito mínimo de eventos e práticas como ocorre com os campeonatos de futebol e outras modalidades esportivas. Apesar da configuração da Rede Leste, nos últimos anos, estar mais voltada para práticas de arte-educação, ela não conseguiu constituir nos bairros do setor uma relação mais visceral entre a linguagem artística criada pelos agentes supralocais e as linguagens artísticas da população juvenil do bairro. É importante ressaltar que muitas dessas práticas artísticas realizadas por esses agentes supralocais são de grande sofisticação e de grande valia para o exercício de alteridade dos jovens, todavia tais eventos dialogam de maneira diminuta com as linguagens juvenis praticadas pela população do bairro.

Mesmo com esse diálogo artístico fraturado pelos agentes da Rede Leste, vale ressaltar, a realização de alguns eventos episódicos como o Projeto Local do Fica Vivo chamado de *Vozes do Dom Almir*. Realizado na praça do bairro Dom Almir, no dia 26 de abril 2014, o evento contou com atrações de *mc's* de *funk* e *rap*, grupos de dança de rua e realização de batalhas de *mc's*. A participação dos jovens da comunidade foi grande durante todo o evento que iniciou por volta das 14 horas. Contou também com a presença de vários agentes locais e supralocais, como policiamento do GEPAR, presença de políticos em campanha eleitoral, oficinairos, gestores e técnicos sociais de vários programas que integram

os CPCs e das instituições da Rede Leste. Com uma estrutura simples e bem planejada o evento foi um exemplo prático de como celebrações dessa natureza podem contribuir para o lazer e o exercício artístico em espaços públicos estigmatizados como violentos ou áreas de traficantes. Grupos e *mc*'s de vários locais da cidade e dos bairros do entorno entoaram rimas e canções próprias. Algumas já conhecidas por grande parte do público presente, sendo muitas delas cantadas por esses. Nenhum problema quanto à conflitos violentos foi constatado.

FIGURA 1 – Vozes do Dom



Fonte: CPC Base Local Morumbi

Talvez a reclamação de alguns gestores sociais nas reuniões de rede sobre o esvaziamento “da população da comunidade” nos eventos realizados por eles, não levam em conta a necessidade dessas produções artísticas possuírem uma via de mão dupla, cujos diálogos entre as artes locais e supralocais possam fomentar, como nas oficinas de futebol, importantes narrativas públicas de performance que possibilitem ao jovem desejar experimentar a experiência artística/esportiva de forma mais sistematizada em suas vidas.

O exercício filosófico de Hannah Arendt sobre a prevenção da violência, ao demonstrar a dimensão positiva da noção de poder, definindo-o como iniciativas coletivas de

indivíduos que visam agir em concerto ao propiciarem uma ocupação política dos espaços públicos para a resolução dos problemas sociais, ao ser transposta para as observações das ações políticas no setor Leste, demonstram o desempenho de importantes narrativas públicas na constituição de fomentos esportivos vinculados aos jovens. Se os eventos artísticos se limitam ao empoderamento passivo, por meio das ações supralocais, veremos a seguir, como alguns oficinairos conseguem estabelecer entre a parte de “fora” e de “dentro” da Rede Leste relações de vínculos com jovens que possibilitam a suas performances artísticas adentrarem de forma ativa em outros circuitos públicos realizados em vários espaços urbanos da cidade.

7.3 Dança de Rua, Dança de Ong: narrativas etnográficas sobre as oficinas de dança e as redes de fomento aos jovens

No final da década de 1970 iniciou nas periferias de Uberlândia o movimento da dança de rua. Em meados da década seguinte, ele foi ganhando vários adeptos que também passaram a ocupar espaços públicos como as praças do centro da cidade. Em alguns anos esses jovens adentraram as redes de institucionalização da dança em Uberlândia, até se tornarem uma das grandes atrações dos Festivais de Dança do Triângulo,⁹⁹ deixando contrariados muitos donos e donas de companhias da elite da cidade. Na atualidade, parte desses grupos (ou bailarinos integrantes desses grupos) se transformaram em companhias profissionais de dança, alguns com um currículo cheio de apresentações nacionais, internacionais e também em programas de grandes emissoras de televisão.

Com esse movimento estético do *hip hop* pouco conhecido em outras cidades a profissionalização dos bailarinos da dança de rua em Uberlândia levou a constituição de um *mito fundador*. Muitos dos bailarinos pioneiros acreditam que essa modalidade de arte no Brasil foi fundada em Uberlândia. Ao longo da sua história percebe-se a importância desse movimento estético também como um elemento integrador ao ciclo de eventos públicos que os movimentos negros incutiram nos espaços urbanos centrais. Sobretudo, na considerada época de auge dos festivais de dança, ao compor adjuntas as festas de carnaval de rua e as

⁹⁹Nas décadas de 1980 e 1990 o Festival de Dança do Triângulo era considerado um dos maiores festivais do Brasil.

festas de congado um importante ciclo de eventos afrodescendentes das vilas e periferias pobres de Uberlândia.

Com a decadência dos festivais de dança na cidade grupos coletivos perderam motivação para se manterem ativos. Por outro lado, jovens bailarinos tornaram-se professores e oficinairos de dança de rua migrando seu exercício artístico para dentro das Ongs, centros de formações, companhias de dança e academias esportivas. Com a dança de rua adentrando esses espaços educacionais houve uma plasticidade de alguns professores em fundirem as técnicas corporais desse estilo com outros estilos como o *axé*, *samba-rock*, *funk*, *pagode* e, principalmente, dança contemporânea.

Algumas companhias como a *Balé de Rua* e bailarinos individuais como Vanilton Lakka, oriundos da dança de rua, criaram fusões artísticas desse estilo com a dança contemporânea e tiveram suas performances reconhecidas no mundo inteiro. Com outra concepção estética, também há professores e oficinairos que buscam não misturar os estilos. Vinculados às concepções preservacionistas do *hip hop*, criticam essas fusões dos estilos como um sinal de alienação do movimento. Nessas múltiplas tendências, os bailarinos são agenciados por um conjunto de projetos financiados por leis de incentivo, instituições educacionais ou empresariais de responsabilidade social.

A obra *Dança de Rua: corpos para além do movimento* (2008) de Rafael Guarato é uma referência histórica bem detalhada sobre como esse movimento cultural de Uberlândia foi ocupando espaços urbanos das periferias, das regiões centrais e também os espaços institucionais.

Daí a necessidade de centralização dos ensaios, por volta de 1985, tal como aconteceu com a *Turma Jazz de Rua* que, a princípio, encontrava-se para ensaiar no bairro *President Roosevelt*, depois passaram para a Travessa Ibiá e somente no ano de 1986 é que foram praticar dança de rua no *Teatro de Arena* da Pr. Sérgio Pacheco: “então a gente ficou mais frequentando o centro da cidade, a gente não frequentava muito o centro da cidade, e aí começamos a frequentar mais”. Devido a distância existente entre as casas de pessoas que faziam parte de um mesmo grupo, enquanto um morava no Tibery, outro residia no Luizote de Freitas, outro no *Presidente Roosevelt*, como foi o caso do grupo mencionado (GUARATO, 2008, p.75).

A partir da sistematização desses ensaios na Pr. Sérgio Pacheco (um dos locais centrais e de grandes fluxos de pedestres), outros grupos juvenis de dança começaram a se

formar e ensaiar nas ruas ou garagens de casas situadas nos espaços centrais e periféricos da cidade. O pesquisador relata como essa ocupação política do centro e das periferias não ocorreu de forma totalmente harmônica.

Muitos grupos ao iniciarem seus ensaios nas praças encontraram repressão da polícia, principalmente devido a uma prática que “uma pancada de grupo fazia na época, né? Que é roubar energia da praça, ligar o som lá, uma caixinha e ensaiar”, levando revistas constantes, os famosos “baculejos”, e somente com insistência conseguiram não ser mais atormentados (GUARATO, 2008, p.77).

O pesquisador também relata como certos grupos de dança delimitaram *áreas de comando* nos bairros da cidade. Nessas áreas apenas os integrantes de grupos formados naquele pedaço poderiam competir e se destacar nos bailes. Essas competições, muitas vezes, culminavam em *trocias de choques* – termo nativo que designa brigas generalizadas que envolviam grupos de danças, jovens agregados e, em alguns casos, grupos inteiros de jovens de bairros distintos que se confrontavam cerimonialmente – sobretudo, quando jovens de outras áreas entravam de “penetras” nos bailes.

Essa noção de pertencimento aos bairros possibilita perceber o agravamento das disputas e brigas entre os grupos que deram início às rixas entre os bairros como Liberdade x Esperança, Marta Helena x Bairro Brasil, entre os quais “era muita briga, muita briga”. O detalhe é que tais pancadarias não eram somente entre os grupos de bairros, **quase todos os jovens dos bairros, principalmente aqueles ligados à criminalidade, participavam ativamente das brigas**, “isso era todo mundo, não era uma coisa assim um ou outro, três ou quatro cara, era todo mundo”. Essa juventude elaborou uma relação de vínculo com o local em que vive-se, um fanatismo exacerbado que culminava às vezes em lesões graves provindas de golpes de facas e pauladas (GUARATO, 2008, p.78 e 79).

Para o autor, a influência do filme *Breakdance*¹⁰⁰ instituiu ainda mais as rixas violentas entre os grupos rivais de “quebradas” diferentes. Todavia, como no filme, em Uberlândia as disputas não se restringiam às rodas de *break*. Assim, com o passar da década de 1980 houve uma escassez de festas nos bairros em função dos registros policiais de ocorrências de brigas. Nesse período, os espaços considerados neutros de certas boates

¹⁰⁰ Importante mencionar a influência do cinema norte-americano nas performances dos dançarinos de Uberlândia. Sobre essa relação ler Guarato (2008).

situadas no centro e também em certos eventos¹⁰¹ dos festivais de dança (re)acionavam a violência como um elemento ritual de resolução de certos conflitos entre os grupos, mal resolvidos nas disputas simbólicas das técnicas corporais das rodas de dança ou das notas dos jurados.

Guarato demonstra como esses violentos rituais de *trocas de choques* entre grupos rivais foram ressignificados. Os discursos dos líderes desses grupos de dança de rua evocam como as ações violentas entre os grupos foram se esvanecendo e suas práticas transitaram para uma visão de arte que expressa a conscientização do jovem para se prevenir contra a criminalidade. Segundo o pesquisador, é atribuído a essas lideranças do *hip hop* uma investidura de movimento salvacionista da vida juvenil da periferia. Relatam os efeitos de contenção dos jovens das periferias ao saírem acompanhados dos bailarinos. Nesse índice-pêndulo o bailarino oficinaireiro faz o contraponto do seu papel social com o do jovem bandido.

O segundo aspecto é encontrado em alguns relatos, principalmente nos líderes, que percebem a dança de rua como um “messias”, o salvador dos pobres e oprimidos, pois **por meio da dança de rua poderia ocupar o tempo e desvincular-se das drogas e da vida do crime.** “Era um esquema assim: você saía com os caras que dançava ou você saía com os caras que fumava ou roubava” Isso se deve ao fato de viverem uma realidade onde as oportunidades são escassas, onde a “liberdade e igualdade” não são vivenciadas, onde os sujeitos encontram formas alternativas de existência ao *status quo*. **Esses eram os dois caminhos percebidos por aqueles garotos, ou andavam com os ladrões do bairro ou com os dançarinos, duas vias de auto-afirmação na periferia,** de conseguir ser visto no bairro, ser respeitado e considerado pela rapaziada (GUARATO, 2008, p. 82 e 83).

Nesse contexto mais geral a dança de rua se inseriu em Uberlândia como um elemento de suma importância dentro da cultura *hip hop*. Curioso notar que da mesma maneira que ocorreu com os jovens universitários e artistas cujas vivências no jambolão os faziam ter contato com usuários de drogas ilícitas, muitos desses jovens dançarinos transitaram de condutas públicas violentas e ilícitas para condutas profissionais que os envolveram como mediadores preventivos e de conflitos entre as instituições que oferecem os serviços públicos de oficinas/práticas educacionais e a demanda de jovens moradores das áreas de risco que recebem esses serviços.

¹⁰¹ Um desses eventos foi o apedrejamento da casa de um funcionário da Secretaria de Cultura que era gestor e diretor de um grupo de dança que vencera o festival naquele ano. Tal resultado gerou a fúria de certos bailarinos de outros grupos que foram até a casa do referido funcionário.

Assim, no mesmo intuito que os gestores, técnicos sociais e oficinairos oriundos das classes médias e altas, esses profissionais criaram um estilo de vida cujo exercício profissional é direcionado para práticas que visam a transformação social desses jovens “em situação de vulnerabilidade social”. Pode-se dizer que a “caminhada” de profissionalização não é nada fácil, sobretudo, pelas condições semiprofissionais que geralmente são oferecidas para eles executarem seus trabalhos.

Realizei por quase um ano observações etnográficas na oficina de dança de rua realizada pelo bailarino Paulo Edson um oficinairo vinculado ao programa Fica Vivo. Morador do bairro São Francisco, um dos bairros irregulares do setor Leste, tornou-se desde jovem bailarino profissional e integrante da companhia *Balé de Rua*. Com uma ampla experiência de apresentações e aulas de dança ele desenvolve um trabalho corporal e estético minucioso com seus alunos participantes das oficinas.

No primeiro dia de visita na *Ong Casa do Caminho* situada no bairro Joana Dar’c, local da oficina, ficou perceptível o vínculo de comprometimento dos jovens com a oficina de dança de rua. Ao chegar na Ong um pouco mais cedo do horário previsto para o início da oficina encontrei os jovens fazendo um ensaio musical para cantar sambas gravados por uma cantora da cidade que estava lançando um cd no teatro. Com o financiamento do cd por uma empresa, por meio de subvenções de leis de incentivo, a instituição sugeriu à cantora que incluísse socialmente os jovens da Ong em algumas músicas. No ensaio, a falta de concentração e a indisciplina dos jovens em certos momentos das músicas faziam a cantora repetir, várias vezes, as duas canções escolhidas. Com o final do ensaio musical e o início da organização da oficina de dança de rua houve uma mudança coletiva no temperamento desses jovens oficinairos.

Ao iniciar a contagem de um a oito é interessante notar que no número quatro todos os jovens já estavam alinhados dentro dos espaços previamente delimitados pelo professor. Longe de criticar o trabalho da sambista, que por sinal vale ressaltar sua enorme paciência no ensaio, ao longo das minhas idas à oficina fui percebendo que as relações de vínculo, entre oficinairo e alunos, conseguiu imprimir marcas profundas no planejamento individual e coletivo desses jovens não apenas nos momentos das oficinas, mas também em suas vidas cotidianas.

Semelhantes às narrativas descritas sobre os circuitos de eventos do futebol, apesar de não haver um circuito local no setor Leste estruturado para manifestações como a dança de rua, o vínculo do bailarino com a companhia e com produtores de outros bairros possibilitou a ele constituir com esses jovens acessos importantes em circuitos de eventos. Fazendo jus ao nome do grupo: *Comunidade Ativa*, os jovens do grupo circulam em vários ambientes, realizando desde apresentações na feira livre do bairro Jardim Canaã, no domingo de manhã (na periferia oposta da localidade que eles moram e ensaiam); passando por eventos empresariais situados em salões caros de hotéis e espaços privados da elite municipal; passando também por eventos em praças públicas e parques municipais; integrando o corpo de baile de companhias profissionais de dança que promovem eventos anuais visando realizar um *fusion* dos trabalhos sociais realizados pelos seus bailarinos.

Um dos circuitos mais almejados pelo oficineiro e os integrantes do grupo é a seleção em editais de dança financiados por grandes empresas multinacionais. Nesses editais são realizados importantes trabalhos de curadorias que, além de subsidiarem certos custos do corpo de baile, emitem pareceres técnicos confeccionados por especialistas dando sugestões para uma melhor performance do grupo. Esses pareceres são emitidos antes das apresentações com o intuito do grupo aperfeiçoar certas técnicas, movimentos corporais e coreográficos para uma melhor execução no momento da apresentação.

Ao contar sua história pessoal com o envolvimento da dança o bailarino Paulo Edson mencionou uma situação bastante delicada que teve com profissionais de uma importante Ong da cidade. Era o local onde sua mãe trabalhava e ele estudava. Alguns profissionais da instituição colocaram em cheque sua escolha estética, ao passo dela ser avaliada como uma arte perigosa e marginal.

PE: Então, eu comecei no balé clássico, no Vórtice [companhia de dança], fiquei lá um ano. Cheguei até a apresentar no teatro Grande Otelo, mas aí ensaiava eu e um amigo meu, no Vórtice, a gente era da mesma idade, aí meu amigo seguiu um outro caminho. Aí tinha uma subida que “era osso” até chegar lá no Vórtice, que era lá no Lídice, perto da praça da prefeitura. Aí era difícil demais subir aquilo sozinho, quando tem um amigo era de boa né, a gente ia conversando. Eu morava lá no Ipanema, mas fazia parte do Centro de Formação da I [Ong], que na época era para menor infrator. Lá no Jardim Karaíba, era igual esse aqui, mas lá é de manhã e à tarde.

M: Ainda tem lá, né?

PE: Têm, mas lá é outra coisa. Lá era tipo um Sócio Educativo, era para menores infratores. Aí a minha mãe foi trabalhar de caseira lá. Aí ficava de manhã, de tarde e

tinha menino que ia dormir lá, tipo albergue também. A minha mãe saiu de lá, mas nós continuamos indo pra lá. Mas aí parou de ser só para menor infrator e começou a dar caminho, dar cultura, essas coisas pros menor infrator, essas coisas...

M: Então, você foi criado no meio dos menores infratores, que loco hein...

PE: É fui criado no meio, rrsrs e era traficante pesado mesmo, mas de menor. E era muita treta lá, porque tinha menino do Esperança, Jardim Brasília, Tocantins...

M: Que ano era isso?

PE: Vixe 86,87 por aí.

M: Quantos anos você está?

PE: Tenho 24, eu era novinho, cheguei lá na I eu tinha 7, 8 anos. Aí foi indo, eu comecei a mexer com balé.

PE: Mas aí, sei lá, **a I tinha uma coisa com a cultura, eles começavam a colocar uma coisa lá, na hora que tava engrenando, eles iam lá e tiravam. Não sei o que rolava, então quando os meninos iam se apegar a alguma coisa lá, eles iam lá e tiravam de novo. A capoeira tava massa, “os nego” tava até de corda nova, aí pegaram e tiraram.** Eu fiz até teatro também, mas eu era muito atentado, fazia bagunça demais, aí eu não dava conta de fazer uma coisa só, aí tinha as apresentações e eu não ía, fazia muita bagunça. **Aí colocaram dança de rua lá, foi o Camelo que dança hoje comigo, aí tinha um monte de menino que gostou da dança de rua, e aí foi beleza tinha professor de manhã, professor de tarde, mas aí passou um tempo a I cortou a dança de rua também. Aí eles falaram para a gente não fazer mais.** Mas aí, como eles davam o vale transporte para a gente ir embora, a gente ia de a pé lá da I até o Balé de Rua que fica lá no bairro Brasil. Nós saíamos do Jardim Karáiba, dava um jeito de ir a pé, ir de carona, nós era um tanto, era longe viu, nó... Nós era atentado demais, pegava ônibus, pegava carona, subia nos ônibus e não pagava, hahahaha “a gente era osso”... eu já tinha 13, 14 anos. Aí era massa, já sabia que eu queria, eu era fã dos caras do Balé de Rua, eu já tava morando aqui no Dom Almir.

M: Então já tinha o Balé de Rua já?

PE: Já, o Balé de Rua vai fazer vinte anos... aí eu ia à pé pra lá e a gente ensaiava, ensaiava e aí depois de um tempo eu saí da I, me mandaram embora da I também, me desligaram e é até engraçado isso porque eu estava dançando e era do *Balé de Rua Mirim*, então nós dançávamos em todos os lugares de Uberlândia. Nós começamos a dançar em festivais, viajar, ganhar os festivais, então eles cortaram a dança e descobriram que a gente tava indo pra sede [do Balé de Rua]. Eu tinha feito um teste no profissional. Aí passei, eu tinha uns 15 anos. Isso eu já morava no Dom Almir, já morava no Joana Darc. **Aí o pessoal da I falava que o pessoal [do Balé de Rua] mexia com droga, com sem lá o quê. Aí a minha mãe não deixou eu ficar lá não. Aí ela falou para eu ir estudar assim e assado. Aí eu grilei mesmo, parei de estudar, de tudo, aí depois de um mês eles me desligaram da I. Tinha uma mulher lá que falou assim pra mim: enquanto não ti ver longe de tudo da I e da dança eu não peço demissão. A mulher passou uma semana pediu demissão, o povo era doido mesmo. Rrsrsrs.** Aí eu estudava lá embaixo [região Central] no Amador Naves, aí passou um tempo eu voltei para o Balé Mirim, tinha perdido a vaga no Balé profissional. Tinha um teste com 4 meninos e só um que passou. Aí era mais difícil ainda, vinha de bicicleta de casa para o Amador Naves, voltava para casa, depois a noite, segunda, quarta e sexta ia de “gansa” [nome colocado na bicicleta] lá para o bairro Brasil. Era um trajeto de “gansa” esquisito (risos), mais difícil ainda do que quando ia da I, tudo de bicicleta. Aí passou um ano, eu fui pro profissional, fiz o teste de novo. Aí eu já tinha meio que passado já, porque eu tava indo direitinho. **Aí**

chamaram minha mãe lá e falaram que não tinha nada daquilo que o povo da I tinha falado, aí ficou de boa¹⁰².

Do sacrifício em se deslocar à pé, de bicicleta ou de ônibus quase todos os dias por três extremos – Dom Almir, Jardim Karaíba e Brasil – da cidade para treinar a dança de rua, o bailarino passou por uma provação ainda maior em relação à sua profissionalização. Gestores e técnicos sociais da Ong vincularam o exercício artístico dos bailarinos da dança de rua com os usos de drogas. Potencializada pela “marcação” de uma mulher gestora da instituição que não gostava dele e também da dança de rua, toda essa situação provocou a sua proibição em compor a companhia profissional que naquele momento começava a se tornar famosa no cenário artístico nacional e internacional.

Desses conflitos microssociais, outros entraves linguísticos entre instituições do terceiro setor com concepções estéticas diferentes demonstram mais uma vez a manipulação local das agências de assistência social sobre o *índice-pêndulo* mensurando a dança de rua entre práticas criminais ou preventivas à criminalidade. Classificadas a partir de interpretações baseadas em valores morais a dança de rua seguindo a herança da tradição afrobrasileira – capoeira, samba, congado e carnaval de rua – foi um tipo de prática artística vista em seu desenvolvimento inicial com bastante preconceito por parte de segmentos conservadores de técnicos e gestores sociais elitistas de certas Ongs, como mencionado pelo oficinairo.

Nesse caso constata-se a presença de teorias evolucionistas deterministas estéticas demarcando certas expressões artísticas através de teorias raciais que as enquadram como um padrão de práticas exercidas por potenciais criminosos. No caso de parte da população elitista de Uberlândia, como explicado na primeira parte da tese, os bailarinos da dança de rua também foram pessoas que recebiam a alcunha de *vilenos* e seu tipo de prática artista como *danças de vilenos*.

Por outro lado, para o bailarino a expressividade da dança de rua o elevou a condição de artista profissional. Para ele, depois de todo o sacrifício e da acusação social da sua arte ser relacionada com as drogas ilícitas, aconteceu a recompensa em poder exercer o que mais gosta. Assim, diante desse contexto é com bastante responsabilidade que o oficinairo repassa

¹⁰² Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2012 com o oficinairo e bailarino Paulo Edson.

seus conhecimentos para os jovens que realizam sua oficina envolvendo-os em uma complexa rede de tramas sociais na qual também irão apresentar suas expressividades artísticas. Atingir a meta do professor em realizar apresentações em outras cidades e quem sabe em outros países¹⁰³ tornou-se um discurso aberto pelos seus pupilos.

PE: Nesse ano foi a primeira vez que o grupo iria para a Europa, mas eu tinha acabado de entrar não sabia ainda a coreografia, não tinha tirado o passaporte, eles viajaram e eu tinha ficado. Aí depois disso eu tirei o passaporte, aí o pessoal da diretoria sempre ajudando muito o Fernando, o Marquinho, eles sempre ajudaram muito... Lá no início, eles pagavam um salário menor pros meninos, e pagava pros novatos o mesmo salário que os antigos.

M: Daí no outro ano você foi?

PE: Depois nos outros anos eu fui tudo. Para começar, para a França a gente foi muito, toda a França praticamente, Paris, Alabão, aquela parte de baixo esqueci o nome das cidades, a gente fez uma turnê na França que a gente viajava muito, às vezes seis horas de ônibus, a gente já foi pra Inglaterra, Londres, a gente foi para a Escócia também; Alemanha, Berlim, Canadá também.

M: Como é a galera, mais calorosa ou mais fria?

Mais calorosa, o povo de fora dá muito valor para a cultura brasileira né. Fala que é Brasil todo mundo vai, já pensa que vai as mulheres rebolando né. Mas também quando eles vêm um lance assim, no tipo de dança que é a dança de rua, eles dão valor, nosso estilo é a dança de rua, mas a gente coloca uma dança folclórica no meio, um congado, um samba, mas a nossa base é a dança de rua, tem gente que já chegou pra nós e falou que tinha visto nosso espetáculo umas 8 vezes. O pessoal gosta mesmo de pedir autógrafo, de chegar e falar que já viu dançar em tal lugar. Isso também depende do lugar, na França o povo é demais. Agora tem alguns lugares que nem a gente foi dançar em Bahrein, fica perto de Dubai, você só via os olhos das mulheres tudo de burca, e o lugar lá era um forte perto do mar, aqueles negócio de guerra. Aí eles montaram um palco lá na frente, um palco beira mar no nada, perto do forte era muita treta o lugar lá. A gente pensou assim vai dar um trabalho porque a gente tinha que descer e ir perto da plateia, chama o povo pra dançar. Aí, Nossa Senhora como faz pro povo dançar, como tira as mulheres para dançar. Ai a gente foi dançando, eles entenderam bem a proposta do espetáculo, não teve nenhuma negativa, o povo gostou demais, aplaudiu, foi massa demais. Recentemente, a gente foi na Tailândia o povo gostou também...¹⁰⁴

Essas experiências individuais e coletivas narradas são exemplos da constituição desses amálgamas entre complexos circuitos de redes sociais que fomentam o oferecimento

¹⁰³ Vale mencionar a visita de uma equipe de pesquisadores europeus que faziam um trabalho documental do grupo Balé de Rua. Visando mostrar as práticas sociais dos bailarinos da companhia, a equipe foi visitar o local de ensaio do grupo Comunidade Ativa. Esses contatos estabelecem certas reflexões entre os integrantes do grupo sobre as metas que desejam alcançar quando se tornarem profissionais.

¹⁰⁴ Entrevista realizada no dia 22 de janeiro de 2012.

de serviços públicos de oficinas – artísticos, esportivos e produtivos – aos jovens das periferias classificadas como áreas de risco do setor Leste de Uberlândia.

Algumas experiências bem-sucedidas, apesar de todo o sacrifício, como a do oficinairo Paulo Edson que inserido dentro de uma rede profissional de dança tem a possibilidade de exercer sua arte em vários países do mundo, bem como receber certos subsídios e salários que possibilitem treinar, ensaiar, produzir e se apresentar; e ainda, circular com seu grupo de jovens dançarinos por vários espaços da cidade. Todavia, ao longo dos anos, as tensões com a garantia de recebimento do salário na temporada, com a sede da companhia alugada ter que ser entregue, com as dificuldades com a aprovação e captação de recursos oriundos de projetos de lei de incentivo, demonstram o quanto o mercado da arte em Uberlândia é penoso.

Na medida em que essas tensões passam pelos profissionais de uma das principais companhias de dança da cidade e do país, os reflexos das austeridades de recursos no campo da arte incidem com mais potência nos grupos menos expressivos e nos artistas semiprofissionais. Grande parte de artistas educadores tornaram-se assim semiprofissionais do campo. Possibilitados apenas de exercerem de forma parcial suas atividades a condição geral do artista em Uberlândia é dividir a sua experiência com outro trabalho considerado comum. Em muitos casos, o envolvimento com a profissão comum, principal fonte de renda, acaba se tornando inconciliável com as temporadas ou apresentações artísticas fora da cidade, acontecendo assim uma relação conflituosa entre o trabalho comum e o trabalho artístico.

Pode-se afirmar que oficinairo Paulo Edson é uma exceção em conseguir trabalhar exclusivamente com sua arte. Se o programa Fica Vivo não conseguiu fomentar adjunto às outras instituições da Rede Leste um circuito de eventos artísticos que envolvem as linguagens das artes locais, ao menos o subsídio semiprofissional da bolsa para o oficinairo contribui para fortalecer esses vínculos pedagógicos e a possibilidade de uma renda complementar para o profissional.

No caso de Jeferson outro oficinairo de dança do programa Fica Vivo suas ações artísticas eram divididas com o trabalho de padeiro. Acorda de madrugada e depois da jornada de trabalho, em três dias da semana, trabalhava como oficinairo do programa em locais itinerantes pelo bairro Morumbi. Seu contato com o programa ocorreu quando era menor de idade. Morador do bairro participava das oficinas de dança de rua e mobilizava seus amigos a

participarem também. Com o tempo tornou-se multiplicador da oficina oferecendo aulas para as meninas que ficavam apenas observando. Até que ao se tornar maior de idade teve seu projeto aprovado e conseguiu uma vaga de oficinairo.

Eu conheci o Fica Vivo assim, eu estava passando ouvindo um som auto, fiquei curioso para saber, um tanto de gente entrando. Passei, voltando do serviço, olhei lá assim e entrei o povo estava dançando. Aí chegou um cara assim pra mim: “chega aí, chega aí” daí eu entrei e acabou, desse dia em diante eu entrei na roda [de *breakdance*] e nunca mais saí. Daí o cara falou: “olha isso aqui é aula de dança de rua é aberto se você quiser praticar”. A sede do Fica Vivo era lá perto do UAI, tinha uma área lá onde agora é o ambulatório. Aquilo lá lotava de gente era 60, 70 pessoas, mulher, homem, todo mundo lá assim. Tinha um grupo de *streetdance*. No caso lá tinha o oficinairo que era a Mabilia, como a Mabilia estava grávida ela se afastou e o marido dela assumiu, que era o Valdeir. Aí ele já dançava *hip hop* então ele influenciou bastante. Quando eu comecei eu via muito gente sentada, ficava observando, aí eu chamava os meninos todos, aí todo mundo já descia para lá. Aí eu via muita gente sentada, principalmente as mulheres. Só sentadas, observando. Um dia passou na minha cabeça, eu vou montar um grupo com esse povo daqui. Isso deve ter uns 4 anos atrás, foi bem no começo do Fica Vivo em Uberlândia. Peguei aquelas meninas e falei: “Ou levanta daí, vamos treinar”. E comecei a ensinar as meninas. Daí em diante eu montei um grupo lá dentro, depois montei outro. Depois montei outro. Aí foi passando o tempo o pessoal falou: “faz o seu projeto, manda para o Fica Vivo, tenta a sorte”. Os oficinairos o Evandro, o Valdeir, a Mabilia, uma das técnicas sociais também falou. Aí eu peguei e fiz o projeto com 17 anos e entreguei para uma técnica que era a Ana Elisa. Ela falou assim que não pegava de menor. Mas ela falou assim que ia guardar o projeto com muito carinho. A Ana Elisa era muito boa, foi uma grande técnica, é uma grande pessoa. Daí do nada assim, não tinha nem uma semana que eu tinha completado direito dezoito anos ela me ligou: “queria que você viesse aqui tal dia para a gente conversar”. Fui lá e ela me disse assim: “Você se lembra daquele projeto que você me mandou há um ano. Pois é, eu vou mandar seu projeto para ele ser aprovado. Você ainda quer ser oficinairo?”. Eu falei: “quero, muito!”. Ela mandou o projeto ele foi aprovado e eu estou aí até hoje. Dois anos que estou no Fica Vivo¹⁰⁵.

Jeferson acreditava na eficácia do programa Fica Vivo em reduzir entre 20% e 30% os homicídios no bairro. Também comentou que na condição de oficinairo teve a possibilidade de circular com seus alunos em um número maior de eventos pela cidade. Todavia, sobre o desenho institucional do programa estadual o oficinairo reclama da falta de uma estrutura profissional que garanta mínimos direitos trabalhistas aos oficinairos. Outro aspecto que o incomoda, a seu ver, é a rígida subordinação dos técnicos sociais sobre a estrutura da SEDS de Belo Horizonte, retirando a autonomia da gestão local e, por consequência, das ações desejadas por muitos oficinairos.

¹⁰⁵ Entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2012, com o oficinairo Jeferson.

Agora o Fica Vivo tem muita burocracia cara. Um coisinha que não deveria ter que poderia relevar e não releva. Como por exemplo, os cortes financeiros. Teve uma oficina que perdeu um corte financeiro lá porque estava ganhando neném. Perdeu porque não deu a oficina, isso não tem lógica. Os técnicos também deveriam relevar um pouco porque numa situação dessa a gerencia lá não está sabendo. Então acho assim, poderia relevar um pouquinho também em situação de precisão como essa. Um cara lá [oficineiro] teve que fazer uma cirurgia lá e perdeu também. Então era uma coisa deveria ser relevada. Uma prestação de serviço numa situação dessa deveria ser compensada. Não descartar o valor daquele dia da oficina. A pessoa poderia fazer depois. “Olha quando você recuperar, você vai fazer essa oficina para mim, pronto”. Acho que os técnicos deveriam relevar um pouco eles obedecem muito ao pé da letra os comandos vindo de Belo Horizonte. A gente não pode seguir tudo ao pé da letra, eu penso assim. Se o Fica Vivo foi criado para a prevenção à criminalidade, acho que deveria ser divulgado do jeito que é e não do jeito que eles mostram. Eu acho que tem muitas coisas que eles escondem. Acho que os direitos trabalhistas que eles escondem bastante. Governo “velho”, governo só quer ganhar, não quer perder não. Então eu acho que os direitos trabalhistas dos oficinairos. Então, eu não sei, primeiro acho que é a coisa do salário, é uma coisa muito rígida. A questão dos descontos. Outra são os técnicos que seguem as coisas muito ao pé da letra. Outra é a questão do governo meio que “esconder” os direitos trabalhistas dos oficinairos. Acho que o salário não é bom. Por exemplo, teve mês que eu peguei cem reais da verba de oficinairo. Porque tive gastos com o aluguel, prestação do equipamento, com lanche, teve uma época que eu estava gastando mais de trezentos reais com lanche. Com transporte dos meninos. Com aquele dinheiro, você arca com os gastos, sobre muito pouco. Eu acho que eles tinham que mandar uma verba assim: “Olha, 600 reais é o seu pagamento”¹⁰⁶.

Vários oficinairos do programa alugam espaços físicos para realizarem suas oficinas. Esses custos devem ser arcados com parte do dinheiro recebido com a bolsa conveniada pelo programa. Como descrito também pelo oficinairo de futebol, o lanche oferecido em todas as oficinas também é uma despesa que compromete boa parte da porcentagem da bolsa. Nessa função de exercer suas atividades pedagógicas e ainda cumprir a metodologia do programa em mediar conflitos juvenis, para ele, a atividade de oficinairo não oferece condições adequadas para os profissionais das oficinas exercerem suas atividades profissionais.

Dentre as ironias do destino, alguns oficinairos que desenvolvem trabalhos mais precarizados em outras instituições públicas e de terceiro setor, até mencionam que a contribuição mensal da bolsa do programa Fica Vivo é interpretada como razoável e uma das mais generosas da cidade.

Alguns meses após conhecê-lo, o oficinairo foi desligado do programa devido à desmobilização da sua oficina que contava há algum tempo com poucos participantes. A convivência com ele demonstrou que, apesar do seu grande esforço, a conciliação do trabalho de padeiro com o de oficinairo não era tarefa muito fácil de ser executada na vida cotidiana e

¹⁰⁶Entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2012, com o oficinairo Jeferson.

aquele ímpeto mobilizador inicial foi perdendo força ao longo dos anos. Com esse suporte semiprofissional a tendência das oficinas é se circunscreverem aos espaços privados de aula e os jovens circularem pouco. Pode-se dizer que esse é o efeito mais geral dentro das oficinas visitadas em Uberlândia.

Júnior foi o primeiro oficineiro do Fica Vivo entrevistado para a pesquisa. Desenvolveu oficinas de dança livre no programa. Dançarino, graduado em filosofia, mestre em dança afrobrasileira, militante do movimento negro, trabalhou muitos anos como agente prisional e foi um dos elos iniciais da SEDS em Uberlândia. É muito nítida como a oficina de dança livre tinha a proposta de agregar várias experiências pessoais como a dança afro, a dança contemporânea e as experiências dos jovens do bairro através das linguagens da dança de rua e do *breakdance*. O dançarino relata que no início houve uma grande dificuldade em “ganhar” a turma colocando como prática de oficina as músicas esquisitas que rondam as danças contemporâneas. Mudou a estratégia, fez um estudo de *hip hop* e conseguiu mediar com os alunos seus anseios com a cultura de dança do bairro: *hip hop*, *axé music* e *funk*. Considera a experiência do Fica Vivo muito rica para aqueles jovens moradores dos bairros do setor Leste da cidade, precários de aparelhos públicos.

O Fica Vivo é um programa da Secretaria do Desenvolvimento Social do Estado, ele não é nem da educação, nem da cultura é isso que eu acho o mais interessante. Eu trabalhava no presídio, então quando começaram a fomentar o projeto aqui, pois já tinha em BH [Belo Horizonte]. Então, quando eles chegaram aqui, eles foram no presídio e como todo mundo sabia do meu contato com as artes, eles me procuraram. Então eu fui um dos primeiros contatos deles aqui em Uberlândia, o primeiro intermediário do contato deles aqui em Uberlândia. Aí tive umas reuniões era o Wellington e o André, aí já fiz o contato com o pessoal liguei para o Foguinho, para a Vanessa, para o Luiz, para o Rodrigo Moretti, aí foi assim que começou aqui. As conversas começaram no início de 2002, ou foi no início de 2003... Porque a gente teve toda uma sequência de reuniões, todo um processo de arrumar espaço, daí eles foram a campo para fazer contato com a comunidade local. O programa a princípio tinha o objetivo de levar o máximo de atividades para os meninos da periferia, independente de serem alunos da escola ou não e pensando na formação do acesso que inibe a criminalidade. Então, a gente teve um período de formação com a primeira ideologia do projeto, as reuniões com a polícia, com os psicólogos, a maioria na época eram psicólogos. Então, a gente foi tateando muitas coisas também, porque começou o projeto estávamos contratados e começou. É difícil a entrada de jovens, porque na periferia com 12, 13 anos todo mundo tem que trabalhar, no máximo até 15 e 16 anos, quando dá essa idade, ou engravida, ou começa a trabalhar, a mudar de rumo, querer mudar de casa, de bairro. **Então no começo foi difícil, sobretudo para os artistas, porque o esporte já agrega, já aglomera por si só, né. O futebol, o karatê já aglomeraram muita gente, o basquete aglomerou muita gente. No caso dos artistas foi difícil e acho que é difícil até hoje.** Ter galeras, turmas grandes é muito difícil. Teve uma época que começou a vir muita criança, daí a gente começou a frear,

porque até 12 anos fica mais sobre a tutela dos pais, com 12 anos é que começa a soltar mais as asinhas, então com 12 anos começa a fase do grupo de risco¹⁰⁷.

Júnior ao narrar o contato com oficinairos de teatro, violão, capoeira angola e artes plásticas, visibiliza a composição social do grupo dos oficinairos das artes que frequentavam os espaços de convivência do jambolão na Universidade Federal de Uberlândia. Dessa relação universitária os colegas oficinairos conseguiram efetivar por algum tempo um projeto integrador entre suas oficinas de arte, constituindo uma rede de artes dentro do programa.

A gente fez um trabalho muito bacana no início que era integrado: eu com dança, a Vanessa com teatro, o Luís com música e o Rodrigo com artes plásticas. Era um espaço só, tinha uns cinqüenta meninos. Aí a gente dividia em grupos e fazia os grupos rodarem. Isso que foi bacana para ganhar experiência. A gente fala periferia, mas naquela época se agente levar para um termo mais forte era favela, literalmente. Naquele esquema de casa de madeira, misturada com tecido, misturada com pano. A gente começou no Celebridade no início da ocupação. Ai, a gente começou a fazer aquele círculo de oficinas integradas, aí a gente ganhou força, ganhou experiência, o projeto no todo começou a ganhar mais experiência e a gente começou a dar oficina em outros locais. Aí uns foram para o Morumbi, eu desci mais eu fui para o São Francisco¹⁰⁸.

Como agente penitenciário e depois oficinairo do programa Fica Vivo, Júnior viu o crescimento da região por meio de dois movimentos migracionais. O primeiro pela migração que acredita ser do norte de Minas Gerais. Menciona que em muitas ruas há cartazes de excursão para Pirapora, Montes Claros, Vale do Jequitinhonha e regiões do Nordeste. Elenca como um traço de distinção dos moradores do bairro o sotaque mais de mineiro do norte e a cor “mais negra” queimada de sol. A segunda por volta de 2005 e 2006 foi a migração de paulistas, com um fluxo bem menor em relação à primeira.

A primeira geração do presídio abriu em setembro de 1998, entrou em outubro de 1998. Na frente do presídio, não me lembro se é São Francisco, na época era um grande terreno vago e quando o presídio foi para lá encheu tudo aquilo ali. Muitos familiares de preso, um povo muito pobre foram morar ali porque o pai, o marido está na prisão. Tem que levar comida, gastar dinheiro de transporte. Mas o presídio colaborou no sentido de melhoria para o bairro e para a região. O comércio, a própria estrutura, a infraestrutura do bairro, então lançou o olhar do poder público para aquele

¹⁰⁷ Entrevista realizada dia 2 de setembro de 2011, com o oficinairo e bailarino Júnior.

¹⁰⁸ Entrevista realizada dia 2 de setembro de 2011, com oficinairo e bailarino Júnior.

lugar, porque é um setor de referência, autoridades que vão como juízes, advogados então quem frequenta lá é esse tipo de público. Aí entre o Santa Mônica e lá construíram um condomínio de classe média, abriram umas ruas, perto do presídio construíram um conjuntinho de casas populares. Principalmente aquela região abaixo do Morumbi, como o Morumbi já era antigo já tinha uma infraestrutura. Então aquela região ali para baixo: Dom Almir, São Francisco, logo perto do presídio tem aquela escola grande ali¹⁰⁹.

A condição de agente prisional o fez criar uma interpretação singular sobre a instalação do presídio na microárea do bairro São Francisco. Enquanto que a maioria dos agentes e técnicos sociais que atuam no bairro relata a instalação do presídio como um processo de estigmatização da comunidade por ser o primeiro aparelho público do Estado, o oficinheiro descreve como essa instalação contribuiu para a construção de outros aparelhos públicos e para a movimentação da economia e assistência social local.

Os presos ofereciam comida para o povo do bairro. No final de semana era dia de visita a família leva comida fresquinha. E mesmo no dia de visita os marmitex vão, então chegava no final do dia tinha um monte de marmitex novos fechados. Aí vinha uma mulher, a Dona Isabel pegava esse marmitex fazia um sopão e distribuía para a comunidade, durante muitos anos isso aconteceu. Aí por conta de higiene, sanitário, aí não podia mais. Aí leva para os porcos. Ai o marmitex é de alumínio aí o pessoal começou a pegar para vender. O presídio começou a gerar uma renda para o bairro, muita gente ia para porta para vender coisas. Tinha mais ou menos umas duzentas pessoas para visitar, tinha vendedor de bala, de refrigerante, o povo começou a se mobilizar vendo possibilidade de ganhar um dinheirinho. Teve um período que o pessoal do bairro que oferecia comida para os funcionários. A gente ia lá via a cozinha deles, comida limpinha, fresquinha, a gente enjoava de comer aquela comida de marmitex todo dia. Hoje lá é bacana, tem refeitório a comida não é mais feita no marmitex. Alguns agentes começaram a se mudar para a região¹¹⁰.

Nessas narrativas do oficinheiro ele descreve como as relações de vínculo dos presos ao oferecer a comida para os moradores do bairro poderem se alimentar do “sopão” feita por moradoras espíritas. A venda dos alumínio dos marmitex. O restaurante “de cozinha limpa” que oferecia uma comida mais caseira para os funcionários do presídio. Os vendedores informais vendendo diversos produtos na porta do presídio. Todos esses relatos demonstram o lado cotidiano de relações harmoniosas e econômicas entre os agentes e os moradores daquelas localidades recém-assentadas. Júnior narra que sua saída do programa ocorreu

¹⁰⁹ Entrevista realizada dia 2 de setembro de 2011.

¹¹⁰ Entrevista realizada dia 2 de setembro de 2011.

naturalmente, em um momento que sua oficina “estava em baixa”. Como demandas por outros desafios estavam colocadas na sua vida ele decidiu encerrar o vínculo com o programa.

Assim, tais relatos dos oficinairos locais e supralocais demonstram como alguns desses atores possuem características liminares¹¹¹ na medida em que suas posições sociais são descentradas a atribuições que estão para além dos seus ofícios.

Os atributos de liminaridade, ou de *persone* (pessoas) liminares são necessariamente ambíguos, uma vez que esta condição e estas pessoas furtam-se ou escapam à rede de classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural. As entidades liminares não se situam nem aqui nem lá; estão no meio entre posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial. Seus atributos ambíguos e indeterminados exprimem-se por uma rica variedade de símbolos, naquelas várias sociedades que ritualizam as transições sociais e culturais (TURNER, 2013, p.98).

A liminaridade de certos oficinairos oriundos de espaços rituais que articulam ações legais e ilegais como as mesas de jambolão da universidade ou nas *trocas de choque* dos grupos de dança de rua culminaram em uma espécie de qualificação que os credenciaram a ser tornarem expressivos agentes mediadores preventivos e de conflitos das populações juvenis das áreas de risco. Interessante perceber que nem todos os oficinairos possuem esses atributos ou, então, como o caso de Jeferson e até de Júnior, podem perdê-lo ao longo do tempo. Nesse sentido, a vivência do campo e as entrevistas revelaram que, mesmo em número reduzido, esses oficinairos liminares possuem um vínculo visceral com seu trabalho ligado aos jovens, sendo profissionais que transitam entre subvenções, contratações temporárias semiprofissionais, recursos públicos e privados de várias instituições. Independente se a “maré está baixa” ou “maré está cheia”, se há ou não vínculo institucional, os oficinairos liminares atuam por longos períodos (em muitos casos a vida toda) em ações sociais voltadas para o exercício do esporte ou da arte com os jovens, independente de contratos trabalhistas.

No que tange especificamente o papel atribuído ao oficinairo no programa Fica Vivo é perceptível encontrar dimensões liminares de outras grandezas nas constituições das

¹¹¹ Essa discussão antropológica referenciada as teorias dos rituais foi criada por *Arnold Van Gennep* em *Os Ritos de Passagem* (2011) e desenvolvida por *Victor Turner* em *O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura* (2013). A discussão sobre liminaridade reverberou no Brasil através de uma ferramenta analítica usada por *Roberto DaMatta* em *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* (1997).

normativas e dos marcos lógicos do programa. Como mencionado anteriormente, a função social dos oficinairos no programa os colocam como atores estratégicos, pois comunicam aos técnicos e aos gestores sociais o que está ocorrendo com os jovens na capilaridade das microáreas que habitam e, ao mesmo tempo, vinculam suas ações sociais no desenho institucional do programa como flexíveis ao articular uma dupla exigência: realizar seu ofício de artista ou educador físico e acionar percepções metodológicas de outros ofícios como de psicólogos, assistentes sociais e criminólogos. Essas flexíveis normativas podem levá-los ainda para outra dimensão liminar mais perigosa: a de incutirem riscos de serem associados a pessoas que integram “projetos de polícia” e, por consequência, à figura do alcaguete (X9) do “movimento local”.

7.4 Os técnicos sociais do Programa Fica Vivo: as ciências humanas e os profissionais intervencionistas

O estudo da pesquisadora Corrêa (2003) sobre os programas estaduais de prevenção à criminalidade em Belo Horizonte relatou como a mudança no perfil de monitoramento do CRISP para a Superintendência de Prevenção à Criminalidade resultou na primazia da contratação de psicólogos substituindo cientistas sociais nos postos de gestão. Essa substituição criou maior abertura para os encontros individuais e atendimentos psicossociais entre técnicos sociais do programa e jovens moradores de bairros considerados áreas de risco.

Em Uberlândia os gestores sociais vinculados aos programas estaduais de prevenção à criminalidade em sua maioria foram psicólogos sendo que, até 2011, o CPC de base local também sempre acolheu dois profissionais dessa área nos cargos de técnicos sociais. Nesse ano, Nathalia formada em ciências sociais assumiu pela primeira vez o cargo de um dos psicólogos. Ela é uma das técnicas sociais com maior permanência no programa. Ainda em atividade desde sua entrada, assistiu à rotatividade de três psicólogos na outra função de técnico social.

A participação de outros profissionais das ciências humanas nessa função é quase inexistente. Assim, os elementos normativos da multi ou interdisciplinaridade da função do técnico social na prática estão circunscritas no assessoramento de profissionais de outras áreas que trabalham como técnicos sociais do PRESF, CEAPA e, mais recente, do Mediação de

Conflitos. Vale mencionar que em Uberlândia essa relação entre os técnicos dos diferentes programas primários, secundários e terciários funciona muito bem. Mesmo com as demandas específicas de cada programa, a articulação entre esses profissionais envolve desde a participação desses técnicos nos encontros da rede, em atendimentos no CPC do Morumbi, em reuniões de avaliações interprogramas, na coprodução de muitos eventos realizados pelo CPC de Uberlândia gerando um compartilhamento de competências muito fértil para os programas na cidade.

As representações simbólicas dos técnicos sociais do programa Fica Vivo sobre seu exercício profissional são controversas. As questões trabalhistas, muitas vezes, são interpretadas como positivas para o contexto de Uberlândia. As remunerações, bem como as funções atribuídas do serviço, se comparados com as funções de técnicos sociais de outras Ongs e dos oficinairos do programa, são elogiadas.

Eu considero que em Uberlândia na área social é o *top*. A não ser que você ocupe um cargo, por exemplo, de gestor do grupo Algar, da Ação Moradia, de uma Ong mais consolidada. O vale-transporte quando você usa dois, você não precisa pagar 6%. Se você utilizar quatro passes por dia, aí você paga 6%. No caso, deve ser para pessoas de Belo Horizonte que deve deslocar mais, aqui com os terminais dois basta. E dão 200 reais em *ticket*¹¹².

Para outro psicólogo/técnico social do programa com experiências no ramo das políticas sociais juvenis, o olhar sobre a vinculação do seu exercício profissional de psicólogo, como também o do advogado e do assistente social – profissões com regulamentações específicas – com a do técnico social acabam demonstrando conflitos que atingem diretamente as especificidades normativas dessas profissões com regulamentações específicas.

A questão do técnico social veja só, não é apenas uma questão do Estado de Minas Gerais. Por exemplo, em Uberlândia vai ter um concurso para assistente social, mas que no papel não é de assistente social. Lá, por exemplo, tem que trabalhar oito horas. No ano passado foi regulamentado que o assistente social não pode trabalhar mais de seis horas. O psicólogo ainda não conseguiu essa regulamentação, mas o CREAS conseguiu. Mas o assistente social pode entrar na justiça? Não. Porque lá ele não é assistente social, ele é *analista de política social*. Então, é o que tem acontecido, como no Fica Vivo e outras políticas públicas. O assistente social, o advogado, o psicólogo tem sido contratado para ser técnico social. Veja só, me exigem um grau de psicólogo.

¹¹² Entrevista realizada com um técnico social do programa Fica Vivo, no dia 12 de setembro de 2012.

Mas aí, quando você está lá: “Agora não! Agora você é técnico social!”. E como técnico social eu não poderia exigir nem o piso mínimo da psicologia, que passa pelo Conselho Federal de Psicologia, mas eu tinha que estar em dia com o meu Conselho de Psicologia também. E vai ficando assim, né! A pessoa tem que trabalhar, precisa do emprego. Aí, vai ficando assim essas políticas trabalhistas no Brasil. E a gente só vai perdendo, né. Essa semana eu ouvi falar isso das assistentes sociais, elas não podem trabalhar mais de seis horas por dia, mas terão que trabalhar oito¹¹³.

Nessa perspectiva mesmo dentro do regime de CLT alguns profissionais das áreas das ciências humanas associam os cargos oferecidos de técnico social como um exercício profissional que mesmo dentro das legalidades geram desregulamentações trabalhistas das suas respectivas graduações. Conforme o técnico social do programa, o Fica Vivo está inserido dentro de um contexto mais amplo do campo das políticas públicas para a juventude, cuja investidura atribuída à figura do técnico social visa associá-lo a uma profissão descentrada e multidisciplinar, mas que na prática em Uberlândia centrou o seu exercício profissional na figura do psicólogo, desregulamentando certas atribuições regulamentadas pelo Conselho Federal de Psicologia. Interpretando como essa tendência não é exclusiva do programa Fica Vivo, o técnico social/psicólogo demonstra também a conjuntura mais ampla das gestões sociais de políticas públicas brasileiras e mundiais que envolvem outras profissões – bacharel em direito e assistente social – das ciências humanas, cujos efeitos são descaracterizar as especificidades das graduações.

Outro aspecto relativo à atuação do técnico social se refere aos fatores de risco do seu trabalho. Para a maioria dos entrevistados, o maior fator de risco dentro do programa está associado à figura do oficineiro. Atualmente esse assunto é mencionado com maior tranquilidade entre os técnicos sociais que descrevem até mesmo o trabalho dos oficineiros como um ofício que envolve poucos riscos. Assim, os riscos do seu exercício profissional foram pouco mencionados entre os técnicos sociais mais novos, principalmente pelo fato das reuniões com o GEPAR acontecerem no CPC situado no centro da cidade. Todavia, em certos momentos passados, algumas tensões apareceram de forma mais acentuada entre os profissionais do programa.

Eu acho que o risco nosso não era igual ao dos oficineiros. Eles iam duas vezes por semana num local mais distante das sedes. Na verdade o grande vínculo do jovem é o

¹¹³ Entrevista realizada com um técnico social do programa Fica Vivo, no dia 28 de outubro de 2012.

oficineiro. Nós ficávamos de apoio. E a gente orientava o oficinairo na lida com esse jovem. E aí se ele identificasse um problema grave, ele tentaria apresentar esse jovem para nós. Ou quando a gente passava na oficina de visita ele falava para os meninos: “*olha aquela ali é a A. é psicóloga procura ela, conversa com ela*”. E aí a gente via essas questões, se eram graves. Então a gente dava um apoio, mas quem ficava na trincheira com o jovem era o oficinairo. O fator risco para eles é enorme. Para aqueles que eram moradores do bairro, eles já sabem quem eram os caras cresceram juntos. E a gente fala traficante como um cara mais velho todo empoderado. Não, tem de 9 anos até vinte e tantos. E o programa se destinava a receber de 12 a 24, outra coisa que eu acho errado. Acho que tinha que receber os jovens mais cedo. Então, eu acho que faltava segurança, as reuniões com os oficinairos quinzenais, às terças de noite. E isso era uma queixa constante: “*A gente tem medo, a gente está sentido muito vulnerável*”. Graças a Deus nunca aconteceu nada com nenhum oficinairo, mas não sei qual era o respaldo que teria viu¹¹⁴.

Outros técnicos sociais mais antigos mencionam esses encadeamentos de eventos – as operações policiais, a retirada de circulação de vários supostos traficantes, o homicídio do presidente de bairro que participava ativamente das reuniões da rede leste – como fatores de elevação da tensão dos profissionais envolvidos com o programa de prevenção à criminalidade nos bairros do setor Leste. Nesse momento, a sensação do risco não se restringia aos oficinairos e também passava pelos técnicos sociais.

O que os moradores do bairro falam dele é que ele foi para a televisão e falou muita coisa. Na época um oficinairo virou para mim e falou que ele tinha falado o nome do Fica Vivo: “*Ele falou na televisão que a polícia ia pegar os traficantes e aí ele falou o nome do Fica Vivo*”. Nossa aí, eu fiquei daquele jeito. Aí eu fui no canal de televisão e pedi para assistir o programa e aí eu assisti toda a entrevista dele lá. Em nenhum momento ele falou do Fica Vivo. Ele quis dizer que a polícia estava lá, atuando. Dizem que a intenção dele era se candidatar a vereador. Então, são as estratégias dos líderes comunitários que aproveitam para poder se promover. Então, os moradores falavam isso. Se é verdade ou não era, eu realmente não sei. Então eu falei para os oficinairos: “*Vocês podem ficar tranquilos que não foi falado nada sobre o Fica Vivo na televisão*”. Então ficou tenso, a gente ía no bairro, os oficinairos íam no bairro e ficava tenso. Então, foi depois da operação da polícia lá, que eles deram um limpa nos traficantes. E a gente trabalhando isso com os oficinairos que temiam que isso poderia ir para o lado deles. Porque eles falaram que era a mando dos traficantes, porque eu não sei. Depois não tive mais contato, eu nunca quis investigar muito isso, depois que eu vi que o nome do Fica Vivo não tinha aparecido na televisão¹¹⁵.

Nesse contexto, técnicos sociais temeram que o nome do programa tivesse sido relatado pela vítima em programa de televisão, enquanto que oficinairos temeram que os

¹¹⁴ Entrevista realizada com um técnico social do programa Fica Vivo, dia 30 de setembro de 2012.

¹¹⁵ Entrevista realizada com um técnico social do programa Fica Vivo, no dia 2 de dezembro de 2011.

traficantes pudessem associá-los à figura do delator, sobretudo, pela relação que o presidente da associação tinha com alguns desses profissionais e com o fomento da Rede Leste.

Em entrevista realizada com dois técnicos sociais do Programa Fica Vivo, o psicólogo Daniel (que atualmente é o gestor social do CPC de Uberlândia) ressaltou como um dos pontos mais interessantes do exercício profissional do técnico social do programa são os atendimentos psicossociais aos jovens.

D: Uma coisa que destaco que o grande filão dos técnicos do programa é o contato do jovem, é você estar disponível para o jovem acessar a equipe técnica, dentro do que ele identifica com o problema que ele tem, né. Que pode ser inúmeros, né. O grande “filé mignon” seria o foco do programa no jovem que está ameaçado. E aí programa de controle de homicídio, né. Então é evitar o homicídio. Então o trabalho mais micro que eu vejo desse técnico é o trabalho do jovem, dentro de uma situação de emergência, uma demanda que o jovem tem ele procura o centro de prevenção à criminalidade ou procura a oficina e através do oficineiro ele chega na equipe técnica. Eu pensaria que o contato com o jovem é o ponto mais precioso. Se partir daí eu tenho vários pontos, já que o jovem tem um jeito de chegar, né, tem o CPC, são criados vários chamarizes para ele. A gente chama de atendimento psicossocial, então você corta um pouco o caráter psico, da clínica, você não vai ter uma clínica de longo prazo, você vai realizar uma escuta pra entender o problema para a gente fazer o encaminhamento, a gente trabalha muito com o encaminhamento, alguns casos a gente acaba fazendo uma clínica quando há uma necessidade emergente. A gente tava com uma jovem que a gente não estava satisfeita com a imagem corporal dela, ela tava querendo fazer alterações hormonais a partir de cirurgias, né. Ela queria ser homem. Então isso poderia se caracterizar como um atendimento mais a longo prazo, embora a maneira que entendo o funcionamento do programa, aí eu coloco a visão micro do aspecto que você está falando, *três pontos de contatos: os jovens, os oficineiros e a rede*. É a partir dessa escuta é que fazemos o encaminhamento para a rede, para o sistema de saúde, então vamos acionar o PSF que vai até a jovem, pra lá encontrar o acompanhamento que será a longo prazo, que aí vai ser uma questão de saúde em si, saúde mental de fato e não um foco *strito* social, não que a gente vai fazer o *strito* social, mas entendo que a gente vai fazer o *anamnese* um foco de perguntas mais aprofundadas, o médico faz anamnese.

N: Acho que o sociólogo não faz anamnese

D: Acho que é entender a raiz daquela queixa, você aprofundar a discussão. Uma diferença com uma pesquisa como a sua você traz a queixa para o problema da pesquisa e não o sujeito, você não está aqui para saber dos meus problemas tem um problema base, aí que faz a diferença para uma pesquisa psicológica, mas assim eu tenho um referencial que utilizo pra tudo na vida quando to aqui, no SOS mulher, mas não tenho uma formação específica, precisa ser psicanalista para estar aqui, precisa ser cognitivista pra estar aqui, tem que ter uma formação humanista. Então o técnico social pode ser de vários lugares: psicólogo, historiador, filósofo, cientista social, assistente social, advogado eu não sei se teve, mas acho que também se enquadraria, não seria uma disparidade que se faz uma escuta e percebe-se que todos esses profissionais têm esse perfil, cada um dentro de seu arcabouço teórico para se fazer essa escuta, acho que é aí que eu te respondo, não tem especificamente um conteúdo. O que eu percebia pela vertente da UFMG uma tendência mais psicanalista, isso eu falo por conta de supervisores de outros programas, por outro lado a vertente da análise institucional também paira, ela tem uma força interessante que é uma ramificação da psicologia que passa pela clínica e é social então você vai ter *Gregório*

Baremlitt que está ligado com o pensamento do *Felix Gattari* e do *Deleuze*. Então, seguiria por aí, mas não tem um padrão, no contrato, na CLT que você tem que seguir¹¹⁶.

Para ele, apesar da necessidade em se cumprir todas as normativas do programa, os atendimentos psicossociais produzem uma liberdade de pensamento científico no exercício da política pública. Assim, possibilita a política ser um “caldeirão misturado” envolvendo múltiplas bases teóricas, algumas advindas dos atendimentos com os supervisores, outras das suas formações pessoais, possibilitando assim iniciativas intervencionistas interteóricas. Na sua trajetória pessoal o técnico social atribuiu uma correlação entre os seus atendimentos psicossociais e a linha teórica deleuziana e gattariana, filtrada regionalmente na psicologia de Gregório de Baremlitt.

Se a interpretação sociológica, antropológica, filosófica ou histórica de Foucault, Deleuze e Gattari estão registradas muito mais na perspectiva antinormativa, a psicologia instituiu através da figura de Gregório Baremlitt uma genealogia pós-estruturalista que se utiliza de um exercício profissional intervencionista a partir da leitura desses autores, sobretudo das obras escritas pela dupla Giles Deleuze e Félix Gattari.

É notável durante entrevista com outros psicólogos do programa Fica Vivo como houve uma adesão considerável desses profissionais orientados por ações intervencionistas tendo como base das suas iniciativas a *Fundação Gregório Baremlitt de Minas Gerais*, situada na cidade vizinha de Uberaba e que funciona em parceria com o CAPS-AD da prefeitura. De acordo com a carta de princípios localizada no sítio eletrônico da instituição:

A Fundação Gregorio Baremlitt é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que continua a linha de outra instituição que a precedeu, o **Instituto Félix Guattari de Belo Horizonte**. As duas se baseiam nas ideias e práticas do Movimento Instituinte: conjunto de saberes e fazeres que tenha como utopia ativa incentivar os indivíduos e coletivos nas diversas modalidades de autoanálise e autogestão, especialmente, baseadas nas preconizadas pela Análise Institucional de *R. Lourau*, pela Esquizoanálise de *G. Deleuze* e *F. Guattari* e pelo Esquizodrama de *Gregorio Baremlitt*. Esta organização tem por finalidade principal a plena compreensão, assunção e aplicação dos princípios deste Movimento, aos quais se compromete a cumprir e a fazer cumprir por todos os meios ao seu alcance e de maneira adequada às conjunturas nas que suas práticas se realizem (BAREMBLITT, 2015).

¹¹⁶ Entrevista realizada com dois técnicos sociais do programa Fica Vivo, no dia 22 de setembro de 2011.

Para esses psicólogos as pessoas estão essencialmente vinculadas ao mundo com dimensões do imprevisível, da desordem e do caos. Como Baremlitt descreve em seu livro *Introdução da Esquizoanálise* (2003) as iniciativas da fundação vislumbram produzir *dispositivos de potência* disponibilizando para o público (indivíduos, corporações, grupos sociais) através de abordagens terapêuticas/holísticas como a *Esquizoanálise*¹¹⁷ e o *Esquizodrama*¹¹⁸. Do movimento instituinte é constituído uma ontologia social de produções desejantes, cujas finalidades não são planejadas e inevitavelmente estão fadadas aos acasos. Diante desses preceitos teóricos alguns técnicos sociais do programa Fica Vivo acreditam na compatibilidade entre a articulação dessas abordagens pós-estruturalistas com as normativas e as metodologias preventivas do programa oriundas, principalmente, das supervisões.

No campo das ciências humanas e dos movimentos sociais algumas congruências são perceptíveis entre certas noções como, por exemplo, a de dispositivos de potência e a noção de empoderamento. Essas congruências colaboram para um maior entendimento teórico de matrizes diferentes em Uberlândia, possibilitando uma espécie de fusão comunicacional entre teorias sociológicas intervencionistas (como a teoria da desorganização social, das janelas quebradas e da ecologia do crime), os discursos de movimentos sociais que desejam “empoderar a comunidade”, das psicologias sociais e das teorias *pós-estruturalistas* que visam manipular nas pessoas, grupos ou corporações dispositivos de potência.

Apesar dessas semelhanças é importante demonstrar as inflexões entre as narrativas. A mais perceptível entre as teorias pós-estruturalistas em relação aos preceitos canônicos das ciências humanas é a de utilizar um “caminho terapêutico” que visa romper radicalmente com

¹¹⁷ A Esquizoanálise: “é uma concepção da realidade em todas as suas superfícies, processos e entes, e também nas suas individuações inventivas como acontecimentos-devires. Para essa concepção, a produção e o desejo revolucionários são imanentes entre si e produtores de todas as realidades. Consiste em uma ampla leitura da realidade, tanto natural, como social, subjetiva, industrial-tecnológica, assim como de uma realidade outra, pluripotencial e imperceptível. Essa abordagem propõe uma série de dispositivos e procedimentos para a transformação do mundo e trabalha com todas as agrupações e práticas humanas inventivas e mutativas” (BAREMLITT, 2015).

¹¹⁸ O Esquizodrama: “baseado na Esquizoanálise de Deleuze e Gattari, assim como em contribuições científicas, filosóficas, políticas e artísticas de diversos autores principalmente Antonin Artaud, o Esquizodrama foi criado por Gregorio Baremlitt e colaboradores já faz quarenta anos de acordo com um paradigma ético-político-estético-tecnológico. Trata-se de um procedimento que pode ser utilizado em todo tipo de organização, estabelecimentos, grupos e também indivíduos, com finalidades terapêuticas, pedagógicas e organizativas, consubstanciadas em um próprio inventivo. Este procedimento é praticado cotidianamente no Instituto Feliz Gattari, na Fundação Gregorio F. Baremlitt, em vários países da América Latina e Europa. Pode ser empregado por finalidades terapêuticas, educacionais, artísticas, políticas, etc. aos dispositivos que o psicodrama trabalha denomina-se Klínicas, por referência de Klinamen, palavra grega que significa desvio e invenção” (BAREMLITT, 2015).

os preceitos estruturais, binários da ciência convencional e também àqueles amparados na visão freudiana da busca pelo autocontrole através da psicanálise. Amparado por essa teoria o técnico social do programa descreve de que maneira ela pode ser utilizada nos atendimentos psicossociais cujo objetivo é intervir para o jovem acessar várias experiências públicas e privadas que possam contribuir para uma melhoria na sua vida.

É que ele [o jovem] não chega aqui escamoteando, querendo te ver, te encontrar. E aí dentro dessa visão que eu trabalho que é mais Deleuziana. O caminho é por aí mesmo, pegar essa demanda que é despertada no sujeito que ela faça sentido e não trabalhar no caminho que você queria direcionar. É trabalhar com autonomia, né. De quando ele precisar ele tem espaço de referência, é isso que eu entendo em acessar o espaço [do programa]. Ele saber que existe quando ele quiser ele vem aqui, seja acessando um trabalho psicossocial, um trabalho de oficinas, ou participando de reuniões da rede, ou dos eventos da rede, ou indo na oficina de vez em quando. Eu passo por lá e quando eu tenho problema eu deixo o problema por lá e quando eu não tenho eu falo um oi para a galera e curto esse momento, então tem varias formas do jovem acessar o programa e quando ele faz isso, cabe o nosso olhar de ver quando ele esta pedindo socorro. Teve um caso de um menino que estava tentando suicídio, ele não falou pra gente explicitamente estou tentando um suicídio, a gente foi percebendo detalhes muito diferente dele, comportamento exaltado, falas desconexas, machucados pelo corpo, isso são sinais ele não tava pedindo ajuda, nitidamente sobre isso, mas ele tava procurando a gente, ele passa por aqui no caso varias vezes. Então eu identifico isso, eu reconheço que a ponta, o carro chefe são os oficineiros onde tudo isso vai chegar de imediato. Se você ver o CPC aqui ele é legal mas está fora do fluxo, chegar até aqui se for pensar no Dom Almir, se pensar lá na ponta no Dom Almir como chega na gente? Às vezes ele sai daqui porque estava com débito, estava com dívida. O oficineiro vai ser o primeiro contato, mas a partir do nosso contato nas oficinas e nos monitoramentos, o primeiro momento vai ser aquele olhar que se tem com o estranho, o estrangeiro¹¹⁹.

Diferente das formas de empoderamentos passivos dos circuitos esportivos e artísticos constituídos na Rede Leste, o relato do técnico social demonstra como o atendimento psicossocial busca vincular ativamente o jovem que está “pedindo socorro” a uma instituição especializada adequada a sua demanda. Nesse vínculo é perceptível que a colaboração dos agentes do programa ao jovem atendido trará uma maior potencialidade a essa relação, visto que o jovem estará chancelado por um profissional graduado vinculado a um programa de políticas públicas, no momento em que for encaminhado para a instituição demandada. Apesar dessa chancela é perceptível, como vimos no relato da Rede Leste sobre as formas de encaminhamentos dos adictos aos programas de saúde pública e assistência social municipal e nas entrevistas dos técnicos sociais, até mesmo como os profissionais graduados das

¹¹⁹ Entrevista realizada com um técnico social do programa Fica Vivo, no dia 22 de setembro de 2011.

instituições possuem uma tremenda dificuldade em acessar ou conhecer os complexos procedimentos normativos de encaminhamento de certos serviços demandados pelos jovens.

Quando a gente fala acionar a rede é fazer a política pública de fato acontecer e que cabe a cada órgão. Por exemplo, quando a gente encaminha um jovem de menor idade para o Conselho Tutelar, a gente quer que o conselho tome as medidas protetivas com essa criança e adolescente, então a gente encaminha, a gente telefona, fica no pé para ver se já tomou as medidas cabíveis. Quais os procedimentos que foram feitos deles. E é difícil viu Márcio, às vezes, é muito difícil. A escola não tem vaga, a menina quer trabalhar, mas o filho é pequeno. Então como conseguir uma vaga, como alertar-la para o período certo de fazer inscrição. É isso que chamamos do trabalho em rede. Nem todo dia a gente recebe demanda de menino ameaçado de morte. A gente recebe demanda de emprego, como facilitar a inserção social. A então vamos acionar a ICASU para estar presente e aí a gente faz diálogo no seguinte sentido, olha a gente precisa de meninos que façam cursos. Será que é possível, vocês nutrirem esse menino¹²⁰.

Nesse tipo de trabalho as demandas mais graves dos jovens também tornam a dinâmica das redes mais complexas e difíceis de serem executadas também pela demanda “delicada” que os jovens trazem.

Vamos pensar em estratégias juntos. Vamos dar um outro exemplo, uma menina envolvida com o tráfico e acabou saindo cega da história, entrar em contato com o aparelho público, saber se ela tá frequentando, se possível fazer um acompanhamento, sanar as dificuldades, por exemplo de falta de varetinha, vale transporte para acessar o local. É cobrar da rede o papel dela. A rede que eu falo são os aparelhos sociais que estão localizados na região, que estejam **dispostos e disponíveis a fazer esse diálogo porque nem todos estão disponíveis**¹²¹.

O exercício profissional do técnico social do programa Fica Vivo torna-se um respaldo burocrático para que os jovens desses bairros garantam acesso aos aparelhos sociais com um mínimo possível de disjunções burocráticas. Nesse aspecto essas iniciativas são de grande valia na medida em que trabalham para amenizar os impactos nefastos dessas disjunções das instituições públicas, privadas e do terceiro setor brasileiro, ocorridas ao longo da história e, em especial, do último período de redemocratização do Brasil.

¹²⁰ Entrevista realizada, com uma técnica social do programa Fica Vivo, no dia 22 de setembro de 2011.

¹²¹ Entrevista realizada com Daniel, técnico social do programa Fica Vivo, no dia 22 de setembro de 2011.

Por outro lado, é perceptível como essas teorias pós-estruturalistas em certos momentos se reificam na medida em que entram em conflito com as normativas do programa. Em alguns casos as práticas profissionais são refletidas por certas técnicas sociais como um instrumental de vigilância dos jovens.

O Programa na verdade é esse monitoramento do jovem, para onde ele está indo, o que ele está fazendo, com quem ele está se envolvendo no tráfico, se envolvendo em situações de risco, situações de violência, como ele está sendo aliciado, se ele está na escola, se ele não está. Tanto que as escolas são parceiras e algumas oficinas funcionam dentro das escolas. Então o que que acontece, tinham esses braços que o pessoal chamava de assentamentos do Zaire Rezende, para mapear esses jovens de lá. Porque em BH era assim o jovem que era membro de gangue atravessava a rua, morria. Aqui em Uberlândia não é assim, mas ele não circula muito. O menino que morava no Zaire Rezende tinha muita dificuldade em participar de atividades no bairro Morumbi. *“Ah, você é do Zaire”*. Aquela segregação típica que o jovem faz. Então, todo o equipamento social que chega no setor, chega no Morumbi. O Dom Almir, por exemplo, tem uma escola, um posto médico da prefeitura, mas muita coisa está lá no Morumbi. A maioria das coisas o Morumbi centraliza. Mas a maioria dos jovens não circula muito, porque a ideia é promover a circulação dos jovens. Alguns circulavam, mas nem todos. Eu coloquei duas oficinas de capoeira lá no São Francisco próximo à penitenciária, porque tem aquele fenômeno do camarada vir presa e a família vem toda, sem infraestrutura nenhuma. E ali vai formando aquela comunidade de parentes de presidiário¹²².

Para psicólogas/técnicas sociais de teoria pós-estruturalista algumas das normativas e práticas sociais do programa Fica Vivo geram conflitos com suas perspectivas teóricas de formação profissional. Elementos sobre o que está sendo levado do trabalho micro do oficinheiro e do técnico social para a estrutura macro dos grupos de intervenção estratégica e da gestão social tornam certas reflexões desses técnicos com contornos angustiantes.

A: Eu acho que o risco tem, mas a gente é incitada a qualificar esse risco. Para que não seja algo assim: nome é algo para não ser dito em reunião, mas ao mesmo tempo se você não sabe o nome do sujeito, você não dá conta de trabalhar alguma atividade. Você chega num ponto do trabalho que esse nome vai aparecer, aí você vai qualificando e passa esse nome para a gestão, onde esse nome vai para uma discussão maior de intervenção estratégica. Aí chega num ponto que esse nome dependendo de várias situações que eles vão percebendo “lá em cima”, eu falo lá em cima porque está acima da gente mesmo, pode chegar numa atitude de repreender, prender o sujeito mesmo. De decidir isolá-lo de uma situação em que ele está convivendo com a sociedade. Então eu vejo, eu acredito que a gente camufla esse trabalho, porque a gente vai no foco. Porque a gente faz prevenção com a pessoa que está envolvida, não é com quem não está envolvida. Então, se a gente faz proteção com uma pessoa que

¹²² Entrevista realizada com uma técnica social do programa Fica Vivo, no dia 22 de outubro de 2013.

está envolvida a gente tem o interesse sim, de estar também pensando uma forma de reprimir esse sujeito na violência.

B: Posso falar do meu olhar sobre isso que você está falando. O que eu entendo. A gente de algum jeito acaba alimentando a intervenção estratégica. Quando a gente está com o sujeito e sabe do envolvimento dele, e aí a gente tenta se aproximar, fazer vínculo. Aí eu entendo que é a partir daí que a equipe vai atuar junto com o oficinairo. E aí claro, é na prevenção à criminalidade. E aí a repressão qualificada vem quando um desses sujeitos é muito envolvido e ele pode atrapalhar a dinâmica do território, incidindo em homicídio, conflito, em controle, nesse sentido. Essa perspectiva que você trouxe eu achei interessante que a gente camufla. Camuflar o que?

A: Camuflar porque estamos controlando, né. Estamos em uma medida de controle dos jovens e é assim, por mais que você encontre esse jovem e faça vínculo eu fico pensando até que ponto isso é perverso, sabe. Aí eu falo por uma questão maior, por assim, a gente faz o vínculo com o jovem, faz uma confiança, uma parceria, mas no final das contas isso é passado para um grupo maior onde eles vão pensar situações, ações pra reprimir esse jovem, entende! Por vez enclausurá-los por conta que ele solto está movimentando um tráfico, porque está morrendo muitos jovens, tanto que eu sou usada para que isso seja feito. Eu, os oficinairos, os técnicos e aí quando a gente coloca isso em supervisão para diretora do programa, pra supervisão, pra gestão eu entendo o papel delas, mas elas tentam ao tempo todo florear colocam assim: “Não, então a gente tem que problematizar, qualificar”. Para fazer todo um sentido dessa ação, mas no final das contas eu acho que é isso¹²³.

Nessa entrevista com duas técnicas sociais do programa Fica Vivo emergiu um debate que tornou explícitas as ambivalências das formas de controle social sobre a população juvenil dos bairros atendidos pelo programa Fica Vivo. O ponto de inflexão entre a dimensão normativa da proteção social e da repressão qualificada é lida de maneira crítica pela técnica social de inspiração pós-estruturalista, ao demonstrar mal-estar em saber que as informações que adquiriu com o vínculo adjunto aos jovens e os oficinairos serão, de alguma forma, circuladas para o eixo da repressão qualificada. Dessas relações entre os dois eixos resultam o temor de certas decisões poderem ser deflagradas por meio de medidas repressivas face às medidas protetivas.

Se por parte dos técnicos sociais essas representações simbólicas sobre as suas funções burocráticas dentro do aspecto mais amplo das políticas de segurança pública mineira são controversas, em relação à percepção das abordagens policiais nos bairros de atuação do programa as representações simbólicas são quase consensuais: por um lado, os relatos convergem para uma inadequação das abordagens desses agentes da segurança pública,

¹²³ Entrevista realizada, com duas técnicas sociais do programa Fica Vivo, no dia 22 de outubro de 2013.

incluindo o GEPAR, sobre a população local; por outro lado, descrevem que grande parte dos policiais que atuaram na rede de proteção social desempenharam um excelente trabalho.

Eu acho que ainda é um policiamento comum. Ainda está longe de ter critérios de abordagem. Eles vêm o jovem como inimigo, aquela coisa dos jovens que foram presos. Já ouvi vários relatos de jovens que se sentem perseguidos, do policial do GEPAR passar e falar assim: *“Tá livre hein, saiu. Vamos ver se não volta”*. Não é essa a maneira de abordar, né. Você confronta, você ameaça, você banaliza, você irrita, você entra num nível quase de adolescente mesmo, né. É quase como se fosse uma galera contra a outra. É complicado. Quando você pensa, como conversar com o jovem na linguagem dele, não é ofendendo como ele ofende, não é ameaçando como ele ameaça, mas é ensinando para ele uma outra maneira de dialogar, com respeito, com educação, mas numa linguagem que não precisa ser tão madura, tem que ser uma coisa mais jovem. É nesse sentido que a gente fala, né. Eles [policiais] estão longe de saber abordar, porque o que acontece, tem uma lógica por trás que a polícia é herói e o jovem é bandido. E o mais louco é que eu tive oportunidade pelo Fica Vivo de participar de duas formações de capacitações de turma do GEPAR, onde eu ia como técnica do programa falar dessa abordagem do jovem. E parte dos policiais que estavam ali, todos muito jovens, de no máximo 23, 24 anos, eles não tinham compreensão do que a gente estava falando. E a gente via que eles iam tratar com jovens que eram pouca coisa mais novos do que eles ou da mesma idade. E você via também quais os motivos que aqueles jovens que estavam na plateia que o objetivo de entrar na polícia e no GEPAR é aquela coisa legal, de estar no carro, estar perseguindo, de ter uma maneira legalizada de portar arma. Então, até o momento em que ele tomou a decisão de ser policial, ele era muito parecido com aquele jovem que ele vai combater, confrontar. Então, ao mesmo tempo tem essa coisa igual do policial do GEPAR, lá da periferia também. E ao mesmo tempo, ele se sente diferente pela roupagem. Ele olha no espelho e vê que está fardado. Ele pode usar arma, mas aquele menino não pode, a arma dele é contrabandeada. Então, ele sente um poder que, às vezes, a idade dele não comporta. Ele não tem maturidade para entender o que ele está fazendo ali, né. Assim, a impressão que eu tinha é que eu falava e vinha uma perguntas absurdas, no sentido de desmascarar a equipe do Fica Vivo. Eu ouvia muito isso: *“Ah, vocês passam muito a mão na cabeça de bandido, dá colo para bandido, fica com dó de bandido”*. Quem atua na área social tem esse preconceito, né¹²⁴.

Interessante notar a especificidade da reflexão dessa técnica social em perceber como essa relação de identidade se potencializa, através de relações de semelhanças e diferenças demonstrando, por um lado, a proximidade entre as faixas etárias e, por outro, a farda como um marcador de diferença legal e ilegal entre os jovens policiais considerados heróis e os jovens das áreas de risco classificados como bandidos. O relato da técnica social também demonstra que os conflitos entre as normativas da proteção social e da repressão qualificada e as representações simbólicas dos profissionais desses eixos acerca do público alvo possuem sentidos diametralmente opostos. Assim, o dilema entre proteger os jovens buscando

¹²⁴ Entrevista realizada com uma técnica social do programa Fica Vivo, no dia 18 de outubro de 2012.

encaminha-los as redes de proteção social e acionar medidas repressivas de abordagem, acautelamento ou, até mesmo, de violência nas abordagens aparecem como uma linha tensionada dentro das diferentes atividades desses profissionais com a população local.

Por mais que essas representações sociais dualistas impossibilitem uma ação mais harmônica entre técnicos sociais e policiais, deve ser ressaltado que a troca de experiências como, por exemplo, a oportunidade de uma técnica social do Fica Vivo em ser convidada a falar em cursos de capacitação para policiais demonstram como a PM aciona e proporciona trocas expressivas entre os representantes dos dois eixos.

Todas essas experiências relatadas na tese – capacitações com foco nos direitos humanos e as posturas normativas dos policiais nas reuniões de rede, bem como as denúncias de policiais sobre certos colegas acusados de pertencer “à banda pobre” – demonstram como os policiais mineiros possuem representações bastante heterogêneas sobre suas ações com as populações. De toda maneira, no que se referem aos policiais que atuam capilarizados nas rondas cotidianas desses bairros, quase todas as reflexões dos profissionais dos programas – técnicos sociais, gestores e oficineiros – sobre suas práticas sociais corroboram os relatos de uma forma inadequada de abordagem.

É o que o Estado oferece hoje, né. Mas ela não está preparada. Ela é muito cobrada, mas ela não está preparada para responder, né. Pouquíssimos policiais sentavam comigo para discutir a filosofia da comunidade, sabe. Como mudar a sociedade, aquela comunidade ali, de que eles precisam, de que eles não precisam. A maior parte deles, não tem disponibilidade para dialogar. É muito truculento ainda, age com a força. E eles são educados dentro da hierarquia lá na polícia. Aquele respeito, aquela hierarquia quase que sei lá, uma obsessão. O cara lá, chega, tem que bater continência aquela coisa. Quando a gente estava lá dentro das companhias de polícia a gente percebia isso. Ainda há uma maneira muito rigorosa do militarismo de agir da polícia que dificulta o acesso deles na comunidade. Alguns policiais eu achava maravilhosos, mas eu conto nos dedos das mãos aqueles que eu achava que realmente tinha um perfil para estar ali, que tinha paciência de parar o carro na calçada e ouvi o relato de uma pessoa da comunidade. Teve um que chegou a relatar pra mim uma vez, uma coisa assim: “Sabe, eu não tenho paciência, sabe. Eu paro meu carro e fico ouvindo o rádio e fico ouvindo atenção viatura tal, suspeito na rua tal. Eu quero ir, eu quero perseguir, eu quero pular o muro, eu quero algemar e eu tenho que ouvir o relato do problema do papagaio da vizinha. Eu fui educado na polícia para perseguir, atirar, prender, aí eu levo para décima sexta DP e fui, outra ocorrência”. Então ele mesmo se descreveu dessa maneira¹²⁵.

¹²⁵ Entrevista realizada com uma técnica social do programa Fica Vivo, no dia 18 de outubro de 2012.

Além dos técnicos sociais, alguns oficinairos moradores locais também não concordam com as formas de procedimentos da polícia no bairro. Em entrevista realizada com um oficinairo em sua casa, ele chancela a opinião sobre a abordagem policial na comunidade ser inadequada. Por coincidência, no momento da entrevista ocorreu próximo à casa do oficinairo um conflito armado entre policiais e jovens. Segundo as informações do filho do oficinairo, supostamente um jovem tinha sido baleado por tiros de borracha disparados por policiais.

O: Vai demorar um pouquinho porque eles foram ver o caboclo que está deitado lá. Teve pra baixo aí, uma troca de tiros. A polícia não tem perdão, mata mesmo.

M: O que o senhor acha do papel da polícia aqui no bairro?

O: Eu acho assim, aqui sem polícia vira bagunça, mas eu acho que tem umas coisinhas assim que eles extrapolam. Da forma de abordar, você entendeu. Apesar que não tem ninguém escrito na testa o que que ele é, se é bandido ou se é pessoa de bem. Mas, muitas vezes, a forma que eles chegam e jogam a gente na parede independente de quem seja. Eu acho assim, que deveria ter uma outra forma de abordar. O GEPAR ele foi criado pra isso, tipo quando o bairro está um barril de pólvora é ele que está na frente, ele é o carro chefe. Você vê que o GEPAR só foi criado nos bairros que as coisas estão descontroladas. Que é essa região nossa, Canaã, Guarani, alto São Jorge, é só nesses locais que precisa. Então como eu tava falando, pra gente que não faz parte é uma forma muito truculenta. Se eles têm um sistema de averiguação eles tinham que saber quem é e quem não é. Então, eu estou num programa hoje que tem esse vínculo, mas a gente não aceita¹²⁶.

Em suma, pelo conjunto de relatos que possibilitam criar um panorama descritivo de representações simbólicas e práticas sociais dos profissionais desses programas de prevenção à criminalidade na cidade, a pesquisa entende como as políticas de segurança pública e de prevenção à criminalidade propiciaram experiências multifacetadas para a população local, sobretudo os jovens de 14 à 24 anos faixa etária do programa Fica Vivo.

Dessas experiências destacam-se as várias ações voltadas aos atendimentos psicossociais realizados pelos técnicos sociais como formas do jovem acessar com mais potencialidade várias instâncias burocráticas desconhecidas ou então distantes do universo da população local. A longa trajetória da Rede Leste que mesmo com momentos de refluxos desempenhou um papel importante de articulação social entre as instituições supralocais. Todavia, percebe-se que essas ações supralocais não efetivaram uma relação de alteridade com as produções e os moradores locais. Assim, no campo da política o esvaziamento das

¹²⁶ Entrevista realizada com oficinairo do programa Fica Vivo, no dia 11 de fevereiro de 2012.

lideranças locais e dos moradores nos encontros da rede foi um demonstrativo das limitações políticas da rede.

No que tange os projetos locais de arte, esporte e educação percebe-se que o vínculo da Rede Leste também é apenas indireto. Como vimos, o sofisticado fomento dos circuitos esportivos é produzido por professores e oficinairos (incluindo alguns do programa Fica Vivo) não havendo assim por parte da rede uma preocupação em gerir eventos dessa natureza. Sobre os eventos artísticos-culturais suas produções episódicas oscilam entre: 1) consolidação de circuitos de produções supralocais no bairro; 2) produções esporádicas e episódicas de eventos que envolvem a linguagem local voltada para o *hip hop*.

As múltiplas representações coletivas sobre as questões trabalhistas, dos riscos profissionais, das ações de vigilâncias do programa, bem como das relações com o eixo de intervenção estratégica e repressão qualificada demonstram como essas experiências são ambivalentes, gerando ações protetivas, eficazes, capazes de colaborar diretamente para o bem-estar da população juvenil, e ações repressivas, que dependendo da situação podem desencadear uma série de eventos repressivos, podendo deflagrar acautelamentos de jovens desviantes, homicídios de lideranças locais, operações policiais e, principalmente uma vigilância disciplinar sobre jovens dessas localidades.

7.5 Os gestores sociais e o Centro de Prevenção à Criminalidade

Durante o trabalho de campo, três psicólogos – Flávia, Natalia e Daniel – passaram pelo cargo de gestor social do CPC de Uberlândia. Com funções de conduzir os programas estaduais instalados na cidade, de empreender a gestão dos recursos humanos e materiais dos CPCs de base local e municipal, bem como representar a SEDS em ações e reuniões que envolviam as políticas estaduais de prevenção à criminalidade, os gestores sociais possuíam várias frentes de trabalho que se ramificavam: desde ações de consertar pequenas coisas estragadas no ambiente de trabalho até integrar reuniões privadas com setores estratégicos das polícias e das agências jurídicas da cidade e do Estado.

Sobre o exercício da política de prevenção na cidade, a gestora Flávia destaca o excelente desempenho no trabalho dos técnicos sociais dos programas Fica Vivo, CEAPA e

PRESP. Acredita que o trabalho desses programas é muito importante para se estender um braço mais humanitário no campo da segurança pública e da justiça na cidade. O maior problema que destacou na sua gestão foi a ausência do programa Mediação de Conflitos. Para a gestora, o programa poderia contribuir mais para o exercício das políticas de prevenção à criminalidade na cidade.

Quando ele veio pra cá em dois mil e cinco em Uberlândia, tinha um outro programa que é o Programa de Mediação de Conflitos, né. No entanto, a prefeitura não acertou, na ocasião, porque tinha um programa que eles entendiam que era muito similar, bastante parecido, que era desenvolvido pelo PISC, né. Então, eles não aceitaram o Mediação de Conflitos, então por isso que em Uberlândia só tem o Fica Vivo, acho que você conhece em Uberaba, né. No centro de base local né, ou de base territorial. O que acontece? Tem o Fica Vivo e tem o Mediação de Conflitos. Aqui só tem o Fica Vivo, infelizmente, né. Porque isso daria uma outra ferramenta de trabalho pra nós, por exemplo, a questão da articulação comunitária na região acaba sendo feita pelo Fica Vivo e por mim. Se tivesse o Mediação isso seria feito pelo Mediação. Quer dizer, não que o Fica Vivo ele não tenha isso também enquanto foco, porque enquanto ele trabalha com a proteção social, ele tem que fazer isso, só que isso otimizaria porque daí a equipe não ficaria, de uma certa forma, sobrecarregada unicamente com isso, teria um outro programa que também estaria lidando com esse viés, né. Essas informações poderiam ser compartilhadas, né. Enfim, não tem o Mediação de Conflitos aqui em Uberlândia.

E esse programa o PISC que você falou aí?

O PISC não existe mais agora em Uberlândia também. Eu acho que desde dois mil e onze não existe mais, o PISC ficava sob a responsabilidade da Defesa Social municipal.

E em função da extinção dele há uma conversa, um diálogo pra se incorporar o Mediação de Conflitos aqui ou não há?

Pois é, o Mediação de Conflitos até antes da extinção dele tinha um diálogo nesse sentido, na verdade a coordenadoria pensava no Mediação, na implantação do Mediação aqui em Uberlândia, só que daí isso não foi feito e depois vieram os cortes e com os cortes a inviabilidade de colocar o Mediação aqui. Porque demanda tempo pro Mediação, até o que, por exemplo, a gente pensa na questão dos bairros irregulares, né. Isso que seria um grande vilão, né. Pra mediação também tá entrando com isso, no entanto, não se cogita isso por uma questão de corte de recursos mesmo, então isso está, a princípio, fora de questão¹²⁷.

Outro aspecto de destaque no exercício profissional do gestor social é realizar a articulação local da SEDS entre as políticas de segurança pública e as políticas de prevenção à criminalidade. Na prática, essas articulações são realizadas nos eixos de intervenção

¹²⁷ Entrevista realizada com gestora social do CPC de Uberlândia, no dia 10 de agosto de 2011.

estratégica, através de reuniões com outros agentes envolvidos no campo da justiça criminal e cível da cidade.

Aí tem vários ambientes tem o IGESP, por exemplo, que é uma reunião, é uma metodologia de integração entre a Polícia Militar e a Polícia Civil. E o IGESP ele tem uma superintendência que também tá dentro da SEDS e são algumas reuniões que acontecem pra discutir, por exemplo, a questão da segurança pública no município. São reuniões que, eu não sei qual que é a frequência que está estabelecida pra esse ano, mas assim a intenção é reunir atores do município que lidam com essa questão pra discutir um pouco. Mas assim, eles têm métodos, mas quem teria propriedade pra falar com você, de fato, seria o próprio MC. A participação, por exemplo, do SOS Mulher, né, por exemplo, quando a gente fala de crimes passionais. E aí tem o SOS [Mulher] tem uma entrada, né. Nisso é quem que eu falei de participar o CEVIO que hora a polícia convida, hora não convida, não sei, tem a R. que também trabalha com trânsito, que também é lá da FAMED. E uma professora que também participou dessa reunião, enfim, eu acho que é interessante pra você poder tirar suas próprias conclusões desse ambiente, que eu acho que tem uma hegemonia muito grande da polícia, é isso que eu sinto. Mas eu acho que é um ambiente interessante, porque é um ambiente representativo no município, nem todo mundo é convidado pra ir pra esse lugar e assim. Tem dois momentos dessa reunião que eu te falei, tem o momento que discute cada AISP que é dividida em AISPs: Áreas Integradas de Segurança Pública. Uberlândia é dividida em AISPs. Até pra você poder compreender um pouco isso, a AISP é a região integrada, exatamente vai pra além também de Uberlândia, né. Pega uma região de Ituiutaba, Araguari e pega isso, a nona RISP¹²⁸.

Essa descrição demonstra como em Uberlândia se efetivaram, por meio de práticas de reuniões, atividades que envolvem uma integração de agentes que transitam entre o eixo da proteção social e o da intervenção estratégica. Mesmo com esse procedimento integrador funcionando, na opinião de um desses gestores sociais, as questões práticas referentes às políticas de segurança pública em Uberlândia ainda ficam mais concentradas nas representações simbólicas e nas ações das polícias.

Eu acho que a questão da segurança pública aqui em Uberlândia fica muito por conta da polícia, né. Assim, é o ator principal e, por exemplo, aqui a gente não tem uma Superintendência de Defesa Social, né. Que a gente tem, e aí assim pelo contato, que acontece, eu tenho um certo contato com a superintendência porque pra política tá aqui em Uberlândia, tem um termo de cooperação técnica, né. A política ela só está presente aonde existe esse termo com a prefeitura e aí acaba que quem cuida mais desse nosso termo é a Superintendência de Defesa Social e dos diálogos que nós temos, por exemplo, com a defesa social. Por exemplo, a infraestrutura, do núcleo [CPC] esse lugar aqui quem banca é a prefeitura. Qual que é a contrapartida da prefeitura? A questão do aluguel, da segurança patrimonial e da limpeza, né. Então aqui por exemplo, aqui eu também lido com funcionários que não são só do Instituto

¹²⁸ Entrevista realizada com gestora social do CPC de Uberlândia, no dia 10 de agosto de 2011.

Elo, também são funcionários da prefeitura, né. Por exemplo, a S. está de férias, mas ela é vigia, e ela é da prefeitura, a auxiliar de serviços gerais é da prefeitura. Tem o alarme que também é da prefeitura, o aluguel quem banca é a prefeitura e aí tem algum problema aqui: “*ah tem um problema de infiltração!*” e aí nessa questão eu aciono a prefeitura, né. E aí é complicado porque a defesa [SEDS] também tem assim poucos braços pra poder fazer algumas coisas, tem uma limitação de recursos, busca na própria prefeitura, mas também tem algumas limitações, né. E, às vezes, você dá bem com alguma secretaria, mas você dá bem com a outra, né. Então, a função da defesa, de uma certa forma, seria muito mais do que só arcar com isso e tramitar com essas questões que a gente precisa, que a coisa precisa funcionar, mas também, por exemplo, é facilitar o trânsito aqui do centro de prevenção com outras secretarias da prefeitura. Só que a gente vê que tem boas relações com alguns, não tem com outros e essa coisa toda que a gente vive, quer dizer então que isso acaba não sendo um facilitador, nesse sentido.

M: Nossa, o seu trabalho é grande hein?

(risos) Vai desde a descarga que não está funcionando até você participar de algumas mesas, né. E ser convidada pra representar, entendeu? Então, é mais ou menos isso, por exemplo, a infraestrutura de cuidar que as coisas funcionem minimamente, mas assim tudo não funciona. Tem um dinheiro aqui que você pode fazer você entendeu! Você tem que ir lá na prefeitura e são mil coisinhas nesse sentido. Então, tem essa questão da infraestrutura que também me compete, tem dentro da SEDS uma diretoria que cuida da infraestrutura, mas quando você está no interior isso fica mais difícil, como é acessa a isso? Você acessa via prefeitura, né. Então isso complica. Não tem como, por exemplo, em outras localidades, por exemplo, pensando em Belo Horizonte, a questão às vezes até do núcleo em si dos serviços gerais, da questão da limpeza são contratados pela SEDS, só que aqui a gente não tem o vínculo e por isso que tem esse contrato com a prefeitura¹²⁹.

Assim, diferente de Belo Horizonte, os gestores sociais dos CPCs localizados nas cidades do interior exercem uma função de trabalho mais flexível, ao cuidar da infraestrutura das bases locais e municipais. Sendo assim, eles são os agentes responsáveis pelo cumprimento das relações contratuais com o ente municipal e se relacionando com várias secretarias das prefeituras municipais, esse agente da gestão descreve como essas atividades em certos setores implicam acessos burocráticos muito complicados. Nesse aspecto, a distância com a capital e com o *staff* de supervisão do programa proporciona uma série de dificuldades e desafios na execução das políticas estaduais na cidade.

Além dos agentes da gestão social destacarem os trabalhos macrossociais de integração com as polícias e vários atores envolvidos com as políticas estaduais de segurança pública nas reuniões de Integração e Gestão da Segurança Pública, eles também destacam as ações microssociais específicas das políticas de prevenção social cujas necessidades das articulações locais visam encaminhar ou facilitar os acessos individuais ou de pequenos

¹²⁹ Entrevista realizada com gestora social do CPC de Uberlândia, no dia 10 de agosto de 2011.

grupos dos usuários dos programas primários, secundários e terciários para demandas específicas que eles necessitam.

A articulação da rede, também está no eixo da atuação do gestor. A articulação da rede é você estar em contato, com vários atores do município que são representativos. Aí a articulação da rede, não só da rede local, lá do Morumbi, que você viu que a gente faz mensalmente aí essa articulação. Isso é muito do programa, sabe, porque não necessariamente, por exemplo, tem outras regiões em que a política tá inserida e que não necessariamente é um centro de prevenção a fomentar, por exemplo, essa reunião de rede, né. Às vezes é o CRAS e não tem que ser nós, quem participar desse espaço tem que fomentar ele. E quando a gente fala da proteção social a gente tem que dialogar com esses atores, né. Quer dizer, isso daí, tem que ser uma premissa¹³⁰.

As ações colaborativas com os técnicos sociais do programa Fica Vivo, no fomento dos encontros da Rede Leste também é uma atividade relatada pelos gestores sociais. Sobre o ponto de vista da gestão, uma dessas compreensões sobre a história dos encontros também demonstra as dificuldades das práticas sociais no fomento da Rede Leste e do programa Fica Vivo.

Na Rede Leste as histórias são muito cortadas, porque como eu te falei, eu sou a contragestora aqui em Uberlândia. Então assim, isso também acaba dando uma segmentação nessa história da gente apreender todas as coisas, mas o quê que os técnicos que estavam antes diziam que isso começou, primeiramente, parece, como é que era Mães Sociais, que era um negócio, não sei se o termo está correto, mas que era do PISC junto com a Polícia Militar e com o GEPAR. Quando eu entrei aqui na gestão não tinha sede o programa, os técnicos estavam aqui, né. Até a gente conseguir aquela sede lá na rua Covoal, né. Era uma sede que era lá na Felipe Calixto, se eu não me engano, nessa rua, se eu tiver equivocada no nome, é uma rua bem movimentada, né. E aí parece que começou um problema de pombos. E aí ficou insalubre o local e eles tiveram que sair de lá, sabe assim, uma coisa que parece que foi horrível, né. Na época, a coisa só foi se agravando, né. E sem nenhuma providência de melhorar aquele ambiente. E aí os técnicos saíram e ficaram um ano e meio sem sentar com uma base local. Que dificultava muito o trabalho havia muita queixa em relação a isso e com certeza porque devia deixar muito a desejar, penso eu. Eu não acompanhei, mas era o que eu ouvia, o trabalho demanda visita à oficina, quer dizer, uma série de coisas, a própria reunião em rede, né¹³¹.

Mais uma vez, o encadeamento de eventos problemáticos envolvendo a sede do CPC de base local e os eventos deflagrados através das operações policiais que envolveram prisões

¹³⁰ Entrevista realizada com gestora social do CPC de Uberlândia, no dia 10 de agosto de 2011.

¹³¹ Entrevista realizada com gestora social do CPC de Uberlândia, no dia 10 de agosto de 2011.

e homicídios foram relatados como dificuldades históricas que promovem um desafio maior para a reconstrução das relações entre agentes supralocais e agentes locais nos encontros da Rede Leste.

Essas reuniões de rede, o quê que aconteceu com elas. Elas começaram assim, pelo o que eu sei de uma história aí. O que eu ouvi falar, pelos técnicos, que também ouviram falar, porque nem foram os técnicos que estavam na época, então uma coisa que foi mais ou menos assim. E depois o programa tomou a frente um pouco disso assim, sabe, mais sistematicamente de chamar esses lugares. Só o que o quê acontecia parece que antes, nas reuniões de rede, por exemplo, havia participação de lideranças comunitárias e parece que havia participação no começo, parece que de lideranças comunitárias. E aí, teve uma operação da polícia em fevereiro de dois mil e nove, acho que foi Operação Arena, né. E aí, houve a apreensão de uma quadrilha aqui da região do Morumbi e quando teve essa apreensão, não sei se você soube o quê que aconteceu, eu também não tava nessa época, eu tava entrando, né. Em março houve a morte do presidente da associação. E depois disso quê que acontece, isso eu ouço falar, que antes havia participação de algumas lideranças comunitárias, e depois disso tinha por parte das lideranças dizendo assim, nós não vamos mais participar do encontro de rede. Nós não vamos participar de ambientes onde a polícia esteja participando também e aí com o temor, né, de alguma apreensão por parte das lideranças do tráfico da região¹³².

A leitura da gestora social sobre a participação dos atores da rede também aponta para a direção do esvaziamento generalizado dos encontros locais. A gestora chega a relatar um diálogo com uma liderança local em um evento no bairro visando mobilizar a população para a participação nesse espaço de decisões comunitárias.

Quando eu entro em março, na verdade de 2009, nunca vi assim a liderança comunitária participando desses espaços. E até naquele dia da Alvorada Cultural, pra você ter ideia, que foi em dezembro de dois mil e onze. Porque isso, não era uma hipótese só, eram os técnicos ouvindo de representantes de algumas instituições, ou de lideranças que participaram, né. Não vão participar por conta disso e aí, naquele dia, no Alvorada Cultural, eu conheço uma liderança lá que eu falei assim: *“olha, a senhora não tá participando do encontro de rede, né.. ah não”*. *“Olha, depois daquilo que aconteceu, eu não queria mais participar”*. *“Olha, mas já passou muito tempo, né, quem sabe e se repensar um pouco, né?”* Participar de reuniões tão legais então assim, a gente vê que são reuniões quem articula, na verdade, né desde que eu entrei, somos nós, mas até antes parece que era o Fica Vivo que levanta essa reunião e recentemente a gente tem uma participação mais representativa, por exemplo, do EmCantar, porque às vezes participam outras instituições, mas participam de sentar na mesa e ficar ouvindo. Não assim com uma representatividade ou de fomentar coisas e ajudar a carregar o piano junto, né. Não. E quando a coisa está esvaziando, quem que fica ligando pra deus e o mundo. Eu falo pro técnicos: *“vamos ter que ligar, vamos ter que chamar o pessoal.”* Porque a rede é assim, né, uma hora vai, outra abaixa e aí

¹³² Entrevista realizada com gestora social do CPC de Uberlândia, no dia 17 de setembro de 2012.

nesse histórico o que eu sei pra te falar é a equipe do Fica Vivo que leva isso mais adiante... a equipe do Fica Vivo, a gestão também, eu, né¹³³.

Houve relatos de como a função de gestor social, diferente da função do técnico social, não se utiliza muito de um referencial teórico-metodológico das ciências humanas para exercer o seu cargo profissional. Essa descrição nos pode remeter a quanto esse exercício profissional é mais ligado aos setores administrativos de recursos humanos do que das teorias psicológicas.

Quando eu sento com a equipe pra conversar, por exemplo, algumas questões vão de um pouco da minha experiência dentro do ambiente social, entendeu? E tem um lugar, por exemplo, que é o lugar da supervisão. E aí que eu falo assim, olha se eu for supervisora, eu faria isso, mas você vai perguntar pro seu supervisor. Porque tem alguém que se responsabiliza por isso, não dá pro gestor se responsabilizar por tudo e até porque existe um lugar da supervisão, né, de poder que tem que dar o suporte nesse sentido. Então, não vejo isso tão forte na gestão social. Eu acho que essa questão teórica aí vai do viés de cada um e do recorte, dá sim, mas aí eu acho que tem que tá mais em contato com o usuário. Por exemplo, esse lugar não é meu, eu não tô em contato com o usuário, né. Então o D. [técnico social] está lá fazendo o curso de capacitação, né. E ele consegue ter uma interpretação dentro disso, né. É claro que quando o outro me conta alguma coisa, eu vou buscar os meus recursos e as minhas referências, né. Mas assim, esse nem é tanto o lugar que é solicitado pra mim, mas é claro que você acaba vindo pro seu viés, né. Minha formação é dentro da psicologia e daí não tem muito como não pensar dentro disso. Ah, eu acho que tem vários, por exemplo, como que eu posso te falar, a última coisa que eu estudei foi a teoria do Winnicott, à qual eu tenho bastante interesse. Assim, o Winnicott é um interesse que eu tenho já a uma longa data, mas eu não apresento isso como premissa porque eu busco desenvolver o meu trabalho, aqui é um trabalho mais de gestão. Se eu tivesse que usar alguma coisa acho que eu tinha que usar mais alguma coisa de RH [Recursos Humanos]. Acho que eu sou um pouco avessa a essas questões, não sei, eu tenho um certo preconceito, eu ouço, vejo, mas também não tenho vontade muito de: “*you fazer um curso, sabe!*” Um MBA, um curso de gestão, eu não tenho muita vontade de fazer isso¹³⁴.

Assim, o exercício profissional dos gestores sociais também é desafiador. Da mesma forma que os oficinairos e os técnicos sociais dos programas de prevenção à criminalidade a atuação dos gestores sociais em Uberlândia trouxe mais um importante ator que visa compreender a dinâmica da violência e da criminalidade pelas vias do processo político ligado aos direitos humanos. Por mais que seja questionável o poder de decisão desses sujeitos, e até

¹³³ Entrevista realizada com gestora social do CPC de Uberlândia, no dia 10 de agosto de 2011.

¹³⁴ Entrevista realizada com gestora social do CPC de Uberlândia, no dia 17 de setembro de 2012.

mesmo a retroalimentação das suas ações para as políticas repressivas, as ações práticas desses profissionais trouxeram umas das primeiras experiências históricas sistematizadas de políticas de prevenção à criminalidade para as cidades interioranas brasileiras. O desenho sistêmico do programa Fica Vivo articulado com os outros programas preventivos, bem como o empenho da equipe técnica que atuou e atua em Uberlândia, demonstram, sobretudo, como esses profissionais colaboram de forma mais humanitária para um atendimento burocrático que, muitas vezes, é incompreensível pelo usuário dos programas. Como mencionado pelos técnicos sociais do CEAPA, o programa de Uberlândia é um dos com maiores fluxos de atendimentos a usuários de penas alternativas no Estado. Da mesma maneira, pequenas atitudes como a de viabilizar documentos como a carteira de identidade ou o CPF, perdidos nas caixas de documentos retidos nas delegacias de polícia, colabora para o egresso do sistema prisional viabilizar suas burocracias públicas.

Diante dessas ações humanitárias microsociais da equipe técnica do CPC de Uberlândia que visam nutrir redes de acessos para pessoas em situações de vulnerabilidade social, as relações macrosociais das políticas de prevenção à criminalidade subordinadas às políticas de segurança pública promoveram uma seletividade de patrulhamentos policiais especializados na repressão qualificada em certos bairros classificados como área de risco. Amparada em procedimentos teóricos e metodológicos que, como vimos, incutiram teorias deterministas geográficas nessas localidades. Se considerarmos que parte da população, dessas localidades são pretos e pardos oriundos de regiões de diásporas internas, como o bairro Patrimônio, demais vilas da cidade e de migrações, sobretudo, de cidades do Norte de Minas Gerais e do Nordeste, temos como desdobramento dessa relação a incidência de narrativas deterministas biológica e estética.

Diferente do jovem de outros bairros, o jovem da área de risco em Uberlândia possui um sistema de vigilância especializado e qualificado que, em muitos casos, é incutido na sua vida cotidiana, escolhido de forma aleatória, sem que ele saiba muito bem o que está acontecendo e quais os reflexos transparentes dessas ações nas oficinas e atendimentos psicossociais para a sua vida. Como foi demonstrado, na maioria dos bairros, esse sistema ainda foi implantado sem o seu eixo relativo aos direitos humanos que são os CPCs de bases locais. Por outro lado, é inegável os benefícios desses CPCs de bases locais para segmentos juvenis que desejam realizar atendimentos psicossociais. Assim, para além do momento reflexivo do atendimento, o acesso dos jovens às estruturas burocráticas será facilitado,

podendo assim, ter maiores possibilidades das normativas sobre os direitos civis e deveres fundamentais serem efetivamente cumpridos na prática.

Todavia, apesar dos esforços microssociais dessas instituições de prevenção à criminalidade, seus efeitos foram muito homeopáticos em relação ao contexto macrossocial de Uberlândia. Com o processo de segmentação das áreas de risco nas periferias da cidade, sendo preenchido apenas pelo eixo da repressão qualificada, por meio do policiamento do GEPAR, o resultado foi um tipo de gestão do controle do crime que se coaduna com a tendência mineira da segurança pública atual: o crescimento do encarceramento juvenil.

A reportagem intitulada *Jovens Presos em Uberlândia aumentam 1300% em 10 anos* realizada pela jornalista Layla Tavares, publicada no jornal Correio de Uberlândia do dia 15 de setembro de 2015, apresentou os seguintes números:

A quantidade de jovens entre 18 e 29 anos presos em Uberlândia aumentou mais de 1300% nos últimos 10 anos. No mesmo período, entre 2005 e 2015, a população carcerária da cidade cresceu 142%. Atualmente, a Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga e o Presídio Professor Jacy de Assis abrigam 2.743 pessoas, das quais 1.548 (56,4%) são jovens. Os dados são da Secretaria de Segurança Social de Minas Gerais. De acordo com o Estatuto da Juventude, pessoas com idade entre 18 e 29 anos são jovens (TAVARES, 2015).

Nesse aspecto Uberlândia segue a tendência brasileira do encarceramento juvenil, sendo registrado na cidade a mesma taxa nacional de um total de 56% da população carcerária. A diferença está na velocidade, enquanto a média nacional foi aumentando em uma série histórica maior, segundo os dados do relatório do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen) o crescimento da população dessa faixa etária na cidade foi sete vezes mais acelerado à média nacional.

Conforme dados contidos no relatório do Infopen (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias), divulgado no fim de junho, pelo Ministério da Justiça, a porcentagem de jovens de 18 a 29 anos entre a população encarcerada no Brasil coincide com o número registrado nas unidades prisionais de Uberlândia – 56%. O crescimento nacional, porém, foi em menor escala. Enquanto em Uberlândia, de 2005 a 2014, a quantidade de jovens desta faixa etária encarcerados cresceu mais de 1300% no País, de 2005 a 2013 (último dado nacional disponível), o aumento foi de 177,9% (TAVARES, 2015).

Apesar da reportagem não trazer uma discussão mais detalhada da relação entre o número da população carcerária e a raça, apresentou um quadro que descreve o cruzamento desta categoria na série histórica entre 2005 e 2014 da população carcerária uberlandense.

TABELA 6 – População Carcerária da cidade de Uberlândia: 2005-2014

População carcerária de Uberlândia		
GÊNERO	2005	2014
Feminino	70	124
Masculino	1.063	2.373
COR	2005	2014
Amarela	15	14
Branca	491	920
Parda	459	1.147
Preta	168	416

Fonte: (TAVARES, 2015).

Em 2014, na cidade houve o aumento de 249% da população negra encarcerada em relação a 2005, enquanto que a população branca subiu 187%. Assim, em Uberlândia esses números corroboram a tendência nacional da população carcerária brasileira ser majoritariamente negra (preta e parda), juvenil e masculina.

Diante dessa conexão de sentido entre: i) os aspectos macrosociais do conjunto desses dados apresentados sobre a população carcerária na cidade e a implementação de policiamentos comunitários com ênfase na repressão qualificada; ii) os aspectos microsociais da implementação homeopática dos programas estaduais nas periferias; vimos que, apesar de residual em relação aos outros eixos da segurança pública e de fato não ter conseguido uma mudança efetiva na conjectura atual da criminalidade na cidade, é inegável que as ações dos técnicos, gestores e oficineiros do eixo da prevenção à criminalidade são experiências que possuem dimensões capilarizadas que podem colaborar, em certos casos, de forma qualitativa, para uma melhor condição de vida do jovem dessas localidades pobres.

7.6 A incriminação da Proteção Social: A Rede Oeste no bairro Jardim Canaã

Do outro lado de Uberlândia, na região Oeste, foi loteado, na virada da década de 1980 para a de 1990, o bairro Jardim Canaã. Ele foi planejado seguindo os preceitos da política urbana da cidade que tinha como estratégia lotear bairros distantes do centro, formando grandes áreas de lotes vagos para serem valorizados e loteados futuramente. No caso do Jardim Canaã, passados 25 anos desde sua formação, a construção de novos bairros nessas áreas vazias entre ele e o centro, acolheu os mais luxuosos condomínios fechados e enclaves fortificados dos setores Sul e Oeste da cidade. Assim, em Uberlândia, o Jardim Canaã não se constituiu como “a terra prometida”; na realidade, a constituição da “terra prometida” foi a valorização imobiliária desta grande área vazia proporcionada pela criação do bairro periférico.

Da mesma forma que aconteceu nos bairros periféricos mencionados do setor Leste, a constituição histórica do bairro Jardim Canaã foi cercada de processos jurídicos, ocupações/invasões de microáreas, vendas de loteamentos por empresários e imobiliárias de casas e terrenos com espólios familiares em julgamento. No fluxo migracional houve a combinação de um processo interno oriundo da diáspora negra do bairro Patrimônio e das vilas do entorno da antiga estação ferroviária da Mogiana e um processo externo de famílias que vieram no Norte de Minas Gerais, interior de Goiás, Nordeste e Norte do Brasil.

Outro fator de semelhança entre esses bairros de setores opostos foi a “fama” de periferia criminosa. Mesmo não figurando entre as localidades com maiores taxas ou números absolutos de homicídios e, muito menos, de crimes violentos, a população passa a sofrer um processo de estigmatização. Nesse contexto, como mencionado em parte anterior da tese, em 2007, o bairro foi o segundo classificado como área de risco pelas agências estaduais de segurança pública na cidade.

Em 2009 foi instituída no bairro Jardim Canaã a *Ong Periferarte*, por meio de um grupo de moradores ligados às práticas de arte e educação. Desde 2006, alguns desses moradores do bairro, que são professores de vários tipos de cursos (capoeira, teatro, reforço

escolar, dança, percussão...) e pedagogos, se reuniram sistematicamente e executaram o projeto Periferarte,¹³⁵ realizado através da Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

Mesmo com o foco da Ong sendo a arte e educação, suas atividades políticas e as práticas sociais desenvolvidas na sede atendem a uma série de demandas da população de todas as faixas-etárias. Apesar dos custos do aluguel, energia e toda a infraestrutura para funcionarem mensalmente saírem do bolso dos integrantes da Ong, os espaços físicos da instituição são utilizados por vários braços do Estado no bairro. Servem desde suporte logístico para políticos realizarem comícios, até como espaços cotidianos de aulas realizadas por agentes dos programas de saúde para a família com idosos. Não são apenas os entes municipais e as secretarias que utilizam o espaço, vários entes estaduais, como atividades escolares e os próprios técnicos sociais dos programas de prevenção estadual à criminalidade quando trabalhavam no bairro ainda sem a sede, utilizavam o espaço da Ong para diversas finalidades logísticas. A grande demora nos termos de parceria para achar um imóvel adequado às normas técnicas do CPC de base local no bairro estreitou ainda mais o vínculo da equipe técnica do programa com os agentes da Ong. E desse vínculo, foi constituída, por iniciativa da Ong, a *Rede Oeste*.

Não são apenas os vários braços estatais que utilizam da sede da Ong, várias empresas e instituições do terceiro setor realizam parcerias necessitando de espaço físico para executar cursos na sede local. Em muitos casos, algumas dessas parcerias, mesmo realizada com instituições ricas da cidade, também não trazem nenhuma contrapartida para o local. Para além da estrutura física da sede, a equipe de gestão da Ong realiza um trabalho muito ativo de mobilização social no bairro. Várias atividades públicas visando deliberar problemas do bairro bem como a constituição de importantes circuitos de redes envolvendo arte e esporte são fomentadas dentro e fora da localidade pelos professores e gestores do Periferarte. A circulação dos alunos e das pessoas que frequentam a Ong demonstra uma relação visceral de alguns desses idealizadores com os jovens. São viagens, apresentações, cursos livres, espetáculos, rodas de danças, reuniões políticas, uma convivência sistemática e cotidiana.

¹³⁵O Projeto Periferarte teve um recurso público aprovado através da Lei de Incentivo à Cultura, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, na qual fui proponente e gestor. O projeto tinha dois objetivos: i) identificar os artistas e os projetos de arte do bairro; ii) criar e realizar um espetáculo que envolvesse as diversas artes identificadas. Essa segunda etapa contou com a participação do Grupo Baiadó de danças brasileira, do Grupo de música regional Trem das Gerais e com o violeiro Luiz Salgado. Para maiores informações sobre o projeto e sobre o bairro, ler *Periferarte na Terra Prometida: lazer, arte e controle social em Uberlândia* (SILVA e BONESSO, 2013).

Apesar de não se amparar sobre os preceitos metodológicos do programa Fica Vivo, pode-se dizer que a Ong Periferarte constituiu na localidade uma rede de proteção social, sem a metodologia e a utilização do eixo da repressão qualificada. Todavia, vale ressaltar o estreito vínculo da Ong com os primeiros comandos do GEPAR, culminando, como já foi relatado, na mobilização dos próprios policiais para a implementação do programa Fica Vivo no bairro desde 2007. Dessas mobilizações resultou a definitiva implantação do CPC de base local no bairro em 2015. De fato, se comparada com a Rede Leste, os agentes da Ong Periferarte, talvez por serem moradores locais, possuem uma capacidade de mobilizar mais os moradores locais para reuniões públicas deliberativas.

No início do ano de 2013, um fato marcante envolvendo o homicídio de um jovem dentro de uma edificação abandonada acabou gerando conflitos judiciais entre integrantes da Ong, seus colaboradores, jornalistas e uma instituição de caridade que estava instalada na edificação antes dela ser abandonada. Antes mesmo do homicídio do jovem, houve na edificação o desabamento da cobertura de uma das quadras de esporte. Diante desse fato, a potencialidade de ocorrer um desastre maior no local já havia sido prenunciada, conforme a reportagem relatada, pelo jornalista da TV Vitoriosa – *Chuvas: Estrutura vai ao Chão no Canaã*. Vejamos o relato do jornalista Léo Soares (2013) da TV Vitoriosa:

*Av. Calixto Felipe Milken, bairro Canaã, aqui funciona um Telecentro, a princípio desativado, local aqui bastante amplo, com quadras, enfim uma escola. Só que o detalhe, a gente foi acionado em função disso aqui, um galpão [que na verdade é uma quadra de esportes coberta] aqui nas áreas do fundo bem próximo às áreas do pátio de veículos, despençou. Inclusive **a Polícia Militar foi acionada no local, pois houve suspeita de um furto**, mas informação não confirmada. Agora, olha o estrago, imagine se há alguém lá debaixo no momento da chuva. **Cerca de duas semanas, essa cobertura de quadra despençou. Uma tragédia que poderia ter tirado a vida de uma pessoa, felizmente nada de mais grave acabou acontecendo** (SOARES, 2013).*

Após dois dias do relato dessa jornalista, houve o homicídio consumado de um jovem na edificação abandonada por conta de uma briga que aconteceu durante a partida de futebol na quadra. Esses fatos ocorridos foram narrados pela reportagem de Carolina Vilela postada no dia 1º de fevereiro de 2013.

Jovem de 23 anos é assassinado a tiros no bairro Jardim Canaã: “Jovens que jogavam futebol na quadra relataram que dois homens desconhecidos chegaram armados com

um revólver e dispararam contra a vítima, que não teve tempo de fugir. Ao ouvir os tiros, os jovens correram pelos fundos da quadra. De acordo com a PM, um dos suspeitos foi identificado, mas ainda não foi pego. Trata-se de um menor de 16 anos. Este já teria ameaçado Gleidstone Araújo de morte em data anterior devido a uma discussão no mesmo local do crime. Conforme boletim policial, o suspeito ainda teria agredido uma terceira pessoa, amiga da vítima” (VILELA, 2013).

Percebe-se que o crime não ocorreu pelo *modus operandi* mais comum: acerto de dívidas pelo uso ou comércio de drogas; mas por uma discussão de futebol dentro de uma das poucas quadras de esportes no bairro, que no momento se encontrava sem nenhum tipo de controle social.

Essa edificação abandonada está situada em uma microárea irregular denominada de Bela Vista, é uma localidade situada na parte de trás do bairro Jardim Canaã. Sua história é cercada de problemas jurídicos, com venda de loteamentos e casas feitas de forma irregular por donos de imobiliárias clandestinas, ocupações/invasões em regiões que deveriam ser espaços públicos, dívidas públicas por conta da falta de pagamento feito pelos “gatos” com a luz e a energia. Apesar de grande parte dos moradores se mobilizarem para resolver esses problemas fundiários e serem favoráveis a pagar as dívidas, nunca houve uma vontade política por parte de políticos e juizes para resolverem a situação da localidade. A grande maioria dos moradores menciona a estratégia dos políticos de visitarem o bairro apenas no ano da eleição, prometendo resolver os problemas em troca de voto. Problemas estruturais básicos como asfalto e, em algumas ruas a falta da rede de esgoto, comprometem até hoje a vida dos moradores e o trabalho de agentes públicos e privados na microárea. Disso resultam os sérios problemas no período de seca com a grande quantidade de poeira e as inundações no período de chuva.

Dentre os loteamentos e casas construídas, apenas alguns moradores possuem as escrituras legalizadas. A maioria desses moradores legalizados são prejudicados pela impossibilidade de um acesso de asfalto para suas casas e pela falta de outros serviços básicos que só serão regulamentados com a resolução dos problemas fundiários.

Nesse contexto, o único pedaço asfaltado na microárea era a av, Felipe Calixto Milken, na parte em que estava circunscrita apenas ao acesso do imóvel da instituição filantrópica. Essa instituição é fundada por um político da cidade que, na época do homicídio, ocupava o cargo de suplente no legislativo federal. Nesse período, um de seus filhos ocupava

um dos postos eletivos da Câmara Legislativa de Uberlândia. Fruto de uma doação de uma antiga casa espírita para a instituição, o imóvel foi negociado comercialmente adjunto a outro imóvel, situado no bairro São Jorge, em troca comercial de uma Universidade com um famoso cantor de música sertaneja que era proprietário da instituição escolar.

Quando o homicídio ocorreu, os moradores do bairro e integrantes da Ong Periferarte perceberam os problemas ocasionados pela edificação abandonada, continuava na medida em que o local ia sendo depredado. Eles se mobilizaram em uma reunião para saber o que seria feito com o espaço e quais medidas de controle social deveriam ser tomadas para a localidade não ficar abandonada. Antes da realização da reunião, alguns integrantes da Ong, vendo a degradação de um excelente espaço físico para o ensino de arte, esportes e cursos profissionalizantes – com duas quadras, um amplo espaço aberto e duas casas que poderiam abrigar vários cursos – desejaram ocupar o local como forma de protesto político. Procurado por um dos integrantes do Periferarte, funcionários da instituição filantrópica ligada aos políticos do DEM falaram que o espaço físico não era mais da instituição. Ele tinha sido vendido e a transação no momento era sigilosa.

Neste contexto, alguns moradores, bem como alguns parceiros envolvidos, dentre eles a gestora social do CPC de Uberlândia, que naquele período fez visitas esporádicas no bairro e na Ong Periferarte, decidiram que, ao invés de ocuparem o espaço, realizariam uma reunião pública para entenderem qual seria o destino do espaço. Então, foi deliberado realizar a reunião na frente da edificação abandonada. Foram convidados vereadores, políticos, jornalistas, moradores e vários agentes supralocais.

Várias pessoas participaram da reunião. Em alguns momentos, certos colaboradores tiveram que intervir nas falas de políticos, por conta dos exagerados discursos políticos realizados por alguns vereadores que, se utilizando do aglomerado de pessoas, estavam mais interessados em falar do mandato do que propriamente tentar resolver a situação desastrosa. De toda forma, houve a ciência dos acontecimentos recentes, como o desabamento do teto da quadra, a morte do jovem, bem como a observação da rápida destruição da edificação, que no momento da reunião, já estava parcialmente depredada. Além disso, segundo os moradores das proximidades, o local passou a abrigar cotidianamente grupos de consumidores de drogas, fato esse confirmado pela grande quantidade de latinhas queimadas no chão das edificações. Vale ressaltar que, quando funcionava as atividades pedagógicas e sociais, parte da população do bairro, elogiava o trabalho da instituição, os cursos oferecidos para crianças, idosos e

adultos, o funcionamento por um tempo de uma farmácia popular e o funcionamento de um telecentro com cursos gratuitos de informática. Essas são algumas das atividades mais relatadas pelos moradores que conseguiram uma vaga na instituição e gostavam das prestações dos serviços.

Após a reunião, imediatamente um dos integrantes da Ong Periferarte foi processado pela instituição por danos morais. Em seguida, foi a vez de um jornalista que divulgava na época uma série de matérias envolvendo outras três edificações da Ong que eram aquisições de terrenos públicos doados pela prefeitura e que também estavam abandonados. Após alguns meses desses processos, o autor desta tese também recebe do Fórum de Uberlândia uma carta notificando seus atos contra a fé da instituição¹³⁶.

Situados nas periferias da cidade: Morumbi, Tocantins e Santa Rosa, do total das cinco edificações abandonadas pela instituição beneficente, quatro estavam em bairros considerados áreas de risco. Vale ressaltar que durante o trabalho da referida instituição, ao longo dos anos, ela foi uma das entidades de terceiro setor mais importantes na cidade ao levar essas boas edificações para as localidades periféricas que possuíam pouca infraestrutura e quase nenhum aparelho público, sobretudo de educação e cursos técnicos.

Quase que de forma simultânea aos acontecimentos no bairro Jardim Canaã, o abandono da edificação no bairro Morumbi também desencadeou uma mobilização com passeata, abraço simbólico do espaço abandonado e protestos na Câmara dos Vereadores. Do ponto de vista dos técnicos sociais do programa Fica Vivo e do gestor social do CPC de Uberlândia, a mobilização do evento foi cautelosa com a participação dos funcionários descaracterizados de camisetas e sem tomarem a liderança no momento da passeata e das falas com os jornalistas. Com uma pauta de reivindicação oficial incidindo sobre a demanda das vagas na área da educação, mesmo com a participação de uma supervisora de Belo Horizonte na reunião da Rede Leste que tinha como pauta a questão da edificação abandonada, oficialmente não houve uma correlação direta da edificação abandonada com a questão da prevenção à criminalidade.

¹³⁶Em ANEXO D realizo uma descrição detalhada sobre esses processos que correm na esfera civil do Fórum de Uberlândia.

Nesse sentido, por mais que alguns técnicos mencionassem registros de problemas sobre o local em relatórios enviados para a central em Belo Horizonte, a participação da supervisão da capital no encontro, visando tratar esse assunto, percebe-se uma disjunção entre a metodologia descrita do programa e a prática dos técnicos sociais e da gestão social em querer tratar de forma distante e informal. Afinal, assuntos extremamente relevantes para a prevenção à criminalidade, que envolvam influentes autoridades políticas, devidos aos processos foram silenciosamente indo para a esfera do *Oicos*.

Segundo o sociólogo e ex-secretário adjunto de segurança pública de Minas Gerais, Luis Flávio Saporì (2007) se edificações abandonadas causam problemas com a segurança pública tornando-se alvos seguros para certos tipos de crimes:

É possível influenciar a probabilidade de ocorrência de um ato criminoso sem alterar a motivação prévia do ator do referido ato. Deve-se considerar, para subsidiar esse argumento, a abordagem teórica que investiga o fenômeno criminoso a partir do contexto de sua realização, preocupando-se em entender quais são os fatores responsáveis pela viabilização da motivação criminoso. Denominada de “teoria das atividades rotineiras” tal abordagem busca explicar a evolução das taxas de crimes não por meio das características dos criminosos, mas **pelas circunstâncias em que os crimes ocorrem. O ato criminoso se consuma quando alvos disponíveis são identificados e quando tais alvos não estão devidamente protegidos. Reduz-se a probabilidade de ocorrência do crime quando os alvos ficam menos disponíveis ou mesmo quando se incrementa a sua posição. Os alvos podem ser pessoas ou objetos em dada posição no tempo e no espaço** (SAPORI, 2007, p.124).

Ainda segundo o sociólogo e ex-secretário adjunto da SEDS/MG:

É possível combinar ações públicas de natureza preventiva com presteza de resultados, de modo que as políticas de prevenção social possam ser eficientes mesmo não atuando nas causas estruturais da motivação dos indivíduos. **Isso significa agir sobre as dinâmicas imediatamente geradoras do fenômeno. A prevenção pode ser rápida, ágil e eficaz. É sensato concentrar-se não propriamente na causa da criminalidade, e sim nos fatores que a produzem e a ela estão associados.** Desse ponto de vista, **podem ser considerados fatores de risco da criminalidade e da violência:** a) o consumo de bebidas alcoólicas; b) acesso a armas de fogo; c) a cultura de resposta violenta aos conflitos interpessoais; d) a formação de gangues de jovens; e) **a deterioração do espaço urbano**, entre outros (SAPORI, 2007, p.125).

Se, como foi visto, toda a construção do marco lógico da política de prevenção à criminalidade mineira foi amparada por uma visão ecológica do crime que compreende que a prevenção da criminalidade passa pelo monitoramento e o controle social dos aspectos físicos das localidades, sendo inspirados inclusive por teorias que tratam esse assunto de forma

específica, tais como: a “teoria das atividades rotineiras” ou a “teoria das janelas quebradas”. Na prática, apesar das tentativas colaborativas de resolver o problema das edificações abandonadas no bairro Morumbi e Jardim Canaã de forma indireta, a instituição de prevenção à criminalidade não obteve poder para arregimentar um controle social eficaz sobre essas edificações do Jardim Canaã, Morumbi e também, do bairro São Jorge¹³⁷, que permanecem abandonadas e destruídas até hoje.

Desse episódio deve-se ressaltar que a proposta de observação na pesquisa por “dentro” dessas teorias ecológicas demonstrou que o resultado dos transtornos físicos, como desse conjunto de edificações abandonadas em Uberlândia – que como descrevemos envolvem várias autoridades públicas – poderiam ser evitadas por medidas normativas simples, como manter uma vigilância no local até que os imbróglis jurídicos e as transações econômicas fossem efetuadas, poderiam facilitar o direito de ir e vir dos moradores do entorno dessas edificações que são os principais prejudicados com todas essas decisões cruzadas.

Assim, o resultado de todo esse processo em Uberlândia ultrapassa os preceitos metodológicos amparados pela leitura mineira da ecologia do crime na medida, em que: i) os envolvidos pelo abandono não são apenas os jovens moradores membros e gangues; ii) as

¹³⁷ Em reportagem intitulada: *Lar que seria para atender pessoas carentes está abandonado no São Jorge*, realizada pela TV Vitoriosa, vinculada no dia 22 de janeiro de 2014, pelo repórter Paulo Vitor, inicia a reportagem com uma música tensa que mostrava a total destruição da edificação abandonada. “Um local que deveria servir para a comunidade, principalmente para as crianças que necessitam de uma atenção especial quando o assunto é serviço social. O Programa Linha Dura como sério que é foi até o bairro São Jorge, especificamente nesse Lar que era para atender crianças. **Olha só a denúncia de um telespectador. O telespectador filmou tudo. Filmou o interior deste local que foi criado e aí em parceria com a prefeitura, subvencionado para atender crianças, crianças carentes com serviços sociais. As imagens que você vê, do cinegrafista amator... do telespectador do Linha Dura é preocupante. Salas danificadas, quebradas na maioria das vezes, iluminárias no chão, você vê os banheiros praticamente caídos e pelas imagens você percebe uma total destruição, um total abandono.** Esse caso aconteceu nessa semana aqui no bairro São Jorge, onde algumas pessoas, alguns populares, não se sabem porque eles estavam nervosos, mas pessoas que vieram para destruir para danificar esse patrimônio para ser um bem para a comunidade. Vieram para o local e destruíram praticamente tudo, daqui quase nada sobrou. Você percebe pelas imagens, você vê olha só, tijolos espalhados para todos os lados, estilhaços de vidros e outros materiais que foram arrancados, como luminárias, canos e tantos outros. Inclusive buracos foram feitos na parede que dão acesso ao interior do local, um local que era para atender crianças na verdade transformou nisso aqui. Parece algo fantasma! Assombrado que simplesmente ficou nessa placa [mostra a placa com o nome da entidade e que nela havia uma subvenção municipal]. A prefeitura subvenciona esse Lar [o repórter não lê o nome todo da instituição]. Olha só aqui está escrito bem forte, isso é obra social, mas de social não tem nada, simplesmente um local tomado por vândalos, por pessoas de má índole que chegam até aqui para destruírem e utilizarem de má fé”. Morador local entrevistado pelo repórter diz: “Isso aqui é uma terra de ninguém, ninguém fala nada. Eles falaram que ia reabrir de novo, mas vocês vão mostrar lá dentro, vocês vão ver. **Isso aqui virou um inferno! Isso aqui à noite é um inferno!** O serviço daqui era ótimo, mas aí a prefeitura não dá solução nenhuma, ninguém da uma solução. Falam que tem uma briga na justiça para ver de quem que é” (VITOR, 2014).

tentativas de mobilizações dos movimentos sociais para o controle social da comunidade é criminalizada pelo *staff* jurídico da instituição filantrópica; iii) a tentativa de monitoramento indireto e informal (GARLAND, 2008) dos gestores sociais e técnicos sociais para resolver esses problemas que em função da posição de *status* dos proprietários das edificações não obtiveram sucesso em buscar soluções para a prevenção de ações de prevenção à criminalidade.

Dessa incrível experiência do campo uberlandense envolvendo a gestão do serviço social e da segurança pública, a correlação entre pobreza, território e jovem membro da gangue pode ser observada na cidade como uma correlação que está muito longe de resolver o problema da prevenção à criminalidade. Se admirada por certas correntes da sociologia do crime, e descartada por outras, essas teorias ecológicas que incidem nos aspectos físicos das localidades consideradas perigosas podem nos revelar às avessas que a gestão dos serviços sociais da pobreza pode gerar riquezas que são legalizadas e amparadas por emendas políticas e regimes jurídicos que operam para além de ações ilegais, ilícitas ou criminais.

Nesse sentido, o processo de incriminação de agentes que tentavam constituir uma rede de proteção social no bairro Canaã, bem como o receio dos agentes supralocais da Rede Leste que abandonaram o caso e silenciaram com o temor em haver mais processos jurídicos, são resultados históricos de como as demandas específicas de políticas de prevenção à criminalidade podem incutir uma transformação do Homem Cordial (HOLANDA, 1995) – aquele que transita entre as leis e as normas tradicionais ilegais com objetivo de se beneficiar de forma privada – para a tentativa do que poderia muito bem ser chamado de Homem Social (no sentido da filósofa Hannah Arendt) – aquele que visa legalizar a maior quantidade possível de recursos públicos – da Àgora para Oicos – pouco se importando com o que acontece com a população dessas localidades pobres e visando silenciar as vozes dissidentes através de processos jurídicos.

8. Considerações Finais

A experiência em pesquisar a relação entre ciência e gestão da segurança pública e da prevenção à criminalidade em Uberlândia resultou em uma grande aventura sociológica. As conexões arranjadas entre teorias internacionais, nacionais e estaduais desvelaram interessantes problemas para o campo municipal da pesquisa e, ao mesmo tempo, desafios de ordem prática para os funcionários dos CPCs de Uberlândia na execução das suas atividades profissionais locais.

As várias dimensões metodológicas da pesquisa: i) quantitativas no que se refere aos tipos de crimes e cruzamentos com marcadores de identidade como classe, gênero, raça e faixa-etária em âmbitos macro e microsociais; ii) etnográficas visando descrever os mercados utilitários e antiutilitários, os comércios do atacado e no varejo e as relações entre economias legais e ilegais; iii) normativas com a descrição analítica de documentos como o da CPI do Narcotráfico, matrículas vintenárias, processos jurídicos e manuais intervencionistas de segurança pública; tiveram como objetivo principal equilibrar a observação sobre o problema da prevenção à criminalidade vinculada como eixo específico de uma política “mais ampla” da segurança pública.

Nesse aspecto, busquei criar um *zoom* entre as dimensões macro e microsociais da cidade tentando não correlacionar à criminalidade exclusivamente com o foco territorial das chamadas áreas de risco. Como demonstrado, a pesquisa apresentou diferentes dinâmicas da criminalidade em Uberlândia que perpassam inclusive pelos jovens supostamente “membros de gangues” de bairros periféricos e os vinculam de maneira comparativa com as ações criminais de outros segmentos populacionais como o de empresários da classe média, funcionários do Estado e profissionais liberais. Adjunto aos números da criminologia uberlandense do início do século XXI, outras interessantes fontes de pesquisa como os dados da CPI do Narcotráfico (2000), a Rota Caipira, as matrículas vintenárias do setor Leste, as etnografias sobre o Jambolão na universidade e as repúblicas no bairro Santa Mônica e, por fim, a questão das edificações abandonadas nas periferias compuseram outros circuitos de práticas criminais que não estão restritos às práticas dos membros das gangues oriundos das periferias desorganizadas, como sugere a “leitura mineira” das instituições de defesa social sobre essas teorias da escola de Chicago.

A correlação entre as teorias internacionais, nacionais e estaduais apresentadas ao longo da tese e a prática cotidiana dos funcionários locais das instituições de prevenção à criminalidade, resultou em várias ações desses profissionais, majoritariamente psicólogos, orientadas por multifacetadas correntes de pensamento de autores internacionais como Freud, pesquisadores da escola de Chicago e autores pós-estruturalistas como Deleuze, Gatarri e Barembliitt. Todavia, por mais que alguns funcionários do programa consigam trazer em seus exercícios profissionais elementos teóricos pós-estruturais, suas conexões de sentido não se associam muito aos perfis da produção acadêmica brasileira de influência foucaultiana e deleuziana mais crítica às dimensões normativas. Para os técnicos sociais elas servem muito mais como dispositivos terapêuticos alternativos àqueles das ciências estruturais.

Em âmbito nacional e estadual as orientações teóricas desses profissionais em Uberlândia se coadunam mais com os manuais intervencionistas fomentados, por volta da década de 1990, pelos intelectuais cariocas e mineiros, cujos esforços eram criar medidas sistêmicas nas políticas de segurança pública que articulassem o eixo da prevenção à criminalidade. Assim, tanto os trabalhos dos pesquisadores de Belo Horizonte, quanto o exercício profissional dos funcionários dos CPCs de Uberlândia, estão relativamente alheios às produções de pesquisas nacionais que trazem elementos críticos às dimensões normativas dos modelos de prevenção. Todavia, descrevi ao longo do percurso etnográfico, nas entrevistas e na análise sobre as atas das reuniões da Rede Leste como muitos funcionários e ex-funcionários relataram grandes desafios, dificuldades e disjunções sobre suas práticas sociais amparadas em normativas oriundas de Belo Horizonte. Interessante ressaltar o caráter republicano das críticas, afinal apesar de toda a dificuldade burocrática de trabalhar em um aparelho do Estado, equidistante mais de 500 km da sua base central, o desafio do trabalho, segundo o relato da maioria dos funcionários que convivi, foi a de uma experiência profissional gratificante. Muitos ainda ressaltam que no atual contexto brasileiro são quase inexistente iniciativas de políticas como a realizada em Minas Gerais, sendo que elas podem servir como experiência para a implementação de outros programas, cuja finalidade é levar um braço intervencionista mais humanitário para a família dos jovens de localidades de baixa renda.

No que se referem às pesquisas da capital mineira alguns resultados como os de Letícia Godinho de Souza¹³⁸ e Andreia Silveira também descrevem aspectos críticos à implementação normativa das políticas de prevenção em Belo Horizonte. Se as outras pesquisas ressaltaram as dimensões da eficácia coletiva ou do *quantum* de capital social das políticas estaduais de prevenção à criminalidade, essas duas pesquisadoras, sem desqualificar as ações preventivas do Estado em sua totalidade, também observaram disjunções entre as normativas protetivas e repressivas dos programas preventivos.

Em Uberlândia, apesar do diminuto número de pesquisas acadêmicas, o trabalho da geógrafa Márcia Santos intitulado *Criminalidade Violenta e contradições sócio-espaciais na cidade de Uberlândia* (2012) sob uma perspectiva da ecologia do crime organizou os dados criminais da cidade entre 1999 e 2010. Esses resultados demonstraram que o crescimento dos tipos de crimes violentos, e até mesmo algumas modalidades de crimes como os homicídios que são mais circunscritas às periferias pobres, ocorreram de forma dispersiva na cidade, diferente da configuração implosiva da capital mineira. Contrariando os números da pesquisa de Márcia Santos, vimos como, as influências das políticas de segurança pública em relacionar crime e território cristalizaram na consciência coletiva da população e de profissionais da área, uma associação direta entre certos bairros considerados mais criminógenos do que outros. Assim, as aplicações práticas de marcos lógicos com ênfases territoriais como os policiamentos especializados construíram de forma aleatória táticas de vigilâncias amparadas quase que exclusivamente em dispositivos repressivos. Vimos ainda, como outros termos – *territórios do tráfico e anéis da criminalidade* – foram se acoplando e colaboraram em elevar ainda mais certos bairros periféricos como *os mais perigosos*. Assim, reatualizados pela “lógica científica” de mapas, os efeitos colaterais dessas ações sobre a população local resultaram, indiretamente, em processos de estigmatização amparados em discursos deterministas geográficos.

No que se refere aos problemas levantados pelo pensamento social brasileiro, as questões fundiárias apresentadas na tese e os indícios de atividades criminosas na aquisição, implementação e venda de terrenos por segmentos de políticos e empresários do setor

¹³⁸Dentre os pesquisadores mineiros mencionados, vale ressaltar que a autora talvez seja a única pesquisadora que efetivamente problematizou as questões das políticas de segurança pública em Minas Gerais utilizando autores internacionais como David Garland que extrapolam a relação entre a escola de Chicago e as teorias da administração pública.

imobiliário da cidade também demonstraram como os problemas da periferia estão longe de ser a falta de controle social das populações mais velhas sobre as mais jovens. Assim, os imbróglios de espólios de décadas anteriores não permitiram que vários locais classificados como áreas de risco pudessem ter aparelhos públicos construídos de forma adequada e até legalizada por causa da morosidade no certame jurídico. Nesse sentido, um dado que era inimaginável no início da pesquisa surgiu ao longo do trabalho de campo: pensar as periferias denominadas de áreas de risco como um problema de ordem jurídica/preventivo e que deve ser minuciosamente estudado e apurado.

Se for tomando como suposição que o problema fundiário, como esse descrito sobre no setor Leste de Uberlândia que envolve mais de 5 mil famílias, for comum em outras cidades brasileiras, as normativas que desenharam os programas de prevenção à criminalidade focando em áreas de vulnerabilidade devem ter coragem de extrapolar a agenda da criminalidade pobre (MISSE, 2011). Nesse sentido, os manuais de políticas de prevenção à criminalidade, criados para serem aplicados em âmbitos municipais, estaduais e federais necessitam incorporar em suas agendas, normativas e ações preventivas que vislumbrem solucionar tais problemas fundiários. Além de um problema de ordem estrutural, visto que muitas dessas localidades ficavam à deriva, em muitos casos, até com aspectos básicos como luz, água potável, asfalto e rede de esgoto; supostamente pode se inferir que a agenda de combate às “grilagens de terra” pode acarretar em uma das maiores fontes da criminalidade rica no Brasil.

Por fim, as relações entre as políticas de segurança pública estadual, de prevenção à criminalidade e a história do controle do crime em Uberlândia demonstraram como as estratégias biopolíticas são iminentes a vários segmentos de instituições estatais e populacionais que disputam formas de controle social da população. Dessa forma, o juiz, o policial, o jornalista, o funcionário do programa de prevenção, o traficante, o oficinairo, o jovem e sua família, todos são atores sociais com motivações micropolíticas que buscam imprimir ou receber, cada um à sua maneira, formas de governos.

Se na primeira parte da tese, a pesquisa afirmou que, na década de 1970, os dispositivos disciplinares *centro/rico x vilas-diásporas/pobre* foram rompidos, para a ascensão urbana em regiões periféricas luxuosas, como o setor Sul e as áreas dos condomínios fechados; no ano de 2015, pode-se dizer que as estratégias biopolíticas ressignificaram e reforçaram os dispositivos disciplinares em certos bairros periféricos pobres, cujo reforço está

associado a uma implementação de políticas de segurança pública repressiva e encarceradora. Como vimos, o resultado foi a primazia dos dispositivos disciplinares repressivos e o aumento da população carcerária local. Resta saber em que medida ocorrerá a expansão do eixo da proteção social nas áreas de risco. Com a crise econômica e o corte nos gastos públicos, as especulações sobre o fechamento, a continuidade ou a expansão do CPC de base do local do bairro Jardim Canaã (que funciona com apenas duas oficinas) deixa essa pergunta no ar. A atual gestão estadual, governada agora pela primeira vez pelo PT, vai expandir, manter como está ou vai cortar as ações homeopáticas dos dispositivos disciplinares protetivos estaduais em Uberlândia? Só o tempo dirá.

Adjunto à governamentalidade das instituições estatais de defesa na cidade, a configuração de novos dispositivos disciplinares oriundos de segmentos populacionais das periferias pobres, como relatado por entrevistados, se consolidaram no início do século XXI, na medida em que certos grupos se organizavam e estipulavam aos assaltantes, desordeiros, estupradores e toda a população das localidades, regras de interditos nas práticas sociais das periferias. Muitas pessoas consideradas de comportamentos desviantes, como assaltantes que praticavam crimes no bairro, morreram e tiveram mãos e orelhas cortadas para servirem de exemplo para outros “ladrões de varais”. Nesse contexto, um esboço com contornos bem definidos demonstrou, nos últimos anos, a ascensão do coletivo paulista controlando o fluxo do comércio dos *traficantes de raiz*, isto é, aqueles que nasceram no bairro e agora devem comprar e pedir permissão para comercializar as cargas de drogas para o responsável do coletivo no bairro. Conversas especulativas já falam de um monopólio nas periferias da cidade. Se nos anos de 2010 a 2012 a expansão do coletivo paulista utilizou de vários dispositivos disciplinares repressivos com uma série de homicídios consumados sobre as lideranças dos tráficos em muitos bairros, resta saber, quais formas de controle social serão estabelecidas a partir de agora por esses segmentos populacionais.

Por fim, em meio à ascensão biopolítica desses variados dispositivos repressivos apresentados, a arte e o esporte também se tornaram linguagens diretamente vinculadas aos problemas sociais da violência e da criminalidade. Vimos como um *índice-pêndulo* movimenta para vários lados formas de governar essas linguagens que as reportam para dimensões que oscilam entre as chamadas práticas salvacionistas, como dispositivos preventivos e, por outros, como a apologia ao tráfico de drogas e ao mundo do crime. Tentando fugir dessa visão maniqueísta, o foco da tese foi compreender as *narrativas*

públicas de performance criadas por professores/oficineiros com os jovens oriundos desses bairros. Se de maneira geral, houve até o momento pouca infraestrutura oferecida para os profissionais do ramo desenvolverem suas atividades de maneira adequada e muito *marketing* de responsabilidade social nas administrações públicas, privadas ou do terceiro setor com efeitos de propaganda, de forma mais residual alguns desses “semiprofissionais” conseguiram inserir e até profissionalizar de maneira capilarizada muitos jovens em criativos circuitos públicos de apresentações, campeonatos, curadorias e torneios. Resta aos agentes supralocais uma política de aproximação linguística com as linguagens artísticas e esportivas dos jovens e das populações desses bairros, visando superar o *empoderamento passivo* que circunscreve suas iniciativas de gestão.

9. Referências

- ALVITO, M. **As cores de Acari: uma favela carioca**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- AGAMBEN, G. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____. **Homens em Tempos Sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998
- BARBOSA, P. **Oficina do Samba: um estudo do ritual da magia e criatividade no Carnaval**. Monografia em Comunicação Social/UNITRI, Uberlândia, 1999.
- BARCELLOS, C. **Rota 66: a história da polícia que mata**. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2010.
- BAREMBLITT, G. **Introdução à Esquizoanálise**. Belo Horizonte: Instituto Félix Gattari, 2003.
- BARREIRA, C. e ADORNO, S. **A Violência na Sociedade Brasileira**. In: Carlos Benedito Martins; Heloisa Helena T. de Souza Martins. (Org.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. 1 ed. São Paulo: Barcarolla, v. 1, p. 303-374, 2010.
- BATITUCCI, E.C. e CRUZ, M.V.G. **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- BECKER, H. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BIONDI, K. **Junto e Misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.
- BEATO, C. e PEIXOTO, B. Há Nada Certo. Políticas Sociais e Crime em Espaços Urbanos. In Sento-Sé, J.T. **Prevenção da Violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BEATO, C. SILVA, B. SILVEIRA, A. Prevenção de Crimes Urbanos: o Programa Fica Vivo. in LIMA, R.S. e PAULA, L. **Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?** São Paulo: Contexto, 2008.
- BOAS, F. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- BOENTE, F. Prefeitura quer desfazer troca de imóveis com o cantor Bruno. **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 2013. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/prefeitura-quer-desfazer-troca-de-imoveis-com-o-cantor-bruno/>. Acesso em 16 out 2013

BRASIL, **O Mapa do Encarceramento**: os jovens do Brasil. Brasília, Governo Federal, 2015.

CALDEIRA, T.P.R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp/Ed. 34, 2000.

_____ **A Política dos Outros**: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

“Rolezinhos”: adolescentes são barrados em shopping de SP. **Carta Capital**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/speriferia/rolezinho-adolescentes-sao-barrados-no-shopping-campo-limpo-5578.html>. Acesso em 12 jan 2015.

CLASTRES, P. **Arqueologia da Violência**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

CLEMENTE.C.C. DA SILVA.J.C.G. **Negros, Cultura e Vida Urbana**: estudos etnográficos sobre o Congado. Uberlândia: Ed dos Autores, 2013.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO/MG. Relatório Estadual da CPI do Narcotráfico/MG. **(CPI/MG)**. Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/870/713870.pdf>. Acesso em: 27 mar 2015.

CORRÊA, A. C. U. **Desafios e Revisões do Programa Fica Vivo à Luz dos seus anos de existência**. Monografia em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2008.

DAMATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____ **A Casa e a Rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

DA SILVA, J.C.G. **Relatório FAPEMIG**. Cultura Negra e Segregação Sócio-Espacial em Uberlândia: Um Estudo sobre Música e Ritual. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1996.

80% dos paulistanos apoiam lojistas que tentam impedir rolezinhos na justiça. **DATAFOLHA**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/01/23/rolezinhos-nos-shoppings.pdf>. Acesso em 12 jan 2015.

DUMONT.L. **Homo Hierarchicus**: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo: Edusp, 1992.

_____ **O Individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DURHAN.E. **A Caminho da Cidade**. São Paulo. Perspectiva, 1973.

DURKHEIM, E. **A Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes, vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **O Processo Civilizador**: formação do estado e civilização. Vol2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N. **Os Estabelecidos e Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2000.

Quadrilha de tráfico comandada por policial civil aposentado é condenada pela justiça federal
EM.COM.BR. Uberaba, 2015. Disponível em:
http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/01/08/interna_gerais,606094/quadrilha-de-traffic-comandada-por-policial-civil-aposentado-e-condenada-pela-justica-federal.shtml.
 Acesso em 09 abril 2015.

MPF denuncia 27 por tráfico internacional de drogas, 3 são mineiros de Uberlândia
EM.COM.BR. Uberaba, 2015. Disponível em:
http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/12/12/interna_gerais,599095/mpf-denuncia-27-por-traffic-internacional-de-drogas-tres-sao-mineiros-de-uberlandia.shtml. Acesso em: 09 abril 2015b.

ENGELS.F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Scala, 2001.

FELTRAN, G. S. **Fronteiras da Tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 2011.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRAZER, J. **O Ramo de Ouro**. Rio de Janeiro: Ed.Guanabara Koogan, 1982.

FREYRE,G. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro e São Paulo: Ed. Record, 1997.

FREUD. S. **O Mal Estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974.

Taxa de negros mortos pela polícia de SP é 3 vezes a de branco, diz estudo.**G1**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/taxa-de-negros-mortos-pela-policia-de-sp-e-3-vezes-de-brancos-diz-estudo.html>. Acesso em 14 jan 2015.

GARLAND, D. **A Cultura do Controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

_____. Os Limites do Estado Soberano: estratégias de controle do crime na sociedade contemporânea. In Canêdo, C. & Fonseca, D. **Ambivalência, contradição e volatilidade no**

sistema penal: leituras contemporâneas da sociologia da punição. Belo Horizonte : UFMG, 2012.

GEERTZ. C. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUARATO.R. **Dança de Rua:** corpos para além do movimento Uberlândia 1970-2007. Uberlândia: Edufu, 2008.

FAORO.R. **A República Inacabada.** São Paulo: Globo, 2007.

FERNANDES.A. Força da Escritura. **Correio de Uberlândia.** Uberlândia, 2013. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/colunas/confidencial-2/forca-da-escritura/> Acesso em: 20 jan 2013.

_____ Prefeitura estuda rever convênio com o Lar. **Correio de Uberlândia.** Uberlândia, 2013. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/lares-de-amparo-e-promocao-sao-fechados-mas-patamar-de-subvencoes-e-mantido/> Acesso em 17 mar 2013b.

_____ Emendas Retiradas. **Correio de Uberlândia.** Uberlândia, 2013. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/colunas/confidencial-2/emendas-retiradas/> Acesso em: 21 fev 2013c.

_____ Emendas dos Lares. **Correio de Uberlândia.** Uberlândia, 2013. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/colunas/confidencial-2/emenda-dos-lares/> Acesso em: 19 fev 2013d.

FERNANDES. F. **Os Negros no Mundo dos Brancos.** São Paulo: Global, 2007.

HIRATA, D. V. **Sobreviver na Adversidade: entre o mercado e a vida.** Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH-USP, São Paulo, 2010.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KANT de LIMA.R. **Ensaio de Antropologia e de Direito.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

KOWARICK,L. **A Espoliação Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAGRANGE. H. **La Civilité a L'épreuve:** crime et sentiment de insécurité. Paris: Record,1995.

LARAIA, R. **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LEAL,L. População vai à Câmara para que o Lar seja transformado em Emei. **Correio de Uberlândia.** Uberlândia, 2013. Disponível em:

<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/populacao-vai-a-camara-e-pede-para-que-que-lar-seja-transformado-em-emei/> Acesso em: 12 set 2013.

LEITE, F. L. **Prevenção Social à Criminalidade: a experiência de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2007.

LEITE, F.L. **O Programa Fica Vivo! uma análise sob a perspectiva do capital social.** Monografia em Administração, Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2003.

LEMOS, Vinicius. População espera reforma dos Lares de Amparo. **Correio de Uberlândia.** Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W5EwuTIBhVE>. Acesso em 24 abr 2013.

_____. Homem é assassinado com cinco tiros no bairro Dom Almir. **Correio de Uberlândia.** Uberlândia, 2015. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/homem-e-assassinado-com-cinco-tiros-no-bairro-dom-almir-em-uberlandia/>. Acesso 14 set 2015.

LIMA,R.S. & RATTON, J.L. **As Ciências Sociais e os Pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil.** São Paulo: FNSP e ANPOCS, 2011.

LIMA,R.S. RATTON, J.L. AZEVEDO. R.G. (Orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014.

LOURENÇO.L.A.B. **A Oeste de Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861).** Uberlândia: Edufu, 2010.

MALINOWSKI, B. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental.** In. Bronislaw Malinowski. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores)

MACHADO, Diogo. Operação desarticula quadrilha de tráfico internacional de drogas. **Correio de Uberlândia.** Uberlândia, 2015. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/operacao-navajo-desarticula-quadrilha-de-trafico-internacional-de-drogas/>. Acesso em 09 abr 2015.

_____. Tráfico e uso de drogas ocorrem livremente nos campi da UFU em Uberlândia. **Correio de Uberlândia.** Uberlândia, 2015. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/trafico-e-uso-de-droga-ocorrem-livremente-nos-campi-da-ufu-em-uberlandia/>. Acesso em 10 abr 2015.

MARQUES, A. **Crime, Proceder, Convívio-Seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões.** Dissertação (Mestrado em antropologia) – FFLCH-USP, São Paulo: 2009.

MARRA, F. B. **Práticas do Catolicismo Popular em Romaria.** Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MENDES.I.A.A. Fica Vivo! Proteção, mobilização e intervenção; in OLIVEIRA, K.B. & OLIVEIRA.G.G. (Org.) **Olhares sobre à prevenção a criminalidade**. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009.

Transformação de áreas doadas em creche gera polêmica em Uberlândia. **MGTV**. Uberlândia, 2013. Disponível em: <http://globo.com/tv-integracao-triangulo-mineiro/mgtv-2-tv-integracao/v/transformacao-de-areas-doadas-em-creches-gera-polemica-em-uberlandia-mg/2418259/>. Acesso em: 20 fev 2013.

MISSE, M. **Acusados e Acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

_____ & Lima. R. K. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011.

MORGAN, L. H. **La Société Archaïque**. Paris: Anthropos, 1971.

MOTA, Eliane. Chefões do crime organizado gozam da impunidade. **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 2015. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/chefoes-do-crime-gozam-da-impunidade/>. Acesso em: 27 mar 2015.

MOURA.G.G. Condomínio Horizontal/Loteamentos Fechados e a Vizinhança (in)Desejada: um estudo em Uberlândia, MG. Uberlândia. Tese (Doutorado em Geografia). PPGG/UFU, 2008.

NEVES, F. Manual prático da morte: a dimensão da letalidade juvenil. in OLIVEIRA, K. B. OLIVEIRA, G. G.**Olhares sobre a prevenção à criminalidade**. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009.

OLIVEIRA, K.B. & OLIVEIRA.G.G. (Org.) **Olhares sobre à prevenção a criminalidade**. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009.

ORTIZ, R.**Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. Campinas: Brasiliense, 1985.

PAIXÃO. A. L. **A organização policial numa área metropolitana**. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 25, n. 1, pp. 63-85. 1982.

PARK, R. A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. In Velho, G. (1979)

PERALVA, A. **Violência e democracia**. O paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA,O.V. **Das Sesmarias ao polo urbano**: formação e transformação de uma cidade. Uberlândia: Composer Editora, 2010.

ROCHA, E. **O que é mito?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

SAHLINS, M.D. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS. M.A.F. **Criminalidade Violenta e contradições sócio-espaciais na cidade de Uberlândia**. Uberlândia. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia da UFU, 2012.

SANTOS, S. M. **Polícia Preventiva: Avaliação do processo de implementação do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco no aglomerado Palmital em Santa Luzia – Minas Gerais.** Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, 2012b.

SANTOS, L. Uberlândia não sofrerá cortes no GEPAR. **Correio de Uberlândia.** Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/uberlandia-nao-sofrera-cortes-no-gepar/> Acesso em: 27 mar 2012.

SAPORI, L. F. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas.** Rio de Janeiro. FGV, 2007.

SCHWARCZ, L.M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870 – 1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA.E.A. BONESSO.M. **Periferarte na Terra Prometida: lazer, arte e controle social em Uberlândia.** Uberlândia: Edufu, 2013.

SILVEIRA, A.M. **Prevenindo homicídios: avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte.** Tese (Doutorado em Sociologia e Política) UFMG, Belo Horizonte, 2012.

SIMMEL, G. **As Grandes Cidades e a Vida do Espírito.** Mana 11(2):557-591, 1983.

SINHORETTO, J. **A Justiça perto do Povo: reforma e gestão de conflitos.** São Paulo: Alameda, 2011.

_____ PERALVA, A. GALLO, F.A. Economia da Droga, instituições e política no Brasil: a CPI do Narcotráfico. in AZAIS,C. KESSLER,G. & TELLES V.S. (Org.). **Ilegalismos, Cidade e Política.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SOARES, B. R. **Uberlândia: da cidade jardim ao portal do cerrado – imagens e representações sociais do Triângulo Mineiro.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOARES, L.E. BILL, MV. ATHAYDE, C. **Cabeça de Porco.** Objetiva: Rio de Janeiro, 2005.

SOARES,L.E. BATISTA, A. PIMENTEL, R. **Elite da Tropa.** Objetiva: Rio de Janeiro, 2006.

SOARES,L.E. FERRAZ,C. BATISTA, A. PIMENTEL, R. **Elite da Tropa 2.** Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2010.

SOARES, L.E. **Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro.** Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2000.

_____ **Segurança tem saída.** Sextante : Rio de Janeiro, 2006.

_____ **A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas.** Estudos Avançados 21 (61), 2007.

SOARES, L. Chuvas: estrutura vai ao chão no Canaã. **UIPI.** Uberlândia, 2013. Disponível em: <http://uipi.tv.br/musicvideo.php?vid=b56baa9ed>. Acesso em: 30 jan 2013.

SOUZA, L.G. **Depois do 13º Tiro: Segurança Cidadã, Democracia e os Impasses do Policiamento Comunitário no Brasil.** Tese (Doutorado em Ciência Política) UFMG. Belo Horizonte, 2011.

SOUZA, A.M.N. **Entrelaçamento de Saberes: as alternativas construídas pelos jovens participantes do Programa Fica Vivo! Dissertação (Mestrado em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência)** Faculdade de Medicina da UFMG. Belo Horizonte, 2013.

TAVARES, L. Jovens presos em Uberlândia aumentam em 1300%. **Correio de Uberlândia.** Uberlândia, 2013. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/jovens-presos-em-uberlandia-aumentam-1300-em-10-anos/>. Acesso em 15 set 2015.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.18, n.1, jan./mar. 2004.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal.** Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

TURNER, V.W. **O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura.** Petrópolis: Vozes, 2013.

VAN GENNEP, A. **Os Ritos de Passagem.** Petrópolis: Vozes, 2011.

VASCO, A. **Aécio Neves: de facto e de jure.** Belo Horizonte: Soler editora, 2005.

VELHO, G. (Org.) **Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

VIANA, O. **Instituições Políticas Brasileiras.** Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

VIANNA, H. **O Mistério do Samba.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

VILAS-BOAS, S. **Doutor Desafio.** Barueri: Minha Editora, 2011.

VILELA, C. Suspeitos de tráfico são presos por agredir e manter refém na UFU. **UIPI.** Uberlândia, 2015. Disponível em: <http://uipi.com.br/destaques/destaques-videos/2014/05/20/suspeitos-de-trafico-sao-presos-por-agredir-e-manter-usuario-refem-na-ufu>. Acesso em: 10 abr 2015.

VITOR, P. Pais e líderes comunitários manifestam-se pela educação infantil no bairro Morumbi. **UIPI.** Uberlândia, 2013. Disponível em: <http://uipi.tv.br/musicvideo.php?vid=4b088b824>. Acesso em: 11 set 2013.

_____ Lar que seria para atender crianças carentes está abandonado no São Jorge. **UIPI**. Uberlândia, 2014. Disponível em: <http://uipi.tv.br/musicvideo.php?vid=d0e0cf458> Acesso em: 22 jan 2014.

WASELFISZ, J. J. **O Mapa da Violência: a cor do Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2012.

_____. **O Mapa do Encarceramento do Brasil**. Rio de Janeiro, 2004.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **As Duas Faces do Gueto**. São Paulo. Boitempo, 2008.

WHYTE, W.F. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ZALUAR, A. Etos Guerreiro e Criminalidade Violenta. in LIMA,R.S. RATTON, J.L. AZEVEDO. R.G. (Orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

ZALUAR.A. **Da Revolta ao Crime S.A.** São Paulo: Moderna, 1996.

ZAVERUCHA, J. **FHC, Forças Armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia, 1999 > 2002**. São Paulo e Rio de Janeiro: Record, 2005.

ANEXOS

Desejando entender algumas conexões de sentido entre o planejamento urbano dos loteamentos de bairros periféricos, as formas de controle social das instituições de segurança pública e da população moradora desses bairros, tomamos mais especificamente como um *locus* de referência para os estudos etnográficos os bairros Santa Mônica (considerado o novo centro da cidade); os primeiros bairros classificados como áreas de risco, o antigo Santa Mônica II que se transformou em bairro Morumbi, os bairros irregulares Dom Almir, Prosperidade, Celebridade, São Francisco, Joana Darc e Zaire Rezende, situados no setor Leste de Uberlândia. O bairro Jardim Canaã, sendo classificado como a segunda área de risco da cidade, não será descrito aqui, pois existe como referência o livro *Periferarte na Terra Prometida: lazer, arte e controle social em Uberlândia* (SILVA e BONESSO, 2013). Assim, as publicações dos anexos objetivam servir como subsídios diacrônicos para um melhor entendimento do que foi exposto nas partes cinco e seis da tese.

As narrativas etnográficas a seguir tiveram enfoques diferentes, algumas privilegiando os elementos mais temporais e espaciais enquanto que outras com descrições focadas em subjetividades e histórias de vidas. De início, houve uma estratégia metodológica em dividir as localidades em *microáreas* e *pedaços*. Outras pesquisas dividem as localidades estudadas nessas categorias as quais servem de base para representações acerca das diferenças existentes no seu contexto. Esses estudos analisam as situações de conflitos e/ou alianças de bairros que têm suas habitações iniciadas em determinados pedaços e que, posteriormente, precisam conviver com as diferenças advindas com a formação de outros pedaços.

No contexto da pesquisa etnográfica, houve uma diferença de abordagem entre o bairro Santa Mônica e os bairros periféricos no setor Leste, pelo fato do pesquisador ter morado vários anos no primeiro bairro. Por conta disso, a memória do próprio pesquisador e os entrevistados que relataram suas histórias de vida como o personagem principal Rênes, são amigos e tinham um amplo conhecimento sobre o assunto da tese.

Apesar do pesquisador também ter uma relação afetiva com vários profissionais nos bairros periféricos do setor Leste como gestores, técnicos sociais, oficinheiros e professores que trabalham nas escolas públicas; muitas entrevistas realizadas a seguir, sobretudo, com os moradores foram realizadas a partir da pesquisa de doutoramento por meio da prática etnográfica de conhecer os moradores, entrevistá-los, buscar estender a rede de relações dos entrevistados com novos moradores que os primeiros entrevistados avaliam como potenciais colaboradores da pesquisa. Com essa estratégia, foram realizadas entrevistas com moradores e

profissionais que trabalham nesses bairros. Antes da pesquisa, trabalhei por alguns meses em uma escola pública da região como professor de sociologia e também como oficinairo de música com uma Ong da cidade. Vale ressaltar, que durante a pesquisa de doutorado, realizei por um semestre, oficinas de prática musical para os alunos que faziam oficina de dança de rua, vinculados ao programa Fica Vivo.

ANEXO A – Santa Mônica: das casas sem muros para os enclaves fortificados

O processo de urbanização do bairro Santa Mônica ocorreu com a instalação da Faculdade Federal de Engenharia, que mais tarde se transformaria na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Por ter instalado em uma distância de mais ou menos quinhentos metros do *campus* universitário federal: um *shopping*, um hipermercado e o centro administrativo do Poder Executivo e Legislativo municipal; emergiu no bairro uma população multifacetada, de várias origens e classes sociais de moradores.

Em 1963, a Urbanizadora Segismundo Pereira, de propriedade de Raul Pereira de Rezende, prefeito de Uberlândia na década de 1960, começa a lotear, em pleno cerrado, o bairro Santa Mônica, com 12.000 lotes aprovados pela prefeitura. A Faculdade Federal de Engenharia instalou-se no bairro, após realizar uma troca de terreno com a Paróquia de Nossa Senhora Aparecida, conseguindo um prédio onde funcionaria o Colégio dos Padres Salesianos. Este prédio é o atual Bloco 1Q do Campus Santa Mônica, antigamente conhecido como Mineirão. A participação dos proprietários de terra foi fundamental na formação da universidade. O governo federal havia declarado que cabia ao povo uberlandense a doação de terras para a construção da universidade. Essa “boa ação” ficou por conta das imobiliárias, que concederam lotes para a construção dos *campi*. A Urbanizadora Segismundo Pereira doou terras na área do Santa Mônica e a Imobiliária Bom Jardim no bairro Umuarama. Os proprietários imobiliários tinham claros interesses em trazer a universidade para próximo de seus terrenos, pois isso valorizaria suas propriedades e atrairia futuros moradores (SOUZA, 2008, p. 70).

A partir de meados da década de 1980, o até então cultuado *hipercentro* da cidade sofreu as ações do tempo e envelheceu, diminuindo suas características pomposas e o rígido controle social sobre códigos de usos e etiquetas da população em sua circulação. Os rígidos códigos de posturas comerciais que se consolidaram ao longo do século XX, na virada do século XXI, sofreram desregulamentações atraindo um comércio popular que está chegando a subdividir as lojas em pequenos Box de produtos, muitas vezes, oriundos de mercados ilegais.

Adjunto a esse cenário de fragmentação comercial vários dos modernos arranha-céus também envelheceram e se deterioraram. Muitos conflitos para retiradas de camelôs que se espalhavam pelas calçadas ocorreram até a criação dos *camelódromos* pelas avenidas principais. A migração de várias lojas de grife para o *shopping*. Os crescentes roubos a transeuntes e aos comércios, reduzidos com a implementação das câmeras de segurança. As campanhas políticas aos cargos municipais, com promessas eleitorais para a *revitalização do*

centro feitas por vários candidatos, demonstram assim certa decadência dos usos públicos da antiga região central.

Em meados da década de 1990, o bairro Santa Mônica começa a ser considerado pela população como o novo centro de Uberlândia. De fato, com a inauguração bem sucedida de um eficaz planejamento habitacional, de novos aparelhos comerciais, políticos, de lazer e educacionais, bem como a constituição de uma nova estrutura de transporte público e malha rodoviária, o bairro rapidamente adquiriu uma dinâmica mais pós-moderna com uma diversidade e mistura de segmentos populacionais, sendo atualmente um dos bairros mais populosos, com quase 40 mil habitantes.

Acima da Universidade Federal de Uberlândia, no lado chamado de *Beverly Hills*¹³⁹, predominaram em seu processo inicial de urbanização os conjuntos horizontais modelo americano das casas sem muros e algumas mansões. Surge nos últimos 15 anos uma nova configuração nas duas partes do bairro Santa Mônica e no Jardim Finotti, ambos são densamente povoados por jovens estrangeiros episódicos: os estudantes da UFU. Com o passar dos anos vários prédios foram construídos e logo essas construções se alastraram para a parte antiga do bairro. Assim, as avenidas paralelas à Segismundo Pereira também viraram áreas comerciais. Esse novo comércio instalado junto com a chegada dos jovens que habitavam ambos os lados do bairro forçou a criação de um novo fluxo entre os moradores e uma nova arquitetura de pequena verticalização em ambos os lados. Com o passar dos anos, esse novo modelo de arquitetura vai culminar mais recentemente na criação de dois novos modelos: os condomínios fechados verticalizados, construções de enclaves fortificados de grande porte e conjunto de modelos populares de condomínios fechados com prédios de pequeno porte e construções mais simples. Alguns moradores mais antigos (incluindo estudantes universitários) já estão metaforicamente classificando um conjunto residencial construído na área nobre do bairro de: “Carandiru” ou de “Pombal” pela proximidade dos apartamentos e o grande número de prédios construídos um ao lado do outro.

¹³⁹Menção feita pelo lado do bairro que começava a “ficar rico”, provavelmente em apologia à minisérie juvenil passada na Rede Globo, chamada *Barrados no Baile*, cuja trama se resumia em relacionamentos de uma turma de jovens ricos do bairro norte-americano de *Beverly Hills*. Com o início do século XXI, devido a esse fluxo migracional houve uma crescente ampliação no número de vagas de estudantes, mudanças nos padrões arquitetônicos de moradia. Assim, atualmente quase não há mais evocações sobre a antiga oposição *Beverly Hills* e *Sapolândia*, denominação feita pelos moradores da área nobre para se distinguirem dos moradores mais pobres situados próximo ao antigo brejo.

Apesar de incipiente, ao evocar esse novo tipo de loteamento, as antigas distinções são rememorizadas pelos moradores mais velhos do bairro e reificadas pelos novos moradores universitários críticos a esse modelo de enclaves fortificados. Interessante notar as distinções entre as relações dos universitários, vizinhança antiga e novos moradores. Alguns universitários possuem forte vínculo com a vizinhança antiga enquanto outros viram caso de polícia, em função das festividades que atravessam as madrugadas.

Ao mesmo tempo em que essa grande microárea do bairro se urbaniza, temos a construção de grandes empreendimentos públicos criados: o Parque do Sabiá e o Estádio João Havelange, popularmente conhecido como estádio Parque do Sabiá, maior estádio do interior brasileiro com capacidade para 50.000 pessoas, construído no início da década de 1980. A complementação recente da Arena Presidente Tancredo Neves, popularmente conhecido como ginásio Sabiazinho e a construção iniciada, mas ainda por fazer, do polo aquático municipal. A arena recebe desde partidas de grandes eventos esportivos com a seleção brasileira de basquete e futsal até grandes eventos artísticos como circos e festivais de dança.

Assim, além da parte baixa ter recebido o já mencionado novo centro da cidade a parte alta do bairro Santa Mônica também se urbanizou com a estruturação do maior espaço de lazer público e gratuito da cidade, que se tornou um dos poucos espaços públicos de lazer frequentado, ao mesmo tempo, pela população pobre e pela elite de Uberlândia. Todo esse complexo de esporte alcunhado com o nome do empresário e prefeito Virgílio Galassi está localizado na parte brejeira do córrego Jataí.

O local faz fronteira com o bairro Tibery. Hoje algumas microáreas do bairro Tibery são habitadas por muitos estudantes que não conseguem pagar os altos aluguéis das casas e apartamentos oferecidos nas proximidades da universidade (um certo povoamento de estudantes universitários começa a migrar para a parte do bairro próxima a universidade e ao Parque do Sabiá). Em linhas gerais, mesmo com boa localização, ele ainda é considerado por muitas pessoas da classe média da cidade com um “bairro meio marginal e violento”.

Dessa forma, rodeado por algumas consideradas “perigosas periferias” a arquitetura das casas do bairro Santa Mônica se modifica drasticamente nesses últimos dez anos, tornando-se comum por parte dos moradores a contratação de empresas de segurança privada motivadas pelo medo alimentado com as notícias midiáticas dos aumentos dos homicídios,

tráfico de drogas na cidade e, principalmente, dos roubos a patrimônio – residencial e comercial - e assaltos a transeuntes nas vias públicas do bairro.

Relatos frequentes de moradores assaltados quando estavam dentro de casa ou abordados por assaltantes dentro do carro no momento de esperar o portão eletrônico abrir consolidaram o medo de ficar na rua. Nessa virada de século, algumas ruas do bairro Santa Mônica intensamente ocupadas pelas crianças, jovens e adultos como espaço de convivência pública, como o churrasco no meio da rua no final de semana, a roda de conversa nas noites calorosas, as festas juninas de rua, os golzinhos dos meninos, as várias brincadeiras e jogos infanto-juvenis se reduziram a rápidos e efêmeros encontros entre vizinhos que, ainda mesmo convivendo socialmente, preferem o espaço privado para se reunir.

Rênes¹⁴⁰ foi morador por mais de quinze anos no bairro Santa Mônica, passou sua infância, juventude e parte da sua vida adulta morando no lado nobre do bairro. Entretanto, se mudou para uma rua composta de um pequeno conjunto de casas sem muros. Ele se lembra de um dado muito interessante que demarca bem esse crescimento do bairro Santa Mônica: a chegada do asfalto. Todas as ruas e avenidas são nomeadas, mas até hoje a maioria dos moradores do bairro se localizam numerando as ruas. Esse tipo de localização é pouco entendida¹⁴¹ pelas pessoas que não são do bairro. Toda essa grande microárea foi se urbanizando muito rapidamente.

Essa foi a época em que houve uma mudança de turma na vida de Rênes. Ao mudar de estágio escolar, isto é, passar do ensino fundamental para o ensino médio, o adolescente começa a conviver bem mais com os amigos do bairro. Construía campinhos de futebol e *bicross* em lotes vagos, colocam redes de vôlei entre os postes de luz das ruas e pintavam quadras no asfalto para jogarem vôlei, peteca e até tênis de rua, “naquelas ruas que quase não

¹⁴⁰ Todos os nomes utilizados nessa etnografia são fictícios.

¹⁴¹ A primeira rua do Santa Mônica, que fica próxima da avenida João Naves de Ávila (perto do shopping, centro administrativo, universidade) é chamada de rua 13. A rua de cima é a rua 12 e assim por diante até chegar na rua zero. Essa parte foi para ele o primeiro loteamento do Santa Mônica. Quando se mudou para o bairro, “acima da rua zero era tudo terra, fazenda e sítio. Para se ter idéia, eles asfaltaram lá, apenas nos anos de 1990, você pode até ver a diferença no asfalto. O asfalto da rua 13 até a zero é mais grosso do que o asfalto das ruas de cima.” Mesmo sem a certeza de Rênes, se essas ruas de fato foram asfaltadas em 1990 (mas com certeza foi em uma data próxima), com o processo de urbanização posterior, todas as ruas acima da rua zero foram alçadas com a numeração crescente, ou seja, depois da rua zero, temos a próxima rua como rua 14, a rua de cima como rua 15, até chegar na rua 55. Da rua 40 para cima, torna-se o bairro Segismundo Pereira.

passavam carro”. Sua vida na rua era muito intensa com inúmeras brincadeiras e com uma mistura de jovens de várias faixas etárias.

Como seus irmãos eram mais velhos, convivia muito com jovens mais velhos, muitos deles começavam a tocar em bandas de *rock* e também havia um grande movimento de teatro, pratica cultural de sua maior preferência. Isso despertou no, então, jovem, um lado mais “intelectualizado” e “artístico” que rapidamente iria promover uma outra mudança em sua vida que se consolidou quando ele passou no vestibular de geografia da UFU.

“No momento que entrei na UFU tudo mudou. Deixei de conviver com o pessoal do bairro, na verdade só convivia com o pessoal do teatro e da música, das bandinhas de *rock*. O negócio já estava ficando muita fofoca. Alguns vizinhos espalhavam para minha mãe e meu pai que eu tava fumando maconha. Eu nunca tinha fumado! Gostava era de beber. Bebia muita Chapinha [vinho tinto doce, mais barato] e Cortezano. Também gostava de cheirar éter e benzina, você acredita que eu sabia até as farmácias que tinha a benzina mais forte. Misturávamos essências na benzina, ou comprada na farmácia ou pegávamos aquele caldinho do *Babaloo* [chiclete]. Nessa época comecei a fumar cigarro também. Comecei até a mudar um pouco meus gostos musicais e teatrais. Passei a ouvir menos *heavy metal* e comecei a ouvir um *rock* mais *cool* como: The Doors, a fase psicodélica dos Beatles, Chico Buarque, Clube da Esquina, Mutantes. Deixei de fazer teatro no grupo de jovens da igreja, com temas mais religiosos e passei a fazer algumas peças mais profanas [risos] e algumas performances. Uma vez fiquei pelado em uma performance e mostrei o cú [gargalhadas].”¹⁴²

Nesse momento da vida, Rênes começa a conviver com sua turma universitária, pessoas, sobretudo jovens de várias searas acadêmicas: artistas plásticos, cênicos, músicos, filósofos, arquitetos, cientistas sociais, historiadores e geógrafos. Era um estudante que frequentava intensamente o jambolão famoso local da universidade. Foram nesses espaços de convivência que conheceu várias coisas que estima ainda hoje para sua vida: Boudalair, Chico Buarque, Ariano Suassuna, a cultura popular, as bandas de *rock* alternativas, os grandes nomes do teatro moderno e pós-moderno e, principalmente, sua semi-profissionalização na carreira de ator e performer. Chegou a pensar em desistir de fazer geografia e ingressar nas artes cênicas, mas desistiu da ideia quando começou a trabalhar e gostar de ser professor de cursinho pré-vestibular. Adjunto a todo esse conhecimento que foi adquirindo quando universitário Rênes começou a experimentar outros tipos de drogas, principalmente a maconha, ou como ele prefere dizer: *a cannabis sativa*.

¹⁴² Entrevista realizada com Rênes no dia 22/03/2013.

“Nessa época deixei de usar aquelas porcarias sabe! Deixei de cheirar lança perfume, benzina, beber chapinha e comecei a fumar maconha, ou melhor, *cannabis*. Mas no início também usava algumas porcarias como cheirar pó [cocaína]. Até gostei de usar pó no começo, era legal, ficava com uma energia. Cheirávamos pó e conversávamos horas e horas sobre música, poesia, filosofia, teatro; mas com o tempo, sei lá, a energia vai ficando estranha e aquele seu amigo que te oferecia, começava a te esconder que ele tinha, então comecei a desencanar [de deixar de usar]. Quando comprávamos em sociedade, uma ou duas dolinhas [saquinho plástico que contém geralmente 1 grama de cocaína] para cheirar nas festas ou até mesmo em casa, ficávamos vigiando o cara que estava com as dolinhas no bolso, para ele não cheirar mais do que a gente. Se ele fosse pro banheiro todo mundo ficava alerta [com medo dele consumir sozinho]. Então, mesmo convivendo com alguns amigos que cheiravam muito, comecei a desencanar do pó. Na verdade, gostava mesmo era de fumar maconha. A maconha no início é mais social, um baseado da pra dez pessoas fumarem, cada um põe um pouquinho e da para fazer um baseado [grande cigarro de maconha]¹⁴³”.

Ao ser indagado sobre sua relação com a polícia, ele comenta que “foi pego” pela polícia apenas três vezes. A primeira vez ainda muito jovem foi fumar maconha no bairro City Uberlândia, com dois amigos e foram surpreendidos por um carro de polícia que estava fazendo a ronda no local. Como eles estavam apenas com um pequeno cigarro de maconha que seu amigo engoliu (acesso) os policiais não encontraram nenhum flagrante com eles. Fizeram uma pressão, chegaram a algemar e colocar dentro da viatura seu colega que tinha engolido o cigarro, mas depois os liberaram, mesmo com seu amigo condutor do veículo sendo menor de idade.

Da segunda vez, estava fazendo uma viagem universitária para Alto Paraíso, região das Chapadas dos Viadeiros (GO), local muito conhecido por ter uma energia *zen*, por causa das cachoeiras e vegetações inóspitas. Rênes comenta que só havia uma pessoa que não fumava maconha no ônibus além do motorista. Nessas viagens universitárias como o estado de efervescência coletiva era intenso, ele e seus colegas foram fumando, bebendo, tocando e fazendo performances. Comenta que antes mesmo do ônibus sair da universidade já havia baseados acessos e garrafas de bebidas alcoólicas abertas. Ao chegarem próximo a Chapada dos Viadeiros, foram parados em um posto policial. Dois policiais entraram dentro do ônibus, vários incensos foram acessos com o objetivo de misturar com o cheiro da *cannabis*. Muitos jovens ficaram nervosos com esse contato e acharam que iam rodar (expressão utilizada para designar que foram pegos pela polícia e serão atuados publicamente por consumo de

¹⁴³ Entrevista realizada com Rênes no dia 22/03/2013.

substâncias ilícitas). Como tinham feito uma barca de 1 Kg de maconha, antes da viagem, muitos jovens (considerados mirins pelos mais velhos) ficaram apavorados com a situação e alguns deles chegaram a comer de 20 à 30 gramas de maconha. Outros mais experientes, como o próprio Rênes, viram que não havia policial feminina e entregaram seus tablets de maconha para as amigas. A tensão foi grande, os policiais ameaçaram chamar reforço, incluindo policiais femininas. Depois de uns quinze minutos, relata Rênes, o motorista e o único jovem que não era maconheiro do grupo negociaram “um café” para os policiais. Fizeram uma vaquinha, cada um deu cinco reais. Eles eram em trinta e cinco pessoas.

A última vez que foi abordado por policiais, Rênes comenta que já era adulto “burro véi”, como dizem os mineiros do interior, tinha trinta anos. Estava indo com dois colegas jogar futebol e estavam com um cigarro de *canabbis* aceso no carro, deram de frente com uma viatura da polícia em um local meio ermo do bairro Santa Mônica. Os policiais desconfiaram que poderia ser um assalto e pararam o carro. Mesmo com a revista dos policiais em todo o carro e nos bolsos das calças, seus dois amigos - pessoas casadas e pais de família - continham uma boa quantidade de maconha portada de forma escondida na cueca. Os policiais não acharam. Eles encontraram apenas no final da revista uma ponta (expressão que designa a parte final do cigarro de maconha) em uma caixinha de fósforo. Depois de explicarem abertamente aos policiais que estavam fumando no momento de lazer, mas eram trabalhadores, pais de família; e de receberam lições de moral dos policiais como: “você tem filhas e ficam fazendo isso, o que a filha de vocês vão pensar; o senhor que é professor, imagina isso cair na boca da imprensa” Rênes e seus amigos foram liberados e seguiram livremente para jogar futebol. Um dos seus amigos que portava uma pochete na cintura abriu a mesma e retirou quatro cigarros prontos. Rindo, criticou jocosamente a ineficácia do trabalho dos policiais. Ao chegarem no local do futebol, pegaram um cigarro e fumaram antes de jogar. Curiosamente, Rênes conta que fumar cigarro de maconha antes de jogar futebol é uma prática muito comum entre seus amigos “o futebol fica mais artístico” comenta ele.

Além desses episódios, Rênes comenta que pouquíssimas vezes foi abordado pela polícia para averiguação de porte de drogas e armas, menciona que talvez seja porque tem cara de pessoa de classe média: branco e com roupas mais arrumadas, apesar de que mesmo quando vestia roupas pretas de metalheiro foi abordado poucas vezes para o “baculejo” (expressão designada para a revista policial).

Diferente de algumas narrativas de jovens da periferia a turma em que Rênes convivia tiveram pouco problemas com a polícia. Poucos amigos seus foram presos por usarem drogas, entretanto, comenta que alguns amigos e até ele (por duas vezes), já haviam sofrido revistas truculentas. Ao serem abordados, os policiais chutavam as pernas deles “para eles abrirem as pernas direito”, alguns davam tapas na cara mesmo quando os jovens não reagiam ou, ainda, humilhavam os com dizeres homofóbicos pela certa androgenia de alguns amigos que possuíam cabelos cumpridos e roupas *hippies* com uma estética mais colorida e feminina.

Mesmo com essas experiências, atribui o pouco contato com a polícia à vivência na universidade federal, espaço onde a polícia militar não entrava. Assim, mesmo em espaço público, com grandes fluxos de pessoas não usuárias passando e com seguranças internos os locais, como descrito, nos espaços conhecido como jambolão eram tacitamente liberados para o consumo ao ar livre de drogas lícitas e ilícitas, principalmente, para bebidas alcoólicas, cigarros legais e de maconhas. Não para todos, muitos jovens não-estudantes universitários que começavam a frequentar lá eram sistematicamente abordados pelos seguranças da universidade.

Às vezes antes mesmo das oito horas da manhã, Rênes passava nas mesinhas, fumava um cigarro de maconha e ia assistir aula. No intervalo, por volta das 9:30 da manhã, descia e fumava seu segundo baseado do dia. No início da faculdade passava o dia fumando e conversando sobre coisas *cults* e estudando os textos das disciplinas que cursava. Curiosamente, comenta como os efeitos geram uma concentração para produzir ciência e arte. Ao ser perguntado quantos cigarros de maconha fumava por dia, ele responde: “nossa, eram muitos, tinha dia que era tranquilamente mais do que quinze, mas muita gente fumava junto, então as vezes dava somente dois tragos”. Outra droga que gostava de consumir de vez em quando era o ácido lisérgico, popularmente conhecido como doce ou docinho.

“O doce é uma droga muito louca, ela é muito boa, mas se você não estiver bem não tome! Rola o *bad tripe*, uma viagem errada, você começa a ter paranóias, seu coração acelera muito; você que é ateu começa a rezar para a onda passar. Você quer dormir para acordar no outro dia, mas como tem muita anfetamina misturada, você custa a dormir. Já tive muitos *bad trips*, então só tomava em outras cidades, mais bonitas, com pessoas legais, para que a viagem seja boa, mas quando a viagem é boa, é muito legal. Você fica muito sensível com as cores, com a comunicação com os amigos...[pausa]. Você nem precisa conversar, você só olha pro seu amigo, pra sua

namorada, ou eles olham para você e você já sabe o que ta rolando. É impressionante para comunicação telepática [risos]¹⁴⁴.

Mesmo com um consumo intenso, sobretudo de maconha, Rênes se considerava um bom aluno, teve bolsa de iniciação científica, fez um trabalho acadêmico muito elogiado e se considera um excelente profissional, apesar de às vezes querer mudar de trabalho. Em alguns momentos menciona que gostaria de dar aula em uma universidade, mas para isso precisava fazer doutorado e com um filho recente, casamento recente, prestações de casa, contas a pagar e um trabalho intenso nas duas escolas que leciona fica impossível de tirar um tempo para fazer um bom projeto para pleitear uma vaga, além disso, não teria tempo para lecionar as disciplinas e fazer uma boa pesquisa. Teria que diminuir sua intensa jornada de trabalho e sua satisfatória condição de pai neófito, com isso reduziria seu salário e, principalmente, não curtiria muito o crescimento do João Paulo. Sua ideia é esperar um pouco mais.

A relação dele e de sua turma com o tráfico de drogas também era episódica. Poucas vezes frequentavam as bocas de fumo, nome antigo dos locais onde se compra drogas ilícitas (principalmente maconha e cocaína). Sempre havia um amigo (Rênes menciona que era amigo mesmo!) que gostava de gerenciar a barca e partilhar a droga. Dessa forma, quase não precisava frequentar “os locais perigosos” para se comprar drogas ilícitas. Geralmente esse amigo, ficava com um pequeno lucro que era não pagar uma certa quantia que apesar de variável, se resumia, na maioria das vezes, em uma quantidade de cinquenta gramas. Como explicado, para ele, mesmo aqueles colegas e amigos que organizam as barcas de forma sistematizada (uma vez por mês) não eram considerados traficantes de drogas, apenas organizadores de barca. Rênes nos conta que por ser uma substância ilícita a relação econômica para se conseguir a droga fica em segundo plano. Ele mesmo conta que quando consumia, pegava geralmente 50 gramas e sempre partilhava 10 gramas com um amigo chamado Rodrigo e 10 gramas com sua amiga Roberta.

“Eles me pagavam e eu dava para eles, mas em não sou traficante, entende como é! Hoje eu tenho o canal [acesso] com um outro amigo da minha sala e pego 50 gramas por vez. Se amanhã acontecer alguma coisa, por exemplo o Rodrigo arrumar um canal

¹⁴⁴ Entrevista realizada com Rênes no dia 22/03/2013.

melhor ou o meu canal rodar [o fornecedor ser descoberto pela polícia] daí eu vou pegar com o Rodrigo, entendeu como é!”¹⁴⁵.

Podemos inferir que no circuito universitário de Rênes a comercialização e circulação das drogas entre os amigos universitários geralmente não compreende uma relação utilitária e de busca de lucratividade. Esse tipo de comércio está mais associado a uma economia antiutilitária. Muitas vezes até mesmo para aquele jovem que faz a mediação com a boca de fumo ou com o traficante de fora dos muros da universidade não se vislumbra uma lucratividade profissional, daquela atividade ser o exercício profissional, como ocorre com vários traficantes que dedicam boa parte ou toda a renda familiar no exercício do tráfico.

Rênes menciona que em certa época um estudante do curso de história “assumiu o papel” de traficante na universidade, mas mesmo assim, era considerado um amigo. Como vendia pequenas quantidades (cinco, dez ou até vinte reais) ele e boa parte de seus amigos preferiam comprar maconha, por meio das barcas. Somente em épocas de seca (expressão utilizada para designar momentos de pouca oferta de drogas) ou em momentos episódicos eles compravam drogas desse amigo.

Fora isso, Rênes menciona que de vez em quando, na época em que cheirou cocaína “pelas primeiras vezes”, antes mesmo de entrar na universidade, ia em uma boca no bairro progresso, bairro que fica abaixo da área nobre do Santa Mônica e ao lado direito da universidade federal.

Assim que entrou na universidade também havia conhecido um traficante “muito gente boa” que sempre andava pela universidade passeando de bicicleta com sua filha de quatro anos, Rênes dizia que como esse traficante era mais discreto (no início!) frequentou, muitas vezes, a sua casa para pegar drogas. No início até ficava lá e fumava um [cigarro de maconha] com ele. Se lembra que essa foi a época que até chegou a trocar alguns objetos pessoais por droga. “Eu ia fazer uma viagem para Ouro Preto com a universidade, estava sem dinheiro, então peguei um dvd do *Pink Floyd*, o *Live at Pompéia*, alguns cd’s que não gostava muito e fui lá trocar por maconha. Adorava aquele dvd. Os cd’s não muito, o pior é que a

¹⁴⁵ Entrevista realizada com Rênes no dia 22/03/2013.

maconha era muito ruim”. Com alguns meses, Rênes comenta que o tal traficante começava a ficar muito visado na vizinhança pelo entra e sai de jovens e na universidade pela aglomeração que fazia quando chegava.

Outra relação com o tráfico de drogas que menciona como muito inusitada, era um bar que frequentava em uma das praças centrais de Uberlândia. O bar era extremamente movimentado por vários grupos de jovens – patricinhas, *playboys*, malucos, cabeludos, sertanejos, pagodeiros. Era uma espécie de ponto de encontro das turmas para depois irem para as casas noturnas e boates, apesar de alguns grupos ficarem por lá a noite inteira. Havia um garçom que vendia cocaína nesse bar, Rênes e seus amigos frequentavam o local. O código era “João traz uma cerveja de vinte reais”. O garçom trazia a cerveja colocava na mesa e trazia um monte de balinhas com a dola [pequeno embrulho que traz uma porção de geralmente 1 grama] de cocaína no meio das balas, ou entregava nas mãos do cliente ou colocava na barra das calças.

Mesmo depois de parar de cheirar, Rênes comenta que o garçom ficou fazendo essa atividade comercial ilegal no centro de Uberlândia por vários anos e mesmo com quase toda a malucada sabendo do comércio (expressão designada para separar os jovens que conhecem a malícia do mundo das drogas, incluindo jovens que não consomem drogas, mas conhecem os códigos) João demorou a ser preso.

Quando isso aconteceu foi uma repercussão na cidade, saindo em vários veículos de comunicação. A irmã de Rênes, que freqüentava o bar, mas não convivia muito com a malucada, ficou surpresa em saber que o garçom “muito gente boa” vendia drogas naquele local, extremamente frequentado pela juventude uberlandense.

Há mais ou menos três anos, Rênes comenta que com essa nova vida, “de gente grande”, “parou” de consumir drogas ilícitas e lícitas. Parou definitivamente de fumar cigarro industrializado e todas as drogas. Raramente fuma um cigarro de maconha com algum amigo, quando esse tem. Aos 38 anos, gosta de beber no máximo duas boas cervejas ou um vinho. Agora não mais o Chapinha, vinho tinto e doce; mas vinho tinto e seco de preferência com uma boa uva sul-africana. Ao se formar na universidade e começar a trabalhar de forma mais intensa, começou a parar de fumar maconha nas grandes rodas e começou a consumir de forma mais individualista, em casa ou com poucos amigos. Também já não gostava mais de fumar e sair para as baladas. A maconha se tornou uma droga mais relaxante e calmante,

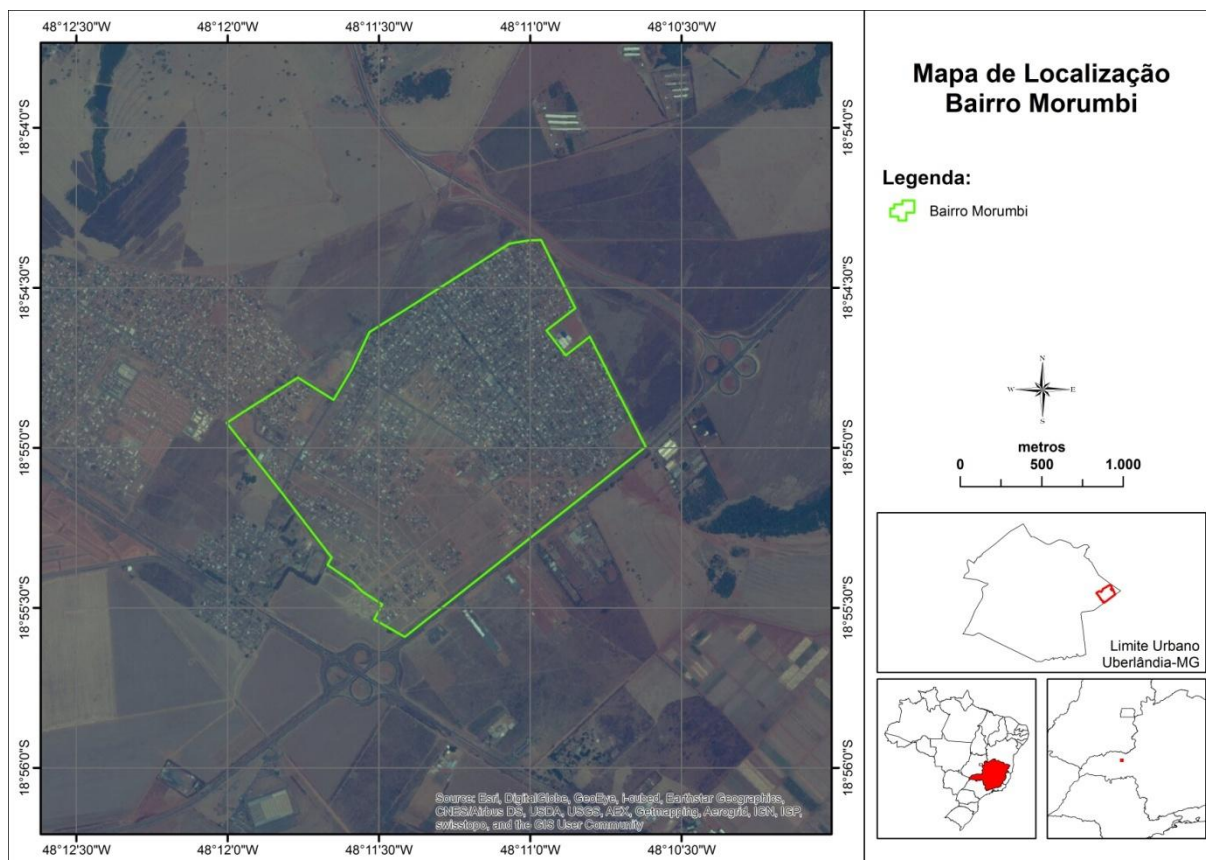
gostava de chegar em casa depois do trabalho e fumar um cigarro para dar larica (expressão designada pelos usuários de maconha que mencionam que o uso de maconha abre o apetite) e comer melhor, ouvir uma boa música e dormir bem.

Um último aspecto importante pode ser dimensionada pela tensão entre as narrativas de Rênes e seus comentários sobre as mudanças mais significativas que percebe no bairro Santa Mônica e a perspectiva dos estudantes universitários das repúblicas. Como o próprio nome sugere em algumas repúblicas a circulação de pessoas – colegas de universidade é intensa. Algumas delas servem de espaços públicos para realização de vários projetos coletivos importantes não só para a universidade, mas para o campo da arte da cidade. Outras possuem circulação intensa de festas mais privadas ou festas capitalistas (que cobram ingresso na portaria) voltadas para o público universitário que geralmente acabam com a polícia na porta, na maioria das vezes, chamadas pela vizinhança mais antiga que reclamam do desrespeito juvenil com som alto, gritarias e barulhos de carros correndo. Assim, a esfera pública de muitas dessas festas universitárias que são realizadas a partir das 23 horas, horário que contrária a lei do silêncio e os bons costumes de família trabalhadora que acorda cedo, ocorrem de uma forma setorizada ao público jovem estudante universitário.

Sobre o ponto de vista de Rênes, mesmo não conhecendo o trabalho de Hannah Arendt, suas reflexões se aproximam da reflexão da filósofa sobre a violência, ao mencionar como houve uma desintegração dos usos dos espaços públicos da sua antiga rua. Para os moradores mais antigos que conviviam intensamente nas ruas com os vizinhos fica essa impressão de que não há mais convivência pública, a rua tornou-se um lugar perigoso, da criminalidade. Os encontros cada vez mais esporádicos com os vizinhos da frente ou do lado acontecem agora dentro de casa ou em restaurantes privados. As diferenças das atividades públicas realizadas pelos jovens e adolescentes de sua época são evidentes. Comenta que quando adolescente várias ruas eram tomadas pelas brincadeiras e jogos de muitas crianças e jovens. Muitos adultos também ficavam na rua conversando com os vizinhos, fazendo churrasco na parte da frente da casa (que era desmurada), alguns adultos se misturavam aos seus filhos e jogavam futebol, taco, peteca... Atualmente, devido ao medo da violência, o professor de geografia acredita que as pessoas do bairro sumiram do espaço público das ruas.

ANEXO B – Morumbi: as casas embriões e as casas de muros sem-tintas

MAPA 14 – Localização Bairro Morumbi



Fonte: José Fernando Pinese Júnior

A av. Segismundo Pereira segue sua extensão passando pelo viaduto que corta a BR-050. Seguindo na avenida temos ao lado direito o CEASA e ao lado esquerdo um motel. Logo após o motel, em 2010, houve uma ocupação de trabalhadores sem-tetos que durou alguns meses e culminou na desapropriação das terras realizada pela polícia. Cumprindo mandato judicial de reintegração de posse as famílias se retiraram do local. Tratores e patrulas passaram por cima das sobras dos barracos e de algumas casas de alvenaria que haviam sido levantadas. Após a desapropriação o dono do terreno murou todo o espaço colocando padrão de energia elétrica temendo “uma nova invasão”. Nos últimos anos, nas margens do setor Leste da cidade, sobretudo, a área do entorno das BR- 365 e a BR-050, grande parte dos terrenos vazios longínquos foram murados, temendo “a invasão das famílias pobres” de

uberlandenses e principalmente de migrantes de outras regiões mais pobres como o Norte de Minas Gerais e Nordeste.

Subindo ainda mais a av. Segismundo Pereira encontra-se acima do motel e do espaço desapropriado uma grande área devidamente asfaltada e dividida geometricamente em quadras. No meio dessa área um conjunto de vários prédios (semelhante ao condomínio próxima a universidade federal) estão recebendo seus primeiros moradores. Algumas poucas casas e pontos comerciais também começam a ser construídos. Todas as ruas estão devidamente asfaltadas. Ao lado direito da avenida, em frente essa área descrita, acima do CEASA, uma grande plantação de soja preenchia o horizonte até a chegada do bairro Alvorada até alguns anos atrás. Atualmente a (ITV) Imobiliária Tubal Vilela está loteando a região.

No final da década de setenta, o bairro Alvorada foi loteado para a construção de um conjunto habitacional, bem no meio de um trecho que corta a rodovia BR- 452. Ficou famoso pela ação-política da associação dos moradores que reivindicaram melhorias e infraestrutura básica. A construção de uma rotatória na rodovia virou prioridade pelo alto índice de morte que ocorria com seus moradores atropelados. Passando por essa rotatória construída, situa-se a outra parte do bairro Alvorada, popularmente conhecido como Alvorada Dois.

Apesar da movimentação política dos moradores, estrategicamente a construção do bairro Alvorada foi muito importante para a especulação imobiliária uberlandense. Esticando a infraestrutura, iniciada pela av. Segismundo Pereira, para um espaço bem distante do centro da cidade, no meio e aos redores do bairro Alvorada, muitos políticos também eram os empresários de imobiliárias e da construção civil que “cultivaram” grandes áreas de terras vazias que ao longo das últimas décadas foram se loteando.

Seguindo em frente em algumas quadras chega-se ao bairro Morumbi. Em sua formação inicial foi chamado de bairro Santa Mônica Dois. Os primeiros loteamentos do conjunto habitacional do bairro surgiram em 1991, tendo seu nome modificado para bairro Morumbi em 1995. Os motivos dessa mudança no nome são diversas e controversas.

Para Rosana, uma das primeiras moradoras do bairro Santa Mônica Dois, a ideia de mudar o nome para Morumbi se deu por um sentimento dos moradores do próprio bairro: “para darem uma renovada no astral do bairro que andava com a energia negativa e criar uma identidade coletiva específica”. No início da década de noventa a moradora artista ligada aos

movimentos sociais fez parte da associação dos moradores do bairro e reivindica a mudança do nome pela ação dos moradores politizados.

Na cabeça de Rênes e sua família classe média: “a articulação política se deu pelos moradores do bairro Santa Mônica que não queriam ter o mesmo nome da população do bairro perigoso e violento”. Rênes se lembra do ônibus do Morumbi que descia a av. Segismundo Pereira. Ele dizia: “eu não pegava!” O ônibus geralmente mais velho e sujo de barro não era frequentado por ele e toda sua turma que habitava o pedaço mais nobre do bairro Santa Mônica.

Para os proprietários dos loteamentos do conjunto habitacional Santa Mônica Dois a mudança do nome também era pensada como uma estratégia de realizar um *upgride* nas expectativas dos loteamentos serem habitados por uma classe média baixa. Nessa época, toda a ocupação legal foi realizada por uma população pobre. Muitos moradores antigos também conjecturam como a substituição do nome do bairro Santa Mônica Dois para o nome Morumbi veio por estratégia de “marketing” aliada ao novo nome da Construtora Morumbi.

De toda forma, eram curiosos os comentários jocosos e racistas de alguns moradores da cidade sobre a representação ambivalente do nome do bairro. O desdém, as brincadeiras e os preconceitos são muitas vezes explícitos: “o bairro mais pobre e violento da cidade” ter o nome de um dos bairros mais chiques de São Paulo e do Brasil. Até hoje, o Morumbi ainda faz parte das chacotas e dos preconceitos nas rodas de conversa de muitos uberlandenses da elite ou das classes médias que estigmatizam seus moradores.

Feito na parte alta do setor Leste de Uberlândia, o bairro Morumbi está localizado entre o bairro Alvorada, os bairros – Dom Almir, Esperança, Joana Darc, São Francisco, Celebridade e Zaire Rezende - oriundos das habitações irregulares, a av. do Pau Furado e a BR-365. Apesar de bem longe do centro sua acessibilidade para chegar em todos os setores de dentro e de fora da cidade, pela proximidade com as rodovias, foi facilitada pela integração das obras de pavimentação e interligação dos trevos situados no contorno da cidade.

Segundo muitos moradores antigos, terreno inadequado para habitação, as casas minúsculas entregues com portas caindo, contratos economicamente inviáveis para os moradores, re-ratificações judiciais para a simplificação das infraestruturas no bairro: todos esses acontecimentos que fizeram parte da sua formação, culminaram na constituição de uma CPI do Morumbi (2001) apurada pelo Poder Legislativo Municipal. A mobilização das

associações de moradores, com partes dos movimentos sociais ligados as pastorais católicas e alguns políticos de centro-esquerda da cidade, geraram ações contra imobiliárias e ex-gestões municipais que autorizou a construção do Conjunto Habitacional.

Uma das polêmicas eram as casas recebidas pelos moradores chamadas de casas embriões. Algumas famílias numerosas, ao possuírem uma quantidade básica de objetos, não conseguiam se movimentar dentro do cômodo. Apenas o mobiliário básico, como geladeira, fogão, cama e sofá já impossibilitavam a passagem e a circulação de pessoas dentro das casas.

Boa parte da população era migrante de áreas rurais de regiões próximas e distantes. Quando comecei a participar das reuniões em 2011, Alessandra era uma das poucas moradoras que participavam dos encontros da Rede Leste. Oriunda da zona rural de Goiás, versa sobre sua infância difícil por causa das violências dos tios e depois do marido que se tornou alcoólatra. Adolescente, foi fugida para Goiânia e transformou em “menino de rua”. Após conflitos no casamento veio tentar a vida em Uberlândia, atrás dos pais adotivos que foram ganhar a vida.

Eu vim para cá na época do Santa Mônica Dois. Meu pai tinha comprado uma casa... uma embrião de casa, tinha conseguido pela Caixa Econômica Federal. O bairro tinha ônibus três vezes por dia (risos). Um de manhã, um de tarde e outro ao meio dia. Então morávamos todos por ali: minha avó, meu pai, eu, com o meu finado marido. Eram catorze pessoas no total. É assim, eu sou adotiva e casei com o filho biológico dos meus pais. Aí eu casei com o filho deles, então a gente era casado, mas era meio irmão! A minha mãe também morava lá. Você pode imaginar um tanto de gente em uma casa embrião. Ai depois eu sai da casa deles, eles aumentaram alguns cômodos... E minha avó, tinha o sonho de ter a casa própria dela, um cantinho pra ficar e fazer as coisas dela. Teve umas invasões no Morumbi, mas meu pai ficava receoso de tirar minha mãe de casa e por lá para morar debaixo de barraco, né. E tinha muito medo na época: “era só um cerradão ali, um chapadão, tinha pouca casas ali, com o tempo a Caixa Econômica Federal fez mais loteamento de casas embriões. Tinha poucas pessoas, você podia contar os moradores e o ônibus era só três vezes por dia (risos). Se perdesse já era, naquela época era muito difícil tinha pouco comércio. Zuuuuupt. De repente encheu tudo¹⁴⁶!

Em vários momentos da conversa, Alessandra enfatiza o escasso acesso ao transporte público, o crescimento da população e das casas. Até os dias de hoje, alguns moradores, utilizam seu tempo de final de semana para ampliar cômodos, ou construir pequenas casas para parentes nas partes vagas do terreno.

¹⁴⁶ Entrevista com a moradora realizada em 8 de dezembro de 2013.

Para os setores do serviço público e das empresas responsáveis, o processo inicial de loteamento estava preparado para receber cerca de 10 mil habitantes. Apesar disso, com a chegada dos moradores, os problemas estruturais da casa e do bairro começaram a surgir para todos os lados: faltava água, rede pluvial, asfalto, extensão das linhas de ônibus, comércio, em suma, construíram 2550 casas sem nenhuma obra de infraestrutura básica.

Além de não ter recebido infraestrutura ou qualquer aparelho público, as ruas asfaltadas se resumiam às rotas dos ônibus. Muitos moradores antigos se lembram da redução absurda da linha. Tanto o ambiente privado das casas quanto a formação estrutural do bairro emergiram de forma muito precária.

A permissão pelo Poder Executivo Municipal da construção de um populoso conjunto habitacional em área ambiental totalmente inadequada fez do bairro Santa Mônica II uma região de covoal, área plana e côncava que em época de chuva concentra grandes quantidades de águas, principalmente no meio do bairro, provocando até hoje várias enchentes que adentram as casas. Em época de seca concentra grande quantidade de poeira que desencadeia vários problemas respiratórios aos moradores.

Como muitos moradores foram deixando de pagar o financiamento devido aos altos juros das prestações o bairro com quase nenhuma infraestrutura, não atraiu os filões da classe média desejados pelo setor imobiliário. Algumas ocupações de grupos de moradores sem-teto começaram próximas à estrada do Pau Furado e no entorno da Av. José Lopes Silva, despertando sentimentos múltiplos entre os moradores antigos. Dois assentamentos conseguiram ser legalizados e foram englobados pelo bairro Morumbi. O Assentamento da Paz que fica no final da avenida e o assentamento situado perto da pedra do Uberlândia Viva! Para alguns antigos moradores do conjunto habitacional como Rossana e seus vizinhos: “a parte da ocupação era uma favelinha, muitas mães do próprio conjunto habitacional nem permitiam que seus filhos brincassem lá ou com meninos de lá”. Ainda hoje vários moradores ocupam áreas do bairro que não foram loteadas.

Para alguns moradores, as ocupações eram vistas pela ótica dos movimentos sociais como uma reivindicação política de luta pela terra e pela moradia garantida pela Constituição de 1988. Outros muitos moradores, parecidos com a família de Alessandra passando por várias necessidades e privações, com a casa pequena e cheia de parentes também aumentavam o fluxo do movimento de ocupação redistribuindo a família em núcleos menores. Na

ocupação próxima à pedra do Uberlândia Viva a família de Alessandra se encorajou e entrou na ocupação. Morando de aluguel no bairro Santa Mônica, foi em busca da sua casa própria. Encorajaram-se de participar de outros movimentos de ocupação, tempos mais tarde. Segundo Alessandra, no da Pedra Uberlândia contaram com a ajuda da prefeitura que forneceu alguns banheiros e pias públicas.

A prefeitura organizou um espaço no Morumbi e outro no São Jorge. Alguns não se adaptaram no São Jorge e veio para o Morumbi, porque eles dividiram a favelinha. Ali no começo, eles falavam que tinha uma favelinha no Morumbi e isso não é verdade! Foi a prefeitura tirando eles da favela e dando o terreno para eles morarem ali, como eles não tinham condições financeiras, eles fizeram barracas. Aí foi chamada a primeira favelinha do Morumbi. As pessoas falavam que era uma favelinha, mas não era. A prefeitura veio pegou uma parte ali, onde a Caixa Econômica havia deixado, mas que estava para liberar habite-se essas coisas, eles deram uma parte para a prefeitura. Aquela invasão perto do Pau Furado entre a av. José Lopes Filho e rua Videira, eles tinham deixado para ser uma praça, mas como lá só tinha mato e família precisando. Assim por exemplo, Dona Antonia mãe da Elaine, morava lá, que veio de uma das favelinhas. Morava na rua Videiras. Na casa da Dona Antonia, morava a filha dela que é a Elaine, o filho dela que é o Evanir e outros filhos. E outras casas tinham esse problema que era sobrelotado. Naquela ruinha mesmo, os filhos dos moradores resolveram acampar lá e abrir aquilo lá como se fosse terrenos normais. Aquela parte que foi invadida ali no Morumbi ia ser uma praça. Entre eles lá e alguns moradores que vieram de foram adentraram ali, que tem trinta e quatro famílias assentadas naquele local¹⁴⁷.

Ela ressalta que, com a tutela da prefeitura, aquela microárea não se configuraria como favelinha. Para ela: “o assentamento era um programa de desfavelização”, isto é, o poder público objetivava retirar as ocupações de dentro da cidade para realocar naquela microárea. Apesar da imensa área em todo o bairro ainda não habitada, troca-se a área que seria destinada para a praça pública por mais habitação. Passados vinte anos, nenhuma praça pública foi construída em todo o Morumbi, apesar dos inúmeros loteamentos vazios.

Segundo moradores, falta pavimentação asfáltica, impossibilitando o tráfego de veículos nas ruas em épocas de chuvas. Fato amplamente reivindicado pelos moradores, que no ano de 2011 protestaram e pressionaram os vereadores na Câmara Municipal, através de ato público que reverberou na mídia uberlandense. Toda essa falta de estrutura básica no bairro incentivou Alessandra a mudar sua profissão.

¹⁴⁷ Entrevista com a moradora realizada em 8 de dezembro de 2013.

Na época em vim embora de Goiás para cá. Apesar de ter morado em um monte de lugares, Roosevelt, no Morumbi, em certa época eu morava de aluguel no bairro Santa Mônica, lá na rua quatorze e trabalhava na Limpel varrendo rua. E de tanto eu ir na prefeitura quando eles estavam legalizando, trazendo pessoal das favelinhas para o Morumbi, eu consegui um terreno também. De tanto correr atrás, a prefeitura resolveu conceder um lote na rua Videiras, aonde estavam colocando o pessoal que veio da favela. Aí, eu voltei para cá. Como eu vim, aí eu fui obrigada a fazer um barraco de lona. Então eu fiz esse barraco com minhas três filhas consangüíneas. Como eu vim para cá, muitas mães que trabalhavam não tinham como deixar seus filhos, porque aqui não tinha vaga na única creche que tinha aqui no Morumbi, que era no Sal da Terra [Igreja neopentecostal]. Então tinha muita criança e não tinha vaga. Aí eu resolvi olhar crianças de outras mães, para elas em troca trabalharem e pegar uma ajuda para alimentar minhas próprias filhas, porque eu estava passando muita necessidade, muita privação. Então, umas mães vinham e deixavam os filhos e vinham buscar a noite. Outras vinhas, deixavam os filhos e abandonavam eles por uns tempos. Na realidade, elas iam viajar porque eram mulheres de programa e, às vezes, depois de quinze dias voltavam. Aí elas falavam: “não, agora eu ganhei um dinheiro bom, vou construir, vou ficar quieta e não vou abandonar mais”. Aí, viajavam de novo e sumiam outra vez. Quando eu me deparei, eu estava com dezesseis crianças, fora minhas três filhas biológicas. Eu estava com dezesseis crianças, num barraco de madeira, passando a maior necessidade do mundo. Aí foram lá em casa e falaram pra mim: “Porque você não liga no Conselho Tutelar, porque o Conselho Tutelar dá cesta, dá roupa. Então, como era muito ingênua e muito crua (risos), liguei para o Conselho Tutelar e quando ele chegou aqui viu aquelas condições que eu estava, com as crianças todas arrumadinhas, limpinhas, comida, ficaram com pena de mim. Perguntaram: “Dona Alessandra qual é a sua pretensão?”. Como eu fui criança de rua, que queria abrir uma casa para acolher não só aquelas crianças. Aí na época era o (...), me lembro até hoje de barba grisalha me falou: “Sabia que a senhora poderia ser presa com essas crianças?”. Aí, ele foi lendo os direitos e os deveres e tudo. Ele disse: “Eu não vou fazer isso, porque eu vejo amor nos seus olhos e estou vendo que a senhora não está agindo de má fé, mas a senhora vai procurar o juiz e pedir a autorização para a senhora continuar fazendo seu trabalho, e nós vamos dar um tempo para a senhora se organizar. Porque a senhora tem que abrir estatuto, abrir direitinho as leis e tudo”. Eu não sabia de nada, e agora o conselho queria tomar minhas crianças e eu fui. Chegando lá na ...vara infância juventude, a (...) falou: “Nós vamos fazer uma visita e vamos atrás das mães e vamos ver o que vamos fazer, porque pela situação que a senhora está, não pode ficar.” Quando ela chegou lá em casa e viu as crianças, mesmo com toda a pobreza e toda a dificuldade tinha amor, tinha carinho, todos eram felizes, todos estavam gordinhos, todos estavam com vermífugos em dia (risos). Eu costumava dizer que eu peguei tanto barrigudinho cheio de verme que Deus me livre! Então ela disse: “nós vamos fazer o cadastro dessas crianças, vamos conversar com o (...) e nós vamos ver o que faz”. A (...) foi lá em casa e exigiu: “Olha dona Alessandra, se a senhora quer ficar com essas crianças, a senhora tem que fazer isso, isso e isso. A casa da senhora tem que ter essa estrutura...” e mostrou um plano de ação que eu tinha que mover. Eu não tinha condições mínimas de fazer quarto masculino, quarto feminino, berçário, banheiro, nada, mas eu tinha tanta força de vontade que Deus ia abençoar e eu iria fazer que eu tinha fé. Mandaram eu ir conversar com o (...), quando eu chego no doutor. Falaram toda minha situação para ele e ele me disse assim: “a senhora é louca. Que falta de juízo é essa da senhora de pegar um monte de crianças, filhos dos outros para olhar, a senhora sabia que poderia ser presa”. E começou a esbravejar comigo. “E a senhora some daqui, a senhora tem um ano para organizar sua ONG. Dentro de um ano se a senhora não organizar eu não vou permitir mais as crianças na sua casa. E não olha para trás não, que eu vou te prender (risos)”¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Entrevista com a moradora realizada em 8 de dezembro de 2013.

Alessandra desenvolve técnicas de normalizações alternativas pela falta de creches no bairro. A ingenuidade inicial ao ligar no Conselho Tutelar desencadeou uma grande experiência burocrática de se relacionar com várias instâncias jurídicas e políticas, incluindo reuniões com juízes, segundo ela, mesmo sendo irregular e apesar das ameaças, eram condescendentes com seu trabalho, por ele ser bem feito e não conter perigo. Em muitas situações jocosas (imitando a oratória e as posturas dos juízes), Alessandra descreve a situação precária do bairro, a situação de algumas famílias de cujas crianças ela cuidava. A imersão cada vez maior no desafio de burocratizar e fundar uma Ong regularizada.

Nesse momento, os desafios corriam para vários lados: substituir o barraco por casa, cumprir o prazo de regularização exigida pelo juiz, instalar recursos básicos para a estrutura da creche de acordo com as normatizações legais, apaziguar a violência infantil e falta de estrutura familiar das crianças que ela acolhia; todas essas necessidades emergenciais fizeram com que Alessandra tivesse uma experiência teórica e prática com uma série de instituições jurídicas, legislativas e executivas da cidade. Como correr atrás das papeladas e da normatização da Ong, construir sem dinheiro e cuidar da segurança das crianças, algumas delas deixadas com ela dias pelos seus pais e outras violentadas cotidianamente.

Aos poucos os terrenos do bairro Morumbi foram murados. Dentro deles, muitas casas foram deixando de ser embriões e tornaram-se casas com três quartos, sala, cozinha separada, algumas com suíte e banheiros sociais. Em outros terrenos, conjunto de duas ou três pequenas casas são erguidas pelos mutirões familiares e de pequenos vizinhos. Na paisagem atual do bairro, quase todas as casas embriões foram superadas e os terrenos estão murados. A diferença atual com o bairro classe média é que os muros, na maioria, ainda estão sem pintura.

Em pouco mais de vinte anos, o bairro foi se estruturando de forma precária: ganhando infraestrutura básica, as invasões se regularizando e aos poucos formando algumas avenidas de múltiplos comércios como a Av. Antônio Jorge Isaac. Foi montada uma estrutura pública de saúde, com a UAI – Unidade de Atendimento Integrado Morumbi e a UBSF – Unidade Básica da Saúde Familiar, e educacional, com escolas municipais de educação infantil construídas aos poucos.

Sendo enquadrado atualmente pela elite da cidade como um dos locais mais mal falados pelos crimes violentos de homicídio e o forte comércio distribuidor do tráfico de drogas na cidade e região, a maioria dos moradores acha tranquilo morar na comunidade.

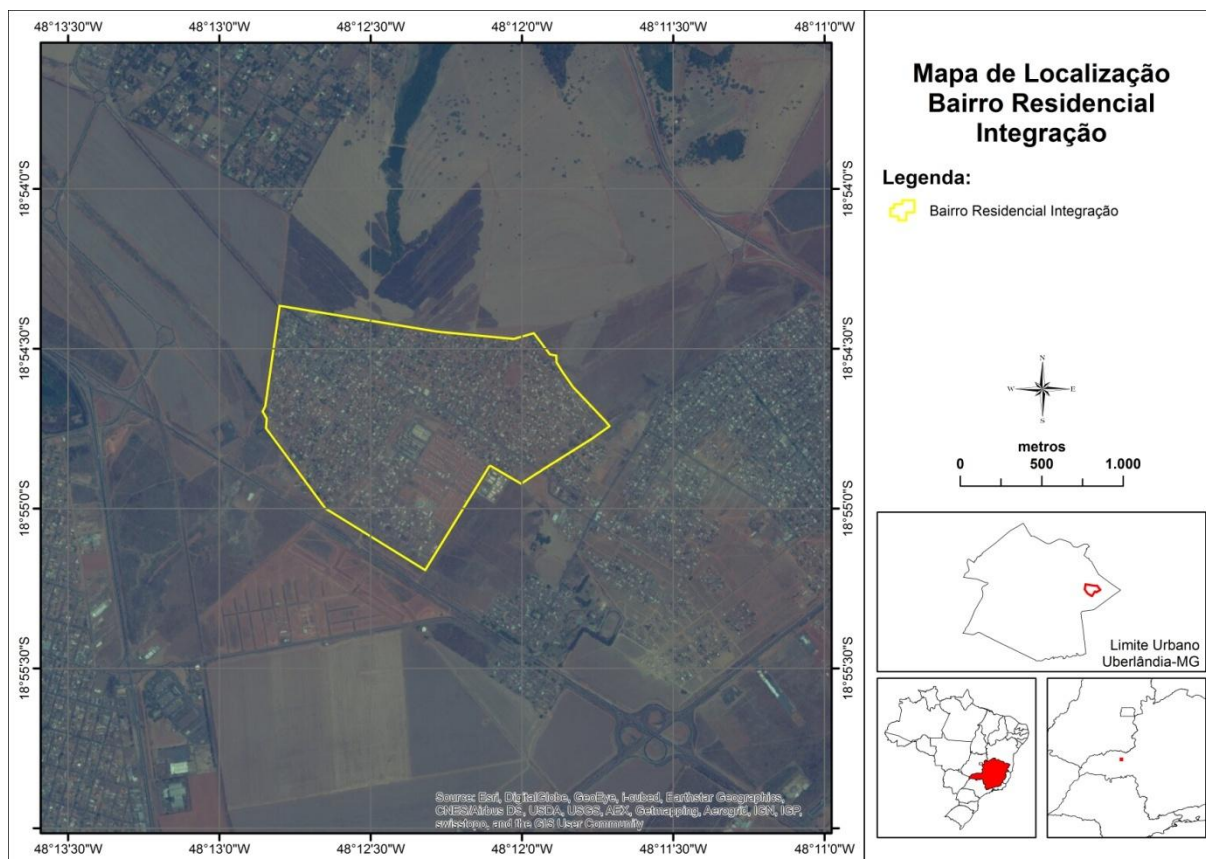
Muitos moradores mencionam que com o início de um processo de verticalização o bairro começa a incorporar uma população classe média. Todavia, nos últimos anos houve uma grande preocupação das famílias em murar as casas e colocar portões para impedir a entrada de misteriosas pessoas com hábitos de incendiar carros na comunidade. Como não há quase roubo a residência e contra pessoa na comunidade seus moradores consideram tranquilo morar na comunidade.

Por causa desse tenso e rápido processo de estruturação básica, o bairro Morumbi era um local muito desejado por alguns moradores dos assentamentos próximos que se formavam no entorno do bairro. Alguns assentados até objetivavam como “melhora de vida” se mudar para o conjunto habitacional na época em que viviam assentados em péssimas condições nos barracos de lona. Por outro lado, um grande fluxo de adensadas famílias que habitavam as minúsculas casas embriões do Morumbi também ocuparam aos poucos esses assentamentos urbanos. O desmembramento das numerosas famílias que habitavam as casas embriões, os parentes pobres de outras cidades que ficavam sabendo da oportunidade de adquirir terrenos (como os recorrentes relatos de ônibus que chegavam do norte de Minas trazendo parentes e conhecidos) configuraram a plural dinâmica do povoamento dos assentamentos urbanos da zona Leste da cidade. Em busca de adquirir um lugar para o desmembramento das amplas relações de parentesco das casas com famílias de três ou quatro gerações desejosas em se desmembrarem em famílias menores realizam as ocupações. Em suma, o processo civilizador da família nuclear estava posto e com possibilidade efetiva em dar certo: o desmembramento das grandes famílias e agregados possibilitando até cada família nuclear ter sua casa.

A grande família de Alessandra morando na casa embrião do bairro Morumbi, a vontade dos vários parentes e agregados em morar na casa própria, a aproximação e rotinização dos moradores com as recorrentes ocupações/invasões e a coragem do pai de Alessandra fizeram com que sua família ocupasse um terreno para desmembrar um pouco mais os familiares que moravam amontoados.

ANEXO C – Residencial Integração: virando barracos, construindo casas irregulares

MAPA 15 – Localização Bairro Residencial Integração



Fonte: José Fernando Pinese Júnior

O único semáforo que existe no bairro Morumbi, corta a Av. José Lopes Silva e a Av. Santos Reis. Virando à esquerda, sentido Av. Santos Reis, passando ao lado da Ong Ação Moradia, chega-se à Av. Solidariedade. A avenida é principal acesso a todos os bairros irregulares do setor Leste que, em ordem histórica, são: Dom Almir, Prosperidade, Joana Darc velho, Joana Darc novo, São Francisco, Celebridade e Zaire Resende. A Av. Solidariedade única duas vias, com edificações coloridas e bastante movimentada é um local simbólico de grande ressalva no discurso dos moradores, que a enaltecem pelo rápido desenvolvimento comercial e conquistas políticas de infraestrutura.

Essas microáreas são conhecidas pelas pessoas mais politizadas da cidade como assentamentos, pela maioria da população como favelas, ou ainda, mais recentemente são

denominados de bairros irregulares em processo de regularização. As próprias conversas dos moradores transitam nessa tríade de identidades: *assentamento urbano/favela/bairro irregular*.

Nos anos iniciais das ocupações das microáreas, toda a população habitava os barracos de lona preta, envoltos em pedaços de madeira ou latas. As tensões iniciais, com mandatos de reintegração, cercos policiais e falta total de infraestrutura (incluindo falta de luz e água) deixavam os ocupantes em um estado de liminaridade cujos sacrifícios eram cotidianos. Andar quilômetros de bicicleta ou a pé para a cidade, até o Ceasa para pedir frutas velhas, caminhar para pegar galões de água, acessar ônibus de linha nos bairros vizinhos; dormir com lamparina e querosene acordando cotidianamente com a cara toda preta, além da tóxica inalação; e morar em barracos de lona pela impossibilidade financeira e principalmente pela probabilidade de terem suas casas de madeiras ou de tijolos derrubadas pelas patrulas e tratores da prefeitura são mencionados pelos moradores mais antigos como os maiores problemas cotidianos.

Paralelo à constituição do Conjunto Habitacional Santa Mônica II, em agosto de 1990, famílias de sem-teto, situados em uma ocupação denominada de Vila Rica no setor Sul da cidade, local que pertencia ao poder público municipal, foram transferidos para a “favela” do Dom Almir.

Os ocupantes permaneceram lá mais ou menos uns quarenta e cinco dias, até ser emitido um documento de reintegração de posse, o que gerou, por parte dos ocupantes uma resistência no intuito de não sair do local sem negociar uma outra área para seu assentamento, sendo formada uma comissão de frente para negociar junto à Prefeitura. Essa resistência aliada à mediação de outros setores e movimentos sociais (Igreja Católica, Centro de Direitos Humanos, PT e sindicatos), pressionou a Prefeitura Municipal de Uberlândia no sentido de transferir os ocupantes para outro local, garantindo o acesso a lotes de terra. A transferência aconteceu sob forte pressão para a área de uma fazenda da família Costa Azevedo, em processo de inventário e disputa de herdeiros. Foi entorno de toda essa problemática que as famílias foram para a área onde se situa o bairro Dom Almir. O número de famílias dessa segunda ocupação chegou a seiscentos e oitenta e a área ocupada por elas foi chamada de Dom Almir II. Posteriormente, essas famílias foram transferidas para um novo bairro: Seringueiras, permanecendo no local apenas setenta dias (PETUBA, 2001, p.46).

O prefeito à época por motivo não explicitado decidiu transferir as famílias da ocupação Vila Rica. Segundo alguns moradores, nessa primeira ocupação houve extrema dedicação do bispo da Igreja Católica de Uberlândia, Dom Estevão e de outros setores dos movimentos sociais de centro-esquerda que mediarão politicamente a tensa relação entre

agentes do Poder Executivo e acampados. Alguns moradores antigos relatam a coragem do bispo em ajoelhar na frente dos tratores para impedir a destruição dos barracos¹⁴⁹.

A transferência das famílias de sem-teto de terras públicas da prefeitura para as terras supostamente privadas de um vaqueiro negro chamado João Costa Azevedo, que segundo consta em matrículas de cartório, quando jovem comprou muitas áreas no setor Leste da cidade trouxe um dos maiores enigmas imobiliários do planejamento urbano de Uberlândia. O lavrador faleceu na década de 60 e no presente, sua morte traz complexas reverberações jurídicas, com a abertura de uma série de inventários de vários espólios de famílias que disputam juridicamente a posse e as indenizações de suas terras. Em vinte anos as terras foram ocupadas por mais de cinco mil famílias. Segundo estudo realizado pelo setor jurídico da ABIU – Associação dos Bairros Irregulares de Uberlândia - o que consta em algumas das matrículas de averbações registradas nos cartório é que antes de falecer João Costa Azevedo doou grande parte de suas terras a um sobrinho de nome João Costa e Silva. João Costa e Silva, por sua vez, antes de falecer, vendeu essas terras para um senhor, também falecido, de nome Lindolfo Gouvêia. O resultado disso: as três famílias abriram inventários que, ao longo da história, iam incorporando novos processos jurídicos pelos parentes que ficavam sabendo do fato e também desejavam receber parte da indenização.

Um ano após a transferência dos moradores originários para o Dom Almir, outras ocupações aumentariam o fluxo de moradores nessas terras. Com o crescimento das ocupações, as preocupações e as tensões entre o poder público e ocupantes aumentavam a cada dia. As idas e vindas relacionadas às ordens judiciais de desapropriação e transferência faziam o ambiente ainda instável para a construção de casas mais consistentes. Com as várias experiências anteriores de perdas de material de construção demolidas pelas patrulas e tratores

¹⁴⁹ Em homenagem a esse esforço, Vila Rica transformou-se em Dom Almir, a homenagem ao primeiro bispo de Uberlândia, o que miticamente criou uma concepção de grande parte dos moradores do bairro de que as terras da ocupação do Dom Almir eram da família do bispo. Em seguida à primeira ocupação do Dom Almir, outros loteamentos irregulares e ocupações continuavam formando novos assentamentos-favelas, como o Dom Almir II. A transferência institucional da ocupação da Vila Rica para o assentamento Dom Almir foi realizada na madrugada. A prefeitura disponibilizou vinte caminhões para o traslado dos objetos materiais dos ocupantes. A transferência foi tensa, muitas famílias tiveram os objetos pessoais quebrados ou deixados para trás devido à truculência e à rapidez no carregamento dos caminhões e no traslado. A Polícia Militar fez a escolta dos caminhões.

da prefeitura, os ocupantes esperavam um tempo, geralmente um momento propício de garantia de regularização, para investir na transformação do barraco em casa de alvenaria.

Em tamanho o Dom Almir é o menor dos bairros irregulares, “está ilhado” dentro do Jardim Prosperidade. Contudo, é a maior referência simbólica de toda a população daquela região. Talvez por ser a habitação mais antiga, a mais bem equipada atualmente (com praça, escola, asfaltamento em todas as ruas) e também para facilitar a localização em grande parte da conversa dos moradores com pessoas de “fora”, qualquer rua dos bairros irregulares representa o bairro Dom Almir. Essa convenção serve até mesmo de maneira tácita para moradores oriundos das comunidades vizinhas que também chamam, em alguns momentos, toda aquela grande área dos bairros irregulares de grande Dom Almir. Ao mesmo tempo, muitas pessoas também denominam toda essa área de grande Morumbi. Atualmente, a expressão Residencial Integração, apesar de controversa entre as lideranças locais, parece ser a denominação que visa legalizar esses bairros irregulares. Assim, para os moradores que desejam a legalização dos bairros, o nome Residencial Integração tornou-se relevante.

Na época das primeiras populações, em meio ao grande fluxo de sem-teto que se deslocava de toda a cidade para aquela grande área, próxima ao conjunto habitacional Santa Mônica II, houve a constituição de uma segunda microárea loteada irregularmente por uma imobiliária. O local chamado de Jardim Prosperidade foi loteado por um advogado do espólio de uma das famílias envolvidas. Sem nenhuma autorização jurídica ou liberação, o advogado limpou uma grande parte do terreno, loteou e vendeu para aproximadamente duas mil famílias. Curiosamente, a principal e única avenida asfaltada no Prosperidade chama-se João Costa Azevedo. Com todo o problema judicial dos inventários, mais a condenação da imobiliária, com milhares de famílias ludibriadas e nenhum tipo de infraestrutura, mais famílias chegando e ocupando os loteamentos vazios, foram densamente habitadas por famílias pobres desde o início dos anos noventa.

Apesar da sujeição criminal recair nas famílias de sem-teto ou em pessoas “aproveitadoras” dos movimentos sociais, em Uberlândia muitas áreas de ocupações foram criadas por advogados e empresários do setor imobiliário que fazem as vendas dos lotes e casas, mas não cumprem os requisitos cabíveis para sua implementação.

Seu Francisco, um dos vários moradores antigos oriundos do Norte de Minas Gerais, narra como sua chegada em Uberlândia e na favela Prosperidade, ocorreu. Sua transferência

para a próspera cidade de Uberlândia contou com a ajuda dos Poderes Executivo e Legislativo de sua antiga cidade, que disponibilizaram um automóvel para a ele e seus familiares viajarem e outro automóvel para levar a mudança.

A gente via passar Uberlândia na televisão direto, Uberlândia é boa, tem mais recurso. Meu sogro veio para cá em 1996 e ele gostou muito, aí meu sogro voltou e em 1997 falou que todo mundo ia para Uberlândia. A prefeitura arrumou um carro para nós, para trazer nossa mudança, a Câmara dos vereadores trouxe a gente porque não cabia no carro junto com as mudanças. Muita gente das cidades do Norte de Minas vem para cá, de muitas cidades. As condições de vida daqui são melhores, lá em Pirapora e Janaúria o salário é de cinco, oito reais por dia no trabalho de carvoeiro. Então, não compensa, não tem como criar uma família, naquele norte não tem jeito. Eu vim para cá e fui para uma casa na rua do Hino, no Dom Almir, paguei dois meses o aluguel e não consegui pagar mais. Fui lá no bairro Aclimação no lixão, peguei um bocado de madeira e fiz meu barraquinho de madeira e moramos lá por dois anos. Com dois anos, eu consegui fazer a de tijolo e passei para dentro e moro lá até hoje. A casa foi construída no mutirão, juntou meu sogro, meus cunhados, amigos meus que trabalham na obra, tudinho e fez um almoço, comprou um pouco de refrigerante e levantamos o barraco¹⁵⁰.

A difusão da cidade de Uberlândia como uma cidade próspera, empreendedora, de geração de empregos, com *status* de metrópole, chegou de forma intensa em várias cidades pobres do Norte de Minas Gerais. Com uma situação miserável, levas de moradores oriundos do meio rural e de cidades como Pirapora, Janaúba, Janaúria e até Montes Claros migram, em sua maioria, sem recursos materiais, habitando as periferias da cidade, geralmente em casas de parentes ou agregados. Seu Francisco narra as péssimas condições de vida e acredita que mesmo com as grandes dificuldades no começo de sua morada em Uberlândia, a cidade é um lugar bom de morar comparado ao Norte do estado.

Meu sogro morava aqui na rua de cima, mas ele comprou uma casa lá no Morumbi, ele morreu vai fazer cinco anos agora dia 19 de maio, mas deixou todo mundo com as casinhas deles. Hoje eu aumentei, ela tem 4 quartos, uma cozinha, uma sala, dois banheiros, duas áreas. De três cômodos consegui aumentar ela, graças a Deus. Mora eu, minha esposa, uma filha de nove anos e duas gêmeas de um ano. Eu nunca fui na escola, nunca tive condição, não sei ler e escrever. Eu tenho conhecimento, mas ler e escrever eu não tenho. Eu nasci na roça. Hoje minha idéia é formar minha filha que já está indo na escola. Então nós sofremos muito aqui no começo. A gente ia dormir duas, três horas da manhã pegando água, mas Uberlândia oferece muito emprego, muitas condições de vida, a saúde aqui é muito boa. No bairro é um pouco mais

¹⁵⁰ Entrevista com o morador realizada em 15 de dezembro de 2011.

complicado, mas se você entra lá dentro [hospital ou posto médico do bairro Morumbi], sai tratado¹⁵¹.

A morte recente do sogro é comentada e acalentada pelo sucesso do desmembramento familiar pela aquisição de moradia. Nessa área as casas são extremamente orgânicas: mexidas, reformadas, ampliadas a todo o momento, objetivando principalmente uma distribuição inicial da família em quartos. O desejo do patriarca, de toda família se mudar para Uberlândia apenas para fugirem da miséria e da fome foi superada, com a habitação em núcleos familiares menores: da mesma maneira que seu Francisco mora apenas com a esposa e três filhas, algumas numerosas famílias que habitavam os pequenos barracos também tiveram êxito “com muito sacrifício e luta” no desmembramento e na aquisição de barracos próprios que com os anos se transformaram na casa própria.

Atualmente, trabalha e participa da ABIU – Associação dos Bairros Irregulares de Uberlândia que tem como objetivo principal legalizar os bairros irregulares da zona Leste. Politizado, seu Francisco associa o seu momento de extrema pobreza à péssima conjuntura política do Brasil com o Plano Collor.

Naquele Plano Collor, eu perdi tudo, financiei um motor não consegui pagar aí eu parti para o mundo. Então minha vida foi muito sofrimento, cheguei aqui em Uberlândia dia 30 de setembro de 1997. Eu paguei dois meses de aluguel aqui e não dei conta mais, minha mulher grávida, ela perdeu o neném por causa da pressão alta. Aí falei para ela assim: “é morar de aluguel não vai dar não”. Fui presidente do conselho fiscal da associação dos moradores. Então, quando teve o Joana Darc novo eu trabalhei medindo os lotes. Graças a Deus a luta deu tudo certo nós trabalhamos enfrentando a polícia. O Jardim Prosperidade e o Dom Almir já estavam construído, o Dom Almir surgiu em 1990. O Joana Darc Novo e o São Francisco foi em 2000. O Celebridade foi mais para frente um pouco. O Joana Darc foi fundado em agosto de 1996, eu cheguei em 1997, nós lutamos para por água, luz. Aí, nós invadimos o Joana Darc novo em 2000 para 2001, nós invadimos em janeiro e Graças a Deus deu tudo certo. Nós descemos de passeata daqui até a prefeitura¹⁵².

Em 1996 uma das lideranças locais transformou uma parte da então considerada favela do Jardim Prosperidade, dividida pela av. Solidariedade, em outro comando de assentamento: o Joana Darc. Essa microárea até hoje corresponde a uma área liminar onde alguns moradores

¹⁵¹ Entrevista com a moradora realizada em 8 de dezembro de 2013.

¹⁵² Entrevista com o morador realizada em 15 de dezembro de 2011

chamam de Prosperidade enquanto outros de Joana Darc Velho. Era também popularmente conhecido como “buraco” ou “buracão”. No início da ocupação era, muitas vezes, local de transição pelas péssimas condições topográficas e de acomodação dos barracos. Como aconteceu com Alessandra, nessa terceira geração de ocupações sua família investiu em um lote nessa região. Pouco tempo após o loteamento irregular ser feito, a parte de baixo da av. Solidariedade se desmembrou e, para alguns moradores, virou outra microárea denominada pela população de Joana Darc e atualmente conhecido como Joana Darc velho. Essas divergências também ocorrem dependendo da posição da pessoa que interpreta de acordo com seu contexto histórico local.

Antes dessa transformação e apesar do início da migração oriunda do Norte de Minas como a de seu Francisco e regiões rurais vizinhas como a de Alessandra, boa parte dos compradores dos lotes irregulares do bairro Prosperidade foram pessoas de Uberlândia.

Embora segmentos populacionais tenham uma concepção sobre a região focada nos invasores pobres, geralmente marginalizados ou estigmatizados de bandidos ou vagabundos, o loteamento irregular criado por um advogado tornou-se até hoje a maior das microáreas habitadas. Essa segunda geração de ocupações ficou conhecida por muito tempo como favela Prosperidade.

Apesar de considerado um local de invasores, vimos como, as duas microáreas habitadas foram empreendimentos ou governamental do poder público ou de caráter privado. Apenas na virada do século que as duas primeiras invasões/ocupações com um grande número de famílias ocorreu no setor através dos movimentos populares: o São Francisco e o Joana Darc. Grande parte da população que permaneceu nesses bairros, nos últimos anos, também transitou de uma microárea para outra, geralmente objetivando desmembrar a família e/ou morar mais próximo à Av. Solidariedade. Algumas microáreas extremamente precárias como a falada parte do “buraco” do Joana Darc velho, sempre foi muito referenciada como um pedaço transitório de moradia. Local que em época de chuva “rodava muito barraco”, o Joana Darc velho foi a área mais associada ao sofrimento e ao sacrifício de se viver em barraco de lona, principalmente em época de chuva. O alagamento provocado pela chuva no buraco fazia vários barracos desmoronarem.

Duas ocupações diferentes se apossaram da terra, sendo divididas pela Av. Solidariedade. Devido à associação das lideranças da ocupação com os movimentos sociais

católicos vinculados à teologia da libertação, um advogado recém formado oriundo das ocupações do movimento sem-terra sugeriu o nome São Francisco, acatado pelos integrantes do movimento. Do outro lado, o porquê do nome Joana Darc é bem diverso e controverso. Uma moradora antiga reivindica a nomeação do bairro em homenagem a luta das mulheres que “seguravam as pontas no assentamento”. Para alguns moradores, o nome era uma homenagem para a filha do líder da ocupação que se chamava Joana Darc. Outra moradora das proximidades relata que o nome é uma homenagem da representação do orixá de Iansã, por Joana Darc, orixá esse de uma mãe de santo que ajudava as famílias no bairro. De uma forma mítica, o nome sintetiza várias versões sinalizando como as ações femininas nas micropolíticas do bairro também se fizeram presente.

Importante mencionar que as irregularidades da posse dos terrenos inviabilizava a constituição de políticas de bem-estar social para essas microáreas, principalmente a constituição de infraestrutura básica como asfalto ou aparelhos públicos e de terceiro setor (como creches, escolas, postos de saúde, praças, poliesportivos). De forma muito homeopática, os aparelhos públicos começam a aportar, sendo que os primeiros a serem construídos em toda a região foram a Colônia Penal Jacy de Assis, em 1998, popularmente conhecida pelos moradores da região como cadeião, e o CESEU – Centro Sócio Educativo, instituição que para jovens infratores, ambos situados no bairro São Francisco. Percebe-se assim que as instituições políticas formais realizaram poucas ações políticas efetivas para o bem-estar social dessas localidades, sendo, por um lado, impedidas pelos imbróglis jurídicos ou pela falta de articulação dos legislativos e executivos; por outro lado, sendo eficazes em implantar os aparelhos públicos repressivos.

Zaire Resende, uberlandense, médico formado no Rio de Janeiro, oriundo politicamente do movimento católico de centro-esquerda era visto pelos moradores dos assentamentos como um político que poderia resolver os problemas da regulamentação fundiária. Com uma gestão baseada na proposta do orçamento participativo, o prefeito também foi criticado por parte dos intelectuais de esquerda, já que era do PMDB (apesar da coligação com o PT), como um governante populista e que incentivava a especulação imobiliária por construir muitos bairros distantes do centro.

De qualquer forma, sendo admirado ou criticado, Zaire Resende não conseguiu regularizar os assentamentos do setor Leste. Segundo ele, mesmo sendo um procedimento simples, a forte oposição do legislativo, com a maioria dos vereadores de oposição, impediu e

engessou sua gestão, não apenas no planejamento habitacional, mas em todos os setores de seu governo.

Então teve uma porção de coisas que garantimos aqui, sem a opção legal de garantir. Lá o que foi que aconteceu, eu tomei posse a noite acabou dez, onze horas da noite eu fui pra casa dormir. Quando foi de madrugada me telefonaram: “Prefeito estão invadindo terra lá perto do Morumbi”. Eu levantei e fui para lá. Seis e pouco estava lá. Cheguei, caminhei no meio do povo e perguntei: “Quem é o chefe aqui?” Eles colocavam as barracas de lona, mas eles fazem bem feita, né. Já tinham dividido em quadras, em lotes, na divisão deles né. Ai eu fui lá e conversei com eles: “Quanto vocês são?” “Cento e poucos”. Ai eu falei: “Nós vamos encontrar uma solução. Para ver se vocês podem ficar aqui realmente, nós vamos fazer algo certo, urbanisticamente correto”. Aí, chamei o pessoal da secretaria do planejamento, aí o secretario já tinha ido lá de madrugada, dia dois já estava trabalhando (risos)! Aí, descobriram que as terras lá tinham quinze donos que estavam demandando na justiça. Isso é fácil a prefeitura pode entrar com recurso assim, assim, assim, faz um depósito de uso que era pequeno, assume a terra, depois quando sair a definição da justiça de quem é o proprietário o município indeniza. Paga para o dono entende! Então manda a brasa, ai eles falaram pra mim olha Zaire já tem 300, no dia seguinte já tinha 400 famílias. Ai a gente falou: “vocês tem que segurar porque não vai ter terra para tanta gente (risos). Não vai dar para todo mundo tem que ter lugar pra praça, pra igreja, várias igrejas, vários crédulos, posto de saúde, escola tudo isso que faz parte da vida em comunidade”. Aí, o povo começou a segurar. Começamos a fazer um estudo, então o projeto é esse aqui. Tudo aquilo de equipamento urbano pronto e o pessoal locado, tudo marcado certinho para ser um bairro descente. Marcamos uma reunião, fomos lá na escola e discutimos com a população, convocamos a população, associação dos moradores, todo mundo lá, Joana Darc, Dom Almir, pra discutir como ia fazer e eles deram uma serie de sugestões entende, pediram para diminuir uma área lá, para ver se acomodava mais alguma família, aí fomos , escutamos. Marcamos uma outra reunião, discutimos, fomos, concordaram, aprovaram. Isso é planejamento participativo, isso é democracia é o povo podendo decidir sobre sua casa, seu bairro, seu estado, seu próprio país, sua cidade. Entende isso que é democracia participativa. Esse tipo de planejamento o PT até hoje não fez entende. As forças de oposição é muito grande. Esse ultimo governo que fiz eu tive uma oposição ferrenha, me seguiu demais...Sabe que eles foram tão perversos, que o povo assentou e como não tinha água e esgoto, esgoto eles se viram e fazem uma fossa tudo mundo sabe fazer, mas água não eles estavam rolando barris pela rua toda empoeirada. Ai eu falei para o pessoal do DMAE, vai lá e implanta a rede. Eles foram lá e começaram os vereadores de oposição entrar com uma ação na justiça contando que nós estávamos cometendo atos que ilegalmente não existia, coisas assim. Ilegalmente era verdade, mas eu estava me lixando para a legalidade, tava pensando no povo que ta lá. A justiça acolheu. Ai nos tivemos que parar o serviço. Isso é de uma maldade entende, uma maldade. Nós tivemos que recorrer da decisão e durou 3, 4 meses. Aí nós podemos implantar a água. Então para poder fazer oposição eles [os vereadores de oposição] fizeram essa maldade com o povo e fizeram isso o tempo todo¹⁵³.

Segundo o ex-prefeito apesar da facilidade de se resolver a regularização das áreas, lotes e barracos, elas não foram regularizadas havendo inclusive muita dificuldade de se levar

¹⁵³ Entrevista com o ex-prefeito realizada em 03 de fevereiro de 2013.

até infraestrutura básica para o local. Por volta de 2005, uma nova relocação da ocupação chamada de Celebridade e o assentamento Zaire Resende aproximaram ainda mais e fizeram divisa de todas essas microáreas povoadas irregularmente com o bairro Morumbi.

Com o final da gestão de Zaire Rezende, dos dois novos assentamentos criados, o primeiro foi curiosamente chamado de Assentamento Zaire Resende. Controversas sobre o nome do assentamento também são evocadas. Por um lado, tanto o ex-prefeito como alguns moradores reivindicam o nome em homenagem às melhorias que o ex-prefeito fez para a região. De outro lado, alguns moradores comentam que tal nome foi empregado em protesto à ineficiência do poder municipal em não conseguir levar infraestrutura para a localidade.

Assim, apesar de imensos terrenos vazios, com essa ligação integral das microáreas dos bairros irregulares com parte da grande área do bairro Morumbi, ao longo desses vinte anos, muitas famílias foram se incorporando as essas novas microáreas do setor Leste, oriundas de diferentes bairros e de outras cidades do Brasil. Algumas chegavam de outros bairros da cidade sem os filhos, outras com toda família, algumas famílias chegavam das fazendas de cidades vizinhas por uma série de motivos sempre aliados à expropriação do campo e extrema pobreza; alguns ônibus e, surpreendentemente, até carros do Poder Executivo e Legislativo de algumas cidades do Norte de Minas traziam de tempos em tempos, em algumas épocas massivamente, as famílias com suas mudanças.

Apesar do extremo sacrifício de muitas famílias que, às vezes, moravam com mais de dez pessoas nos barracos ou casas embriões, há vários relatos e lembranças de alguns moradores e lideranças que pegavam muitos terrenos e construía vários barracos para trocar. Em muitas circunstâncias alguns agenciadores trocavam os barracos por eletrodomésticos usados ou dinheiro, como por exemplo, um barraco por uma televisão vinte polegadas. Uma espécie de “grilagem da grilagem” também ocorria nos assentamentos.

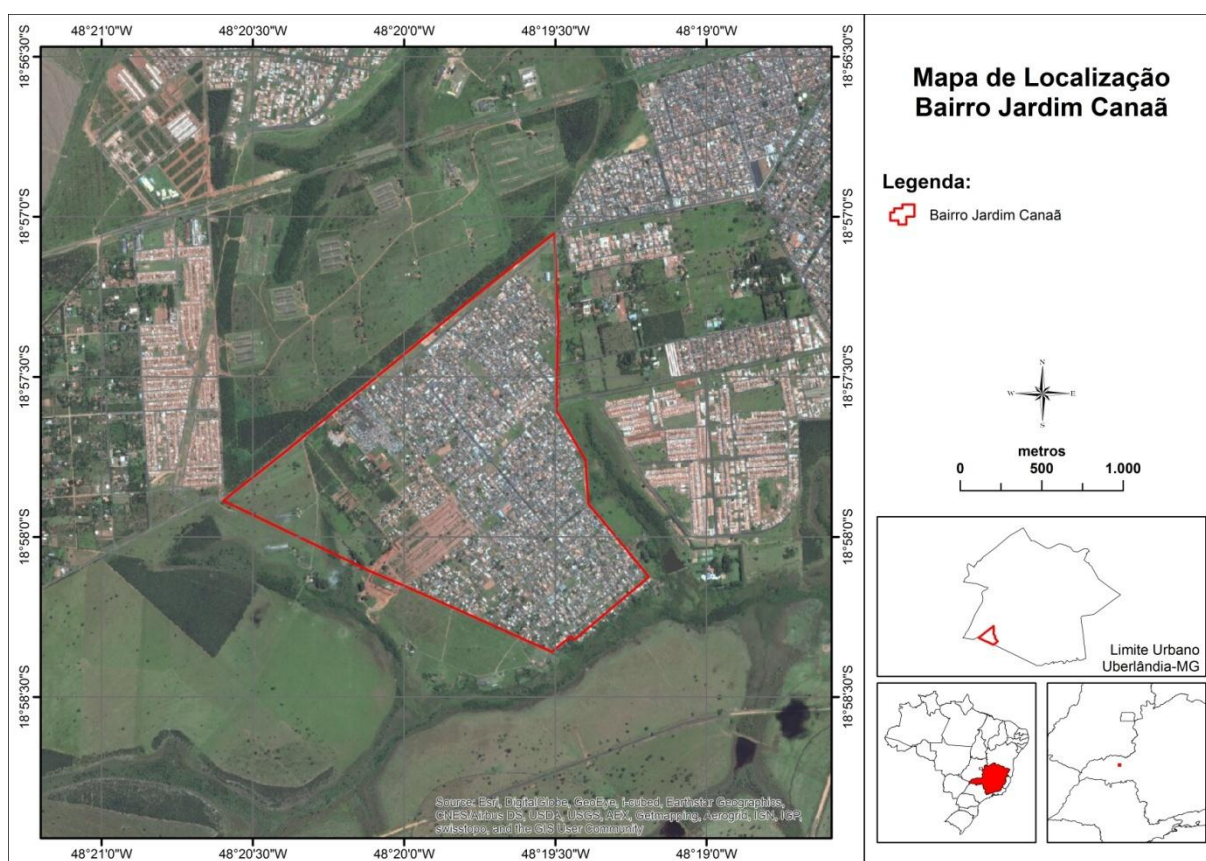
Por fim, depois da migração crescente e quase massiva da população do Norte de Minas de Gerais, vários nordestinos também se mudaram para lá, ocupando principalmente a região do Zaire Resende. Atualmente, pode-se dizer que famílias oriundas de todo o Brasil dinamicamente chegam nessas microáreas. Com ela, novas ocupações vão surgindo. A última delas também foi uma relocação de um assentamento que ficava entre o Dom Almir e as Mansões Aeroporto: o assentamento Celebridade. Segundo os moradores, esse nome foi criado em razão de dois fatos: a novela da Rede Globo passada em 2003 e 2004 e por causa

do assentamento ficar próximo ao condomínio fechado Mansões Aeroporto, cujos donos, na época, eram as pessoas ricas e importantes da cidade. Outra remoção ocorreu e a nova área ocupada ficava entre o Joana Darc e o Assentamento Zaire Resende. Essa área seria um espaço institucional para a efetivação de aparelhos públicos educacionais e de lazer.

Criado em 2010, o (PLHIS) Plano Local de Habitação de Interesse Social pela Secretaria de Planejamento Urbano denominou todas essas microáreas de Complexo Integração ou Residencial Integração. Tal denominação gerou grande tensão entre moradores. De um lado, muitos acreditam que essa nova alcunha poderia facilitar a regulamentação do histórico problema fundiário, por outro, houve muita indignação de parte dos movimentos sociais e de outros moradores alegando o grande desrespeito às especificidades históricas.

ANEXO D – Jardim Canaã: teorias das Janelas Quebradas e as efêmeras alianças políticas

MAPA 16 – Localização Bairro Jardim Canaã



Fonte: José Fernando Pinese Júnior

No que tange o problema da edificação abandonada no bairro Jardim Canaã, um dos “jornalistas” que trabalhou durante toda a reunião, ao ser solicitado pela Ong Periferarte em repassar uma cópia do material registrado nunca mais se comunicou com os integrantes da instituição. Ao recebimento do processo que pede uma indenização de 250 mil reais, ficou constatado que o tal “jornalista” entregou uma cópia das entrevistas para o *staff* jurídico da instituição acusadora. A postura dele durante a reunião tinha sido diferente dos demais jornalistas, na medida em que ele foi o primeiro a chegar, gravou todos os diálogos (até mesmo com outros repórteres) e foi um dos últimos a ir embora.

Segundo a parte inicial dos autos do processo, os advogados fizeram a seguinte acusação, se utilizando das indagações do pesquisador:

O Réu já há algum tempo, vem “perseguido”, de forma completamente desmotivada, a instituição Autora, denegrindo sua imagem, sempre fazendo insinuações maldosas, reputando-lhes atos desonrosos em seu *facebook* e ainda em reunião pública realizada no dia 22/02/2013, a qual ajudou a organizar. A fúria raivosa do Réu, tanto contra a Instituição Autora como seu fundador agravou-se principalmente em meados do mês de fevereiro desse ano, conforme cronograma de fatos que passa a expor. O Réu postou no dia 20 de fevereiro às 12:00, ao fazer alusão a uma reportagem vinculada no jornal O Correio de Uberlândia, o seguinte comentário (Doc.6): *“Percebam que o colunista menciona as unidades do Jardim Canaã e Jardim Brasília foram trocados pela UNIESSA. Em suma, João Bittar trocou dois Lares pela UNIESSA. Sendo que o cantor sertanejo era o cantor Bruno (PROCESSO JURÍDICO CIVIL, 2013).*

Diante dos fatos conflitantes, de um lado, por parte do desejo da Ong em ter a transação comercial da edificação mantida como sigilosa e, por outro lado, a motivação da Ong Periferarte em criar dispositivos de controle social preventivos para a edificação abandonada, a reportagem comentada “esclareceu” (parcialmente)¹⁵⁴ as motivações das transações comerciais do imóvel abandonado entre a Ong e o cantor sertanejo.

Ofendido pelo pesquisador ter simplesmente resumido de forma pública a informação da troca comercial, o *staff* jurídico da instituição passou a monitorar inquisitorialmente quaisquer informações referentes às indagações mencionadas nos jornais ou nas redes sociais,

¹⁵⁴ A pesquisa toma esse esclarecimento como parcial na medida em que houve algumas informações contraditórias pela assessoria jurídica da entidade filantrópica e do cantor sertanejo. Esse fato também é corroborado publicamente pelas reportagens dos jornais da época. Assim, na reportagem intitulada **A Força da Escritura**, publicada no Jornal Correio no dia 20/02/2013: *“Uma reunião para discutir o descaso com área desde a desativação do Lar em dezembro será feita na próxima sexta-feira. No fim do mês passado, um homem foi encontrado morto dentro do imóvel. Sobre esse abandono de um dos poucos equipamentos (até então) públicos do bairro Canaã, João Netto disse que não poderia falar nada, porque o terreno já foi vendido para um grupo de Goiânia (GO)”* (FERNANDES, 2013). Enquanto que, em pouco menos de um mês desta reportagem publicada, no dia 17/03/2013, outra reportagem publicada no mesmo jornal: **“Prefeitura estuda rever convênio com o Lar: número de unidades caiu de 7 para 2 e repasses se mantêm”**, no item de subtítulo **Lares foram transferidos em Maio** afirma: *“Por meio de nota oficial, a assessoria jurídica do cantor Bruno confirmou que os imóveis foram adquiridos na transação da faculdade, mas que “apesar de concluído o negócio jurídico, a posse do terreno em questão se encontra com os responsáveis pela Fundação Lar de Amparo não havendo ocorrido a transferência de posse para os novos proprietários”, [aspas abertas pelo jornal] menciona a resposta do cantor* (FERNANDES, 2013b). Dessa maneira, depois que os nomes tornaram públicos, a instituição filantrópica afirmou que a responsabilidade do local é de um grupo de Goiânia. Enquanto que, depois de levado a público que a transação envolvia o cantor sertanejo, a assessoria jurídica do cantor confirma o negócio jurídico, mas atribui a posse do terreno ainda para a instituição filantrópica que ainda não havia feito a transferência de posse da edificação para o cantor. Nesse contexto, nenhum dos lados envolvidos queria atribuir uma responsabilidade pelo imóvel abandonado.

criando depois de alguns meses, um processo de acusação social que foi deferido na comarca de Uberlândia, amparado na justiça gratuita¹⁵⁵.

Após a confirmação de que houve uma troca comercial e a realização da reunião, ocorreu um diálogo com a assessoria do poder executivo da Prefeitura Municipal, gerida na época pelo PT. Em conversa realizada no gabinete do prefeito, ele publicizou o desejo das edificações abandonadas do Jardim Canaã e do São Jorge adquiridas na transação comercial pelo cantor sertanejo serem trocadas por um outro imóvel da prefeitura situado no setor Sul da cidade. Em torno de problemas referentes aos valores dos imóveis, a troca entre a prefeitura e o cantor sertanejo também foi parar na justiça, com o prefeito petista se tornando Réu¹⁵⁶ por improbidade administrativa.

¹⁵⁵ Mesmo que o processo tenha sido motivado por um conflito referente a uma transação comercial de duas grandes edificações similares a de instituições escolares com uma Universidade, calculadas em mais de R\$ 2 milhões, os acusadores da instituição do terceiro setor se sentiram no direito de pedir justiça gratuita. Tal motivação fez a assessoria jurídica do pesquisador abrir um processo contra a instituição visando impugnar a ação de justiça gratuita. O processo iniciado pela instituição acusadora ocorreu inicialmente na comarca de Uberaba, sendo indeferido justamente pela negativa do pedido de justiça gratuita. Com o aceite do processo de impugnação de justiça gratuita, o processo de acusação foi cancelado até o julgado do processo de justiça gratuita. Em segundo momento de contato com o juiz, por meio da advogada do pesquisador, ele pediu mais juntas de provas para compor o processo de impugnação. De acordo com o site da universidade envolvida na transação comercial pode se calcular que apenas no segundo semestre de 2015 houve uma projeção – contabilizada pelo número de vagas total versus o investimento de cada aluno de acordo com os valores de investimento estabelecidos pelo contrato específico de cada curso com a universidade. Apenas o fluxo de projeção nesses seis meses foi de **R\$ 1.079.773,70**. Segundo a reportagem *Emendas Retiradas*, vinculadas no jornal Correio de Uberlândia, no dia 21/02/2013 pelo jornalista Arthur Fernandes, o patrimônio da instituição possui muito mais do que os cinco imóveis até aqui mencionado: “*O Lar de Amparo vem negociando com o Estado leis semelhantes em outros municípios mineiros onde há a atuação da entidade. O Lar, que tinha 16 unidades em Uberlândia, e agora tem 14, após a comercialização de duas unidades para a aquisição de uma faculdade particular, tem outras 30 sedes espalhadas por outros municípios mineiros de várias regiões diferentes. Segundo a entidade, as duas unidades vendidas foram adquiridas e erguidas com doações de integrantes da sociedade civil* (FERNANDES, 2013c)”.

¹⁵⁶ Segundo a matéria vinculada no jornal Correio de Uberlândia, no dia 16/10/2013, intitulada: *Prefeitura quer desfazer troca de imóveis com o cantor Bruno*, escrita pelo repórter Fernando Boente (2013): “*A Prefeitura de Uberlândia quer desfazer a permuta entre áreas realizada com o cantor Vinícius Felix de Miranda, mais conhecido como Bruno, da dupla Bruno e Marrone, conforme revelou decisão de uma sindicância que averigou supostas irregularidades no processo e que foi publicada na edição especial do “Diário Oficial do Município” da última segunda feira (14). A negociação, autorizada por uma lei aprovada na Câmara Municipal em junho desse ano, permitiu a troca de um terreno na zona sul da cidade com 10 mil m2 da propriedade da prefeitura pelos imóveis onde funcionaram os Lares de Amparo e Promoção Humana dos bairros Canaã e São Jorge mais uma contrapartida do cantor no valor de R\$ 3,7 milhões*”. Segundo a reportagem, os terrenos do Jardim Canaã e do São Jorge se transformariam em Centros de Referência e Assistência Social. Paralela à sindicância que apura as irregularidades na permuta da prefeitura com o cantor sertanejo, uma ação de improbidade administrativa foi impetrada pelo Ministério Público Estadual contra o prefeito. Houve uma suspeição de subvalorização do terreno que a prefeitura passaria para o cantor. Diante desses imbróglis judiciais, essas duas edificações (denominadas pelas partes de terrenos) permanecem abandonadas, assombrando os moradores locais do entorno. Sobre os valores da negociata, em reportagem do Jornal Correio de Uberlândia, vinculada no dia 03/07/2013 intitulada *Sucesso nos Negócios*, o repórter Cezar Honório Teixeira comenta como foi convencionada a troca dos imóveis. O cantor Vinicius Félix de Miranda, o Bruno da dupla Bruno e Marrone, estima lucar o dobro do que pagou por

Todos esses encadeamentos de conflitos geraram uma série de processos jurídicos que ainda tramitam nas varas cíveis e criminais dos fóruns da cidade. Uma das nascentes dessas confusões foi a pretensão de vínculo tácito entre a instituição filantrópica fundada pelos políticos do DEM e a nova gestão da Prefeitura Municipal gerida pelo PT. Essa inusitada aliança partidária foi fruto de observação dos jornalistas locais e dos assessores políticos.

Em reportagem realizada pelo jornal Correio de Uberlândia, no dia 19/02/2013, intitulada *Emenda dos Lares*, o repórter Arthur Fernandes descreve como esse vínculo foi abalado pelos vereadores de oposição.

Um das maiores “caixas pretas” da política uberlandense, a utilização dos Lares de Amparo e Promoção Humana pela família do deputado federal João Bittar (DEM) como plataforma política por meio de uma entidade subvencionada com recursos públicos e com unidades construídas em áreas doadas, virou alvo de oposição na Câmara Municipal. O parlamentar do DEM e o prefeito Gilmar Machado (PT) negociaram a cessão de três lares da entidade para se tornarem creches nos bairros Tocantins, na zona oeste Morumbi, na leste, e no Santa Rosa, na região norte. Um projeto de lei para viabilizar a doação dos lares foi apresentado pelo Executivo, como regime de urgência que o assunto gera. A expectativa é que foram criadas 1,2 mil vagas na educação infantil de forma bem mais acelerada do que se o município tivesse que construir novas unidades. Para a oposição, as emendas abriram brechas para que estas unidades sejam utilizadas, posteriormente, não para abrigar creches, mas para sediar unidades de educação em nível superior. O ramo da educação é um dos novos negócios da família Bittar na cidade, após a aquisição de uma faculdade particular, que assinou as emendas como co-autores (FERNANDES, 2013d).

Diante das repercussões negativas, o vereador ligado à família fundadora da instituição ameaçou entrar na justiça caso a comercialização não fosse efetuada. Na reportagem vinculada no dia 21/02/2013, pelo mesmo jornal o repórter, relata como a relação entre democratas e petistas estavam travadas na Câmara dos Vereadores.

uma área da Prefeitura de Uberlândia, na zona Sul da cidade. Ao menos é o que indica um anúncio publicado no site de uma imobiliária da cidade. O terreno de 10 mil m² foi adquirido pelo cantor na troca pelos prédios onde até o ano passado funcionava os Lares de Amparo e Promoção Humana nos bairros Canaã e São Jorge. Os prédios foram adquiridos pelo cantor como parte do pagamento pela Faculdade Uniessa, comprada pelo Lar de Amparo, instituição fundada pelo deputado federal João Bittar (DEM). **A prefeitura pegou os imóveis [do Jardim Canaã e do São Jorge] pelo valor de R\$ 2,27 milhões** – para a instalação de duas creches – e o cantor pagou mais R\$ 3,7 milhões em dinheiro. No total, a área localizada em uma das regiões mais valorizadas de Uberlândia saiu para o cantor por R\$ 600 o m². Menos de um mês depois que o projeto oficializando o negócio foi aprovado pela Câmara Municipal de Uberlândia, o cantor colocou à venda por R\$ 12 milhões, ou 1,2 mil o m².

O olhar crítico da nova oposição, em minoria, a cobertura atenta da imprensa e a repercussão negativa da opinião pública uberlandense provocaram a retirada, ontem, das emendas que permitiriam o Lar de Amaro e Promoção Humana, entidade filantrópica ligada ao deputado federal João Bittar (DEM), alienar, vender ou trocar imóveis que foram doados pelo poder público municipal na década de 1990. Essas mesmas unidades estão em negociação para serem cedidas, por tempo determinado de dez anos, para o Estado fazer convênio com o município para a abertura de três creches. As unidades de educação infantil estão programadas para serem instaladas nos lares do bairro Santa Rosa, Morumbi e Tocantins. O prazo que retroagiria para que a sociedade civil ligada ao deputado federal também pudesse comercializar os imóveis, posteriormente ao período do convênio, previsto para dez anos, também foi retirado. A exclusão do trecho da lei ocorreu após extenuante negociação entre a base do governo do Prefeito Gilmar Machado (PT) e os filhos de Bittar, o vereador Estevão Bittar (DEM), que articulou a assinatura das emendas no plenário, e o presidente do DEM local, João Netto. As negociações até pouco tempo inimagináveis entre petistas e democratas, entraram noite adentro na terça-feira (19). Ontem, durante a última sessão deste mês na Câmara Municipal, a liderança do governo informou que as duas emendas seriam retiradas. A previsão otimista do governo, é que as creches já comecem a funcionar em maio nos lares. Já a equipe do prefeito Gilmar Machado confia na conversa que o prefeito era na próxima semana com o governador Antonio Anastasia (PSDB) para apaziguar os ânimos da família Bittar em entrar na justiça para tentar reverter aquilo que foi impedido com a retirada das emendas. Esse imbróglio poderia colocar uma imprevisibilidade no tempo para as vagas nas creches abertas. Se essa agilidade não for alçada, restará só a repercussão negativa da defesa dos interesses do clã Bittar pela base petista. Alguns desses integrantes da cúpula da articulação política do governo Gilmar, petistas de carteirinha constrangidos com a necessidade de defender as práticas da família Bittar e o uso da filantropia para fins políticos, em “off Record”, elogiaram a postura do adversário tucano Felipe Attiê no alerta sobre o cheque em branco que o Legislativo daria para a entidade ligada ao político do DEM se as emendas tivessem passado.

Com as duas emendas retiradas, o vereador cumpriu a promessa em entrar na justiça, como resultado as cinco edificações planejadas para atender milhares de alunos da educação infantil continuavam abandonadas nos bairros. A repercussão negativa do assunto repercutida por todas as mídias da cidade e ganharam contornos ainda maiores com o homicídio do jovem no bairro Jardim Canaã que ocorreu um mês antes dessas reportagens serem vinculadas. Alguns jornais televisivos abriram amplo espaço para o assunto em seus noticiários locais. Em reportagem exibida no programa MGTV 2ª edição intitulada: *“Transformação de Áreas Doadas em Creches Gera Polêmica em Uberlândia”* exibida no dia 20/02/2013, a repórter descreve:

“O projeto que prevê a transformação de 3 unidades dos lares assistenciais administrados pela família Bittar em Uberlândia em creches municipais causou polêmica na câmara [dos vereadores] hoje. É que as áreas foram doadas pelo município em 97 para que a entidade construísse prédios para abrigar serviços sociais. Segundo os responsáveis pelos lares, depois de 10 anos da doação, com amparo legal, o grupo teria autonomia de fazer o que quisesse com os imóveis, como alugar ou vender, por exemplo. A oposição questionou uma emenda que confirmava essa possibilidade de usar esse imóvel como bem entendessem . Hoje

essa emenda foi retirada e o projeto que prevê a utilização dos locais como creches para o município em parceria com o Estado foi aprovado”(MGTV, 2013).

A apresentadora segue:

“As áreas ficam nos bairros Morumbi, Tocantins e Santa Rosa. Até 2010 atendiam a comunidade com serviços de creches, asilos e cursos, a construção dessas unidades só foi possível com a doação dos três terrenos feita pelo município em 1997. A entidade que administra os lares pelo acordo 3 anos depois era permitido a doação dos imóveis para o grupo que depois de dez anos ficaria com os terrenos. Com base no que foi combinado em 1997 a direção dos Lares decidiu fazer uma parceria com o governo do Estado e a Prefeitura de Uberlândia para a construção de 3 creches municipais”(MGTV, 2013).

Segundo o vereador Prof. Neivaldo, líder do governo municipal (PT):

“O que o Município fará é um acordo entre o Estado e Município para que em dez nós possamos garantir que esses locais serão creches para nossas crianças. Nós queremos que no prazo mais rápido até em maio desse ano [2013], nós possamos estar funcionando como creches”(MGTV, 2013).

Segundo novamente a repórter do telejornal:

“Essa autorização para a parceria foi cercada de polêmica, segundo a oposição às áreas que foram doadas para usos determinados não poderiam ser negociadas, a direção dos Lares questiona. Pelo entender do grupo depois do tempo acordado o que fosse feito não dependeria de autorização pública. Uma emenda à lei de 97 revogava o artigo que proibia a negociação. A possibilidade foi vetada pela Câmara [dos vereadores]”(MGTV, 2013).

No entendimento do vereador Adriano Zago (PMDB), bacharel em direito:

“Nós entendemos por bem retirar a emenda por atender a corrente majoritária dos juristas que entende que bem público não pode ser revogado essas cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade, impermutabilidade, ou seja não pode ser alienado, vendido”(MGTV, 2013).

Na sequência, a reportagem entrevista o senhor vereador Felipe Attiê (PP), que mais enfático declara:

“Estavam alterando a lei aqui, estavam pegando uma carona aqui no projeto do Gilmar [Machado] para poder vender essas áreas, isso não é certo. Todo esse patrimônio do Lar, veio do poder público, esses terrenos, esses dinheiros. Eu acho que deve retornar para o poder público. Eu acho que o Ministério Público deve olhar isso” (MGTV, 2013).

A repórter volta a comentar o assunto:

*“A instituição pode recorrer à justiça para que os prédios **passem a ser seu patrimônio**, contrariando a decisão da Câmara.”* Defendendo uma tese contrário a dos vereadores Felipe Attiê e Adriano Zago, o vereador Estevão Bittar (DEM), explica: *“Nada impede que o Lar entre na justiça, por que acho que não seja necessário, vamos continuar trabalhando. Se tivesse votado da maneira original nós teremos total garantia que o processo seria rápido, agora tendo tirado eu não concordei com tirar pode atrasar o processo, mas se atrasar a população já sabe quem atrasou”*(MGTV, 2013).

No final da reportagem a jornalista que estava no estúdio encerra a reportagem descrevendo uma previsão do aluguel do Estado pelos imóveis para a entidade filantrópica:

“Nossa produção entrou em contato com a Secretaria de Comunicação do governo do Estado para saber o valor que será repassado mensalmente pelo o uso dos prédios, mas a assessoria disse que só terá essa informação amanhã. Entre alguns vereadores da situação estima-se que seja algo em torno de 25 mil reais por mês. Perguntamos ao administrador dos lares quanto ao destino que foi dado aos equipamentos como os computadores doados pelo governo federal que estavam nos prédios. A informação é que eles estão guardados, mas ele não permitiu imagens”(MGTV, 2013).

Essas repercussões entorno das edificações abandonadas foram esfriadas nos noticiários locais durante um mês. Até que no dia 17/03/2013 uma reportagem que foi vinculada no jornal Correio de Uberlândia, pelo repórter Arthur Fernandes, intitulada “Prefeitura estuda rever convênio com o Lar” faz as seguintes declarações:

“No projeto de lei da Prefeitura de Uberlândia enviado em dezembro de 2012 à Câmara Municipal de Uberlândia havia previsão orçamentária para o Lar de Amparo e Promoção Humana com os recursos divididos entre as seis unidades que ofereciam cursos de capacitação. Na Câmara Municipal, no entanto, houve a junção da dotação orçamentária em uma única unidade, com R\$ 712.133 para serem aportados neste ano, no Lar de Amparo do bairro Planalto”(FERNANDES, 2013e).

Segundo a mesma reportagem o plano de trabalho para a edificação do bairro Planalto teve **suas atividades de 4 horas por dia reduzidas para 4 horas por semana**. Sendo que com essa verba aumentada o número de jovens foi reduzido de 740 para 400 jovens. **E dessas 400 vagas oferecidas, 66% das vagas estavam ociosas**. Além dessa junção orçamentária feita por um vereador, em dezembro de 2012, a Secretaria de Desenvolvimento Social vetou pedidos de ampliação da possibilidade de custeios dentro da subvenção que tinha sido juntada pelo vereador da família que fundou a instituição. Esse custeio de despesas extras foi negado pelo Secretário da pasta municipal.

A entidade enviou solicitação, em anexo, ao plano de trabalho para este ano, com a previsão de cobertura de despesas extras, com material de publicidade e propaganda, vale-alimentação, material gráfico, despesas com viagens e treinamentos, plano de saúde e odontológico e ressarcimento de custos com o aluguel dos imóveis – tanto a unidade do Planalto como a do Jardim Brasília constam como próprias no plano de trabalho das duas unidades para 2013. Os seis itens foram e negados e questionados pelo setor responsável pelas subvenções da Secretaria de Desenvolvimento Social (FERNANDES, 2013e).

Na reportagem ainda consta que a prefeitura repassou as seguintes subvenções referentes às atividades realizadas em 2012 pela instituição filantrópica: R\$ 121.139,00 para a unidade do Jardim Canaã e R\$ 295.277,00 para a unidade do São Jorge. Sendo que os dois imóveis foram transferidos para o cantor sertanejo no dia 31 de maio do mesmo ano.

Em meio a essas polêmicas, a entidade apareceu mais uma vez nas mídias, por meio de uma reportagem exibida pelo Jornal Vitoriosa, realizada no dia 24/04/2013. Nessa matéria, o repórter Vinicius Lemos, descreve o espaço da edificação abandonada do bairro Morumbi:

“Mato alto, sujeira e uma cerca derrubada, depredação e abandono no antigo Lar de Amparo a Promoção Humana do bairro Morumbi impedem que João Vitor filho de Daiane frequente uma creche pública”(LEMOS, 2013).

Dayane Lemos, uma moradora do bairro é entrevistada:

“Eles disse que está arrumando o Lar, inclusive o rapaz falou que está até pintando, mas eu moro aqui perto, eu peguei vim na vizinha aqui e ela falou que ainda não veio ninguém para arrumar”(LEMOS, 2013).

O repórter descreve a situação da família:

*“A criança é uma das cerca das 11 mil crianças em Uberlândia que não conseguem vagas em instituições do Município”. Dayane comenta: **“Preciso trabalhar, mas não tem nenhuma forma porque para trabalhar ele tem que estar na escola e não tem vaga para ele. Ai eles falam que é para a gente esperar porque vai sair a vaga aqui. Mas a gente olha aqui e ele não está funcionando”**.O caso é que o Lar fechado desde o ano passado será cedido pelo Estado ao Município por meio de um convênio entre a família Bittar, detentora do imóvel, o governo Estadual e a prefeitura de Uberlândia. Além do Morumbi, as unidades dos bairros Tocantins e do Santa Rosa também serão transformados em escolas de educação infantil, o que segundo a Secretaria de Educação só depende da assinatura de seção do governador, algo que ela espera que aconteça ainda essa semana”*(LEMOS, 2013).

Durante a reportagem a Secretária de Educação de Uberlândia, a senhora Gercina Morais faz a seguinte declaração sobre a situação do convênio entre a prefeitura municipal e a entidade filantrópica:

“Mas eu quero destacar que a negociação com o governo do Estado ela está bastante avançada. E o nosso desejo e nossa expectativa é que ainda nessa semana nós podemos receber autorização de seção feita pelo governador do Estado de Minas Gerais (LEMOS, 2013).”

Segundo o repórter:

“Já existem projetos para as reformas dos Lares o que deve consumir cerca de 400 mil reais. A do Morumbi tão esperada pela Dayane deve ser apenas a última a ser entregue devido à situação do prédio. O primeiro será a do bairro Santa Rosa. A previsão é que as matrículas nessa unidade sejam abertas em junho. Nas 3 unidades serão 600 vagas para as crianças de zero a cinco anos, metade do que foram previstas inicialmente (LEMOS, 2013).”

A Secretária de Educação complementa a informação do repórter:

“Essas 3 novas unidades de educação infantil tem como fonte de financiamento emenda parlamentar, emenda parlamentar do deputado Gilmar Machado, que ela foi destinada em 2008, então nós estamos recuperando esse recurso e o edital

já foi lançado buscando uma empresa que possa construir três unidades de educação infantil (LEMOS, 2013).”

A edificação abandonada do bairro Morumbi foi objeto de descrição do repórter de um local depredado, destruído e sem nenhum tipo de controle social. Como consequência desses problemas, a Secretaria de Educação menciona que uma emenda parlamentar retroativa do prefeito, na época de 2008, em que ele era parlamentar federal, da ordem de 400 mil reais iria ser utilizada para reformar as unidades que poderiam em 10 anos se tornarem propriedade privada da instituição. Para ela, as negociações estavam em adiantado processo de negociação. Diante dessa nova tentativa de aproximar a relação entre o governo municipal petista e os políticos locais ligados aos democratas parece que o problema das três edificações abandonadas oriundas das doações de terrenos públicos pela prefeitura da cidade finalmente seria resolvido.

Se de um lado, a reportagem demonstra moradores afirmando que estavam sendo enganados pelos políticos que diziam que aquele local abandonado viraria escola ou creche novamente. Por outro lado, os discursos bastante inflamados e otimistas do líder do prefeito na Câmara dos Vereados, bem como a da Secretaria Municipal de Educação, anunciavam dessa vez, a criação de 600 vagas nas três unidades.

Destarte, mesmo com o anuncio público nas mídias sociais do convênio, por parte de políticos do poder municipal, por algum motivo não explicado, houve, mais uma vez, um refluxo nas negociatas. E com esse refluxo as edificações em questão permaneceram abandonadas. Nenhum dos lados envolvidos se pronunciou publicamente sobre o refluxo da negociata e com isso todas as afirmações sobre o destino das edificações se invisibilizaram novamente na mídia, da mesma maneira, que ocorreu entre a judicialização do negócio da prefeitura e o cantor sertanejo cujo desfecho também não foi publicado pela imprensa.

Até que em setembro do mesmo ano, sobre a organização da Rede Leste, houve manifestações em frente a edificação abandonada do bairro e também na Câmara dos Vereadores. Cerca de 30 pessoas realizaram no dia 12 de setembro uma manifestação popular, liderada pela Rede Leste, reivindicando que a edificação abandonada seja assumida pela prefeitura.

Em reportagem vinculada pelo jornal Correio de Uberlândia, no dia 12/09/2013, intitulada *População vai à Câmara para que o Lar seja transformado em Emei*, realizada pelo repórter Leandro Leal:

“em nota, a direção do Lar de Amparo e Promoção Humana informou que “já disponibilizou para a prefeitura o prédio que possui no bairro Morumbi. No momento, o Lar aguarda uma resposta da prefeitura para que uma parceria possa ser construída”(LEAL, 2013).

Diante dessas disjunções de discursos políticos entre as partes em negociata, o envolvimento do poder judiciário, é perceptível como a população local sofreu as consequências pelas promessas dos políticos em arrumar vagas para os filhos, pela falta de segurança pública que tal edificação gera para os moradores do entorno. Abandonada desde o início de 2013, a edificação do bairro é de grande porte e foi ao longo dos dois anos sendo parcialmente destruída.

Situado em uma microárea que faz fronteira com a famosa rua Videiras onde está situado o pedaço denominado do Beco, em uma das ruas consideradas mais violentas¹⁵⁷ do bairro Morumbi, a maioria dos vizinhos do local que conversei se sentem revoltados e, ao mesmo tempo, impotentes em buscar resolver os problemas referentes à edificação abandonada.

A reportagem vinculada pelo telejornal da TV Vitoriosa, intitulada *País e Líderes Comunitários manifestam-se pela Educação Infantil no bairro Morumbi*, realizada pelo repórter Paulo Vitor, mostra a manifestação da população reivindicando a abertura de uma escola infantil ou creche na edificação abandonada. A reportagem inicia com crianças e pais batendo tambores e evocando palavras de ordem “queremos estudar, queremos estudar!”.

PV: O Linha Dura está no bairro Morumbi, na zona leste da cidade e olha só, cerca de 40 pessoas reunidas aqui no bairro, bem em frente ao antigo Lar de Amparo que atendia pessoas aqui da região. Esse Lar hoje está praticamente abandonado, tomados pelos atos de vandalismo, mas os moradores e os cidadãos cobram que o Lar seja revertido em algum benefício para a comunidade. Olha, só: qual que é o nome da senhora?

M: Cleusa.

¹⁵⁷ Dos oito homicídios no bairro em 2014, quatro foram nessa rua.

PV: Dona Cleusa, me diz uma coisa, como a senhora vê essa revolta dos moradores em relação a esse Lar?

M: A revolta aqui é muito difícil. Eu tenho 14 anos que eu moro aqui nessa rua. Então, eu vejo esse Lar aqui como um benefício que acabou. Porque de primeiro era bom, mas agora acabou tudo. As crianças aqui, faltando creche, tá vendo.

PV: Essas crianças aqui [5 crianças no entorno de dona Cleusa] estão todas sem creche?

M: São todas minhas netas, tudo sem creche. Não tem, não tem, não tem como, como vai ser o benefício para uma criança dessa. **Sabe porque aí, a criança fica à noite na rua e quando a criança começa vê umas coisas pior.** É difícil educar as crianças desse jeito (VITOR, 2013).

Outra moradora que não foi identificada, uma das representantes do movimento faz o seguinte relato para o repórter:

M2: Esse manifesto aqui é uma coisa muito importante que nós estamos fazendo, porque todos nós estamos nos ajuntando, para ver se conseguimos poder abrir esse Lar, porque ele está fechado mais de 8 meses. **Então como a senhora muito bem disse, é o local que está... é o pessoal que fuma maconha, traficantes, então fica tudo aí para o marginal ser escondido.** Então, essa manifestação é para ajudar mais para que o prefeito, o governo possa colocar a assinatura dele para nós estar abrindo esse Lar (VITOR, 2013).”

Se a primeira moradora deixou o problema da segurança pública nas entrelinhas descrevendo que seus filhos podem “aprender coisas ruins nesses locais à noite”, a representante do movimento explicitou a relação entre a destruição da edificação abandonada, a falta de vagas no bairro para as crianças estudarem e o problema da segurança pública, descrevendo como o local é usado por maconheiros, traficantes e, ainda, servindo como esconderijos de marginais. A degradação do espaço é tão visível que várias pichações com as siglas de facções criminosas, desenhos de revólveres e palhaços assinalam os sinais diacríticos dos usuários da edificação abandonada.

Diante desses simultâneos espaços degradados em várias periferias de Uberlândia, se observou na pesquisa por meio das ações dos moradores e movimentos sociais desses bairros uma conjectura de atos políticos em busca de uma resolução do problema do controle social das edificações abandonadas. Como vimos, essas ações sofreram refluxos na medida em que esses sujeitos visavam entender qual seria a finalidade desses locais que antes serviam como ambientes educacionais. Desses fatos sociais conclui-se que as medidas de controle social na

ocupação desses ambientes abandonados por pessoas que consomem drogas e realizam outras práticas ilícitas, como o homicídio descrito, não pode ser interpretado sem levar em conta os motivos que estão por trás dessas edificações estarem abandonadas. Afinal, como vimos, abandonar edificações desse porte sem efetuar nenhum tipo de monitoramento sobre sua degradação pode ser resultado de uma junção de fatores que extrapolam as tentativas de controle social das populações locais e das instituições supralocais que prestam serviços para esses bairros.